



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VICTOR HUGO CABELHO

**VITIMIZAÇÃO POLICIAL: ESTUDO SOCIOLÓGICO DAS
VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE FOLGA**

Cuiabá-MT
2024

VICTOR HUGO CABELHO

**VITIMIZAÇÃO POLICIAL: ESTUDO SOCIOLÓGICO DAS VIOLÊNCIAS
SOFRIDAS POR INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO
GROSSO DURANTE O PERÍODO DE FOLGA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Sociedade, Cultura e Poder. Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho.

**Cuiabá-MT
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C114v Cabelho, Victor Hugo.

Vitimização policial [recurso eletrônico] : Estudo sociológico das violências sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o período de folga / Victor Hugo Cabelho. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 597 f., il. color., pdf). – 2024.

Orientador: Edson Benedito Rondon Filho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Cuiabá, 2024.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. violência. 2. vitimização. 3. policial militar. 4. período de folga. 5. reflexos sociológicos. I. Rondon Filho, Edson Benedito, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: VITIMIZAÇÃO POLICIAL: ESTUDO SOCIOLÓGICO DAS VIOLÊNCIAS
SOFRIDAS POR INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO
DURANTE O PERÍODO DE FOLGA**

AUTOR (A): MESTRANDO (A) VICTOR HUGO CABELHO

Dissertação defendida e aprovada em 26 de julho de 2024.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutor(a) Edson Benedito Rondon Filho (Presidente Banca/ Orientador)

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

2. Doutor(a) Carlo Ralph De Musis (Examinador(a) Externo(a))

Instituição: Universidade de Cuiabá - UNIC

3. Doutor(a) Francisco Xavier Freire Rodrigues (Examinador(a) Interno(a))

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

CUIABÁ, 26 DE JULHO DE 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Benedito Rondon Filho, Usuário Externo**, em 29/07/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLO RALPH DE MUSIS**, **Usuário Externo**, em 29/07/2024, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO XAVIER FREIRE RODRIGUES**, **Usuário Externo**, em 29/07/2024, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo Cabelho**, **Usuário Externo**, em 30/07/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7010806** e o código CRC **DF01ADAB**.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os policiais militares do Estado de Mato Grosso, verdadeiros heróis, empenhados na nobre e hercúlea missão de servir e proteger a sociedade, mesmo que com o sacrifício da própria vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustentou até aqui, por essa longa e divertida jornada em busca do conhecimento, que não para por aqui, pelo contrário, está somente começando. Sem sombra de dúvidas, sem o auxílio de Deus e da minha “Mãezinha”, Nossa Senhora Aparecida, nada disso seria possível.

Aos meus familiares, nas pessoas dos meus pais: Wilson Floriano Cabelho e Sônia Maria Pinheiro Cabelho, verdadeiros exemplos de abnegação e fé, respectivamente. Sem vocês, hoje eu não estaria aqui, muito obrigado por tudo. Eu amo vocês.

Aos meus irmãos Gyancarlos Paglyneari Cabelho, Olga Adoracion Leiva Cabelho, Wilson Floriano Cabelho Júnior e Dy Angelo Jhonson Cabelho, pelas mensagens de incentivo e apoio durante toda a trajetória do mestrado, vocês foram fundamentais nesse processo de forjamento intelectual.

À minha esposa Lidiane Elmíria Krug e às minhas filhas Isabella Victória Krug Cabelho e Ana Luísa Krug Cabelho, agradeço imensamente pela compreensão comigo, em virtude dos momentos de ausência, necessários às longas horas de leituras, fichamentos e escrita da dissertação. Vocês são a minha vida. Muito obrigado por me auxiliarem a conquistar esse sonho. Eu amo vocês.

Ao meu orientador, Professor Doutor Edson Benedito Rondon Filho, que é para mim fonte de grande inspiração e admiração, não somente no campo profissional como Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, mas sobretudo, no campo da pesquisa científica, onde é sem sombra de dúvidas, um grande mestre do artesanato intelectual.

Professor Doutor Edson Benedito Rondon Filho, todas as minhas palavras de agradecimento seriam poucas, por toda paciência e apoio irrestritos que me proporcionou durante a confecção desta dissertação. O senhor pode não imaginar, mas se não fosse o seu apoio nos momentos de dificuldades, certamente não entregaríamos este trabalho. Muito obrigado por confiar e, sobretudo, por não desistir de mim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, nas pessoas do Professor Doutor André Luís Ribeiro Lacerda, do Professor Doutor Armando Wilson Tafner Júnior, do Professor Doutor Elton Rogério Corbanezi, do Professor Doutor Edson Benedito

Rondon Filho, do Professor Doutor Daniel Fanta, do Professor Doutor Luís Antônio Bitante Fernandes, do Professor Doutor Telmo Antônio Dinelli Estevinho e da Professora Silvana Maria Bitencourt, somente tenho a agradecer, pelos momentos de trocas de experiências e de imenso aprendizado. Sem dúvida alguma, em todas as disciplinas ficou o gostinho de quero aprender muito mais.

Aos membros da banca de qualificação, nas pessoas do Professor Doutor André Luís Ribeiro Lacerda e do Professor Doutor Carlo Ralph de Muis, agradeço imensamente as contribuições cirurgicamente propostas na banca de qualificação, pois elas foram fundamentais para o aperfeiçoamento e conclusão do presente trabalho.

Aos membros da banca de defesa pública da dissertação, nas pessoas do Professor Doutor Edson Benedito Rondon Filho (Orientador), do Professor Doutor Francisco Xavier Freire Rodrigues (Examinador Interno) e do Professor Doutor Carlo Ralph de Muis (Examinador Externo), pelos apontamentos e pela paciência e disponibilidade de realizar a leitura da presente dissertação de mestrado.

À Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por ser a minha primeira e tão amada profissão, à qual sou imensamente grato por tudo que conquistei e aprendi, pelos irmãos e amigos que construí ao longo da carreira e por garantir o sustento financeiro da minha família.

Aos participantes da pesquisa, policiais militares dos quadros de Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, que se voluntariaram a contribuir com esta pesquisa, meus sinceros agradecimentos e enérgica continência.

Aos meus irmãos da Força Tática de Sorriso/MT, por compreenderem os meus momentos de ausência, durante essa viagem pelo mundo do conhecimento.

EPÍGRAFE

Eis a minha ambição: explicar o macro pelo micro, e o micro pelas razões.
Raymond Boudon

RESUMO

Esta pesquisa analisa a vitimização policial na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) ocorrida durante o período de folga e suas consequências ao nível institucional (macro) e individual do policial militar (micro). O problema de pesquisa é: o nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (macro) e o nível individual do policial militar (micro) interferem no fenômeno da vitimização policial no horário de folga? A hipótese é que a vitimização policial na PMMT e seus fatores de risco sofrem interferências do nível institucional e do nível individual e revelam sintomas de uma miríade de problemáticas institucionais e sociais, tais como ausência do sentimento de pertencimento, deslocamento de objetivos ou ressignificação da função policial militar, desagregação familiar, entre outros. A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, através do Método Tocqueville-Weber-Durkheim - TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999). Os dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica, documental, questionário online e entrevistas individuais em profundidade. A análise é formal em relação aos dados quantitativos e informal em relação aos dados qualitativos. Os resultados da pesquisa constataram que o *estilo de vida de risco* adotado pelos policiais militares durante o período de folga, ou seja, os *comportamentos de risco*, tais como: o endividamento financeiro de natureza grave; a dependência química de drogas lícitas e ilícitas; a frequência em locais de risco; a realização da atividade de bico; a construção de amizades não recomendáveis; a realização de atividades ilícitas; a adoção de comportamentos de risco de sobrevivência policial; a adoção de comportamentos de risco na vida pessoal/privada; e a intervenção em ocorrências durante o período de folga, são as principais causas da morte de policiais militares durante o período de folga. De maneira complementar, foi possível compreender as diversas motivações que levam os policiais militares a adotarem os respectivos comportamentos de risco durante o período de folga, revelando as dificuldades dos policiais militares em realizar uma gestão saudável ou equilibrada da sua vida como um todo, compreendendo não somente o âmbito profissional, mas principalmente o âmbito pessoal. A hipótese foi confirmada, e os reflexos sociológicos, frutos das causas e consequências da vitimização policial militar durante o período de folga, revelam as seguintes problemáticas institucionais e individuais, a saber: o sentimento de desvalorização salarial e institucional percebido pelos policiais militares pesquisados, que ocasiona a queda do sentimento de pertencimento à instituição; o deslocamento de objetivos ou ressignificação da função policial militar, de maneira que a atividade policial militar é relegada ao segundo plano, ou seja, torna-se o “bico”, e o bico torna-se a atividade principal do policial militar; e, ao nível individual, a desestruturação financeira, familiar, emocional, interpessoal e de saúde integral dos policiais militares é uma realidade e um quadro de diagnóstico preocupante, e que merece a realização de estudos científicos posteriores no campo da Saúde Coletiva.

Palavras-chave: *violência; vitimização; policial militar; período de folga; reflexos sociológicos.*

ABSTRACT

This research analyzes the police victimization in the Military Police of Mato Grosso (PMMT) occurred during the vacation period and its consequences at the institutional (macro) and individual level of the military police officer (micro). The research problem is: the institutional level of Mato Grosso Military Police (macro) and the individual level of the military policeman (micro) interferes with the phenomenon of police victimization on vacation hours? The hypothesis is that police victimization in PMMT and its risk factors are influenced by institutional and individual levels and reveals symptoms of a myriad of institutional and social problems, such as lack of sense of belonging, displacement of objectives or resignification of the military police function, family disintegration, among others. The research has a quantitative-qualitative approach, through the Tocqueville-Weber-Durkheim Method - TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999). The data were collected through bibliographic research, documentary, online questionnaire, and in-depth individual interviews. The analysis is formal for quantitative data and informal for qualitative data. The results of the survey found that the risky lifestyle adopted by military police officers during the vacation period, on the other hand, the risk behavior adopted of military police during the period of vacation, such as: financial indebtedness of a serious nature; chemical dependence on legal and illicit drugs; frequency in risky places; carrying out a filler or a side job; building uncommendable friendships; performing illegal activities; adopting police survival risky behaviors; adoption of risky conduct in personal/private life; and intervention in incidents during the holiday period, are the main causes of death of military policemen during the time off. In a complementary way, it was possible to understand the various motivations that lead military police officers to adopt their respective risk behaviors during the period of leave, revealing the difficulties of military policemen in carrying out a healthy or balanced management of their life, comprising not only the professional scope, but mainly the personal scope. The hypothesis has been confirmed, and the sociological reflexes, fruit of the causes and consequences of the victimization of military police during the period of leave, reveal the following institutional and individual problems, namely: the feeling of salary and institutional devaluation perceived by the surveyed military police officers, which causes the fall of the sense of belonging to the institution; the displacement of objectives or resignification of the military police function, so that military police activity is relegated to the background, that is, it becomes the "side job", and the side job becoming the main activity of the Military police officer; and, at the individual level, the financial, family, emotional, interpersonal and integral disruption of the health of military policemen is a reality and a worrying diagnostic framework, and that deserves the subsequent scientific studies in the field of Collective Health.

Keywords: *violence; victimization; military police; time of; sociological reflections.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crimes de Menor Potencial Ofensivo em que os Policiais Militares são Vítimas na Folga.....	270
Figura 2 - Crimes de Menor Potencial Ofensivo em que os Policiais Militares são Vítimas na Folga.....	275
Figura 3 - Interferências de Nível Institucional Macro – Vulnerabilidades Institucionais (à direita) e Interferências de Nível Individual Micro – Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga (à esquerda)	285
Figura 4 - Modelo Teórico de Uso da Força pelo Policial	308
Figura 5 - Modelo de Equação Estrutural do Uso da Força pelo Policial com base em Estresse Operacional	310
Figura 6 - Modelo de Equação Estrutural do Uso da Força pelo Policial com base em Estresse Organizacional	310
Figura 7 - Fatores de Risco Sociais e Financeiros.....	340
Figura 8 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga	367
Figura 9 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga	368
Figura 10 - Comportamento de Risco - O Consumo Excessivo de Álcool.....	370
Figura 11 - Comportamento de Risco - O Vício em Drogas Ilícitas.....	381
Figura 12 - Comportamento de Risco - Frequência em Locais de Risco para o Policial.....	385
Figura 13 - Comportamento de Risco - A Realização da Atividade de Bico.....	394
Figura 14 - Comportamento de Risco - O Bico de Segurança.....	395
Figura 15 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga	398
Figura 16 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga	399
Figura 17 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga	400
Figura 18 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga	401
Figura 19 – 1º Sentido da Ação Social - O Bico como uma "necessidade" devido ao endividamento financeiro grave	401
Figura 20 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga	403
Figura 21 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga	404
Figura 22 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga	405
Figura 23 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga	406
Figura 24 - 1º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga	417
Figura 25 - 2º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga	419
Figura 26 - 3º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga	420
Figura 27 - 2º Sentido da Ação Social: O Bico como um “desejo” ou possibilidade de construir uma fonte de renda financeira extra.....	421

Figura 28 - O Bico como um “desejo” ou possibilidade de construir uma fonte de renda financeira extra	423
Figura 29 - A realização da Atividade de Bico como "o exemplo que vem de cima"	427
Figura 30 - Teoria do Estilo de Vida Desviante (Walters, 1990).....	432
Figura 31 - 4º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga	440
Figura 32 - 5º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga	445
Figura 33 - 4º Sentido da Ação Social: O Bico como um mecanismo de resposta e de sobrevivência à desvalorização salarial e institucional sentidas pelos policiais militares.....	449
Figura 34 - Desvalorização Salarial.....	449
Figura 35 - Desvalorização Institucional	455
Figura 36 - Desvalorização Institucional	461

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Policiais Civis e Militares Mortos durante o Período de Folga	28
Quadro 2 - Vitimização Policial em Serviço e na Folga no Brasil.....	72
Quadro 3 - Dados referentes a PMERJ no período de 1994 a 2020 (27 anos).....	192
Quadro 4 - Comparativo da Taxa de mortos, feridos e baixas de policiais da PMERJ no período de 1994 a 2020 (27 anos) e Forças Militares em Guerra	193
Quadro 5 - Estimativa de gastos financeiros para o Estado com a morte precoce de Policiais Militares	194
Quadro 6 - Estatísticas de policiais militares do Rio de Janeiro afastados do serviço operacional devido a ferimento por projétil de arma de fogo (PAF) no ano de 2017	194
Quadro 7 - Custo financeiro para Estado decorrente de afastamentos provenientes da Vitimização Policial na PMERJ	195
Quadro 8 - Custos financeiros para o Estado decorrentes da Vitimização Policial na PMERJ	195
Quadro 9 - Vitimização Policial na PMERJ no período de 2007 a 2019	197
Quadro 10 - Taxa de mortes de Policiais Militares do Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014.....	203
Quadro 11 - Convite para participar de Pesquisa Científica	217
Quadro 12 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	217
Quadro 13 - Patente dos Policiais Militares Pesquisados.....	218
Quadro 14 - Regime de Escala de Serviço dos Policiais Militares Pesquisados.....	219
Quadro 15 - Sexo dos Policiais Militares Pesquisados.....	220
Quadro 16 - Orientação Sexual dos Policiais Militares Pesquisados.....	220
Quadro 17 - Faixa Etária dos Policiais Militares Pesquisados	221
Quadro 18 - Cor Autodeclarada dos Policiais Militares Pesquisados	222
Quadro 19 - Estado Civil dos Policiais Militares Pesquisados	223
Quadro 20 - Status de Relacionamento Afetivo Atual dos Policiais Militares Pesquisados	224
Quadro 21 - Número de Dependentes dos Policiais Militares Pesquisados	225
Quadro 22 - Pagamento de Pensão Alimentícia pelos Policiais Militares Pesquisados	225
Quadro 23 - Quantidade de Pensões Alimentícias pagas pelos Policiais Militares Pesquisados	226
Quadro 24 - Estrutura Familiar dos Policiais Militares Pesquisados	226
Quadro 25 - Renda Financeira Familiar dos Policiais Militares Pesquisados	227
Quadro 26 - Ocupação Profissional dos Componentes da Família dos Policiais Militares Pesquisados	228
Quadro 27 - Domicílio dos Policiais Militares Pesquisados	229
Quadro 28 - Grau de Escolaridade dos Policiais Militares Pesquisados.....	230
Quadro 29 - Orientação Religiosa dos Policiais Militares Pesquisados	231
Quadro 30 - Local de Trabalho dos Policiais Militares Pesquisados.....	232

Quadro 31 - Ano de Ingresso na PMMT dos Policiais Militares Pesquisados	233
Quadro 32 - Perfil Geral dos Policiais Militares Entrevistados em Profundidade	236
Quadro 33 - Categorias de Mortes de Policiais Militares de 2013 a 2023 (10 anos).....	239
Quadro 34 - Tipos de Vitimização Letal na PMMT	240
Quadro 35 - Vitimização Letal - Condição dos Militares no momento da Morte.....	240
Quadro 36 - Vitimização Letal - Patente dos Policiais Militares Mortos	241
Quadro 37 - Vitimização Letal - Sexo dos Policiais Militares Mortos	241
Quadro 38 - Vitimização Letal - Regime de Serviço dos Policiais Militares Mortos.....	241
Quadro 39 - Vitimização Letal - Local de Trabalho dos Policiais Militares Mortos	242
Quadro 40 - Vitimização Letal - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Mortos.....	242
Quadro 41 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	243
Quadro 42 - Crimes Violentos Letais - Condição do Militar no momento da Morte	243
Quadro 43 - Crimes Violentos Letais - Contextos ou Circunstâncias de Morte de Policiais Militares	244
Quadro 44 - Crimes Violentos Letais - Meio Empregado para o Cometimento do Crime contra o Militar na Folga	244
Quadro 45 - Crimes Violentos Letais - Patente dos Policiais Militares Mortos na Folga	244
Quadro 46 - Crimes Violentos Letais - Sexo dos Policiais Militares Mortos na Folga	245
Quadro 47 - Crimes Violentos Letais - Regime de Serviço dos Policiais Militares Mortos na Folga	245
Quadro 48 - Local de Trabalho dos Policiais Militares Mortos na Folga	245
Quadro 49 - Crimes Violentos Letais - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Mortos na Folga	246
Quadro 50 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	247
Quadro 51 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução	247
Quadro 52 - Condição do Militar no momento da Morte por Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução.....	247
Quadro 53 - Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução - Meio Empregado para o Cometimento do Crime	248
Quadro 54 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Militares com Indícios de Execução durante o Período de Folga	248
Quadro 55 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	249
Quadro 56 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios da prática de Bico pelo Policial Militar durante o Período de Folga	250
Quadro 57 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de prática de Bico pelo Policial Militar na Folga	250
Quadro 58 - Meio Empregado para assassinar Policiais Militares no Bico durante o Período de Folga.....	250
Quadro 59 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de prática de Bico durante o Período de Folga	251

Quadro 60 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	252
Quadro 61 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios da Prática de Latrocínio contra o Policial Militar durante o Período de Folga	252
Quadro 62 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de prática de Latrocínio contra o Policial Militar	253
Quadro 63 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante o Período de Folga por meio da prática do Latrocínio.....	253
Quadro 64 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de prática de Latrocínio contra o Policial Militar na Folga.....	253
Quadro 65 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	254
Quadro 66 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais, com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência durante o Período de Folga	255
Quadro 67 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de Intervenção em Ocorrência durante o Período de Folga	255
Quadro 68 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante Intervensões do Militar em Ocorrências em andamento durante o Período de Folga.....	255
Quadro 69 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Militares com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrências durante o Período de Folga	256
Quadro 70 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	258
Quadro 71 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga	258
Quadro 72 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga.....	258
Quadro 73 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga.....	259
Quadro 74 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga.....	259
Quadro 75 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais.....	260
Quadro 76 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga	261
Quadro 77 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga	261
Quadro 78 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga	261
Quadro 79 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de Reação à situação em que eram Vítimas de Roubo durante o Período de Folga	262
Quadro 80 - Vitimização Policial Militar na Folga	264
Quadro 81 - Tipos de Crimes sofridos pelos Policiais Militares durante o Período de Folga	264

Quadro 82 - Tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos Policiais Militares na Folga.....	265
Quadro 83 - Tipos de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) sofridos pelos Policiais Militares na Folga	269
Quadro 84 - O Porte de Arma de Fogo pelo Policial Militar na Folga	272
Quadro 85 - Meio Empregado para Vitimizar o Policial Militar por Crimes Violentos Intencionais (CVI) na Folga.....	274
Quadro 86 - Nível de Risco do local onde o Militar foi Vitimizado na Folga	276
Quadro 87 - Local onde ocorreu a Vitimização Policial Militar na Folga	278
Quadro 88 - Período do Dia em que ocorreu a Vitimização do Policial Militar na Folga	278
Quadro 89 - Vitimização Não Letal - Patente dos Policiais Militares Vitimizados na Folga	281
Quadro 90 - Vitimização Não Letal - Sexo dos Policiais Militares Vitimizados na Folga	281
Quadro 91 - Vitimização Não Letal - Regime de Serviço dos Policiais Militares Vitimizados na Folga.....	282
Quadro 92 - Vitimização Não Letal - Domicílio dos Policiais Militares Vitimizados na Folga	282
Quadro 93 - Vitimização Não Letal - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Vitimizados na Folga	282
Quadro 94 - População Prisional do Brasil.....	343
Quadro 95 - Comportamento de Risco - Comparecimento em Shows e Eventos Abertos Desarmado.....	354
Quadro 96 - Comportamento de Risco - Comparecimento em Shows e Eventos Abertos Portando Arma de Fogo.....	356
Quadro 97 - Comportamento de Risco - Consumo de Bebidas Alcoólicas em Locais Inapropriados.....	356
Quadro 98 - Comportamento de Risco - Realização da Atividade de Bico	357
Quadro 99 - Comportamento de Risco - Grupo de Convivência ou Amizade Não Recomendável mantido por Policial Militar.....	358
Quadro 100 - Comportamento de Risco - Endividamento Financeiro.....	359
Quadro 101 - Comportamento de Risco - Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas	359
Quadro 102 - Comportamento de Risco - Realização de Atividades Ilícitas	360
Quadro 103 - Subempregos Plurais de Policiais Militares do Posto de Oficiais.....	436
Quadro 104 - Subempregos Plurais de Policiais Militares da Graduação de Praças	436
Quadro 105 - Quantitativo de Evasão de Policiais Militares para a Polícia Civil de Mato Grosso	461
Quadro 106 - Comparação de Subsídio Inicial entre Soldado e Investigador e Escrivão Classe A	462
Quadro 107 - Comparação de Subsídio Final entre Subtenente e Investigador e Escrivão Classe E	462

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Codificações no NVIVO das Causas da Vitimização Policial Militar na Folga ..	286
Tabela 2 - Codificações no NVIVO das Causas da Vitimização Policial Militar na Folga ...	286
Tabela 3 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	288
Tabela 4 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	289
Tabela 5 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga	289
Tabela 6 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Questão Salarial e Reconhecimento Profissional	292
Tabela 7 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Falta de Acompanhamento Psicológico.....	300
Tabela 8 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Estresse da Atividade Policial Militar	305
Tabela 9 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Jornada Extraordinária - Bico Legalizado	317
Tabela 10 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	322
Tabela 11 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	323
Tabela 12 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Fortuitos.....	323
Tabela 13 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Criminais.....	327
Tabela 14 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Sociais e Financeiros.	337
Tabela 15 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Jurídicos	341
Tabela 16 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Consequências ou Estigma de Ser Policial Militar	349
Tabela 17 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco.....	353
Tabela 18 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco.....	354
Tabela 19 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga de acordo com o Questionário Virtual Estruturado	364
Tabela 20 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga de acordo com as Entrevistas Individuais em Profundidade.....	364

Tabela 21 – Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	366
Tabela 22 - Entrevistas Individuais em Profundidade - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco.....	367
Tabela 23 - Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	369
Tabela 24 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas.....	369
Tabela 25 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas.....	370
Tabela 26 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas.....	378
Tabela 27 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Frequentar Locais de Risco para o Policial	382
Tabela 28 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Construção de Amizades Não Recomendáveis e Realização de Atividades Ilícitas	469
Tabela 29 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco.....	474
Tabela 30 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco.....	474
Tabela 31 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco.....	478
Tabela 32 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco.....	482
Tabela 33 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Risco na Vida Privada.....	484
Tabela 34 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Intervenção em Ocorrências durante o Período de Folga	489

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública

ADF – Avaliação de Desempenho Físico

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AIPENS – Agências de Inteligência Penais

BPCÃES – Batalhão de Policiamento com Cães

BPCHOQUE – Batalhão de Policiamento de Choque

CAAE – Certificado de Apresentação e Apreciação Ética

CAC's – Colecionadores, Atiradores e Caçadores

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CAS – Coordenadoria de Assistência Social

CASSBEM – Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-Estar Emocional

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CIS – Coaching Integral Sistêmico

CMPO – Crimes de Menor Potencial Ofensivo

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CPRO – Comando de Policiamento Regional Oeste

CV – Comando Vermelho

CVI – Crimes Violentos Intencionais

CVL – Crimes Violentos Letais

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

DIPEN – Diretoria de Inteligência Penitenciária

DGA – Gratificação por Desempenho de Função

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DOP – Departamento Operacional

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

EAD – Ensino à Distância

EC – Emenda Constitucional

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

EPI – Equipamento de Proteção Individual

F(i) – Frequência Individual

IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ISP – Instituto de Segurança Pública

INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor

ISMA - International Stress Management Association

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MAAS – Mapa de Autoavaliação Sistêmico

MVI – Mortes Violentas Intencionais

NVIVO – Software de Análise Qualitativa

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAAPM – Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar

PCCS – Plano de Cargos e Carreiras Salariais

PCC – Primeiro Comando da Capital

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

Perc.(%) – Percentual

PePSIC – Periódicos Eletrônicos de Psicologia

PMCE – Polícia Militar do Estado do Ceará

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PMMG – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

PMMT – Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

PMPB – Polícia Militar do Estado da Paraíba
PMPI – Polícia Militar do Estado do Piauí
PMRO – Polícia Militar do Estado de Rondônia
POP – Procedimento Operacional Padrão
QCO – Quadro Complementar de Oficiais
QT ou QTC – Relacionamentos Extraconjugais
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
QVFT – Qualidade de Vida fora do Trabalho
RCL – Reclamação
RISP – Região Integrada de Segurança Pública
RGA – Revisão Geral Anual
RSL – Revisão Sistemática de Literatura
SEAP – Secretaria Estadual de Administração de Pessoas
SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPM – Secretaria de Estado de Polícia Militar
SEPOL – Secretaria de Estado de Polícia Civil
STF – Supremo Tribunal Federal
TAF – Teste de Aptidão Física
TCE/MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático
TWD – Tocqueville-Weber-Durkheim
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UNODC – Escritório das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	28
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
2.1 Comportamentos de risco e vitimização policial	42
2.2 Delimitação dos níveis micro e macro	43
2.3 Justificativa de escolha do campo de empiria	44
2.4 Do método	45
2.5 Princípios de delineamento.....	47
2.6 Geração de dados	48
2.7 Avaliação de dados.....	54
2.8 Interesse de conhecimento	61
3 COMPORTAMENTOS DE RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL.....	62
3.1 Vitimologia e vitimização policial	63
3.2 Múltiplas formas de vitimização policial	68
3.3 Delimitação do escopo de análise	70
3.4 Vitimização policial durante o período de folga	71
3.5 Risco	73
3.6 Fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga: uma revisão sistemática de literatura.....	75
3.6.1 Objetivos da Revisão Sistemática de Literatura.....	75
3.6.2 Critérios de inclusão e exclusão iniciais.....	76
3.6.3 Seleção das bases de dados de pesquisa	78
3.6.4 Strings: termos de pesquisa (palavras-chave) e operadores booleanos.....	79
3.6.5 Processos gerais de pesquisa nas bases de dados	80
3.6.6 Protocolos de pesquisa aplicados nas bases de dados.....	81
3.6.7 Resultados quantitativos iniciais da Revisão Sistemática (Portfólio bruto da Revisão Sistemática).....	81
3.6.8 Seleção do Portfólio Final da Revisão Sistemática.....	82
3.6.9 Abordagem de Síntese da Revisão Sistemática.....	82
3.6.10 Grupos de Risco de Vitimização Policial Militar durante o Período de Folga	82
3.6.10.1 Policiais Administrativos e Policiais Operacionais.....	84
3.6.10.2 Policiais Militares da Ativa e da Reserva Remunerada	87
3.6.10.3 Gêneros Masculino e Feminino	90

3.6.10.4	Policiais Militares mais velhos e mais novos como grupos de risco	92
3.6.11	Vulnerabilidades Institucionais – Contexto Policial Militar	94
3.6.11.1	Ausência de treinamento de sobrevivência policial durante o período de folga	94
3.6.11.2	A precarização profissional do policial militar	96
3.6.11.3	O imediatismo do desempenho – a sobrecarga de trabalho	98
3.6.11.4	Ausência de Acompanhamento Psicológico Institucional do Policial Militar	99
3.6.12	Vulnerabilidades Pessoais – Comportamentos de Risco durante o período de folga	101
3.6.12.1	A decisão de agir durante período de folga perante a ausência de equipamentos de proteção individual e de reforço policial	101
3.6.12.2	A realização da atividade de bico de segurança	103
3.6.12.3	A ingestão de bebida alcoólica em locais indevidos	104
3.6.12.4	A dependência química de drogas e a busca de entorpecentes em bocas de fumo	105
3.6.12.5	Reações equivocadas a tentativas de roubos durante o período de folga	106
3.6.12.6	Três coisas que Matam: Excesso de Medo, Excesso de Confiança e a Rotina	107
3.7	Fatores de proteção à vitimização policial	108
3.7.1	Fatores situacionais ou circunstanciais: Frequência ou permanência em locais de risco	109
3.7.2	Fatores Sociais: Condições ou Contexto de Vida Social	110
3.7.3	Fatores Psicológicos - A Mentalidade de Combate do Ethos Guerreiro	111
4	A ESCOLHA RACIONAL	115
4.1	Do empirismo à racionalidade instrumental	115
4.2	A escolha racional – conceitos fundamentais	120
4.3	Valorização da ação racional	124
4.4	Pluralismo de agentes e pluralismo de utilidades	125
4.5	O equilíbrio da troca social	125
4.6	A teoria dos jogos	127
4.7	Racionalidade limitada	130
4.8	Metodologia positiva: base epistemológica da escolha racional	131
4.9	Racionalidade forte e racionalidade fraca	134
4.10	A sociologia da escolha racional	138

4.11	Confiança, cooperação e riscos nas trocas sociais	142
4.11.1	Microsociologia da Escolha Racional	142
4.11.2	Macrossociologia da Escolha Racional – Sociedades Complexas	146
4.12	A escolha racional e o individualismo metodológico	148
4.13	Escolha racional e a modernidade	151
5	A SOCIOLOGIA DO RISCO	153
5.1	Os contornos da sociedade de risco.....	153
5.2	A lógica da produção de riscos domina a lógica da produção de riquezas	160
5.3	A tese da pauperização subjetiva: a nova pobreza.....	167
5.4	A individualização e a destradicionalização das formas de vida tradicionais.....	170
5.5	O estado de bem-estar social, a individualização e o efeito elevador para cima	173
5.6	Os sistemas de subempregos flexíveis, plurais e individualizados	176
5.7	Os princípios da modernidade reflexiva	179
6	VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	182
7	CONHECENDO O PERFIL DO PÚBLICO PESQUISADO.....	217
7.1	Questionário virtual: perfil dos policiais militares	217
7.2	Entrevistas: perfil dos policiais militares.....	234
8	A VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR NA PMMT DURANTE O PERÍODO DE FOLGA.....	238
8.1	O tipo, o contexto e o perfil da vitimização letal na PMMT.....	238
8.1.1	Perfil Geral das Mortes de Policiais Militares nos últimos 10 (dez) anos em Serviço e na Folga.....	239
8.1.2	Perfil Geral dos Crimes Violentos Letais (CVL) na Folga	243
8.1.3	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução do Militar na Folga	247
8.1.4	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de prática de Bico pelo Militar na Folga	249
8.1.5	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Crime de Latrocínio praticado contra o policial militar na Folga.....	252
8.1.6	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência durante o período de Folga	254
8.1.7	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios do envolvimento do Militar em Vias de Fato durante o período de Folga.....	257

8.1.8	Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Reação do Militar quando vítima do Crime de Roubo na Folga	260
8.2	O tipo, o contexto e o perfil da vitimização não letal na PMMT durante o período de folga	263
8.2.1	Vitimização Não Letal de Policiais Militares na Folga.....	263
8.2.2	Tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos policiais militares na folga	264
8.2.3	Tipos de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) sofridos pelos policiais militares na folga.....	268
8.2.4	Contextos Individuais e Situacionais da Vitimização Não Letal de Policiais Militares por Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO).....	271
8.2.4.1	Contexto ou condição individual do militar durante o período de folga, quanto ao porte ou não da arma de fogo.....	271
8.2.4.2	Meio Empregado pelo Agressor para cometimento da Vitimização Policial Militar na folga.....	274
8.2.4.3	Não existe local totalmente seguro durante o período de folga.....	276
8.2.4.4	Local de ocorrência da Vitimização Policial Militar durante o período de folga	277
8.2.5	O Perfil da Vitimização Não Letal de Policiais Militares na Folga	281
8.3	As causas da vitimização policial durante o período de folga, na percepção do público pesquisado via questionário	283
8.3.1	Aspectos Introdutórios da Análise Causal da Vitimização	283
8.3.2	Fatores de Risco de Nível Institucional (Macro) – Vulnerabilidades Institucionais.....	288
8.3.2.1	Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga.....	289
8.3.2.2	Questão Salarial, Reconhecimento Profissional e Interferência Política	292
8.3.2.3	Falta de Acompanhamento Psicológico.....	300
8.3.2.4	Estresse da Atividade Policial Militar.....	305
8.3.2.5	Jornada Extraordinária – Bico Legalizado na Modalidade Convocação	317
8.3.3	Fatores de Risco de Nível Individual (Micro) – Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	321
8.3.4	Fatores de Risco Fortuitos	323
8.3.5	Fatores de Risco Criminais	326
8.3.6	Fatores de Risco Sociais e Financeiros	337
8.3.7	Fatores de Risco Jurídicos.....	340
8.3.8	Consequências ou Estigma de Ser Policial Militar	349

8.3.9	Escolha do Militar pela Adoção de Comportamentos de Risco na Folga	353
9	COMPORTAMENTOS DE RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR DURANTE O PERÍODO DE FOLGA, REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DE RISCO	362
9.1	A dependência química de drogas lícitas e ilícitas	369
9.1.1	O consumo excessivo de álcool	370
9.1.2	A dependência química de drogas ilícitas	378
9.2	Frequentar locais de risco para o policial.....	382
9.3	A realização do bico.....	394
9.3.1	1º Sentido da Ação Social: O Bico como uma “necessidade”, devido ao endividamento financeiro de natureza grave	401
9.3.2	2º Sentido da Ação Social: O Bico como um “desejo” ou possibilidade de construir uma fonte de renda financeira extra	420
9.3.3	3º Sentido da Ação Social: O Bico como um sintoma da desestruturação familiar: oportunidade para socializar, escapar do casamento e encontrar o “QTC”	440
9.3.4	4º Sentido da Ação Social: O Bico como um mecanismo de resposta e de sobrevivência à desvalorização salarial e institucional sentidas pelos policiais militares	448
9.3.4.1	Desvalorização Salarial.....	449
9.3.4.2	Desvalorização Institucional	455
9.4	A construção de amizades não recomendáveis e a realização de atividades ilícitas	469
9.5	Adoção de comportamentos de risco que negligenciam técnicas de sobrevivência policial na folga	474
9.5.1	Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Homem”	474
9.5.2	Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Treinamento”	478
9.5.3	Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Equipamento”	482
9.6	Adoção de comportamentos de risco na vida privada	484
9.7	Intervenção em ocorrências durante o período de folga.....	489
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	494
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	511
	APÊNDICE I.....	535
	APÊNDICE II.....	540
	APÊNDICE III.....	585
	APÊNDICE IV	595

1 INTRODUÇÃO

A vitimização policial é uma permanente e aterrorizante realidade que acompanha os policiais do Brasil não só durante a sua jornada de efetivo serviço, mas, principalmente, durante o seu período de folga. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, no ano de 2019, 172 (cento e setenta e dois) policiais (civis e militares) foram assassinados no Brasil, dos quais, 114 (cento e quatorze) policiais foram vitimados fora de serviço, ou seja, 66,2% do total de policiais mortos no Brasil, no ano de 2019, foram vitimados durante o seu período de folga (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 49).

Perscrutando ainda mais tais dados estatísticos de vitimização policial durante o período de folga e analisando uma série histórica de mortes de policiais no Brasil durante o período de folga nos últimos 05 (cinco) anos, foi possível constatar que, ao longo dos últimos 05 (cinco) anos, 794 (setecentos e noventa e quatro) policiais (civis e militares) foram mortos durante o seu período de folga, dentre os quais 102 (cento e dois) eram policiais civis e 688 (seiscentos e oitenta e oito) eram policiais militares. Tais dados quantitativos, em série histórica, possibilitam a inferência comparativa de que 87,2% dos policiais mortos nos últimos cinco anos eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

Quadro 1 - Policiais Civis e Militares Mortos durante o Período de Folga

Ano/Instituição	Polícia Civil f(i) e %	Polícia Militar f(i) e %	Total f(i) e %
2018	32 (12,5%)	225 (87,5%)	257 (100%)
2019	07 (6,2%)	107 (93,8%)	114 (100%)
2020	20 (12,3%)	142 (87,6%)	162 (100%)
2021	23 (15,6%)	124 (84,3%)	147 (100%)
2022	20 (17,5%)	90 (82,5%)	114 (100%)
2018 a 2022	102 (12,8%)	688 (87,2%)	794 (100%)

Fonte: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023.

Buscando melhor compreender a temática da Vitimização Policial, sobretudo a Vitimização Policial Militar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), este pesquisador, no ano de 2019, realizou a pesquisa de campo que culminou com a

confeção do artigo científico intitulado *Vitimização Policial: Estudo das Violências Sofridas por Integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o Período de Folga*¹. A pesquisa científica em tela, através de uma abordagem quanti-qualitativa, contou com a coleta dos dados realizada no mês de outubro de 2019 na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, dentro de um universo populacional de 7.000 (sete mil) policiais militares da PMMT. Foi pesquisada uma amostra de 710 (setecentos e dez) policiais militares da PMMT que responderam à pesquisa através de um questionário confeccionado por meio da ferramenta *Google Forms*, o que correspondeu a uma amostra de 10% do universo total.

Na oportunidade, a pesquisa foi norteada pelo objetivo geral de conhecer a vitimização por integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o período de folga, onde foi possível alcançar o referido objetivo e mapear um amplo diagnóstico da vitimização policial no estado de Mato Grosso. Sinteticamente, foi possível constatar que, atualmente, no estado de Mato Grosso, a vitimização policial durante o período de folga não prevalece em números ou comporta-se como a regra predominante, todavia, existem as exceções em percentuais consideráveis, nos seguintes termos: 73% ou 518 dos policiais militares pesquisados afirmaram que não foram vítimas de crime e de violência durante o seu período de folga, e 27% ou 192 dos policiais militares pesquisados afirmaram que foram vítimas de crime e de violência durante o seu período de folga (Ferreira; Cabelho; Rondon Filho; 2020, p. 16).

Ainda de acordo com a pesquisa de vitimização em tela, realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no ano de 2019, foi possível constatar que as ocorrências com vitimização policial militar no estado de Mato Grosso durante o período de folga sofrem influência dos chamados *fatores de risco*.

Fatores de risco de vitimização policial são *comportamentos de risco* adotados pelos policiais (via de regra, durante o período de folga), que acabam colocando-os em situação de vulnerabilidade com predisposição à vitimização (das mais variadas possíveis), não só por sua condição ou status permanente de policial, sendo que, a qualquer momento (sobretudo na folga), pode ser reconhecido por um infrator e, naquele contexto, inebriar o ambiente com a *espiral do velho oeste*² descrita por

1 Disponível em: < <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/75/86> >. Acesso em: 09 fev. 2024.

2A “espiral do velho oeste” retrata o momento clímax do duelo implícito entre policial não-fardado e infrator, onde tudo (ou melhor, a sobrevivência) parece depender de quem atira primeiro (Gestoso, 2002, p.142).

Gestoso (2002, p.142), mas, igualmente, pelo porte ou não ou pela utilização ou não da arma de fogo de maneira indevida, tais aspectos contribuem para ensejar naquele contexto, desde o cenário ideal para a ocorrência de um roubo, uma lesão corporal ou qualquer outra ocorrência com intervenção policial ou não, ou até mesmo nos casos mais graves, a ocorrência da morte do policial, do infrator ou de terceiros.

Segundo a percepção dos policiais militares pesquisados, os fatores (comportamentos) de risco mais preponderantes na vitimização policial durante o período de folga são: o consumo de bebidas alcoólicas em locais indevidos (68,5% ou 486 policiais militares), a realização de atividades remuneradas de segurança (ou similares – o Bico³) durante o período de folga (45,5% ou 323 policiais militares), a falta de recursos financeiros que ocasiona a procura por parte do militar de uma segunda fonte de renda (31,1% ou 221 policiais militares), a dependência química de drogas por parte dos policiais militares que resulta na busca de entorpecentes em bocas de fumo (42,3% ou 300 policiais militares), dentre outros (Ferreira; Cabelho; Rondon Filho; 2020, p. 17 e 18).

De acordo com Ulrich Beck (2011, p.23), “na modernidade tardia, a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*”, de maneira que, inevitavelmente,

[...] cedo ou tarde na história social começam a convergir na continuidade dos processos de modernização as situações e conflitos sociais de uma sociedade ‘que distribui riqueza’ com os de uma sociedade ‘que distribui riscos’ (Beck, 2011, p.25).

Os fatores (comportamentos) de risco de vitimização policial representam desdobramentos iniciais dos *riscos imersos no fenômeno da vitimização policial na PMMT*. Assim sendo, nas palavras de Beck (2011, p.25), compreende-se que, na modernidade tardia, “[...] dissemina-se a consciência de que as fontes de riqueza estão ‘contaminadas’ por ‘ameaças colaterais’”. Isto, de forma alguma, é algo novo, mas passou despercebido por muito tempo [...]” (Beck, 2011, p. 25).

E é justamente visando compreender quais “ameaças colaterais” (ou consequências sociológicas) estão imersas no fenômeno da vitimização policial na PMMT que se questiona: *O nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso*

3 O “Bico” é a atividade no ramo de segurança privada ou similar, exercida por policial militar durante o período de folga.

(Macro) e o nível individual do policial militar (Micro) interferem no fenômeno da vitimização policial no horário de folga?

Vislumbrando a resposta do problema de pesquisa proposto, foi estabelecido o seguinte objetivo geral: analisar a interferência do nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (Macro) e do nível individual do policial militar (Micro) na vitimização policial militar durante o período de folga.

Em decorrência do objetivo geral estabelecido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, a saber: a) Descrever a Escolha Racional e a Sociologia do Risco; b) Realizar revisão sistemática de literatura sobre vitimização policial durante o período de folga; c) Realizar revisão bibliográfica sobre a vitimização policial; d) Investigar o tipo e o contexto da vitimização policial na PMMT durante o período de folga; e) Conhecer o perfil da vitimização policial durante o período de folga de policiais militares do estado de Mato Grosso; f) Compreender as causas da vitimização policial na PMMT durante o período de folga.

A vitimização de policiais militares é um tema recorrente no Brasil que ganhou destaque recentemente, talvez, por inferência, em função da especificidade do trabalho policial militar, cuja atividade laboral é *sui generis* quando comparada à população em geral ou a outras profissões.

A literatura aponta que a especificidade da profissão faz com que os policiais militares se tornem vítimas em números superiores a outras categorias profissionais ou mesmo em razão da média social, por ser um grupo ligado às ações de enfrentamento ao crime e à violência junto à sociedade.

Neste sentido, a pesquisa de Fernandes (2016, p.192) sobre vitimização de policiais revela que “relações sociais violentas que se constroem na profissão e nas diversas redes de sociabilidade têm o condão de serem mais letais aos policiais que ao conjunto da população brasileira”, em que, hodiernamente, essa luta diuturna e ferrenha pela vida no meio policial, não só durante o serviço, mas principalmente fora dele, é caracterizada por Oliveira (2018, p.30) como “Sobrevivência Policial: a capacidade de vencer as adversidades e os perigos da profissão”.

A sobrevivência policial é definida por Minayo (2007) como “a simbiose na qual a vida profissional mistura-se inevitavelmente à vida pessoal, onde essa interação é traduzida no slogan de um dos quartéis da Polícia Militar: “O espelho reflete você e você reflete o Batalhão da Polícia Militar”. Dessa maneira, os militares vislumbram a

sensação de estar permanentemente vigiados, tanto no Batalhão da Polícia Militar quanto fora dele.

Toda essa “sensação panóptica” (Foucault, 1987) do policial de estar perpetuamente vigiado, tanto de serviço, quanto fora dele, *exige dele uma conduta ou comportamento diferenciado dos demais cidadãos, exige uma atitude ou um modo de viver em permanente estado de alerta*, conforme descrito por Pellegrini e Moraes (2017, p.30):

Na maioria das vezes, seremos capazes de escapar de um ataque simplesmente evitando-o. Procurar pensar como o inimigo nos permite antecipar eventuais situações de risco. É necessário analisar e visualizar os riscos envolvidos em todas as nossas escolhas. Por mais perturbador que possa parecer, no mundo de hoje devemos condicionar-nos a viver em alerta constante (Pellegrini, Moraes, 2017, p.30, grifo nosso).

Corroborando o pensamento de Pellegrini e Moraes (2017) e, de acordo com Araújo (2017), os especialistas afirmam que, para os policiais garantirem a preservação de suas vidas, quer seja em serviço ou fora dele, grande parte do resultado final se dá com a adoção de comportamentos de prevenção, ou em menor medida, com a adoção de comportamentos de reação, ou entra em cena a chamada sorte.

Assim sendo, desconsiderando a hipótese de preservação da vida, relacionada ao fator “sorte”, o qual foge ao controle do ser humano em um contexto de confronto de sobrevivência policial, todos os demais fatores citados, quais sejam, “comportamentos de prevenção” e “reação”, são frutos de *escolhas* dos indivíduos que devem ser dosadas adequadamente como forma de maximizar as suas chances de sobrevivência policial tanto em serviço, quanto fora dele.

Nesse diapasão, observa-se, portanto, que sopesa de maneira crucial na sobrevivência policial ou na vitimização policial, as “escolhas” (ou “comportamentos de prevenção”) adotadas pelos policiais, os quais, por sua vez, quando adotados adequadamente, minimizam ou evitam os fatores de risco que predispõem a ocorrência da vitimização policial, em contribuição sobremaneira para a sobrevivência policial.

Entretanto, contrapondo a lógica esperada, restou demonstrado na pesquisa, realizada na Polícia Militar de Mato Grosso, a consciência por parte dos policiais militares dos fatores de risco que predispõem a vitimização policial, quais sejam: o

consumo de bebidas alcoólicas em locais indevidos, a realização de atividades remuneradas de segurança (ou similares) durante o período de folga, a falta de recursos financeiros que ocasiona a procura por parte do militar de uma segunda fonte de renda, a dependência química de drogas por parte dos policiais militares que ocasiona a busca de entorpecentes em bocas de fumo (Ferreira; Cabelho; Rondon Filho; 2020, p. 24).

Contudo, calcados na realidade social como fonte material, nem mesmo pelo caráter cômico (de consciência) dos fatores de risco de vitimização por parte dos militares, tais escolhas ou comportamentos de risco deixaram de ser adotados, o que nos leva à busca da compreensão das causas deste paradoxo imerso no fenômeno da vitimização policial, através da conjugação de 03 (três) Teorias Sociológicas, a saber: a Teoria Sociológica da Escolha Racional; a Teoria Sociológica do Individualismo Metodológico de Raymond Boudon; e a Teoria Social do Risco de Ulrich Beck.

Nesse sentido, no tocante à presente pesquisa, parte-se do pressuposto inicial de que os comportamentos de risco adotados conscientemente pelos policiais militares da PMMT, os quais, por conseguinte, predispõe a ocorrência da vitimização policial, amoldam-se em parte dentro da explicação de ação do ator social através da Teoria Sociológica da Escolha Racional:

A escolha racional é vista pela literatura como sendo um instrumental importante na sociologia e na ciência política para vincular aspectos teóricos e empíricos. Para tanto, utiliza-se do princípio do individualismo metodológico, que implica considerar os fenômenos sociais como sendo decorrentes das ações e interações individuais (Elster, 1994, p. 211).

Assim, a teoria da escolha racional traduz interesses, crenças e oportunidades individuais nas escolhas presentes no curso de determinada ação. Desse modo, pode ser considerada como uma teoria que se propõe explicar o comportamento social ou coletivo e, portanto, também o comportamento político, a partir de ações individuais, assumindo que os indivíduos agem racionalmente, isto é, com o objetivo de satisfazer suas preferências e não de as contrariar (Campos; Borsani; Azevedo, 2016, p.101).

Por outro lado, percebe-se, notadamente, que a Teoria Sociológica da Escolha Racional não consegue explicar ou desvendar de maneira total o fenômeno da vitimização policial na PMMT, haja vista não só a sua *multiplicidade de causas*, mas, sobretudo, a sua *multiplicidade de razões individuais válidas* para agir, traduzidas no âmbito da PMMT, por meio da adoção dos comportamentos de risco que predispoem a vitimização policial.

Nessa perspectiva, a Teoria Sociológica do Individualismo Metodológico de Raymond Boudon (2016) apresenta-se como a ferramenta sociológica de harmonia simbiótica ideal para a investigação do fenômeno da vitimização policial na PMMT, pois, em primeiro lugar, o paradigma do Individualismo Metodológico (IM) não desconsidera o paradigma da Escolha Racional, pelo contrário, o Individualismo Metodológico de Boudon (2016) leva em consideração a Teoria Sociológica da Escolha Racional, como um caso particular específico e possível de explicação da ação social, dentre tantos outros possíveis, observa-se:

A força da obra de Weber vincula-se ao fato de ela praticar um IM [Individualismo Metodológico] de caráter não utilitarista. Os economistas tendem a tratar de forma geral o caso em que o indivíduo age sob o efeito das consequências sobre si mesmo [Escolha Racional]. Por contraste, a versão do IM [Individualismo Metodológico] que decifrei das análises concretas de Weber, e que eu mesmo preconizei, trata esse caso como particular. Assim o indivíduo pode agir sob o efeito das consequências de sua ação sobre outrem [Escolha Racional] ou, ainda, sob o efeito de princípios nos quais ele mesmo acredita [Individualismo Metodológico] (Boudon, 2016, p.43-44).

Em segundo lugar, o paradigma do Individualismo Metodológico de Raymond Boudon (2016) não deixa de considerar o contexto social em que o ator social está imerso, levando em conta, portanto, as relações ou inter-relações sociais e políticas que o ator social estabelece em determinado campo social, de maneira que o paradigma do Individualismo Metodológico baliza os parâmetros de sua análise sociológica da ação considerando, portanto, o contexto social:

O IM [Individualismo Metodológico] não implica que o ser humano seja um átomo suspenso no vazio social. O ser humano, ao contrário, pertence a um ambiente social, político e cultural. Ele tem um passado e dispõe de recursos cognitivos e culturais variáveis em relação aos seus congêneres. Mas esses dados constituem os *parâmetros*, não as causas de seu comportamento (Boudon, 2016, p.45).

Em terceiro lugar, e no tocante mais especificamente às causas do comportamento do ator social, o paradigma do Individualismo Metodológico busca a compreensão do sentido dos comportamentos individuais, ou a identificação dos sistemas de razões que levaram o ator social a agir de determinada maneira, vejamos:

Doravante, o paradigma [IM] fundado num duplo postulado fazia-se presente em minha mente, a saber: que os fenômenos sociais são o efeito de comportamentos individuais compreensíveis, e que as causas de um

comportamento residem no sentido que o indivíduo lhe atribui, nas razões impessoais e pessoais, isto é, nas motivações que inspiraram tal comportamento [...], O postulado em questão [IM] parecia-me realista por reconhecer que as intenções, as razões e as motivações dos seres humanos são fatos não desprezíveis (Boudon, 2016, p.42).

Por derradeiro, ainda no tocante às causas da vitimização policial na PMMT, todavia partindo para uma dimensão da realidade social contemporânea, as análises de Ulrich Beck (2011) sobre a “Sociedade de Risco”, tornam-se importantes ferramentas sociológicas de análise das causas dos comportamentos de risco adotados pelos policiais militares da PMMT, pois conforme bem assegurou Ulrich Beck (2011):

A lógica distributiva dos riscos da modernização, conforme desenvolvimento no capítulo anterior, é uma dimensão crucial da sociedade de risco, mas é apenas *uma* de suas dimensões. As situações globais de risco surgidas dessa maneira e a dinâmica de conflito e desenvolvimento social e político nelas contida são algo novo e considerável. Entretanto, sobrepõem-se-lhes riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais que rarefizeram e reconverteram a estrutura social imanente da sociedade industrial – classes sociais, formas familiares, posições de gênero, casamento, paternidade, profissão – e a obriedade dos modos de conduzir a vida nela entranhados. Esse segundo aspecto passa a partir de agora a ocupar o centro de nossa atenção. É a junção dos dois aspectos, a soma de riscos e inseguranças, sua intensificação ou neutralização recíproca, que constitui a dinâmica social e política da sociedade de risco (Beck, 2011, p.107).

Assim sendo, de maneira singular nesta pesquisa, a conjugação da Teoria Sociológica da Escolha Racional com o Paradigma do Individualismo Metodológico de Raymond Boudon (2016), juntamente com a Teoria Social do Risco de Ulrich Beck (2011), objetiva compreender as causas dos comportamentos de risco adotados pelos militares que predispõem a vitimização policial durante o período de folga na Polícia Militar de Mato Grosso, e suas respectivas consequências sociológicas em nível institucional (macro) e individual (micro) para o policial militar.

No que se refere às consequências sociológicas advindas da vitimização policial, ou seja, no tocante as relações de causas e consequências provenientes não só dos comportamentos de risco adotados pelos policiais militares que predispõe a vitimização, mas do próprio fenômeno da vitimização policial na PMMT em si, de uma maneira geral, buscaremos *traçar as principais perspectivas sociológicas de riscos ou efeitos colaterais latentes* advindos das causas e consequências do fenômeno da vitimização policial na PMMT.

Para tanto, inicialmente, partiremos do conceito teórico de Efeitos de Composição Complexos ou Efeitos Perversos de Raymond Boudon (1995), para exemplificar de que maneira uma idiossincrática concatenação de causas diversas e complexas, envoltas no fenômeno da vitimização policial na PMMT, podem desdobrar-se em Efeitos Colaterais Complexos ou “Incentivos Perversos” em nível institucional (macro) e individual (micro):

Em outros casos, a agregação de comportamentos individuais pode produzir efeitos *sui generis*. Um caso específico importante é aquele em que ela vai gerar efeitos indesejáveis que ninguém pretendia. Neste caso, fala-se por vezes de efeitos perversos. Suponhamos, por exemplo, que todos os clientes de um banco tenham boas razões para duvidar de sua solvência. Cada um será, então, incentivado a retirar dali o seu patrimônio. Uma vez que as reservas de um banco são normalmente inferiores aos depósitos, daí resultará um efeito ao mesmo tempo indesejado e indesejável: a falência do banco. Verificaram-se alguns pânicos deste tipo, sobretudo durante a crise de 1929. Ao contrário da imagística que a noção de pânico facilmente evoca, esses pânicos não se explicam, a propósito, pela irracionalidade dos atores, mas antes por sua prudência. Este efeito indesejável resultou da agregação de comportamentos racionais. [...] Este efeito é indesejável. E é perverso — traduz-se no inverso do fim pretendido. Mas não tem nada de inesperado (Boudon, 1995, p.52-53).

Por conseguinte, podemos pinçar, por meio das análises de Ulrich Beck (2011) sobre a “Sociedade de Risco”, diversos elementos, ou pequenos presságios de que o universo da presente pesquisa, qual seja, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, apresenta os sintomas e os contornos de uma “Sociedade de Risco”, ou seja, apresenta os efeitos de uma “Modernidade Reflexiva”:

Em outras palavras: no modelo da sociedade industrial, de formas diversas – como no esquema de “classes”, “família nuclear”, “trabalho assalariado”, na compreensão de “ciência”, “progresso”, “democracia” -, elementos constitutivos de uma *tradicionalidade industrial imanente* são incorporados, seus fundamentos fragilizados e suspensos pela reflexividade das modernizações [...] Vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação [...] a sociedade industrial *se instabiliza em sua própria concretização*. A continuidade se torna “causa” da ruptura. As pessoas se *libertam* das formas de vida e pressupostos da era socioindustrial da modernidade [...] O sistema de coordenadas ao qual a vida e o pensamento estão sujeitos na modernidade industrial – os eixos da família e do emprego, a crença na ciência e no progresso – começa a cambalear, e surge um novo crepúsculo de oportunidade e riscos – precisamente os contornos de uma sociedade de risco (Beck, 2011, p.17-18).

Para Giddens (1991), o resultado ou o percurso a ser traçado por esse “Carro de Jagrená”, metáfora utilizada para descrever a atual modernidade reflexiva, torna-

se previsivelmente errático ou incerto, pois, segundo Giddens (1991), uma série de fatores influenciam, tais como:

Em que medida nós podemos – onde “nós” significa a humanidade como um todo – atrelar o carro de Jagrená, ou ao menos conduzi-lo de maneira a minimizar os perigos e maximizar as oportunidades que a modernidade nos oferece? Por que, em todo caso, vivemos atualmente num mundo tão descontrolado, tão diferente daquele que os pensadores do Iluminismo anteciparam? [...] Diversos fatores podem ser sugeridos, nenhum dos quais, contudo, tem algo a ver com a ideia de que não temos mais métodos viáveis de sustentar as reivindicações de conhecimento no sentido de Lyotard e outros. O primeiro pode ser designado como *defeitos de projeto* [...] um segundo fator é o que podemos chamar de *falha do operador* [...] ao contrário dos defeitos de projeto, a falha do operador parece não ser passível de erradicação. Um bom projeto, assim como treino rigoroso e disciplina podem tornar a possibilidade de falha do operador muito pequena; mas na medida em que seres humanos estão envolvidos, o risco deve estar presente [...] entretanto, nem os defeitos de projeto nem a falha do operador são os elementos mais importantes a produzir o caráter errático da modernidade. As duas influências mais significativas são aquelas a que já nos referimos brevemente: as *consequências involuntárias* e a *reflexividade* ou *circularidade do conhecimento social* (Giddens, 1991, p.165-166).

Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva, não só através do desdobramento do “dilema de ação coletiva”⁴, mas, principalmente, lançando mão da Teoria do Risco Social de Ulrich Beck (2011) e, consequentemente, dos conceitos de *individualização*⁵, *modernidade reflexiva*⁶ e *sociedade de riscos*, traçar as principais *perspectivas de riscos* em nível individual (micro) e institucional (macro) que estão envoltas no fenômeno da vitimização policial na PMMT, vejamos:

Há que se enfatizar que a análise de Beck diz respeito a sociedades modernas e altamente diferenciadas e individualizadas. Apesar disso, em sociedades como a brasileira, que não realizaram a experiência de um Estado de Bem-Estar Social, pode-se observar sinais da modernidade reflexiva, como, por exemplo, a multiplicidade de inseguranças e incertezas, que seguem aprofundando-se e intensificando-se. [...] Para a análise da realidade social brasileira, as análises de Beck e de Souza trazem dimensões inovadoras, principalmente no que diz respeito às manifestações do processo de modernização reflexiva na construção das relações entre os indivíduos

4 Os problemas de ação coletiva surgem porque é difícil conseguir que as pessoas cooperem para seu benefício mútuo. “Resolver” o problema é atingir a cooperação mutuamente benéfica (Elster, 1994, p. 156). Em outras palavras, para o contexto da presente dissertação: Cooperar para o benefício coletivo (institucional da PMMT), ou optar estritamente pelo benefício individual do policial militar? Eis o dilema de ação coletiva a ser meditado.

5 Junge (2002, p. 7) esclarece ser a individualização um processo no qual “o indivíduo passa a ser o ponto de referência central para si mesmo e para a sociedade”. Ulrich Beck (1986, p. 209) define a individualização como um processo no qual “cada um mesmo se torna a unidade de reprodução vital do Social”.

6 Outra dimensão da modernização reflexiva é o surgimento de riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais, já que na modernidade avançada as estruturas internas da sociedade industrial (classes, arranjos familiares, casamento, profissão, papéis sexuais e de gênero) e suas decorrentes bases naturais de conduta foram dissolvidas (Westphal, 2010, p. 422).

sociais. A contribuição desses autores pode residir no olhar, na investigação empírica e teórica, principalmente para as profissões que lidam e atuam junto aos indivíduos, sujeitos sociais, atentando para as particularidades das relações, das construções simbólicas e discursivas e das manifestações estruturais da modernização reflexiva e individualização nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais (Westphal, 2010, p.432-433).

Por questões de melhor exposição da temática, estruturamos a presente dissertação em capítulos, de maneira que o primeiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa, contextualizando previamente a temática, e, por conseguinte, apresentando a justificativa de escolha do campo de empiria, o método utilizado, os princípios de delineamento, as formas de geração e avaliação dos dados coletados, e, por derradeiro, o interesse de conhecimento estabelecido para a presente pesquisa.

O segundo capítulo, através da relação entre comportamentos de risco e vitimização policial, objetiva introduzir o leitor na temática da vitimização policial militar durante o período de folga, através da apresentação de alguns conceitos da vitimologia; da apresentação das múltiplas formas de vitimização policial, assim como da apresentação da temática da vitimização policial militar durante o período de folga, e seus fatores de risco, através de uma revisão sistemática de literatura, que apresenta os principais fatores de risco e fatores de proteção envolvidos no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga.

O terceiro capítulo apresenta a Teoria Sociológica da Escolha Racional, de maneira que o percurso metodológico de apresentação da referida teoria objetiva preparar o leitor para as reflexões sociológicas vindouras, através da apresentação dos conceitos centrais e correlacionados à Teoria Sociológica da Escolha Racional.

O quarto capítulo apresenta a Sociologia do Risco de Ulrich Beck, de maneira que o percurso metodológico de apresentação da referida teoria objetiva ambientar o leitor para as reflexões sociológicas posteriores, através da apresentação dos conceitos centrais e correlacionados à perspectiva.

O quinto capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre a temática da vitimização policial militar durante o período de folga, mostrando o contexto geral da vitimização policial militar durante o período de folga no Brasil, assim como suas principais causas e consequências.

O sexto capítulo apresenta o perfil do público pesquisado na presente dissertação por meio do questionário virtual estruturado, assim como, igualmente,

apresenta o perfil dos policiais militares entrevistados em profundidade acerca da temática da vitimização policial militar durante o período de folga.

O sétimo capítulo da dissertação apresenta o tipo, o contexto e o perfil da vitimização policial militar durante o período de folga na PMMT, assim como, igualmente, expõe as causas da vitimização policial militar durante o período de folga na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

O oitavo capítulo analisa as causas da vitimização policial militar durante o período de folga, por meio da Teoria Sociológica da Escolha Racional, associada ao paradigma do Individualismo Metodológico, para compreensão das causas dos comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga, os quais, por sua vez, predispõem a ocorrência da vitimização policial militar durante o período de folga. Ainda no oitavo capítulo, são analisadas, com maior profundidade, as causas que motivam os policiais militares a adotarem os comportamentos de risco durante o período de folga, que predispõem a ocorrência da vitimização policial, visando sobretudo compreender o sentido subjetivo da ação adotada pelo ator social. Por derradeiro, são apontadas as consequências que os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga ocasionam para o nível institucional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (macro) e para o nível individual do policial militar (micro).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A cada passo adiante, a cada problema que resolvemos, não só descobrimos problemas novos e não solucionados, porém, também, descobrimos que aonde acreditávamos pisar em solo firme e seguro, todas as coisas são, na verdade, inseguras e em estado de alteração contínua. [...] É uma tarefa de fundamental importância para qualquer teoria do conhecimento, e, talvez, até um requisito crucial, fazer justiça às nossas primeiras duas teses, esclarecendo as relações entre o nosso admirável e constante aumento do conhecimento e nosso frequente acrescido discernimento de que realmente nada conhecemos (Popper, 1978, p.13-4).

Nas palavras de Karl Popper (2006, p. 250), “a atividade científica sempre começa e termina por problemas: problemas do conhecimento”. Nesse sentido, o esforço teórico-científico dedica-se incessantemente ao objetivo de aprofundamento das análises sobre os aspectos ainda obscuros da investigação científica, sobre determinados problemas, produzindo conhecimentos que possam proporcionar soluções (Popper, 2006).

O aprofundamento das análises científicas provoca além do acúmulo do acervo de conhecimentos sobre determinada temática. Ele proporciona o esclarecimento de lacunas existentes, propicia a eliminação de inconsistências e reduz certas inexatidões (*idem*).

Por outro lado, o processo de aprofundamento das análises científicas, resultam na identificação de novos problemas derivados do problema original, proporcionando a ampliação do escopo de investigação, o aprofundamento teórico, ou até mesmo, a mudança do seu direcionamento original (*ibidem*). E foi exatamente isso que aconteceu com a presente pesquisa.

Por um lado, o direcionamento original da presente pesquisa não foi alterado, permanecendo na temática da vitimização policial durante o período de folga. Inicialmente, os olhares iniciais da pesquisa estavam voltados exclusivamente para a vitimização policial violenta, durante o período de folga, notadamente, direcionados aos crimes violentos letais intencionais (CVLI), tais como: homicídio doloso consumado; lesão corporal seguida de morte; e latrocínio (roubo seguido do resultado morte).

Por outro lado, houve uma ampliação do escopo de investigação inicial delimitado no campo da vitimização policial violenta durante o período de folga, em que, durante realização da revisão bibliográfica, percebeu-se que, ao nível de Brasil,

existem particularidades e variações de estado para estado da federação brasileira, que conferem perfis de vitimização policial com tons diferentes para cada unidade federativa. Nesse sentido, um dos objetivos do presente trabalho é conhecer qual é o perfil da vitimização policial durante o período de folga de policiais militares do estado de Mato Grosso.

Percebeu-se, também, por meio da análise dos dados coletados, através do questionário online, endereçado aos Policiais Militares do Estado de Mato Grosso, que diversos outros tipos de vitimizações acometem os policiais militares durante o período de folga, de maneira que, considerando os objetivos da pesquisa, a análise da vitimização policial durante o período de folga estará centrada nos contextos situacionais envolvendo a vitimização policial durante o período de folga por Crimes Violentos Letais Intencionais⁷ (CVLI) e Crimes Violentos Intencionais⁸ (CVI), assim como Crimes de Menor Potencial Ofensivo⁹ (CMPO), que também acometem os policiais militares durante o período de folga.

A epistemologia de Imre Lakatos (1976, 1977, 1978), propõe que a racionalidade científica seja construída por meio de um frame ou estrutura teórica ampla, capaz de guiar as pesquisas, em outras palavras, buscar o estabelecimento de um programa de pesquisas ou programa de investigações “progressivas”, que se fundamente por meio de um núcleo teórico-científico firme (Lakatos, 1976; 1977; 1978).

Nesse sentido, a presente pesquisa aproxima-se da epistemologia de Imre Lakatos (1976, 1977, 1978), no sentido de buscar não só o fornecimento de uma estrutura teórica ampla acerca da vitimização policial, mas, sobretudo, propor o estabelecimento de um programa de investigação progressivo na PMMT acerca das seguintes categorias de vitimização policial, a saber: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos Intencionais (CVI), assim como Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), que também acometem os policiais militares durante o período de folga.

Em acréscimo, através das análises dos dados coletados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, foi possível

7 Homicídio Doloso; Lesão Corporal seguida de Morte; Roubo com resultado Morte (Latrocínio).

8 Homicídio (tentado); Lesão Corporal (tentado ou consumado); Roubo (tentado ou consumado); Latrocínio (tentado).

9 Agressão Física; Agressão Verbal; Ameaça; Perseguição; Furto, dentre outros.

identificar um *frame* de categorias diversas de mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso, os quais permitem, ao menos de maneira panorâmica, apontar as principais causas de mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso do serviço ativo, e, refletindo prospectivamente, direcionar eventuais campos de pesquisas futuras no espectro da vitimização policial na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

2.1 Comportamentos de risco e vitimização policial

Essa observação nos dá a oportunidade de enunciar a tarefa principal das ciências sociais teóricas. Ela consiste em determinar as repercussões sociais não intencionais das ações humanas intencionais.

Karl Popper, *Conjectures and Refutations*.

A ciência e a evolução dos paradigmas de Thomas Khun (1994) estabelece que: “no seu uso estabelecido, um paradigma é um modelo ou padrão aceitos” (Kuhn, 1994, p. 43). No campo da vitimização policial durante o período de folga, com base nos referenciais teóricos sobre a temática, sobressai o aspecto técnico de que os comportamentos de risco adotados pelos policiais durante esse período de folga, em outras palavras, os fatores de risco de vitimização policial, parecem-nos firmemente consolidados no campo da vitimização policial, funcionando, portanto, como um paradigma:

Neste ensaio, “ciência normal” [paradigma] significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior (Kuhn, 1994, p. 29).

Acerca da consolidação de uma teoria como paradigma, Thomas Kuhn (1994) esclarece que: “para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada” (Kuhn, 1994, p. 38).

De fato, a consciência dos fatores de risco de vitimização policial, assim como a adoção de comportamentos de prevenção durante o período de folga, evitando situações de risco, não é o suficiente para explicar todos os casos de vitimização policial durante o período de folga. Entretanto, o paradigma dos comportamentos de risco adotados pelos policiais durante o período de folga fornece a explicação para

muitos casos de vitimização policial semelhantes, ocorridos durante o período de folga, pois “[...] o paradigma funciona ao permitir a reprodução de exemplos, cada um dos quais poderia, em princípio, substituir aquele” (Kuhn, 1994, p. 44).

Nesse sentido, a presente pesquisa se presta, também, a possibilitar a confirmação do paradigma de que a consciência e a aplicação de comportamentos de prevenção, por parte do policial militar, evitariam os fatores de risco de vitimização policial, em outras palavras, afastando-se de comportamentos de risco durante o seu período de folga, ele contribui sobremaneira para a sua proteção, reduzindo a vitimização policial.

Entretanto, conforme adverte o próprio Kuhn (1994),

por outro lado, na ciência, um paradigma raramente é suscetível de reprodução. Tal como uma decisão judicial aceita no direito costumeiro, o paradigma é um objeto a ser melhor articulado e precisado em condições novas ou mais rigorosas (Kuhn, 1994, p. 44).

Nesse sentido, a presente dissertação funciona como uma possibilidade de melhor articulação da temática da vitimização policial durante o período de folga na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em complemento à pesquisa de vitimização policial realizada em 2019 por este pesquisador.

2.2 Delimitação dos níveis micro e macro

Seguindo o delineamento estabelecido no problema de pesquisa proposto, as variáveis estão separadas em nível institucional (macro) e nível individual (micro). Essa divisão é apenas conceitual e didática, pois compreendemos que no âmbito da realidade social, a síntese dos níveis micro e macro ocorre de maneira intercambiante.

Assim sendo, para oferecer uma melhor visualização sobre quais fatores de risco têm maior influência no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, foi estabelecida a separação em nível institucional (macro) e nível individual (micro).

Por nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (macro), no campo da temática da vitimização policial durante o período de folga, compreendemos aquelas variáveis ou fatores exclusivamente relacionados à competência da instituição Polícia Militar que referem-se a aspectos que são deveres ou obrigações institucionais, ou

devem ser por ela de alguma maneira articulados, tais como: reestruturação salarial; reestruturação da carreira e dos mecanismos de ascensão profissional; realização de treinamentos técnicos de capacitação continuada no campo da sobrevivência policial durante o período de folga, dentre outros, de maneira que, por questões de melhor exposição da temática, passaremos a denominá-la de “vulnerabilidades institucionais”.

Por nível individual (micro), no campo da vitimização policial durante o período de folga, compreendemos as condutas ou comportamentos adotados a nível individual, pelos policiais militares, durante o período de folga, ou seja, durante o período em que não se encontram efetivamente de serviço à disposição da Polícia Militar, tais como: frequentar determinados tipos de lugares de risco; fazer o uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes; adotar comportamentos de risco, dentre outros, de maneira que, essa primeira dimensão de nível individual (micro) passaremos a denominar como “vulnerabilidades pessoais/comportamentais do militar na folga”.

A síntese dos níveis institucional (macro) e individual (micro), provocam, por meio de seus movimentos intercambiantes e, por vezes, até em oposição no campo da realidade social, consequências sociológicas tanto em âmbito institucional (macro) e individual (micro). Tais desdobramentos sociológicos referem-se justamente às consequências que a vitimização policial e seus fatores de risco durante o período de folga ocasionam à sociedade de uma maneira geral, o que, por conseguinte, engloba tanto consequências de nível individual para o policial militar no âmbito privado quanto para a Polícia Militar como instituição.

2.3 Justificativa de escolha do campo de empiria

A justificativa de escolha da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso como campo de empiria para a presente pesquisa se deve, primeiramente, em virtude deste pesquisador ser policial militar do estado de Mato Grosso há mais de quinze anos e, durante todo esse tempo, vivenciar, direta ou indiretamente, os diversos episódios de vitimização policial durante o período de folga.

Em segundo lugar, a escolha ocorre em virtude de pesquisa anterior já realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), no ano de 2019, ampliando-se nesta oportunidade o recorte da pesquisa.

Por derradeiro, a escolha do tema vitimização policial durante o período de folga, em detrimento da vitimização policial durante o período de serviço, ocorre em virtude da prevalência ao nível nacional de ocorrências de episódios de vitimização contra policiais ser quantitativamente superior durante o período de folga, do que quando comparado com os casos de vitimização policial em que os policiais se encontram efetivamente de serviço na corporação (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023).

2.4 Do método

A pesquisa da presente dissertação foi uma pesquisa de campo, realizada dentro do universo de integrantes da PMMT, podendo ser classificada quanto aos objetivos como exploratória e descritiva.

Quanto ao método científico utilizado, invocamos Marconi e Lakatos (2003) que o entendem definido como o conjunto de procedimentos para colocar à prova as hipóteses. Neste sentido, optou-se pela escolha do método TWD de Raymond Boudon (2004):

Seria igualmente fácil encontrar numerosos exemplos na sociologia moderna ilustrando o que eu chamaria de programa TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999), ou seja, o programa descrito pelo tipo de entrada Tocqueville, Weber ou Durkheim a que acabei de me referir. Existem muitos estudos que, aplicando os princípios do programa TWD, oferecem explicações convincentes de fenômenos opacos que têm a ver com o crime, mobilidade e estratificação social, educação, mudança social, organizações, ação coletiva, normas e valores, movimentos sociais, processos de inovação e difusão, crenças coletivas, opinião pública, instituições, etc. Tomados em conjunto, esses estudos não apenas produzem, ao que parece, conhecimento cumulativo, mas também em muitos casos mudaram profundamente a forma como percebemos tais fenômenos (Boudon, 2004, p.220-221).

A Vitimização Policial na PMMT e seu aspecto ontológico de fenômeno social enigmático a ser investigado encaixa-se perfeitamente ao programa TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999), pois Segundo Boudon (2004):

As teorias de Tocqueville, Weber ou Durkheim são construídas da mesma forma que a teoria do barômetro de Pascal. Essas teorias dissipam o caráter enigmático dos fenômenos que procuram explicar, derivando-os de uma série de proposições que parecem tão facilmente aceitáveis (Boudon, 2004, p.218).

[...] fenômenos que parecem tão opacos à primeira vista são explicados por suas causas, e essas causas são representadas como ações ou crenças individuais compreensíveis. Essas explicações são muito convincentes, precisamente pelas razões que qualquer teoria científica é convincente. Eles são consistentes com os dados de observação e são construídos a partir de noções e proposições, tanto empíricas quanto não empíricas, que são prontamente aceitáveis (Boudon, 2004, p.220).

A escolha do programa TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999) como método sociológico de investigação mais adequado para a análise do fenômeno social enigmático da Vitimização Policial na PMMT, justifica-se, pois o programa TWD se inscreve no âmbito da “Sociologia Científica” (Boudon, 2016) ou, em outras palavras, conforme o próprio Boudon (2004) a caracteriza, apresenta-se como uma “Sociologia Cognitiva”¹⁰:

A diversidade da sociologia pode ser capturada com a ajuda de quatro tipos ideais. A primeira é a sociologia informativa ou «consultiva»: aquela que produz dados e análises orientadas para a decisão. A segunda é a sociologia crítica, que identifica defeitos da sociedade e propõe soluções para elas. A terceira é a sociologia que tenta despertar emoções descrevendo fenômenos sociais de uma maneira vívida. Um quarto tipo, o cognitivo, visa explicar fenômenos sociais enigmáticos. Todas as quatro orientações são encontradas tanto na sociologia contemporânea quanto na clássica, mas não são igualmente valiosas. Tocqueville, Weber ou Durkheim exemplificam o quarto tipo, mas vários fatores fizeram com que os outros três expandissem às suas custas (Boudon, 2004, p.215).

Segundo Boudon (2004), as análises sociológicas de Tocqueville, um dos tripés do Método TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999), podem ser sintetizadas através dos seguintes princípios sociológicos:

- 1) O objetivo da sociologia é explicar fenômenos intrigantes ou enigmáticos;
- 2) Explicar um fenômeno, tanto na sociologia quanto em qualquer outra disciplina, significa encontrar suas causas;
- 3) As causas dos fenômenos sociais são encontradas no nível dos indivíduos, suas atitudes, decisões, escolhas ou crenças;
- 4) As atitudes, escolhas, crenças e representações dos indivíduos pode ser entendido: o significado que eles têm para esses indivíduos é a razão pela qual eles os mantêm;

10 Sugiro que é possível identificar pelo menos quatro grandes e duradouros tipos ideais de sociologia. Proponho nomear o tipo cognitivo ou científico, o tipo estético ou expressivo, o tipo descritivo ou consultivo e o tipo crítico ou comprometido (Boudon, 2004, p.222).

5) O significado de suas escolhas para os indivíduos é compreensível apenas por referência ao contexto em que se desenvolvem (Boudon, 2004, p.219).

De maneira semelhante, em se tratando agora do segundo tripé do Método TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999), Max Weber e a sua sociologia compreensiva consegue tranquilamente fornecer explicações microsociológicas para fenômenos macrosociológicos, conforme bem assegurou Boudon (2004):

Max Weber também concebeu explicações científicas sólidas para multiplicidade de fenômenos aparentemente incompreensíveis. Para Weber, as causas últimas dos fenômenos sociais estão nas ações individuais. R) Sim, o sociólogo deve tentar descobrir as causas microscópicas dos eventos macroscópicos (Boudon, 2004, p.219).

Quanto aos métodos de abordagem da pesquisa, optou-se pela escolha de uma abordagem quanti-qualitativa, pois, conforme Oliveira (2010), a utilização de técnicas quanti e qualitativas, são abordagens complementares e que podem auxiliar na compreensão dos fenômenos, vejamos: “[...] as abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes e até diríamos que elas se complementam, visto que existem fatos que são do domínio quantitativo e outros do domínio qualitativo” (Oliveira, 2010).

2.5 Princípios de delineamento

Com relação aos princípios de delineamento, optou-se pela estratégia de pesquisa da observação participante¹¹, haja vista não só a atual condição profissional do presente pesquisador de policial militar do estado de Mato Grosso, mas, sobretudo, por essas condições ambientais e profissionais propiciarem uma profunda imersão no universo de pesquisa, de maneira que o presente pesquisador posiciona-se como um observador natural do lócus de pesquisa, afastando, dessa maneira, as típicas dificuldades de inserção no universo de pesquisa, enfrentados costumeiramente pelos observadores participantes:

11 O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (Becker, 1997, p.47)

Inserção. Um problema que aflige quase todos os pesquisadores - pelo menos todos aqueles que tentam estudar, por qualquer método, organizações, grupos e comunidades do mundo real – é se inserir: conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários. O problema é perene para os praticantes de observação participante, que habitualmente têm que negociar a questão novamente a cada vez que entram numa organização, pois será a primeira vez que algum sociólogo o terá feito (Becker, 1997, p.34)

Durante a confecção da presente dissertação, o pesquisador pôde, por meio de sondagens, conversas com policiais militares do estado de Mato Grosso e observações sistemáticas, captar de maneira mais detalhada muitas nuances e aspectos do cotidiano da vida profissional e pessoal dos policiais militares, que se relacionam com o fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga.

Tais observações sistemáticas realizadas pelo pesquisador, imerso no universo de pesquisa, como um observador natural do lócus de pesquisa, subsidiaram a construção não só do questionário virtual estruturado e do tópico guia das entrevistas individuais em profundidade, mas, igualmente, contribuiu para melhor compreender a heterogeneidade dos sujeitos e do universo de pesquisa.

2.6 Geração de dados

Primordialmente, é importante destacar que a presente pesquisa de dissertação de Mestrado foi submetida ao *Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das áreas de Ciências Humanas e Sociais* (CEP - HUMANIDADES) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), conforme Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) de número 63612122.1.0000.5690, de maneira que ela obteve aprovação junto ao respectivo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer de número 5.891.450.

Inspirou-se nos argumentos de Max Weber de que o método básico das “ciências humanas” deveria ser o de *verstehen* (compreender), o que em outras palavras, para Collins (2009, p.79)

[...] significa que não se deve explicar os processos sociais mediante a proposição de leis abstratas, mas é preciso penetrar no ponto de vista subjetivo do ator, para ver o mundo como ele ou ela o vê, de modo a compreender suas motivações (Collins, 2009, p. 79).

Para tanto, ciente de que, para uma completa compreensão do objeto a ser investigado, seria fundamental visualizar a perspectiva acerca do fenômeno da vitimização policial e seus fatores de risco, do ponto de vista de duas classes hierárquicas distintas na Polícia Militar de Mato Grosso, quais sejam, os Oficiais e os Praças, foram realizadas entrevistas qualitativas individuais em profundidade com profissionais dessas classes (Oficiais e Praças) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Conforme Robert Farr (1982), citado por Bauer e Gaskell (2002):

Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Ela é, como escreveu Robert Farr (1982), "essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista" (Farr, 1982 apud Bauer; Gaskell, 2002, p.64-65).

A realização de entrevistas qualitativas individuais em profundidade com profissionais Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso objetivou captar as principais perspectivas, crenças, atitudes, valores e motivações envolvidas no fenômeno da vitimização policial durante o período de folga e seus fatores de risco. Conforme bem esclareceu Bauer e Gaskell (2002):

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (Bauer; Gaskell, 2002, p.65).

A escolha pela realização de entrevistas qualitativas individuais em profundidade se justifica como a estratégia de coleta de dados adequada, haja vista a elaboração e aplicação de 01 (um) questionário virtual estruturado, confeccionado com base nos objetivos desta pesquisa, composto por perguntas fechadas e abertas sobre o fenômeno da vitimização policial durante o período de folga e seus fatores de risco na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, de maneira que a conjugação desses dois procedimentos de pesquisa de coleta de dados retratados (entrevista e questionário) tornam-se complementares, observe:

Além dos objetivos amplos da descrição, do desenvolvimento conceptual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos. Por exemplo, intuições providas da entrevista qualitativa podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação. A fim de construir questões adequadas, é necessário avaliar tanto os interesses quanto a linguagem do grupo em foco. Do mesmo modo, a pesquisa de levantamento muitas vezes apresenta resultados e surpresas que necessitam de ulterior investigação. Aqui, a compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos (Bauer; Gaskell, 2002, p.65-66).

Os dados da presente dissertação foram gerados por meio de pesquisa de campo realizada com policiais militares das mais diversas unidades que compõem a PMMT, perfazendo um universo total de 6.672 (seis mil seiscentos e setenta e dois) policiais militares¹², de maneira que os procedimentos de coleta de dados da pesquisa de campo, quais sejam: o questionário virtual estruturado aplicado via plataforma *Google Forms*, e as Entrevistas Qualitativas Individuais em Profundidade, foram realizadas por meio ou ambiente virtual¹³, ou seja, de forma não presencial¹⁴, haja vista, à época, o acometimento mundial da pandemia de Covid-19, rearticulada e intensificada, através da coexistência da nova variante do vírus da Covid -19 (Ômicron) e da nova variante do vírus da influenza (H3N2).

Para o questionário virtual estruturado, aplicado de forma não presencial e através do meio ou ambiente virtual, a plataforma digital utilizada foi a do *Google Formulários*, usando como critério de seleção dos policiais militares participantes da pesquisa, através do questionário virtual estruturado, a seleção de uma amostra aleatória dentre os integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

A ferramenta tecnológica *Google Formulários* possibilita a aplicação do questionário virtual estruturado, realizando a coleta das respostas dos participantes de forma organizada e automática em tempo real, gerando gráficos e tabelas que auxiliam na tabulação dos dados coletados.

12 Efetivo conforme Lotacionograma da PMMT do 2º Trimestre do ano de 2023, público no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28541 de 14 de julho de 2023

13 Meio ou ambiente virtual: aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios. Ministério da Saúde; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; 2021, p.02).

14 Forma não presencial: contato realizado por meio ou ambiente virtual, inclusive telefônico, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa (Ministério da Saúde; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa; 2021, p.02).

Para a viabilização da coleta de dados, o questionário virtual estruturado formulado foi disseminado por meio do *e-mail* institucional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (através de listas ocultas), assim como por meio do aplicativo *WhatsApp*, visando a seleção de uma amostra aleatória de policiais militares integrantes dos mais diversos grupos de cunho profissional da PMMT constantes no aplicativo *Whatsapp* e no *e-mail* institucional da PMMT.

Não houve um pré-requisito para envio do questionário virtual estruturado. Foram contactados os grupos de trabalho de profissionais da PMMT constantes no aplicativo *Whatsapp* e no *e-mail* institucional da PMMT (por meio de listas ocultas), sendo, na sequência, disponibilizado o *link* para acesso ao questionário virtual estruturado, explicitando primeiramente, através do próprio questionário virtual estruturado, o convite inicial ao participante para contribuir com a pesquisa, de maneira que tal convite inicial perfaz o papel do consentimento livre e esclarecido do participante, o qual contém em seu bojo: a contextualização, a justificativa, os objetivos e a finalidade da pesquisa, assim como os métodos utilizados, bem como os potenciais benefícios e riscos da presente pesquisa.

Por conseguinte, e de forma secundária, considerando a anuência do participante em contribuir com a presente pesquisa, foi apresentado, de forma escrita e simplória, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao participante, o qual foi devidamente registrado através do próprio questionário virtual estruturado, deixando claro ao participante não só os objetivos, a finalidade, os métodos e os potenciais benefícios e riscos da presente pesquisa, mas, sobretudo, garantindo ao participante não só a confidencialidade (anonimato) total dos dados por ele produzidos, mas também a possibilidade de desistir de contribuir com a pesquisa em qualquer uma de suas fases, ou seja, a qualquer momento.

Superadas tais etapas iniciais fundamentais, os participantes, gradativamente, e dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, responderam às perguntas abertas e fechadas, formuladas no questionário virtual estruturado proposto, de maneira que as respostas foram sendo coletadas e tabuladas em formatos de gráficos e tabelas, de forma totalmente anônima.

Decorrido o prazo estipulado para a coleta de dados, o questionário virtual estruturado foi desativado, ou seja, foi fechado para não mais ser visualizado e/ou respondido por qualquer pessoa que obtenha o *link* inicial de acesso.

Após a conclusão da coleta de dados por meio do questionário virtual estruturado, os dados coletados foram imediatamente retirados do *e-mail* ou nuvem da plataforma *Google*, onde estavam temporariamente armazenados, sendo, dessa maneira, realizado, primeiramente, o *download* de todos os dados coletados para um dispositivo de *backup* local, tal como HD externo e *pen-drives* e, por derradeiro, foram excluídos do *e-mail* ou nuvem da plataforma *Google* todos os dados coletados através da pesquisa de campo realizada por meio do questionário virtual estruturado.

Para as entrevistas qualitativas individuais em profundidade, realizadas de forma não presencial e através do meio ou ambiente virtual, a plataforma digital utilizada foi a do *Google Meet*, de maneira que cada entrevista individual foi gravada separadamente, com o convite inicial ou Consentimento Livre e Esclarecido, assim como o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo realizado de maneira verbal (gravado em arquivo de mídia digital), e/ou registrado de maneira escrita e simplória através da assinatura por parte do participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Superadas essas etapas iniciais, as entrevistas qualitativas individuais em profundidade seguiram o roteiro estabelecido através do Tópico Guia formulado pelo pesquisador, o qual, de acordo com Bauer e Gaskell (2002), possibilita ao entrevistado navegar livremente por meio das temáticas sugeridas pelo entrevistador, observe:

É fundamental colocar tempo e esforço na construção de um tópico guia, e é provável que se tenha de fazer várias tentativas. Em sua essência, ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. Ele se fundamentará na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo (que poderá incluir observações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas experientes, e algum pensamento criativo. Como ideal, o tópico guia deveria caber em uma página. Ele não é uma série extensa de perguntas específicas, mas ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos. Ele funciona como um lembrete para o entrevistador, como uma salvaguarda quando der um "branco" no meio de uma entrevista, um sinal de que há uma agenda a ser seguida, e (se um número de minutos é fixado a cada parágrafo) um meio de monitorar o andamento do tempo da entrevista. Um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco (Bauer, Gaskell, 2002, p.66-67).

Com relação ao convite inicial endereçado aos policiais militares para a participação nas entrevistas qualitativas individuais em profundidade (na modalidade não presencial), foram contactados policiais militares do estado de Mato Grosso via *e-mail* e contato telefônico, explicitando os objetivos da pesquisa, os métodos

utilizados, os riscos envolvidos, e todas as demais informações detalhadas referentes à pesquisa, convidando o referido policial militar a contribuir através da entrevista qualitativa em profundidade, de maneira totalmente voluntária.

As entrevistas qualitativas individuais em profundidade foram realizadas de forma não presencial e através do meio ou ambiente virtual, pela plataforma digital do *Google Meet*, de maneira que os critérios de seleção e definição dos policiais militares da classe dos Oficiais da PMMT que participaram das entrevistas qualitativas individuais em profundidade foram: 1 – Ser Oficial da Polícia Militar do estado de Mato Grosso; 2 – Pertencer ao quadro de Policiais Militares da Ativa, ou da Inatividade, quais sejam: os militares pertencentes à Reserva Remunerada ou Reformados da PMMT; 3 – Respeitar o parâmetro quantitativo de seleção de amostra para pesquisas científicas, o qual estabelece obrigatoriamente o parâmetro de seleção da amostra de que, no mínimo, 20% do total dos indivíduos entrevistados devem ser pessoas do sexo feminino (em virtude da característica singular do universo de pesquisa da Polícia Militar do estado de Mato Grosso, que admite somente o ingresso de 20% de policiais militares do sexo feminino na Corporação)¹⁵.

De maneira semelhante, os critérios de seleção e definição dos policiais militares da classe das Praças da PMMT a participarem das entrevistas qualitativas individuais em profundidade foram: 1 – Ser Praça da Polícia Militar do estado de Mato Grosso; 2 – Pertencer ao quadro de Policiais Militares da Ativa, ou da Inatividade, quais sejam: os militares pertencentes à Reserva Remunerada ou Reformados da PMMT; 3 – Respeitar o parâmetro quantitativo de seleção de amostra para pesquisas científicas, o qual estabelece obrigatoriamente que, no mínimo, 20% do total dos indivíduos entrevistados devem ser pessoas do sexo feminino (em virtude da característica singular do universo de pesquisa da Polícia Militar do estado de Mato Grosso, que admite somente o ingresso de 20% de policiais militares do sexo feminino na Corporação).

Com relação ao quantitativo de policiais militares que foram entrevistados na presente pesquisa, foram selecionados 08 (oito) policiais militares, pertencentes aos mais diversos postos e graduações da Polícia Militar do estado de Mato Grosso,

¹⁵ Essa era a representatividade legal do gênero feminino na Polícia Militar de Mato Grosso, até a ADI 7487 tramitada no Supremo Tribunal Federal que pôs fim à restrição de gênero por ocasião dos concursos seletivos para ingresso na PMMT. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=529065&ori=1> Acesso em 28 ago. 2024.

seguindo os critérios de seleção da amostra previamente definidos, buscando selecionar dentro das possibilidades, policiais militares com maior tempo de efetivo serviço na Polícia Militar, e, igualmente, policiais militares das patentes mais altas das classes de Oficiais e Praças.

Por conseguinte, após a conclusão da coleta de dados, por meio das entrevistas qualitativas individuais em profundidade, gravadas em ambiente virtual, os dados coletados foram imediatamente retirados do *e-mail* ou nuvem da plataforma *Google* onde estavam temporariamente armazenados, sendo, dessa maneira, realizado, primeiramente, o *download* de todos os dados coletados para um dispositivo de *backup* local, tal como HD externo e *pen-drives* e, por derradeiro, foram excluídos do *e-mail* ou nuvem da plataforma *Google*, todos os dados coletados através da pesquisa de campo realizada por meio das entrevistas qualitativas individuais em profundidade.

De maneira complementar, ainda por meio da realização de pesquisa de campo, houve a coleta de dados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) da PMMT, objetivando obtenção de dados quantitativos e qualitativos a respeito das mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso do serviço ativo, nos últimos 10 (dez) anos.

Por derradeiro, a pesquisa buscou subsidiar-se não só por meio dos referenciais teóricos sociológicos de base, mas, igualmente, de referenciais bibliográficos e técnicos via pesquisa interdisciplinar, de maneira que a coleta de dados e documentos no âmbito da Polícia Militar foi fundamental para a construção do corpus da pesquisa.

2.7 Avaliação de dados

Como um instrumento de pesquisa que subsidiou a análise dos dados coletados, no tocante à organização e tratamento dos dados coletados por meio das entrevistas qualitativas individuais em profundidade e do questionário virtual estruturado, a presente pesquisa optou pela utilização do *Software* de Análise Qualitativa NVivo¹⁶, versão 14, o qual por suas características tecnológicas permite:

16 O NVivo é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Ele facilita a organização de entrevistas,

[...] trabalhar com texto, áudio, vídeos, imagens, planilhas, pesquisas on-line, mídia social e conteúdo da Web; usar poderosas ferramentas de consulta; criar mapas conceituais e de projeto para mostrar associações em seus dados; utilizar o NCapture para capturar, de maneira fácil e rápida, conteúdo de mídia social para análise (QSRInternational, 2015, p.06).

As operações de análise dos dados coletados (entrevistas, questionário e referenciais teóricos), subsidiadas pelas diversas funções que o *Software* de Análise Qualitativa NVivo pode oferecer, foram exploradas de maneira livre e exaustiva por parte do pesquisador, levando-se em consideração não somente a imaginação sociológica como parte fundamental do artesanato intelectual, mas, sobretudo, primando pelos processos de indexação, codificação (categorização) e reapresentação dos dados coletados, nos quais o Software permite tranquilamente a organização dos dados e até mesmo o fornecimento de diversos insights:

A maioria dos programas de software para análise qualitativa da conta desse processo de categorização e comparação dos segmentos do texto, oferecendo recursos para "codificar e reapresentar" (Kelle, 1995; Richards & Richards, 1995), que permitem a anexação de "códigos" (palavras-índice), a segmentos de texto, e a reapresentação de todos os segmentos de um conjunto definido de documentos, para o qual o mesmo código foi atribuído (Bauer; Gaskell; 2002, p.398).

A análise dos dados coletados mediante a aplicação do questionário virtual estruturado via plataforma *Google Forms*, foi realizada com o auxílio do Software de Análise Qualitativa NVivo, versão 14, o qual permite explorar amplamente todos os dados e metadados coletados por meio do questionário estruturado aplicado, explorando gráficos, tabelas, indexação, codificação, reapresentação e diversas outras funções inerentes à ferramenta tecnológica de análise qualitativa NVivo.

Eventualmente, para uma análise quantitativa mais apurada de todos os dados quantitativos coletados por meio do questionário virtual estruturado e das diligências e coletas de dados junto à Diretoria de Gestão de Pessoas da PMMT, foi utilizado o Programa Excel, como forma de aperfeiçoar o tratamento dos dados coletados e trazer maior fidedignidade à pesquisa de campo realizada.

imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises. Na parte de dados qualitativos é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo meta-análise (Alves; Figueiredo Filho; Henrique; 2015, p.125).

Nesse sentido, os dados quantitativos e qualitativos coletados na pesquisa de campo, referentes às mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso nos últimos 10 (dez) anos, foram organizados, tabulados e analisados com o auxílio do programa Excel, juntamente com o software de análise qualitativa NVIVO, quando oportuno.

De maneira similar, todo o material coletado das entrevistas qualitativas individuais em profundidade (na modalidade virtual) foi inserido no Software de Análise Qualitativa NVivo, versão 14, o qual permite explorar amplamente todos os dados e metadados coletados por meio das entrevistas qualitativas individuais em profundidade, com ferramentas de indexação, codificação, reapresentação e diversas outras funções inerentes à ferramenta tecnológica de análise qualitativa NVivo.

Não somente os referenciais teóricos de base e de apoio da presente pesquisa, mas, igualmente, todos os dados qualitativos coletados por meio da aplicação do questionário virtual estruturado e da realização e gravação das entrevistas qualitativas individuais em profundidade, foram analisados e interpretados por meio da *análise de conteúdo*:

Os procedimentos da AC [Análise de Conteúdo] reconstróem representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. Procedimentos sintáticos se enfocam nos transmissores de sinais e suas inter-relações. A sintaxe descreve os meios de expressão e influência - como algo é dito ou escrito. A frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas são indicadores de uma fonte e da probabilidade de influência sobre alguma audiência. O frequente emprego de uma forma de palavras que não é comum pode identificar um provável autor e determinado vocabulário pode indicar um tipo provável de público. Os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e seu sentido normal - sentidos denotativos e conotativos em um texto (Bauer; Gaskell; 2002, p.192-193).

A análise de conteúdo é caracterizada por Bardin (2016) como uma “hermenêutica controlada” pelo pesquisador, que busca por meio da aplicação de um conjunto de procedimentos metodológicos sutis, e emprego de técnicas múltiplas de investigação (que contemplam desde o cálculo de frequências, até a construção de modelos teóricos baseados em dados qualitativos e/ou quantitativos), realizar um processo de depuração dos dados em análise, geralmente realizado por meio de operações intelectuais de dedução ou inferência, os quais baseiam-se e oscilam entre o “rigor da objetividade” dos dados coletados e a “fecundidade da subjetividade” de análise do pesquisador (Bardin, 2016, p. 15).

A análise de conteúdo exige do pesquisador uma postura de obsessão pela “desocultação” das camadas de senso comum. É uma tarefa de busca paciente e profunda, de trazer à tona os elementos implícitos de uma mensagem, pois, conforme bem assegurou Bardin (2016), “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (Bardin, 2016, p. 19). Portanto, é uma espécie de “*attitude de voyeur*” (Bardin, 2016) que “absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem” (Bardin, 2016, p. 15). Também é uma postura de “vigilância crítica” quanto ao objeto em análise e, por meio de “técnicas de ruptura”, tais como: a construção de conceitos operatórios, a aceitação de hipóteses transitórias, e o emprego de técnicas investigativas diversas, visa extirpar, ao estilo de Durkheim e Pierre Bordieu, a “ilusão da transparência” dos fatos sociais, ou seja, exige do pesquisador uma postura de “tornar-se desconfiado” dos mecanismos de compreensão espontânea dos fatos sociais, repelindo de maneira imediata “a leitura simples do real” (Bardin, 2016, p. 32).

Para o alcance de tal desiderato de profundidade de análises e depuração de fatos sociais, a análise de conteúdo se vale de um “leque de apetrechos”, sendo caracterizada, portanto, como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que podem ser moduladas de maneira flexível e adaptável pelo investigador, tomando como norte os dados coletados, as inferências lógicas deduzidas com base nos dados coletados, e a imaginação sociológica do pesquisador que “não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o “continente” [suas fronteiras]” (Bardin, 2016, p. 35 e 39).

Conceitualmente, a análise de conteúdo nada mais é do que

uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações (Bardin, 2016, p. 40).

Do ponto de vista metodológico, a análise de conteúdo trabalha com os conceitos de *frequência*, *presença* e *ausência* de características do conteúdo da mensagem. No que se refere à perspectiva quantitativa na análise de conteúdo, a *frequência* com que surgem as características do conteúdo da mensagem torna-se ponto central de análise do investigador. Por outro lado, no que se refere à perspectiva qualitativa na análise de conteúdo, é a *presença* ou *ausência* de determinadas

características no conteúdo da mensagem que fornecem as pistas necessárias ao investigador, que age duplamente como “detetive” e “espião” (Bardin, 2016, p. 25-26).

Além disso, ela obedece a uma sequência de procedimentos metodológicos, composta por três fases “rituais”, a saber: a primeira fase, caracterizada como tratamento descritivo ou descrição analítica dos dados coletados; a segunda fase, caracterizada como operações de deduções ou inferências lógicas; e, a terceira e última fase, caracterizada como interpretações ou inferências do pesquisador, as quais são balizadas ou parametrizadas tomando como base os dados coletados, os referenciais teóricos e metodológicos adotados, e a imaginação sociológica do pesquisador (Bardin, 2016, p. 39 e 43).

De acordo com Bardin (2016), “a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 39). Nesse sentido, portanto, no que se refere à primeira fase do procedimento metodológico da análise de conteúdo, caracterizado como tratamento descritivo ou descrição analítica dos dados coletados, optou-se pela realização de uma análise temática ou análise categorial dos dados coletados, ou seja, foi realizada uma análise dos “significados” dos dados coletados, os quais foram separados por categorias temáticas ou unidades de codificação ou unidades de registro (Bardin, 2016, p. 39).

A análise temática ou análise categorial, é um tipo de análise que pretende considerar a totalidade dos dados coletados, por meio de uma análise dos “significados” embutidos nos dados coletados, os quais serão submetidos ao crivo de “classificação” ou “recenseamento” do pesquisador, segundo os critérios que marcam a *frequência, a presença ou a ausência* de significados ou semelhanças temáticas nos dados coletados e analisados (Bardin, 2016, p. 40). É também concebida como o “método das categorias”, onde as *categorias* ou *unidades de codificação* ou *unidades de registro* funcionam como “gavetas” ou “rubricas significativas” que separam os elementos que possuem similaridade temática, funcionando como uma espécie de “método taxonômico” ou “inventário” dos temas embutidos nas mensagens analisadas (Bardin, 2016, p. 40-41).

A análise de conteúdo é caracterizada, portanto, nessa primeira fase, como “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*” (Bardin, 2016, p. 42).

Finalizada a primeira fase do procedimento metodológico concernente à análise de conteúdo, referente ao processo de descrição analítica ou análise categorial dos dados coletados, inicia-se a segunda fase do procedimento metodológico, referente à construção de deduções ou inferências lógicas com base nas categorias estabelecidas e nos dados coletados de maneira geral, pois o objetivo de qualquer análise de conteúdo é “a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (Bardin, 2016, p. 42).

Nesse sentido, portanto, o pesquisador tal como um “arqueólogo” ou um “detetive”, esmiuça os seus dados coletados, em busca de “vestígios” ou “pistas” que revelam manifestações latentes (em maior ou menor grau) daquilo que deve ser descoberto ou realçado (de acordo com índices cuidadosamente postos em evidência) acerca do fenômeno analisado, de maneira que as deduções ou inferências lógicas são os mecanismos de operações intelectuais que permitem deduzir ou inferir, de maneira lógica, conhecimentos sobre a mensagem, sobre o emissor da mensagem, assim como sobre o meio em que a mensagem é propagada, os quais, muitas vezes, ultrapassam o sentido literal da mensagem (Bardin, 2016, p. 43).

Essas múltiplas significações ou conhecimentos obtidos por meio do emprego da análise de conteúdo, através de operações intelectuais de deduções ou inferências lógicas sobre o material de análise coletado, são denominadas de *condições de produção* ou *variáveis inferidas* (Bardin, 2016, p. 44).

As *condições de produção* ou *variáveis inferidas*, podem revelar aspectos diversos implícitos na mensagem analisada, tais como, variáveis psicológicas do emissor; variáveis sociológicas e culturais; variáveis políticas; variáveis históricas; variáveis relativas ao contexto da mensagem ou da produção da mensagem; todas deduzidas de maneira estritamente lógica em relação aos dados analisados (Bardin, 2016, p. 44).

As operações de deduções ou inferências lógicas, objetivam, portanto, realizar uma articulação entre a “superfície dos textos” e “os fatores que a determinaram”, ou seja, visa deduzir de maneira lógica, com base nos dados coletados e analisados, as relações de “causa” e “efeito”, relacionadas aos elementos em análise (Bardin, 2016, p. 45).

Em outras palavras, as operações intelectuais de dedução e inferências, realizadas por meio da análise de conteúdo, com base nos dados coletados pelo

investigador, possibilitam, com a concatenação de indicadores quantitativos e/ou qualitativos, a regressão às *características gerais*, ou até mesmo a descoberta das *causas implícitas e explícitas* embutidas na mensagem analisada (Bardin, 2016, p. 26).

Nesse sentido, portanto, a missão do analista é dupla, ou seja, realizada, primeiramente, no sentido de compreender o significado literal ou superficial da mensagem, e, por derradeiro, buscar os significados ou elementos implícitos embutidos na mensagem analisada, em busca de “outros significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc.” (Bardin, 2016, p. 45-46).

Finalizada a segunda fase do procedimento metodológico concernente à análise de conteúdo, referente ao processo de realização de deduções ou inferências lógicas dos dados coletados, inicia-se a terceira fase do procedimento metodológico, referente à construção de interpretações por parte do pesquisador, levando-se em consideração os dados coletados, o referencial teórico-metodológico adotado, assim como a imaginação sociológica do pesquisador.

Nessa última etapa do procedimento metodológico realizado acerca da análise de conteúdo, o investigador, por meio de uma série de “operações analíticas” diversas, objetiva realizar uma “interpretação final fundamentada”, ou seja, procura fundamentar as suas impressões e juízos intuitivos acerca do material analisado, com base em conclusões lógicas e de confiança. Em outras palavras, os resultados e as interpretações do pesquisador devem estar baseadas em “conclusões lógicas”, “dados” e “fatos” (Bardin, 2016, p. 46-47).

No que se refere aos dados quantitativos e qualitativos coletados, sobretudo aqueles coletados por meio da aplicação do questionário virtual estruturado e de diligências junto à Diretoria de Gestão de Pessoas da PMMT, os mesmos foram discriminados através das respectivas estatísticas descritivas e frequências individuais (fi) com análise de maneira formal.

A análise e interpretação de todos os dados coletados foi realizada por meio do Método Tocqueville-Weber-Durkheim - TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999), em correlação com a escolha teórico-metodológica da Teoria Sociológica da Escolha Racional e Princípio do Individualismo Metodológico *versus* Teoria do Risco Social, individualização e modernidade reflexiva.

2.8 Interesse de conhecimento

A presente dissertação tem como objetivo principal, no que se refere ao interesse de conhecimento, a construção de consenso sobre os comportamentos de risco adotados durante o período de folga, como fatores de risco de vitimização policial, em contribuição para a ocorrência da vitimização policial durante o período de folga.

Portanto, evitar situações de risco, antecipando-se a situações potencialmente perigosas e, sobretudo, aprendendo com os casos reais de vitimização policial militar ocorridos durante o período de folga, focando-se nos casos de vitimização policial militar ocorridos no estado de Mato Grosso durante o período de folga, leva-nos a conclusão de que: evitar a adoção de comportamentos de risco desnecessários pode ser um dos principais mecanismo de manutenção da sobrevivência policial durante o período de folga, além da luta de fato pela sobrevivência, quando não se tem outra alternativa.

3 COMPORTAMENTOS DE RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL

A presente dissertação, estruturada no campo dos comportamentos de risco e vitimização policial, do ponto de vista criminológico, fundamenta-se na teoria das oportunidades criminais, as quais compreendem as teorias dos estilos de vida (Life Style Models) de Hindelang, Gottfredson e Garofalo (1978) e a teoria das atividades rotineiras de Cohen e Felson (1979).

A teoria dos estilos de vida ressalta os aspectos relacionados aos estilos de vida adotados pelas vítimas, os quais influenciam, em alguma medida, a ocorrência do crime. Os estilos de vida adotados pelas vítimas fornecem oportunidades para que o crime ocorra, de maneira que essas oportunidades criminais, frequentemente, estão relacionadas a comportamentos de risco decorrentes do estilo de vida que a vítima adota.

A teoria das atividades rotineiras, também conhecida como teoria do triângulo do crime, estabelece que, para a ocorrência do crime, existe a necessidade de convergência no tempo e no espaço, entre vítima, ambiente favorável e ofensor/agressor motivado, de maneira que, sem a convergência desses três elementos (vítima, ambiente favorável e ofensor motivado), o crime não acontece.

Tomando como base a perspectiva da teoria das atividades rotineiras, na primeira pesquisa de vitimização policial durante o período de folga, realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, desenvolvida por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), exploramos de maneira muito breve a questão dos ambientes favoráveis à ocorrência da vitimização policial militar durante o período de folga. Todavia, naquela pesquisa, o foco manteve-se na oportunidade de fornecimento de conhecimentos técnicos e teóricos na área de Sobrevivência Policial durante o período de folga e sobre a utilização da arma de fogo pelo policial militar, quando vítima do crime e da violência. Esse subsídio teórico científico na área do uso da arma de fogo, na perspectiva da teoria das atividades rotineiras, funciona como um mecanismo capaz de possibilitar a anulação de um dos pontos do triângulo do crime, nesse caso em específico, transformando o policial militar de vítima potencial em guardião e defensor de sua vida.

Na presente dissertação, o foco se inverte, sendo inevitável não tocarmos em certos aspectos técnicos do campo da Sobrevivência Policial durante o período de folga, tais como sistemas de treinamentos técnicos, mecanismos de utilização da

arma de fogo durante o período de folga, dentre outros correlacionados. O foco da presente dissertação situa-se na dinâmica dos comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga, que predispõem a ocorrência da vitimização policial militar.

Compreender a dinâmica dos comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga exige a compreensão dos estilos de vida adotados por estes, o que compreende, inevitavelmente, as atividades rotineiras por eles exercidas, as quais, a depender do nível (alto ou baixo) de exposição ao risco de vitimização policial, podem contribuir para a ocorrência da vitimização policial militar durante o período de folga.

Nesse contexto, situamos o policial militar nesse cenário de vitimização durante o período de folga na qualidade evidentemente de vítima, contudo por meio de uma perspectiva ou sentido de vítima diferente do usual, ou seja, como uma vítima que, em alguma medida, contribui ou contribuiu para a ocorrência de sua vitimização, através da adoção de comportamentos de risco. Assim sendo, por meio dessa perspectiva de vítima diferente do sentido usualmente estabelecido, torna-se necessário conhecermos um pouco sobre o campo de estudos científicos da vitimologia.

3.1 Vitimologia e vitimização policial

O estudo científico da vítima, denominado de “Vitimologia”, encontra o seu campo de atuação teórico e científico, dentro da ciência da Criminologia. A vitimologia estuda o comportamento da pessoa vitimizada, as suas origens, analisando de maneira integral, a dinâmica estabelecida entre vítima e vitimizador no processo de desenvolvimento da vitimização, estabelecendo, inclusive, classificações doutrinárias para os tipos de vítimas potenciais (Martins, 2016, p. 20).

Mendelsohn (1947), considerado um dos teóricos fundadores da Vitimologia, estabeleceu a categorização do perfil das vítimas, a partir de três tipos ideais (no sentido Weberiano), a saber: a vítima inocente, a vítima provocadora, e a vítima agressora.

As vítimas inocentes, também consideradas como vítimas ideais, são aquelas pessoas que foram vitimizadas, mas que não tiveram participação direta no resultado

da vitimização ou contribuíram de maneira muito pequena para o resultado da vitimização (Mendelsohn, 1947).

As vítimas provocadoras são aquelas pessoas que, por suas escolhas e suas ações, provocaram de maneira direta, voluntária e, sobretudo, imprudente, o resultado da vitimização. Em outras palavras, as vítimas provocadoras caracterizam-se, principalmente, pelas escolhas e comportamentos de ausência de cautela necessária (imprudência), ensejando, de maneira previsível, a vitimização (Mendelsohn, 1947).

As vítimas agressoras são aquelas pessoas que se colocam em uma situação de risco de maneira voluntária e consciente, ou seja, não são imprudentes, pelo contrário, colocam-se em uma situação de risco potencial de vitimização, de maneira totalmente voluntária e consciente dos riscos provenientes das suas escolhas e do seu comportamento ativo ou agressivo (Mendelsohn, 1947).

Partindo dessas três classificações principais de vítimas, Mendelsohn (1947) categoriza as vítimas, também, quanto ao nível de culpabilidade, avaliado no sentido de qual seria a intensidade de contribuição da vítima para a ocorrência da vitimização. Estabelece, para tanto, as seguintes categorizações: a) vítima completamente inocente; b) vítima menos culpada que o delinquente; c) vítima tão culpada quanto o delinquente; d) vítima mais culpada que o delinquente; e) vítima como única culpada (Mendelsohn, 1947).

A vítima completamente inocente é aquela vítima que não tem participação direta ou indireta na ocorrência do crime. Na perspectiva da vítima completamente inocente, portanto, a vítima está isenta de qualquer tipo de culpa pela ocorrência do crime, sendo que nesse caso, somente o criminoso seria o responsável pelo evento criminoso (Mendelsohn, 1947).

A vítima menos culpada que o delinquente, também conhecida como “vítima por ignorância”, é aquela que, em alguma medida, contribuiu para a ocorrência do evento criminoso, tal como a frequência e permanência em locais de risco por ausência de reconhecimento do risco e do perigo de suas escolhas ou ações. Estes são comportamentos típicos da vítima menos culpada que o delinquente (Mendelsohn, 1947).

A vítima tão culpada quanto o delinquente se caracteriza pela participação da vítima de maneira ativa para a ocorrência do evento criminoso, tal como por meio da adoção de comportamentos de risco e perigo, adotados de maneira consciente por escolhas ou ações, sejam elas criminosas ou não, mas que, de fato, contribuem para

que a vítima seja tão culpada quanto o delinquente na materialização da ocorrência do crime (Mendelsohn, 1947).

A vítima mais culpada que o delinquente, também conhecida como “vítima provocadora”, caracteriza-se por meio do seu comportamento provocativo, ou seja, o ato de ativamente provocar o criminoso, propiciando condições favoráveis para que o crime aconteça (Mendelsohn, 1947).

A vítima como única culpada se caracteriza como a vítima que, por meio de seus comportamentos, ocasiona a ocorrência da vitimização, de maneira que, nessa perspectiva, a responsabilidade pela ocorrência do evento danoso é atribuída exclusivamente à vítima (Mendelsohn, 1947).

Nesse contexto, é possível perceber que, nessa relação estabelecida entre vítima e vitimizador, os teóricos da vitimologia ressaltam o papel decisivo que a vítima desenvolve na materialização do delito, uma vez que, de maneira consciente ou não, através das suas escolhas, e, por conseguinte, através de seus comportamentos, a vítima, coopera, provoca, conspira, de maneira direta ou indireta, para a ocorrência da vitimização (Henting, 1948).

A possibilidade de considerar o policial como uma vítima foi por muito tempo ignorada sistematicamente pelo campo científico, como uma “espécie de negação da positividade sociológica da categoria profissional do policial”, ou seja, como uma espécie de negação do ser humano que existe por trás do papel profissional do policial. Em outras palavras, seria como atribuir à categoria dos policiais, uma característica de “não humanos”, ou melhor, de não portadores ou merecedores de direitos humanos (Minayo *et. al.*, 2007, p. 2777).

Essa concepção da dificuldade de percepção do ser humano que existe por trás do papel profissional do policial, além de outros motivos, tem suas origens no período da ditadura militar, que colocou em rota de colisão a população e, principalmente, os intelectuais, contra os oficiais da segurança pública, onde, naquele contexto, o “ranço” e a dificuldade de visualizar o ser humano por trás do papel profissional do policial já vinha sendo acirrado e consolidado (Minayo *et. al.*, 2007, p. 2777).

Essa concepção da dificuldade de percepção do ser humano que existe por trás do papel profissional do policial, além de outros fatores, está também intimamente associada ao próprio papel profissional do policial que é encarregado pela aplicação da lei, o que exige dele uma postura de imparcialidade, nos mais diversos contextos

situacionais possíveis, nos quais aplicar a lei pode significar socialmente fazer uma “injustiça”, de maneira que, regularmente, o policial acaba sendo concebido socialmente pela opinião pública de uma maneira negativa, como uma “máquina sem sentimentos”.

A opinião pública negativa da atividade policial contribui para essa dificuldade de percepção do ser humano que existe por trás do papel profissional do policial. Todavia, essa imagem social pública negativa faz parte do ônus da atividade policial desempenhada no mundo inteiro e, conseqüentemente, contribui para um elevado grau de sofrimento por parte dos policiais, em virtude da ausência de reconhecimento social (Minayo *et. al.*, 2007, p. 2777).

Com o advento da redemocratização e a partir dos anos de 1990, com o aumento da criminalidade, a temática da segurança pública ganha destaque no cenário nacional, como um campo temático de fundamental importância para a construção e consolidação da democracia, estabelecendo, dessa maneira, a segurança pública como um objeto de pesquisa da ciência social (Minayo *et. al.*, 2007, p. 2777).

Existia de fato um vazio do conhecimento científico acerca do campo temático da Segurança Pública (Minayo *et. al.*, 2007). A partir do momento que a Segurança Pública passou a ser tratada como um objeto de pesquisa da ciência social, os estudos seminais envolvendo criminalidade, segurança pública e vitimização policial, passaram a surgir, tais como: Donicci (1990); Cerqueira (1994; 1996; 2001); Lima (1995); Soares (1996; 2000); Bretas (1997a; 1997b); Kahn (1997); Santos (1997); Holloway (1997); Adorno e Peralva (1997); Muniz *et. al.* (1998); Amador (1999), dentre outros.

A reboque desses estudos seminais e inerente ao campo científico houve um aprofundamento das análises na temática da segurança pública, em que o olhar científico vislumbrou a necessidade de aprofundamento dos estudos científicos, por meio da realização de pesquisas empíricas com os operadores de segurança pública, com destaque para a categoria dos policiais.

Esse aprofundamento das análises no campo da temática da segurança pública e de seus operadores provocou um aquecimento na produção científica nessa área temática, através dos estudos científicos de Minayo *et. al.* (2003) (2005a) (2005b); Gomes *et. al.* (2003); Aldé (2003); Souza *et. al.* (2005); Spode e Merlo (2006); Minayo, Souza e Constantino (2007; 2008); Sandes (2007); Rondon Filho; De Castro (2009);

Mainardi (2009); Oliveira e Santos (2010); Rondon Filho (2011); Leal (2011); Santana (2011); Rondon Filho (2012); Constantino (2012); Constantino et. al (2013); Rondon Filho (2013a); Rondon Filho (2013b); Durante; Junior (2013); Cano (2013); Sandes (2013a); Sandes (2013b); Rondon Filho (2014); Silva Júnior (2014); Mello (2014); Leal (2015); Mello (2015); Fernandes (2016); Dambros; Silva (2016); Machado (2016); Rondon Filho; Bertoline (2017a); Rondon Filho; Silva (2017b); Rondon Filho (2017c); Araújo (2017); Mainardi (2017); Rondon Filho (2018); Silva Júnior (2018); Zilli (2018); Rocha (2018); Filho (2018); Rondon Filho; Ricci (2019); Quitshal (2019); Almeida; Silva (2019); Brandão (2019); Ferreira; Cabelho; Rondon Filho (2020); Oliveira; Cavalcante Filho; Sousa Neto (2020); Silva Júnior (2020a); Silva Júnior (2020b); Martins (2020); Bomfim; Almeida; Melo; Cardoso; Mota; Almeida; Araújo; Portella (2020); Barbosa (2020); Ramos; Corrêa; Rondon Filho (2021); Oliveira (2021); Silva Júnior (2021); Silva; Silva Júnior (2021); Tatagiba *et al.* (2021); Sales (2021); Novo (2021); Cajueiro (2021); Back (2021); Almeida (2021); Oliveira (2022); Silva Júnior (2022); Godinho; Hipolito; Silva; Silva Júnior (2022); Marty (2022); Fernandes (2022); Silva; Almeida (2022); Rondon Filho; Silva; Gomes; Sandes; Fernandes; Machado; Silva Júnior (2022).; dentre outros.

Todos esses estudos científicos passaram a conhecer e corroborar de fato com a profissão policial, que é uma profissão de risco, de maneira que o risco inerente à atividade profissional policial não é um mero acidente, mas desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais, características do exercício da atividade profissional policial (Constantino *et. al.*, 2013, p. 646).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento norteador e de referência das ocupações (empregos) do mercado de trabalho brasileiro, inspirado nos métodos de análise e classificação ocupacional internacional, tais como os estabelecidos nos Estados Unidos, Canadá, dentre outros países do exterior, estabeleceu a categorização e classificação de que as ocupações de Oficiais e Praças da Polícia Militar são profissões nas quais o risco de perder a vida faz parte da rotina de trabalho (Brasil; Classificação Brasileira de Ocupações, 2010, p. 29-38).

A evidência de que o risco relacionado à atividade policial não é um mero acidente, advém das altas taxas de mortalidade por violência em que os policiais são vítimas, dentro e fora do seu ambiente profissional de trabalho, com destaque para as mortes de policiais ocorridas durante o período de folga (Minayo *et. al.*, 2005).

As pesquisas científicas realizadas, buscando conhecer e compreender as condições de vida e de trabalho dos profissionais de segurança pública, resultaram na constatação da visão geral de que os profissionais de segurança pública, especialmente a categoria dos policiais militares, são constantemente alvo de múltiplas vitimizações ou múltiplas formas de violência, as quais trataremos pormenorizadamente na seção a seguir.

3.2 Múltiplas formas de vitimização policial

As múltiplas formas de vitimização policial podem ser traduzidas por meio dos mais diversos tipos de violências que podem ser perpetradas contra os policiais, tais como: vítimas de disparos de arma de fogo; vítimas de violência física (agressão física); vítimas de ameaça; vítimas de acidente de trânsito em serviço e na folga; vítimas de discriminação por serem policiais; vítimas de humilhação por colegas de trabalho (assédio moral); vítimas de desrespeito aos seus direitos trabalhistas; vítimas de assédio sexual por superior hierárquico; vítimas de acusação injusta de prática de ato ilícito, dentre outros (Durante; Junior, 2013, p. 132).

Essas múltiplas vitimizações que afetam os policiais podem ser categorizadas de acordo com a natureza da violência perpetrada. Fernandes (2022) estabeleceu uma separação conceitual da temática da vitimização policial em dois ramos específicos e muito bem delineados, estabelecendo as seguintes categorias de vitimização policial, a saber: a vitimização policial objetiva e a vitimização policial subjetiva.

A vitimização policial objetiva comporta os tipos de vitimização policial que efetivamente provocam o resultado lesão física ou morte do policial. Nesse sentido, podemos compreender como inseridas nessa categoria de vitimização policial objetiva as mortes de policiais decorrentes de crimes violentos letais intencionais (CVLI) e as ocorrências de mortes e lesões não naturais de policiais, tais como acidentes de trânsito em serviço ou no retorno para casa; os casos de morbimortalidade policial, os quais englobam: câncer; infarto; acidente vascular cerebral; pressão alta; diabetes, dentre outros; as mortes de policiais por lesões autoprovocadas (Suicídio); e a morte de policiais militares por Covid-19 (Fernandes, 2022).

A vitimização policial subjetiva, engloba categorias de vitimização policial que não ensejam efetivamente o resultado morte ou lesão física do policial, pelo contrário, possuem características eminentemente subjetivas, mas que nem por isso deixam de ser episódios de vitimização policial, tais como os episódios de preconceito, discriminação, assédio moral, assédio sexual, ameaça, dentre outros, praticados contra policiais (Fernandes, 2022).

De acordo com pesquisa realizada por Bueno et. al (2015), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, envolvendo 10.323 profissionais de segurança pública, constatou-se que 7.804 ou 75,6% dos profissionais de segurança pública pesquisados foram vítimas de ameaças em serviço e 5.481 ou 53,1% dos profissionais de segurança pública pesquisados foram vítimas de ameaças fora de serviço. De maneira semelhante, 6.555 ou 63,5% dos profissionais de segurança pública pesquisados foram vítimas de assédio moral ou humilhação no ambiente de trabalho e 6.782 ou 65,7% dos profissionais pesquisados, já foram discriminados por serem profissionais de segurança pública, dentre os quais, os policiais militares foram os mais discriminados por serem profissionais da segurança pública, na cifra de 5.005 ou 73,8% (Bueno et al, 2015).

Durante e Junior (2013, p. 135) propõem uma categorização diferente para as diversas modalidades de vitimização policial, estabelecendo, de acordo com a pesquisa realizada, quatro categorias de vitimização policial, a saber: a) violência física (baleados; vítimas de agressão física; ameaçados, ou vítimas de assédio sexual); b) violência moral (humilhados, discriminados por serem policiais; acusados injustamente); c) acidentes de trânsito (vítimas de acidentes de trânsito); d) falta de amparo legal (direitos desrespeitados).

Nas análises de Durante e Junior (2013, p. 136) foram utilizados dados da pesquisa *“O que pensam os profissionais da Segurança Pública”*, realizada no ano de 2009, com 64.130 profissionais da Segurança Pública no Brasil, envolvendo diversas instituições, tais como: Polícia Militar; Polícia Civil; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Perícia Técnica; Corpo de Bombeiros Militares; Polícia Penal; e Guardas Civis Municipais. Participaram da pesquisa 40.502 policiais militares e se constatou como ponto de destaque o altíssimo grau de vitimização dos policiais militares nos seguintes percentuais: 27% ou 10.935 militares foram vitimados por violência física, 5% ou 2.025 militares foram baleados, 46% ou 18.630 militares foram ameaçados, 66% ou 26.731 militares foram discriminados por serem policiais, 61% ou 24.706

militares foram humilhados por colegas de trabalho, 28% ou 11.340 militares foram vítimas de acusação injusta da prática de ato ilícito e 60% ou 24.301 militares foram vítimas de desrespeito aos seus direitos trabalhistas (Durante; Junior, 2013, p. 141).

Infere-se, portanto, que os policiais militares, tanto na condição profissional de serviço, quanto durante o período de folga, são vítimas de diversos tipos de violências, que estão relacionadas à natureza do trabalho policial militar e às consequências de ser um policial, mesmo no período de folga. Nesse sentido, convém realizar a delimitação do escopo de análise da vitimização policial, como forma de evitar o efeito paralaxe ou de deflexão dos objetivos da pesquisa.

3.3 Delimitação do escopo de análise

Considerando os objetivos da presente pesquisa estabelecidos, a análise está centrada na dinâmica da vitimização policial ocorrida durante o período de folga, envolvendo a categoria de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), assim como Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) que também acometem os policiais militares durante o período de folga.

A categoria de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) foi criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no ano de 2006, com o objetivo de agregar nessa categoria os crimes de maior repercussão social. Assim sendo, fazem parte da categoria de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) o homicídio doloso, a lesão corporal seguida de morte, o roubo seguido do resultado morte (latrocínio), as mortes decorrentes de intervenções policiais, e as mortes violentas intencionais de policiais em serviço e fora de serviço (Silva, 2019).

Para os objetivos delimitados na presente dissertação, notadamente, com foco voltado para a vitimização policial militar durante o período de folga, foram analisadas as categorias de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) perpetradas contra policiais militares durante o período de folga, compreendendo, portanto, os crimes de homicídio doloso; lesão corporal seguida de morte; roubo seguido do resultado morte (latrocínio) e as mortes violentas intencionais de policiais militares, todas ocorridas durante o período de folga.

Por Crimes Violentos Intencionais (CVI) se compreendem os crimes praticados com violência e/ou grave ameaça contra policiais, os quais não ensejam o resultado morte, compreendendo, portanto, os crimes de homicídio (tentado); lesão corporal

(tentada e consumada); roubo (tentado e consumado), todos praticados, também, contra policiais militares durante o período de folga.

Por Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) se compreendem os crimes praticados contra policiais militares sem o emprego de violência ou grave ameaça, tais como: furto; agressão verbal; ameaça simples; preconceito; supressão de direitos; dentre outros, todos praticados contra policiais militares durante o período de folga.

3.4 Vitimização policial durante o período de folga

A profissão policial militar é popularmente conhecida por ser uma profissão de risco e perigo à vida, em virtude das características e da própria natureza da atividade policial, centrada no desenvolvimento de atividades de prevenção ao crime e de combate à criminalidade, quando necessário.

Entretanto, para quem não pertence ao campo social da segurança pública e, por conseguinte, não conhece a atividade policial com maior intimidade, tem a percepção equivocada de que o momento em que o policial militar está efetivamente de serviço seria o de maior risco a sua vida, todavia a experiência profissional e os dados estatísticos comprovam o contrário.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022, dos 190 (cento e noventa) policiais que foram assassinados por crimes violentos letais intencionais (CVLI) no ano de 2021, 77,4% ou 147 (cento e quarenta e sete) policiais foram assassinados durante o período de folga, compreendendo nesses dados quantitativos e estatísticos, números referentes a policiais civis e militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 14).

Nesse sentido, é importante destacar a constância e a predominância de mortes de policiais durante o período de folga, de maneira que a vitimização de policiais durante o período de folga, não é um evento esporádico nos dados quantitativos e estatísticos de homicídios no Brasil, pelo contrário, é um fenômeno recorrente e, em certa medida, mapeado, conforme podemos constatar através dos dados quantitativos e estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apresentados em série temporal, referente aos últimos 05 (cinco) anos no Brasil.

Quadro 2 - Vitimização Policial em Serviço e na Folga no Brasil

Ano/Contexto	Em Serviço fi e %	Na Folga fi e %	Total fi e %
2018	43 (14,4%)	257 (85,6%)	300 (100%)
2019	62 (35,3%)	114 (64,7%)	176 (100%)
2020	51 (24%)	162 (76%)	213 (100%)
2021	43 (22,7%)	147 (77,3%)	190 (100%)
2022	19 (14,3%)	114 (85,7%)	133 (100%)
2018 a 2022	218 (21,6%)	794 (78,4%)	1.012 (100%)

Fonte: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023.

No ano de 2018, houve, em números absolutos entre policiais civis e militares, um total de 257 policiais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) durante o período de folga, sendo que, desse total de vítimas, 32 ou 12,5% eram policiais civis e 225 ou 87,5% eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 48-49).

No ano de 2019, houve, em números absolutos entre policiais civis e militares, um total de 114 policiais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) durante o período de folga, de maneira que, desse total de vítimas, 07 ou 6,2% eram policiais civis e 107 ou 93,8% eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 49).

No ano de 2020, houve, em números absolutos entre policiais civis e militares, um total de 162 policiais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) durante o período de folga, de maneira que, desse total de vítimas, 20 ou 12,3% eram policiais civis e 142 ou 87,6% eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 60).

No ano de 2021, houve, em números absolutos entre policiais civis e militares, um total de 147 policiais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) durante o período de folga. Desse total de vítimas, 23 ou 15,6% eram policiais civis e 124 ou 84,3% eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 60).

No ano de 2022, houve, em números absolutos entre policiais civis e militares, um total de 114 policiais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) durante o período de folga, de modo que, desse total de vítimas, 20 ou 17,5% eram policiais civis e 90 ou 82,5% eram policiais militares (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 46).

Esses dados nos levam à afirmação de que o policial se encontra em maior risco de ser morto durante o seu período de folga do que no exercício efetivo da sua profissão de prevenção e combate à criminalidade. Por conseguinte, é inevitável questionar: Como o policial descansa em seu período de folga? Aparentemente, o mais sensato seria não descansar, por uma questão de sobrevivência, pois “seus corpos estão permanentemente expostos, e seus espíritos, nunca descansam” (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Nesse sentido, portanto, demonstrou-se nesta seção que, apesar de o exercício da profissão policial militar ser reconhecidamente considerado como de grande risco ou perigo, os dados estatísticos, assim como os referenciais teóricos sobre a temática, corroboram o fato de que é justamente durante o período de folga que o militar corre o maior risco de ser vitimizado de maneira letal.

3.5 Risco

Existe, de fato, uma dificuldade de definição objetiva quanto ao significado do termo “risco”. A polissemia do termo “risco”, assim como as suas possibilidades de compreensões em nível individual (micro) e social (macro), revela a complexidade que o termo carrega consigo e contribui para a dificuldade de sua definição objetiva, uma vez que seus limites e fronteiras são contingentes, em virtude das suas múltiplas possibilidades de conotações e significados sociais (Aerosa, 2008, p. 01).

A industrialização e os avanços tecnológicos e científicos intensivos modificaram a natureza dos riscos, que no início da era industrial, tecnológica e científica eram em certa medida factíveis, previsíveis ou “controláveis” e passaram, com o alto desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, a serem riscos latentes e residuais, ou seja, riscos que escapam ao controle do ser humano e que configuram o panorama da sociedade de risco (Beck, 2011).

Nessa mesma dimensão de incerteza que acompanha o significado de “risco”, existe o paradoxo da segurança *versus* o risco (ou a liberdade) na sociedade moderna, em que ao mesmo tempo que, em comparação com tempos passados, dispomos de mais mecanismos industriais, tecnológicos e de conhecimentos científicos para prever e evitar perigos, somos impelidos por esse mesmo avanço industrial, tecnológico e científico a experimentar uma vida envolta em riscos desconhecidos. A perda da crença no progresso, no estabelecimento do Estado de bem-estar social, nas instituições

sociais, nos relacionamentos interpessoais, na confiança no outro, faz com que o ser humano se sinta ameaçado, inseguro, amedrontado e opte pela adoção de comportamentos de risco, até mesmo como um mecanismo de sobrevivência (Bauman, 2008).

O risco desempenha de fato um papel estruturante das condições de trabalho dos policiais, uma vez que o cotidiano do exercício da atividade policial é marcado pela constância do binômio tensão e perigo, que funcionam como mecanismos de sobrevivência para o policial (Minayo *et. al*, 2008, p. 18).

O sentido do termo “risco” pode ser agrupado em quatro categorias temáticas diferentes, porém complementares à compreensão do sentido do próprio termo, quais sejam: os riscos epidemiológicos; os riscos jurídicos; os riscos sociológicos; e os riscos voluntários ou eletivos (Mello; Nummer, 2014, p. 03).

Os riscos epidemiológicos referem-se às possibilidades de ocorrências de lesões e traumas diversos, ou mortes, que envolvem a dinâmica do “ser policial”, tanto no ambiente profissional, quanto durante o período de folga (Mello; Nummer, 2014, p. 03).

Os riscos jurídicos, referem-se às consequências jurídico-legais das ações tomadas pelos policiais, quer sejam essas ações adotadas durante o período de serviço, quer sejam adotadas durante o período de folga (Mello; Nummer, 2014, p. 03).

Os riscos sociológicos se relacionam à percepção de “estigma” de Erving Goffman, uma espécie de “chaga” que acompanha o policial, ou seja, refere-se aos riscos inerentes à condição de ser um policial militar, tanto na dimensão do período em que se encontra efetivamente de serviço, quanto na dimensão em que está no período de folga (Mello; Nummer, 2014, p. 03-04).

Os riscos voluntários ou eletivos referem-se aos comportamentos de risco adotados pelos policiais, os quais, pela própria natureza da profissão, desenvolvem o gosto pelo afrontamento, pelo perigo e pela ousadia de suas ações como uma escolha consciente, adotada como um misto de bravura e aventura (Minayo *et. al* 2008).

De uma maneira geral, na vitimização policial durante o período de folga, a percepção do risco que o policial militar corre é bastante variada e sofre a influência de diversos fatores intervenientes, tal como a tentativa de justificativa do comportamento de risco adotado; a habitualidade com o risco, que dificulta a percepção do risco, dentre outros fatores que tornam a definição do conceito de risco

contingente, uma vez que, “como não existe uma única concepção correta de risco, não há uma maneira de fazer com que todos os demais o aceitem” (Douglas; Wildavsky, 1982, p. 4)

A literatura aponta para o fato de que a vitimização policial militar durante o período de folga, muitas vezes, longe de ser algo relacionado exclusivamente à vontade do algoz de eliminar o policial militar, possui relação intimamente imbricada com os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga.

Nesse sentido, portanto, considerando a problemática de pesquisa proposta (o nível institucional da Polícia Militar (macro) e o nível individual do policial militar (micro) interferem no fenômeno da vitimização policial durante o período de folga?), foi realizada uma revisão sistemática de literatura, objetivando mapear quais os principais fatores de risco de vitimização policial de nível institucional (macro) e de nível individual do policial militar (micro) que interferem no fenômeno da vitimização policial durante o período de folga, os quais são apresentados na seção a seguir.

3.6 Fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga: uma revisão sistemática de literatura

3.6.1 Objetivos da Revisão Sistemática de Literatura

Esta Revisão Sistemática de Literatura (RSL) se destina a introduzir e identificar o atual estágio do estado da arte acerca dos estudos científicos mais recentes (dos últimos dez anos) e seminais que tratem da temática do fenômeno da vitimização policial durante o período de folga, sendo a categoria da Vitimização Policial Violenta, o enfoque analítico adotado para a presente revisão sistemática.

O objetivo da presente revisão sistemática é identificar quais as principais categorias de interferências do nível institucional (macro) do trabalho policial militar e do nível individual do policial militar (micro), que estariam relacionados direta ou indiretamente com o fenômeno da vitimização policial violenta durante o período de folga.

Igualmente, mapear quais as principais consequências sociológicas (psicológicas, sociais, dentre outras) advindas do fenômeno da vitimização policial violenta durante o período de folga e categorias de interferências do nível institucional

(macro) do trabalho policial militar e do nível individual (micro), relacionadas direta ou indiretamente com o fenômeno.

Tudo para que, posteriormente, durante a realização da pesquisa de campo realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, pudéssemos identificar quais dessas consequências sociológicas e categorias de nível micro e macro se fazem presentes ou não no fenômeno da Vitimização Policial Militar no estado de Mato Grosso.

3.6.2 Critérios de inclusão e exclusão iniciais

Inicialmente, foi adotado como critério de inclusão dos referenciais teóricos na revisão sistemática todos os artigos científicos, livros, teses, dissertações, apresentações e documentos não publicados que apresentassem afinidade temática com o problema de pesquisa proposto, de maneira que a análise prévia realizada durante os processos de busca nas bases de dados levou em consideração inicialmente os seguintes critérios explícitos:

1 – Presença das palavras-chave estipuladas previamente:

- Presença de todas as palavras-chave: 1 ponto
- Presença de parte das palavras-chave: 0,5 ponto
- Ausência das palavras-chave estipuladas: 0 ponto

2 – Título com afinidade temática:

- Atendimento do Critério: 1 ponto
- Não atendimento do Critério: 0 ponto

3 – Resumo com afinidade temática:

- Atendimento do Critério: 1 ponto
- Não atendimento do Critério: 0 ponto

4 – Publicação dentro de um lapso temporal dos últimos 10 (dez) anos:

- Atendimento do Critério: 1 ponto
- Não atendimento do Critério: 0 ponto

Considerando a ausência de revisões sistemáticas sobre Vitimização Policial no estado de Mato Grosso e não só o ineditismo do presente empreendimento científico, mas, sobretudo, a presença de estudos seminais que extrapolem os critérios de inclusão anteriormente estipulados de publicação nos últimos 10 (dez) anos, algumas exceções foram abertas, para estudos que extrapolam o lapso temporal de 10 (dez) anos e que, todavia, demonstraram demasiada afinidade temática para a pesquisa em tela.

Para tanto, fora acrescido aos demais critérios de inclusão e exclusão estipulados inicialmente o critério de inclusão ou exclusão relativo ao grau de aderência ou afinidade temática dos referenciais teóricos selecionados para a presente pesquisa, de maneira que o presente critério será mensurado da seguinte maneira:

5 – Grau de Aderência ou Afinidade Temática com a Pesquisa (Critério do Pesquisador):

- Aderência Forte: 3 pontos
- Aderência Média: 2 pontos
- Aderência Fraca: 1 ponto
- Nenhuma Aderência: 0 ponto

Como critérios de exclusão iniciais, todos aqueles artigos científicos, livros, teses, dissertações, apresentações e documentos não publicados e localizados durante os processos de buscas nas bases de dados que não atendessem a qualquer um dos critérios de inclusão inicialmente estipulados seriam automaticamente excluídos da coleta inicial (com exceção daqueles estudos com demasiada afinidade temática e que demonstraram ser estudos seminais na temática em pesquisa).

A seleção do portfólio bibliográfico final da presente Revisão Sistemática, que compreende o Corpus Dinâmico (as referências dos últimos 5 anos ou estado da arte) e o Corpus Estático (autores seminais que trabalham a temática de pesquisa), ocorreu, respectivamente, através da filtragem pelo Método Multicritério (análise sistemática) e inclusão de referências de base pelo Método Snowball.

O Método Snowballing proposto por Wohlin (2014) é um procedimento manual de coleta e análise sistemática de literatura científica. Inicialmente, são definidos pelo pesquisador critérios de inclusão e exclusão de pesquisas e realizadas as buscas e

coletas de pesquisas científicas, com base nos critérios de inclusão e exclusão inicialmente estabelecidos.

O conjunto de pesquisas científicas coletados pelo pesquisador, selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão inicialmente estabelecidos, formam o que Wohlin (2014) denomina de “conjunto provisório de artigos”.

Cada pesquisa científica que compõe o “conjunto provisório de artigos” é submetida a um processo de “mapeamento” da lista de referências bibliográficas (*backward*) e das citações constantes nos artigos selecionados (*forward*), filtrando, com base nos critérios de inclusão e exclusão inicialmente estabelecidos, referências que tenham pertinência com a pesquisa em andamento (Wohlin, 2014).

Esse processo de “mapeamento” e “filtragem” de listas de referências bibliográficas (*backward*) e de citações constantes nos artigos selecionados (*forward*), é denominado por Wohlin (2014) como “interações”.

As “interações” ou processos de “mapeamento” e “filtragem” das pesquisas científicas selecionadas seguem o método multicritério estabelecido pelo pesquisador inicialmente, aplicando-se exaustivamente os critérios de inclusão e exclusão inicialmente estabelecidos, em um “movimento de bola de neve” que “acumula” e “depura” referências bibliográficas, até que se conforme o portfólio bibliográfico final de pesquisa.

3.6.3 Seleção das bases de dados de pesquisa

Considerando não só a singularidade da temática de pesquisa, mas, também, o recorte estabelecido da categoria de Vitimização Policial Violenta, foram selecionadas 10 (dez) bases de dados de pesquisa de caráter interdisciplinar de nível nacional e internacional, a saber:

- 1- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações;
- 2- Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES;
- 3- Google Scholar;
- 4- PubMed;
- 5- Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP);
- 6- Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública da PMMG;

- 7- Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP);
- 8- Scielo-Web-Of-Science;
- 9- Scopus;
- 10 – Biblioteca Digital da UFMT (Pergamum);

Os critérios de seleção das bases de dados para a pesquisa de revisão sistemática de literatura levaram em consideração os seguintes critérios:

- 1- Nível de cobertura da Base de Dados,
- 2- Nível de afinidade temática;
- 3- Lógica de buscas booleanas e;
- 4- Atualidade dos dados fornecidos.

Selecionadas as bases de dados de pesquisa de caráter interdisciplinar de nível nacional e internacional, foi necessário estabelecer os “*strings*” ou termos de pesquisa (palavras-chave) e operadores booleanos, que nortearam as buscas nas bases de dados selecionadas.

3.6.4 Strings: termos de pesquisa (palavras-chave) e operadores booleanos

Tomando como base a categoria de Vitimização Policial estabelecida para a presente revisão sistemática, a Vitimização Policial Violenta, foram estabelecidas as seguintes palavras-chave:

- 1- Vitimização Policial; (para Vitimização Policial Violenta).
- 2- Police Victimization; (para Vitimização Policial Violenta).

Para cada uma dessas 02 (duas) palavras-chave estabelecidas, foram utilizados os operadores booleanos "com aspas" e sem aspas, perfazendo as seguintes variações de palavras-chave:

- 1- Vitimização Policial (sem aspas).
- 2- "Vitimização Policial" (com aspas).
- 3- Police Victimization (sem aspas).

4- "Police Victimization" (com aspas).

As referidas variações de palavras-chave e operadores booleanos foram utilizados como critérios de busca em todas as 10 (dez) bases de dados selecionadas, as quais descreveremos pormenorizadamente a seguir na seção processos e protocolos de pesquisa nas bases de dados.

3.6.5 Processos gerais de pesquisa nas bases de dados

Inicialmente, e buscando uma melhor profundidade ou capilaridade das pesquisas a serem realizadas nas bases de dados selecionadas, a presente revisão sistemática intermediou o acesso às bases de dados selecionadas previamente através do Portal de Periódicos da Capes, por meio do acesso CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), efetuando o login e a senha de estudante de pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT) no Portal de Periódicos da Capes, o qual, por conseguinte, permite um acesso mais amplo e profundo às bases de dados nacionais e internacionais.

Efetuada com êxito o acesso CAFE no Portal de Periódicos da Capes, foram acessadas de maneira independente 06 (seis) das 10 (dez) bases de dados selecionadas previamente, conforme elencado a seguir:

- 1- Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES;
- 2- Google Scholar;
- 3- PubMed;
- 4- Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP);
- 5- Scielo-Web-Of-Science;
- 6- Scopus;

O acesso às demais bases de dados selecionadas previamente (a seguir elencadas) foi realizado de maneira direta por meio dos seus respectivos portais eletrônicos, contactando-se a todo o conteúdo disponível e de fonte aberta constante nas respectivas bases de dados:

- 7- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações;

- 8- Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública da PMMG;
- 9- Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP);
- 10 – Biblioteca da UFMT (Pergamum);

Conforme narrado preliminarmente, as 4 (quatro) variações de palavras-chave e operadores booleanos, estipulados previamente e de acordo com a temática em tela, foram utilizados como critérios de buscas independentes e aplicadas separadamente em cada uma das 10 (dez) bases de dados selecionadas para a presente revisão sistemática.

Assim sendo, passaremos a descrever detalhadamente os protocolos adotados individualmente em cada uma das 10 (dez) bases de dados selecionadas previamente, de maneira que possamos sistematizar e sintetizar todo o referencial teórico localizado.

3.6.6 Protocolos de pesquisa aplicados nas bases de dados

Os protocolos de pesquisa com as 4 (quatro) variações de palavras-chave e operadores booleanos definidos previamente foram aplicados de maneira independente e utilizados como critérios de buscas em cada uma das 10 (dez) bases de dados selecionadas, as quais encontram-se descritas pormenorizadamente no quadro em apêndice.

3.6.7 Resultados quantitativos iniciais da Revisão Sistemática (Portfólio bruto da Revisão Sistemática)

- Protocolos aplicados: 40 (quarenta);
- Artigos Científicos: 215 (duzentos e quinze);
- Dissertações: 27 (vinte e sete);
- Teses: 06 (seis);
- Livros: 06 (seis);
- Monografias: 05 (uma);
- Revistas: 12 (doze)

3.6.8 Seleção do Portfólio Final da Revisão Sistemática

- Protocolos aplicados: 40 (quarenta);
- Artigos Científicos: 47 (quarenta e sete);
- Dissertações: 10 (dez);
- Teses: 02 (duas);
- Livros: 02 (dois);
- Monografias: 01 (uma);
- Revistas: 10 (dez)

3.6.9 Abordagem de Síntese da Revisão Sistemática

Considerando os objetivos da presente pesquisa e os objetivos da revisão sistemática de literatura realizada, a abordagem de síntese foi realizada e descrita nas subseções a seguir, indicando os principais grupos de risco de vitimização policial militar durante o período de folga, assim como as vulnerabilidades institucionais e as vulnerabilidades comportamentais do militar, relacionadas à vitimização policial militar durante o período de folga.

3.6.10 Grupos de Risco de Vitimização Policial Militar durante o Período de Folga

A consciência por parte dos policiais militares, assim como a comprovação científica de que, de fato, *as chances ou possibilidades do policial militar ser vitimizado* durante o período de folga, não estão distribuídas de maneira aleatória, ou seja, não são resultados do acaso ou do destino, pelo contrário, *repetem-se em grupos específicos de policiais militares*, assim como *em circunstâncias específicas*, é uma realidade e constatação recorrente no campo da vitimização policial durante o período de folga (Durante; Junior, 2013).

O mapeamento desses grupos de policiais militares com perfil comportamental de risco, exige, como medida de prevenção institucional e condição de sobrevivência para os próprios policiais militares, a necessidade de *criar espaços de reflexão* tanto na formação inicial, quanto na capacitação continuada, para que os próprios policiais militares possam *refletir sobre determinados comportamentos de risco* adotados durante o período de folga (Minayo, 2014).

Esses comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga, muitas vezes, atuam como *práticas culturalmente enraizadas*, que contribuem significativamente para a vitimização policial durante o período de folga, tal como é o caso, por exemplo, do exercício da atividade de Bico durante o período de folga (Durante; Junior, 2013).

Conforme desvelou Silva e Silva Júnior (2021), através de pesquisa realizada com 622 policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, foi possível inferir, com base nos dados coletados e analisados, que a baixa remuneração do policial militar potiguar (na cifra de R\$2.904,00 em 2021) não seria o único motivo por trás da motivação do policial militar procurar o exercício da atividade de Bico, pelo contrário, existe um “aspecto cultural” ou de “*habitus*” muito forte, que sedimenta esse “enraizamento” do exercício do Bico pelo policial militar (Silva; Silva Júnior, 2021, p. 11).

De acordo com os pesquisadores Silva e Silva Júnior (2021), em muitas corporações Policiais Militares, não somente na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, as práticas de Bico são toleradas “pelos respectivos comandantes, segundo eles próprios, como forma de ajudar seus subordinados” (Silva; Silva Júnior, 2021, p. 11).

Por outro lado, não somente o exercício da atividade de Bico durante o período de folga, assim como outros tipos de comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga figuram entre as principais causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, tais como: a ingestão de bebida alcoólica em locais indevidos; a dependência química de drogas e a busca de entorpecentes em bocas de fumo; a construção de amizades não recomendáveis, dentre outros (Cabelho; Ferreira; Rondon Filho, 2020).

Nesse sentido, portanto, mapear os comportamentos de risco que predisõem a vitimização policial militar durante o período de folga e identificar os perfis comportamentais de risco desses policiais militares mais vitimizados durante o período de folga, funciona duplamente como uma medida de prevenção institucional em nível macro e como um mecanismo de sobrevivência para o policial militar na folga, em nível micro.

3.6.10.1 Policiais Administrativos e Policiais Operacionais

A caracterização dos policiais militares em “administrativos” ou “operacionais” pode ter um duplo sentido, a depender do contexto em que é empregado, sobretudo no meio policial militar. O primeiro sentido da caracterização dos policiais militares em “administrativos” ou “operacionais”, refere-se exclusivamente ao *perfil de regime de escala de serviço* ao qual o policial militar é submetido. Se trabalha no âmbito interno do quartel, é considerado “administrativo”, se trabalha no âmbito externo ao quartel, ou seja, no patrulhamento ostensivo nas ruas, é considerado “operacional”.

O primeiro sentido de caracterização de policiais militares entre “administrativos” ou “operacionais”, refere-se exclusivamente ao regime de trabalho desses policiais militares, em que os policiais militares conhecidos como administrativos trabalham realizando as atividades burocráticas da administração militar, por meio de um regime de serviço de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, perfazendo a jornada de 8 horas diárias, enquanto os policiais militares conhecidos como “operacionais” trabalham efetivamente no patrulhamento ostensivo nas ruas, em regimes de plantões intercalados, que geralmente seguem as escalas de serviço de 12 horas de serviço diurno, por 24 horas de folga, e 12 horas de serviço noturno, seguidas por 48 horas de folga. Esse, portanto, é o primeiro sentido dos termos “administrativos” e “operacionais”.

Por outro lado, o segundo sentido da caracterização dos policiais militares em “administrativos” ou “operacionais” refere-se exclusivamente ao *perfil comportamental individual do policial militar*, que pode ser caracterizado como propenso ao *comportamento de risco*, portanto “operacional”, ou propenso ao *comportamento cauteloso*, portanto “administrativo”.

O segundo sentido da caracterização de policiais militares entre “administrativos” ou “operacionais”, refere-se especificamente ao perfil comportamental individual desses policiais militares, que podem diferenciar-se entre mais propensos aos comportamentos de risco (operacionais), ou menos propensos aos comportamentos de risco e, portanto, mais cautelosos (administrativos).

A formação da identidade profissional do policial militar é um processo longo, contínuo, não-linear e complexo, que leva em consideração desde a origem social dessa pessoa antes do ingresso efetivo na Polícia Militar, perpassando pela sua trajetória profissional, que compreende diversas experiências nos campos de

formação inicial e continuada ao longo da carreira, assim como a resultante de experiências profissionais de fato com a atividade fim e meio da profissão. Tudo isso somado às diversas redes de sociabilidade às quais será submetido de maneira voluntária ou não, e que, de maneira intencional ou não, serão amalgamadas nos projetos de vida pessoal e profissional que esse policial militar irá nutrir ao longo de sua carreira (Rondon Filho, 2013).

Como uma resultante desses processos de socialização primária e secundária, e em virtude das funções profissionais habitualmente exercidas na instituição, o policial militar poderá desenvolver um perfil comportamental profissional específico e singular, que de uma maneira geral é diferenciado no ambiente militar pelos seguintes tipos ideais: “Administrativos” e “Operacionais”.

Os Administrativos são aqueles policiais militares que trabalham habitualmente na atividade-meio da Polícia Militar, geralmente com pouca ou nenhuma vocação para a atividade fim (operacional) da Polícia Militar e que, por outro lado, desenvolvem com certa facilidade e maestria as atividades-meio da Polícia Militar. São “burocratas de plantão” e geralmente não possuem o Ethos guerreiro tão afluído quanto os Operacionais (mas o inverso pode ocorrer).

Os Operacionais são aqueles policiais militares que geralmente possuem pouca destreza ou habilidade com as atividades-meio da Polícia Militar, mas que, por outro lado, são extremamente vocacionados para o exercício da atividade fim de patrulhamento e enfrentamento da criminalidade, possuindo como traço característico de perfil comportamental o Ethos guerreiro.

É importante destacar que, em meio a esses processos de socialização primária e secundária aos quais os policiais militares perpassam durante a sua jornada profissional, compete somente ao indivíduo a escolha de definir qual será o seu perfil comportamental de policial, o seu estilo de trabalho, qual será a sua razão de ser como policial, em outras palavras, se será um policial “administrativo”, “operacional”, ou uma “metamorfose” de ambas as identidades profissionais ou “tipos ideais” (Muniz, 1999).

Corroborando essa perspectiva, no campo da vitimização policial, é importante destacar que existem grupos de policiais militares de maior vulnerabilidade à vitimização policial e, portanto, de maior risco de serem vitimizados, em virtude do seu comportamento profissional perante o enfrentamento à criminalidade e a sua predisposição de se expor a riscos (Durante; Junior, 2013).

A título exemplificativo, podemos citar os policiais militares conhecidos como “operacionais”, os quais, pela sua conduta profissional de constante enfrentamento à criminalidade, expõe-se demasiadamente aos riscos e acabam, como consequência, desenvolvendo inúmeras redes de sociabilidade negativas com os infratores contumazes, de maneira que esses policiais militares, tornam-se alvos de criminosos em virtude da sua conduta constante de enfrentamento à criminalidade (Durante; Junior, 2013).

Por exemplo, uma pesquisa de vitimização policial militar realizada na Polícia Militar do Estado de Rondônia, com levantamento de policiais militares vítimas de homicídio no período de 2010 a 2019, constatou que dos 21 ou 100% de policiais militares mortos vítimas de homicídio no período analisado, 18 ou 85,71% eram policiais militares que trabalhavam no serviço operacional de patrulhamento nas ruas (Tatagiba *et. al*, 2021).

Nesse mesmo sentido, o Instituto de Segurança Pública do governo do estado do Rio de Janeiro, realizou o levantamento da vitimização policial no estado do Rio de Janeiro no período de 2016 a 2020, onde constatou-se que, entre policiais militares e civis, 506 policiais foram mortos no período analisado, de maneira que, desse total, 464 ou 91,7% dos policiais mortos eram policiais militares e 363 ou 78,3% eram policiais de unidades operacionais (ISP-RJ, 2021).

Outra característica importante a ser ressaltada acerca dos policiais militares operacionais é o fato de que estes se percebem mais em situações de risco no serviço e no cotidiano de folga em comparação com os policiais administrativos, uma vez que os policiais militares operacionais vivem corriqueiramente o conflito e o enfrentamento com a criminalidade. Assim, sua percepção de risco acaba sendo mais pronunciada do que a dos policiais administrativos imersos nas atividades administrativas e burocráticas do quartel (Minayo *et. al*. 2003).

Como a percepção do risco dos policiais militares operacionais é mais pronunciada, em comparação com os policiais militares administrativos, esse “tirocínio” mais aguçado para a detecção do risco, não impede os policiais militares operacionais de adotarem comportamentos de risco durante o período de folga. Nesse sentido, portanto, sob a ótica da Vitimologia, os policiais militares operacionais atuam como “vítimas provocadoras” de sua própria vitimização.

Por outro lado, a literatura também aponta que policiais militares com família estabelecida, casados e com filhos, teriam menores chances de serem vitimizados,

uma vez que a propensão a atuar tanto profissionalmente, quanto durante o período de folga em uma situação de conflito é muito menor, quando comparado aos policiais militares conhecidos como “operacionais” (Durante; Junior, 2013).

Assim, é possível perceber que, independentemente da caracterização do perfil profissional do policial militar, como “administrativo” ou “operacional”, em ambas as hipóteses de perfil comportamental profissional e de regime de trabalho existem hipóteses de vulnerabilidade a vitimização policial durante o período de folga, as quais seriam remediadas, em grande medida, com a não adoção de comportamentos de risco por parte do policial militar durante o período de folga.

3.6.10.2 Policiais Militares da Ativa e da Reserva Remunerada

O militar estadual pode se encontrar em somente uma das seguintes situações de disponibilidade ou “indisponibilidade” para o exercício profissional: “na atividade”, ou “na inatividade”. O militar estadual “na atividade” ou “serviço ativo”, é o militar que se encontra no exercício pleno profissional da atividade policial militar, cumprindo escalas de serviço e participando dos compromissos institucionais. Por outro lado, o militar estadual “na inatividade” ou “serviço inativo”, em condições normais e, ressalvadas as hipóteses de convocação previstas em legislação específica (aplicáveis aos militares da “reserva remunerada”), está dispensado do cumprimento de escalas de serviço, e pode passar à situação funcional de “reserva remunerada” ou “reformado” (Mato Grosso, Art. 4º, a, b, 2014).

Tanto a “reserva remunerada” quanto a “reforma” são períodos da trajetória funcional do militar que marcam o “desligamento” do “serviço ativo”, e início da situação funcional de “inatividade” do militar estadual (Mato Grosso, Art. 144, 2014).

A “reserva remunerada” é a passagem do militar estadual da situação funcional do “serviço ativo” para a “inatividade”, na qual continua a receber o subsídio estadual, todavia permanecendo na situação funcional de “reserva da instituição”, ou seja, podendo ser convocado em hipóteses específicas (Mato Grosso, Art. 4º, a, 2014).

A primeira hipótese de convocação do militar estadual da reserva remunerada para o serviço ativo, é quando da vigência do estado de defesa ou do estado de sítio, quando o militar estadual poderá ser convocado novamente para o “serviço ativo” (Mato Grosso, Art. 148, 2014).

A segunda e terceira hipótese de convocação do militar estadual da reserva remunerada para o “serviço ativo” ocorre ou por ato do Governador do Estado, previsto em legislação específica ou em vigor, e/ou quando convocado para compor Conselho de Justificação, Conselhos de Justiça Militar ou para ser encarregado de Inquérito Policial Militar ou Sindicância (Mato Grosso, Art. 184, 2014).

A “reforma” é a situação em que o militar estadual não poderá mais ser convocado para o “serviço ativo”, ocorrendo de maneira *ex officio*, nas seguintes hipóteses: quando o militar atinge 68 anos de idade; quando o militar for julgado incapaz definitivamente para o serviço ativo militar estadual; quando o militar estiver agregado por mais de 2 anos ininterruptos por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação da perícia médica estadual, ainda que se trate de moléstia curável; quando for condenado à pena de reforma, prevista no Código Penal Militar, por sentença transitada em julgado; quando sendo Oficial, tiver determinado o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em julgamento por ele efetuado, em consequência do Conselho de Justificação a que foi submetido; quando sendo Aspirante a Oficial ou Praça com estabilidade assegurada, por decisão do Comandante Geral (Mato Grosso, Art. 150, I a VI, 2014).

Grosso modo, poderíamos sintetizar explicitando que os policiais militares da ativa são aqueles policiais militares que ainda se encontram trabalhando regularmente na Polícia Militar, enquanto que os policiais militares da reserva remunerada seriam os policiais militares “aposentados”.

Em que pese o emprego do termo “aposentadoria” para os policiais militares, não é de fato a terminologia ideal para representar a situação especial dos militares quanto à situação de disponibilidade ou não para o serviço ativo, pois a aposentadoria prevista para os civis, incluindo trabalhadores urbanos e rurais, diverge da “aposentadoria” prevista para os policiais militares, conforme bem esclareceu Rondon Filho (2018):

O método da hermenêutica conduz à diferente condição do militar que não se aposenta e sim se transfere para a reserva remunerada ou reforma. Agregase a essa condição a submissão devotada aos princípios da hierarquia e disciplina, que interferem significativamente na organização das instituições militares com reserva constitucional de tratamento diferenciado e não aplicação de alguns direitos, incluindo direitos sociais, que são inerentes aos civis (Rondon Filho, 2018, p. 76).

A submissão devotada aos princípios da hierarquia e disciplina, assim como, por consequência a toda legislação penal castrense, colocam os militares em situação restritiva de direitos em comparação aos civis, conforme exemplificou Rondon (2018) acerca da prisão disciplinar e das prisões decorrentes de crimes propriamente militares, as quais não necessitam do flagrante delito e da ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, conforme preceitua o artigo 5º, inciso LXI da CRFB/1988 (Rondon Filho, 2018, p. 76).

Não somente através desses exemplos, mas em virtude de tantos outros¹⁷, que aos militares, o emprego do termo “aposentadoria” é contingente e, em virtude dessa característica específica da atividade militar, de devotamento integral à profissão, inclusive mediante juramento profissional de “defender a sociedade, mesmo que com o sacrifício de sua própria vida”, que se impõe sobre os policiais militares, uma percepção mental de “sacrifício”, “sacerdócio” e de “sobreaviso eterno”.

Pelos dispositivos apontados, pode-se afirmar categoricamente que aos militares não é devida a aposentadoria prevista no Inciso XXIV do Art. 7º da CF/88 e sim a reserva remunerada e reforma, institutos distintos que impõem o permanente estado de sobreaviso aos militares nessa condição (Rondon Filho, 2018, p. 76).

Ocorre que quando se fala de vitimização policial, em que pese os policiais militares da ativa serem mais vitimizados letalmente, isso não exime os riscos de os policiais militares da reserva remunerada, em folga permanente, sejam também alvos da vitimização. Até mesmo porque essa dimensão do ser policial militar, acompanha o militar não só durante a sua carreira no serviço ativo na Polícia Militar, mas também na sua “aposentadoria”, e até mesmo durante a sua morte.

A identidade profissional de militar, acompanha o policial até mesmo durante a sua morte, haja vista a corriqueira referência social popular e midiática, em casos de mortes de policiais militares de, não raras vezes, referenciar-se primeiramente e, exclusivamente, à figura profissional do policial militar, através do jargão popular e midiático “morreu mais um policial militar”, eximindo, portanto, o aspecto humano por trás da farda, visto como um “objeto instrumental de produção da segurança pública” (Adorno; Minayo, 2013).

17 Para mais detalhes, vide: RONDON FILHO, E. B.. REFORMA PREVIDENCIÁRIA. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), v. 1, p. 67-81, 2018.

Fernandes (2016), por meio de pesquisa empírica realizada nos anos de 2013 e 2014, analisou as mortes de policiais militares do estado de São Paulo, constatando que dos 117 ou 79,05% dos casos de policiais militares mortos no período analisado, 31 ou 20,95% eram policiais militares aposentados.

De maneira semelhante, Barbosa *et al.* (2020, p. 9) por meio de pesquisa empírica realizada na Polícia Militar do Pará, descreveu a vitimização policial de policiais militares do estado do Pará no ano de 2019, constatando-se que no período analisado, 28 policiais militares foram mortos no total, sendo 21 militares vítimas de homicídio e 7 militares vítimas de latrocínio, dentre os quais, 16 eram policiais militares do serviço ativo e 12 eram policiais militares aposentados da reserva remunerada.

Nesse contexto de comparação entre níveis de risco de vitimização entre policiais militares do serviço ativo *versus* policiais militares aposentados, cabe também uma pontuação de que, tanto os policiais militares do serviço ativo, quanto os policiais militares aposentados, apresentam hipóteses de vulnerabilidades que podem predispor a vitimização policial, de maneira que, para os policiais militares do serviço ativo, o estado de alerta constante, tanto no serviço, quanto no período de folga, podem predispor o militar a colocar-se em situações de risco durante o período de folga, que interferem na vitimização policial.

Por outro lado, os policiais militares da reserva remunerada, em virtude da sua própria condição de afastamento do serviço ativo e de busca de uma maior tranquilidade e descanso, reduziriam os seus níveis de estado de alerta para a detecção de riscos, afetando a percepção dos riscos e a adoção de medidas de proteção pessoal, o que os tornariam alvos mais fáceis por parte da criminalidade.

Nesse contexto, não esgotando de maneira alguma as diferenciações entre policiais militares do serviço ativo e policiais militares da reserva remunerada, buscamos evidenciar e destacar que, tanto policiais militares do serviço ativo, quanto policiais militares aposentados, podem ser vitimizados durante o período de folga.

3.6.10.3 Gêneros Masculino e Feminino

É de fato esperado que os policiais militares do sexo masculino apareçam nos dados estatísticos como um grupo de maior risco de vitimização policial em comparação com as policiais militares do sexo feminino, uma vez que o quantitativo total de ingresso de policiais militares do sexo masculino é muito maior que o

quantitativo de ingresso de policiais militares do sexo feminino, isso porque o perfil de ingresso nas Corporações Militares seleciona um percentual reduzido para o ingresso de policiais militares do sexo feminino, sendo de 20% nos concursos da PMMT¹⁸.

Entretanto, em relação às diferentes proporções quantitativas entre policiais militares do sexo masculino e feminino, existem outros aspectos que a literatura aponta como fatores de risco que predis põem o policial militar do sexo masculino a ser mais vitimizado do que a policial militar do sexo feminino.

Melo e Nummer (2014, p. 6) realizaram pesquisa empírica com policiais militares do Estado do Pará, envolvendo policiais militares das cidades do interior e da capital do estado do Pará, visando analisar a percepção de risco desses policiais militares, de maneira que foi possível constatar que as policiais militares do sexo feminino são mais cautelosas com relação ao perigo, ou seja, elas se afastam ao pressentirem o perigo como algo iminente.

Por outro lado, os policiais militares do sexo masculino apresentam um perfil comportamental mais voltado para a exposição aos riscos e aos perigos da profissão. Como um reflexo do próprio exercício da masculinidade, suas ações comportamentais geralmente tendem a comportamentos de risco que espelham bravura e coragem, atributos típicos do Ethos guerreiro (Fernandes, 2016).

Nesse sentido da prevalência de vitimização de policiais militares do sexo masculino, na Polícia Militar da Bahia, Bomfim et. al (2020, p. 102252) realizaram a caracterização das ocorrências de mortes envolvendo policiais militares e civis no estado da Bahia, no período de 2015 a 2016, de maneira que foram constatados 34 policiais mortos no total, dentre os quais, 29 ou 85,3% eram policiais militares e, considerando o quantitativo total de policiais mortos (34), 94,1%, 32 policiais eram do sexo masculino.

Outro ponto de distinção interessante entre policiais militares do sexo masculino e feminino é o fato de que o policial do sexo masculino tem mais chance

18 Vide Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7487 no Supremo Tribunal Federal (STF), que deferiu em 19.12.2023 medida cautelar *ad referendum* com o objetivo de suspender futuras convocações de candidatos aprovados nas etapas dos concursos públicos para os cargos de soldado e oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso, decorrentes dos Editais nº 003/2022, 004/2022, 006/2022 e 007/2022, de 5.1.2022, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, até o efetivo julgamento de mérito desta ação direta de inconstitucionalidade. A fundamentação jurídica do Ministro Relator refere-se ao percentual quantitativo estabelecido em concursos públicos para ingresso de militares do sexo feminino na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, onde ocorre possível violação ao princípio da igualdade (Art. 5º, I, CRFB/88) e eventual afronta aos ditames constitucionais de igualdade de gênero (Art. 3º, IV, CRFB/88),

de ser vítima de disparo de arma de fogo, ameaça e outras formas de violência física, em comparação com as policiais do sexo feminino. Por outro lado, as policiais do sexo feminino têm maiores chances de sofrer assédio sexual (Durante; Junior, 2013, p. 137).

Nesse sentido, portanto, infere-se a prevalência de mortes de policiais militares do sexo masculino durante o período de folga como um fato estatístico comprovado pela literatura científica sobre a temática.

3.6.10.4 Policiais Militares mais velhos e mais novos como grupos de risco

No que se refere ao aspecto da idade do policial militar como um fator de risco de vitimização policial durante o período de folga, existem pesquisas empíricas que apontam para os dois lados, ou seja, existem pesquisas que apontam a juventude como um fator de risco de vitimização policial e, por outro lado, existem pesquisas empíricas que apontam o envelhecimento da idade como um fator de risco de vitimização policial.

Filho (2018, p. 11) debateu a vitimização de policiais militares do estado de Minas Gerais no período de 2014 a 2017, constatando, no período analisado, a morte de 23 policiais militares por homicídio, dentre os quais 21 ou 92% do total de policiais militares vítimas de homicídio tinham a idade na faixa etária entre 25 anos a 39 anos, ou seja, eram policiais militares jovens.

Durante e Junior (2013, p. 137), estudando a vitimização de policiais militares e civis a nível de Brasil, constataram que, no que se refere à idade, que os policiais mais novos têm maior chance, em comparação com os policiais mais velhos, de sofrerem violências físicas, tais como: serem baleados, ameaçados, assediados sexualmente e vítimas de outros tipos de violência física.

Por outro lado, Fernandes (2016, p. 199), analisando as mortes violentas de policiais militares do estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014, constatou que os policiais militares mais velhos, ou seja, com a faixa etária entre 41 e 50 anos de idade, foram os que mais morreram no período analisado.

No mesmo sentido, Barbosa et al (2020, p. 9) pesquisou a vitimização de policiais militares do estado do Pará no ano de 2019, constatando a morte de 28 policiais militares no período analisado, de maneira que, do total de mortes de policiais militares identificados, 21 ou 75% foram registrados como homicídios e 7 ou 25%

foram registrados como latrocínios. A pesquisa identificou ainda que 23 ou 82,1% dos policiais militares mortos no ano de 2019, no estado do Pará, tinham a idade entre 41 a 60 anos, ou seja, eram policiais militares mais velhos.

Com relação aos policiais militares mais jovens, pressupõe-se que, pela idade, sejam mais inclinados à adoção de comportamentos de risco. Assim como contribui para a vitimização policial o fato de os policiais militares serem destacados costumeiramente para a realização de atividades operacionais, o que contribui para o fortalecimento de redes de sociabilidade negativa, em desfavor do policial militar que combate a criminalidade e, como consequência, recebe o desafio por parte dos criminosos (Fernandes, 2016).

Por outro lado, Fernandes (2016) argumenta que os policiais militares mais velhos ou mais experientes, com faixa etária após os cinquenta anos de idade, seriam menos vitimizados em virtude do ingresso na reserva remunerada (aposentadoria), porém o pesquisador destaca, entre as razões que causaram as mortes de policiais militares mais velhos (aposentados) no estado de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2014, duas causas principais: a primeira, relacionada à morte de policiais militares mais velhos em virtude de questões familiares e a segunda relacionada à morte de policiais militares mais velhos promovida por grupos criminosos (Fernandes, 2016).

Existe também a possibilidade de argumentação inversa à apresentada, no sentido de que os policiais militares mais novos, em virtude da juventude e do contato rotineiro com as atividades operacionais de combate à criminalidade, estariam mais alertas a possíveis situações de perigo e, portanto, em tese, estariam mais protegidos, em detrimento dos policiais militares mais velhos ou experientes, os quais, em tese, estariam menos alertas a situações de riscos potenciais, em virtude da ausência de contato com a atividade operacional de combate à criminalidade e em virtude da própria aposentadoria, que pressupõe um período de relaxamento ou descanso para o policial militar.

Nesse sentido, portanto, é possível perceber que o recorte da idade, como fator de risco de vitimização policial, pode influenciar a vitimização tanto de policiais militares mais jovens, quanto de policiais militares com maior idade. Assim sendo, esse fator de risco contingente remete, mais uma vez, para importância da não adoção de comportamentos de risco, como um mecanismo de sobrevivência policial para o policial militar.

3.6.11 Vulnerabilidades Institucionais – Contexto Policial Militar

As vulnerabilidades institucionais se referem àquelas variáveis ou fatores exclusivamente relacionados à competência da instituição Polícia Militar. Portanto, referem-se a aspectos que são obrigações institucionais e que deveriam ser por ela, de alguma maneira, articulados, tais como: reestruturação salarial; reestruturação da carreira e dos mecanismos de ascensão profissional; melhoria das condições de trabalho; o imediatismo do desempenho; a sobrecarga de trabalho; ausência de acompanhamento psicológico; realização de treinamentos técnicos de capacitação continuada no campo da sobrevivência policial durante o período de folga, dentre outros aspectos, que estão relacionados ao fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga.

3.6.11.1 Ausência de treinamento de sobrevivência policial durante o período de folga

A temática da sobrevivência policial durante o período de folga foi amplamente discutida por Cabelho, Ferreira, Rondon Filho (2020), na pesquisa de vitimização policial realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no ano de 2019, em que foi possível discutir as vulnerabilidades da ausência de um treinamento específico para atuação do policial durante o período de folga, quando vítima do crime e da violência. Sinteticamente, uma das hipóteses de vulnerabilidades apresentadas na pesquisa é a predisposição ou resposta habitualmente condicionada que o policial militar tem de, ao sinal de qualquer perigo ou ameaça iminentes, realizar o saque da arma de fogo.

Tal predisposição ou resposta habitualmente condicionada de, instintivamente, realizar o saque da arma de fogo, durante o período de folga, torna-se um fator de risco muito significativo para que o militar seja vitimizado, em virtude da sua reação com o saque da arma de fogo, quando, por exemplo, o infrator já está com a arma apontada para o policial militar e com o dedo em cima do gatilho, pronto para disparar.

Essa predisposição ou resposta habitualmente condicionada que o policial militar tem de, ao sinal de qualquer perigo ou ameaça iminentes, realizar o saque da arma de fogo, é fruto não só da formação inicial, voltada exclusivamente para o atendimento de ocorrências policiais ostensivamente, ou seja fardado, mas, igualmente, é resultado da ausência de treinamentos teóricos e práticos que auxiliem

o policial militar a agir da maneira adequada quando vítima de crime e violência durante o período de folga.

Rocha (2018), através da realização de um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo no horário de folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA, corrobora essa ausência de treinamento adequado para o policial de como se comportar com uma arma de fogo em trajes civis durante o período de folga, de maneira a reduzir as possibilidades de ser vitimizado nesse período.

Tal como na pesquisa empírica realizada por Silva e Silva Júnior (2021), na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em que se buscou investigar a vitimização policial militar no Rio Grande do Norte, através da aplicação de um questionário *online* para 622 policiais militares do Rio Grande do Norte, constatou-se, na voz de 435 ou 70% dos participantes da pesquisa, a ausência de treinamentos na formação inicial e na capacitação continuada para o enfrentamento de crime e violência durante o período de folga.

De maneira semelhante, de acordo com a pesquisa de vitimização policial realizada na Polícia Militar da Paraíba realizada por Oliveira et. al (2020), constatou-se que, tanto na Polícia Militar da Paraíba, quanto na grande maioria das corporações policiais ao nível de Brasil, pouca atenção tem sido dada à temática da vitimização policial durante o período de folga, no sentido da promoção e do incentivo para a realização de treinamentos de sobrevivência policial.

Silva e Almeida (2021), por meio de pesquisa empírica, realizada com policiais militares da região metropolitana do Rio Grande do Norte, para analisar o fenômeno da vitimização policial militar, constataram que, tanto a formação inicial, quanto a capacitação profissional continuada, apresentam-se muito aquém dos conhecimentos técnicos necessários à sobrevivência policial durante o período de folga.

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, berço de iniciação do Tiro Defensivo de Preservação da Vida – Método Giraldi¹⁹, Quitshal (2019) analisou os currículos de

19 O Tiro Defensivo na Preservação da Vida (TDPV) – Método Giraldi foi desenvolvido pelo Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) Nilson Giraldi. O Método Giraldi é uma metodologia de treinamento de tiro policial, voltado para as circunstâncias em que o policial militar se encontra efetivamente de serviço, onde se busca trabalhar os aspectos técnicos, táticos, psicológicos e profissionais, propiciando o fornecimento de conhecimentos e o treinamento de habilidades no uso da arma de fogo dentro dos limites da lei, com o objetivo de preservar vidas, tanto do cidadão, quanto do policial militar (Giraldi, 2013).

formação dos policiais militares do estado de São Paulo, buscando verificar se existia dentro da disciplina didática de tiro defensivo de preservação da vida (Método Giraldi), algum conteúdo relacionado à utilização da arma de fogo pelo policial militar durante o período de folga. Constatou-se a ausência de qualquer conteúdo dentro da disciplina de tiro defensivo de preservação da vida (Método Giraldi) que abordasse a temática da atuação armada do policial militar durante o período de folga.

Na Polícia Militar do Distrito Federal, a ausência de um treinamento específico, voltado para a adoção de comportamentos preventivos e atuação armada do policial militar durante o período de folga, visando defender-se da vitimização policial, é uma realidade nos cursos de formação inicial e de capacitação profissional continuada (Sales, 2021).

O treinamento de técnicas e táticas policiais de sobrevivência policial durante o período de folga visa reduzir as possibilidades de erro, ou seja, corrigir possíveis comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga que possam predispor a vitimização policial. Dambros e Silva (2016) revelam que na Polícia Militar do Estado do Paraná, a partir do momento em que houve o aumento dos investimentos em treinamentos desse gênero, percebeu-se uma tendência na redução da vitimização policial.

Na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a partir do estudo de Cabelho, Ferreira e Rondon Filho (2020), o Curso de Sobrevivência Policial passou a fazer parte da grade curricular de todos os cursos de formação inicial e de capacitação continuada ofertados pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de oferecer melhores e atualizadas ferramentas que auxiliem os policiais militares a sobreviverem ao crime e à violência durante o período de folga.

3.6.11.2 A precarização profissional do policial militar

A precarização da profissão policial militar, ou seja, a depreciação profissional da atividade policial militar, ocorre por duas vias principais: a primeira, em virtude da ausência de recursos financeiros e logísticos fundamentais ao fornecimento de treinamentos de qualidade aos policiais militares, tanto na formação inicial, quanto nos raros treinamentos de capacitação continuada (Duarte, 2019).

A segunda via de precarização da profissão policial militar ocorre por meio dos recorrentes obstáculos interpostos pelos comandantes imediatos, que não incentivam

seus policiais militares a participarem das poucas instruções de capacitação profissional continuada que ocorrem a nível institucional (Silva; Silva Júnior, 2021).

O motivo da ausência de incentivo e até mesmo de iniciativa de promoção de treinamentos de capacitação profissional continuada ocorre em virtude das dificuldades logísticas e financeiras, além de, muitas vezes, fundamentar-se no discurso de que a designação de policiais militares para a participação nas instruções de capacitação profissional continuada provocariam déficit momentâneo no quantitativo de policiais militares disponíveis para o policiamento ostensivo diário (Silva; Silva Júnior, 2021).

Essa segunda via de precarização profissional da atividade policial militar é uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que não ocorre o incentivo por parte dos comandantes imediatos para a realização de instruções de capacitação profissional continuada, por outro lado existe a resistência por parte dos policiais militares da tropa (atividade fim) de participarem voluntariamente dos respectivos treinamentos, uma vez que escolher participar do treinamento de capacitação continuada pode significar ter que perder a atividade de Bico²⁰ prevista para ser realizada durante o período de folga (Silva; Silva Júnior, 2021).

Ainda nesse contexto da precarização profissional da atividade policial, mesmo quando ocorrem as instruções de capacitação profissional continuada, o currículo oculto das práticas policiais (subcultura policial) parece ser mais presente nas atividades profissionais do cotidiano do que os conhecimentos técnicos repassados nas capacitações profissionais continuadas (Pinc, 2009).

A precarização profissional da atividade policial militar funciona como um mecanismo de agravamento de riscos à vitimização policial militar durante o período de folga, uma vez que, tanto as dificuldades logísticas e financeiras institucionais, quanto a ausência de participação dos policiais militares, nos raros treinamentos de capacitação continuada, contribuem para que o policial esteja cada vez menos preparado tecnicamente para responder adequadamente a situações de conflito, ou seja, a precarização da profissão policial militar, retroalimenta e agrava a condição de vítima do policial militar tanto em serviço, quanto durante o período de folga.

20 O “Bico” é a atividade no ramo de segurança privada ou similar, exercida por policial militar durante o período de folga, com o objetivo de auferir renda financeira.

3.6.11.3 O imediatismo do desempenho – a sobrecarga de trabalho

A falha do sistema de justiça criminal e o consequente avanço da criminalidade produzem seus reflexos também no campo da vitimização policial. O avanço da criminalidade, como consequência da ineficiência de um sistema de segurança pública e de justiça criminal, produzem na sociedade um sentimento de medo e insegurança, potencializado pelo eco midiático, fazendo com que a sociedade cobre do Poder Executivo respostas imediatas para conter o avanço da criminalidade, de maneira que a resposta imediatista é traduzida pela imposição de cargas horárias de trabalho excessivas aos policiais, sobretudo cargas excessivas de trabalho direcionadas aos policiais militares (Hermes, 2018).

A sobrecarga de trabalho sobre os policiais militares funciona como um vetor de perpetuação da vitimização policial, uma vez que o desgaste físico e mental, ocasionado em virtude da imposição de cargas horárias excessivas faz com que o seu rendimento, ou melhor, a sua capacidade de análise de uma situação de risco e o seu reflexo para reagir perante uma situação de perigo, sejam diretamente afetados de maneira negativa, em virtude da ausência do descanso necessário a qualquer ser humano (Hermes, 2018).

O imediatismo do desempenho, provocado em virtude dessa imposição de uma sobrecarga de trabalho excessiva sobre os policiais militares, contribui, inclusive, para que os próprios policiais militares chamem para si a responsabilidade de solucionar o problema da criminalidade como se o problema da criminalidade fosse um problema do trabalho policial militar.

A verdade, de fato, é que a Polícia Militar funciona como um “torniquete da segurança pública” (Souza *et. al.* 2019), e seu serviço aparenta se resumir a conter todo o tipo de sangramento massivo (exsaguinante) proveniente da criminalidade, tudo para que o sistema de Segurança Pública institucionalizado não morra de fato. Em outras palavras, a atividade policial militar parece resumir-se a respostas imediatistas e de urgência, o famigerado “enxugar o gelo”.

É nesse contexto também que a temática da vitimização policial acaba sendo tangenciada, pois para o policial militar é comum essa pressão pelo imediatismo do desempenho, imposta por meio de uma sobrecarga de trabalho excessiva, que funciona como um “efeito ricochete” no campo da vitimização policial. Ou seja, ao mesmo tempo que os policiais militares são forçados a combater mais a criminalidade,

trabalhando por mais tempo com sobrecarga de trabalho, concomitantemente, tornam-se, com maior risco, vítimas potenciais dessa mesma criminalidade, sobretudo durante o período de folga, uma vez que são tratados como máquinas. Como seres humanos que são, precisam descansar (Hermes, 2018),

As possibilidades de erro decorrentes da sobrecarga de trabalho sofrida por policiais, foi analisada por Constantino *et. al* (2012), constatando-se que o policial que emenda uma atividade de serviço na outra, tem 4,17 vezes mais chances de cometer um erro quando comparado com um policial que está devidamente descansado para a sua jornada de trabalho (Constantino, 2012).

O imediatismo do desempenho e a sobrecarga de trabalho funcionam, portanto, como vetores que impulsionam os policiais militares rumo à vitimização policial militar tanto em serviço, quanto durante o período de folga, uma vez que a pressão por desempenho, seguida pela sobrecarga de trabalho, além de maximizar as chances de exposição aos riscos, reduz, significativamente, as possibilidades de reação dos policiais militares a eventos críticos, já que a ausência de descanso, como fruto da sobrecarga de trabalho e da pressão por desempenho, cobram o seu preço em forma de desgastes no campo físico, mental e emocional.

3.6.11.4 Ausência de Acompanhamento Psicológico Institucional do Policial Militar

A ausência de acompanhamento psicológico institucional do policial militar é um fator de risco que pode predispor a vitimização policial militar durante o período de folga, por uma série de vias diferentes, uma vez que as questões atinentes ao campo da saúde mental afetam tanto o campo profissional, quanto o campo da vida pessoal ou privada do policial militar.

Souza e Minayo (2005) e Minayo, Souza e Constantino (2008) asseguram a recorrente precariedade do serviço de acompanhamento psicológico e psiquiátrico nas instituições policiais militares e os recorrentes casos de sofrimentos psíquicos nas organizações militares, os quais são responsáveis por grande parte dos adoecimentos e afastamentos da atividade policial militar.

As causas desses adoecimentos psíquicos são multivariadas, envolvendo desde problemáticas relacionadas ao exercício da atividade profissional de policial militar, até mesmo problemas relacionados à vida pessoal ou privada do militar. No que se refere ao campo profissional, algumas das principais problemáticas

desencadeadoras do adoecimento psíquico estariam relacionadas ao estresse operacional proveniente do serviço policial; à insatisfação com o trabalho policial militar; a recorrentes casos de assédio moral do superior para com o subordinado; à necessidade de uso da força letal em ocorrências de morte por intervenção de agente do Estado; à necessidade de responder administrativamente a sindicâncias e inquéritos policiais em decorrência do exercício da atividade policial militar, dentre outros.

Na vida privada do militar, as causas para o adoecimento psíquico também são multivariadas, tais como: problemas com o endividamento financeiro de natureza grave; problemas de relacionamento conjugal com a esposa; envolvimento com diversos relacionamentos extraconjugais; “necessidade” da realização da atividade de Bico durante o período de folga; o vício em drogas lícitas, tal como o álcool e os diversos tipos de fumo e cigarros (inclusive eletrônicos); a dependência química de drogas ilícitas, dentre outros.

De uma maneira geral, tanto a qualidade de vida no trabalho do policial militar, quanto a qualidade de vida fora do trabalho do policial militar, são evidentemente deletérias, de maneira que a saúde mental dos policiais militares se torna demasiadamente frágil e instável, o que provoca, além da queda da autoestima do policial, os recorrentes casos de absenteísmo e afastamentos psiquiátricos de militares.

Nos casos mais graves de adoecimentos psíquicos e afastamentos psiquiátricos, temos a ocorrência da vitimização de policiais por suicídio. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2021, no ano de 2020, o Brasil registrou oficialmente 50 (cinquenta) mortes por suicídios de policiais, dentre as quais, 40 (quarenta) foram suicídios de policiais militares, com prevalência das circunstâncias de suicídios ocorridas durante o período de folga (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 50).

Os dados sobre suicídios do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2024 trazem à luz números ainda mais assustadores sobre a frequência dos casos de suicídios de policiais militares no Brasil. Para o ano de 2023, a taxa de suicídios de policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% em comparação ao ano anterior e, considerando apenas o universo dos policiais militares, o número total de suicídios de policiais militares no Brasil no de 2023, na cifra de 110 (cento e dez) policiais militares mortos por suicídio, superou a soma do quantitativo de policiais militares mortos em

serviço (46) e fora de serviço (61) no país, os quais, somados, totalizaram 107 policiais militares mortos em serviço e fora de serviço no Brasil no ano de 2023 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024, p. 48).

A ausência de acompanhamento contínuo de natureza psicológica e psiquiátrica de policiais militares, desenvolvido ao nível institucional, nas organizações militares, é uma das vulnerabilidades institucionais que contribuem para a vitimização de policiais durante o período de folga, uma vez que os agravos à saúde mental, além de desencadear problemas no âmbito profissional, que resultam nos afastamentos psicológicos e psiquiátricos, agravam, por uma outra via, problemas de ordem pessoal do militar, tais como: problemas de relacionamento conjugal e extraconjugal; agravamento dos diversos vícios em drogas lícitas e ilícitas, dentre outras problemáticas, que em seu grau de risco mais alarmante pode resultar em casos de suicídios de policiais militares, cometidos geralmente durante o período de folga.

3.6.12 Vulnerabilidades Pessoais – Comportamentos de Risco durante o período de folga

As vulnerabilidades pessoais se referem às condutas ou comportamentos de risco adotados a nível individual pelos policiais militares durante o período de folga, ou seja, durante o período em que não se encontram efetivamente de serviço à disposição da Polícia Militar, tais como: frequentar determinados tipos de lugares de risco; fazer o uso de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes; intervir em ocorrências em andamento durante o período de folga; realizar a atividade de bico; reagir de maneira equivocada a uma tentativa de roubo; dentre outros comportamentos de risco adotados durante o período de folga e que predisõem à vitimização do policial militar.

3.6.12.1 A decisão de agir durante período de folga perante a ausência de equipamentos de proteção individual e de reforço policial

Um dos fatores de risco de vitimização policial de grande relevância, que predisõem a morte de policiais durante o período de folga, é a decisão de agir perante a ausência de equipamentos de proteção individual e de reforço policial adequados para a atuação durante o período de folga, tais como coletes balísticos,

radiocomunicadores e, especialmente, o reforço policial direto dos companheiros de farda (Sales, 2021).

Um dos motivos pelos quais tentar reagir ou atuar durante o período de folga em uma situação de conflito é perigosa, é o fato de que, durante o período de folga, o militar encontra-se sozinho ou com seus familiares e, nesse contexto, agir sem equipamentos de proteção individual, tais como coletes balísticos, radiocomunicadores e sem o reforço policial direto dos companheiros de farda, é um comportamento de extremo risco e que predispõe a vitimização policial durante o período de folga.

Outro ponto de vulnerabilidade e que predispõe a vitimização policial durante o período de folga, é a ausência de equipamentos de proteção individual adequados e de boa qualidade, tais como arma de fogo para defesa pessoal e o coldre para acoplar de maneira ergonômica e velada a arma de fogo durante o período de folga (Durante; Junior, 2013).

Não possuir uma arma de fogo para a defesa pessoal ou possuir uma, mas portá-la de maneira inadequada, através do porte velado em coldres que não possibilitam um saque da arma de maneira rápida durante uma situação de conflito, podem ensejar a vitimização policial durante o período de folga.

É recente na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso a disponibilização de armas de fogo de maneira permanente para os policiais militares protegerem as suas vidas durante o período de folga. Durante muito tempo, os militares tinham que adquirir com recursos financeiros próprios as suas armas de fogo para a defesa pessoal, pois o recurso financeiro para aquisição era inviável. Portanto, andar desarmado durante o período de folga era uma das opções.

Assim sendo, a decisão de agir individualmente durante o período de folga é um fator de risco de vitimização policial durante o período de folga, uma vez que o policial militar, além de se encontrar sozinho ou na presença de familiares ou amigos, se encontra, também, perante o contexto de ausência de equipamentos de proteção individual que possam fornecer maior proteção e poder de resposta perante um incidente crítico.

Isso tudo sem mencionar o fato de que o policial militar, ao decidir agir individualmente durante uma situação de risco na folga, não tem a possibilidade de obter o mínimo de informações necessárias para uma atuação dentro de critérios de segurança, o que leva-nos à conclusão de que agir por iniciativa própria durante o

período de folga, intervindo em uma situação iminentemente perigosa, é um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga.

Em síntese, pode-se elencar outros fatores que serão melhor esclarecidos adiante, tais como: a realização de atividades de bico de segurança; a ingestão de bebidas alcoólicas em locais indevidos; a dependência química de drogas e a busca de entorpecentes em bocas de fumo; as reações equivocadas a tentativas de roubo durante o período de folga; a complexidade do porte da arma de fogo durante o período de folga, dentre outros.

3.6.12.2 A realização da atividade de bico de segurança

A realização da atividade de Bico de segurança ou o exercício de um segundo emprego na área de segurança privada, durante o período de folga, como um meio de complementar a renda financeira do policial militar, é uma prática comum e culturalmente enraizada no meio policial militar (Minayo; Souza, 2003).

Uma das problemáticas enfrentadas, relacionadas ao exercício do Bico de segurança, durante o período de folga, é o sacrifício do período de folga e de descanso do policial militar, em detrimento da busca pela renda financeira extra. Ocorre que o desgaste tanto físico, quanto mental do policial militar, submetido a essa sobrecarga de trabalho de maneira voluntária, coloca o policial em uma situação de risco de vitimização policial preocupante, caso seja necessário reagir a uma situação de conflito durante o exercício da atividade de Bico na folga.

Constantino (2012) identificou que a sobrecarga de trabalho suportada pelo policial militar de maneira voluntária, através do exercício da atividade de Bico durante o período de folga, logo após o exercício da jornada de serviço profissional policial, coloca o policial em uma situação em que os riscos se tornam maiores, uma vez que a capacidade de atenção, análise e mediação de conflitos do policial torna-se prejudicada em virtude da ausência de descanso físico e mental.

Aliadas a essas dificuldades, existem considerações de ordem ambiental relacionadas ao local onde se realiza a atividade de Bico de segurança, uma vez que a necessidade de intervir como segurança privado em determinado ambiente exige, além da capacidade de análise situacional e emprego de esforço físico e mental, o reconhecimento de que, nesses locais, quando houver a ocorrência de um incidente

crítico, tal como um desentendimento entre pessoas, um furto ou até mesmo um roubo, a possibilidade do emprego do uso de força letal por meio da arma de fogo, tanto por parte do policial militar que realiza o Bico, quanto por terceiros ou criminosos envolvidos no evento crítico, é uma possibilidade real e de resolução complexa que pode ensejar a morte do policial.

Tendo em vista não somente esses fatores, mas muitos outros correlacionados que serão apresentados posteriormente, por questões de exposição da temática, é que o exercício da atividade de Bico pelo policial militar durante o período de folga é considerado, na literatura especializada sobre a temática, como uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga (Araújo, 2017) (Duarte, 2019) (Sales, 2021).

3.6.12.3 A ingestão de bebida alcoólica em locais indevidos

O consumo habitual de bebidas alcoólicas pelos policiais militares é uma realidade não só no âmbito das organizações militares, mas, igualmente, pode ser entendido como um “costume” do estilo de vida do brasileiro. No que se refere aos policiais militares, Minayo et. al (2008) realizou pesquisa com policiais militares do estado do Rio de Janeiro, pesquisando 1.120 policiais militares da PMERJ, dentro de um universo de 21.075 policiais militares da PMERJ, onde foi possível constatar que cerca de metade do universo de policiais militares pesquisados realiza o consumo diário/semanal de álcool.

Associada ao consumo habitual de álcool por policiais militares, existe a problemática do local onde os policiais militares decidem realizar a ingestão de bebidas alcoólicas durante o período de folga, geralmente havendo, por parte do militar, a opção pela seleção de locais de risco, tais como bares, botecos, distribuidoras de bebidas, boates e outros tipos de estabelecimentos similares destinados ao consumo excessivo de álcool.

Esses locais de risco, por sua própria natureza e finalidades específicas, são locais que colocam o policial militar em situação de risco, não só pela ingestão da bebida alcoólica em excesso, mas, também, pelo porte da arma de fogo enquanto alcoolizado e pelo fato de que locais como bares, botecos, distribuidoras de bebidas, boates, dentre outros estabelecimentos similares, são ambientes onde os conflitos interpessoais, problemas de relacionamentos conjugais e discussões banais são

recorrentemente expostas, podendo ensejar o cenário ideal para a vitimização do policial militar durante o período de folga (Marty, 2022, p. 1160).

Nesse contexto, portanto, a literatura especializada sobre a temática aponta para o fato de que a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas por parte do policial militar durante o período de folga, aliado à sua frequência em locais de risco para a realização do consumo e confraternização em torno do consumo de álcool, são causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga.

3.6.12.4 A dependência química de drogas e a busca de entorpecentes em bocas de fumo

A dependência química de drogas, sobretudo no que se refere à dependência química de drogas ilícitas por parte de policiais militares, ainda é um tema pouco explorado na produção científica, não somente pelo tabu que envolve a temática, mas em virtude das características da profissão policial militar, que atua no combate ao tráfico de entorpecentes, porém acaba, em certos casos, sendo vítima também dos efeitos deletérios do consumo e da comercialização de entorpecentes (Cruz, 2020, p. 173).

Minayo et. al (2008) realizou pesquisa com policiais militares do estado do Rio de Janeiro, pesquisando 1.120 policiais militares da PMERJ, dentro de um universo de 21.075 policiais militares da PMERJ, sendo possível constatar que 3,3% dos pesquisados, englobando Oficiais e Praças, informaram fazer o uso de maconha e 3,3%, englobando Oficiais e Praças, informaram realizar o uso de Crack e Cocaína.

Souza et. al (2013) realizaram pesquisa objetivando investigar o consumo de substâncias psicoativas entre policiais civis e militares da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo 780 policiais civis e 610 policiais militares, os quais responderam questionários especificamente preparados para cada instituição policial, de maneira que foi possível constatar que 1,1% dos militares pesquisados realizam o consumo de maconha e, igualmente, 1,1% dos militares pesquisados realizam o uso de cocaína.

Aliada ao consumo de drogas ilícitas por policiais militares, existe ainda a problemática da frequência de policiais militares dependentes químicos em locais de risco, tais como bocas de fumo ou pontos de venda de entorpecentes, com o objetivo de facilitar o acesso e/ou aquisição de entorpecentes, conforme identificado na

pesquisa realizada por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020) na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Tanto a dependência química de drogas ilícitas, quanto o deslocamento em bocas de fumo para o acesso e/ou aquisição de entorpecentes, funcionam como fatores (comportamentos) de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga, sobretudo em virtude da presença do policial militar, em locais conflagrados como locais de combate ao tráfico de entorpecentes, onde eventuais desentendimentos com usuários e/ou traficantes podem ensejar a morte do policial militar.

3.6.12.5 Reações equivocadas a tentativas de roubos durante o período de folga

As reações equivocadas, por parte dos policiais militares, a tentativas de roubos, durante o período de folga, são uma das causas recorrentes de suas mortes, sobretudo em virtude do comportamento condicionado do militar de reagir a qualquer sinal de perigo, identificado por Lima e Martins (2021) como “Ethos de Reação”.

Essa predisposição a reagir, por parte do policial militar, durante o período de folga, sobretudo por meio da tentativa de realização do saque da arma de fogo, é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares vítimas de roubo durante o período de folga, uma vez que, no respectivo caso em que o infrator já se encontra com a arma em punho e apontada para o policial militar, sob o ponto de vista da técnica policial, o infrator já se encontra em vantagem ou “um passo à frente” do policial militar. Portanto, nesses casos, reagir imediatamente com toda a certeza não é a melhor opção de sobrevivência.

A formação inicial do policial militar, assim como os cursos de capacitação profissional continuada para atuação do policial fardado são eminentemente centrados no desenvolvimento do condicionamento comportamental de tomar a iniciativa para a resolução de conflitos e ao primeiro sinal de perigo detectado, o saque da arma de fogo é a primeira resposta condicionada do militar.

Por outro lado, quando entramos no campo de atuação da sobrevivência policial durante o período de folga, a conduta comportamental esperada é alterada, ou seja, não se exige uma reação imediata do militar à situação de risco, pelo contrário, o que se exige como um mecanismo de sobrevivência para o policial posto

em uma situação de risco, é uma análise de cenário do momento ideal para reagir (ou não) e tentar sobreviver.

Outra problemática que envolve a morte de policiais militares durante o período de folga é a reação ou intervenção em ocorrências em andamento durante o período de folga. Muitas vezes, os policiais militares sentem-se no dever de agir para reprimir eventuais crimes que presenciam durante o período de folga.

A pesquisa realizada por Novo (2020) com policiais militares do estado do Rio de Janeiro, envolvendo 445 casos de policiais mortos e feridos por ação criminosa nos anos de 2017 e 2018, demonstrou que 79,8% dos policiais pesquisados reagiriam a uma circunstância de roubo em andamento. Esses dados corroboram o comprometimento deles com seu exercício profissional e revela o fato de que, na maioria dos casos em que um policial militar presenciar ou ser vítima de algum roubo, ele irá reagir.

Assim, é possível perceber que o comportamento condicionado de reagir a qualquer sinal de perigo pelos policiais, fruto do próprio exercício profissional e dos treinamentos realizados na modalidade fardado ostensivamente, contribuem para que o militar possa ser vitimizado de maneira letal durante o período de folga, em virtude não só da tentativa do saque da arma de fogo, ou até mesmo da impossibilidade de não conseguir deixar de reagir ao presenciar uma situação de perigo contra ele próprio, ou contra terceiros.

3.6.12.6 Três coisas que Matam: Excesso de Medo, Excesso de Confiança e a Rotina

Dentro do paradigma do combate relacionado à atividade policial, existem alguns vilões popularmente conhecidos no meio que funcionam como padrões comportamentais que colocam o policial em uma situação de desvantagem, em se tratando de eventual situação de combate, seriam eles: o excesso de medo; o excesso de confiança; e a rotina.

O excesso de medo funciona como uma espécie de efeito paralisante, que impede o policial de reagir e, até mesmo, de perceber com certo grau de certeza o que está acontecendo, uma vez que, ao ser colocado em uma situação de conflito, em que o risco e o perigo se tornam iminentes, são desencadeadas uma série de reações psicofisiológicas no organismo do ser humano, que ocasionam várias distorções de percepções em combate, tais como: diminuição da percepção do som;

visão de túnel; paralisia temporária; perda de memória para partes do evento; dissociação (separação); pensamentos distraídos intrusivos, dentre outros (Artwohl; Cristensen, 1997).

O excesso de confiança é o resultado de experiências positivas vivenciadas anteriormente, as quais paulatinamente vão sendo consolidadas como hábitos ou rotinas. Nas palavras de Wendling (2018, p. 408), “a rotina não é necessariamente ruim, mas possui um lado perverso. Ela induz o policial a acreditar que a experiência bem-sucedida de uma ocorrência anterior se repetirá indefinidamente”, e é justamente nesse aspecto que o perigo prevalece. O excesso de confiança, a complacência, a consolidação de rotinas, o desenvolvimento de hábitos, são aspectos que podem potencializar os riscos de os policiais militares serem mortos durante o período de folga.

O excesso de confiança e a rotina são fatores (comportamentos) de risco que podem predispor a vitimização policial durante o período de folga, em virtude da redução natural do nível de proteção e vigilância que a rotina e o excesso de confiança impõem. Nesse sentido, portanto, a vigilância constante e a atenção a eventuais perigos do cotidiano, vão sendo negligenciados, colocando os policiais em situação de risco, em virtude da sedimentação de uma rotina e do sentimento de excesso de confiança.

Assim sendo, recomenda-se, como mecanismo de sobrevivência policial durante o período de folga, a análise periódica dos hábitos e rotinas adotados pelo policial como estilo de vida, de maneira que eventuais comportamentos de risco, adotados rotineiramente possam ser minimizados com o objetivo de salvaguardar a vida do policial na folga.

3.7 Fatores de proteção à vitimização policial

A teoria dos estilos de vida (Life Style Models) de Hindelang, Gottfredson e Garofalo (1978) busca explicitar como os diferentes estilos de vida das pessoas estão associados aos diferentes níveis de risco ou chances de serem vitimizadas. De acordo com essa respectiva teoria, por estilo de vida devemos compreender as atividades desempenhadas no cotidiano das pessoas, tais como: as atividades profissionais, domésticas e de lazer executadas rotineiramente, como por exemplo: trabalhar, levar os filhos à escola, ir ao supermercado ou farmácia, frequentar um restaurante ou

lanchonete, ir a uma festa ou confraternização social, dentre outros (Hindelang et. al, 1978).

Em outras palavras, poderíamos dizer que a teoria dos estilos de vida (Life Style Models) de Hindelang, Gottfredson e Garofalo (1978), através de uma análise dos estilos de vida adotados pelas vítimas, ou seja, através de uma análise das escolhas comportamentais adotadas pelas vítimas como um estilo de vida, identificam certos tipos de comportamentos rotineiros adotados pelas vítimas que provocam uma exposição mais intensa (de maior risco) à ação de agentes criminosos.

De acordo com a bibliografia sobre a temática da vitimização policial militar durante o período de folga, percebe-se que, de uma maneira geral, o perfil ou o estilo de vida, adotado pelo policial militar, vitimizado durante o período de folga, *é o estilo de vida de risco*: daquela pessoa boêmia, que frequenta rotineiramente festas, ingere bebida alcoólica em excesso; ingere bebida alcoólica na maioria das vezes portando a arma de fogo; possui algum tipo de dependência química; atua em ocorrências durante o período de folga; tem um perfil comportamental de “mulherengo”, dentre outros comportamentos de risco.

A adoção de um estilo de vida específico durante o período de folga, que englobe a frequência de permanência e passagem em determinados lugares de risco potencial de vitimização policial, *é uma escolha* adotada conscientemente pelo policial militar, de como se comportar durante o seu período de folga.

A teoria das atividades rotineiras de Cohen e Felson (1979) esclarece que, para a ocorrência de determinado crime ou, no caso da pesquisa em tela, para a ocorrência do evento da vitimização policial, existe a necessidade da convergência situacional e circunstancial de vítima, ambiente favorável e ofensor motivado, presentes no mesmo local. Dessa forma, percebe-se que a própria escolha adotada pelo policial militar, por um estilo de vida comportamental de risco durante o período de folga, pode predispor a ocorrência da vitimização policial.

3.7.1 Fatores situacionais ou circunstanciais: Frequência ou permanência em locais de risco

A argumentação central da presente dissertação está centrada na teoria das atividades rotineiras ou teoria do triângulo do crime de Cohen e Felson (1979), no sentido de que, para que o crime ocorra, existe a necessidade de convergência no espaço-tempo entre criminoso motivado, ambiente favorável e vítima em potencial.

Para que o crime ocorra, existe, portanto, a necessidade de que esses três elementos estejam presentes em determinado espaço-tempo, quais sejam: criminoso motivado, ambiente favorável e vítima em potencial, de maneira que, quando ocorre a anulação de algum desses três pontos da “teoria do triângulo do crime”, o crime não acontece.

Nesse sentido, trabalhar esses pontos do triângulo do crime contribui como um fator de proteção para a vitimização policial militar durante o período de folga, considerando que, quanto ao aspecto referente ao “criminoso motivado”, não há muito o que se fazer preventivamente ao nível individual. Todavia, com relação aos outros dois aspectos do triângulo do crime (vítima em potencial e ambiente favorável), muito ainda pode ser feito.

Quanto à vítima em potencial, ao se trabalhar com os policiais militares técnicas e táticas de sobrevivência policial com ou sem a utilização de arma de fogo, busca-se, na verdade, a anulação do ponto do triângulo do crime denominado de “vítima em potencial”, visando a transformação da figura do policial militar de vítima para guardião ou defensor de sua vida.

Por outro lado, evitar a adoção de comportamentos de risco, por meio da conscientização dos policiais militares de que certos tipos de comportamentos, já devidamente mapeados na literatura e em casos reais de morte de policiais militares durante o período de folga, são comportamentos de risco que podem ensejar a morte do policial, contribui para que um dos pontos do triângulo, o “ambiente favorável”, seja anulado e o crime com vitimização policial não ocorra.

3.7.2 Fatores Sociais: Condições ou Contexto de Vida Social

Os fatores sociais relacionados à vitimização policial militar durante o período de folga estão relacionados a aspectos da situação econômica dele, assim como com os aspectos de gênero, idade, experiência e raça (Durante; Junior, 2013).

No que se refere aos aspectos financeiros do policial militar, percebe-se a influência da condição econômica no estilo de vida adotado por ele, que, muitas vezes, opta pela adoção de comportamentos de risco que predispõe a ocorrência da sua vitimização durante o período de folga (Durante; Junior, 2013).

As dificuldades financeiras percebidas, assim como a raça, situam os policiais militares em um grupo de maior risco de sofrer diversos tipos de vitimizações, tanto

em serviço, quanto durante o período de folga, tais como, discriminação, assédio moral (humilhação por colegas de trabalho), injustas acusações de práticas de atos ilícitos, desrespeito aos seus direitos previstos em lei, dentre outros (Durante; Junior, 2013).

A idade do policial militar se associa à vitimização policial militar durante o período de folga, por meio da adoção de comportamentos de risco que facilitam essa ocorrência, tais como, sofrimento de ameaças, sofrimento de violência físicas, envolvimento em acidentes de trânsito, dentre outros (Durante; Junior, 2013).

O gênero do policial militar, no que se refere ao sexo masculino, associa-se à vitimização policial militar durante o período de folga, por meio da predisposição à adoção de comportamentos de risco, enquanto a policial do sexo feminino é visualizada, frequentemente, como vítima preferencial (Durante; Junior, 2013).

Existem, portanto, grupos específicos de policiais militares que são mais vitimizados, em virtude do seu perfil comportamental e de outros atributos mensuráveis. Assim sendo, mapear esses grupos de policiais militares em risco e promover a conscientização de que muitas práticas culturalmente enraizadas no meio policial militar podem aumentar as chances de vitimização durante o período de folga, é uma estratégia de proteção à vitimização policial durante o período de folga (Durante; Junior, 2013).

3.7.3 Fatores Psicológicos - A Mentalidade de Combate do Ethos Guerreiro

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes máculas da honestidade, lealdade, agressividade e coragem visceral. Como compensação, os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida e, por fim, mas não menos importante, a promessa da aventura. (Bittner, 2003, p.16)

O estilo de vida do policial militar é complexo e diferenciado, pois a separação entre os momentos de atuação profissional e de folga são bastante fluídos, contingentes e se confundem muitas vezes, até mesmo porque o próprio direito e a sociedade esperam dele uma atuação profissional, tal como se de serviço estivesse²¹.

21 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto durante o período de folga, após ser solicitado para atender uma ocorrência, fato ocorrido em 01 de julho de 2013. < [Tenente é morto e agente penitenciário fica ferido após mal entendido em ocorrência | Gazeta Digital](#) >. Acesso em 13/01/2024.

A condição profissional de policial militar e a expectativa social de que ele estivesse de serviço o tempo todo, aliado ao sentimento de insegurança que os policiais nutrem, no sentido de guardarem a sensação ou o pressentimento de que podem ser as próximas vítimas fatais durante o período de folga a qualquer momento, faz com que o perfil comportamental profissional invada a vida social e pessoal, como um mecanismo de defesa ou sobrevivência (Minayo et. al, 2007).

Nesse sentido, os policiais militares se sentem vigiados tanto dentro do quartel da Polícia Militar, quanto fora dele, de maneira que, essa simbiose entre a natureza do trabalho policial militar e o estilo de vida levado por ele, encontra-se traduzido no slogan de um dos batalhões da Polícia Militar: “O espelho reflete você, e você reflete o batalhão da Polícia Militar” (Minayo et. al, 2007).

Isso significa dizer que ocorre um avanço do padrão comportamental do policial de Ethos Guerreiro do campo profissional, sobre a vida pessoal e social vivenciada durante o período de folga, uma vez que é durante o período de folga, de maneira estatisticamente comprovada, que o policial militar corre o maior risco de ser vitimizado de maneira letal.

Essa invasão do Ethos Guerreiro sobre a vida pessoal e social durante o período de folga é notória, sobretudo para os policiais militares que desempenham cotidianamente atividades operacionais de patrulhamento nas ruas, de maneira que o agir como policial transcende o seu turno de serviço, alcançando o período de folga. Isso significa dizer que o policial militar, até durante o seu período de folga, age como se estivesse de serviço, ou seja, sempre alerta, escaneando o ambiente à procura de uma possível ameaça (Fernandes, 2016, p. 212).

Por conseguinte, os riscos da atuação do policial durante o período de folga são maiores, uma vez que agora a atuação do policial ocorre sem o apoio dos mecanismos de proteção que o Estado oferece, tais como: viatura, colete balístico, radiocomunicadores, armamentos de grosso calibre e, sobretudo, o apoio de outros policiais militares também devidamente equipados (Fernandes, 2016, p. 212).

O agir como policial em todos os momentos, tanto em serviço, quanto no período de folga, constitui não só um mecanismo de defesa ou de sobrevivência policial, mas revela o sentimento quase que incontrolável que existe dentro do policial, sobretudo nos policiais operacionais (considerados vocacionados à atividade de patrulhamento nas ruas), de um perfil comportamental e personalidade com o Ethos Guerreiro muito pronunciado ou afluído, o qual se faz perceber a todo momento: a

necessidade do cumprimento do dever, em outras palavras, a necessidade de ser o herói, de salvar alguém, de combater o mal, de honrar a farda:

Enunciados marcantes, tais como “no cumprimento do dever sacrificamos nossa própria vida” ou “a farda é a minha esposa e a amante é a minha mulher”, plasmam a sintaxe policial militar. Evidenciam uma simbólica expressionista, em boa medida exegética, voltada cuidadosamente para a corroboração do pertencimento a um mundo novo (a corporação), inaugurado por um novo nascimento, isto é, “o nascimento para a vida policial militar”. Um tipo de pertencimento no qual a fidelidade e o amor dedicados à corporação e à própria persona institucional assimilada pelos indivíduos devem ser encenados nos espaços mais distintos de sociabilidade dos conversos, até mesmo nas esferas mais triviais do mundo social, como uma festa de aniversário de criança, por exemplo. Na administração cotidiana dessa subjetividade parece ser preciso se manter vigilante, em uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre “honrar a farda” “em cada ação realizada”, “em cada ideal alcançado”, em suma, “em cada exemplo deixado” (Muniz, 1999, p. 103).

Essa perspectiva é corroborada pela própria percepção dos policiais militares quando se referem à sua profissão, afirmando que a profissão de policial militar é, na verdade, uma escolha de vida, que se traduz num modo de ser e de viver singulares, um estilo de vida policial, que é uma vocação, um sacerdócio, cuja “missão de servir e proteger” transcende os objetivos terrenos ou legais e aproxima-se dos discursos que informam conversões religiosas, testemunhos de vida e processos de reconstruções biográficas profundos (Muniz, 1999, p. 103).

A mentalidade de combate, portanto, funciona como uma série de filtros mentais, que fazem com que os policiais militares (sobretudo aqueles com o Ethos Guerreiro pronunciado) visualizem a realidade como uma espécie de “selva”, onde a capacidade de sobreviver está condicionada à possibilidade de antecipação e detecção de eventuais riscos ou perigos, sobretudo pelo fato de serem policiais militares. Essa mentalidade de combate ou de sobrevivência durante o período de folga, também comporta a face da “síndrome do policial herói”, disposto a salvar a tudo e a todos durante o período de folga, como se de serviço fardado estivesse.

A mentalidade de combate ou de sobrevivência e/ou a síndrome do policial herói são filtros mentais ou formas de perceber a realidade que foram sendo paulatinamente construídos e sedimentados por meio do exercício da atividade policial e das experiências vivenciadas na qualidade de policial militar, tanto na condição de serviço, quanto na condição de policial militar durante o período de folga.

Abandonar a figura do policial herói na folga, assim como abandonar o “instinto de sobrevivência”, adotado por meio de um comportamento excessivamente hipervigilante durante o período de folga, são fatores comportamentais de proteção para o policial militar, uma vez que, se expor excessivamente aos riscos, além de não ser o comportamento tecnicamente e taticamente ideal, aumenta, significativamente, o grau de riscos a que o policial militar se expõe de maneira voluntária, predispondo, portanto, a vitimização policial durante o período de folga.

4 A ESCOLHA RACIONAL

O que define uma escolha como *racional* ou *irracional*? Escolher racionalmente significa seguir a razão? Mas, afinal de contas, o que é a razão? A razão é um conceito fixo? Ou seria um conceito flexível a depender das circunstâncias do agente? Essas e muitas outras questões são questionamentos que permeiam o estudo da Teoria Sociológica da Escolha Racional.

Escolher Racionalmente, para a Sociologia, tem um sentido um pouco diferente do sentido coloquialmente utilizado nas interações sociais do cotidiano. Em virtude disso, faz-se necessário introduzir a temática de uma maneira didática e conceitual para que o leitor consiga acompanhar as reflexões sociológicas vindouras.

Para tanto, sugerimos a sequência de seções a seguir elencadas, como o percurso metodológico inicial de apresentação da teoria sociológica da Escolha Racional, de maneira que, objetivando maior fluidez do texto, as ideias centrais da Teoria da Escolha Racional sejam demarcadas em *itálico*.

4.1 Do empirismo à racionalidade instrumental

A evolução do pensamento liberal na Europa do século XVII permitiu o desenvolvimento da noção conceitual de *ação instrumental*, que teve a sua gênese na filosofia Utilitarista. Contudo, o movimento teórico do Utilitarismo tem as suas bases fundamentadas nas teorias contratualistas e, portanto, recebem grande influência dos seus teóricos, sobretudo do filósofo contratualista John Locke (Collins, 2009, p. 111).

Locke era um empirista convicto, e como tal, acreditava que a construção das ideias e a percepção de mundo desenvolvida pelos homens era produto exclusivo das experiências sensoriais dos seres humanos com a vida. Assim sendo, *o conceito de ação instrumental*, desenvolvido pelos Utilitaristas, apropria-se dessa percepção empirista de Locke, particularmente no que se refere à construção e percepção da realidade pelo homem, através das experiências sensoriais com a vida (Collins, 2009, p. 111).

Nesse sentido, o conceito de *ação instrumental*, capitaneado pelos Utilitaristas, concebe o desenvolvimento de uma nova perspectiva de pensamento do Homem, que se fundamenta não só no paradigma da experiência sensorial individual com a vida (o empirismo), mas, também, fundamenta-se no paradigma do *Estado de Natureza de*

Hobbes, de maneira que o Homem é compreendido como estando permanentemente situado em um *ambiente hostil* onde a *escassez de recursos* é um elemento intrínseco à vida, e a *competitividade*, ou seja, a luta pela vida, é um elemento essencial à sua *sobrevivência*. Destarte, *naturalmente*, tal como um *instinto de sobrevivência*, o Homem desenvolve uma perspectiva de pensamento *essencialmente individualista*, direcionada para a *satisfação dos seus desejos e interesses individuais*:

A subjetividade dos homens é definida por uma constância irreprimível de desejos frente a uma realidade de escassez de recursos. O objetivo da “máquina individual” postulada é continuar seu próprio movimento de satisfação através do cálculo, concebendo as consequências pessoais de todas as ações. Tendo como fundamento esse paradigma individualista, igualdade de direitos e utilidade, individual ou social, tornam-se conceitos sem os quais, segundo os utilitaristas, não se pode mais representar cientificamente a vida social (Carvalho, 2008, p.15-16).

E é justamente essa característica intrínseca ao ser humano de tender a direcionar/motivar as suas ações, visando *primeiramente e instintivamente* a satisfação dos seus desejos e interesses individuais, que modela de fato o conceito de ação instrumental, compreendido também como uma ação adotada pelo ser humano com o objetivo específico de satisfação dos seus desejos e interesses individuais.

De acordo com os teóricos utilitaristas, a *característica naturalmente individualista do ser humano* não se deve exclusivamente à “selva” prescrita pelo Estado de Natureza Hobbesiano, mas pelo *impulso natural do ser humano de buscar a “felicidade”*, entendida pelos teóricos utilitaristas como o *aumento dos prazeres e a diminuição das dores individuais* (Carvalho, 2008, p. 16).

Acerca dessa busca pela “felicidade” através do aumento dos prazeres e a diminuição das dores individuais, David Hartley (1749) apresenta uma linha de pensamento semelhante, na qual esclarece que a construção das ideias do ser humano é realizada por meio de *associações* relacionadas à experiência sensorial do ser humano com a vida propriamente dita, as quais resultam em *sensações de prazer ou de dor* (Collins, 2009, p. 113).

Nesse sentido, Adam Smith em *A Teoria dos Sentimentos Morais*, desenvolve também essa perspectiva, contudo de maneira mais precisa, esclarecendo que, aquilo que o ser humano relaciona com a sua experiência sensorial de *prazer*, ele tende a considerar como algo bom ou benéfico para a sua vida, enquanto aquelas

experiências sensoriais da vida que provocam a *dor*, notadamente, são compreendidas como algo mau para o ser humano (Collins, 2009, p. 113).

A busca da “felicidade” pelo ser humano, descrita pelos teóricos utilitaristas, justifica-se como um direito legítimo e individual do ser humano, conforme fundamentavam as próprias teorias contratualistas, que compreendiam a defesa do direito pessoal (individual) como a dimensão primeira do sentido de “justiça” (Carvalho, 2008, p. 15). Nesse sentido, John Stuart Mill (1971) assegura que

ainda que a felicidade não possua uma prova no sentido científico ordinário, o fato de ser, da mesma forma que a saúde, um “interesse” de todos os indivíduos, comprova que ela é um fim em si mesma (Mill, 1971, p.13-16).

Corroborando essa *natureza humana individualista e instintiva*, Vilfredo Pareto (1903) esclarece que o Homem nada mais é do que um animal e que, tal como os animais, é acometido e *guiado por instintos*. Contudo, de acordo com Pareto, o Homem não é exclusivamente um animal, pelo contrário, o Homem é um animal que raciocina (que pensa), ou seja, o Homem é um ser que, apesar de ser movido por instintos, sentimentos e emoções, tenta, por todas as maneiras, disfarçar seu “sentimentalismo” com a aparência de “racionalidade”:

[...] embora as derivações se transformem rapidamente, os resíduos são relativamente constantes. Na terminologia de Pareto, os resíduos são os sentimentos, ou a expressão dos sentimentos, inscritos na natureza humana; as derivações são os sistemas intelectuais de justificação pelos quais os indivíduos disfarçam suas posições ou condutas que não são racionais. Na verdade, o homem é um ser não racional que raciocina. Embora raramente se comporte de modo lógico, sempre quer fazer crer a seus semelhantes que seu comportamento é lógico (Aron, 2008, p. 589).

Para os utilitaristas, *o controle sobre os instintos da natureza humana torna-se necessário*, pois, embora os utilitaristas defendessem a busca da felicidade, dos prazeres e a abstenção da dor individual, não defendiam o exercício desses instintos da natureza humana de maneira desregrada ou sem uma finalidade social, pelo contrário, sob a perspectiva utilitarista, a ação instrumental se caracterizaria pelo exercício da liberdade individual que culminasse necessariamente com consequências sociais benéficas:

Contudo, o utilitarismo ressalta não somente a procura dos meios mais eficazes para o alcance de fins individuais, mas também uma proposta política e moral que procura definir quais são os melhores propósitos sociais. Assim, demanda a submissão das paixões, motores da atividade humana, a um raciocínio direcionado para as intenções mais desejáveis do ponto de

vista da utilidade pública [...] essa distinção permite aos autores utilitaristas argumentarem em favor de um planejamento que derive das propriedades da razão a referência à moralidade e à utilidade, por meio da escolha de ações que portam apenas consequências sociais benéficas (Carvalho, 2008, p. 17-18).

O que de fato os utilitaristas objetivavam alcançar era, a nível individual, um *projeto de transformação comportamental do indivíduo*, objetivando instalar, a nível social, um *novo paradigma socioeconômico*, que pudesse trazer os maiores benefícios possíveis para a coletividade. Para tanto, os instintos da natureza humana (sobretudo aqueles relacionados à busca dos prazeres, sentimentos e paixões) necessitavam *ser canalizados* para uma utilidade socialmente benéfica. O mecanismo adotado pelos utilitaristas para colocar um “freio” nos instintos, nas emoções, nos sentimentos e na busca descontrolada por prazeres, advinda da natureza do ser humano, foi a *racionalidade*. (Carvalho, 2008, p. 18).

Nesse sentido, a racionalidade pressupõe a capacidade de refrear os instintos da natureza humana (os desejos e as emoções), apresentando, por um lado, uma resposta menos emotiva e instintiva a determinadas situações e, por outro, possibilitou uma resposta mais refletida, ou seja, raciocinada, pensada em determinadas circunstâncias, mediante o uso da *razão* ou *racionalidade*.

Vilfredo Pareto (1903), em certa medida, também trabalhou essa distinção entre condutas humanas eminentemente governadas pela *razão* (racionalidade) versus condutas humanas governadas eminentemente pela *emoção* (irracionalidade). Todavia, Pareto utilizou os conceitos de “ação lógica” e “ação não lógica” para estabelecer essa distinção, procurando aproximar as condutas ditas como de “ação lógica” do conceito de “racionalidade” e “razão”, reservando, por conseguinte, a todos os demais tipos de condutas humanas subjetivas ou relacionadas à “emoção”, o conceito de “ação não lógica” ou “irracional”:

Em consequência, pode-se aceitar, a título provisório, que as ações lógicas sejam aquelas que são motivadas pelo raciocínio. O ator pensou no que queria fazer, no objetivo que pretendia alcançar, e esses raciocínios aos quais ele obedeceu constituem o móvel do seu comportamento. Por outro lado, todas as condutas não lógicas comportam, num certo grau, uma motivação pelo sentimento, que pode ser definido de forma mais geral como todo estado de espírito diferente do raciocínio lógico (Aron, 2008, p.597-598).

A Metodologia da Economia Positiva de Milton Friedman trouxe à tona a necessidade de *depurar* as ações dos seres humanos, com o objetivo de chegar à

sua verdadeira essência, ou seja, separando as características principais do comportamento humano, das características acessórias. Essa distinção objetivou *simplificar* a complexidade do comportamento humano e trazer, ao mesmo tempo, uma *maior objetividade e previsibilidade sobre o comportamento humano* (Carvalho, 2008, p. 56).

Neste sentido, o conceito de *racionalidade* passou a guardar íntima relação com a ideia de *previsibilidade do comportamento humano*. Dessa forma, tudo aquilo que se remete a uma percepção de um comportamento humano, socialmente esperado (do ponto de vista do observador comportamental), é considerado um comportamento racional, pois o observador consegue, através da racionalidade, *cogitar* qual seria o comportamento humano socialmente esperado a ser adotado por aquele indivíduo, naquela determinada situação.

Por outro lado, a *irracionalidade* tendeu a caminhar para o campo da *imprevisibilidade do comportamento humano* e da *incompreensão do comportamento humano*, uma vez que o conceito de irracionalidade passou a guardar íntima relação com os aspectos subjetivos da natureza humana, tais como os instintos e as emoções, os quais, por suas próprias características subjetivas, são de difícil percepção imediata.

A racionalidade instrumental, portanto, comporta, concomitantemente, aspectos da noção de *racionalidade* e *ação instrumental*, os quais, conjuntamente, caracterizam a ação comportamental pensada, raciocinada, medida ou calculada, objetivando a satisfação de desejos e interesses individuais específicos.

Fundamentalmente, convém destacar que o conceito de racionalidade instrumental para o utilitarismo difere do conceito que a racionalidade instrumental assume nas sociedades modernas, pois, concebida no seio do utilitarismo, a racionalidade instrumental, no que se refere aos laços de coesão social entre agência e estrutura, estava intimamente conectada com a concepção de comunidade. Portanto, a liberdade individual do agente somente era bem-vinda se as ações individuais estivessem alinhadas com o benefício social coletivo (Carvalho, 2008, p. 18).

Por outro lado, ao longo do tempo, nas sociedades modernas, o conceito de racionalidade instrumental, concebido no seio do utilitarismo, foi modificado, aproximando-se no que se refere aos laços de coesão social entre agência e estrutura, do conceito de sociedade, uma vez que a racionalidade instrumental nas sociedades

modernas passou a ser concebida como um cálculo autônomo (ou seja, desvinculado da estrutura), preciso, divergente e de preferências individuais (Carvalho, 2008, p. 18).

Por derradeiro, o objetivo da presente seção foi introduzir a temática, colocando em relevo, através do percurso de construção dos conceitos de *ação instrumental* e *racionalidade*, as principais premissas que envolvem a teoria sociológica da escolha racional, a saber:

- a) Primeiro, o *impulso natural do ser humano de buscar a “felicidade”*, entendida pelos teóricos utilitaristas como o *aumento dos prazeres e a diminuição das dores individuais*;
- b) Segundo, o Homem desenvolve uma perspectiva de pensamento *essencialmente individualista*, direcionada para a *satisfação dos seus desejos e interesses individuais*;
- c) Terceiro, a satisfação dos desejos e interesses individuais modelou o conceito de *ação instrumental*, entendida nessa perspectiva apresentada, como uma ação do ser humano puramente instintiva, ou seja, não refletida, não raciocinada, voltada exclusivamente para a satisfação dos desejos e interesses individuais;
- d) Quarto, a racionalidade surge como um mecanismo para colocar freio aos instintos da natureza humana, mas, igualmente, força o agente a pensar, a raciocinar sobre as suas condutas e as condutas dos outros seres humanos;
- e) Quinto, a racionalidade surge como um mecanismo de simplificação das ações humanas e, ao mesmo tempo, concebe também a possibilidade de prever os comportamentos humanos socialmente esperados.

Apresentadas as premissas estruturantes da Teoria Sociológica da Escolha Racional, através dos conceitos de *ação instrumental* e *racionalidade*, convém, a partir desse momento, conhecermos os conceitos centrais que fundamentam a Teoria Sociológica da Escolha Racional.

4.2 A escolha racional – conceitos fundamentais

Para contextualizar o ambiente no qual situa-se o debate acerca da Escolha Racional, convém ressaltarmos que a perspectiva de análise do comportamento humano na teoria sociológica da escolha racional situa-se no âmbito de uma

microsociologia, portanto podemos dizer que o parâmetro referencial de análise é sempre a *perspectiva do indivíduo*.

O indivíduo, portanto, encontra-se numa determinada situação onde necessita fazer uma escolha, de maneira que essa escolha é motivada por desejos e interesses particulares do agente. Presume-se, assim, que todas as ações dos indivíduos são *racionais*, ou seja, são motivadas por seus desejos e interesses particulares, objetivando a maximização de seus objetivos (Carvalho, 2008, p. 33-34).

Nesse sentido, de acordo com Elster (1982), a faculdade do pensamento e do raciocínio são características exclusivas dos seres humanos e que os distinguem dos animais. Dessa maneira, descartar essa singularidade do exercício de pensar do ser humano, apelando para uma justificativa do comportamento humano, motivada eminentemente pelos instintos, isso sim, seria em si, uma ausência de racionalidade (Elster, 1982, p. 1-35).

Ainda no que se refere à racionalidade do ser humano, Elster (1982) esclarece que é justamente em virtude dessa capacidade dele raciocinar e traçar inúmeras estratégias mentais perante às escolhas que necessitará realizar em variadas circunstâncias, que o indivíduo, na escolha racional, é concebido como uma “máquina global de maximização”, guiada por objetivos próprios e predeterminados (Elster, 1982, p.10).

A escolha racional é, também, um modelo de simplificação da realidade social, portanto, somente os aspectos essenciais, ou mais substanciais de toda a ação humana interessam na perspectiva de análise da escolha racional (Carvalho, 2008, p. 33).

Acerca desse aspecto simplificador da realidade social, adotado pela teoria da escolha racional, Downs (1957) esclarece que: “A concepção de racionalidade se articula com uma metodologia que procura simplificar o ambiente da ação, tornando possível a previsão das decisões a serem tomadas nas interações” (Downs, 1957, p. 04).

Nesse ambiente simplificado da ação social, na perspectiva da escolha racional, a ação instrumental do indivíduo está totalmente voltada para o conjunto de oportunidades que o contexto social frequentemente está lhe apresentando (Carvalho, 2008, p. 34).

Ainda no que se refere ao ambiente, na perspectiva da escolha racional, ele não afeta a decisão do agente, pelo contrário, a motivação para agir do indivíduo

racional é baseada, exclusivamente, na vontade individual do agente, pressupondo, dessa maneira, um contexto social que não influencia na decisão do agente (Carvalho, 2008, p. 34).

Está pressuposto, na perspectiva da escolha racional, que o indivíduo racional sempre reflete acerca dos *meios* e dos *fins* que ensejam o comportamento humano (Carvalho, 2008, p. 34). Acerca desse aspecto, o conceito de custo de oportunidade de Harsanyi (1986) adquire uma dimensão conceitual importante, pois o referido conceito revela a capacidade de reflexão cuidadosa do indivíduo racional, buscando a atenta mensuração de custos e recompensas implicadas nas suas escolhas (Harsanyi, 1986, p. 86)

A reflexão cuidadosa acerca dos meios e dos fins na escolha racional revela a importância da informação no processo de tomada de decisão do agente racional, que sempre observa o ambiente, buscando todas as oportunidades de maximização disponíveis nos espaços de interação social (Carvalho, 2008, p. 35).

É importante destacar que a perspectiva de maximização do agente racional não se restringe às oportunidades temporalmente situadas no presente, pelo contrário, o agente racional, muitas vezes, ao adotar certas escolhas no presente, vislumbra oportunidades de maximização futuras, evidenciando, dessa maneira, a incapacidade de satisfação total dos desejos pessoais do agente racional, revelando que a racionalidade instrumental do ator racional, se traduz num movimento constante e incessante de acumulação (Carvalho, 2008, p. 35).

A concepção do *oportunismo* do agente racional é um conceito fundamental na perspectiva da escolha racional, dado que a perspectiva do agente racional de visualização do mundo, através do paradigma de Hobbes, revela que o agente racional concebe o mundo como um ambiente de *escassez de recursos* e de *competitividade* de todos contra todos. Nesse contexto, o *oportunismo* surge como uma ferramenta de sobrevivência ao ambiente hostil que incorpora a concepção de racionalidade instrumental (Carvalho, 2008, p. 35), pois, afinal de contas, “todos nós sabemos que as pessoas não são anjos, e que elas tendem a cuidar primeiro de si mesmas e de seus bens” (Axelrod, 1984, p. 03).

A racionalidade instrumental do ator racional está relacionada a uma espécie de *mecanismo mental de cognição autônoma*, ou seja, desvinculado totalmente de qualquer tipo de influência externa ou mecanismo estrutural que possa influenciar as decisões do agente racional. Pelo contrário, a racionalidade instrumental do agente

racional preocupa-se exclusivamente com a satisfação dos desejos do agente racional, pouco importando as consequências (boas ou ruins) das suas decisões racionais. Desde que seus desejos e interesses individuais sejam alcançados ou maximizados, tudo é permitido (Carvalho, 2008, p. 35).

Nessa perspectiva, o paradigma teórico da escolha racional confere ao agente racional o aspecto de um *instrumento* ou de um *objeto econômico*, concebido exclusivamente para a maximização de interesses próprios ou alheios. Em outras palavras, isso significa negar todos os aspectos subjetivos, culturais e sociais que conformam a singularidade de cada ser humano. Ocorre, portanto, uma *despersonalização* ou *desubstancialização da pessoa* (Berthoud, 1995, p. 65)

É importante destacar que no campo da racionalidade instrumental e, portanto, no âmbito da escolha racional, que é uma teoria social que tem a sua gênese na economia, o agente racional age de maneira previsível, pois pressupõe-se:

[...] que o objetivo de todos os participantes no sistema econômico, tanto consumidores quanto de empresários, é dinheiro, ou, equivalentemente, um bem monetário único. Supõe-se que este seja irrestritamente divisível e substituível, livremente transferível e idêntico, mesmo em seu sentido quantitativo, com qualquer “satisfação” ou “utilidade” desejada por cada participante (Neumann. Morgenstern, 2004, p. 08).

Dado que o agente racional é oportunista e que, portanto, busca em todas as circunstâncias a minimização de custos e a maximização de resultados, o problema do carona (*free rider*) ou *problema de ação coletiva* representa o contexto social padrão no qual o ator racional estabelece suas interações sociais e, portanto, age sempre por meio de um *comportamento oportunista*:

Assim, nas situações em que o ganho coletivo é necessariamente dividido com outros participantes, e onde a disposição de um agente não possui um efeito visível sobre o resultado final, a racionalidade implica um comportamento oportunista, uma vez que o bem coletivo será, de toda forma, provido pelo trabalho dos outros (Carvalho, 2008, p. 36).

Por conseguinte, o máximo de utilidade *da* coletividade torna-se inatingível, haja vista a grande pluralidade de utilidades individuais dos agentes racionais. Em contrapartida, o máximo de utilidade *para* a coletividade torna-se viável, a partir da organização de um equilíbrio socioeconômico, sopesando e equilibrando as diferentes utilidades individuais dos agentes racionais (Carvalho, 2008, p. 43).

4.3 Valorização da ação racional

Segundo Vilfredo Pareto (1968), o caminho da evolução humana foi sendo sedimentado por meio da priorização das ações lógicas (derivações ou racionalidade), em detrimento das ações ilógicas (resíduos ou sentimentos). Por ação lógica, Vilfredo Pareto entende a conduta do agente estabelecida por meio de uma coerente correlação entre meios e fins, que não comporta qualquer tipo de resquícios dos famigerados resíduos (sentimentos, hábitos, instintos) (Pareto, 1968, p. 72).

Pareto desenvolve claramente uma valorização da ação lógica (derivação ou racionalidade), em detrimento da ação ilógica (resíduos ou sentimentos). Prova disso é a sua constante referência ao termo “elite” para conceituar o indivíduo racional, que consegue apartar-se dos sentimentos. Segundo Pareto (1966),

podemos facilmente encontrar, nos estratos superiores da população, pessoas dentre as quais certos sentimentos estão ausentes, enquanto que em outras eles estão bastante desenvolvidos (Pareto, 1966, p. 84).

A valorização da ação lógica (derivações ou racionalidade) sobre a ação ilógica (resíduos ou sentimentos) reforça, mais uma vez, os paradigmas de Hobbes e Adam Smith, no sentido da necessidade do controle das paixões e dos sentimentos dos homens, como único mecanismo capaz de desenvolver uma sociedade racional, por meio da racionalidade instrumental (Carvalho, 2008, p. 41).

A separação entre ações lógicas (derivações ou racionalidade) e ações ilógicas (resíduos ou sentimentos) revela o amplo espectro de multiplicidade de trocas sociais que podem ser estabelecidas entre os atores sociais, que ora podem agir logicamente (racionalmente), ora podem agir illogicamente (baseados em sentimentos), deixando evidentes as inúmeras nuances da análise sociológica (Carvalho, 2008, p. 38).

De acordo com Pareto (1968), as ações lógicas (derivações ou racionalidade) tendem a confundir os interesses individuais e coletivos, uma vez que o agente racional, buscando como sempre a maximização da utilidade, procura tangenciar (conciliar) os interesses pessoais aos interesses coletivos, de maneira que, de fato, o agente racional jamais objetivou o interesse coletivo, pelo contrário, buscou de maneira dissimulada o interesse individual (Pareto, 1968, p. 833; 1190-1193).

4.4 Pluralismo de agentes e pluralismo de utilidades

A pluralidade de utilidades é uma realidade da escolha racional. Isso significa dizer que o conceito de utilidade é variável a depender de quem está analisando, pois, dado que o agente racional age exclusivamente de acordo com seus interesses individuais visando a maximização, numa perspectiva macro da sociedade, podemos concluir que a sociedade é formada pela agregação de inúmeras utilidades divergentes, pois

dado que o valor dos objetos não é intrínseco, resultando dos sentimentos particulares de cada agente, a utilidade é uma substância exclusivamente individual e não objetiva, não passível de ser comparada [...] em nenhum momento adquire relevância estudar os processos de formação e estruturação social dos gostos ou desejos, o que possibilitaria pensar uma comparação efetiva dos objetivos individuais. Eles são dados por si mesmos, como meros fenômenos psíquicos, vistos como um resultado natural do acaso (Carvalho, 2008, p. 41-43).

Compreende-se, portanto, que a utilidade é um conceito subjetivo do agente racional e que, portanto, a concepção de interesse na escolha racional, atua no campo estritamente individual do agente racional, ou seja, os interesses na perspectiva da escolha racional traduzem estritamente os interesses individuais específicos de determinado agente racional.

4.5 O equilíbrio da troca social

Partindo do paradigma do estado de natureza de Hobbes, no qual a escassez de recursos é um elemento que fundamenta as bases do ambiente de interação social, o agente racional procura, por meio da realização de *trocas sociais entre os atores racionais*, facilitar o alcance de seus interesses individuais, haja vista que, “na escolha racional, a troca é vista como a base do processo social, sendo percebida como origem de ganhos mútuos dos participantes que nela se envolvem” (Carvalho, 2008, p. 45).

Assim sendo, partindo do pressuposto de que o agente racional persegue os seus interesses sociais, nas interações sociais entre atores racionais subsiste o postulado do equilíbrio da troca social. Pressupõe-se, portanto, uma espécie de equilíbrio da troca social entre os atores racionais, uma vez que cada agente racional vislumbra seu interesse próprio. Durante a troca social, ocorre uma espécie de

equilíbrio, onde os interesses individuais de cada agente racional são alcançados por meio da troca social efetivada:

Poderíamos dizer que o postulado possui uma utopia sociopolítica de bem-estar geral, pois o estado de equilíbrio indica a situação em que a satisfação geral de novos gostos individuais é impedida pelos obstáculos criados por outros interesses. Assim, o equilíbrio sugere um ponto em que não há mais a possibilidade de estabelecimento de uma transação benéfica a todos e expressa a conjuntura de aceitação unânime dos resultados das trocas efetuadas, gerando uma condição otimizada (Carvalho, 2008, p. 43).

No que se refere ao ambiente social em que as trocas sociais entre os atores racionais acontecem, convém estabelecer a diferenciação entre “ambiente paramétrico” e “ambiente estratégico”. Acerca dessa distinção, Elster (1984) esclarece que “o ator racional paramétrico trata seu ambiente como constante, enquanto o ator racional estratégico considera o fato de que o ambiente é feito de outros atores, e que ele é parte do ambiente deles, e que eles sabem disso (Elster, 1984, p. 18).

Na perspectiva da escolha racional, o postulado do equilíbrio da troca social fundamenta-se justamente na concepção de um agente racional que baliza as suas decisões de maximização imerso num ambiente estratégico singular, ou seja, o ator racional, ao mesmo tempo que busca a maximização dos seus interesses individuais, sopesa, considera, a movimentação dos outros agentes racionais também envolvidos na troca social:

As relações sociais normais são constituídas por interações em que a racionalidade demanda a reflexão sobre as intenções de outros agentes. A noção de equilíbrio parte exatamente do pressuposto de pensamento estratégico, que leva em conta, além da decisão pautada exclusivamente pela otimização pessoal, as expectativas sobre as singularidades de cada interação (Carvalho, 2008, p. 46).

Percebe-se, portanto, que o postulado do equilíbrio da troca social na escolha racional, ao mesmo tempo que assegura a busca pela satisfação dos interesses individuais do agente racional, garante, também, a possibilidade de uma variedade considerável de trocas sociais que podem ser estabelecidas livremente entre os atores racionais, desde que as satisfações de cada agente racional envolvido na troca social, sejam alcançadas:

A noção de equilíbrio da escolha racional, qualificada como um “ponto ótimo”, significa o alcance de um estágio em que uma interação não pode ser modificada sem piorar a condição de pelo menos uma das partes envolvidas no processo, na medida em que isto acarreta uma situação “subótima”. Nesse

sentido, a noção indica o movimento das trocas em direção à maximização dos interesses de todas as partes inscritas em um contexto social (Carvalho, 2008, p. 46).

Isso não significa dizer que durante o estabelecimento de uma troca social os atores racionais envolvidos não possam optar por um resultado subótimo da troca. Pelo contrário, esse resultado é possível e inclusive faz parte do *dilema do prisioneiro*, inscrito na teoria social que encara as relações sociais como *jogos estratégicos*, popularmente conhecida como *teoria dos jogos*.

A concepção de equilíbrio da escolha racional comporta, de forma reduzida e simplificada, as características centrais do entendimento social da teoria. Há três aspectos a destacar. Primeiramente, a concepção revela como as relações sociais são, de uma forma geral, vinculadas à noção de troca entre agentes portadores de interesses próprios e exclusivos. Em segundo lugar, ela supõe que as interações, fora as regras instrumentais, estão desligadas de um ambiente estruturado por normas ou crenças sociais. Por fim, a noção de maximização recíproca pressuposta no resultado da troca vincula as transações a uma situação de igualdade de recursos e realização pessoal que pode ser vista como democrática (Carvalho, 2008, p. 46-47).

De uma maneira geral, o postulado do equilíbrio da troca social entre atores racionais, sintetiza as principais características da teoria sociológica da escolha racional, articulando interesses individuais, ausência de regras que estabeleçam limites as trocas sociais e maximização recíproca de interesses dos agentes racionais envolvidos.

4.6 A teoria dos jogos

A Teoria dos Jogos revela como ocorrem as interações sociais de troca dos agentes racionais, perante um *ambiente social estratégico*, ou seja, perante um ambiente onde a consideração acerca da movimentação dos outros agentes racionais no ambiente social estratégico é fundamental para o agente racional traçar os seus cálculos e as suas principais estratégias de ação, as quais serão adotadas de acordo com os *payoffs disponíveis* (ordem de preferência individual do resultado para o agente racional), nesse sentido:

Os jogos demonstram as pressões conjecturais que os atores enfrentam quando situados em uma interação social, o que leva a soluções e equilíbrios diferentes, dependentes da estrutura dos *payoffs* envolvidos. Mais propriamente, os modelos de jogos permitem uma percepção precisa do fato de uma orientação individual ser dependente da consideração das ações

racionais de outros jogadores. O jogador deve estar sempre consciente de que sua própria decisão terá efeito direto sobre as escolhas de todas as pessoas com as quais estabelece uma transação. O prêmio de cada participante depende das escolhas realizadas pelos outros, manifestando uma causalidade geral em que a antecipação e a previsibilidade se tornam valores centrais (Carvalho, 2008, p. 47).

O ambiente social estratégico onde ocorrem as trocas sociais entre os atores racionais, no âmbito da teoria dos jogos, pressupõe um ambiente social de *troca competitiva*, onde a capacidade de maximização da utilidade individual de cada agente racional está condicionada à movimentação do outro ator racional, também envolvido na troca social (Carvalho, 2008, p. 47). Nessa linha de raciocínio:

[...] se duas ou mais pessoas trocam bens umas com as outras, o resultado de cada uma, em geral, irá depender, portanto, não meramente de suas próprias ações, mas também daquelas dos outros. Assim, cada participante tenta maximizar uma função [...] a qual ele não controla todas as variáveis (Neumann; Morgenstern, 2004, p. 11).

A Teoria dos Jogos pressupõe que os agentes racionais envolvidos nas trocas sociais num ambiente social estratégico possuem um *conhecimento comum da racionalidade* de todos os agentes racionais envolvidos nas trocas sociais. Isso permite dizer que todos os agentes racionais envolvidos na troca social esperam da conduta do seu parceiro a adoção de um comportamento instrumental, ou seja, voltado para o benefício individual de cada agente (Hargreaves; Varoufakis, 1995, p. 23-28). Assim,

Cabe notar que a esse princípio ainda se acresce, na maior parte das pesquisas, a premissa de um alinhamento de crenças (*consistente alignment of beliefs*), pois qualquer agente deve esperar do outro o mesmo tipo de atitude de maximização de interesses se ambos possuem o mesmo conjunto de informações. Por conseguinte, o indivíduo pode antecipar as jogadas a serem feitas posteriormente, prevendo o resultado do jogo. Essa capacidade de previsão é a base da ideia de “equilíbrio de Nash”, que indica a orientação predeterminada dos jogadores para excluir as chamadas “estratégias dominadas”, ou seja, as jogadas que dão resultados menores do que outras possibilidades apresentadas (Carvalho, 2008, p. 48).

As trocas sociais realizadas no âmbito da Teoria dos Jogos ocorrem mediante a estratégia de *custos de oportunidades* adotados pelos jogadores, ou seja, cada agente racional realiza um escalonamento individual das suas preferências de escolhas, perante o cenário de trocas sociais disponíveis, de maneira que a troca

social entre os atores racionais ocorre por meio de um ajuste recíproco de interesses entre ambos os jogadores (Carvalho, 2008, p. 49).

Esse escalonamento de preferências individuais, realizados pelos agentes racionais, no âmbito das trocas sociais, pode ser visualizado através do *dilema do prisioneiro*, o qual, de uma maneira geral, fornece informações no sentido de que os agentes racionais podem mitigar resultados subótimos para ambas as partes, desde que decidam cooperar entre eles. No entanto, a perspectiva da escolha racional revela a tendência da natureza humana de ser individualista e não cooperar, revelando, mais uma vez a natureza oportunista do comportamento humano (Carvalho, 2008, p.50).

A possibilidade de cooperar ou não cooperar no âmbito das trocas sociais gera uma incerteza de ambos os lados dos agentes racionais envolvidos na troca. Nesse sentido, visando prever os possíveis comportamentos dos demais jogadores e, portanto, reduzir a incerteza relacionada à troca social, o *cálculo bayesiano*, através do estabelecimento de uma série de probabilidades objetivas e estimativas subjetivas, mensura, com base nas informações disponíveis, a possibilidade de cooperação ou não dos agentes racionais envolvidos na troca social (Carvalho, 2008, p. 51).

É claro que, para o estabelecimento de uma troca social entre agentes racionais num ambiente estratégico, existe o estabelecimento de um *princípio de certeza mínimo*, que assegura, de uma certa maneira, que a troca social será realizada com sucesso. Esse princípio de certeza mínimo baseia-se no fato de que, entre duas ou mais alternativas disponíveis para aquela troca em específico, uma delas apresenta sempre o resultado superior perante as demais alternativas. Portanto, pressupõe-se que o agente racional envolvido na troca adotara o comportamento racional mais vantajoso já previsto anteriormente (Carvalho, 2008, p. 51).

De uma maneira geral, na perspectiva da escolha racional, a Teoria dos Jogos, assim como todas as demais conceituações decorrentes e aplicáveis ao ambiente social estratégico, tais como: a noção de *payoffs* disponíveis; a troca competitiva; o conhecimento comum da racionalidade de todos os jogadores; a noção de custos de oportunidades; o dilema do prisioneiro e o cálculo bayesiano são ferramentas que objetivam prever os comportamentos sociais dos agentes racionais, durante as interações sociais de troca em ambientes estratégicos, através da captação das características mais substanciais do comportamento humano (Carvalho, 2008, p. 52).

4.7 Racionalidade limitada

A racionalidade limitada refere-se à capacidade limitada do agente racional (em termos de informações, de tempo, custos financeiros e capacidade cognitiva) de, no decorrer das interações sociais e trocas sociais naturais do ambiente social, reunir ou interpretar o máximo de informações possíveis e com o menor custo possível, que possam subsidiar as suas decisões de uma maneira maximizadora em determinadas situações (Carvalho, 2008, p. 53). Assim sendo, a racionalidade limitada reflete o fato de que,

a capacidade da mente humana em formular e resolver problemas complexos é bastante pequena quando comparada com o tamanho dos problemas para os quais uma solução objetivamente racional é requerida no mundo real – ou mesmo para uma aproximação razoável de tal racionalidade objetiva (Simon, 1967, p. 198).

Considera-se, portanto, que o modelo mental decisório do agente racional é *simplificado e satisfacionista*, ou seja, ele não considera de maneira ordinária inúmeras variáveis de maneira exaustiva para decidir nas situações do cotidiano. Contrariamente, as decisões do agente racional baseiam-se eminentemente em análises simples de custos e benefícios (sem muita profundidade), que tendem a alcançar resultados *satisfatórios* ao invés de *ótimos*, ou seja, contentam-se com resultados medianos, ao invés de potencialmente maximizados (March; Simon, 1972).

O ambiente de incerteza que permeia as trocas sociais contribui para que o agente racional reforce o seu caráter satisfacionista, de maneira que o agente racional, ao atingir o seu ponto de satisfação, não objetiva mais a maximização, pelo contrário, ele tende à inércia (Simon, 1967, p. 271).

Esse ambiente de incerteza contribui também não só para reforçar a conduta satisfacionista do agente racional, mas, igualmente, para sedimentar no agente racional um modelo mental decisório que planeja apenas *sequências curtas de decisão*, não vislumbrando, portanto, consequências futuras das decisões tomadas, até mesmo porque o ambiente é permeado pela incerteza (Simon, 1967, p. 271).

A racionalidade limitada, portanto, não comporta apenas aspectos objetivos da realidade social, pelo contrário, ela orienta-se também por aspectos subjetivos do agente racional e da impossibilidade de fato que o ser humano tem de reunir toda a informação possível sobre determinado assunto, e mesmo que tal intento fosse

possível, tal esforço hercúleo tornar-se-ia demasiado custoso e irracional à luz da perspectiva da escolha racional (Carvalho, 2008, p. 53).

A racionalidade limitada, portanto, em que pese a tendência do agente racional para a satisfação pessoal, e não para a maximização pessoal, não deixa de ser uma escolha racional, pois a utilidade pessoal é um atributo qualificado individualmente pelo agente racional, mediante uma análise de custos e benefícios. Em vista disso, a racionalidade limitada acaba funcionando como uma espécie de individualismo metodológico do agente racional (Carvalho, 2008, p. 53)

Assim sendo, a racionalidade limitada reflete a incapacidade do agente racional de alcançar decisões ótimas em todos os contextos diversos de interações sociais, sobretudo nos contextos sociais complexos, haja vista as limitações em termos de informações, de tempo, de custos financeiros, e capacidade cognitiva do agente racional. Dessa maneira, resultados “satisfatórios” ou “medianos” são preferíveis pelos agentes racionais do que resultados “ótimos” ou “extraordinários”.

4.8 Metodologia positiva: base epistemológica da escolha racional

“A Metodologia da Economia Positiva” de Milton Friedman, fornece as bases epistemológicas para o desenvolvimento da perspectiva da escolha racional, evidenciando, através da respectiva metodologia, a necessidade de simplificação da realidade social que é complexa por natureza, com vistas a captar somente os aspectos essenciais dos comportamentos sociais:

O postulado metodológico fundamental de Friedman é a necessidade de padronização analítica da realidade social, de forma a depurá-la e evidenciar suas características mais essenciais, que são definidas pelo comportamento racional e instrumental dos agentes (Carvalho, 2008, p. 56).

A simplificação da realidade social, através da Metodologia Positiva, ocorre por meio da propositura de *hipóteses* sobre a realidade social, as quais devem resistir aos testes comparativos com a realidade social de fato, ou seja, não manifestando contradições entre a hipótese proposta e a realidade social de fato (Friedman, 1953, p. 10-11).

As hipóteses propostas pela Metodologia Positiva funcionam como “tipos ideias” ou *hipóteses gerais*, ou seja, suas proposições hipotéticas não correspondem a uma representação exata da realidade social, pelo contrário, as hipóteses gerais

capturam apenas os aspectos mais essenciais dos fenômenos que pretendem explicar, afastando-se, dessa maneira, das características complexas da realidade social, conforme bem esclareceu Friedman:

hipóteses significativas e importantes acabam por possuir “suposições” que são representações descritivas bastante imprecisas da realidade, e, em geral, quanto mais significativa a teoria é, mais irrealista são suas suposições” (Friedman, 1953, p. 34-35 e 14-15).

Vilfredo Pareto também defendia a necessidade de simplificação da realidade social, como forma de sedimentar uma teoria social concisa e, portanto, menos dotada de diferenciações que dificultassem a reprodutibilidade das hipóteses propostas:

A mecânica racional, quando reduz os corpos a simples pontos materiais, e a Economia pura, quando reduz os homens reais ao *homo economicus*, servem-se de abstrações perfeitamente parecidas, impostas por necessidades similares” (Pareto, 1966, p. 17).

Sendo assim, as hipóteses trabalham como mecanismos de *depuração da realidade social*, com vistas a captar os aspectos ou “elementos cruciais e comuns da massa de circunstâncias complexas e detalhadas que envolvem o fenômeno a ser explicado” (Friedman, 1953, p. 14), de maneira que a necessidade de simplificar a realidade social visava garantir a objetividade acerca de quais características essenciais definiriam de fato o fenômeno a ser explicado e, por conseguinte, decorreria dessa mesma objetividade, a capacidade de previsibilidade dos comportamentos sociais.

A hipótese como um mecanismo depurador da realidade social por excelência permite a previsibilidade dos comportamentos sociais, através da captura dos aspectos mais essenciais do comportamento humano. Nesse sentido, a Metodologia Positiva, assim como a escolha racional ou a racionalidade instrumental, também age pelo mesmo mecanismo de depuração da realidade social e captação dos aspectos mais essenciais do comportamento humano, como forma de prever comportamentos sociais.

Nessa perspectiva, é possível perceber através do prisma da Metodologia Positiva (escolha racional ou racionalidade instrumental), que o indivíduo racional, como um agente maximizador por excelência, adota perante as inúmeras situações da vida, um comportamento ou atitude estritamente de maximização dos ganhos e redução dos custos em todas as circunstâncias. Dessarte, a força de previsibilidade da Metodologia Positiva está fundamentada justamente no fato de que as suas

proposições, através de hipóteses, encontram coerência e fundamentação na realidade social de fato (Friedman, 1953, p. 22-23).

Nessa mesma perspectiva de depuração da realidade social, com vistas a garantia da objetividade do fenômeno social e previsibilidade do comportamento social, Vilfredo Pareto (1966) argumenta a respeito da dificuldade de análise do fenômeno social, quando se consideram aspectos subjetivos da personalidade do agente, tais como sentimentos, moralidade, dentre outros, que dificultam a categorização objetiva dos fenômenos sociais. Nesse sentido, Pareto argumenta acerca da necessidade de controle sobre esses aspectos subjetivos do agente (sentimentos, moralidade, etc.) como forma de garantir a consolidação de um “fenômeno objetivo”, capaz de sintetizar a realidade social, através de seus aspectos mais essenciais e, por conseguinte, garantir a possibilidade de uma análise social científica e menos subjetiva (Pareto, 1966, p. 43-50).

Isto posto, a Metodologia Positiva de Friedman e a escolha racional pressupõe uma espécie de hierarquia existente entre os aspectos ou características que compõem determinado fenômeno social, ou seja, dentro de determinado fenômeno social, determinados aspectos ou características são elementos essenciais que descrevem ou *simplificam* o fenômeno social de uma maneira geral. Por outro lado, ainda com relação ao mesmo fenômeno social em análise, existem certos aspectos ou características que são elementos secundários e que, portanto, não influenciam de maneira significativa no aspecto geral do fenômeno social a ser analisado. Assim, Friedman esclarece que:

Uma hipótese fundamental da ciência é que as aparências são enganadoras e que existe um modo de olhar, ou interpretar, ou organizar a evidência que revela que os fenômenos superficiais desconexos e diversos são manifestações de uma estrutura mais fundamental e relativamente simples (Friedman, 1953, p. 33).

Percebe-se, assim, que a proposta de análise dos fenômenos sociais da Metodologia Positiva e, portanto, da escolha racional, adotam uma perspectiva de *viés objetivador da realidade social*, com vistas a separar as características essenciais das características acessórias dos fenômenos sociais, tudo para que essa objetividade ou síntese da realidade social possibilite não só uma capacidade de previsão comportamental no nível social, mas, igualmente, possibilite uma análise sistemática e científica dos fenômenos sociais: “a norma fundamental do procedimento positivo é

controlar os pensamentos ordinários e substituir os parâmetros da Economia Política tradicional por uma verdadeira ciência, neutra e objetiva tal qual seria a Física” (Guerrien, 1995, p. 86).

Como forma de garantir uma aproximação e legitimidade desse aspecto científico, as próprias nomenclaturas emprestadas das ciências exatas e naturais, tais como: maximização, utilidade, custos, dentre outros, demonstram que o objetivo da sintetização da realidade social buscava a própria legitimação da análise social como ciência: “O objetivo é a definição de uma ‘Física social’ e de um determinismo preditivo assentados em conceitos e ferramentas do modelo matemático, de forma a se alcançar a legitimidade analítica das Ciências Exatas” (Murphy, 1996, p. 156-157).

Nesse diapasão, a Metodologia Positiva e, portanto, a escolha racional, através desse *método simplificador de síntese da realidade social*, buscando captar somente os aspectos essenciais da realidade social de determinado fenômeno social, carrega consigo a impossibilidade de explicação de uma variedade de fenômenos sociais de uma realidade que em sua essência é complexa:

Na medida em que a escolha racional sustenta uma metodologia positiva, passível de ser representada formalmente por elementos matemáticos, suas concepções mais substantivas se inscrevem em uma indefinição axiomática que implica sérios problemas analíticos” (Carvalho, 2008, p. 65).

4.9 Racionalidade forte e racionalidade fraca

No campo da teoria da escolha racional, persiste uma certa indefinição acerca do que seria a exata definição de uma “ação racional”. Nesse sentido, as definições de “racionalidade forte” e “racionalidade fraca” ganham destaque, no sentido de tentar esclarecer o que poderia ser considerado como uma “ação racional” na perspectiva da escolha racional (Green; Shapiro, 1994, p. 13-19).

O conceito de Racionalidade Fraca concebe os indivíduos como agentes que direcionam as suas escolhas por meio de uma *relação entre meios e fins calculada de maneira autônoma*, ou seja, *independente*, de maneira que o agente racional na racionalidade fraca *possui uma escala de preferências coerente a nível individual* e, portanto, *subjetiva*, o que torna, do ponto de vista do observador, a capacidade de previsão do comportamento humano bastante imprecisa ou contingente (incerta) (Carvalho, 2008, p. 66).

O conceito de Racionalidade Forte concebe os indivíduos como agentes exclusivamente egoístas em sua essência, ou seja, que objetivam exclusivamente, através de suas ações, a maximização de seus interesses e resultados individuais em todos os sentidos, com vistas a atingir certos resultados específicos, tais como obtenção de dinheiro, prestígio ou poder (Carvalho, 2008, p. 66).

Acerca do conflito de definições entre os conceitos de racionalidade forte e racionalidade fraca, Anthony Downs (1957) esclarece que o conceito de racionalidade fraca é incoerente e impreciso, pois a estratégia metodológica da racionalidade fraca de definir a racionalidade como a ação adotada pelo agente, através dos meios mais eficientes para o alcance de determinados fins, é excessivamente abrangente e imprecisa, dado a complexidade da natureza subjetiva do ser humano e, por conseguinte, a diversidade de objetivos que podem ser almejados pelo agente (Downs, 1957, p. 04-07).

Desse modo, buscando solucionar o conflito de definições entre os conceitos de racionalidade forte e racionalidade fraca, Anthony Downs (1957) sugere tomar o conceito de *consumidor racional* da teoria econômica tradicional, para estabelecer a definição de racionalidade do agente, que, de acordo com a perspectiva econômica do consumidor racional, objetiva sempre maximizar os seus resultados e a sua utilidade pessoal, de maneira que outros objetivos, que se afastem da ideia de maximização da utilidade pessoal, são considerados *atos emocionais* e, portanto, desvios que não devem ser considerados:

Assim, não levamos em consideração a personalidade inteira de cada indivíduo quando discutimos que comportamento é racional para ele. Não consideramos a rica diversidade de fins servida por seus atos, a complexidade de seus motivos, a maneira pela qual toda parte de sua vida é intimamente relacionada com suas necessidades emocionais. Antes, tomamos emprestado da teoria econômica tradicional a ideia do consumidor racional (Downs, 1957, p. 07).

Elster propõe um conceito de racionalidade baseado nas ideias de “autonomia” e “planejamento de caráter”, de maneira que o agente racional é considerado um indivíduo capaz de controlar de maneira autônoma os seus sentimentos e demais aspectos afetivos da sua individualidade e, ao mesmo tempo, ser capaz de realizar um juízo consciente de suas ações, pois “a racionalidade deve ser compreendida como a busca autônoma e consciente de fins, mesmo que a obtenção destes seja impossível” (Elster, 1983, p. 138).

Percebe-se, portanto, que tanto a definição de Anthony Downs, quanto a definição de Jon Elster, estabelecem uma contraposição entre as ideias de razão (racionalidade forte) e emoção (racionalidade fraca), de maneira que esse *dilema razão versus emoção*, acompanha também grande parte das reflexões sobre a teoria da escolha racional (Carvalho, 2008, p. 69).

Conforme já mencionado, o conceito de racionalidade fraca pressupõe um campo de análise autônoma (independente) do agente, onde a relação de eficiência entre meios e fins se caracteriza pela minimização dos custos e maximização dos resultados, obedecendo uma escala de preferências coerente a nível individual, ou seja, os objetivos individuais dos agentes podem ser diferentes de um agente para outro, pois situam-se numa esfera de escala de preferências que é individual e coerente para aquele respectivo agente. Portanto, os objetivos individuais dos agentes não precisam relacionar-se necessariamente com benefícios exclusivos para o agente, pelo contrário, podem estar relacionados a propósitos altruístas, éticos, estéticos, religiosos, dentre outros (Carvalho, 2008, p. 70).

A primeira dificuldade decorrente do conceito de racionalidade fraca refere-se ao fato de que nem sempre as preferências individuais do agente serão consideradas coerentes do ponto de vista social ou do observador externo, uma vez que tais preferências podem ser fundamentadas em crenças ou expectativas equivocadas sobre a realidade social (Demeulenaere, 1998, p. 332).

A segunda dificuldade decorrente do conceito de racionalidade fraca refere-se à dimensão muito ampla e generalizante dessa concepção de racionalidade fraca que pressupõe uma análise autônoma (independente) do agente, relacionando uma coerente eficiência entre meios e fins, sejam os fins quais forem, tais como: religiosos, estéticos, éticos, altruístas, dentre outros. Essa perspectiva imprecisa da racionalidade fraca dificulta eventuais análises sistemáticas do ponto de vista científico e torna-se limitada, em virtude da possibilidade de se considerar racional tudo aquilo que seja coerente do ponto de vista do agente (Carvalho, 2008, p. 72).

A racionalidade forte, por outro lado, anula a imprecisão presente na racionalidade fraca, a partir do momento em que concebe um tipo de racionalidade específica, que não se confunde com as qualidades psíquicas do agente. Assim sendo, a racionalidade forte adota uma posição precisa, no sentido de determinar que somente certos tipos de ações (autointeressadas, idealizadas pensando na vantagem própria ou egoístas) podem ser consideradas racionais, tais como, os

comportamentos do agente voltados para a obtenção de dinheiro, riqueza, prestígio e poder (Carvalho, 2008, p. 72).

Todavia, a racionalidade forte apresenta também limitações explicativas no que se refere à explicação dos fenômenos sociais. A primeira limitação encontrada na racionalidade forte refere-se à percepção limitada de que o agente racional possui controle total sobre o sistema social que o cerca e que, portanto, em todas as circunstâncias da vida, sempre adotará uma atitude de maximização pessoal (o que parece um pouco diferente da realidade) (Carvalho, 2008, p. 72).

A segunda limitação da racionalidade forte, refere-se à impossibilidade de quantificar em situações de múltiplas escolhas qual seria a escolha mais vantajosa para o agente racional, quando os aspectos quantitativos de cada escolha não são nítidos o suficiente para possibilitar uma escolha que seja previsivelmente racional, ou seja, em espaços complexos de deliberação, a escolha racional tende a não ser tão previsível (Carvalho, 2008, p. 72).

A terceira limitação da racionalidade forte, refere-se à imprecisão de como qualificar uma atitude como de caráter egoísta, pois até mesmo uma atitude que aparentemente pode ser qualificada como altruísta, como ato de solidariedade de ajudar alguém, pode ser entendido pelo viés da escolha racional, como uma tentativa do agente racional de angariar prestígio e satisfação pessoal (Axelrod, 1984, p. 135).

Na maior parte das vezes, as análises pressupõem interesses específicos – dinheiro, prestígio e poder – definidos em oposição a sentimentos ou valores sociais. Entretanto, quando examinam fenômenos diversificados e contrários à atitude egoísta, o conceito de racionalidade passa a significar a simples busca coerente de preferências pessoais, efetuada por meio de um relacionamento eficiente entre meios e fins. Na verdade, a ideia de racionalidade fraca parece ser um instrumento a ser utilizado quando as noções dedutivas do comportamento egoísta não dão conta dos fatos empíricos (Carvalho, 2008, p. 74).

O verdadeiro poder explicativo da escolha racional está na possibilidade de, conforme as circunstâncias do fenômeno social a ser analisado, poder valer-se ora do conceito de racionalidade fraca, ora do conceito de racionalidade forte. Assim, quando o fenômeno a ser analisado apresenta uma relação eficiente entre meios e fins, definidos por preferências individuais do agente, movidas por sentimentos ou aspectos subjetivos, a escolha racional adota o conceito de racionalidade fraca. Não obstante, quando o fenômeno a ser analisado reflete a busca por interesses

específicos do agente racional, tais como dinheiro, prestígio e poder, a escolha racional lança mão do conceito de racionalidade forte:

4.10 A sociologia da escolha racional

Na perspectiva sociológica da escolha racional, a sociedade é compreendida como um *jogo estratégico* de interações sociais entre agentes racionais. A perspectiva sociológica da escolha racional engloba os fenômenos que a perspectiva econômica da escolha racional não consegue explicar, pois, na perspectiva sociológica da escolha racional, as interações sociais não podem ser encaradas apenas como resultado de decisões individuais de agentes racionais isolados de um contexto social complexo. Pelo contrário, as ações do agente racional podem (e costumeiramente são) moduladas em virtude da movimentação de outros agentes racionais participantes do jogo estratégico de interações sociais (Carvalho, 2008, p. 129).

A perspectiva sociológica da escolha racional inaugura um modelo de abordagem dos comportamentos do agente racional, que difere, portanto, da abordagem econômica da escolha racional e, por conseguinte, vem cobrir uma lacuna acerca dos comportamentos do agente racional que são ao mesmo tempo racionais e não econômicos (Elster, 1984, p. 127).

Nesse diapasão, o comportamento do agente racional está imerso num ambiente social que é caracterizado por ser um *mecanismo complexo de trocas*, que se desenvolve dentro de um ambiente social de interações sociais estratégicas, as quais não apenas são atravessadas por normas e valores sociais específicos do jogo social estratégico estabelecido, mas, sobretudo, são guiadas pelos interesses dos agentes racionais em jogo (Carvalho, 2008, p. 129).

A perspectiva sociológica da escolha racional objetiva captar e analisar os movimentos dos atores racionais no sentido macro e micro ou micro e macro, compreendendo que os agentes racionais estabelecem de maneira ativa e livre as interações sociais estratégicas que constroem a realidade social de fato, de maneira que as regras sociais, ao mesmo tempo que funcionam como limitadores da ação dos agentes racionais, são *moduladas* de uma maneira conveniente para o agente racional, ou até mesmo transgredidas, de acordo com o movimento estratégico das interações dos agentes racionais no jogo social (Carvalho, 2008, p. 130).

O exame dos movimentos macro e micro dos atores racionais, dentro desse ambiente social estratégico, caracterizado por ser um *jogo de trocas sociais*, estabelecido entre agentes racionais, que obedecem, modulam ou transgridem regras sociais estabelecidas, revela que as interações sociais de troca podem conformar os mais diversos tipos de configurações possíveis:

[...] essa visão, assim como o caráter das transações do macro para o micro e do micro para o macro, pode ser entendida por intermédio da imaginação de um jogo de simulação social do tipo que é usado na educação. Tal jogo é composto dos seguintes dados: um conjunto de papéis que os atores empreendem, cada papel definindo os interesses ou objetivos do jogador; regras sobre os tipos de ações que são permitidas para os jogadores em cada papel, assim como sobre a ordem do jogo; e regras que especificam as consequências de cada ação para os outros jogadores inscritos (Coleman, 1990, p. 11).

A análise das regras sociais estabelecidas pelos agentes racionais, durante as trocas sociais, revela as diferentes posições sociais e quantidades distintas de recursos pessoais, entre os agentes racionais. Nesse sentido, a concepção de que as interações sociais são estabelecidas dentro de um ambiente de jogo estratégico reforça o paradigma Hobbesiano do ambiente social como um local de escassez de recursos e disputa por recursos limitados, o que, por conseguinte, concebe a sociedade como uma *organização de interesses em conflito* (Carvalho, 2008, p. 130):

O que produz um sistema social, em contraposição a um conjunto de indivíduos que exercem de modo independente seus controles sobre as atividades que satisfazem seus interesses, é um fato estrutural simples: os atores não controlam completamente as atividades que podem satisfazer seus interesses, encontrando algumas delas sob controle parcial ou total de outros atores. Portanto, a busca de um interesse pessoal em tal estrutura requer, necessariamente, que o indivíduo se engaje em transações de algum tipo com outros atores. Essas ações não incluem somente o que é normalmente pensado como troca, mas também uma variedade de outras ações que cabem sob uma concepção mais ampla de troca. Esta inclui subornos, ameaças, promessas e investimento de recursos (Coleman, 1990, p. 29).

Dessa maneira, convém destacar que a troca social estabelecida entre os agentes racionais não ocorre somente entre dois atores racionais de maneira isolada, pelo contrário, as trocas sociais ocorrem dentro de uma estrutura social, que se caracteriza por ser um *sistema social de trocas sociais complexo*, onde a competição por recursos escassos encontra-se notadamente presente:

[...] a troca social muitas vezes ocorre não em transações isoladas de duas pessoas, mas dentro do contexto de sistemas de troca em que há competição por recursos escassos. Esses mercados sociais lembram, por vezes, mercados econômicos, embora muitas vezes demonstrem grandes diferenças. Uma ideia de ambas as similaridades e diferenças pode ser vista pelo exame do papel do dinheiro nos sistemas econômicos – pois, mais do que qualquer outra diferença particular, é a ausência de dinheiro que separa as trocas não econômicas das econômicas (Coleman, 1990, p. 119).

A escassez de recursos e a competitividade por eles caracteriza o pano de fundo da organização social, onde se fundamenta a teoria da escolha racional, de maneira que a troca social apresenta-se como a ferramenta necessária para a articulação e satisfação dos interesses dos agentes racionais de forma recíproca:

A teoria articula o tema da escassez, fato natural que obrigaria os indivíduos a se relacionarem uns com os outros e a gerarem a sociedade, com a temática da troca, que constitui o mecanismo exclusivo de interação, voltado para a satisfação recíproca de interesses. O sistema social é visto como um sistema de trocas, de modo que as normas e os valores se tornam contingentes às preferências individuais. Por sua vez, a sociedade é o resultado do somatório de várias ações racionais desconexas. As práticas instrumentais constituem os microfundamentos dessa teoria sociológica, que se contrapõe às perspectivas que não ressaltam os interesses autônomos dos indivíduos em todas as situações (Carvalho, 2008, p. 131).

Logo, a perspectiva da escolha racional se inscreve no âmbito de uma microssociologia, na qual os interesses autônomos dos agentes racionais, em diferentes contextos situacionais, devem ser levados em consideração na análise social, pois

o caminho correto para a teoria social é mais difícil: manter uma concepção única do que são os indivíduos e perceber o variado funcionamento sistêmico não a partir de diferentes tipos de criaturas, mas de diferentes estruturas de relações nas quais estas criaturas se encontram (Coleman, 1990, p. 197).

A estruturação da vida em sociedade, portanto, pressupõe uma necessidade construída intencionalmente pelos agentes racionais, onde a troca social surge como um mecanismo necessário para a satisfação dos interesses individuais dos agentes racionais diversos. Assim, as normas e as regras sociais surgem como parâmetros de organização das trocas sociais, como forma de possibilitar condições ou posições de *equilíbrios nas trocas* entre os agentes racionais, para que a troca social possa ocorrer (Carvalho, 2008, p. 132).

Nesse contexto, os equilíbrios nas trocas sociais ocorrem ou por meio da “cooperação”, ou por meio da “coordenação”, de maneira que a cooperação reflete a troca social estabelecida por meio do modelo convencional de troca de bens, onde a

troca entre os atores racionais ocorre por meio de um equilíbrio estabelecido entre os agentes racionais envolvidos na troca, sem a necessidade de regras ou normas sociais que estabeleçam parâmetros limitadores para a respectiva troca (Hardin, 1995, p. 26-27).

Por outro prisma, a coordenação reflete a troca social estabelecida por meio de normas e regras sociais, que estabelecem parâmetros limitadores, onde existe a condicionante de que uma parte da interação envolvida na troca social, somente e exclusivamente irá maximizar os seus resultados, se a outra parte também envolvida na troca social, igualmente, maximizar os seus resultados (Hardin, 1995, p. 26-27).

Posto isso, observa-se que os equilíbrios estabelecidos nas trocas sociais, são alcançados por meio de *convenções estabelecidas entre os agentes racionais* envolvidos na troca social, as quais, por sua vez, objetivam a possibilidade de criar condições favoráveis à realização de novas trocas sociais (Carvalho, 2008, p. 132).

O livre intercâmbio das trocas sociais possibilita não só a mitigação da escassez de recursos, mas, também, a satisfação recíproca dos interesses dos agentes racionais envolvidos na troca social e possibilita uma limitação para as diferenças de recursos e de poder, naturalmente existentes entre os agentes racionais (Carvalho, 2008, p. 132):

Através de trocas como as descritas acima, há uma redução da discrepância entre interesses e controle, na medida em que ocorre um equilíbrio – um ponto em que não existem trocas que possam aumentar a realização de interesses esperada por ambos os atores. Nesse ponto, cada ator terá maximizado sua realização de interesses esperada em relação ao grau permitido pelos recursos com os quais começou (Coleman, 1990, p. 38-39).

Na perspectiva sociológica da escolha racional, *regras e normas sociais* vinculam-se à *ideia de informação*, no sentido de que elas funcionam como *ferramentas informacionais*, que objetivam *garantir a previsibilidade aos comportamentos sociais*, mas que, por outro lado, podem ser moduladas pela ação instrumental dos agentes racionais, durante os processos de trocas sociais (Carvalho, 2008, p. 133).

A perspectiva de uma possibilidade do agente racional modular as regras e normas sociais, de acordo com os seus interesses e preferências individuais, faz com que elas sejam compreendidas como sendo de naturezas “circunstanciais” e, portanto, contingentes (Carvalho, 2008, p. 133).

Assim sendo, as normas sociais, sob a perspectiva do agente racional, somente são colocadas em prática quando ensejam em benefícios para os próprios agentes racionais envolvidos na troca social. Nesse sentido, percebe-se que a própria conceituação de norma social se torna sinônimo de uma troca social estabelecida pelo agente racional, com o objetivo de atingir os seus interesses individuais (Carvalho, 2008, p. 134).

Nesse diapasão, percebe-se que a estrutura social na perspectiva da escolha racional não exerce influência sobre as escolhas individuais de cada agente racional, pelo contrário, ela acaba se tornando um resultado da agregação de preferências individuais negociadas por meio das trocas sociais:

O ponto primordial das relações sociais é um resultado da volição constante advinda do interesse próprio. Em vez de ser um componente determinante da constituição dos indivíduos, a estrutura social aparece como um fato controlado, formada pelas contingências de subornos, ameaças e promessas, sendo potencialmente desconsiderada se contrária às condições impostas pela conduta instrumental (Carvalho, 2008, p. 134).

Nesse contexto de estabelecimento de trocas sociais entre agentes racionais caracterizados pela incerteza ou contingência das escolhas dos atores racionais envolvidos, “a questão sociológica é saber quando um agente deve cooperar e em que condições ele deve seguir seus interesses pessoais nas relações sociais” (Axelrod, 1984, p. 07).

4.11 Confiança, cooperação e riscos nas trocas sociais

4.11.1 Microsociologia da Escolha Racional

Durante o estabelecimento de trocas sociais existe um espaço de tempo de incerteza, no qual o agente racional não tem a certeza se a troca social será concluída com sucesso ou não. Percebe-se, portanto, que toda troca social envolve certos *níveis de riscos*, uma vez que o agente racional investiu certa quantia de recursos, antes de receber efetivamente o retorno (Coleman, 1990, p. 91).

Para espaços sociais reduzidos, existem duas formas de diminuir os níveis de riscos das trocas sociais: a primeira é através da consolidação de mecanismos formais que ofereçam parâmetros para as trocas sociais, tais como contratos ou sistemas legais e, a segunda, ocorre por meio de mecanismos informais de estabelecimento de

confiança entre os agentes racionais envolvidos na troca social (Carvalho, 2008, p. 135).

A confiança e o risco, portanto, situam-se em polos opostos nos processos de trocas sociais estabelecidas entre agentes racionais. Assim sendo, a confiança acaba funcionando como uma espécie de *aposta individual*, onde o agente racional busca calcular matematicamente as possibilidades de ganhos e riscos envolvidos nas trocas sociais estabelecidas (Carvalho, 2008, p. 136), assim sendo,

o ator sabe o quanto pode ser perdido, o tamanho da aposta, o quanto pode ser ganho (a quantia que pode ser ganha), e as chances de ganhar. Estes e somente estes são os elementos relevantes [...] essa expressão simples é baseada no postulado de maximização da utilidade sob risco. O credor (*trustor*) potencial deve decidir entre não depositar confiança, no caso de não haver mudança em sua utilidade, e depositar confiança, no caso de sua utilidade esperada relativa a seu *status* presente corresponder ao ganho potencial vezes a chance de ganho menos a perda em potencial vezes a chance de perda (Coleman, 1990, p. 99).

Mesmo nas situações em que a troca social estabelecida entre os agentes racionais esteja baseada na confiança, nada garante que a troca social entre os agentes racionais será efetivada com cem por cento de certeza. Dessa maneira, ainda subsiste o risco potencial de insucesso da troca social, uma vez que

a decisão potencial do credor (*trustor*) é quase sempre problemática – decidir se deposita ou não a confiança no devedor (*trustee*) potencial [...] em muitos casos, o devedor (*trustee*) de um benefício possui a escolha entre manter a confiança ou quebrá-la” (Coleman, 1990, p. 96).

As trocas sociais entre os agentes racionais, portanto, resultam dos interesses individuais dos agentes racionais envolvidos e geralmente ocorrem como *trocas sociais repetidas realizadas entre os mesmos indivíduos*, uma vez que, naturalmente, os agentes racionais tendem a interagir com as mesmas pessoas, sobretudo em virtude da confiança mínima estabelecida através de trocas sociais estabelecidas anteriormente de maneira exitosa (Hardin, 1988, p. 42-43).

A confiança mínima estabelecida entre os agentes racionais durante um processo de troca social fundamenta-se na capacidade de ambos os agentes racionais coletarem informações mínimas e suficientes, que possibilitem a criação de um vínculo de confiança mínima que subsidie a troca social (Smith, 1982, p. 149).

A questão da utilidade do agente racional envolvido na troca social em empreendimentos futuros torna-se fundamental, no que se refere ao cumprimento dos

acordos que efetivem o cumprimento da troca social estabelecida. Logo, existe o interesse de ambos os agentes racionais, envolvidos na troca social realizada por meio de jogos repetidos, de cumprir o acordo realizado, pois a perspectiva da realização de novas trocas sociais vantajosas para ambos os agentes racionais no futuro torna-se real e impele os agentes racionais a cumprirem os acordos estabelecidos (Carvalho, 2008, p. 137).

A realização de trocas sociais por meio de jogos repetidos, ou seja, envolvendo os mesmos agentes racionais, possibilita, para ambas as partes envolvidas na troca, a capacidade de previsibilidade do comportamento social e satisfação de interesses mútuos entre os agentes racionais envolvidos na troca social. De maneira semelhante, a troca social por meio de jogos repetidos envolve a *credibilidade ou reputação dos agentes racionais envolvidos*, os quais, certamente, não desejam que suas reputações sejam questionadas, como forma de garantir uma maior credibilidade para eventuais trocas no futuro com o mesmo agente racional ou com outros agentes racionais desconhecidos (Carvalho, 2008, p. 137).

À vista disso, mesmo que as trocas sociais sejam estabelecidas por meio de agentes racionais que visualizam seus interesses pessoais e, portanto, são egoístas, a realização de trocas sociais por meio de jogos repetidos possibilita o desenvolvimento da “cooperação” entre os agentes racionais envolvidos, uma vez que a reciprocidade estabelecida entre os agentes envolvidos na troca social cria o ambiente favorável para que ambos os agentes cooperem, como uma forma de garantir a maximização imediata e futura de suas ações, sem a necessidade de intervenções externas, tais como regras sociais, normas sociais, leis, dentre outros. Essa perspectiva é conhecida como perspectiva evolucionária da cooperação na escolha racional (Axelrod, 1984, p. 08).

Tanto a teoria dos jogos repetidos, quanto a perspectiva evolucionária da cooperação na escolha racional, partem do pressuposto de uma sociedade onde não existam regras ou normas sociais, ou até mesmo leis ou Estado. Ela concebe, portanto, a sociedade como um aglomerado de pessoas egoístas, sem qualquer tipo de mecanismo externo de coerção social ou autoridade central capaz de coagir os agentes racionais durante os processos sociais de troca (Axelrod, 1984, p. 03).

O elemento da moralidade do agente racional torna-se irrelevante para a análise social, uma vez que os interesses dos agentes racionais tornam-se o centro

das interações sociais de troca, sendo que, “o fundamento da cooperação não é, na verdade, a confiança, mas a durabilidade do relacionamento” (Axelrod, 1984, p. 182).

A perspectiva sociológica da teoria dos jogos repetidos e a perspectiva evolucionária da cooperação na escolha racional contribuem para a compreensão da cooperação em cenários específicos e podem subsidiar políticas públicas ou até mesmo modelar comportamentos sociais (Axelrod, 1984, p. 06 e 09).

A escolha racional por parte dos agentes envolvidos na troca social por meio de jogos repetidos revela uma dimensão de ganhos imediatos, que propicia uma conduta oportunista por parte dos agentes no presente e, concomitantemente, revela as possibilidades de ganhos futuros, o que estimula o comportamento cooperativo entre os agentes racionais, pois, “afinal de contas, se é pouco provável encontrar a outra pessoa de novo, ou se nos preocupamos pouco com resultados futuros, então devemos também desertar agora, sem olhar as consequências disso para o futuro” (Axelrod, 1984, p. 15).

A reciprocidade estabelecida entre os agentes racionais durante os processos de trocas sociais, por meio de jogos repetidos, garante a estabilidade dos processos de trocas sociais e, portanto, garante a cooperação entre os agentes racionais, que, no período de longo prazo, tende a ser conservada, desde que a reciprocidade entre os agentes racionais seja mantida (Axelrod, 1984, p. 126-132).

Uma das formas de mitigar os riscos decorrentes dos processos de trocas sociais, é através da sistematização de informações acerca dos agentes racionais envolvidos nas trocas sociais. Todavia, a sistematização de informações sopesa os custos para se obter tais informações e os possíveis benefícios decorrentes da efetivação da troca social, de maneira que a busca de informações somente será vantajosa, se os benefícios decorrentes da troca social forem maiores do que o custo de se obter informações, uma vez que

não é somente a razão entre a perda possível em relação ao ganho, medida a partir da probabilidade que o beneficiado (*trustee*) mantenha a promessa, que afeta a ação; a quantidade de ganho e de perda possíveis deve também afetar a extensão da busca por informação adicional. A busca deve continuar até o momento em que o custo de um incremento adicional de informação ainda é menor que o benefício que este é esperado trazer. Este benefício cresce de acordo com o tamanho do ganho e da perda possíveis (Coleman, 1990, p. 104).

A cooperação nos processos sociais de troca, portanto, está intimamente relacionada às concepções de confiança e risco, em polos antagônicos, envoltas pelas

normas sociais. Assim sendo, percebe-se, pela perspectiva sociológica da escolha racional, que tanto a confiança, quanto as normas sociais estão vinculadas a fatores circunstanciais e, portanto, contingentes, que poderão influenciar ou não as decisões dos agentes racionais, a depender dos interesses envolvidos na troca social:

o radicalismo de tal proposição faz transparecer o pressuposto de contingência da confiança e das normas sociais, que aparecem como um “depósito” a ser usado ou descartado dependendo das circunstâncias diversas dos interesses pessoais” (Carvalho, 2008, p. 141).

Nesse sentido, portanto, a confiança estabelecida nos processos de trocas sociais é compreendida como um fator de risco contingente (incerto), onde a certeza da cooperação no processo de troca social não existe, existindo apenas uma espécie de “depósito de confiança”, em que os agentes racionais acreditam ou confiam minimamente e mutuamente estar envolvidos na troca social, cooperando no sentido de efetuar a transação (Coleman, 1990, p. 97).

4.11.2 Macrossociologia da Escolha Racional – Sociedades Complexas

Em se tratando de sociedades complexas, as normas sociais devem funcionar como ferramentas para atingir objetivos coletivos e elas funcionam como elementos de coordenação e canalização dos interesses egoístas dos agentes racionais, visando o benefício coletivo. Aliado às normas sociais, devem existir mecanismos de sanção, que forcem o agente racional, com perfil desviante, a cumprir as normas sociais estabelecidas, em outras palavras,

No caso de obtenção de equilíbrios melhores, as normas surgem como regularidades que apontam para um resultado como única solução possível de interesse geral em um ambiente social. Pode-se dizer que há um “uso utilitário” das normas, na medida em que os sujeitos levam vantagem agindo de acordo com elas (Carvalho, 2008, p. 145).

A obtenção desse “equilíbrio coordenado” das atitudes egoístas dos agentes racionais, por meio da coordenação das normas sociais, acompanhadas das devidas sanções direcionadas àqueles agentes racionais que não obedecem às normas sociais, garante a conformidade das relações sociais, com o objetivo de atingir o interesse coletivo. Assim sendo, “o prêmio da conformidade em relação a uma regularidade consiste, então, no ato mesmo da conformidade, visto que isto garante o

que é desejado por todos – a realização de um equilíbrio coordenado” (Ullmann Margalit, 1977, p. 85).

As sociedades complexas caracterizam-se pela instabilidade existente entre a busca dos interesses individuais pelos agentes racionais, versus as normas sociais que objetivam o alcance do benefício coletivo, que muitas vezes entram em conflito com os interesses individuais dos agentes racionais. Dessa forma, o referido impasse evidencia a necessidade de vigilância das normas sociais, por meio da implementação de prêmios e punições, direcionadas, respectivamente, aos atores racionais que seguem as normas sociais (prêmios) e àqueles que as transgridam (punições), como forma de coordenar as ações racionais dos agentes, para o benefício coletivo (Carvalho, 2008, p. 147), pois

as pessoas têm as suas ações submetidas a normas [...] levam em conta as normas, e os prêmios ou punições potenciais que as acompanham, não como determinações absolutas de suas ações, mas como elementos que afetam suas decisões sobre que ações serão realizadas de acordo com os seus interesses (Coleman, 1990, p. 243).

Na realidade social de fato, a dificuldade de vigilância das normas sociais, estabelecendo beneficiários e perdedores, dificulta o estabelecimento de cooperação por prêmios e punições proposto. Assim sendo, permanece a contradição, portanto, do porquê os agentes racionais abdicariam de maximizar seus interesses pessoais, em prol de um bem-estar geral coletivo abstrato (Carvalho, 2008, p. 147).

Outras limitações também são observadas na teoria da escolha racional, como, por exemplo, o fato de que a depuração dos fenômenos sociais, com vistas à captação dos seus aspectos mais essenciais, centraliza-se mais na capacidade de previsibilidade dos comportamentos dos atores sociais se guiados pela racionalidade, do que no que realmente ocorre de fato (Ullmann Margalit, 1977, p. 01-02).

Outras limitações também podem ser observadas no modelo de interação social proposto por Axelrod, o qual descarta de maneira voluntária o comportamento do agente racional guiado por hábitos ou regras sociais, assim como o comportamento do agente racional guiado pelas escolhas inconscientes e não estratégicas (Axelrod, 1984, p. 17-18).

James Coleman também adota uma perspectiva restritiva para a escolha racional, quando procura, por meio de explicações de cunho estritamente psicológico, explicar como são formadas as preferências individuais dos agentes racionais, limitando o campo explicativo da escolha racional (Coleman, 1990, p. 515-516).

Jon Elster reconhece os limites da teoria sociológica da escolha racional, colocando em destaque a importância dos comportamentos baseados na emoção em oposição à racionalidade instrumental. Entretanto, Elster reconhece também a capacidade da teoria sociológica da escolha racional em esclarecer e prever, com certa modéstia, os comportamentos dos atores sociais (Elster, 2000, p. 692).

A racionalidade do agente concebida na perspectiva sociológica da escolha racional é a racionalidade instrumental, ou seja, a conduta do agente racional deve estar voltada exclusivamente para a maximização dos seus interesses pessoais. Assim, todos os comportamentos que não se encaixam na percepção da racionalidade instrumental são considerados como irracionais ou ininteligíveis, na perspectiva da escolha racional (Carvalho, 2008, p. 159).

Para os comportamentos sociais considerados irracionais ou ininteligíveis na perspectiva da escolha racional, o Individualismo Metodológico de Raymond Boudon, representado nesta dissertação pelo método TWD (Tocqueville-Weber-Durkheim), surge como a ferramenta ideal para explicação de comportamentos sociais que não se encaixam dentro da racionalidade instrumental preconizada pela escolha racional.

4.12 A escolha racional e o individualismo metodológico

Inicialmente, importa destacar que a escolha racional e o individualismo metodológico atuam em perspectivas de análises sociológicas distintas, onde a escolha racional, por meio da racionalidade instrumental, atua no campo da macrossociologia e, portanto, capta os aspectos ontológicos da ação social dos agentes racionais. Em contrapartida, a perspectiva do individualismo metodológico atua no campo da microsociologia e expressa uma orientação epistemológica, visando reconstruir as razões ou motivações individuais dos agentes racionais (Boudon, 1991, p. 50).

A fim de explicar o individualismo metodológico, em contraposição à perspectiva sociológica da escolha racional, Boudon sintetiza uma série de postulados epistemológicos, que fundamentam a perspectiva do individualismo metodológico, observe:

- (1) Todo fenômeno social é produto de ações, comportamentos, e crenças dos indivíduos; (2) toda ação individual pode ser compreendida; (3) fora as ações automáticas (ação orgânica de piscar o olho, por exemplo), supõe-se que as ações ou crenças individuais são produtos de razões; (4) as razões

consideradas pelo agente sempre levam em consideração as consequências das ações; (5) os indivíduos se interessam exclusivamente ou prioritariamente por seus interesses pessoais; (6) supõe-se que o indivíduo conhece e avalia as vantagens e as desvantagens de uma ação ou crença, escolhendo a que melhor lhe traga benefícios (Boudon, 2003, p. 19-22).

Boudon (2003, p. 37), em certa medida, valoriza a perspectiva da escolha racional, tanto que a incorpora nos postulados do individualismo metodológico, conforme explicitado acima nos itens 4, 5 e 6. Todavia, Boudon esclarece que a perspectiva da escolha racional, ao adotar como padrão de racionalidade do agente a racionalidade instrumental, acaba criando um vácuo explicativo de uma série de fenômenos sociais que não conseguem ser explicados pela racionalidade instrumental.

Por conseguinte, Boudon esclarece que a concepção de racionalidade proposta pelo individualismo metodológico restringe-se aos postulados 1, 2 e 3 acima explicitados, reconhecidos por Boudon como “modelo racional geral”, e que os postulados 4, 5 e 6 advêm da perspectiva da teoria da escolha racional, de maneira que Boudon destaca a originalidade da sua teoria do individualismo metodológico, principalmente em virtude da importância do postulado 3, que cobre a lacuna deixada pela escolha racional, o qual assegura que: as ações ou crenças individuais são produtos de razões individuais, que indicam o sentido ou a compreensão do comportamento social do agente racional (*idem*, 2003, p. 49-50).

Na perspectiva de Boudon (1999, p. 113), a racionalidade instrumental proposta pela escolha racional negligencia os aspectos de racionalidade cognitiva e racionalidade axiológica dos agentes racionais, uma vez que a racionalidade cognitiva, compreendida no sentido de que as razões do agente racional para agir fundamentam-se em juízos de valor simples, realizados pelo agente racional. Esse agente compreende uma ação como racional, se na percepção do referido agente ela lhe pareça justa ou correta, mesmo que tal percepção não atenda aos interesses pessoais do agente. Por outro lado, a racionalidade axiológica refere-se ao comportamento do agente racional, baseado em valores ou princípios que sejam importantes para o agente racional e que, portanto, podem também não atender aos interesses de maximização da racionalidade instrumental. Nesse sentido, a lacuna deixada pela racionalidade instrumental refere-se, justamente, ao fato de que a escolha racional não compreende os comportamentos do agente racional, motivados pela racionalidade cognitiva e pela racionalidade axiológica.

O individualismo metodológico de Raymond Boudon, ao incorporar a racionalidade cognitiva e a racionalidade axiológica ao comportamento social do agente racional, revela que a motivação do agente racional para agir está muito além da atitude de maximização prescrita pela racionalidade instrumental. Pelo contrário, frequentemente as ações do agente racional são motivadas por razões que, da perspectiva do agente racional, são consideradas “boas razões para agir”:

Muitas discussões seriam, sem dúvida nenhuma, evitadas se nos lembrássemos que *crença* é somente um substantivo formado a partir de *crer*, ou *racionalidade* um substantivo baseado na expressão *ter razões de*. O verbo tem sobre o substantivo a vantagem de não induzir essas visões substancialistas que levam às perguntas sobre o que é *realmente* a racionalidade ou o que é *realmente* uma crença (Boudon, 2003, p. 36).

As “boas razões” ou “razões coerentes”, na perspectiva do agente racional, são os elementos centrais do individualismo metodológico, que através dos conceitos de racionalidade cognitiva e racionalidade axiológica conseguem abrir a “caixa-preta” daquilo que na perspectiva da escolha racional era denominado de “irracionalidade”. Assim, o individualismo metodológico consegue captar as verdadeiras razões de agir dos agentes racionais (Boudon, 1999, p. 131).

As “boas razões” ou “razões coerentes”, na perspectiva do agente racional, são concebidas como *crenças verdadeiras para o agente racional*, ou seja, na sua perspectiva em determinado contexto social agir de uma determinada maneira lhe parece a ação mais justa, coerente ou verdadeira a ser realizada naquele determinado contexto, conforme bem esclareceu Boudon:

Os indivíduos aparecem tendo razões fortes de crer no que crêem, mas como pertencem a contextos diferentes, uns não aceitam as crenças dos outros. Cabe ao sociólogo mostrar por que esses parâmetros contextuais implicam diferenças nas crenças coletivas de uns e de outros (Boudon, 2003, p. 62).

A razão forte para agir do agente racional é construída perante um contexto social específico, que produz sobre os agentes racionais um conjunto de efeitos estruturais que levam os indivíduos de determinado contexto social a ter razões fortes de agir de determinada maneira, pois “uma razão, um sistema de razões, somente são identificados como tais se o ator tem a impressão que esta razão ou que estes sistemas são compartilhados com outros” (Boudon, 2003, p. 60). Percebe-se, portanto, que o individualismo metodológico busca articular as percepções tanto da

agência (por meio da racionalidade cognitiva e axiológica), quanto da estrutura social (por meio dos parâmetros ou contextos sociais).

4.13 Escolha racional e a modernidade

O principal questionamento acerca da perspectiva da escolha racional é a consideração da ação do agente racional, desvinculada de influências de fatores estruturais, de maneira que o agente racional adota a sua escolha de agir, baseado exclusivamente nos seus interesses, pressupondo, dessa maneira, que ele possui total controle sobre o contexto social no qual está inserido (Carvalho, 2008, p. 167).

Na perspectiva da escolha racional, a transição micro e macro (ou vice e versa) não ocorre, pois tanto a estrutura social (contexto social), quanto a agência (indivíduo racional), são concebidas como campos de ação social independentes (Cherkaoui, 2003, p. 250-251). Assim sendo, percebe-se que:

o problema de um entendimento tal qual o da escolha racional não é tanto a premissa do comportamento voltado para a satisfação pessoal [...] mas sobretudo a falta de observação das relações dos fins individuais com uma conjuntura social determinada (Carvalho, 2008, p. 171).

A racionalidade instrumental, portanto, comporta apenas uma parte do sentido da ação do agente racional, uma vez que a esfera econômica é reconhecida como um mecanismo complexo de operações de trocas, produção e consumo de bens materiais. A escolha do agente racional necessariamente passa a considerar aspectos culturais, religiosos e políticos, dessa forma, agência e estrutura social estão em constante processo de relação e transformação de sentidos, que estão longe de serem unívocos, mas, de fato, são apenas *circunstanciais* (Godelier, p. 31 e 139-140).

A racionalidade instrumental encontra campo fértil para a sedimentação da subjetividade instrumental do agente racional, no sistema econômico capitalista, que define um amplo mercado de produção e consumo de bens e serviços, por meio da livre oferta e demanda, através da precificação monetária de tudo que é produzido e consumido, englobando, nesse sentido, tanto o trabalho, quanto o capital (Polanyi, 1957, p. 247).

A estrutura social do sistema econômico, destarte, fomenta os processos de individualização entre os agentes racionais, para que ajam com base numa

racionalidade instrumental. Porém, isso não significa dizer que o agente racional sempre agirá objetivando a maximização de utilidade, pois

em contraposição a esse ideal, sugerimos que os agentes se baseiam normalmente em crenças, hábitos ou técnicas especializadas que se conjugam, de uma maneira específica, com os desejos pessoais e a estrutura social” (Carvalho, 2008, p. 178)

Portanto, não existe um padrão normativo de ação racional de fato, pois o comportamento do agente racional é, em sua essência contingente, vinculado a circunstâncias específicas, que se conjugam de maneira complexa com elementos da agência individual e da estrutura social, formando, por meio desses processos difusos, a racionalidade do ator racional.

Apresentadas as premissas da Teoria Sociológica da Escolha Racional, convém, a partir deste momento, descrever os conceitos centralmente pertinentes da Teoria Sociológica da Sociedade de Risco de Ulrich Beck, como forma de estabelecer o fechamento das bases teórico-metodológicas necessárias à compreensão das análises posteriores.

5 A SOCIOLOGIA DO RISCO

5.1 Os contornos da sociedade de risco

A revolução industrial do século XIX trouxe consigo o início do processo de modernização industrial e social e marcou o início da modernidade, através de um processo de desenvolvimento e mudanças não só no campo industrial, mas também no campo social, onde a superação do modo de vida agrário e estamental concede lugar para o modo de vida industrial e urbano, característico da sociedade industrial clássica do século XIX (Beck, 2011, p. 13).

A revolução industrial e, por conseguinte, o êxodo rural, foram de fato os fenômenos que marcaram a transição e a transformação de uma sociedade que percebia o mundo e conduzia um modo de vida eminentemente agrário e não tecnológico, para uma sociedade industrial, marcada pelo início de um desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, que daria início a uma série de processos e transformações nas relações sociais, nas quais a maneira de perceber o mundo e conduzir a vida passa a ser guiada e influenciada pelo modo de vida industrial e urbano, também concebido como sociedade industrial clássica.

A sociedade industrial clássica caracteriza-se, sobretudo, pelo advento da revolução industrial e, por conseguinte, pelo processo de êxodo rural que causou a migração do homem do campo para a cidade, de maneira que as atividades relacionadas ao setor agrário/rural foram colocadas em segundo plano, abrindo espaço, por meio da revolução industrial, tecnológica e científica em andamento, para o desenvolvimento do trabalho junto ao setor industrial e urbano e para as transformações nos modos de vida e nas relações estabelecidas em sociedade.

O desenvolvimento industrial fomentou o estabelecimento de profissões de fato, principalmente o desenvolvimento de profissões junto às fábricas. As fábricas passaram a remunerar o serviço prestado pelo homem por meio do trabalho assalariado; o trabalho assalariado, assim como as condições materiais de existência, estabeleceram a divisão social por meio de classes e a família, assim como a ciência, zelavam pelo conservadorismo ou tradicionalismo na construção de seus princípios norteadores (Beck, 2011, p.14).

O século XX foi marcado pelo intenso e expressivo desenvolvimento industrial, tecnológico e científico da Sociedade Industrial Clássica, através de processos de

modernização industrial, tecnológica e científica, que lançaram a Sociedade de então para o estágio da Sociedade Industrial desenvolvida ou *modernidade*.

Nessa Sociedade, o modo de condução da vida no âmbito público ou privado caracteriza-se pelo entrelaçamento simbiótico entre desenvolvimento industrial-tecnológico e o ser humano, de maneira que tanto os avanços industriais, quanto os avanços tecnológicos tornam-se parte do cotidiano do ser humano, quer seja no ambiente doméstico (através do uso de eletrodomésticos e eletroeletrônicos), no ambiente profissional (através do uso de ferramentas tecnológicas que facilitam o trabalho), ou até mesmo nos relacionamentos afetivos (mantidos até mesmo à distância, por meio de smartphones).

De uma maneira geral, na Sociedade Industrial desenvolvida ou *modernidade*, o próprio modo de se conduzir a vida vai sendo transformado por meio de processos contínuos de modernização industrial, tecnológica e científica, que objetivam, em virtude do sistema capitalista de mercado, a produção em larga escala, tendo em vista auferir lucro financeiro e, como uma espécie de “efeito colateral”, provocando uma “elevação” do estado de bem-estar social.

Houve, portanto, uma *ruptura no interior da própria modernidade*, onde a sociedade industrial desenvolvida passou pelo processo de transição e modernização reflexiva que culminou com a sociedade industrial do risco, que se caracteriza

pelo seu difícil equilíbrio entre as contradições de continuidade e cesura na modernidade, que se refletem mais uma vez nas oposições entre modernidade e sociedade industrial e entre sociedade industrial e sociedade de risco” (Beck, 2011, p. 12).

Nesse sentido, a dificuldade de estabelecer os contornos perfeitamente definidos da sociedade industrial do risco garante um perfil com características incertas e amalgamadas, que, ao mesmo tempo que comporta, em certos momentos, características da sociedade industrial clássica ou desenvolvida, produz, também, características totalmente inovadoras, típicas da sociedade industrial do risco, tais como, o medo, a incerteza, o risco e o perigo (Beck, 2011, p. 08).

A transição da sociedade industrial desenvolvida para a sociedade industrial do risco, é o que caracteriza nos tempos atuais, aquilo que costumamos identificar como *modernidade* ou *pós-modernidade*, ou seja, uma realidade que ainda está sendo construída, por meio dos incessantes processos de modernização reflexiva, que unem (ou não) em certos momentos elementos do passado e do presente, que conformam

de uma maneira um tanto quanto imprecisa a realidade atual, fundamentando-se, sobretudo, sob o signo da desorientação:

“*Pós*” é a senha para a desorientação que se deixa levar pela moda. Ela aponta para um além que não é capaz de nomear, enquanto, nos conteúdos, que simultaneamente nomeia e nega, mantém-se na rigidez do que já é conhecido. *Passado mais “pós”* – essa é a receita básica com a qual confrontamos, em verborrágica e obtusa confusão, uma realidade que parece sair dos trilhos (Beck, 2011, p. 11).

A modernidade na sociedade industrial do risco, através dos desenvolvimentos econômicos, industriais e tecnológicos da atualidade, produz no comportamento humano, uma espécie de *destino construído em função do perigo*, onde o *medo* e a *incerteza* com relação ao amanhã são os elementos motivadores da ação humana direcionada para a adoção de *comportamentos de riscos*, pois

Diferente dos estamentos ou das classes, ele [o destino construído em função do perigo] não se encontra sob a égide da *necessidade*, e sim sob o signo do *medo*; ele *não* é um “resíduo tradicional”, mas um *produto* da modernidade, particularmente em seu estágio de desenvolvimento mais *avançado* (Beck, 2011, p. 08).

Como características típicas do capitalismo moderno, o intenso desenvolvimento tecnológico-industrial e as trocas comerciais realizadas a nível global, e que compõem o pano de fundo da sociedade de risco, transformaram o modo de vida social nos tempos modernos, de maneira que *a dependência da economia de mercado e, portanto, a dependência do consumo e do mercado de trocas comerciais globalizado*, passou a ser algo *indispensável ao modo de vida social contemporâneo*:

A natureza foi subjugada e explorada no final do século XX e, assim, transformada de fenômeno externo em *interno*, de fenômeno predeterminado em *fabricado*. Ao longo de sua transformação tecnológico-industrial e de sua comercialização global, a natureza foi absorvida pelo sistema industrial. Dessa forma, ela se converteu, ao mesmo tempo, em pré-requisito indispensável do modo de vida no sistema industrial. Dependência do consumo e do mercado agora também significam um novo tipo de dependência da “natureza”, e essa dependência imanente da natureza em relação ao sistema mercantil se converte, no e com o sistema mercantil, em lei do modo de vida na civilização industrial (Beck, 2011, p. 09).

Na sociedade industrial do risco, a percepção do consumo perde o seu vínculo com a ideia de *necessidade*, que naturalmente tende a um limite ou equilíbrio de *satisfação*. A percepção de consumo, no entanto, na sociedade industrial do risco, passa a atrelar-se à ideia de um *desejo infinito de consumo*, uma espécie de “*barril*

sem fundo de infinitos desejos”, estimulado pela economia de mercado e de trocas comerciais do sistema capitalista globalizado (Beck, 2011, p. 67).

A busca pela satisfação desses desejos infinitos de consumo no sistema capitalista, mormente relacionados à produção de riquezas, promove a produção de uma série de riscos, perigos ou “ameaças colaterais”, intrinsecamente relacionados e produzidos por meio dessa busca incessantemente infinita de satisfação dos desejos de consumo e produção de riquezas. Assim sendo, na sociedade industrial do risco percebe-se notadamente que “a lógica da produção de riscos [perigos], domina a lógica de produção de riquezas” (Beck, 2011, p. 15).

O sistema capitalista moderno estimula a naturalização desse modo de consumo e de produção de riquezas que tende ao infinito, ocorrendo, assim, uma espécie de *naturalização da produção de riscos*, onde a lógica da produção de riquezas, naturalmente, automaticamente, e conseqüentemente, vem associada à lógica de uma série de riscos ou perigos, que são compreendidos como ameaças ou danos colaterais naturalizados, ou seja, uma espécie de *risco residual naturalizado* ou “*aceitável*” (Beck, 2011, p. 10).

Nesse contexto da sociedade industrial do risco, uma série de *metamorfoses sociais do perigo* são engendradas não só a nível individual ou micro, mas também reverberam em conseqüências a nível social sistêmico ou macro, que tendem à produção e reprodução incessantes de novas metamorfoses sociais do perigo (Beck, 2011, p. 10).

Além da lógica da produção e reprodução de riscos residuais e efeitos colaterais que são naturalizados, uma outra face da Sociedade Industrial do Risco são os flashes de “*contradição imanente entre modernidade e contramodernidade*”, que se revelam em diversos aspectos da vida social na Sociedade Industrial do Risco, quer seja no modo como as famílias são estruturadas (de maneira nuclear ou não); na forma como os grupos sociais se dividem (em classes ou não); na forma como se desenvolvem as interações sociais, tais como: casamento, paternidade, sexualidade, amor, dentre outros aspectos que são a todo momento sopesados ou confrontados por meio do binômio *inovação versus tradição*, ou, respectivamente, “*modernidade versus contramodernidade*”:

Essas “ameaças sociais” e seu potencial cultural e político são, entretanto, apenas um lado da sociedade de risco. O outro lado passa a ser visível quando são inseridas no centro da questão as *contradições imanentes entre*

modernidade e contramodernidade presentes no plano geral da sociedade industrial: por um lado, a sociedade industrial é definida como sociedade de grandes grupos, no sentido de uma sociedade de classes ou camadas sociais, e isso ontem, hoje e para todo o sempre. Por outro lado, as classes sociais permanecem dependentes da validade de *culturas* e *tradições* sociais de classe, que são justamente destradicionalizadas ao longo da modernização do Estado de Bem-Estar Social (Beck, 2011, p. 16).

Por um lado, junto com a sociedade industrial, a convivência é normatizada e padronizada segundo o modelo da família nuclear. Por outro lado, a família nuclear se apoia em alocações “*estamentais*” de posições de gênero para homens e mulheres, algo que se fragiliza justamente na continuidade dos processos de modernização (integração das mulheres na educação e no mercado de trabalho, cifras crescentes de divórcios etc.). Desse modo, porém, a relação entre produção e reprodução começa a se mover, assim como tudo o mais que se encontra vinculado à “tradição da família nuclear” industrial: casamento, paternidade, sexualidade, amor etc. (Beck, 2011, p. 16).

Até mesmo as formas de trabalho assalariado, características da Sociedade Industrial, passam por uma metamorfose social na Sociedade Industrial do Risco, ocorrendo uma flexibilização dos períodos de jornada de trabalho e até mesmo uma flexibilização do local onde se desenvolvem as atividades profissionais (home office), de maneira que os limites entre ambiente profissional e espaço pessoal privado de lazer (ou folga) passam a ser fluidos:

Por um lado, a sociedade industrial é pensada segundo as categorias da *sociedade do trabalho (assalariado)*. Por outro lado, as medidas de racionalização adotadas hoje em dia têm em vista precisamente os fundamentos do esquema ordenador associado a ela: flexibilizações da jornada e do local de trabalho diluem as fronteiras entre trabalho e ócio. A microeletrônica permite reconectar setores, empresas e consumidores a despeito dos setores produtivos. Dessa forma, porém, as atuais premissas jurídicas e sociais do sistema empregatício são “modernizadas até desaparecerem”: o desemprego em massa é “integrado” ao sistema empregatício sob formas novas de “*subemprego plural*” – com todos os riscos e oportunidades implicados (Beck, 2011, p. 17).

Por derradeiro, convém sintetizar que a transição da Sociedade Industrial para a Sociedade Industrial do Risco ocorreu por meio dos processos de fragilização, suspensão e modernização reflexiva, ocorridos nos fundamentos da Sociedade Industrial, que se caracterizava, sobretudo, por uma “*tradicionalidade industrial imanente*” (Beck, 2011, p.17), ou seja, por ter uma percepção de mundo e uma definição de seus fundamentos ou princípios basilares, precisamente delimitados e fixos e que não comportavam variações ou flexibilizações de definições.

Na Sociedade Industrial, portanto, a concepção da divisão social era percebida pelo esquema de “classes”; no que se refere ao convívio familiar, o padrão de família,

era o da “família nuclear”; com relação ao regime de trabalho, predominava o “trabalho assalariado”; na construção e compreensão da “ciência”, do “progresso” e da “democracia”, perpetuava-se o conservadorismo e o tradicionalismo de seus princípios e ações (Beck, 2011, p. 17).

Na Sociedade Industrial do Risco, “[...] vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação [...]” (Beck, 2011, p. 17), ou seja, os esquemas de divisão social em “classes”, as formas de convívio familiar, por meio da “família nuclear”, o regime de “trabalho profissional assalariado”, as formas de construção e compreensão da “ciência”, do “progresso” e da “democracia”, característicos da Sociedade Industrial são fragilizados, suspensos e reconfigurados e necessitam ser revistos:

Vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação. Para poder chegar a conceber isso é pressuposto que a imagem da sociedade industrial seja revista. Segundo seu plano geral, ela é uma sociedade *semimoderna*, cuja conjugada *contramodernidade* não é algo antigo ou tradicional, mas *construído e produzido socioindustriais* [...] a sociedade industrial *se instabiliza em sua própria concretização*. A continuidade se torna “causa” da ruptura. As pessoas *se libertam* das formas de vida e pressupostos da era socioindustrial da modernidade – semelhante ao que ocorrera na era da Reforma, quando elas foram “dispensadas” dos braços seculares da Igreja para abraçar a sociedade [...] O sistema de coordenadas ao qual a vida e o pensamento estão sujeitos na modernidade industrial – os eixos da família e do emprego, a crença na ciência e no progresso – começa a cambalear, e surge um novo crepúsculo de oportunidades e riscos – precisamente os contornos da sociedade de risco (Beck, 2011, p. 18).

Os contornos ou pequenos flashes da Sociedade de Risco são elementos presentes na realidade social do estado de Mato Grosso, sobretudo no que se refere ao binômio “modernidade versus contra-modernidade”, característico da Sociedade de Risco de Beck.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o estado de Mato Grosso se mantém como o maior produtor de grãos do Brasil no ano de 2024, com a estimativa de colheita de 85,7 milhões de toneladas de grãos, consagrando-se, portanto, como um estado eminentemente agrícola (Conab. 2024).

A produção agrícola do estado de Mato Grosso é equivalente à produção inteira de todos os três estados da região sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), onde se estimam a colheita de 85,6 milhões de toneladas de grãos para o ano de 2024 (Conab. 2024).

Ademais, a nível mundial, o estado de Mato Grosso figura como um dos maiores *players* na produção de grãos, superando a soma das safras de vários países em conjunto, tais como, Bolívia; Ucrânia; Rússia; Canadá e Paraguai; e, igualmente, o estado de Mato Grosso possui a produção de grãos maior que os países da China e da Índia somados, com destaque para a produção de soja, que lança o estado de Mato Grosso como o 4º maior produtor de soja do mundo (Conab. 2024).

Aliado ao destaque a nível mundial na produção agrícola, subsiste o avanço tecnológico empregado na produção agrícola, através do emprego de drones, máquinas e implementos agrícolas altamente tecnológicos, os quais formam o panorama contextual onde o paradoxo vinculado ao “rural ou tempos pretéritos versus tecnológico ou tempos futuros” foram superados, de maneira que o termo “empresário da agricultura” ou “agronegócio” passou a ganhar destaque a nível mundial.

A própria união do termo “agro-negócio” é um exemplo dessa metamorfose de realidades que na sociedade industrial eram opostas, representando as realidades do homem do campo *versus* a realidade do homem de negócios da cidade (empresários). Por outro lado, na sociedade do risco, essas realidades passam a ser protooperativas, ou seja, ocorre uma harmonização entre as competências e conhecimentos do homem do campo, aliados às competências e habilidades do homem do mundo dos negócios (tanto que a produção agrícola de Mato Grosso é comercializada como Comodities em mercado financeiro aberto de Bolsa de Valores).

Na Polícia Militar, as contradições entre modernidade *versus* contra-modernidade também são presentes em diversos aspectos, tal como nas próprias indumentárias (fardamentos e equipamentos) utilizados pelos policiais militares, que mesclam aspectos da tradição e do conservadorismo militar, com as tendências de inovação e modernidade ergonômicas, mormente inspiradas nas forças policiais americanas.

Essa tendência de coexistência entre modernidade e contra-modernidade torna-se ainda mais latente quando se comparam as indumentárias do policiamento ordinário e especializado, onde as indumentárias do policiamento ordinário guardam características mais tradicionais ou conservadoras, enquanto as indumentárias do policiamento especializado guardam características mais inovadoras ou modernas, em seus aspectos ergonômicos.

Essas contradições entre modernidade *versus* contra-modernidade avançam para além dos aspectos de indumentárias (fardas e equipamentos) e afetam

igualmente o comportamento dos policiais militares, quanto ao exercício de exclusividade das atividades policiais militares previsto nos regramentos estatutários militares, todavia superados não só pela força social impulsionadora da Sociedade de Risco, mas pelo próprio ordenamento jurídico vigente (através da Emenda Constitucional Nº 101/2019) e pelas próprias medidas adotadas a nível de governo do estado de Mato Grosso, quando da implementação da jornada de trabalho extraordinária para os policiais militares.

Contribui para a legitimação dessas contradições típicas da modernidade tardia na Sociedade de Risco, o avanço da globalização. O avanço da globalização, através do sistema capitalista de mercado de trocas globais, assim como o avanço e a popularização da internet, sobretudo através das mídias sociais, mormente utilizadas por meio dos smartphones, ao mesmo tempo que proporcionou o fluxo de informações praticamente em tempo real através das plataformas de mídia social digitais, provocou também o efeito social de insegurança e medo, como resultados dessa “necessidade naturalizada” de hiper conectividade.

O contato com inúmeras realidades diferentes, das mais diversas partes do globo terrestre, que a internet proporcionou aos seus usuários, intensificou o constante questionamento ou reflexividade se a vida que cotidianamente se leva de fato seria a “vida ideal”, perante as inúmeras possibilidades ou modos de conduzir a vida.

As promessas de superação da pobreza propaladas através da internet, através de inúmeras formas inovadoras de emprego do tempo livre fora das profissões de costume, assim como as diversas histórias e experiências de vida compartilhadas, influenciam os usuários, rumo à adoção de comportamentos que expandam os comportamentos e práticas “tradicionais”.

Todos esses fatores inerentes ao avanço da Sociedade de Risco, sobretudo o avanço tecnológico e a globalização, contribuem para que os contornos ou pequenos flashes da Sociedade de Risco possam ser verificados e vivenciados na realidade social do Estado de Mato Grosso.

5.2 A lógica da produção de riscos domina a lógica da produção de riquezas

A Sociedade Industrial ou Sociedade de Classes é concebida também como a “Sociedade da Escassez”, uma vez que o início da revolução industrial e da

modernidade é marcado pelo começo do desenvolvimento conjunto das forças produtivas humanas e tecnológicas, que ainda se aparelhavam para o encaixe no sistema capitalista de produção e distribuição de produtos e riquezas em larga escala. Assim sendo, a escassez e a carência material, nesse respectivo período, eram potencialmente mais altas, se comparadas aos estágios mais avançados de desenvolvimento tecnológico, científico e industrial da modernidade tardia, até mesmo porque a ausência de um aparato jurídico que garantisse a construção de um Estado formalmente social era uma realidade da Sociedade Industrial (Beck, 2011, p. 23).

Por outro lado, o alto desenvolvimento das forças produtivas humanas e tecnológicas na Sociedade Industrial do Risco garantiu uma “elevação” do Estado de bem-estar social e uma melhora na qualidade de vida da sociedade de uma maneira geral. Isso não quer dizer que houve a extinção da carência material e da fome a nível global, pelo contrário, houve uma *“redução e isolamento dos pontos sociais de autêntica carência material”* (Beck, 2011, p. 23).

No Brasil, não houve o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social de fato, todavia, o avanço do desenvolvimento tecnológico, científico e industrial da modernidade tardia, assim como o avanço do sistema capitalista de mercado de trocas globais, propiciou, em certa medida, uma “popularização” do acesso a melhores condições materiais de existência de certas camadas sociais economicamente menos abastadas financeiramente, quando comparadas em tempos de outrora.

Isso não significa afirmar que houve a erradicação da pobreza ou dos contextos de pauperização material extremos, que são realidades de muitas regiões do Brasil, entretanto, o paralelo com o Estado de Bem-Estar Social visa exclusivamente esclarecer que os avanços tecnológicos e o avanço do sistema capitalista de mercado “popularizou” o acesso a melhores condições materiais de existência, em relação ao passado.

Nesse sentido, o interesse na manutenção e perpetuação do “Estado de bem estar social”, como um mecanismo de “sobrevivência” e de atendimento dos interesses capitalistas, assim como a própria influência econômica hegemônica do modo de produção e distribuição de produtos e riquezas do sistema capitalista, contribui para a perpetuação da lógica de produção e distribuição de riquezas.

A reboque da lógica de produção e distribuição de riquezas, subsistem a produção social dos riscos, de maneira que, na modernidade tardia, a produção social de *riqueza* é acompanhada sistematicamente pela produção social de *riscos*.

Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se aos problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos (Beck, 2011, p. 23).

O desenvolvimento técnico, econômico e científico da Sociedade de Risco não provocou somente a libertação das pessoas do modo de vida tradicional da Sociedade Industrial, pelo contrário, os processos de modernização da Sociedade de Risco adquiriram um status de modernização autorreferencial ou modernização reflexiva:

Não se trata mais, portanto, ou não se trata mais exclusivamente de uma utilização econômica da natureza para libertar as pessoas de sujeições tradicionais, mas também e sobretudo de problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. O processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema (Beck, 2011, p. 24).

E para os problemas de “segurança”, característicos da Sociedade de Risco, as “intervenções cosméticas” (Beck, 2011, p. 24) funcionam como mecanismos legitimadores dos riscos, capazes de realizar tanto o acobertamento, quanto o abrandamento dos riscos inerentes ao desenvolvimento técnico-econômico da Sociedade de Risco.

Nos países de terceiro mundo (tal como no Brasil), a “ditadura da escassez” ou a “sociedade da escassez”, impulsionada pelo processo de modernização científica e tecnológica, traz consigo o pensamento social de “promessa de libertação da pobreza” (Beck, 2011, p. 24). Essa esperança de superação da pobreza é o que move, nos agentes sociais na Sociedade de Risco, a opção pela adoção dos comportamentos de risco, de maneira que a esperança de libertação da pobreza, sobretudo em virtude do cenário de desigualdades sociais que vivenciam, é um mecanismo de pensamento que está impregnado no modo como os atores sociais visualizam a realidade nessa sociedade, por meio do binômio esperança (de superar a pobreza) *versus* riscos (necessários à superação da pobreza).

Os esforços para a superação da miséria impulsionam os riscos na Sociedade de Risco, de maneira que as buscas pelas fontes de riquezas estão “contaminadas” por “ameaças colaterais” que foram e vêm sendo ignoradas ou naturalizadas, como um mecanismo de “cegueira” intencional que, ao mesmo tempo em que visa a superação da miséria, impulsiona o potencial de riscos e ameaças (Beck, 2011, p. 25).

À medida em que os contornos da Sociedade de Risco vão se tornando cada vez mais sólidos, ocorre uma transformação social, onde as categorias e/ou trajetórias

de vida habituais, assim como as bases de pensamento e ação dos atores sociais, vão se distanciando de trajetórias de vida, de comportamentos e de pensamentos habituais, ou seja, o conservadorismo e o tradicionalismo vão sendo superados (Beck, 2011, p. 25).

Os riscos da modernização, tais como os “riscos da pobreza”, os “riscos de qualificação”, os “riscos à saúde”, não são um produto exclusivo da modernidade, pelo contrário, os riscos da modernização são problemas que se perpetuam ao longo da vida em sociedade e na Sociedade de Risco eles apenas se “reconfiguram” e adquirem um status de potenciação dos riscos, muito maior do que em tempos passados (Beck, 2011, p. 26).

Nesse contexto, portanto, Beck (2011) apresenta 05 (cinco) teses que fundamentam as bases de pensamento e ação na Sociedade de Risco. A primeira tese de Beck (2011) refere-se à definição de “riscos” como efeitos colaterais de curto ou longo prazo, fundamentalmente “invisíveis”, abertos a processos sociais de definição e reinterpretação social, podendo ser dramatizados ou minimizados, sendo considerados, muitas vezes, “irreversíveis” (Beck, 2011, p. 27).

A segunda tese de Beck (2011) refere-se aos efeitos sociais reversos que os riscos autoproduzidos na Sociedade de Risco podem trazer àqueles que produziram os riscos. De acordo com Beck (2011), esse “efeito bumerangue” dos riscos é uma característica essencial da Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 27).

A terceira tese de Beck (2011) sobre a Sociedade de Risco é que os riscos não rompem com a lógica capitalista de expansão, pelo contrário, a lógica capitalista é elevada a um novo estágio, onde eles são utilizados como mecanismos de aquecimento e expansão da lógica capitalista, ou seja, ocorre uma mercantilização dos riscos, onde as “necessidades de mercado” além de serem autofabricáveis, são insaciáveis. Nas palavras de Beck (2011), “são um barril de necessidades sem fundo, interminável, infinito, autoproduzível” (Beck, 2011, p. 28).

A quarta tese de Beck (2011) sobre a Sociedade de Risco, é o fato de que “é a consciência do risco que determina a sua existência” (Beck, 2011, p. 28), em outras palavras, para que o risco exista de fato socialmente, é necessário que as pessoas tenham conhecimento sobre os riscos, de maneira que a disseminação do conhecimento sobre eles adquira uma posição de protagonismo na mitigação de potenciação dos mesmos (Beck, 2011, p. 28).

A quinta tese de Beck (2011) sobre a Sociedade de Risco é o fato de que os riscos e seus efeitos colaterais tornam-se oportunidades políticas, uma vez que seus danos colaterais produzem o efeito cascata nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, de maneira que catástrofes tornam-se oportunidades políticas (Beck, 2011, p. 28).

As oportunidades políticas e econômicas são exploradas por meio da conflitiva diversidade ou pluralização definitiva dos riscos (Beck, 2011, p. 36), assim como, por meio das infinitas suposições de causalidade dos riscos (Beck, 2011, p. 32-33), as quais apesar de serem legitimadas pelos especialistas, alguns deles “interessados” ou ausentes de imparcialidade, demonstram que os riscos da modernização e seus efeitos nocivos, em certa medida, são de fato imprevisíveis ou incalculáveis, uma vez que, “[...] No que diz respeito aos referenciais dos riscos em termos de valores e interesses, tal pluralização é evidente: alcance, urgência e existência de riscos oscilam com a diversidade de valores e interesses” (Beck, 2011, p. 37).

Ocorre, portanto, na Sociedade de Risco, um conflito de paradigmas autointeressados, onde “cada ponto de vista interessado procura armar-se com definições de risco, para poder dessa maneira rechaçar os riscos que ameacem seu bolso” (Beck, 2011, p. 36).

Acerca desse aspecto, Beck (2011) já alertava que “o efeito social das definições de risco não depende, portanto, da sua solidez científica”, pelo contrário, depende dos interesses implícitos por trás da pluralidade definitiva dos riscos na Sociedade de Risco e de seus eventuais “circuitos daninhos” (Beck, 2011) ou consequências políticas, econômicas e sociais.

O sistema de divisão do trabalho na Sociedade de Risco, altamente compartimentado e especializado, aos moldes de uma sociedade complexa, que cultiva um mecanismo de coesão social ao estilo de uma “solidariedade orgânica”, conforme estabelecido por Durkheim (1999), além de provocar a compartimentação e especialização da divisão social do trabalho, engendrou de maneira mais vivificada o comportamento individualista dos atores sociais em seu campo de atuação, não se preocupando com os efeitos colaterais de suas ações ou comportamentos sociais de risco adotados. Dessa maneira, na Sociedade do Risco, esse sistema altamente compartimentado e especializado das sociedades capitalistas, engendrou uma espécie de “irresponsabilidade organizada” (altamente “burocrática” e “individualista”), onde cada ator social atua à sua própria revelia, ou seja, visa somente os seus

interesses diretamente envolvidos, sem se preocupar com eventuais consequências de suas ações.

Para Beck (2011), essa forma de agir individualista do ator social, dentro de um sistema de divisão do trabalho altamente compartimentado e especializado, resultou em uma espécie de “irresponsabilidade generalizada” sobre os riscos da modernização, onde todos são causa e efeito dos riscos produzidos na Sociedade do Risco, uma vez que, “[...] pode se fazer algo e continuar a fazê-lo sem ter de responder pessoalmente por isto. Atua-se, por assim dizer, à própria revelia” (Beck, 2011, p. 39).

Essa irresponsabilidade generalizada como característica imanente da Sociedade de Risco produz efeitos específicos, característicos dos riscos da modernização, tais como: o efeito colateral latente; o efeito equalizador; e o efeito bumerangue (Beck, 2011, p. 41-44).

A Sociedade de Risco é, sobretudo, a “sociedade da ciência e do progresso”, de maneira que, para que um risco seja socialmente reconhecido, existe a necessidade do reconhecimento científico, como forma de legitimação e reconhecimento social dele. Por outro lado, o efeito colateral latente, ou seja, o efeito colateral não previsto pela ciência, na Sociedade do Risco, é um resíduo ou risco naturalizado ou socialmente aceito, uma vez que, se a ciência não pode prever o risco ou efeito colateral latente, o dano causado torna-se socialmente “aceitável” (Beck, 2011, p. 41).

Essa perspectiva de socialização e naturalização de eventuais riscos ou efeitos colaterais latentes, advindos do modo de vida na Sociedade do Risco, produzem uma espécie de “efeito equalizador dos riscos” (Beck, 2011), onde, independentemente de classes ou poder econômico, os riscos da modernização podem afetar a todos (alguns em grande medida, outros em menor proporção), produzindo um efeito globalizante (Beck, 2011, p. 43).

Em decorrência do efeito globalizante dos riscos, onde, em maior ou menor medida, todos podem ser afetados pelos riscos da modernização na Sociedade do Risco, o comportamento de risco adotado pelos atores sociais produz uma espécie de “efeito bumerangue” (Beck, 2011), e cedo ou tarde, as consequências (políticas, econômicas, sociais e individuais) dos comportamentos adotados pelos atores sociais irão cobrar o seu preço, por meio de uma contabilidade que pode ser previsível e/ou imprevisível (Beck, 2011, p. 44).

Os conflitos em torno dos riscos da modernização surgem de causas sistemáticas e idiossincráticas que estão alinhadas com os motores da modernidade tardia do “progresso” e do “lucro”, de maneira que a busca pelo “progresso” e pelo “lucro” provoca a potenciação dos riscos (Beck, 2011, p. 47-48).

E não somente a busca pelo lucro, mas sobretudo nos países de terceiro mundo (tal como no Brasil), a tentativa de superação da carência material, provoca, além da potenciação dos riscos, a cegueira em relação a eles, tal como bem esclareceu Beck (2011), “a indiferença diante dos riscos, de todo modo imperceptíveis, que sempre encontra na superação da carência palpável sua justificação, é o terreno cultural e político no qual os riscos e ameaças *florescem, crescem e frutificam*” (Beck, 2011, p. 54).

A sociedade da escassez, da carência material e da esperança de superação da “pobreza” engendra a potenciação dos comportamentos de risco, os quais, focados exclusivamente na superação da carência material, promovem a “cegueira” em relação aos riscos, e os potencializa como consequências dos comportamentos de risco adotados pelos atores sociais (Beck, 2011, p. 50-53).

A Sociedade de Risco caracteriza-se, portanto, por uma “ruptura no interior da própria modernidade”, onde a transição da “sociedade da escassez” para a “sociedade da insegurança e do medo” torna-se um movimento social inevitável, em que as duas realidades ou paradigmas sociais (sociedade da escassez e sociedade da insegurança ou do medo) passam a coexistir.

Na transição da sociedade de classes para a de risco, começa a diferenciar-se a *qualidade da solidariedade*. Dito de maneira esquemática, sistemas axiológicos inteiramente diversos são alavancados nesses dois tipos de sociedades modernas. Em sua dinâmica evolutiva, as sociedades de classes continuam referidas ao ideal da *igualdade* (em suas várias formulações, da “igualdade de oportunidade” até as variantes de modelos socialistas de sociedade). Não é o caso da sociedade de risco. Seu contraprojeto normativo, que lhe serve de base e de impulso, é a *segurança*. O lugar do sistema axiológico da sociedade “desigual” é ocupado assim pelo sistema axiológico da sociedade “*insegura*”. Enquanto a utopia da igualdade contém uma abundância de metas conteudístico-positivas de alteração social, a utopia da segurança continua sendo peculiarmente *negativa* e *defensiva*: nesse caso, já não se trata de alcançar efetivamente algo “bom”, mas tão somente de *evitar* o pior. O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem *compartilhar* do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser *poupados* do veneno (Beck, 2011, p. 59-60).

Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que vivenciamos a sociedade da escassez ou da carência material em seus diversos níveis, concomitantemente, vivenciamos o surgimento da sociedade da insegurança e do medo, onde a *incerteza* quanto ao amanhã torna-se o principal estigma da modernidade e é, sem sombra de dúvidas, um dos fatores que impelem os atores sociais na Sociedade de Risco a adotarem comportamentos de risco, sob a égide do lema “só se vive uma vez” (Beck, 2011, p. 59-60).

5.3 A tese da pauperização subjetiva: a nova pobreza

A Sociedade de Risco é a sociedade da insegurança e do medo, onde os agentes sociais, em virtude dos contextos sociais, políticos e econômicos da sociedade de risco, caracterizados como *instáveis*, percebem ou sentem a realidade social por meio da perspectiva ou paradigma da insegurança e do medo, de maneira que essa forma de perceber a realidade através de lentes “inseguras” e “amedrontadas” reverberam os seus efeitos nos campos sociais, econômicos, políticos e individuais dos atores sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas, alavancado pelo sistema capitalista de produção em larga escala, possibilitou, em certa medida, a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, no qual a extrema pobreza e a miséria material, que caracterizam o estado de “pauperização material” não foram erradicadas, pelo contrário, houve uma realocação dos segmentos sociais que compartilham dessa realidade de pauperização. Por outro lado, houve também a ocorrência do “efeito elevador para cima” (Beck, 2011, p. 115), onde as condições materiais de existência de certas camadas do estrato social mais pobre ou com menos poder econômico-financeiro foram “melhoradas” ou “aperfeiçoadas” sob a perspectiva do modo de vida industrial, em virtude do desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas.

Em decorrência da consolidação do Estado de Bem-Estar Social e da influência social e econômica do sistema capitalista de produção e de consumo em larga escala, as formas de perceber ou sentir a “pauperização” foram modificadas. No passado, a ausência de comida caracterizaria a pauperização material, já atualmente, o excesso de comida e a ausência de possibilidade de participar ativamente do mercado de

consumo produzido pela indústria capitalista, por exemplo, pode ser considerada como “a nova pobreza” ou “nova forma de pauperização material da modernidade”, ou “pauperização material subjetiva”, como bem esclareceu Beck (2011)

Minha tese é a seguinte: trata-se, também na sociedade de risco, de uma forma de *pauperização*, comparável, sem que, no entanto, de fato o seja, com a pauperização das massas trabalhadoras nos centros da industrialização nascente” (Beck, 2011, p. 61).

Essa forma de sentir ou perceber a realidade por meio de um paradigma de insegurança, medo ou pauperização material subjetiva é acompanhada da recorrente e reflexiva indagação: se de fato o que o ator social produz ou detém hoje será o suficiente para a sua sobrevivência no “amanhã”, haja vista as incertezas e inseguranças características da Sociedade do Risco. Todos esses fatores propulsionam o ator social à adoção de comportamentos de risco, visando justamente superar essa sensação de insegurança, medo ou pauperização material subjetiva quanto ao “eterno devir”.

Ocorre que a Sociedade de Risco é uma “sociedade catastrófica”, ou seja, os riscos além de serem autoproduzíveis, são ampliados e largamente disseminados nas camadas sociais, de maneira que o modo de vida social com relação aos riscos acaba sendo ditado não somente pela ciência que descobre e legitima a existência de muitos riscos, mas também pela economia capitalista de produção, uma vez que a cientificização dos riscos produz uma comercialização dos mesmos, que retroalimenta o sistema capitalista de produção, influenciando e ditando, em grande medida, o modo de vida social na Sociedade de Risco (Beck, 2011, 66-67).

Surge, portanto, na Sociedade de Risco, o “risco autoproduzível” (Beck, 2011, p. 67), fruto do concubinato entre ciência e sistema capitalista de produção (economia), no qual produção e consumo em larga escala são levados a um novo patamar de demandas ou “necessidades”, onde a ciência torna-se efetivamente “madrinha legitimatória” dos riscos (Beck, 2011, p. 67 e 71).

Para Beck (2011), a economia capitalista na Sociedade de Risco torna-se “autorreferencial”, ou seja, não depende mais somente da satisfação do desejo de seus consumidores. Pelo contrário, ela mesma pode produzir ou fabricar as demandas sociais, através dos “riscos autofabricáveis”, e “estimular” ou “aquecer” o mercado de consumo em larga escala (Beck, 2011, p. 67).

Esses fatores somente corroboram o fato de que o sistema capitalista de produção, assim como os riscos inerentes à Sociedade de Risco, são “um barril sem fundo de necessidades, que não pode ser encerrado e nem esgotado” (Beck, 2011, p. 67), ou seja, as percepções entre “desejos” e “necessidades” se tornam contingentes, de maneira que a definição em torno do que seria “risco”, assim como a definição do que seria de fato “pauperização material”, tornam-se oblíquas e subjetivas.

A cosmética dos riscos (Beck, 2011, p. 68) é a viga mestra que estrutura esse barril sem fundos de “necessidades” dos riscos e do sistema capitalista, uma vez que as soluções para mitigação dos riscos, assim como a recorrente descoberta de novos riscos sobre os quais devemos nos precaver, adquirem um contorno de “cosmética dos riscos”, justamente pelo fato das soluções propostas serem provisórias e, igualmente, em virtude do recorrente surgimento de novas demandas de riscos, as quais nunca serão suficientes para solucioná-los definitivamente e nunca irão atacar a raiz do problema, até mesmo porque a “obsolescência programada” e as “respostas provisórias” são os eixos centrais que estruturam essa cosmética e o sistema capitalista de produção em larga escala.

Ainda no que se refere à cosmética dos riscos (Beck, 2011, p. 68), como característico do modo de produção do sistema capitalista o aumento da produtividade ou o lucro financeiro, sempre foi o objetivo primordial (quando não o único) do sistema capitalista, ou seja, pouco ou nada importam os riscos decorrentes das ações empregadas para o aumento da produtividade do sistema. Logo, essa “lógica de utilidade exclusivamente econômica” ou “miopia econômica intencional” domina a forma de pensamento socialmente cultivada na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 73).

Nesse contexto, portanto, é possível perceber que a Tese da Pauperização, proposta por Beck (2011), parte da premissa de que o comportamento dos atores sociais na sociedade de risco fundamentam-se numa perspectiva de “pauperização material subjetiva”, onde o ator social adota um comportamento de risco, visando a superação de sua “pauperização material subjetiva”, ou seja, para superar a situação de risco que percebe ou vivencia, expõe-se a novas circunstâncias de riscos, perpetuando o ciclo de combate e autorreprodução dos riscos, através do avanço sobre novos riscos.

Esse concubinado entre ciência e sistema capitalista de produção em larga escala é caracterizado por Beck (2011) como “canibalização econômica dos riscos”, em que os riscos autofabricáveis alimentam a economia capitalista de produção em larga escala e propulsionam ou potencializam a exposição dos atores sociais a novos riscos tanto em nível micro, quanto em nível macro, em movimentos cíclicos de autoprodução e retroalimentação de riscos. Assim, “a economia literalmente canibaliza o homem”, ou seja, “a criação consome o criador”, de maneira que o mito do Frankenstein se torna real, reforçando a percepção de que a ciência mal-intencionada pode ser também uma forma de ignorância.

5.4 A individualização e a destradicionalização das formas de vida tradicionais

A sociedade de risco é uma sociedade de múltiplas dimensões, onde a lógica distributiva dos riscos da modernização é apenas uma de suas dimensões, de forma que os riscos associados à insegurança por eles causados conformam a sua segunda dimensão e, por conseguinte, sua terceira dimensão está associada à capilarização ou pulverização dos riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais que dominaram o modo de vida dos atores sociais na Sociedade de Risco. Destarte, classes sociais, formas familiares, posições de gênero, casamento, paternidade, profissão e os modos de conduzir a vida na modernidade foram destradicionalizados (Beck, 2011, p. 107).

A destradicionalização das formas de vida tradicionais na Sociedade de Risco refere-se à ruptura ou libertação dos indivíduos das formas tradicionais de conduzir a vida, características da Sociedade Industrial, onde classe, estrato social, família, gênero sexual para homens e mulheres, religião, dentre outros aspectos, estavam tradicionalmente bem delimitados em contornos conservadores (Beck, 2011, p. 107-108).

Por outro lado, a Sociedade de Risco promove essa “libertação” ou “ruptura” com o modo de conduzir a vida “tradicional”, de maneira que Beck (2011) busca explicar essa “ruptura e libertação do modo de vida tradicional”, por meio de sete teses sociológicas. (Beck, 2011, p. 107-108).

Primeira tese: com o advento da modernização e do Estado de Bem-Estar Social, houve um “impulso social individualizatório”, ou seja, o Estado de Bem-Estar Social, ao proporcionar um padrão de vida material elevado, em comparação a tempos

de outrora e em decorrência da melhora da qualidade de vida no Estado de Bem-Estar Social, a seguridade social e a expectativa de vida foram elevadas. Assim, as pessoas foram separadas dos condicionamentos ou modos de vida tradicionais, ligados à família e classes sociais, sendo lançadas numa espiral individualizatória, onde a sociedade do mercado de trabalho, e todos os seus riscos e oportunidades, fomentaram a consolidação social do “processo individualizatório” (Beck, 2011, p. 108).

O processo individualizatório, fomentado pela sociedade do mercado de trabalho do capitalismo moderno, sempre promove “novas liberações” ou “novos impulsos individualizatórios”, de maneira que a “libertação” do indivíduo das formas de vida tradicionais, dos vínculos sociais de classe, das posições de gênero e sexualidade entre homens e mulheres, do casamento, da paternidade, dentre outros aspectos sobre o modo como conduzir a vida na modernidade, vão sendo paulatinamente “libertados” do modo de vida tradicional (Beck, 2011, p. 108).

Segunda tese: o processo individualizatório suspende a perspectiva de pensamento influenciado por classes, estratos ou estamentos sociais, de maneira que a base de pensamento do ator social na Sociedade de Risco é uma perspectiva eminentemente individualizada, ou seja, não sofre a influência de categorias tradicionais como classes, estratos ou estamentos sociais, em outras palavras, a base de pensamento do ator social é individualista (Beck, 2011, p. 109).

Como produto da suspensão do pensamento influenciado por classes, estratos ou estamentos sociais e do alavancamento do pensamento eminentemente individualista do ator social na Sociedade de Risco, as desigualdades sociais e os problemas e eles interligados permanecem recorrentes (Beck, 2011, p. 109).

Terceira tese: a intensificação da individualização e das desigualdades sociais, por meio de um movimento cíclico e recíproco, ampliam-se, de maneira que as “zonas cinzentas” entre emprego, desemprego e subemprego (flexibilização da jornada de trabalho e das modalidades de trabalho) são maximizadas, como produtos da intensificação da individualização e das desigualdades sociais na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 109).

Quarta tese: o impulso individualizatório reverbera seus efeitos através de vários aspectos do modo de vida não tradicional na sociedade moderna, dentre os quais destaca-se a libertação das posições de gênero no seio familiar, onde as mulheres avançam em direção ao protagonismo profissional; as posições tradicionais

de casamento e trabalho doméstico são relativizadas; mercado de trabalho, educação, mobilidade, tudo que se refere ao modo sobre como conduzir a vida na modernidade passa pela espiral individualizatória da Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 110).

Quinta tese: como consequência do impulso individualizatório na Sociedade de Risco, “liberdade individual” e “igualdade” são os princípios da modernidade que emergem como “direitos fundamentais” dos atores sociais, de maneira que traduzem princípios norteadores sobre a forma como os atores sociais buscam conduzir a vida na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 110).

Sexta tese: a primazia pelo modo de conduzir a vida, por meio dos princípios da modernidade de “liberdade individual” e “igualdade”, engendra uma forma de atuar socialmente baseada em uma “modernidade reflexiva”, ou seja, os interesses individuais tornam-se o centro das atenções e decisões individuais em todos os âmbitos da vida, de maneira que, tanto na família, quanto no mercado de trabalho, a individualização, assim como a obsessão pela “liberdade individual” e “igualdade” nas relações sociais familiares e de trabalho, inundam todos os aspectos da vida social (Beck, 2011, p. 110).

Essa individualização, ao mesmo tempo que isola o agente social e institucionaliza esse modo de vida individualizatório na modernidade, por outro lado padroniza os estilos de vida que estão marcadamente ligados e dependentes do mercado de trabalho; da participação na sociedade do consumo; da busca pela qualificação e pelo protagonismo profissional; das novas possibilidades e modismos sociais; das regulamentações previdenciárias; em suma, das oscilações e inconstâncias da economia de mercado do capitalismo moderno (Beck, 2011, p. 111).

Sétima tese: o capitalismo moderno, ao mesmo que institucionaliza e legitima o modo de vida individualizatório, provoca, igualmente, a padronização dos estilos de vida na Sociedade de Risco, de maneira que novas comunidades de modos de vida não tradicionais ou novos terrenos socioculturais vão sendo engendrados através desses impulsos individualizatórios de experimentações e produções de novas identidades socioculturais, que, conseqüentemente, produzem novos riscos (Beck, 2011, p. 111).

5.5 O estado de bem-estar social, a individualização e o efeito elevador para cima

O Estado de Bem-Estar Social produziu o famigerado “efeito elevador para cima”, ou seja, proporcionou a melhora da qualidade de vida de uma maneira geral nos tempos modernos, em comparação com os tempos de outrora, de maneira que as condições de renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo de massa foram capilarizados ou “popularizados”. O acesso a melhores condições de renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo de massa já não se encontram represados ou restritos a indivíduos pertencentes à determinada “classe” ou posição social, pelo contrário, na Sociedade de Risco, ele passa a ser acessível a indivíduos de diferentes níveis de camadas sociais (Beck, 2011, p. 114).

Isso não significa dizer que as desigualdades sociais foram erradicadas. Pelo contrário, as desigualdades sociais continuam a existir, em níveis até mesmo mais contrastantes do que outrora, todavia, o desenvolvimento capitalista moderno, o aprimoramento de tecnologias e da ciência, e o consequente desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, trouxe uma melhora significativa na qualidade de vida na “base da pirâmide social” (Beck, 2011, p. 115).

Como consequência do “efeito elevador para cima”, propiciado pelo Estado de Bem-Estar Social, o processo de individualização e diversificação dos estilos de vida passa a ser uma realidade na Sociedade de Risco. A “democratização” do acesso a bens de consumo simbólicos, tais como: rádio, televisão, geladeira, automóvel, casas espaçosas, viagens paradisíacas, alimentação diversificada, vestuários diversificados e com padrões de moda e estilos diversos, dentre outros, permitiu a “acomodação” ou “instalação” do Estado de Bem-Estar Social, assim como impulsionou a individualização e a diversificação dos estilos de vida na Sociedade de Risco, uma vez que as possibilidades de produção, consumo e de acesso ao consumo tornam-se ricamente diversificadas e popularizadas, através de um “aburguesamento da classe operária” (Beck, 2011, p. 115).

A elevação do padrão de vida material na Sociedade de Risco, em comparação com a Sociedade Industrial do passado, assim como a melhora das condições de mobilidade social, geográfica e cotidiana e a melhora no acesso à educação, propiciaram uma melhora da qualidade de vida de uma maneira geral. Entendendo essa percepção de qualidade de vida nos padrões de pensamento ocidentais, houve,

ao mesmo tempo, a manutenção das desigualdades sociais e o impulso individualizatório, “libertando” as pessoas dos modos de condução da vida “tradicionais”, sobretudo aqueles relacionados e influenciados pelas questões e tradições de classe, tornando-os agentes de construção livre de sua própria realidade, influenciados pela economia de mercado, característica do sistema capitalista de produção e consumo (Beck, 2011, p. 115).

De acordo com Beck (2011), na Sociedade de Risco houve uma “revolução na relação entre trabalho e vida”, e ao longo do século passado, ao mesmo tempo em que houve um aumento da expectativa de vida para homens e para mulheres, seguido por uma redução de mais de um quarto do período de tempo de jornada de trabalho assalariado, houve também o aumento da remuneração real angariada por meio do trabalho assalariado, o que propiciou, “no cômputo geral, mais tempo de vida [e de ócio], menos tempo de trabalho, e maior margem de manobra financeira – são essas as vigas mestras em que se sustenta o “efeito elevador” ” (Beck, 2011, p. 116).

O tempo de “vida” ou tempo “ocioso” foi prolongado e, conseqüentemente, mais bem aparelhado materialmente, de maneira que o tempo de vida ocioso fora do trabalho assalariado propiciou “novas liberações”, ou seja, “novas possibilidades” de emprego do tempo fora do ritmo de trabalho assalariado. Novas opções de consumo de massa, novas possibilidades e oportunidades temporais e materiais tornam-se o horizonte ou destino da Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 116).

O aumento do tempo de vida “ocioso”, assim como o aumento do “excedente em dinheiro”, possibilitou o desenvolvimento de práticas de empreendedorismo autônomo, fomentadas pelo sistema capitalista de mercado e com o surgimento e a naturalização do perfil biográfico do “empresariado” ou do “microempreendedor individual”, tornando-se modelos biográficos comuns e concorrentes, ou seja, paralelos ao mercado de trabalho assalariado.

De acordo com Beck (2011), o excedente em dinheiro também propiciou a mistura dos círculos sociais, nos quais “ricos” e “pobres” financeiramente podem se encontrar e as zonas de separação entre “os mais abastados financeiramente” e os “menos afortunados financeiramente” tornam-se fluidas no consumo de massa. Entretanto, “como sempre, existem lugares onde ‘alguns’ podem ser encontrados e ‘outros’ não, mas, as zonas de congruência crescem” (Beck, 2011, p. 116).

Além da economia de mercado, como um dos principais motores do surto individualizatório na Sociedade de Risco, outras formas de mediação relacionadas ao

mercado de trabalho foram sendo aperfeiçoadas e naturalizadas, tais como as questões relacionadas à “mobilidade” e “educação”, envolvendo o mercado de trabalho, que robusteceram também o impulso individualizatório na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 116).

O aumento exponencial das possibilidades de mobilidade social, geográfica e cotidiana, relacionadas ao mercado de trabalho e que envolvem família e local de trabalho, tornaram-se “destinos pessoais individualizatórios” na Sociedade de Risco. Em outras palavras, os caminhos e os modos como as pessoas optam pela condução da sua vida pessoal e profissional tornam-se idiossincráticas, ou seja, afastam-se das biografias de vida pessoal e profissional tradicional e, nesse sentido, estão fundamentadas e balizadas em decisões eminentemente individuais ou escolhas racionais que façam sentido para os atores sociais (Beck, 2011, p. 117).

A melhora no acesso à educação, assim como o seu prolongamento na formação escolar e universitária, propiciou a formação de pessoas reflexivas e inclinadas à autodescoberta, tanto que esses processos individualizatórios e reflexivos em busca da autodescoberta individual afastaram as pessoas dos modos de condução da vida tradicional (Beck, 2011, p. 120).

Contribui para esse processo individualizatório e reflexivo, engendrado pela formação escolar e universitária na Sociedade de Risco, os processos de seleção por meio do “funil individualizante”, onde a seleção, por meio de provas, vestibulares, concursos públicos, intensificam os estímulos à individualização por parte dos atores sociais (Beck, 2011, p. 120).

A melhora do acesso à educação na Sociedade de Risco evidenciou as desigualdades existentes entre homens e mulheres no âmbito doméstico, onde a mulher, apesar do seu avanço no âmbito profissional e na sua formação educacional, permanece, por meio do exercício de uma jornada de trabalho dupla (no âmbito profissional e doméstico), percebendo como “encargo natural” os cuidados com a casa e os filhos. Por outro lado, o homem tem no exercício de sua atividade profissional o seu encargo único como “provedor” da família.

De uma maneira geral, o Estado de Bem-Estar Social, além de provocar uma melhora da qualidade de vida em termos gerais, contribuiu também para a manutenção das desigualdades sociais, inclusive aquelas relacionadas às desigualdades sociais entre homens e mulheres. O processo individualizatório na Sociedade de Risco surge, portanto, dessa concatenação de impulsos

individualizantes tanto no âmbito profissional, quanto no âmbito privado ou familiar. Assim, as desigualdades sociais entre homens e mulheres; o aumento da expectativa de vida; o menor tempo de trabalho assalariado; a maior quantidade de tempo ocioso; a maior possibilidade de reunião de excedente em dinheiro; a maior mobilidade social, geográfica e cotidiana em relação ao trabalho e à vida; o maior acesso à educação para homens e, sobretudo, para as mulheres, propiciou a expansão da espiral individualizatória na Sociedade de Risco, onde os modos de condução da vida tradicional, em âmbito pessoal e profissional, foram dissolvidos (Beck, 2011, p. 121).

5.6 Os sistemas de subempregos flexíveis, plurais e individualizados

O aumento das desigualdades sociais e financeiras na Sociedade do Risco propiciou o desenvolvimento de uma percepção de “pauperização material subjetiva” frente às possibilidades de aquisições materiais da vida, em virtude dos contrastes entre aqueles “mais abastados financeiramente” e os “menos abastados financeiramente”. Essa percepção de “pauperização material subjetiva” é categorizada por Beck (2011), através do conceito de “nova pobreza” que se caracteriza por um estado de insatisfação financeira subjetiva, frente às condições materiais de existência percebidas e vividas pelo ator social, as quais são intensificadas e contrastadas pelas desigualdades sociais e financeiras percebidas em grande escala na Sociedade do Risco (Beck, 2011, p. 134).

Como resultado desse aumento das desigualdades sociais na Sociedade do Risco Beck (2011) esclarece que “dois movimentos no nível de renda ficam claros: um afastamento geral entre, de um lado, empresários e trabalhadores autônomos, e de outro, todos os demais trabalhadores”, ou seja, o distanciamento entre trabalhadores assalariados (“menos abastados financeiramente”) e empresários e trabalhadores autônomos (“mais abastados financeiramente”) alarga-se ainda mais (Beck, 2011, p. 133).

Em decorrência dessas contradições e alargamento das desigualdades sociais e financeiras na Sociedade de Risco, o conceito de “nova pobreza”, proposto por Beck (2011), revela que, além da percepção de um estado de “pauperização material subjetiva”, o conceito da “nova pobreza”, opera uma outra face oculta, no sentido de que o estado de “pauperização material subjetiva” é percebido pelo ator social, não como uma problemática estrutural que envolve as áreas sociais, culturais e políticas,

mas com o estado de “pauperização material subjetiva” sendo percebido como um “destino biográfico” ou “fracasso pessoal” do ator social, frente aos percalços vivenciados na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 139).

O cenário de desigualdades sociais e financeiras contrastantes na Sociedade de Risco, assim como a “percepção de pauperização material subjetiva” por parte dos atores sociais, engendram “novas oportunidades”, onde eles se movimentam para o alcance de seus objetivos individuais, mormente relacionados à obtenção de renda financeira, visando uma participação mais ativa no mercado de consumo da economia de mercado capitalista, não somente restrita à busca de aumento dos rendimentos financeiros.

De acordo com Beck (2011), um dos objetivos visados pelos atores sociais na Sociedade de Risco, para além da busca do aumento do auferimento de renda financeira, é a busca pelo desenvolvimento de uma “Vida Plena”. Esses objetivos, segundo Beck (2011), visam a busca de não somente uma “segurança econômica” através do trabalho, mas a busca pela “utilidade social do trabalho” e por um “sentido maior” ou “propósito maior” para a realização do trabalho na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p.140).

As “novas oportunidades” engendradas na Sociedade do Risco, em virtude do agravamento das desigualdades sociais e financeiras e, conseqüentemente, do aumento da percepção de pauperização material subjetiva por parte dos atores sociais, possibilitou a experimentação de novas formas e estilos de vida pessoal e profissional, onde, sobretudo no campo profissional, “o sistema de subemprego flexível, plural e individualizado” torna-se naturalizado (Beck, 2011, p. 141).

O sistema de subemprego flexível, plural e individualizado é propulsionado pelo sentimento de “insegurança” generalizado percebido pelos atores sociais na Sociedade de Risco, de maneira que o sentimento de “insegurança” refere-se não somente aos aspectos financeiros, mas, também, aos sentimentos de insegurança com relação a diversos outros aspectos da vida, tais como relacionamentos, casamento, paternidade, profissão, família, dentre outros, que revelam a insegurança no tocante ao “modo como conduzir a vida” (Beck, 2011, p. 142).

Corroborando o fortalecimento do sistema de subemprego flexível, plural e individualizado a consolidação do sistema empregatício de trabalho assalariado, que contribuiu para a dissolução do pensamento coletivo ou “consciência de classe” no sentido Marxista, de forma que as possibilidades de mobilização e reivindicação dos

“operários da modernidade” tornaram-se menos expressivas do que em tempos de outrora, uma vez que já não existe o “laço de solidariedade” entre os diversos trabalhadores de diversas categorias de assalariados, os quais estão, cada qual em sua categoria profissional ou funcional, preocupados com os seus rendimentos salariais em nível estritamente individual (Beck, 2011, p. 143).

A busca incessante pela “Vida Plena” e pelo desejo de autorrealização, no sentido de sempre buscar a resposta para o seguinte questionamento: “sou realmente feliz?” impulsiona os atores sociais, na Sociedade de Risco, pela busca e experimentações de “inúmeras formas de fazer diferente”, de maneira que esses movimentos de “autoconfiguração reflexiva” contribuem para a cristalização dos modos ou estilos de vida destradicionalizados (Beck, 2011, p. 144-145).

O “desejo de fazer diferente” e “a busca incessante por uma autorrealização pessoal” reforçam os aspectos de tendência de satisfação dos desejos individuais dos atores sociais, de maneira que, na Sociedade de Risco, “surge uma nova ética, que repousa sobre o princípio dos ‘deveres para consigo mesmo’” (Beck, 2011, p. 145).

Em decorrência do avanço do processo individualizatório e da consequente queda do sentimento de solidariedade social, surge, na Sociedade de Risco, o desenvolvimento de “coalizões sociais e políticas”, engendradas com um objetivo específico a ser alcançado, conforme bem esclareceu Beck (2011):

[...] as coalizões com os grupos mais diversos e a partir das posições mais diversas são acordadas e por sua vez dissolvidas de uma forma pontual e inteiramente cambiante, de acordo com a situação e o tema (Beck, 2011, p. 147).

Os acordos de interesses individuais, que podem ser compatibilizados de maneira harmônica ou simbiótica, conformam o panorama das coalizões formadas na Sociedade de Risco, ou seja:

nesse sentido, as coalizões são alianças com um fim específico, dependentes da situação e das pessoas, que tem seu lugar na luta individual pela existência que se desenrola em campos de batalha distintos e socialmente assinalados (Beck, 2011, p. 147).

A Sociedade de Risco, portanto, é uma “Sociedade Individualizada”, onde os motores do processo “individualizatório destradicionalizado” avançam e transgridem por todos os campos da vida pessoal, profissional, social, cultural, financeira, política, dentre outros, enquanto as instituições sociais “tornam-se cada vez mais os

conservadores de uma realidade social que existe cada vez menos” (Beck, 2011, p. 146).

5.7 Os princípios da modernidade reflexiva

“Liberdade Individual” e “Igualdade”, esses são os princípios que movimentam as relações humanas na modernidade e regem, especialmente, as relações entre homens e mulheres, não somente no âmbito do casamento e da família, mas também nos contextos situacionais referentes à profissão, política, economia, dentre outros contextos sociais característicos da Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 149).

“Liberdade Individual” e “Igualdade” inauguram os processos individualizatórios de libertação tanto do homem, quanto da mulher, dos seus papéis sociais tradicionais, de maneira que os conflitos entre os sexos são acentuados sob o signo da busca de ambos os sexos por cada vez mais liberdade individual (no caso dos homens e das mulheres) e mais igualdade (no caso das mulheres) (Beck, 2011, p. 150).

No que se refere aos aspectos do casamento e dos valores tradicionais de família (conservadores), na Sociedade de Risco, observa-se o número crescente de divórcios e de casais que não são efetivamente e tradicionalmente “casados no papel”, ou seja, os casais atualmente convivem numa espécie de “concubinato permitido”, onde as obrigações e compromissos tradicionalmente estabelecidos através do casamento e da constituição de uma família tornam-se “obrigações eletivas”, ou seja, ocorre uma espécie de “anarquia ou fuga dos compromissos duradouros” nos relacionamentos interpessoais e nos próprios comportamentos individuais, de maneira que “cada vez mais gente vive sozinha” (Beck, 2011, p. 151-152).

Isso não significa dizer que ocorre o fim da família tradicional na Sociedade de Risco. Pelo contrário, o que ocorre de fato é o choque entre dois paradigmas diferentes e conflitantes, quais sejam, o da “modernidade” e o da “contra modernidade” ou “tradicionalismo ou conservadorismo”, os quais refletem modos de conduzir e de perceber a vida divergentes (Beck, 2011, p. 150-151 e 164).

No que se refere aos aspectos da educação, ocorre o fenômeno da “feminização da educação”, no qual as mulheres, também influenciadas pelos princípios de liberdade individual e igualdade, caminham em direção à sua “autonomia

financeira”, visando a sua “liberdade” em relação à “necessidade de complementação” da figura masculina em sua vida (Beck, 2011, p 158).

Os conflitos nos relacionamentos entre homens e mulheres tornam-se regra, uma vez que os processos individualizatórios forçam tanto homens, quanto mulheres, em direção à “libertação das atribuições de papéis tradicionais”. Assim, esse processo de “libertação dos papéis tradicionais” avança para diversos outros campos da vida na Sociedade de Risco, tais como: trabalho, paternidade, amor, profissão, política, desenvolvimento e realizações pessoais, dentre outros campos da vida, que exemplificam a “espiral da individualização” como um movimento onde tudo acontece duplamente, triplamente ou quadruplamente nas vidas das pessoas na Sociedade de Risco (Beck, 2011, p. 162 e 169).

Os princípios ou modos tradicionais de conduzir a vida vão sendo “relaxados” e “ressignificados”, de maneira que a “moral tradicional”, torna-se uma “moral remota”, que pode reconfigurar-se de modo aleatório, podendo inclusive engendrar modos de conduzir a vida “híbridos”, que visam reunificar modos tradicionais de conduzir a vida, como modos típicos da modernidade de conduzir a vida (Beck, 2011, p.166).

Nos relacionamentos afetivos, por exemplo, a diversidade desses relacionamentos afetivos (comportamento da modernidade), assim como a intimidade duradoura (comportamento tradicional), tornam-se aspectos essenciais no modo como conduzir a vida na modernidade (Beck, 2011, p. 173).

Os processos individualizatórios que avançam para dentro das famílias, assim como para diversos outros campos da vida na modernidade, tais como, trabalho, paternidade, sexualidade, dentre outros, fazem com que a forma de conduzir a vida na modernidade, sejam “formas de conduzir a vida passageiras”, onde os atores sociais, impulsionados pelos seus desejos individuais, experimentem novas formas de conduzir a vida, de maneira que ela possa ser um “compêndio de histórias distintas” (Beck, 2011, p. 174).

A Sociedade de Risco é uma sociedade marcada pela contradição entre “família” versus “mercado de trabalho”, uma vez que as demandas do mercado de trabalho pressupõem a existência de um trabalhador sempre disponível e pronto para atendimento das demandas exigidas pelo mercado de trabalho, ou seja, sem qualquer “impedimento” afetivo, familiar ou conjugal que possa dificultar o seu empenho as atividades profissionais, prevalecendo, portanto, a figura do “solteiro(a)” e fomentando a dissolução da família (Beck, 2011, p. 176).

Os princípios da modernidade impulsionam os conflitos entre homens e mulheres e escancaram as desigualdades e as disputas existentes entre os sexos, de maneira que o impulso pelo desejo de “liberdade individual” e “igualdade”, é percebido não somente no âmbito familiar, mas, igualmente, avança por sobre todos os aspectos da vida na modernidade, que passa a ser guiada por uma forma ou desejo de fazer diferente em todos os campos da vida, atributo esse característico de uma “modernidade reflexiva” (Beck, 2011, p. 177).

Apresentadas as premissas da Teoria Sociológica da Sociedade de Risco de Ulrich Beck e marcando o fechamento das bases teórico-metodológicas necessárias à compreensão das análises posteriores, convém, a partir deste momento, apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre a temática, para que, posteriormente, possamos adentrar nos dados coletados na pesquisa de campo realizada na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

6 VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Brasil é um país violento. Em que pese a tendência de queda, observada nos últimos anos, compreendendo o período de 2017 a 2021, nas taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI)²², o Brasil registrou, no ano de 2017, a sua maior taxa de MVI dos últimos dez anos, atingindo a cifra de 30,9 mortes por 100 mil habitantes. Já no ano de 2021, o Brasil atingiu a taxa de 22,3 homicídios por 100 mil habitantes, o que resultou numa redução de 6,5% na taxa de MVI, em comparação ao ano de 2020. Entretanto, a nível internacional, o Brasil aparece em posição de destaque no número absoluto de homicídios no planeta (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 28-30).

De acordo com dados do Escritório das Nações Unidas (UNODC), dentre todos os 102 países que informaram os números absolutos e taxas de homicídios em seus respectivos países, para o ano de 2020, o Brasil ocupou a primeira colocação em números absolutos de homicídios registrados, dentre todos os 102 países que forneceram seus dados, com um número absoluto de homicídios registrados de 47.722 pessoas mortas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 29).

Ainda de acordo com dados do Escritório das Nações Unidas (UNODC), o somatório do número de assassinatos catalogados em 102 países pelo Escritório das Nações Unidas (UNODC) totalizou 232.676 homicídios. Todavia, somente o Brasil registrou 47.722 homicídios, o que correspondeu à inferência de que, de acordo com os dados do Escritório das Nações Unidas (UNODC), o Brasil tem 2,7% dos habitantes do mundo e registrou 20,4% dos homicídios do planeta, para o ano de 2020 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 30).

Reforçando essa sensação de que o Brasil é realmente um país violento, temos o avanço das ações do crime organizado no país. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Edição Especial) do ano de 2022, todos os estados da federação brasileira possuem organizações criminosas em atividade no Brasil, de maneira que, no total, o Brasil possui atualmente 53 (cinquenta e três) organizações

22 A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora dele. Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos e é contabilizado apenas para mensuração do fenômeno (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 21).

criminosas em atividade no país (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 12).

As ações do crime organizado avançam por diversas frentes e os seus tentáculos são percebidos e colocados em ação por mecanismos bastante diversificados e singulares, uma vez que, no Brasil, a geopolítica dos estados é bastante heterogênea, ou seja, os fatores econômicos, geográficos e demográficos de cada estado brasileiro variam bastante. Tendo isso em vista, as ações do crime organizado adaptam-se às particularidades de cada região.

A título exemplificativo, podemos citar o estado do Ceará, dominado pela guerra entre as facções criminosas Guardiões do Estado, PCC e CV, as quais estabelecem os seus domínios nos bairros da periferia do estado do Ceará, por meio da vigilância por quarteirões das pessoas que por ali transitam, realizada por olheiros do crime organizado (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 19).

Nesse contexto, o cidadão morador de bairro de periferia no estado do Ceará tem a sua liberdade de locomoção tolhida pelas ações do crime organizado, uma vez que se um determinado cidadão residente de um bairro dominado pelo PCC decide frequentar uma escola ou posto de saúde situado em um bairro dominado pelo CV, certamente ele será vítima de questionamentos incisivos por parte dos olheiros das organizações criminosas, simplesmente pelo fato de estar se locomovendo em um bairro de uma facção criminosa rival (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 19).

Caso o esclarecimento fornecido aos olheiros das organizações criminosas, pelo cidadão que transitava em quarteirão de facção criminosa rival, não seja suficiente, os olheiros podem inclusive chegar ao ponto de matar o cidadão. Essas são as famigeradas “mortes por nada” ocorridas nos bairros de periferia no estado do Ceará, que representam um pequeno fragmento das ações do crime organizado nesse estado, responsável por 80% dos homicídios do Ceará (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 19).

No estado da Bahia, temos a organização criminosa “Bonde do Maluco”, especializada nas ações típicas de crime organizado, denominadas inicialmente de “Novo Cangaço”, sendo designadas atualmente como “Domínio de Cidades”, as quais objetivam a realização de grandes roubos em pequenas cidades do Brasil, como foi o caso das ocorrências de Domínio de Cidades e Novo Cangaço, respectivamente,

ocorridos nas cidades de Confresa²³ e Nova Bandeirantes²⁴, no estado de Mato Grosso (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 21).

No estado da Paraíba temos a organização criminosa “Nova Okaida”, especializada no tráfico de drogas e na realização de roubos a bancos, delimitando o seu território de atuação no crime por meio de pichações em imóveis. O critério de recrutamento para participar da organização criminosa “Nova Okaida” é o cometimento de, no mínimo, um homicídio, que possa ser provado à organização criminosa, sem que haja a necessidade de condenação criminal no Poder Judiciário para ingresso na organização criminosa (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 21-22).

Ainda no estado da Paraíba, a principal facção rival da “Nova Okaida” é a organização criminosa “Estados Unidos (EUA)”, que delimita o seu domínio territorial por meio de pichações em imóveis com a bandeira dos Estados Unidos, atuando no ramo de tráfico de drogas na venda de cocaína, estabelecendo alianças comerciais e operacionais com o PCC (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 21-22).

Os estados do Centro-Oeste brasileiro são conhecidos como os principais corredores de entrada e de passagem do tráfico de drogas do país, de maneira que as autoridades públicas federais estimam que cerca de 80% da cocaína e da maconha que entra no território brasileiro passa pelos estados do Centro-Oeste, onde, no Mato Grosso do Sul, mantém o domínio do crime organizado o PCC; no estado do Mato Grosso, o domínio do crime organizado é protagonizado pelo CV; no estado do Goiás temos a atuação em rivalidade entre PCC, CV e Família Monstro; e no Distrito Federal, temos a atuação também em rivalidade do PCC, CV, e Comboio do Cão (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 22).

Em acréscimo às ações do crime organizado, temos o aumento exponencial do acesso às armas de fogo. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022 apontam que 76% das Mortes Violentas Intencionais (MVI), do ano de 2021, foram cometidas mediante a utilização de armas de fogo (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.14).

23 Ocorrência de Domínio de Cidades em Confresa/MT. Fato ocorrido em 09 de abril de 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=LQqm1d7gYjQ> >. < <https://www.youtube.com/watch?v=LQqm1d7gYjQ> > Acesso em 09/05/2023.

24 Ocorrência de Novo Cangaço em Nova Bandeirantes/MT. Fato ocorrido em 04 de junho de 2021. Disponível em: < [youtube.com/watch?v=-QoKnSUP0yE](https://www.youtube.com/watch?v=-QoKnSUP0yE) > < <https://www.youtube.com/watch?v=fS6lqi9f7v0> >. Acesso em 15/07/2022.

Esse amplo acesso às armas de fogo é compreendido, por parte da literatura internacional e nacional, como um mecanismo de possível aumento da violência letal, uma vez que o cidadão tendo fácil acesso à arma de fogo, tende a apresentar respostas violentas a situações estressoras, realizadas por meio da utilização da arma, tal como asseguram Duggan (2001), Peres et. al. (2011), e Cerqueira e Mello (2012).

Prova de tal correlação foi o caso da chacina²⁵ ocorrida na cidade de Sinop/MT, em 21 de fevereiro de 2023, onde os autores do crime, utilizando uma espingarda calibre 12 e uma pistola, realizaram diversos disparos de arma de fogo (sem possibilidade de defesa para as vítimas) e mataram 07 (sete) pessoas em um bar (dentre as vítimas uma adolescente de 12 anos de idade), em decorrência da frustração ocasionada em virtude da perda de uma aposta de jogo de sinuca.

No debate social, a relação “mais armas e menos crimes” é bastante controversa. Contudo, no campo científico, essa relação “mais armas e menos crimes” parece estar solidamente refutada. É o que indica a revisão de literatura de 61 (sessenta e um) estudos científicos que relacionam armas de fogo e criminalidade, realizada por Conti (2017), de maneira que os principais estudos científicos na área apontaram para as seguintes constatações: 90% das revisões de literatura são contrárias à tese “mais armas, menos crimes”; a grande maioria dos estudos empíricos concluem contrários à tese “mais armas, menos crimes”; o melhor estudo internacional, metodologicamente rigoroso, é 100% contrário à tese “mais armas, menos crimes”. Pesquisas sobre o Brasil também têm, em sua grande maioria, conclusões contrárias à tese “mais armas, menos crimes”; 90% dos especialistas internacionais discordam da afirmação: “o porte de armas de fogo por cidadãos normais aumenta a segurança pública”; não temos evidência que o efeito dissuasão das armas de fogo seja algo que as pessoas percebam; a intensidade do efeito de maior disponibilidade de armas pode variar por tipo de crime ou por tipo de agressão violenta que se está medindo; as evidências empíricas deixam pouca a nenhuma margem para afirmar “mais armas, menos crimes”; as evidências são completamente contrárias à afirmação que colocar mais armas em circulação não aumentaria o número de mortes acidentais (Conti, 2017).

25 Chacina ocorrida na cidade de Sinop/MT em 21 de fevereiro de 2023, mata 07 (sete) pessoas. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/02/22/veja-o-que-se-sabe-sobre-a-chacina-em-sinop-mt-que-vitimou-7-pessoas.ghtml> >. Acesso em 23/02/2023.

Ademais, o maior número de armas de fogo em circulação desperta também o interesse de criminosos de periferias e até mesmo do crime organizado, permitindo, inclusive, que armas de fogo, adquiridas legalmente, estejam robustecendo o arsenal do criminoso de periferia e do crime organizado, em virtude de diversos fatores, tal como a ineficiência dos sistemas de controle e fiscalização de armas no Brasil, o que faz com que a possibilidade de armas registradas caírem nas mãos de criminosos de periferia e do crime organizado sejam muito maiores (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 41)

Prova de tal posicionamento, sobretudo sobre a ineficácia e ineficiência de fiscalização dos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização de armas no Brasil, são os diversos casos ocorridos a nível de Mato Grosso, de lojas de armas de fogo furtadas na cidade de Sorriso/MT²⁶ e Matupá/MT²⁹, com destaque para a loja de armas de Sorriso/MT onde já era a segunda vez que armas de fogo eram furtadas e no quarto onde ficavam armazenadas centenas de armas não havia nenhum mecanismo de segurança adicional, somente uma porta convencional de madeira.

Corroborando ainda mais a ineficiência dos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização de armas de fogo no Brasil, temos o baixo controle da Polícia Federal no que se refere às atividades de segurança privada no Brasil, onde a força de trabalho atualmente é de 1.096.398 funcionários. Porém, desse total, apenas 495.989 estão sob a fiscalização da Polícia Federal. Tendo esses dados em vista, podemos indagar como a Polícia Federal está lidando com o crescimento exponencial de armas de fogo em posse da população geral (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.15).

26 Loja de revenda de armas de fogo e artigos de pesca é roubada em Sorriso/MT, sendo subtraídas 24 pistolas e munições, fato ocorrido em 20 de junho de 2022. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/06/20/video-assaltantes-invadem-loja-de-caca-e-pesca-e-roubam-mais-de-20-armas-em-mt.ghtml> >. Acesso em 21/08/2022.

27 Polícia Militar de Sorriso/MT recupera 25 armas de fogo furtadas em loja de revenda de armas de fogo e artigos de pesca, fato ocorrido em 30 de dezembro de 2022. < <https://www.oficialnews.com.br/noticia/35195/pm-recupera-25-armas-furtadas-de-comercio-e-prende-tres-pessoas-em-sorriso> >. Acesso em 30/12/2022.

28 Loja de revenda de armas de fogo e artigos de caça e pesca é furtada na cidade de Matupá/MT. A Polícia Militar recupera armas de fogo, fato ocorrido em 29 de março de 2022. < <https://noticiaexata.com.br/policia/homem-e-detido-com-duas-armas-furtadas-em-matupa-dinheiro-falso-e-diversos-apetrechos-que-locava-para-execucao-de-outros-crimes/> >. Acesso em 30/12/2022.

29 Diversas armas de fogo roubadas de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs) em Mato Grosso vão parar na mão de criminosos, fato ocorrido em 26 de outubro de 2021. < <https://www.cenariomt.com.br/mato-grosso/lucas-do-rio-verde/policia-investiga-participacao-de-ladros-em-roubos-corridos-e-lucas-tapurah-e-colider/> > < <https://www.nortaoonline.com/noticias/criminosos-que-morreram-em-confronto-com-policia-roubaram-armas-em-colider-e-ostentavam-nas-redes-sociais-18489/> >. Acesso em 22/05/2022.

Nesse contexto, ressalva-se que há Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC's) responsáveis e idôneos, totalmente capazes de possuírem e portarem armas de fogo com a responsabilidade e seriedade necessários.

Assim sendo, as nossas críticas estão direcionadas aos “aventureiros” ou àquelas pessoas “mal-intencionadas” que almejam a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo com interesses diversos ao exercício da defesa pessoal de sua propriedade privada e de sua família, ou a prática de atividades não previstas em lei para Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC's).

Também tecemos críticas aos órgãos de fiscalização e controle de armas de fogo que não conseguem realizar o seu trabalho a contento (em virtude de uma série de dificuldades estruturais), no sentido de fiscalizar e banir essas pessoas que utilizam a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo, para interesses relacionados ao crime (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 25).

Por exemplo, uma operação ocorrida em janeiro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro, localizou, em posse da organização criminosa Comando Vermelho (CV), 65 armas: 26 fuzis, 03 carabinas, 21 pistolas, 02 revólveres, 01 espingarda calibre 12, 01 rifle e 01 mosquetão, além de caixas de munição, todas adquiridas legalmente pelo CAC conhecido como “Bala 40” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 25).

O caso do CAC denominado de “Bala 40”, reconhecido como colaborador do crime organizado, com o fornecimento de armas adquiridas legalmente e direcionadas à organização criminosa Comando Vermelho, segundo os especialistas, poderia ter sido evitado, caso ocorresse o aprimoramento dos sistemas de controle e fiscalização de armas de fogo (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 25).

Tal como o caso recente de uma investigação realizada pela Polícia Federal que constatou que um membro do PCC, que estava respondendo por 16 processos criminais, dentre os quais 5 (cinco) indiciamentos por crimes de homicídio qualificado e tráfico de drogas, foi autorizado pelo Exército a receber o certificado de registro de CAC e realizou a compra de um fuzil, duas pistolas, uma espingarda e um revólver (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 27).

É devido a esses fatores, e muitos outros, que o bom senso aponta no sentido de que a posse, o porte, e a comercialização de armas de fogo devem ser realizados

de forma criteriosa³⁰ e, sobretudo, controlada, pelos órgãos e sistemas de controle e fiscalização de armas de fogo no Brasil, o que inevitavelmente exige um aprimoramento.

Afinal de contas, as armas de fogo são produtos controlados (ou pelo menos deveriam ser) pelos órgãos de fiscalização, já que no cenário atual, elas respondem por mais da metade dos crimes de homicídios registrados ocorridos no mundo (UNODC, 2017) e, no Brasil, responderam por 76% das mortes violentas intencionais (MVI) ocorridas no ano de 2021 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 14).

Toda essa violência vivenciada pelo Brasil assombra não só o público civil, mas, também, os policiais, em especial os policiais militares, que estão literalmente na ponta da lança se equilibrando entre a difícil missão de cumprir com o seu dever e sobreviver, não só fisicamente, mas psicologicamente, aos efeitos colaterais de ser policial militar no Brasil.

Ser policial militar é se dispor à exposição de riscos permanentes e diversos, os quais, por sua vez, não são uma opção, pelo contrário, operam e funcionam como um estigma de uma realidade que é indissociável do profissional que se torna policial militar, de maneira que os riscos o acompanham tanto no exercício da atividade profissional, quanto durante o período de folga, ou seja, operam na modalidade 24/7 (vinte e quatro horas por dia, durante os sete dias da semana) (Mello, 2014, p. 11-12).

O risco relacionado à dimensão do ser policial militar, portanto, não é um eventual acidente, pelo contrário, ele é resultado das condições de trabalho profissionais, ambientais e relacionais, estabelecidas pelos policiais militares, tanto no efetivo exercício da função profissional de policiais militares, quanto pela dimensão do ser policial militar durante o período de folga (Minayo, et. al., 2007, p. 2768).

No tocante à dimensão do ser policial militar, durante o período de folga, além de sua condição profissional inseparável, as condições ambientais e relacionais estabelecidas, tais como os ambientes frequentados durante o período de folga, as relações de amizade ou proximidade estabelecidas durante o período de folga, dentre outros fatores, exercem influência no nível de risco ao qual o policial militar estará se submetendo durante o período de folga.

30 Conforme já preceitua a legislação há décadas, todavia sem a fiscalização devida pelos órgãos de controle, no sentido de punir e banir do ramo armamentista pessoas mal intencionadas ou irresponsáveis.

Assim sendo, os policiais militares, em decorrência do seu trabalho, estão sob a sombra do risco tanto no exercício da atividade profissional, quanto durante o período de folga, de maneira que “seus corpos estão permanentemente expostos, e seus espíritos nunca descansam” (Minayo, et. al., 2007, p. 2768).

A frequência de encontro com o risco e a percepção de viver em risco constante são as impressões que os policiais militares carregam sobre a sua profissão de servir e proteger a sociedade, de maneira que categorizam o risco relacionado à atividade policial militar ao nível da dimensão do “ser policial”, ou seja, na percepção dos policiais militares “ser policial já é em si um risco” (Minayo, et. al., 2007, p. 2770).

E ser policial durante o período de folga é um risco maior ainda, segundo os dados estatísticos sobre a temática comprovam. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2023, do total de 114 ou 100% policiais civis e militares mortos durante o período de folga no ano de 2022, 94 ou 82,45% eram policiais militares, distribuídos nas seguintes proporções: 19 em São Paulo; 14 no Pará; 10 em Pernambuco; 08 na Bahia; 07 no Ceará; 06 na Paraíba; 05 em Goiás; 04 no Rio Grande do Norte; 04 no Rio Grande do Sul; 03 no Maranhão; 03 no Piauí 02 no Espírito Santo; 02 no Amapá; 03 em Tocantins; 01 em Mato Grosso; 01 em Santa Catarina; 01 em Alagoas; e 01 em Sergipe (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 51-52).

As pesquisas de vitimização policial militar, realizadas nos estados brasileiros, apontam em sentido convergente e trazem detalhes riquíssimos sobre as particularidades da vitimização policial militar em cada estado brasileiro, assim como aprofundam detalhes como: circunstâncias da morte do policial, meio empregado para vitimização, sexo e idade das vítimas, patente dos policiais militares mais vitimizados, dentre outros dados fundamentais para análise e reconhecimento do perfil de vitimização policial militar de cada estado brasileiro.

A pesquisa de vitimização policial, realizada por Almeida (2021), na Polícia Militar do Estado do Piauí, visa analisar o perfil e as circunstâncias da morte de policiais militares do estado, vítimas de morte violenta intencional no período compreendido entre os anos de 2010 a 2020. Os dados da referida pesquisa foram coletados por meio da análise de registros oficiais constantes no Tribunal de Justiça do Piauí, Tribunal de Justiça do Maranhão, Diretoria de Gestão de Pessoas da PMPI,

Diretoria de Finanças da PMPI e Instituto Médico Legal³¹ de Teresina/PI. A análise dos dados coletados permitiu constatar que, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2020, 38 policiais militares do Piauí foram mortos por crimes violentos intencionais (Almeida, 2021).

No que se refere às circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares do Piauí, Almeida (2021) constatou a prevalência da morte de policiais militares no período fora de serviço, onde 20 ou 52% do total de vítimas fatais foram mortas durante o período de folga, prevalecendo o maior número de mortes no período pesquisado, na capital do estado do Piauí, Teresina (Almeida, 2021).

O contexto de maior risco de vitimização letal de policiais militares do estado do Piauí, detectado por Almeida (2021), foram as mortes de policiais militares ocorridas em via pública (24 ou 63%), seguido das mortes ocorridas em estabelecimentos comerciais (9 ou 23%); sítio (3 ou 8%); posto policial (1 ou 3%); e, por derradeiro, residência particular do policial militar (1 ou 3%) (Almeida, 2021).

No que se refere ao meio utilizado pelo agressor para matar o policial militar do estado do Piauí, prevaleceu a utilização da arma de fogo em 33 ou 87% dos casos de morte de policiais militares, seguidos da utilização de objeto contundente (2 ou 4%); arma branca (1 ou 3%); carro ou atropelamento (1 ou 3%), e instrumento não identificado (1 ou 3%) (Almeida, 2021).

No que se refere ao local em que os disparos de arma de fogo efetuados pelo agressor atingiram os policiais militares do Piauí mortos aferiu-se que, em 21 ou 56% dos casos, os disparos atingiram a região do tórax; em 10 ou 28% dos casos os disparos atingiram a região da cabeça; em 2 ou 6% dos casos os disparos atingiram os braços; e em 5 ou 10% dos casos, os disparos atingiram as pernas (Almeida, 2021).

No que se refere ao porte de arma de fogo pelo policial militar do Piauí vitimizado e à roupa utilizada no momento em que foi morto constatou-se que, dos 38 óbitos de policiais militares no total, prevaleceu a morte do policial militar com trajes civis (à paisana) em 34 ou 89% dos casos, de maneira que em 24 ou 63% dos casos o militar estava portando a arma de fogo à paisana e, mesmo assim, foi morto (Almeida, 2021).

31 De maneira especial, os dados coletados no Instituto Médico Legal de Teresina/PI permitiram ao pesquisador a análise de 22 laudos de exames cadavéricos de policiais militares do Piauí vitimados por morte violenta intencional (Almeida, 2021).

No que se refere ao perfil dos policiais militares do Piauí mortos, prevaleceu quantitativamente como o perfil de maior risco de ser vitimizado de maneira letal, os policiais militares pertencentes à graduação de Praças, nas seguintes proporções quantitativas: Soldado (8), Cabo (12) e Sargento (10), Subtenente (2); com relação aos Oficiais, as proporções quantitativas foram menores, a saber: Tenente (2), Capitão (3) e Major (1) (Almeida, 2021).

No que se refere ainda ao perfil dos policiais militares do Piauí mortos, prevaleceu de maneira percentual, como o perfil de maior risco de ser vitimizado de maneira letal, de acordo com o estado civil, os policiais militares casados, correspondendo, na pesquisa realizada, a 27 ou 71% das vítimas fatais, seguidos dos demais percentuais em ordem decrescente: solteiros 07 ou 18%; união estável 3 ou 8%; e divorciado 1 ou 3% (Almeida, 2021).

No que se refere ao tempo de efetivo serviço das vítimas na Polícia Militar do Piauí, constatou-se que 21 ou 55% dos policiais militares mortos tinham 26 ou mais anos de efetivo serviço, revelando, dessa maneira, que os policiais militares com maior tempo de efetivo serviço correspondem aos perfis de vítimas de maior risco de morte no estado do Piauí (Almeida, 2021).

Os dados coletados e analisados por Almeida (2021) permitem a inferência de que, para a Polícia Militar do Estado do Piauí, a circunstância de maior risco de o policial militar ser morto, é durante o seu período de folga, quando está em via pública, trajando roupas de civil, portando a sua arma de fogo à paisana, quando, geralmente, por meio da utilização de arma de fogo por parte do agressor, o policial militar acaba sendo morto, geralmente com disparos na região do tórax e da cabeça (Almeida, 2021).

De maneira complementar, os dados coletados e analisados por Almeida (2021) permitem a identificação de que o perfil do policial militar, do estado do Piauí, de maior risco de ser morto durante o período de folga, é o policial militar, pertencente à graduação de Praças, com estado civil de casado e com 26 ou mais anos de efetivo serviço na Polícia Militar (Almeida, 2021).

No estado do Rio de Janeiro, as consequências do confronto armado entre policiais militares e criminosos supera quantitativamente o número de mortos, feridos e incapacitados de muitas guerras. A classificação do conflito armado no Rio de Janeiro caracteriza-se como uma guerra do tipo econômica, irregular, de 4ª geração,

assimétrica, de baixa intensidade, de guerrilha, psicológica, local, militar, transmilitar e não-militar (Cajueiro, 2021).

A ineficácia da Segurança Pública perante à vitimização policial, assim como o abandono do governo em relação ao cuidado e amparo do policial militar em atividade e, mais ainda, o fato de que quando o policial é ferido em combate, acaba ficando à sua própria sorte, sendo necessário ser amparado pelos serviços de voluntariado promovidos pelo terceiro setor, delineiam o panorama da vitimização policial militar no estado do Rio de Janeiro (Cajueiro, 2021).

Acerca da vitimização policial durante o período de folga, até mesmo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde o risco de vitimização letal do policial militar em serviço é o maior dentre todos os outros estados do Brasil, em 27 anos de análise, compreendendo o período de 1994 a 2020, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, houve uma predominância quantitativa do número de mortos, de feridos e de baixas³² de policiais militares, durante o período de folga, observe:

Quadro 3 - Dados referentes a PMERJ no período de 1994 a 2020 (27 anos)

PMs da PMERJ	Em folga	Em serviço	Total	Taxas (%)
Mortos	2.951	692	3.643	3,22%
Feridos	8.992	8.181	17.173	15,20%
Baixas	11.943	8.873	20.816	18,42%

Fonte: Cajueiro (2021) e PMERJ/EMG/CAEs, PMERJ/EMG/EGQ, PMERJ/EMG/PM1, PMERJ/EMG/EI e ISP.

Dentre as categorias analisadas, envolvendo a morte, o ferimento ou a baixa de policiais militares, percebe-se que a taxa do número de baixas de policiais militares é a maior dentre todas as analisadas, o que remete-nos à reflexão de como lidar e oferecer o tratamento com o mínimo de dignidade à pessoa humana para esse policial militar baixado e traumatizado, perante um cenário de ausência de recursos financeiros e técnicos e como esses resultados de policiais mortos, feridos e baixados interferem na própria gestão de recursos humanos e financeiros do Estado de uma maneira gerencial, contribuindo para dificultar ainda mais o combate ao crime organizado.

³² O número de baixas, é considerado por Cajueiro (2021), como o somatório do quantitativo de mortos e feridos.

As taxas do número de policiais militares do Rio de Janeiro, mortos, feridos e baixados, no período entre 1994 a 2020, revelam que o cenário de conflito armado vivenciado pelos policiais militares do estado do Rio de Janeiro, no combate ao crime organizado, é pior do que o cenário vivenciado nas 1ª e 2ª guerras mundiais, assim como pior do que o cenário enfrentado nas guerras da Coréia, do Vietnã e do Golfo Pérsico, observe:

Quadro 4 - Comparativo da Taxa de mortos, feridos e baixas de policiais da PMERJ no período de 1994 a 2020 (27 anos) e Forças Militares em Guerra

	PMERJ	EUA 1ª GUERRA MUNDIAL	EUA 2ª GUERRA MUNDIAL	EUA GUERRA DA CORÉIA	EUA GUERRA DO VIETNÃ	EUA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO
Taxa de Mortos ³³	3,22%	2,46%	2,52%	0,95%	0,98%	0,02%
Taxa de Feridos ³⁴	15,20%	4,31%	4,17%	1,81%	1,67%	0,02%
Taxa de Baixas ³⁵	18,42%	6,77%	6,69%	2,76%	2,65%	0,04%

Fonte: Cajueiro (2021) e PMERJ/EMG/CAEs, PMERJ/EMG/EGQ, PMERJ/EMG/PM1, PMERJ/EMG/EI; ISP e USA Congressional Research Service CRS Report RL 32492 e US Veteran Statistics.

De acordo com a análise realizada no período de 1994 a 2020, constatou-se que a média de policiais militares do Rio de Janeiro, mortos em serviço, por ano, é de 26 policiais militares. Para os policiais militares do Rio de Janeiro, mortos durante o período de folga, a média é quatro vezes maior que a média de policiais militares mortos em serviço, perfazendo a cifra de 104 policiais militares mortos durante o período de folga.

Dentre os policiais militares do Rio de Janeiro, mortos em serviço, a média de tempo de serviço restante (que o policial militar iria trabalhar, caso estivesse vivo) é de 20 anos, ou seja, o Estado continua pagando o salário do policial militar, sem que seja prestado o serviço pelo policial militar, devido à sua morte precoce (Cajueiro, 2021).

Estima-se que os gastos com a morte de policiais militares tornam-se, financeiramente falando, mais onerosos para o Estado, do que manter o policial militar vivo, uma vez que ao perder precocemente o policial militar morto, o Estado irá

33 Taxa de Mortos = mortos / efetivo X 100.

34 Taxa de Feridos = feridos / efetivo X 100.

35 Taxa de Baixas = baixas / efetivo X 100.

continuar custeando financeiramente o subsídio do referido militar aos familiares, nos casos permitidos no direito, de maneira que, nesses casos, não existe a contraprestação do serviço do militar, pelo fato de ter sido morto, observe:

Quadro 5 - Estimativa de gastos financeiros para o Estado com a morte precoce de Policiais Militares

Data da Morte em Serviço	Graduação	Tempo Restante de Serviço	Média de Remuneração	Gasto por ano, contando décimo terceiro salário	Valor gasto por tempo restante de serviço
22/02/2017	Cabo	28 anos	R\$ 4.057,13	R\$ 52.742,69	R\$ 1.476.795,32
01/01/2017	Cabo	24 anos	R\$ 4.057,13	R\$ 52.742,69	R\$ 1.265.824,56
12/01/2017	Cabo	25 anos	R\$ 4.057,13	R\$ 52.742,69	R\$ 1.318.567,25
07/02/2017	3º Sargento	21 anos	R\$ 5.301,84	R\$ 68.923,92	R\$ 1.447.402,32
04/04/2017	1º Sargento	10 anos	R\$ 6.933,64	R\$ 90.137,32	R\$ 901.373,20
30/01/2017	2º Tenente	14 anos	R\$ 7.257,46	R\$ 94.346,98	R\$ 1.320.857,72

Fonte: Cajueiro (2021)

Ademais, é importante destacar que, nos casos em que o policial militar é morto precocemente, os proventos do militar referentes à pensão post-mortem são recebidos por seus familiares ou dependentes conforme preceitua a lei. Portanto, considerando a expectativa de vida dos dependentes do militar, os gastos do erário público com a morte precoce do policial militar são muito maiores do que os exemplificados no quadro acima e sem a contraprestação do serviço público, em virtude da morte precoce do militar.

Ao longo do ano de 2017, em virtude da guerra travada entre policiais militares do estado do Rio de Janeiro e criminosos, houve somente, em decorrência de ferimento por projétil de arma de fogo (PAF), o afastamento de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) policiais militares do serviço operacional, isso tudo ainda sem contar os afastamentos por transtornos psiquiátricos, e os casos de vitimização policial letal.

Quadro 6 - Estatísticas de policiais militares do Rio de Janeiro afastados do serviço operacional devido a ferimento por projétil de arma de fogo (PAF) no ano de 2017

Total de Afastamentos	Data	Graduação	Dias de Afastamento	Remuneração Mensal	Remuneração Diária	Valor Calculado
251	14/12/2017	Cabo	67	R\$ 4.057,13	R\$ 135,24	R\$ 9.060,92
252	17/12/2017	Cabo	0	R\$ 4.057,13	R\$ 135,24	R\$ 0,00
253	18/12/2017	Soldado	49	R\$ 2.935,32	R\$ 97,84	R\$ 4.794,36
254	29/12/2017	Subtenente	14	R\$ 7.824,06	R\$ 260,80	R\$ 3.651,23
255	29/12/2017	Cabo	0	R\$ 4.057,13	R\$ 135,24	R\$ 0,00
Valor Total Gasto com Afastamentos no ano de 2017					R\$ 3.494.986,58	

Fonte: Cajueiro (2021)

Em termos monetários, o impacto financeiro que o Estado sofreu, em decorrência dos afastamentos psiquiátricos de policiais militares do estado do Rio de Janeiro, ocorridos no ano de 2017, não sendo mensurado naquele contexto, os gastos com médicos, psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, hotelaria do hospital, remédios, cirurgias, exames, próteses, órteses, dentre outros, ultrapassa a cifra de quarenta e três milhões de reais.

Quadro 7 - Custo financeiro para Estado decorrente de afastamentos provenientes da Vitimização Policial na PMERJ

Afastamentos na PMERJ no ano de 2017	Custos financeiros (R\$)
Afastamento Psiquiátrico	R\$ 28.764.444,78
Afastamento por ferimento por PAF em Serviço	R\$ 3.494.986,58
Afastamento por Morte em Serviço	R\$ 2.164.062,29
Despesas com Seguro de Vida	R\$ 9.300.000,00
Custo total com os afastamentos no ano de 2017	R\$ 43.723.493,60 (aproximadamente)

Fonte: Cajueiro (2021)

Estima-se, portanto, novamente sob a ótica do impacto financeiro, que o Estado, adotando uma política pública de proteção dos policiais militares e combate à vitimização policial militar, consiga diminuir o impacto financeiro causado como consequência da vitimização de policiais militares do estado do Rio de Janeiro (Cajueiro, 2021).

A estimativa de custo financeiro total para o Estado, em decorrência da morte, ferimento e baixas de policiais militares no estado do Rio de Janeiro, ultrapassa a cifra dos duzentos e oito milhões de reais. Essa estimativa leva em consideração somente salários e seguros pagos, em virtude da morte, ferimento ou baixa de policiais militares do estado do Rio de Janeiro, proveniente da guerra e do combate ao crime organizado, não sendo, portanto, mensurados os gastos com médicos, psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, hotelaria do hospital, remédios, cirurgias, exames, próteses, órteses, dentre outros.

Quadro 8 - Custos financeiros para o Estado decorrentes da Vitimização Policial na PMERJ

	Custos financeiros (R\$) anual
Remuneração de Mortos em Serviço	R\$ 40 milhões de reais
Remuneração de Mortos em Folga	R\$ 120 milhões de reais
Remuneração de Feridos em Serviço	R\$ 6,3 milhões de reais
Remuneração de Feridos em Folga	R\$ 4,3 milhões de reais
Remuneração de Afastados por Psiquiatria	R\$ 28,7 milhões de reais
Despesas com Seguro de Vida	R\$ 9 milhões de reais

Custo total com os afastamentos por ano	R\$ 208,3 milhões (aproximadamente)

Fonte: Cajueiro (2021)

Em outras palavras, isso significa dizer que o custo evitável, decorrente da vitimização policial militar no estado do Rio de Janeiro, é de mais de duzentos e oito milhões de reais, ou seja, caso o Estado adote uma política pública de proteção dos policiais militares e combate à vitimização policial militar, pode conseguir diminuir significativamente o impacto financeiro causado como consequência da vitimização de policiais militares no estado.

As causas da guerra existente no estado do Rio de Janeiro, travada entre policiais militares e o crime organizado, reflete um alinhamento de falhas e fraquezas do sistema de justiça criminal, o qual, através de uma legislação benevolente e permissiva, aplicada por meio de um garantismo jurídico e de um laxismo penal, ataca diretamente as fraquezas das instituições policiais militares, tais como: a presença de meios logísticos precários, insuficientes e inadequados; a seleção e treinamento do capital humano policial militar com parâmetros baixos; a exposição do policial militar a escalas de serviço extenuantes, com baixa remuneração e sobrecarga de trabalho, contribuindo direta e indiretamente para a vitimização policial no Rio de Janeiro, resultando em policiais mortos, feridos e incapacitados para a atividade policial (Cajueiro, 2021).

As frases e os sentimentos professados pelos policiais militares do Rio de Janeiro feridos e baixados permeiam o seguinte espectro de sensação sobre a vida após o evento da vitimização policial: sentimento de que é um brinquedo quebrado jogado num quarto escuro e de porta fechada; sentimento e ideação suicida; sentimento de que é um peso para a família; sentimento de inutilidade; sentimento de abandono, expectativa de conversa e atenção por parte das outras pessoas; sentimento de tristeza (Cajueiro, 2021).

Ainda no que se refere à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), o pesquisador Leonardo Novo (2021) realizou pesquisa de vitimização, objetivando analisar a vitimização policial na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro no período entre os anos de 2017 e 2018. O pesquisador, usando a metodologia de triangulação de métodos (análise documental, revisão bibliográfica e inquérito semiestruturado), e por meio de análise documental de boletins de ocorrências e dos bancos de dados da PMERJ, constatou o quantitativo de policiais mortos e feridos no período analisado.

Novo (2021) constatou, através de sua pesquisa que, no período entre os anos de 2017 e 2018 houve 170 (cento e setenta) policiais militares mortos e 275 (duzentos e setenta e cinco) feridos, totalizando 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) casos de policiais do Rio de Janeiro mortos e feridos nos anos de 2017 e 2018 (Novo, 2021).

A pesquisa de Novo (2021) realizou também levantamento de dados de vitimização de policiais militares do Rio de Janeiro, no período entre os anos de 2007 a 2019, constatando que, durante o período de mais de uma década, prevalece o maior número de mortes de policiais militares durante o período de folga (Novo, 2021).

Quadro 9 - Vitimização Policial na PMERJ no período de 2007 a 2019

Vitimização Policial na PMERJ no período de 2007 a 2019			
Janeiro a Dezembro	Policiais mortos em serviço	Policiais mortos em folga	Total
2007	25 (19,8%)	101 (80,2%)	126
2008	22 (20%)	88 (80%)	110
2009	29 (28,2%)	74 (71,8%)	103
2010	15 (16,5%)	76 (83,5%)	91
2011	10 (13%)	67 (87%)	77
2012	14 (15,9%)	74 (84,1%)	88
2013	18 (20,2%)	71 (79,8%)	89
2014	17 (25,9%)	54 (76,1%)	71
2015	20 (28,2%)	58 (71,8%)	78
2016	29 (27,6%)	76 (72,4%)	105
2017	28 (24,3%)	87 (75,7%)	115
2018	30 (29,4%)	72 (70,6%)	102
2019	21 (35,6%)	38 (64,4%)	59

Fonte: ISP com base em informações da SEPOL e da SEPM, complementada pelo autor (Novo, 2021).

Conforme podemos depreender do quadro acima, no Rio de Janeiro, analisando o período entre os anos de 2016 a 2018, morreram mais de 100 policiais militares do estado do Rio de Janeiro ao ano, perfazendo dessa maneira, uma média de 03 (três) a 04 (quatro) policiais militares mortos por dia (Novo, 2021).

Novo (2021) utiliza a abordagem criminológica da Teoria das Atividades Rotineiras (Ofensor motivado – Vítima – Ambiente favorável) para traçar o perfil da vitimização policial militar no Rio de Janeiro, constatando que, no que se refere aos aspectos do Agressor no momento da vitimização policial: em 85,7% dos casos o agressor era usuário de arma de fogo; em 89,3% o agressor agia em superioridade numérica; em 86,9% o agressor agia por meio de uma conduta oportunista, utilizando-se do fator surpresa; em 19% dos casos o agressor revistava a vítima; em 28,6% dos casos o agressor reconhecia o policial e agia com agressividade (Novo, 2021).

No que se refere ao perfil do policial militar do Rio de Janeiro vitimizado, constatou-se que: em 98,8% dos casos é um policial do sexo masculino; com a idade entre 31 a 40 anos em 51,8% dos casos; com o estado civil de casado em 62,4% dos casos; de cor parda em 48,2% dos casos; pertencente à graduação de Cabo ou Sargento em 73% dos casos; com o tempo de serviço entre 0 e 10 anos de Polícia Militar; em situação de atividade e apto para o serviço policial militar em 88,2% dos casos (Novo, 2021).

No que se refere ao ambiente favorável para a ocorrência da vitimização, Novo (2021) destaca que o estado do Rio de Janeiro possui uma população de 17.463.349 habitantes e somente a cidade do Rio de Janeiro possui 726 (setecentas e vinte e seis) favelas, compreendendo aproximadamente 22% da população da cidade, onde a disputa pelo controle do tráfico de drogas e outros ilícitos é realizada pelo embate entre facções criminosas.

No estado do Rio de Janeiro, a taxa de homicídio para o cidadão civil é de 23,2/100 mil habitantes, por outro lado, para o policial militar, a taxa de homicídio é de 240/100 mil habitantes. Os casos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) é de 13.463, correspondendo a 10% dos casos do país; os casos de homicídios dolosos é de 10.296, correspondendo a 10% dos casos do país. O número de latrocínios é de 411, correspondendo a 10% dos casos do país. Roubos a estabelecimentos comerciais atingem a cifra de 13.037 roubos. Roubos de veículos atingem a cifra de 19.781, correspondendo a, aproximadamente, 50% dos casos do país (Novo, 2021).

As causas ou hipóteses de vulnerabilidades pessoais relacionadas à vitimização policial militar no estado do Rio de Janeiro, estão relacionadas às elevadas cargas horárias de serviço desempenhadas pelos policiais militares; ao porte da arma de fogo pelo policial (49,4%) durante o período de folga, que ao mesmo tempo que pode ser um fator de proteção, pode ser também um fator de precipitação no momento da reação a um evento criminoso (79,8%), até mesmo em virtude do impacto psicológico (94,1%) vivenciado no momento crítico; a adoção de hábitos e condutas comportamentais de risco (91,8%), que predispõem a vitimização policial; a realização da atividade de “Bico” (15,3%); o local de residência fixa dos policiais militares, geralmente em áreas periféricas (25,4%) e próximos a áreas de risco (58,8%), contribuindo para a vitimização policial militar no Rio de Janeiro (Novo, 2021).

Além disso, as causas ou hipóteses de vulnerabilidades gerais ou institucionais relacionadas à vitimização policial militar no estado do Rio de Janeiro, podem ser a

escassez ou falta de treinamento teórico (69,4%) e prático (81,2%) de sobrevivência policial; a inércia institucional quanto à investigação e resposta imediata dos casos de vitimização policial; as constantes alterações legislativas que dificultam o exercício do trabalho policial e facilitam a prática de condutas criminosas; a melhoria salarial dos policiais militares, para que possam ter o mínimo de condições para ter uma qualidade de vida fora do trabalho; e a necessidade de melhoria do sistema de segurança pública de uma maneira geral (Novo, 2021).

Geralmente, o evento crítico que provoca a vitimização do policial militar no estado do Rio de Janeiro é caracterizado pelo fato do policial militar ou agressor estarem sozinhos (58,5%); geralmente o policial militar está no momento de lazer, ou seja, durante o período de folga (40,5%); geralmente o policial militar ou o agressor portavam armas de fogo (73,5%); geralmente o policial militar reagiu ao evento crítico (61,9%); geralmente o policial militar foi surpreendido durante o seu momento de lazer ou período de folga (86,9%); geralmente o policial militar estava em inferioridade numérica (89,3%); geralmente o motivo do evento de vitimização policial era um roubo (53,6%), e o policial militar era reconhecido como militar em 28,6% dos casos (Novo, 2021).

Como boas práticas e possíveis caminhos de soluções para a diminuição dos eventos de vitimização policial militar no Rio de Janeiro, Novo (2021) recomenda a reaproximação do policial militar da academia; a ampla discussão da temática da vitimização policial com Organizações Não Governamentais (ONG's), imprensa e população civil; a melhoria da coleta e análise dos dados de vitimização policial; o incentivo à formação e aprimoramento profissional, sobretudo no tocante ao campo da sobrevivência policial; dentre outros (Novo, 2021).

Na Polícia Militar do Estado de Rondônia, Tatagiba et. al (2021) pesquisaram a morte de policiais militares da ativa, no período de 2010 a 2019, ocasionadas por causas externas e naturais, com destaque para os crimes violentos, tendo como universo amostral 77 (setenta e sete) policiais militares que morreram por causas externas ou naturais, no período de 2010 a 2019 (Tatagiba, et. al, 2021).

O percurso metodológico, adotado pelas autoras, partiu da análise de arquivos da Coordenadoria de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Rondônia, por meio de 77 (setenta e sete) certidões de óbitos e fichas funcionais, no período compreendido entre 2010 e 2019, assim como da análise de boletins de ocorrência registrados e de

relatórios de vitimização produzidos pela Polícia Militar de Rondônia (Tatagiba, et. al, 2021).

Entre as causas mais recorrentes de mortes de policiais militares da ativa da Polícia Militar de Rondônia destacaram-se: o homicídio (24,67%); o acidente de transporte terrestre (22,07%); e o suicídio (14,28%), predominando a maior incidência dessas mortes durante o período de folga (Tatagiba, et. al, 2021).

Para fins de análise da vitimização policial militar no estado de Rondônia foram consideradas somente as causas relacionadas aos seguintes crimes violentos letais intencionais: homicídio (em serviço e durante o período de folga) e latrocínio (em serviço e durante o período de folga), de maneira que, no período analisado de 2010 a 2019, foram identificados 21 (vinte e um) policiais militares vitimados pelos crimes de homicídio e latrocínio (Tatagiba, et. al, 2021).

Os crimes de homicídio e latrocínio na cifra dos 21 (vinte e um) identificados, correspondem a 27,7% das mortes identificadas no período de 2010 a 2019. De forma semelhante, observa-se que os registros de homicídio e latrocínio permaneceram na média de 01 (um) a 03 (três) casos de vitimização policial registrados por ano no período de 2010 a 2019 (Tatagiba, et. al, 2021).

Ao longo do período de 2010 a 2019 observou-se na Polícia Militar do Estado de Rondônia uma tendência significativa de redução dos crimes violentos, que chegou à cifra de 80% de redução de crimes violentos praticados contra policiais militares da ativa do estado (Tatagiba, et. al., 2021).

Tatagiba et. al (2021) constataram, por meio da pesquisa realizada na Polícia Militar do Estado de Rondônia, que, tal como em outros estados brasileiros, os policiais militares em Rondônia morrem mais durante o período de folga do que quando estão efetivamente de serviço na Polícia Militar (Tatagiba, et. al., 2021).

O perfil dos policiais militares da ativa do estado de Rondônia, vitimados por crimes violentos é: policial militar da ativa, do sexo masculino (100%), com o estado civil de casado (43%), das cores parda (52%) ou brancos (38%), com a faixa etária entre 26 a 35 anos (43%), praças, pertencentes à graduação de soldados (38%) e cabos (28%), com até 05 (cinco) anos de efetivo serviço policial (33%), lotado em unidade operacional (85,71%), geralmente vitimado por arma de fogo (86%), durante o período de folga (71%) (Tatagiba, et. al., 2021).

Partindo para uma visão macro da vitimização policial, Oliveira et. al (2021), realizaram pesquisa de vitimização policial a nível de Brasil, adotando como contexto

situacional de análise um cenário de roubo ou com característica inicial de roubo, em que o policial estava fora de serviço, ou seja, de folga, buscando refletir sobre o seguinte questionamento: em que medida o policial brasileiro (militar, civil, penal, federal ou rodoviário federal), sendo vítima de um crime, inicialmente com características de roubo, estando, no momento da abordagem criminosa, fora de serviço e decidindo reagir, armado ou não, tem a sua sobrevivência como resultado desse (des)encontro? (Oliveira et al, 2021).

O percurso metodológico adotado pelos autores foi a utilização da ferramenta “Google Alert”, através da seleção da opção de palavra-chave “policial reage”, com o objetivo de catalogar as reportagens publicadas, envolvendo policiais estaduais e federais do Brasil, na qualidade de vítimas, envolvidos em ocorrências de roubo, durante o período de folga, havendo a reação do policial. Para tanto, o pesquisador criou um banco de dados que iniciou a coleta de reportagens publicadas sobre a temática em 13 de julho de 2017, onde ele inseriu a transcrição e edição de todas as reportagens coletadas, separando-as por estado da federação (Oliveira et. al, 2021).

O referido banco de dados de reportagens publicadas, catalogadas por Oliveira et. al (2021), resultou no seguinte quantitativo de policiais brasileiros, vítimas de roubo/latrocínio, fora de serviço, de acordo com o estado da federação onde ocorreu o crime, compreendendo o período de 2017 a 2020, a saber: Mato Grosso (37); Goiás (21); Distrito Federal (28); Mato Grosso do Sul (12); São Paulo (200); Minas Gerais (30); Rio de Janeiro (165); Espírito Santo (30); Paraná (36); Santa Catarina (08); Rio Grande do Sul (53); Roraima (20); Acre (29); Amazonas (22); Rondônia (06); Pará (14); Amapá (02) Tocantins (08); Maranhão (23); Piauí (58); Bahia (44); Sergipe (11); Alagoas (14); Pernambuco (66); Paraíba (49); Rio Grande do Norte (61); e Ceará (85) (Oliveira et. al, 2021).

Perscrutando ainda mais os dados coletados por Oliveira et. al (2021), agora no que se refere ao local onde se encontravam os policiais brasileiros vítimas de roubo/latrocínio, fora de serviço, no período de 2017 a 2020, constatou-se os seguintes contextos situacionais de ocorrência dos crimes: Carro (255); Via Pública (250); Moto (122); Residência (110); Transporte Coletivo/Ônibus/Van (64); Estabelecimento Comercial (54); Posto de Combustível (28); Bar (27); Restaurante (18); Lanchonete (17); Parada de Ônibus (17); Farmácia (15); Supermercado (12); Shopping (09); Pizzaria (08); e Bicicleta (08) (Oliveira et. al, 2021).

Constatou-se, também, que dentre os policiais brasileiros vítimas de roubo/latrocínio, fora de serviço, no período de 2017 a 2020, agora de acordo com a Corporação a que pertencia, prevaleceu, como o grupo de maior risco de ser vitimizado durante o período de folga, os policiais militares, de acordo com os seguintes dados quantitativos: Polícia Militar (931); Polícia Civil (146); Policial (31); Polícia Penal (25); Polícia Rodoviária Federal (17); Polícia Federal (17) (Oliveira et. al, 2021).

Através da pesquisa realizada por Oliveira et. al (2021) constatou-se que a maioria das vítimas no momento do roubo estava conduzindo carro ou moto, de maneira que, do total de vítimas de roubo mensurado, 1.167 ou 79,8% eram policiais militares, dentre os quais 58,9% reagiram ao roubo e saíram ilesos, enquanto 25,5% não reagiram e saíram ilesos (Oliveira et. al, 2021).

Acerca da decisão de reagir ou não reagir a uma situação de roubo/latrocínio, os dados analisados demonstraram que reagir pode ser uma alternativa menos arriscada para os policiais militares do que não reagir, pois, de acordo com os dados analisados, dentre os policiais militares que reagiram ao roubo, 41,1% saíram feridos ou mortos e, por outro lado, 74,5% dos policiais militares que não reagiram saíram feridos ou mortos. Portanto, ao que se percebe, em termos quantitativos, de acordo com a amostra analisada, reagir parece ser uma ação de sobrevivência de menor risco (Oliveira et. al, 2021).

A reação dos policiais brasileiros, vítimas de roubo/latrocínio, fora de serviço, de acordo com as consequências à integridade física e gênero, estando o policial sozinho, usando arma de fogo contra um criminoso também armado com arma de fogo real, foi mensurada no período de 2017 a 2020, onde constatou-se que, no período analisado, houve um total de 113 situações de confronto entre policial e criminoso armado, dentre os quais a reação armada do policial contra o criminoso resultou em 84 ou 74,3% de chances do policial sair ileso; 21 ou 18,5% de chances do policial sair ferido; e 08 ou 7% de chances do policial ser morto (Oliveira et. al, 2021).

Entretanto, os dados quantitativos analisados e mensurados não garantem de maneira isolada a preservação da vida ou da integridade física do policial vítima, uma vez que cada situação de conflito tem a sua particularidade, que varia de caso para caso, perpetuando o discurso muito difundido no meio policial: “nunca reaja, ou, sempre reaja” (Oliveira et. al, 2021).

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, Fernandes (2016) pesquisou as mortes violentas de policiais militares, no período compreendido entre os anos de 2013 a 2014, ressaltando a importância da temática, por meio da constatação de que as taxas de mortalidade dos policiais militares por 100 mil militares é muito superior à taxa de mortalidade de pessoas civis por 100 mil habitantes, ocorridas a nível de estado e a nível nacional (Fernandes, 2016).

Quadro 10 - Taxa de mortes de Policiais Militares do Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014

Ano	Brasil	Estado de São Paulo	PMESP
2013	25,4 para 100mil	10,9 para 100 mil	50 para 100mil
2014	26,3 para 100 mil	10,3 para 100 mil	38 para 100 mil

Fonte: Fernandes (2016)

A pesquisa de Fernandes (2016) se concentrou em investigar os casos de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, vítimas de morte violenta no Estado paulista, entre os anos de 2013 e 2014, excluindo as mortes decorrentes de “acidente de trânsito” de folga e incluindo as mortes decorrentes de acidente de trânsito que se deram em serviço, de forma que os dados da pesquisa foram obtidos na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) (Fernandes, 2016).

As fontes de pesquisa de Fernandes (2016) compreenderam as investigações realizadas pela Divisão PM Vítima, ligada à Corregedoria da PMESP e encarregada de investigar as mortes de policiais militares. Foram analisados 131 eventos catalogados junto à Divisão PM Vítima (88,52% do total). Outros 17 eventos (11,48% do total) provieram do Centro de Inteligência da corporação, totalizando, portanto, 148 eventos de mortes violentas sofridas por integrantes da PMESP analisados (Fernandes, 2016).

Do total de 148 eventos de mortes violentas, sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2014, 88 mortes de policiais militares ocorreram no ano de 2013 e 60 no ano de 2014 (Fernandes, 2016).

Com relação ao estado civil dos policiais militares mortos na Polícia Militar do Estado de São Paulo, dentre os 148 policiais militares mortos no período analisado de 2013 a 2014, 50,68% eram casados; 29,05 eram solteiros; e 20,27% preferiram não responder ao questionamento proposto (Fernandes, 2016).

Com relação à cor/raça dos 148 policiais militares de São Paulo que foram mortos no período analisado de 2013 a 2014, 56,76% eram brancos; 23,65% eram policiais militares de cor parda; 2,70% eram de cor preta; 1,33% eram de cor amarela; e 15,54% preferiram não responder ao questionamento proposto (Fernandes, 2016).

Com relação à faixa de idade dos policiais militares do estado de São Paulo que foram mortos no período analisado, constatou-se que na faixa de idade entre os 21 aos 50 anos observou-se uma crescente no número de policiais militares mortos, chegando na faixa etária dos 41 aos 50 anos a atingir as maiores cifras de policiais militares mortos, alcançando o número de 52 policiais militares mortos (Fernandes, 2016).

Com relação às circunstâncias ou contexto que o policial militar de São Paulo se encontrava no momento em que foi morto, constatou-se que, dos 148 militares mortos no período analisado de 2013 a 2014, 118 ou 79,72% estavam no período de folga, e 30 ou 20,28% estavam em serviço na Polícia Militar do Estado de São Paulo. (Fernandes, 2016).

Constatou-se, também, por meio da pesquisa realizada por Fernandes (2016) na PMESP que em 82,20% dos casos em que o policial militar foi morto, o policial estava armado; em 7,63% dos casos ele não estava armado; e em 10,17% dos casos não foi possível constatar se estava armado ou não (Fernandes, 2016).

Com relação ao local de referência em que o policial militar foi morto, constatou-se que em 83 casos o militar foi morto em via pública; em 22 casos o militar foi morto dentro de um estabelecimento comercial; em 11 casos, o militar foi morto dentro de um bar; em 10 casos, o militar foi morto dentro de uma residência; em 03 casos, o militar foi morto em um posto de combustível; em 02 casos o militar foi morto no trânsito; em 02 casos, o militar foi morto em um ponto de tráfico de drogas e em 02 casos, o militar foi morto em uma feira livre (Fernandes, 2016).

Diversos outros locais foram mencionados, constando 01 (um) evento de morte de policial para cada local, onde foi constatado que o militar estava: saindo da boate com a namorada; em um leito fluvial (rio); na residência da namorada; no interior da base da PM; no interior da viatura; embarcando passageiros em seu taxi (bico); em deslocamento para ocorrência; em um campo de futebol; em um caixa eletrônico; em uma boate; e a caminho da casa da namorada (Fernandes, 2016).

Com relação ao instrumento empregado pelo infrator para matar o policial militar do estado de São Paulo, constatou-se que em 84,46% dos casos analisados o

infrator utilizou a arma de fogo para matar o policial militar. Porém, o uso da arma de fogo não foi o meio exclusivo utilizado pelos infratores para matar policiais militares. Foram utilizados também: faca (0,68%); a própria arma do PM (0,68%); desaparecimento (0,68%); fogo (0,68%); arma de fogo e golpes (0,68%); atropelamento (4,73%); choque/colisão/capotamento (4,05%); afogamento (0,68%), dentre outros (Fernandes, 2016).

Com relação ao motivo do policial militar do estado de São Paulo ter sido morto, constatou-se que em 78,38% dos casos analisados o militar foi morto em razão de ser policial militar, no sentido de atuar ou ser reconhecido como policial militar; em 33,11% dos casos o policial militar foi morto em virtude de um latrocínio; em 10,14% dos casos as circunstâncias da morte do militar apresentavam indício de atividades de segurança privada (Bico) realizados pelo policial; em 9,46% dos casos, o militar foi morto em virtude de crimes de trânsito; em 5,41% dos casos, o militar foi morto por questões familiares (Fernandes, 2016).

No que se refere às mortes de policiais militares do estado de São Paulo, provenientes de motivações relacionadas a latrocínios (33,11%), as taxas de mortes de policiais, por 100 mil, são muito superiores às taxas de mortes por latrocínios da população civil do estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014 (Fernandes, 2016).

Para o ano de 2013 a taxa de mortes por latrocínios para o Estado de São Paulo foi 0,9 mortes para cada 100 mil habitantes e, para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 2013, a taxa de mortes por latrocínios foi de 19,3 mortes para cada 100 mil militares. De maneira similar, para o ano de 2014 a taxa de mortes por latrocínios para o Estado de São Paulo foi de 0,8 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 2014, essa taxa foi de 13,3 mortes para cada 100 mil militares (Fernandes, 2016).

O perfil dos policiais militares mortos de São Paulo no período de 2013 a 2014 é: o policial militar, pertencente à graduação de Praça, soldado (53,38%), do sexo masculino (100%), com o estado civil de casado (50,68%), de cor branca (56,76%), com idade entre 31 e 50 anos (35,14%), com até 20 anos de serviço na Polícia Militar (79,49%), pertencente ao quadro de serviço ativo da Polícia Militar (80%), morto durante o período de folga (79,73%), em via pública (56,8%), com o emprego de arma de fogo por parte do agressor (84,46%), estando a vítima policial militar também armada com arma de fogo (em 82,20% dos casos ocorridos durante o período de folga) (Fernandes, 2016).

O perfil dos policiais militares mortos em serviço é de indivíduos de até 20 anos de efetivo serviço na Polícia Militar, ocorrendo uma redução significativa no quantitativo de mortes de policiais militares a partir dos 21 anos de serviço, ou seja, a juventude e o menor tempo de efetivo serviço na Polícia Militar são fatores de risco que predispõem a morte do policial militar (Fernandes, 2016).

Observou-se, também, no que se refere ao perfil dos policiais militares mortos em serviço, que quanto menor o número de policiais militares no apoio ou compondo a equipe policial, maior era o número de mortes. Na medida em que o auxílio (apoio) de policiais militares passou de um para dois o número de mortes caiu pela metade, e na medida em que o auxílio subiu para três, as mortes caíram para apenas um evento morte, ou seja, o auxílio (apoio) de mais policiais militares, durante um momento de conflito é um fator de proteção fundamental para a prevenção da morte de policiais militares em serviço (Fernandes, 2016).

Fernandes (2016) sugere a classificação das mortes identificadas no período de 2013 e 2014 na Polícia Militar do estado de São Paulo em 03 (três) categorias, a saber: primeira categoria, “acidentes de trabalho”, relacionadas às mortes de policiais militares ocorridas em virtude da ausência de apoio de outros militares no momento de conflito; igualmente, enquadraram-se nessa categoria as mortes de policiais militares oriundas de crimes de trânsito e de vulnerabilidades decorrentes das atividades profissionais exercidas (Fernandes, 2016).

A segunda categorização de mortes proposta pelo autor refere-se às mortes ocorridas em virtude do “contexto” ou “redes de sociabilidades” em que o policial militar estava envolvido, tais como: relacionamentos profissionais, criminais e/ou familiares e de vizinhança, as quais predispõem a vitimização policial tanto em serviço, quanto durante o período de folga (Fernandes, 2016).

A terceira categorização de mortes, proposta por Fernandes (2016), referente ao período analisado de 2013 a 2014, são as mortes decorrentes do estilo de vida adotado pelos policiais militares, tais como: a disposição e exposição constante ao trabalho, por meio da utilização de armas de fogo, intervenção em crimes nos horários de folga e o exercício ininterrupto do papel de policial militar; a realização das atividades de segurança privada, como fonte de renda financeira extra, o famigerado “bico”; e a prevalência de um Ethos Guerreiro por parte do policial militar, em todos os âmbitos da vida profissional e pessoal (Fernandes, 2016).

Como medidas para mitigar a vitimização policial militar na Polícia Militar do Estado de São Paulo durante o período de folga, Fernandes (2016) sugere: a promoção de campanhas voltadas para os grupos de policiais militares de maior risco de serem vítimas; a discussão sobre a necessidade de o policial militar usar a arma de fogo e intervir em situações de conflito durante o período de folga; e a expansão do serviço de amparo aos policiais militares vítimas, com o fornecimento de atendimento holístico em caso de mortes, ameaças, estresse pós traumático, dentre outros (Fernandes, 2016).

No tocante à vitimização policial militar ocorrida em serviço na Polícia Militar do Estado de São Paulo, Fernandes (2016) sugere o reforço das patrulhas em momentos de maiores tensões entre a polícia militar e a criminalidade e a realização de campanhas que reforcem aos policiais militares os cuidados e riscos inerentes à condução de viaturas durante o serviço policial militar (Fernandes, 2016).

Em arremate, conforme foi possível perceber através das análises de pesquisas de vitimização policial militar variadas, as causas relacionadas às mortes de policiais militares durante o período de folga são *multifatoriais*. Nesse sentido, portanto, convém apresentarmos as causas de mortes de policiais militares durante o período de folga mais recorrentes.

A intervenção em ocorrências durante o período de folga é uma das causas recorrentes de morte de policiais militares durante o período de folga, conforme bem esclareceu Zilli (2018) e Novo (2020). A morte do policial militar em virtude da intervenção em ocorrências durante o período de folga ocorre em virtude do fato de que, durante o período de folga, o policial militar encontra-se em uma situação de vulnerabilidade muito maior, em comparação ao momento em que se encontra de serviço, uma vez que, durante esse período, o militar caso decida agir, atuará sem os aparatos de proteção institucionais, tais como, coletes balísticos, viaturas, armamentos de médio e grande porte, radiocomunicadores e, sobretudo, sem o apoio de outros policiais militares também devidamente equipados (Sales, 2021).

Existem outros fatores intervenientes que situam a atuação do policial militar durante o período de folga, como uma conduta de atuação de extremo risco à sua vida, tal como a possibilidade de o policial militar à paisana ser confundido com o infrator pela equipe policial militar fardada, ou até mesmo por um outro policial à paisana presente no local de ocorrência do evento crítico.

Muito desse ímpeto de intervir em ocorrências durante o período de folga advém da famigerada “síndrome do policial herói”, disposto a salvar a tudo e a todos, não só durante o seu período de serviço, mas, igualmente, durante o seu período de folga (Cano, 2013).

Nesse contexto de ímpeto de atuação do “policial herói” durante o período de folga, é importante esclarecer que o dever de agir do policial militar durante o período de folga, ao presenciar a ocorrência de um crime, está condicionado à “possibilidade técnica de atuação com segurança” por parte dele e não a uma obrigatoriedade irrestrita (Foureaux, 2020).

Nesse sentido, Rogério Greco (2016) esclarece acerca da obrigatoriedade de atuação do policial, quando vislumbra a ocorrência de um crime durante o período de folga, ressaltando que: “a obrigatoriedade deve estar ligada à possibilidade, não cobrando dos profissionais de segurança missões suicidas” (Greco, 2016).

Ademais, a própria regulamentação interna, prevista por meio do Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, recomenda de maneira clara e objetiva que, caso o militar observe, durante o período de folga, a ocorrência de um crime ou de uma ocorrência que necessite a intervenção policial, a conduta a ser adotada por ele deve ser a de ligar no telefone de emergência 190 e acionar a equipe de serviço da Polícia Militar fardada, para a atuação na ocorrência (Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, 2023).

Intervir em ocorrências durante o período de folga é uma das causas de morte de policiais militares, contudo não é a única. Outra recorrente causa de vitimização policial militar durante o período de folga, é a reação a tentativas de roubo ou latrocínio, ou outro tipo de crime, conforme bem assegurou Mello (2015), Martins (2016), Fernandes (2016), Zilli (2018) Duarte (2019) e Sales (2021).

Contribui para essa predisposição à reação por parte do policial militar, quando vítima do crime e da violência durante o período de folga, a própria formação militar dos policiais. Em que pese a formação inicial ser voltada principalmente para o campo da Segurança Pública, a formação inicial e a capacitação continuada carregam consigo os treinamentos focados no enfrentamento e no desenvolvimento dessa predisposição à reação, quando envolvidos em circunstâncias de ameaça (Martins, 2020).

Essa predisposição para reagir por parte do policial militar quando inserido em circunstâncias ameaçadoras, é definida por Lima e Martins (2021) como “Ethos de

Reação”, caracterizado como uma predisposição psicológica e motora de reação do policial militar, quando confrontado com situações estressoras, tal como crimes em andamento (Lima; Martins, 2021).

Na perspectiva da psicologia de combate, um dos motores impulsionadores do “Ethos de Reação” é o medo percebido pelo policial, quando submetido a situações de perigo, ou seja, o medo impulsiona o policial a reagir, para que possa, por meio do “princípio da oportunidade”, através da sua reação à situação de perigo, criar uma possibilidade de fuga, conforme bem esclareceu Goya (2016)]: “para alguns a fuga pode acontecer para a frente, trata-se nesse caso de uma atitude suicida” (Goya, 2016).

A utilização do “princípio da oportunidade” como um mecanismo de fuga da situação de perigo, é uma tática de sobrevivência policial que deve ser treinada com antecedência, no sentido de treinar cognitivamente o policial militar para a realização de leituras de cenários de risco, onde vislumbrem ou criem a “janela de oportunidade” necessária a salvaguardar as suas vidas, perante uma situação de perigo.

O desenvolvimento desse tipo de habilidade cognitiva reforça a necessidade da realização do treinamento de sobrevivência policial, no sentido de preparar o profissional para que, no momento que visualize a necessidade de reagir perante uma situação de perigo, adote a conduta de reação mais propensa ao êxito.

Outra recorrente causa de morte de policiais militares durante o período de folga é a realização da atividade de segurança privada, o famigerado “Bico”, conforme bem esclareceu Minayo e Souza (2003), Araújo (2017), Duarte (2019) e Sales (2021).

Os riscos relacionados à realização da atividade de segurança privada durante o período de folga relacionam-se a fatores diversos. O primeiro, refere-se às condições psicofisiológicas do policial militar que, devido à ausência de descanso, em virtude da realização da jornada de trabalho extra no Bico, inviabiliza o descanso adequado, potencializa o sono e o estresse, dificultando a capacidade de reação do policial militar, perante uma situação de perigo (Marty, 2022).

De acordo com Minayo, Souza e Constantino (2007), esse prejuízo na habilidade de reação dos policiais militares, devido à ausência de descanso adequado durante o período de folga, em virtude da realização da atividade de Bico, é demasiado arriscado, uma vez que policiais militares que emendam a jornada de trabalho policial regular à realização de atividades extras durante o período de folga, sem o necessário descanso, tem 05 (cinco) vezes mais riscos de cometerem equívocos e de serem

mortos, em comparação com policiais militares devidamente descansados fisicamente e psicologicamente (Minayo; Souza; Constantino, 2007).

Outro fator que situa a realização da atividade de Bico como uma atividade de alto risco de morte para o policial militar durante o período de folga, é a situação da necessidade de agir em que se coloca o policial militar, quando ocorre o cometimento de um crime no local onde o mesmo realiza a atividade de Bico, uma vez que, ocorrendo o crime nesse local, ele se vê obrigado a agir tanto por força de ser um policial militar, quanto por força de apresentar uma resposta ao seu “patrão” quanto ao serviço de segurança privada que realiza.

A necessidade de agir perante a ocorrência de um crime no local onde o militar realiza a atividade de Bico faz com que o militar seja obrigado a atuar em situação de desvantagem, pois, além de atuar sem os instrumentos de proteção individual que costuma ter à disposição quando se encontra efetivamente de serviço na Polícia Militar, pode ainda, muitas vezes, ser surpreendido pelo infrator e pela presença de mais de um infrator no local da ocorrência. O que leva-nos à conclusão de que o exercício da atividade de Bico é muitas das vezes mais arriscado que o próprio exercício da atividade Policial Militar fardado (Bonfanti, 2009).

O estilo de vida de risco, adotado pelos policiais militares, durante o período de folga, é também uma das causas recorrentes de morte de policiais militares nesses momentos. Minayo et. al (2008) caracteriza o estilo de vida como a forma como determinado grupo desenvolve as suas condições existenciais, de maneira que as condições de existência são dinamizadas e atravessadas por diversos fatores intervenientes, tais como: questões de classe, gênero, status social, faixa etária, crenças religiosas, dentre outros (Minayo et. al, 2008).

Para o contexto da vitimização policial militar durante o período de folga podemos compreender estilo de vida de risco, como comportamentos de risco, adotados habitualmente, que facilitam a ocorrência da vitimização do policial militar durante o seu período de folga, tais como: o alcoolismo e a frequência em locais de risco (bares, botecos e baladas incompatíveis com a profissão policial militar) (Marty, 2022; Back, 2021; Sales, 2021); o desenvolvimento de amizades não recomendáveis (inclusive com criminosos) (Ferreira, Cabelho, Rondon Filho, 2020; Marty, 2022); a dependência química de drogas lícitas e ilícitas (com deslocamentos em bocas de fumo) (Minayo et. al, 2008; Ferreira, Cabelho, Rondon Filho, 2020; Back, 2021); o porte da arma de fogo alcoolizado ou sob o efeito de drogas (Sales, 2021); o

envolvimento em brigas e rixas privadas (Marty, 2022; Sales, 2021); o comportamento mulherengo e casos amorosos diversos (Fernandes, 2016; Marty, 2022; Sales, 2021), dentre outros.

Ainda no que se refere ao estilo de vida adotado pelo policial militar, convém destacar como uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares, durante o período de folga, as atividades de rotina exercidas no âmbito domiciliar e doméstico por esses policiais, que os colocam em situação de demasiada vulnerabilidade, tais como: deslocamento em escolas dos filhos e supermercados nas proximidades de sua residência desatento e/ou desarmado; deslocamentos nas proximidades da sua residência desatento e/ou desarmado; realização de atividades físicas ao ar livre desatento e/ou desarmado; realização de atividades domésticas desatento e/ou desarmado, tais como: lavar a calçada de casa (armado ou desarmado) e lavar o veículo particular fora da garagem (armado ou desarmado); dentre outros.

Oliveira (2018) esclarece que o excesso de confiança e a rotina são verdadeiros inimigos a serem combatidos quando se trata de sobrevivência policial, tanto em serviço, quanto durante o período de folga. No que se refere ao período de folga, as atividades habitualmente exercidas no âmbito domiciliar pelos policiais militares formam a rotina de vida desse militar. Nesse sentido, Oliveira (2018) recomenda que as atividades de rotina sejam criteriosamente analisadas, sob o ponto de vista da segurança do policial militar, de maneira que o excesso de confiança e a rotina não influenciem o militar a abaixar totalmente a guarda durante o período de folga, devendo, portanto, permanecer minimamente vigilante (Oliveira, 2018).

O local de residência fixa estabelecido pelo policial militar também configura uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga, uma vez que, de acordo com Minayo e Souza (2005c), o estabelecimento de residência fixa em bairros com elevados índices de violência propicia o encontro do policial militar, durante o seu período de folga, com o crime ou com criminosos contumazes (Minayo; Souza, 2005c).

A decisão quanto ao local de estabelecimento de residência fixa pelo policial militar tangencia a questão financeira e salarial. Na Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, os baixos salários recebidos pelos policiais militares ocasionam o estabelecimento de residência fixa pelos policiais militares em bairros de periferia, onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é baixo e a incidência criminal é

alta, maximizando, portanto, as possibilidades de vitimização do policial militar durante o período de folga (Novo, 2021).

Ademais, e como consequência negativa do estabelecimento de residência fixa em bairros de periferia, onde a criminalidade é acentuada, ocorre o fato de que os policiais militares acabam sendo amplamente conhecidos nos bairros onde residem, inclusive por criminosos, os quais, por força de dever profissional, devem combater e durante o seu período de descanso na folga, acabam tendo que retornar para as suas residências, tendo que conviver com o seu algoz à espreita, inclusive facilitando as possibilidades de emboscadas realizadas por criminosos, contra os policiais militares (Minayo; Souza; Constantino, 2008).

Outra causa comum da morte de policiais militares, durante o período de folga, é a vingança pessoal do criminoso ou a intimidação ou retaliação do crime organizado contra o policial militar. No que se refere à morte de policiais militares durante o período de folga, em virtude da intimidação ou retaliação do crime organizado contra o policial militar, Fernandes (2016) esclarece que existe uma lógica formal e informal como pano de fundo das motivações das execuções. A lógica formal traduz-se na rivalidade naturalmente existente entre policiais militares e integrantes de facções do crime organizado. Em contrapartida, a lógica informal revela a vingança de cunho pessoal por parte do criminoso, proveniente das redes de sociabilidades perigosas desenvolvidas pelos policiais militares, tanto em serviço, quanto no período de folga (Fernandes, 2016).

Durante o período de serviço, o contato com criminosos e as prisões efetuadas, inserem de maneira inevitável os policiais militares no mundo do crime e do criminoso, o que naturalmente reforça a rivalidade entre policiais militares e crime organizado, revelando, dessa maneira, a lógica formal por trás da execução de policiais militares.

Por outro lado, durante o período de folga, principalmente em virtude do local de estabelecimento de residência fixa, em bairros de periferia e de alto índice de criminalidade, os policiais desenvolvem naturalmente redes de sociabilidade (positivas e negativas) nessa comunidade local, de maneira que o convívio social de proximidade com criminosos já detidos e contumazes inserem os policiais militares em uma trama cujo contexto social é o risco e o perigo.

Nesse contexto social de risco e de perigo, o cenário ideal para a implementação da vingança pessoal do criminoso contra o policial militar está formado e, muitas vezes, calcado em uma lógica informal. A lógica informal para a execução

de policiais militares traduz-se em circunstâncias motivadoras bastante singulares ou idiossincráticas, tais como: uma prisão efetuada pelo policial militar, onde o criminoso almeja a possibilidade de vingança; um relacionamento amoroso mantido pelo policial com mulheres de criminosos; a participação do policial militar em grupos de extorsão e outros crimes, dentre outros (Fernandes, 2016).

Para além das causas da vitimização policial militar durante o período de folga, subsistem as consequências da vitimização policial militar que não se restringem somente ao evento morte do policial militar, pelo contrário, quando não ensejam o resultado morte, podem desencadear uma série de agravos à saúde física e mental dos militares.

Nesse sentido, Joly (2017) realizou pesquisa na Polícia Militar do Estado de São Paulo, visando traçar um panorama sobre a questão do risco de vitimização policial e, igualmente, sobre a forma como o sofrimento mental, decorrente não somente dos riscos de vitimização, mas, igualmente, de todas as mazelas e dificuldades de ser um policial militar, é percebido e subjetivado por esses policiais militares. De maneira que os resultados da pesquisa apontaram para o fato de que a vitimização policial militar ultrapassa o óbito, sendo constituída por questões relacionadas ao adoecimento, perseguições, exclusão, suicídio, conflitos de classes e gênero, bem como refere-se às condições precárias de trabalho a que os Policiais Militares estão submetidos (Joly, 2017).

Minayo e Souza (2005) destacam os recorrentes casos de agravos à saúde física e mental de policiais militares, em decorrência do exercício da atividade profissional e das consequências de ser um policial militar, não só na condição de efetivo serviço fardado, mas, também, na condição de ser reconhecido socialmente como policial militar, também durante o período de folga (Minayo; Souza, 2005).

Segundo Oliveira e Santos (2010), os riscos relacionados à condição de ser policial militar são concomitantemente reais e imaginários, porém, independente disso, somente a presença do fator risco já é suficiente para a somatização de sofrimentos e estresses subjetivos ou não que provocam o agravamento da saúde física e mental (Oliveira; Santos, 2010).

Minayo (2014) esclarece que desde que a polícia existe no mundo ela é alvo de episódios recorrentes de vitimização, de maneira que esses episódios recorrentes de vitimização podem ser somatizados em forma de traumas e agravos à saúde física e mental dos policiais, tais como: estresse emocional; medo; insônia; ansiedade;

nervosismo; autculpabilização; raiva; vergonha; tristeza; e depressão, com o desenvolvimento dos sintomas de perda de energia; perda de apetite; e desejo de ficar só ou alienar-se (Minayo, 2014).

Oliveira e Santos (2010) realizaram pesquisa com policiais militares da Força Tática do Estado de São Paulo, visando identificar qual seria a percepção dos policiais militares sobre a sua saúde mental. A amostra da pesquisa foi composta por 24 policiais militares, de dois batalhões da PMESP, que responderam individualmente um questionário com temáticas relacionadas à saúde mental. Os resultados da pesquisa constataram a prevalência do adoecimento mental, identificando as seguintes problemáticas, especificamente: 91,7% dos policiais militares pesquisados, sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; 88,3% dos policiais militares pesquisados, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente esgotados após o turno de trabalho; e 20,8% já idealizaram cometer suicídio (Oliveira; Santos, 2010).

Minayo, Assis e Oliveira (2011) realizaram pesquisa com policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, visando analisar o adoecimento físico e mental desses profissionais de segurança pública, trabalhando com uma amostra de 1.458 policiais civis e 1.108 policiais militares, utilizando técnicas de entrevistas, grupos focais e questionários anônimos. Os resultados da pesquisa constataram a presença de diversos fatores de risco e agravos à saúde física desses profissionais de segurança pública, tais como: sobrepeso e obesidade; baixa frequência de atividade física; elevados níveis de colesterol; presença de lesões físicas permanentes; elevado grau de sofrimento psíquico (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Acerca do sofrimento psíquico, Minayo, Assis e Oliveira (2011) reportam que o recorrente desenvolvimento de patologias psicológicas decorrentes do exercício da atividade policial e, igualmente, do ser policial, são causas de agravos à saúde mental dos policiais, os quais apresentam predisposição ao desenvolvimento de ataques de ansiedade; síndrome do pânico e pensamentos suicidas (Minayo; Assis; Oliveira, 2011).

Barbosa e Silva (2013) realizaram pesquisa com policiais militares do 35º Batalhão de Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul, visando identificar a prevalência de fatores de risco cardiovascular modificáveis e não modificáveis nos policiais militares. A metodologia empregada foi o estudo analítico observacional e emprego de questionário específico com questões fechadas, aplicado em uma amostra de 112 policiais militares. Os fatores de risco cardiovascular observados em

maior prevalência foram 58,04% para histórico familiar, 67,86% para etilismo, 36,61% para a prática de atividade física insuficiente, 54,05% para sobrepeso, 54,05% para dislipidemia e 93,75% para estresse.

Tatagiba et al (2020) realizou pesquisa de vitimização policial na Polícia Militar do Estado de Rondônia, visando mapear essa vitimização entre os anos de 2010 a 2019. Para tal desiderato, optou-se pela realização de pesquisa exploratória, descritiva e documental, coletando dados na Coordenadoria de Pessoal da PMRO. Os resultados da pesquisa identificaram, no período analisado, um total de 77 policiais militares mortos, dentre os quais, 34 policiais militares tiveram a causa morte relacionada a questões de saúde, tais como: doenças cardiovasculares (06); doenças do sistema respiratório (06); neoplasias (06); doenças gastrointestinais (05), dentre outras de causas indeterminadas.

Oliveira (2022), realizou pesquisa por meio da coleta de informações e dados acerca de mortes de policiais militares da ativa e veteranos da Polícia Militar da Paraíba no período de janeiro de 2021 a junho de 2022, através das redes sociais (Instagram, Whatsapp, Facebook e Twitter), portais de notícia, site oficial da Polícia Militar da Paraíba, Notas de Pesar da Caixa Beneficente dos Oficiais e Praças, Clube dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar, Sistema Sagres-Online do Tribunal de Contas do estado da Paraíba e Diário Oficial do estado da Paraíba (Oliveira, 2022).

De acordo com a pesquisa realizada por Oliveira (2022), constatou-se que, no período de janeiro de 2021 a junho de 2022, 169 policiais militares da ativa e veteranos faleceram, de maneira que o perfil predominante dos policiais militares da Paraíba da ativa e veteranos que faleceram foi: policial militar, do sexo masculino, pertencente ao círculo das Praças, nas graduações de Soldado, Cabo, Sargento ou Subtenente, cuja motivação do falecimento, em sua grande maioria, ocorreu em virtude de causa natural (doença), com idade inferior a 66 anos e tempo de serviço (desde a inclusão) inferior a 45 anos (Oliveira, 2022).

De acordo com as informações catalogadas por Oliveira (2022), 167 ou 99% dos policiais militares falecidos eram homens e 151 ou 89,3% das causas dos falecimentos estavam relacionadas a doenças, dentre as quais, a Covid-19, responsável por pelo menos 40 (quarenta) dos óbitos, catalogados como de origem “natural” (Oliveira, 2022).

É nesse contexto, portanto, de causas e consequências multifatoriais, que o fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga desenvolve a sua

dinâmica social e criminal. Nesse sentido, convêm, a partir desse momento, conhecermos o perfil do público pesquisado, como forma de introduzirmos os aspectos referentes à vitimização policial na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

7 CONHECENDO O PERFIL DO PÚBLICO PESQUISADO

7.1 Questionário virtual: perfil dos policiais militares

O convite para participação na presente pesquisa foi disseminado por meio de listas ocultas através do e-mail institucional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, de maneira que obtivemos um retorno de 985 ou 100% de respostas dos policiais militares que fizeram a leitura e responderam ao convite, dentre os quais, 944 ou 95,8% dos policiais militares respondentes aceitaram-no, decidindo abrir e fazer a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contudo, 41 ou 4,2% dos policiais militares respondentes afirmaram não ter interesse em participar da presente pesquisa.

Quadro 11 - Convite para participar de Pesquisa Científica

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Estimado Policial Militar, caso tenha interesse em contribuir com a presente pesquisa, por favor, leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir exposto:	Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	944	95,8%
	Não tenho interesse em participar da presente pesquisa	41	4,2%
	Total de Respostas	985	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no total obtivemos 944 ou 100% de respostas dos policiais militares, dentre os quais 937 ou 99,3% aceitaram os termos estabelecidos no TCLE, efetivamente participando da presente pesquisa. Por outro lado, 07 ou 0,7% dos policiais militares respondentes não aceitaram os termos estabelecidos no TCLE e, portanto, não concordaram em participar da presente pesquisa.

Quadro 12 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Você concorda em participar da presente pesquisa científica?	Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa.	937	99,3%
	Não concordo em participar da presente pesquisa.	7	0,7%
	Total de Respostas	944	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Acerca da mensuração do tamanho da amostra para a presente pesquisa, foi realizado o cálculo amostral, levando-se em consideração o quantitativo total da população pesquisada na cifra de 6.672 (seis mil e seiscentos e setenta e dois)

policiais militares do estado de Mato Grosso³⁶, sendo estabelecido o nível de confiança de 95% e a margem de erro de 3%, os quais resultaram no tamanho mínimo da amostra de 920 pessoas pesquisadas.

Nesse sentido, portanto, percebe-se que a amostra de policiais militares pesquisados nesta dissertação na cifra de 937 militares, atende ao tamanho mínimo da amostra estabelecido pelo cálculo amostral de 920 pessoas pesquisadas, de maneira que a margem de erro estabelecida é de 3% e o nível de confiança é de 95%.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere aos postos e graduações dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): Coronel 05 ou 0,5%; Tenente Coronel 41 ou 4,4%; Major 20 ou 2,1%; Capitão 15 ou 1,6%; 1º Tenente 35 ou 3,7%; 2º Tenente 20 ou 2,1%; Aspirante 01 ou 0,1%; Aluno Oficial não houve respostas; Subtenente 27 ou 2,9%; 1º Sargento 27 ou 2,9%; 2º Sargento 120 ou 12,8%; 3º Sargento 408 ou 43,5%; Cabo 63 ou 6,7%; Soldado 146 ou 15,6%; Aluno (a) Soldado não houve respostas; e preferiram não responder 09 ou 1%.

Quadro 13 - Patente dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Posto/Graduação	Coronel	5	0,5%
	Tenente Coronel	41	4,4%
	Major	20	2,1%
	Capitão	15	1,6%
	1º Tenente	35	3,7%
	2º Tenente	20	2,1%
	Aspirante	1	0,2%
	Aluno (a) Oficial	0	0
	Subtenente	27	2,9%
	1º Sargento	27	2,9%
	2º Sargento	120	12,8%
	3º Sargento	408	43,5%
	Cabo	63	6,7%
	Soldado	146	15,6%
	Aluno(a) Soldado	0	0
	Prefiro não responder	9	1%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

36 Efetivo conforme Lotacionograma da PMMT do 2º Trimestre do ano de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28541 de 14 de julho de 2023.

Percebe-se, notadamente, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere especificamente aos postos e graduações, que a amostra é composta, em sua grande maioria, por policiais militares da graduação de praças, totalizando 791 ou 84,4% da amostra total, destacando-se, dentro desse percentual, a graduação de 3º Sargento, correspondendo a 408 ou 43,5% do universo total pesquisado.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao regime de escala de serviço dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): policiais militares que trabalham somente no serviço administrativo totalizaram 159 ou 17% dos policiais militares pesquisados; policiais militares que trabalham somente no serviço operacional totalizaram 449 ou 47,9% dos policiais militares pesquisados; e policiais militares que trabalham tanto no serviço administrativo, quanto no serviço operacional totalizaram 291 ou 31,1% dos policiais militares pesquisados; preferiram não responder, 38 ou 4,1% dos policiais militares pesquisados.

Quadro 14 - Regime de Escala de Serviço dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Regime de Escala de Serviço:	Somente Administrativo	159	17%
	Somente Operacional	449	47,9%
	Administrativo e Operacional	291	31,1%
	Prefiro não responder	38	4,1%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao regime de escala de serviço, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares da graduação de praças e que trabalham somente no serviço operacional, ou seja, que executam efetivamente o serviço de patrulhamento nas ruas, na cifra de 449 ou 47,9% da amostra total.

Por outro lado, ainda no que se refere ao regime de escala de serviço dos policiais militares respondentes, identificou-se a cifra de 291 ou 31,1% da amostra total de policiais militares pesquisados que possui um regime de escala de serviço

híbrida ou flexível, ou seja, que intercala entre escalas de serviço realizadas no serviço administrativo e operacional.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao sexo dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (*f_i*) e percentuais (%): 848 ou 90,5% do público pesquisado são policiais militares do sexo masculino; e 87 ou 9,3% são policiais militares do sexo feminino; 02 ou 0,2% preferiram não responder ao questionamento.

Quadro 15 - Sexo dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Sexo:	Masculino	848	90,5%
	Feminino	87	9,3%
	Prefiro não responder	2	0,2%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao sexo dos policiais militares respondentes, mas aos demais aspectos de perfil, predomina policiais militares na graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, do sexo masculino, na cifra de 848 ou 90,5% da amostra total.

No que se refere à orientação sexual dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (*f_i*) e percentuais (%): 914 ou 97,5% dos policiais militares afirmaram ter a orientação sexual do tipo heterossexual; 08 ou 0,9% afirmaram ter a orientação sexual do tipo homossexual; 07 ou 0,7% afirmaram ter a orientação sexual do tipo bissexual; 01 ou 0,1% afirmaram ter a orientação sexual do tipo pansexual; não houve respostas para a tipologia assexual; e preferiram não responder o questionamento 07 ou 0,7% dos policiais militares pesquisados.

Quadro 16 - Orientação Sexual dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Orientação Sexual:	Heterossexual	914	97,5%
	Homossexual	8	0,9%
	Bissexual	7	0,7%
	Assexual	0	0
	Pansexual	1	0,1%
	Prefiro não	7	0,7%

	responder		
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente à orientação sexual dos policiais militares respondentes, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, e de orientação heterossexual na cifra de 914 ou 97,5% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere à faixa etária dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): na faixa etária entre 18 e 23 anos não obtivemos respostas; 39 ou 4,2% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária entre 24 e 29 anos; 201 ou 21,5% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária entre 30 e 35 anos; 245 ou 26,1% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária entre 36 e 41 anos; 338 ou 36,1% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária entre 42 e 47 anos; 06 ou 0,6% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária entre 54 e 58 anos; 04 ou 0,4% dos policiais militares pesquisados estão na faixa etária acima de 58 anos; 02 ou 0,2% dos policiais militares pesquisados preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 17 - Faixa Etária dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Faixa Etária:	Entre 18 e 23 anos	102	10,8%
	Entre 24 e 29 anos	39	4,2%
	Entre 30 e 35 anos	201	21,5%
	Entre 36 e 41 anos	245	26,1%
	Entre 42 e 47 anos	338	36,1%
	Entre 54 e 58 anos	6	0,6%
	Acima de 58 anos	4	0,4%
	Prefiro não responder	2	0,2%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, que, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente à faixa etária, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, predomina o perfil de policiais da

graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, na cifra de 784 ou 83,7% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere à cor autodeclarada dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): correspondem à cor branca 200 ou 21,3% dos policiais militares pesquisados; correspondem à cor preta 121 ou 12,9% dos policiais militares pesquisados; correspondem à cor parda 605 ou 64,6% dos policiais militares pesquisados; correspondem à cor amarela 07 ou 0,7% dos policiais militares pesquisados; preferiram não responder 03 ou 0,3%; e, acerca da cor indígena, não houve policiais militares respondentes.

Quadro 18 - Cor Autodeclarada dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Cor Autodeclarada:	Branca	200	21,3%
	Preta	121	12,9%
	Parda	605	64,6%
	Amarela	7	0,7%
	Indígena	1	0,2%
	Prefiro não responder	3	0,3%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, que, pela análise do perfil, no que se refere não só especificamente à cor autodeclarada dos policiais militares respondentes, mas igualmente, aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, na cifra de 605 ou 64,6% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao estado civil dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 102 ou 10,9% dos policiais militares pesquisados são solteiros (as); 526 ou 56,1% dos policiais militares pesquisados são casados (as); 17 ou 1,8% dos policiais militares pesquisados são separados (as); 63 ou 6,7% dos policiais militares pesquisados são divorciados (as); 66 ou 7% dos policiais militares pesquisados estão em regime de união estável feita em cartório; 154 ou 16,4% dos policiais militares

pesquisados estão no regime de convivência; 05 ou 0,5% dos policiais militares pesquisados são viúvos (as); 04 ou 0,4% dos policiais militares pesquisados preferiram não responder o questionamento proposto.

Quadro 19 - Estado Civil dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Estado Civil:	Solteiro (a)	102	10,9%
	Casado (a)	526	56,1%
	Separado (a)	17	1,8%
	Divorciado (a)	63	6,7%
	União Estável feita em Juízo/Cartório	66	7%
	Convivente	154	16,4%
	Viúvo (a)	5	0,5%
	Prefiro não responder	4	0,4%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao estado civil dos policiais militares respondentes, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, na cifra de 526 ou 56,1% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao tipo de relacionamento afetivo/sexual atual dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 819 ou 87,4% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento monogâmico; 08 ou 0,9% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento aberto; 29 ou 3,1% dos policiais militares afirmaram manter um relacionamento casual; 08 ou 0,9% dos policiais militares afirmaram manter um relacionamento do tipo amigos com benefícios; 02 ou 0,2% dos policiais militares afirmaram manter um relacionamento tóxico; 03 ou 0,3% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento apenas sexual; 04 ou 0,4% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento à distância; 01 ou 0,1% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento assexual; 03 ou 0,3% dos policiais militares pesquisados afirmaram manter um relacionamento do tipo troféu; 60 ou 6,4%

dos policiais militares pesquisados preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 20 - Status de Relacionamento Afetivo Atual dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Status de Relacionamento Atual	Relacionamento Monogâmico	819	87,4%
	Relacionamento Aberto	8	0,9%
	Relacionamento Poliamor	0	0
	Relacionamento Casual	29	3,1%
	Relacionamento Amigos com Benefícios	8	0,9%
	Relacionamento Tóxico	2	0,2%
	Relacionamento apenas Sexual	3	0,3%
	Relacionamento à Distância	4	0,4%
	Relacionamento Assexual	1	0,1%
	Relacionamento Troféu	3	0,3%
	Prefiro não responder	60	6,4%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao status de relacionamento atual dos policiais militares respondentes, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, nota-se que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, na cifra de 819 ou 87,4% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao número de dependentes dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 73 ou 7,8% dos policiais militares pesquisados afirmaram que não possuem nenhum dependente; 228 ou 24,3% dos policiais militares afirmaram que possuem 01 (um) dependente; 304 ou 32,4% dos policiais militares afirmaram que possuem 02 (dois) dependentes; 205 ou 21,9% dos policiais militares afirmaram que possuem 03 (três) dependentes; 84 ou 9% dos policiais militares afirmaram que possuem 04 (quatro) dependentes; 37 ou 3,9% dos policiais militares afirmaram que possuem 05 (cinco) ou mais dependentes; 06 ou 0,6% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 21 - Número de Dependentes dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Número de dependentes	Nenhum	73	7,8%
	01 (um)	228	24,3%
	02 (dois)	304	32,4
	03 (três)	205	21,9%
	04 (quatro)	84	9%
	05 (cinco) ou mais	37	3,9%
	Prefiro não responder	6	0,6%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao número de dependentes mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, na cifra de 737 ou 78,6% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao pagamento de pensão alimentícia pelos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 238 ou 25,8% dos policiais militares pesquisados afirmaram que pagam pensão alimentícia; 692 ou 73,9% dos policiais militares pesquisados afirmaram que não pagam pensão alimentícia; 07 ou 0,7% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 22 - Pagamento de Pensão Alimentícia pelos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Você paga pensão alimentícia?	Sim	238	25,4%
	Não	692	73,9%
	Prefiro não responder	7	0,7%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, que, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao pagamento de pensão alimentícia mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que

predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, na cifra de 692 ou 73,9% da amostra total, com percentual menor de militares que pagam pensão alimentícia na cifra de 238 militares ou 25,4% da amostra total.

Quadro 23 - Quantidade de Pensões Alimentícias pagas pelos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Se “Sim” para pensão Alimentícia, quantas pensões você paga atualmente?	01 (uma)	159	66,8%
	02 (duas)	54	22,7%
	03 (três) ou mais	21	8,8%
	Prefiro não responder	4	1,7%
	Total de Respostas	238	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Para os policiais militares que afirmaram realizar o pagamento de pensão alimentícia 238 ou 25,4%, houve a predominância do pagamento de 01 (uma) a 02 (duas) pensões alimentícias, com destaque para o maior percentual de pagamento de 01 (uma) pensão alimentícia, na cifra de 159 ou 66,8% do total de policiais militares que afirmaram pagar algum tipo de pensão alimentícia.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao status familiar dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 683 ou 72,9% possuem uma família nuclear (pai, mãe e filhos moram na mesma residência); 189 ou 20,2% possuem uma família não nuclear (pai, mãe e filhos moram em residências separadas); 65 ou 6,9% preferiram não responder o questionamento proposto.

Quadro 24 - Estrutura Familiar dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Estrutura Familiar	Família Nuclear (Pai, Mãe e Filhos moram na mesma residência)	683	72,9%
	Família Diversa ou Não Nuclear (Pai, Mãe e Filhos moram em residências separadas).	189	20,2%
	Prefiro não responder	65	6,9%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao status, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, na cifra de 683 ou 72,9% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere à renda financeira dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 251 ou 26,8% dos policiais militares afirmaram que somente eles auferem renda financeira na sua família (arrimo de família); 445 ou 47,5% dos policiais militares afirmaram que são responsáveis pela maior quantidade de contribuição financeira para a sua família; 31 ou 3,3% dos policiais militares afirmaram que são responsáveis pela menor quantidade de contribuição financeira para a família; 169 ou 18% dos policiais militares afirmaram que tanto o seu parceiro (a), quanto os próprios militares, auferem renda financeira de maneira igualitária; 41 ou 4,4% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 25 - Renda Financeira Familiar dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Renda Financeira Familiar	Somente você auferir renda financeira na sua família (arrimo de família)	251	26,8%
	Você é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família	445	47,5%
	Você é responsável pela menor quantidade de contribuição financeira para a família.	31	3,3%
	Você e seu companheiro (a) auferem renda financeira para a família de maneira igualitária.	169	18%
	Prefiro não responder	41	4,4%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente à renda financeira mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares

respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja, é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, na cifra de 696 ou 74,3% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere à ocupação profissional ou familiar dos conviventes dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 569 ou 60,7% dos policiais militares afirmaram que o seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional; 120 ou 12,8% dos policiais militares afirmaram que o seu companheiro (a) não tem uma ocupação profissional; 122 ou 13% dos policiais militares afirmaram que o seu companheiro (a) não tem uma ocupação profissional, mas é responsável pelos cuidados da sua casa e da sua família; 126 ou 13,4% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 26 - Ocupação Profissional dos Componentes da Família dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Ocupação Profissional dos Componentes da Família do Policial Militar	O seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional.	569	60,7%
	O seu companheiro (a) não tem uma ocupação profissional.	120	12,8%
	O seu companheiro (a) não tem uma ocupação profissional, mas é responsável pelos cuidados da sua casa e da sua família.	122	13%
	Prefiro não responder	126	13,4%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente à ocupação profissional ou familiar, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com

a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia (constando percentuais menores para o pagamento de pensão alimentícia), com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja, é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, onde seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional na cifra de 569 ou 60,7% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao domicílio dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 292 ou 31,2% dos policiais militares afirmaram que residem na capital do estado de Mato Grosso; 75 ou 8% dos policiais militares afirmaram que residem na região metropolitana do estado de Mato Grosso; 565 ou 60,3% dos policiais militares afirmaram que residem no interior do estado de Mato Grosso; 05 ou 0,5% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 27 - Domicílio dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Local de Residência Fixa	Capital	292	31,2%
	Região Metropolitana	75	8%
	Interior	565	60,3%
	Prefiro não responder	5	0,5%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao local de domicílio, mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja,

é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, onde seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional, com predominância de policiais militares respondentes com local de domicílio no interior do estado de Mato Grosso, na cifra de 565 ou 60,3% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao grau de escolaridade dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 191 ou 20,4% dos policiais militares afirmaram que possuem ensino médio completo; 101 ou 10,8% dos policiais militares afirmaram possuir o ensino superior incompleto; 452 ou 48,2% dos policiais militares afirmaram possuir o ensino superior completo; 174 ou 18,6% afirmaram possui pós-graduação lato sensu (especialização); 10 ou 1,1% dos policiais militares afirmaram possuir pós-graduação stricto sensu (mestrado completo ou em andamento); 02 ou 0,2% dos policiais militares afirmaram possuir pós-graduação stricto sensu (doutorado completo ou em andamento); 07 ou 0,7% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 28 - Grau de Escolaridade dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Grau de Escolaridade	Ensino Médio Completo	191	20,4%
	Ensino Superior Incompleto	101	10,8%
	Ensino Superior Completo	452	48,2%
	Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) Completa ou em andamento	174	18,6%
	Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) completa ou em andamento	10	1,1%
	Pós-Graduação Stricto Sensu (Doutorado) completa ou em andamento	2	0,2%
	Prefiro não responder	7	0,7%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, que, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao grau de escolaridade mas aos demais aspectos de perfil analisados até o momento, predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando

entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja, é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, onde seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional, com predominância de policiais militares respondentes com local de domicílio no interior do estado de Mato Grosso, com grau de escolaridade de ensino superior completo, na cifra de 452 ou 48,2% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere à orientação religiosa dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 184 ou 19,6% dos policiais militares afirmaram pertencer à religião Evangélica Pentecostal; 112 ou 12% dos policiais militares afirmaram pertencer à religião Evangélica não-Pentecostal; 07 ou 0,7% dos policiais militares afirmaram pertencer à religião Umbanda ou Candomblé; 32 ou 3,4% dos policiais militares afirmaram pertencer à religião espírita; 443 ou 47,3% dos policiais militares afirmaram pertencer à religião Católica; 01 ou 0,1% dos policiais militares afirmou pertencer à religião Judaica; 23 ou 3,5% dos policiais militares afirmaram não possuir religião (Ateu); 83 ou 8,9% dos policiais militares afirmaram pertencer a outras religiões; 52 ou 5,5% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 29 - Orientação Religiosa dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Orientação Religiosa	Evangélica Pentecostal	184	19,6%
	Evangélica Não-Pentecostal	112	12%
	Umbanda ou Candomblé	7	0,7%
	Espírita	32	3,4%
	Católica	443	47,3%
	Judaica	1	0,1%
	Não tenho religião (Ateu)	23	2,5%
	Outras	83	8,9%
	Prefiro não responder	52	5,5%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente à orientação religiosa mas, também, aos

demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja, é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, onde seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional, com predominância de militares com local de domicílio no interior do estado de Mato Grosso, com grau de escolaridade de ensino superior completo, e de religião católica, na cifra de 443 ou 47,3% da amostra total.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao local de trabalho dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 575 ou 61,4% dos policiais militares afirmaram trabalhar em cidades do interior do estado de Mato Grosso; 298 ou 31,8% dos policiais militares afirmaram trabalhar na Capital do estado de Mato Grosso; 58 ou 6,2% dos policiais militares afirmaram trabalhar na região metropolitana do estado de Mato Grosso; não houve policiais militares respondentes que estavam à disposição fora do estado de Mato Grosso; 06 ou 0,6% dos policiais militares preferiram não responder ao questionamento proposto.

Quadro 30 - Local de Trabalho dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Local de Trabalho	Capital	298	31,8%
	Região Metropolitana	58	6,2%
	Interior	575	61,4%
	À disposição fora do estado de Mato Grosso	0	0
	Prefiro não responder	6	0,6%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Acerca do perfil do público pesquisado, no que se refere ao ano de ingresso na PMMT dos policiais militares respondentes, obtivemos as seguintes frequências individuais (fi) e percentuais (%): 331 ou 35,32% ingressaram na PMMT no ano de

2003; 92 ou 9,81% ingressaram na PMMT no ano de 1998; 87 ou 9,28% ingressaram na PMMT no ano de 2015; 71 ou 7,57% ingressaram na PMMT no ano de 2011; 60 ou 6,40% ingressaram na PMMT no ano de 2002; 58 ou 6,18% ingressaram na PMMT no ano de 2014; 57 ou 6,08% ingressaram na PMMT no ano de 2004; 57 ou 6,08% ingressaram na PMMT no ano de 2008; 24 ou 2,56% ingressaram na PMMT no ano de 2000; 11 ou 1,17% ingressaram na PMMT no ano de 1994; os demais anos figuraram com frequências individuais abaixo de dois dígitos, conforme quadro abaixo.

Quadro 31 - Ano de Ingresso na PMMT dos Policiais Militares Pesquisados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Ano de Ingresso na PMMT	1981	02	0,21%
	1982	01	0,10%
	1985	01	0,10%
	1987	03	0,32%
	1990	04	0,42%
	1992	08	0,85%
	1993	04	0,42%
	1994	11	1,17%
	1995	03	0,32%
	1996	01	0,10%
	1997	02	0,21%
	1998	92	9,81%
	1999	03	0,32%
	2000	24	2,56%
	2001	05	0,53%
	2002	60	6,40%
	2003	331	35,32%
	2004	57	6,08%
	2005	03	0,32%
	2006	05	0,53%
	2008	57	6,08%
	2009	03	0,32%
	2010	03	0,32%
	2011	71	7,57%
	2012	09	0,96%
	2013	08	0,85%
	2014	58	6,18%
	2015	87	9,28%
	2016	09	0,96%
	2017	04	0,42%
	2018	02	0,21%
	2019	06	0,64%
	2022	01	0,10%
	2023	01	0,10%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

Percebe-se, portanto, pela análise do perfil dos policiais militares respondentes, no que se refere não só especificamente ao ano de ingresso na PMMT mas aos

demais aspectos de perfil analisados até o momento, que predomina o perfil de policiais militares respondentes da graduação de praças, que trabalham somente no serviço operacional, que são militares do sexo masculino, de orientação heterossexual, com a faixa etária entre 30 e 47 anos, de cor parda, com estado civil de casado, de relacionamento monogâmico, com o número de dependentes variando entre 01 (um) e 05 (cinco) dependentes, constando os maiores percentuais para o quantitativo de 01 (um) a 03 (três) dependentes, com predominância do não pagamento de pensão alimentícia, com o status de família nuclear, onde o militar é arrimo de família, ou seja, é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família ou é a única fonte de renda financeira, onde seu companheiro (a) tem uma ocupação profissional, com predominância de policiais militares respondentes com local de domicílio no interior do estado de Mato Grosso, com grau de escolaridade de ensino superior completo, de religião católica, com local de trabalho no interior do estado de Mato Grosso, na cifra de 575 ou 61,4% da amostra total; com perfil de ingresso na PMMT, em sua grande maioria, entre os anos de 1994 a 2015, com predominância de ingressantes no ano de 2003, na cifra de 331 ou 35,32% dos policiais militares pesquisados.

7.2 Entrevistas: perfil dos policiais militares

A presente seção objetiva traçar o perfil dos policiais militares do estado de Mato Grosso, entrevistados individualmente em profundidade na presente pesquisa. As entrevistas individuais em profundidade objetivam captar os detalhes e as nuances entremeadas no fenômeno da vitimização policial durante o período de folga.

Para tal desiderato, foram selecionados 08 (oito) policiais militares do estado de Mato Grosso, sendo 04 (quatro) policiais do círculo hierárquico dos Oficiais e 04 (quatro) policiais do círculo hierárquico das Praças, adotando como critério principal de seleção dos entrevistados a conjugação dos critérios de maior tempo de efetivo serviço na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, juntamente com a seleção de militares das mais altas patentes de Oficiais e Praças.

A opção pela escolha de policiais militares com o maior tempo de efetivo serviço, justifica-se no sentido de que pressupõe-se que policiais militares com maior tempo de efetivo serviço na Polícia Militar já passaram por diversas experiências, tanto na

dimensão profissional, quanto na dimensão do ser policial militar durante o período de folga. Portanto, a sua perspectiva e tempo de experiência como militar, são fundamentais para a compreensão da vitimização policial durante o período de folga.

Com relação ao tempo de efetivo serviço dos militares entrevistados individualmente em profundidade, convém fazer uma separação entre militares do sexo masculino e feminino, uma vez que o tempo total de efetivo serviço para ingresso na aposentadoria de policiais militares do sexo masculino e feminino são diferentes. Na amostra de entrevistados selecionada, o tempo total de efetivo serviço para a aposentadoria de militares do sexo masculino era de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, enquanto, para militares do sexo feminino, o tempo total de efetivo serviço na Polícia Militar para ingresso na aposentadoria era de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço.

A opção pela escolha de policiais militares das mais altas patentes do círculo hierárquico de Oficiais e Praças justifica-se tendo em vista que policiais militares de postos e graduações mais elevados já experienciaram os mais diversos campos de atuação profissional na Polícia Militar, observando o caráter eclético ou multifacetado das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pelos policiais militares de postos e graduações mais elevados, os quais, por sua vez, possuem uma visão singular das atividades policiais, fundamentais à compreensão do fenômeno em análise.

Conforme mencionado alhures, foram selecionados, para as entrevistas individuais em profundidade, 08 (oito) policiais militares do estado de Mato Grosso, sendo 04 (quatro) policiais do círculo hierárquico dos Oficiais, e 04 (quatro) policiais do círculo hierárquico das Praças, respeitando-se, para tanto, o percentual de, no mínimo, 20% de policiais militares femininas. Dessa forma, entre o total de 08 (oito) policiais militares entrevistados, 02 (duas) policiais militares eram do sexo feminino, sendo, cada uma delas, pertencentes, respectivamente, ao círculo de Oficiais e Praças da Polícia Militar.

Com relação à patente dos militares entrevistados individualmente em profundidade, pertencentes ao círculo hierárquico dos Oficiais, compreendendo 04 (quatro) militares do posto de Oficial no total, sendo 03 (três) Oficiais do sexo masculino e 01 (uma) Oficial do sexo feminino, foram selecionados somente policiais militares pertencentes ao último posto de Oficial da Polícia Militar, ou seja, foram selecionados somente policiais militares da patente de Coronel da Polícia Militar.

Dentre os 03 (três) Oficiais do sexo masculino da patente de Coronel da Polícia Militar entrevistados, 02 (dois) possuíam 30 (trinta) anos de efetivo serviço na Polícia Militar e 01 (um) possuía 28 (vinte e oito) anos de efetivo serviço, perfazendo, portanto, a média de efetivo serviço dos Oficiais do sexo masculino entrevistados entre 28 (vinte e oito) anos e 30 (trinta) anos de efetivo serviço na Polícia Militar.

Ainda com relação à amostra de policiais militares pertencente ao círculo hierárquico de Oficiais, foi entrevistada 01 (uma) Oficial do sexo feminino da patente de Coronel da Polícia Militar, com tempo de efetivo serviço de 25 (vinte e cinco) anos, portanto, com o tempo de efetivo serviço máximo permitido em lei para policiais militares do sexo feminino.

Com relação à patente dos militares entrevistados individualmente em profundidade, pertencentes ao círculo hierárquico das Praças, compreendendo, portanto, 04 (quatro) militares da graduação de Praças no total, sendo 03 (três) Praças do sexo masculino, e 01 (uma) Praça do sexo feminino, foram selecionados somente policiais militares pertencentes às últimas Graduações de Praças da Polícia Militar, ou seja, foram selecionados 02 (dois) Subtenentes e 01 (um) Primeiro Sargento da Polícia Militar.

Dentre os 03 (três) Praças do sexo masculino das graduações de Subtenente e Primeiro Sargento da Polícia Militar entrevistados, 01 (um) possuía 30 (trinta) anos de efetivo serviço na Polícia Militar e 02 (dois) possuíam 29 (vinte e nove) anos de efetivo serviço, perfazendo, portanto, a média de efetivo serviço dos Praças do sexo masculino entrevistados entre 29 (vinte e nove) anos e 30 (trinta) anos,

Ainda com relação à amostra de policiais militares pertencentes ao círculo hierárquico de Praças, foi entrevistada 01 (uma) Praça do sexo feminino da patente de Subtenente da Polícia Militar, com tempo de efetivo serviço de 25 (vinte e cinco) anos, portanto com o tempo de efetivo serviço máximo permitido em lei para policiais militares do sexo feminino.

Como forma de sintetizar o perfil geral dos policiais militares da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, entrevistados individualmente em profundidade, apresentamos o quadro abaixo para melhor visualização do perfil geral dos policiais militares entrevistados.

Quadro 32 - Perfil Geral dos Policiais Militares Entrevistados em Profundidade

ENTREVISTADOS	SEXO	CÍRCULO	PATENTE	TEMPO DE

		HIERÁRQUICO		SERVIÇO
E1	Masculino	Oficial	Coronel	30 Anos
E2	Masculino	Oficial	Coronel	30 Anos
E3	Masculino	Oficial	Coronel	28 Anos
E4	Feminino	Oficial	Coronel	25 Anos
E5	Masculino	Praça	Subtenente	30 Anos
E6	Masculino	Praça	Subtenente	29 Anos
E7	Masculino	Praça	1º Sargento	29 Anos
E8	Feminino	Praça	Subtenente	25 Anos

Fonte: Elaborado pelo Autor.

8 A VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR NA PMMT DURANTE O PERÍODO DE FOLGA

O presente capítulo objetiva apresentar o quadro geral ou estágio atual da vitimização policial militar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, durante o período de folga. Para esse fim, estruturamos o capítulo em três seções que objetivam apresentar o tipo, o contexto e o perfil da vitimização policial militar durante o período de folga, apresentando as suas principais causas.

Assim sendo, na primeira seção apresentamos o tipo, o contexto e o perfil da vitimização policial militar de categoria letal na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT); na segunda seção, apresentamos o tipo, o contexto e o perfil da vitimização policial militar de categoria não letal na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT); e, por derradeiro, na terceira seção, apresentamos as principais causas da vitimização policial militar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) durante o período de folga.

8.1 O tipo, o contexto e o perfil da vitimização letal na PMMT

A presente seção objetiva apresentar o tipo, o contexto e o perfil da vitimização letal na PMMT. Para tanto, inicialmente, apresentamos um perfil geral das mortes de policiais militares nos últimos 10 (dez) anos, tanto na condição de serviço, quanto na condição de folga, como forma de obter uma visão panorâmica do quadro geral ou estágio atual da vitimização policial militar na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Logo a seguir, considerando os objetivos da presente pesquisa, direcionamos o foco para as mortes de policiais militares provenientes de crimes violentos letais intencionais (CVLI), de maneira que é apresentado o tipo, o contexto e o perfil da vitimização letal de policiais militares, decorrentes de crimes violentos letais intencionais (CVLI).

Dentro da categoria de mortes de policiais militares durante o período de folga, provenientes de crimes violentos letais intencionais (CVLI), foi traçado também o perfil da morte de policiais militares durante o período de folga, de acordo com o contexto situacional em que se sucederam as mortes, identificando o *modus operandi* do infrator, o *modus operandi* do policial militar na folga, dentre outros aspectos

relevantes sob a ótica policial militar, tudo como forma de melhor compreender a dinâmica da morte de policiais militares durante o período de folga.

8.1.1 Perfil Geral das Mortes de Policiais Militares nos últimos 10 (dez) anos em Serviço e na Folga

Nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, compreendendo o período de janeiro de 2013 a janeiro de 2023, foram vitimados, de maneira letal, 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do quadro de serviço ativo da Polícia Militar.

Quadro 33 - Categorias de Mortes de Policiais Militares de 2013 a 2023 (10 anos)

Categorias	Causa da Morte	f (i)	Total
Suicídio	Suicídio	11	11
Covid-19	Covid-19	19	19
Homicídios Crimes Violentos Letais Intencionais	Reação a Roubo	3	37
	Causas Diversas (Emboscada, PAF; etc)	16	
	Atendimento de Ocorrência na Folga	5	
	Vítima de Facadas	1	
	Vias de Fato	4	
	Troca de tiros entre PMs (desentendimento e passional)	1	
	Confundir o P2 com Infrator	1	
	Confundir PM na Folga com Infrator	2	
	Bico	3	
	Assassinado pela Esposa	1	
Doenças e outras Enfermidades	Infarto	9	35
	Encefalite Herpética	1	
	H1N1	1	
	Colecodolitíase	1	
	Disfunção de Múltiplos Órgãos	1	
	Insuficiência Renal Aguda	3	
	Tumores Diversos (Cérebro, Esôfago)	2	
	Cirrose Hepática	3	
	Vírus HIV	1	
	Câncer	10	
	Pneumonia	2	
	Diabetes/Hipertensão	1	
Acidentes de Trânsito	Acidente de Trânsito	21	21
Causas Diversas	Acidente com Descarga Elétrica	1	11
	Atropelamento	2	
	Morte Natural	3	
	Causa Desconhecida	4	
	Procedimento Cirúrgico	1	

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas da PMMT.

Os tipos de vitimização que levaram à morte desses policiais militares do serviço ativo foram diversificados, de maneira que houve uma categorização dos tipos

de vitimização letal por similaridade, as quais elencamos em ordem quantitativa decrescente: Crimes Violentos Letais (37 ou 27,61%); Doenças e outras Enfermidades (35 ou 26,11%); Acidentes de Trânsito (21 ou 15,67%); Covid-19 (19 ou 14,17%); Suicídio (11 ou 8,2%); e causas diversas (11 ou 8,2%).

Quadro 34 - Tipos de Vitimização Letal na PMMT

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
	Doenças e Outras Enfermidades	35	26,11%
	Acidentes de Trânsito	21	15,67%
	Covid-19	19	14,17%
	Suicídio	11	8,20%
	Causas Diversas	11	8,20%
	Total	134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do serviço ativo, mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no que se refere às circunstâncias em que ocorreram as mortes, ou seja, se o referido militar vitimizado estava de serviço ou de folga no momento de sua morte, prevaleceu, quantitativamente, o maior número de mortes de policiais militares durante o período de folga, conforme atestam 114 ou 85,07% dos policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, em detrimento de 20 ou 14,93% dos policiais militares, que foram vitimizados durante o período em que se encontravam de serviço.

Quadro 35 - Vitimização Letal - Condição dos Militares no momento da Morte

Vitimização Letal na PMMT	Condição dos Militares na Morte	f(i)	perc. (%)
	Serviço	20	14,93%
	Folga	114	85,07%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere à patente dos policiais militares que foram mortos, percebeu-se que o grupo de policiais militares que mais faleceu nos últimos 10 (dez) anos, foram os policiais militares pertencentes à graduação de Praças, na cifra de 122 ou 91,04%, revelando dessa maneira que, os policiais militares pertencentes à graduação de Praças fazem parte do grupo de maior risco de ser vitimizado de maneira letal, seguido, em proporções muito menores, pelos Oficiais, na cifra de 10 ou 7,46%, e pelo

grupo de policiais militares pertencentes à graduação de Praças Especiais, na cifra de 02 ou 1,49%.

Quadro 36 - Vitimização Letal - Patente dos Policiais Militares Mortos

Vitimização Letal na PMMT	Patente dos Militares na Morte	f(i)	perc. (%)
	Oficiais	10	7,46%
	Praças Especiais	02	1,49%
	Praças	122	91,04%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao sexo dos policiais militares que foram mortos nos últimos 10 (dez) anos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, prevaleceu a morte de policiais militares do sexo masculino, na cifra de 129 ou 96,26%, seguido das policiais militares do sexo feminino, que morreram em menor quantidade, na cifra de 05 ou 3,73%.

Quadro 37 - Vitimização Letal - Sexo dos Policiais Militares Mortos

Vitimização Letal na PMMT	Sexo dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Feminino	05	3,73%
	Masculino	129	96,26%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao regime de serviço dos policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, foi possível observar que os policiais militares empenhados no serviço operacional, na cifra de 105 ou 78,35%, morreram em maior quantidade, em comparação com os policiais militares que trabalham no serviço administrativo, na cifra de 29 ou 21,64%.

Quadro 38 - Vitimização Letal - Regime de Serviço dos Policiais Militares Mortos

Vitimização Letal na PMMT	Regime de Serviço dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Administrativo	29	21,64%
	Operacional	105	78,35%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao local de trabalho dos policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, foi possível observar um certo equilíbrio no quantitativo de policiais militares mortos comparando-se a região metropolitana com o interior do estado de

Mato Grosso, prevalecendo o quantitativo maior de mortes de policiais militares na região metropolitana, na cifra de 71 ou 52,98%, seguido do quantitativo de 63 ou 47,01% de mortes de policiais militares do interior do estado de Mato Grosso.

Quadro 39 - Vitimização Letal - Local de Trabalho dos Policiais Militares Mortos

Vitimização Letal na PMMT	Local de Trabalho dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Região Metropolitana	71	52,98%
	Interior	63	47,01%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao tempo de serviço dos policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, foi possível perceber que à medida que o tempo de serviço dos policiais militares vai aumentando, o risco de mortalidade torna-se cada vez maior. Os policiais militares mais jovens na carreira, ou seja, com até 10 (dez) anos de serviço, foram os menos vitimizados de maneira letal, perfazendo a cifra de 15 ou 11,19% de policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos.

No nível intermediário de risco de ser vitimizado de maneira letal, aparecem os policiais militares com mais de 10 (dez) anos, chegando ao limite de 20 (vinte) anos de serviço, na cifra de 41 ou 30,59% de militares mortos nos últimos 10 (dez) anos. Por outro lado, os policiais militares mais experientes, ou seja, aqueles com mais de 20 anos de carreira, foram os mais vitimizados de maneira letal, na cifra de 78 ou 58,20%.

Quadro 40 - Vitimização Letal - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Mortos

Vitimização Letal na PMMT	Tempo de Serviço dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Nível 1 (até 10 anos)	15	11,19%
	Nível 2 (acima de 10 anos até 20 anos)	41	30,59%
	Nível 3 (acima de 20 anos)	78	58,20%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (114 ou 85,07%), do sexo masculino (129 ou 96,26%), pertencente à graduação de Praças (122 ou 91,04%), que trabalha no serviço

operacional (105 ou 78,35%), com tempo de serviço na Polícia Militar de nível 3, ou seja, com mais de 20 (vinte) anos de serviço (78 ou 58,20%).

8.1.2 Perfil Geral dos Crimes Violentos Letais (CVL) na Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) policiais militares foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 41 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso, mortos por Crimes Violentos Letais na última década, 29 ou 78,37% foram mortos durante o período de folga e 08 ou 21,62% foram mortos durante o período em que se encontravam efetivamente de serviço na Polícia Militar.

Quadro 42 - Crimes Violentos Letais - Condição do Militar no momento da Morte

Crimes Violentos Letais (CVL)	Condição do Militar na Morte	f(i)	perc. (%)
	Serviço	08	21,62%
	Folga	29	78,37%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Considerando os objetivos da presente dissertação, interessa a presente pesquisa a investigação acerca das mortes de policiais militares durante o período de folga. Assim sendo, convém reconhecer o contexto e as circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Os Crimes Violentos Letais ocorridos durante o período de folga ocorreram nos seguintes contextos ou circunstâncias: Execução (11 ou 37,93%); Bico (04 ou

13,79%); Latrocínio (04 ou 13,79%); Intervenção em Ocorrência na Folga (05 ou 17,24%); Vias de Fato (03 ou 10,34%); Reação ao Roubo (02 ou 6,89%).

Quadro 43 - Crimes Violentos Letais - Contextos ou Circunstâncias de Morte de Policiais Militares

CVL na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Execução	11	37,93%
	Bico	04	13,79%
	Latrocínio	04	13,79%
	Intervenção em Ocorrência na Folga	05	17,24%
	Vias de Fato	03	10,34%
	Reagiu ao Roubo	02	6,89%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O meio mais predominantemente empregado para o cometimento dos Crimes Violentos Letais contra os policiais militares durante o período de folga foi a arma de fogo em 26 ou 89,65% dos casos de mortes de militares, seguidos da utilização de facadas em 02 ou 6,89% dos casos identificados e, por derradeiro, o uso da força muscular, através de vias de fato, foi o meio empregado em 01 ou 3,44% dos casos de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Quadro 44 - Crimes Violentos Letais - Meio Empregado para o Cometimento do Crime contra o Militar na Folga

CVL na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	26	89,65%
	Facadas	02	6,89%
	Vias de Fato	01	3,49%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 29 (vinte e nove) policiais militares mortos durante o período de folga, por Crimes Violentos Letais, constatou-se que 27 ou 93,10% desses militares mortos eram policiais militares pertencentes à graduação de Praças e 02 ou 6,89% eram policiais militares pertencentes ao posto de Oficiais.

Quadro 45 - Crimes Violentos Letais - Patente dos Policiais Militares Mortos na Folga

CVL na Folga	Patente dos Militares na Morte	f(i)	perc. (%)
	Oficiais	02	6,89%
	Praças Especiais	0	0
	Praças	27	93,10%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao sexo dos policiais militares, mortos por Crimes Violentos Letais durante o período de folga, observou-se que 29 ou 100% eram policiais militares do sexo masculino, ou seja, não houve policiais militares do sexo feminino mortos por Crimes Violentos Letais durante o período de folga.

Quadro 46 - Crimes Violentos Letais - Sexo dos Policiais Militares Mortos na Folga

CVL na Folga	Sexo dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Feminino	0	0
	Masculino	29	100%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao regime de serviço dos policiais militares mortos por Crimes Violentos Letais durante o período de folga, observou-se que os policiais militares pertencentes ao serviço operacional (22 ou 75,86%) foram mais vitimizados de maneira letal, do que os policiais militares do serviço administrativo (07 ou 24,13%).

Quadro 47 - Crimes Violentos Letais - Regime de Serviço dos Policiais Militares Mortos na Folga

CVL na Folga	Regime de Serviço dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Administrativo	07	24,13%
	Operacional	22	75,86%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao local de trabalho dos policiais militares mortos por Crimes Violentos Letais durante o período de folga, observou-se um certo equilíbrio no quantitativo de mortes de policiais na região metropolitana (16 ou 55,17%) e no interior do estado de Mato Grosso (13 ou 44,82%), todavia prevalecendo a predominância do número de mortes na região metropolitana (16 ou 55,17%).

Quadro 48 - Local de Trabalho dos Policiais Militares Mortos na Folga

CVL na Folga	Local de Trabalho dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Região Metropolitana	16	55,17%
	Interior	13	44,82%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao tempo de serviço dos policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, observou-se que, à medida que o tempo de serviço aumenta, o

quantitativo de policiais militares mortos também aumenta, ou seja, é possível inferir que quanto maior o tempo de serviço, maior a possibilidade de ser vitimizado de maneira letal.

Os policiais militares com até 10 (dez) anos de serviço foram os menos vitimizados, na cifra de 03 (três) casos de morte registrados. Os policiais militares com o tempo de serviço acima de 10 (dez) anos até os 20 (vinte) anos de serviço permaneceram no nível de risco de morte intermediário, registrando a cifra de 10 (dez) casos de policiais militares mortos. Por último, os policiais militares acima de 20 (vinte) anos de serviço foram os mais vitimizados de maneira letal, registrando a cifra de 16 (dezesesseis) casos de morte de policiais militares durante o período de folga.

Quadro 49 - Crimes Violentos Letais - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Mortos na Folga

CVL na Folga	Tempo de Serviço dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Nível 1 (até 10 anos)	03	10,34%
	Nível 2 (acima de 10 anos até 20 anos)	10	34,48%
	Nível 3 (acima de 20 anos)	16	55,17%
Total		29	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (29 ou 85,29%), mediante a utilização de arma de fogo contra ele (26 ou 89,65%), sendo as vítimas pessoas do sexo masculino (29 ou 100%), pertencentes à graduação de Praças (27 ou 93,10%), que trabalhavam no serviço operacional (22 ou 75,86%), com tempo de serviço na Polícia Militar de nível 3, ou seja, com mais de 20 (vinte) anos de serviço (16 ou 55,17%), pertencentes à região metropolitana (16 ou 55,17%).

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: Execução (11 ou 37,93%); Intervenção em Ocorrência na Folga (05 ou 17,24%); Bico (04 ou 13,79%); Latrocínio (04 ou 13,79%); Vias de Fato (03 ou 10,34%); e Reação ao Roubo (02 ou 6,89%), as quais merecem ser destacadas.

8.1.3 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução do Militar na Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 50 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos por Crimes Violentos Letais, nos últimos 10 (dez) anos, 13 ou 35,13% foram mortos em contextos ou circunstâncias com indícios de execução, englobando tanto policiais militares em serviço, quanto policiais militares durante o período de folga.

Quadro 51 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios de Execução em Serviço e na Folga	13	35,13%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 13 (treze) policiais militares que foram mortos com indícios de execução, 02 (dois) foram mortos durante o período em que se encontravam efetivamente de serviço na Polícia Militar e 11 (onze) durante o período de folga.

Quadro 52 - Condição do Militar no momento da Morte por Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução

CVL com Indícios de Execução	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	02	15,38%
	Folga	11	84,61%
	Total	13	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Considerando exclusivamente os policiais militares mortos durante o período de folga, em virtude dos objetivos da presente pesquisa, foi possível observar que o

meio predominantemente empregado para executar o policial militar foi a arma de fogo, conforme constatado em 10 ou 90,90% dos casos e foi registrado 01 (um) caso de execução de policial por meio do emprego de facadas.

Quadro 53 - Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução - Meio Empregado para o Cometimento do Crime

Execução de PM na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	10	90,90%
	Facadas	01	9,09%
	Total	11	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos ou circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares com indícios de execução, foi possível constatar que 06 ou 54,54% foram assassinados com disparos de arma de fogo; 02 ou 18,18% foram mortos com indícios de envolvimento com facções criminosas; 01 ou 9,09% foi assassinado com facadas; 01 ou 9,09% foi assassinado por disparos de arma de fogo, envolvendo desentendimento entre militares por motivo passional; 01 ou 9,09% foi assassinado pela esposa por disparos de arma de fogo.

Quadro 54 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Militares com Indícios de Execução durante o Período de Folga

Execução de PM na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Assassinado com Disparos de Arma de Fogo ³⁷³⁸	06	54,54%
	Militar envolvido com Facção Criminosa ³⁹	02	18,18%
	Assassinado com Facadas ⁴⁰	01	9,09%
	Militar assassina outro Militar com Disparos de Arma de Fogo por motivo Passional	01	9,09%
	Militar assassinado pela Esposa por Disparos de	01	9,09%

37 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado com disparos de arma de fogo na cidade de Cáceres/MT, fato ocorrido no dia 30/11/2022. <<https://campoverdenews.net.br/2022/12/dez-tiros-cabo-da-pm-e-assassinado-na-frente-da-familia-em-caceres/>> <<https://www.midiajur.com.br/geral/policial-militar-e-morto-a-tiros-por-criminosos-em-caceres/47446>>. Acesso em 10/01/2023.

38 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado com disparos de arma de fogo na cidade de Várzea Grande/MT, fato ocorrido no dia 03/11/2014.<<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/11/cabo-da-policia-militar-e-assassinado-tiros-em-varzea-grande-mt.html>> . Acesso em 10/01/2023.

39 Policial Militar do Estado de Mato Grosso envolvido com facção criminosa foi morto em confronto com a equipe do BOPE da PMMT, fato ocorrido no dia 29/07/2020. <<https://gazetamt.com.br/30/7/2020/em-audio-pm-morto-em-confronto-com-o-bope-avisa-que-faria-uma-missao-onde-poderia-nao-voltar-para-casa/>> <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/29/pm-e-filho-de-policial-estao-entre-os-6-mortos-em-confronto-com-o-bope-em-cuiaba.ghml>> . Acesso em 10/01/2023.

40 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado com facadas durante o período de folga na cidade de Alto Paraguai/MT, fato ocorrido no dia 30/06/2014.<<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/06/pm-e-morto-facadas-em-mt-apos-briga-em-posto-de-combustivel.html>> . Acesso em 10/01/2023.

	Arma de Fogo ⁴¹		
	Total	11	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com indícios de execução, foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: assassinados com disparos de arma de fogo (06 ou 54,54%); militar envolvido com facção criminosa (02 ou 18,18%); assassinado com facadas (01 ou 9,09%); militar assassina outro militar com disparos de arma de fogo por motivo passional (01 ou 9,09%); militar assassinado pela esposa por disparos de arma de fogo (01 ou 9,09%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de execução (13 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (11 ou 84,61%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (10 ou 90,90%), assassinados em circunstâncias singulares.

8.1.4 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de prática de Bico pelo Militar na Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 55 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares, do estado de Mato Grosso, mortos por Crimes Violentos Letais nos últimos 10 (dez) anos, 04 ou 10,81% foram mortos em contextos ou circunstâncias com indícios de prática de Bico pelo policial militar

41 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado pela própria esposa com disparos de arma de fogo, fato ocorrido em 04/12/2017. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/soldado-da-pm-e-assassinado-ao-chegar-em-casa-e-dois-sao-presos-em-mt.ghtml> > Acesso em 10/01/2023.

durante o período de folga. Esse número pode ser maior, em virtude de condutas de dissimulação da prática de Bico durante o período de folga, utilizadas pelos policiais militares, tais como: alegar que estava somente passando ou presente pelo local, quando da ocorrência do evento criminoso, de maneira que essa dissimulação da prática do Bico pode estar imersa em outros dados quantitativos de morte, como, por exemplo, nos dados de intervenção em ocorrências durante o período de folga.

Quadro 56 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios da prática de Bico pelo Policial Militar durante o Período de Folga

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios da prática de Bico na Folga	04	10,81%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Como característico da atividade de Bico, que é uma atividade exercida de forma extra à atividade profissional principal, os Crimes Violentos Letais cometidos contra os policiais militares com indícios de prática de Bico pelo Militar foram todos ocorridos durante o período de folga.

Quadro 57 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de prática de Bico pelo Policial Militar na Folga

CVL com Indícios de prática de Bico na Folga	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	0	0
	Folga	04	100%
	Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O meio predominantemente empregado para vitimizar de maneira letal os policiais militares que exerciam, durante o período de folga, a atividade de Bico, foi a arma de fogo, conforme registrado em 03 ou 75% dos casos de homicídios registrados e houve o registro da ocorrência da morte de um policial militar durante a prática da atividade de Bico no período de folga, por meio da utilização de facadas.

Quadro 58 - Meio Empregado para assassinar Policiais Militares no Bico durante o Período de Folga

CVL com Indícios de prática de Bico na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	03	75%
	Facadas	01	25%
	Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos ou circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares, com indícios de prática de Bico, durante o período de folga, foi possível constatar a ocorrência de 01 ou 25% dos casos de policial militar assassinado com facadas nas costas quando realizava o Bico de Uber; 01 ou 25% dos casos de policial militar assassinado por disparos de arma de fogo enquanto fazia Bico de vender verduras; 01 ou 25% dos casos de policial militar assassinado enquanto fazia Bico de segurança de mercado; 01 ou 25% dos casos de policial militar assassinado enquanto fazia Bico de segurança de farmácia.

Quadro 59 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de prática de Bico durante o Período de Folga

CVL com Indícios de prática de Bico na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Assassinado com Facadas nas Costas quando realizava o Bico de Uber (CVLI) ⁴²	01	25%
	Assassinado a Tiros enquanto fazia Bico de Vender Verduras (CVLI) ⁴³	01	25%
	Assassinado quando fazia Bico de Segurança de Mercado (CVLI) ⁴⁴	01	25%
	Assassinado quando fazia Bico de Segurança de Farmácia (CVLI) ⁴⁵	01	25%
	Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com indícios de prática de bico (04 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: assassinado com facadas nas costas enquanto realizava bico de Uber (01 ou 25%); assassinado a tiros enquanto fazia bico

42 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado com facadas na nuca, enquanto fazia Bico de Uber na folga na cidade de Cuiabá/MT, fato ocorrido no dia 18/11/2017. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/corpo-de-pm-assassinado-enquanto-trabalhava-como-motorista-de-app-de-transporte-e-velado-em-mt.ghml> >. Acesso em 10/01/2023.

43 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado enquanto fazia Bico de vender verduras na folga, fato ocorrido no dia 23/02/2014.< <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/02/pm-e-morto-em-mt-durante-briga-por-som-alto-de-caminhao-de-frutas.html> >. Acesso em 10/01/2023.

44 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado com sua própria arma de fogo com disparos de arma de fogo, enquanto realizava Bico de Segurança de supermercado, fato ocorrido no dia 17/04/2016. < <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/04/sargento-da-pm-e-morto-tiros-na-frente-de-mercado-em-cuiaba.html> > < <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/04/suspeito-de-matar-sargento-da-pm-e-roubar-arma-e-presos-em-cuiaba.html> >. Acesso em 10/01/2023.

45 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado por disparos de arma de fogo, em circunstâncias que apresentam indícios de prática de Bico de Segurança em farmácia, fato ocorrido no dia 31/08/2014.< <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/09/sargento-da-pm-reage-assalto-em-farmacia-e-e-morto-tiros-em-cuiaba.html> >. Acesso em 10/01/2023.

de vender verduras (01 ou 25%); assassinado enquanto fazia bico de segurança de mercado (01 ou 25%); assassinado enquanto fazia bico de segurança de farmácia (01 ou 25%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de bico (04 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (04 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (03 ou 75%), assassinados em circunstâncias específicas.

8.1.5 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Crime de Latrocínio praticado contra o policial militar na Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 60 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos por Crimes Violentos Letais nos últimos 10 (dez) anos, 04 ou 10,81% foram mortos em contextos ou circunstâncias com indícios de prática de Latrocínio contra o policial militar durante o período de folga.

Quadro 61 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios da Prática de Latrocínio contra o Policial Militar durante o Período de Folga

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios da prática de Latrocínio contra o Militar na Folga	04	10,81%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação aos Crimes Violentos Letais cometidos contra os policiais militares durante o período de folga, com indícios de prática de latrocínio contra o militar, foi possível constatar que todos os homicídios (04 ou 100%) ocorreram durante o período de folga do militar.

Quadro 62 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de prática de Latrocínio contra o Policial Militar

CVL com Indícios de Latrocínio contra o Militar na Folga	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	0	0%
	Folga	04	100%
	Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Em todos os casos de latrocínio, praticados contra policiais militares do estado de Mato Grosso, durante o período de folga, o único meio empregado para assassinar os policiais militares durante o período de folga foi a arma de fogo.

Quadro 63 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante o Período de Folga por meio da prática do Latrocínio

CVL com Indícios de Latrocínio contra o Militar na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	04	100%
	Total	04	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos ou circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, com indícios de prática de Latrocínio contra o Policial Militar, foi possível constatar que 02 ou 50% dos policiais militares foram assassinados durante a ocorrência de um roubo à sua residência; 01 ou 25% policial militar foi assassinado com disparos de arma de fogo durante a ocorrência em que foi vítima de um roubo; 01 ou 25% policial militar foi assassinado com disparos de arma de fogo durante a ocorrência em que foi vítima de um roubo à sua motocicleta.

Quadro 64 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de prática de Latrocínio contra o Policial Militar na Folga

CVL com Indícios de Latrocínio contra o Militar na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Latrocínio - Assassinado durante Roubo a sua Residência (CVLI) ^{46,47}	02	50%
	Latrocínio (Assassinado com Disparos de Arma de Fogo após o roubo) (CVLI)	01	25%
	Latrocínio (Assassinado com Disparos de Arma de Fogo após o roubo da moto) (CVLI) ⁴⁸	01	25%

46 Policial Militar do Estado de Mato Grosso da cidade de Sinop/MT é vítima de latrocínio em sua própria residência, fato ocorrido no 30/01/2017. < [G1 - Policial militar morre após ser baleado em casa em Sinop \(MT\) - notícias em Mato Grosso \(globo.com\)](#) >. Acesso em 10/01/2023.

47 Policial Militar do Estado de Mato Grosso da cidade de Sinop/MT é vítima de latrocínio em sua própria residência, fato ocorrido em 08/08/2015. < [G1 - Ladrões invadem casa e atiram em policial em Sinop \(MT\) - notícias em Mato Grosso \(globo.com\)](#) >. Acesso em 10/01/2023.

48 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado na folga com disparos de arma de fogo de sua própria arma de fogo, que foi roubada pelos infratores, e utilizada para executar o policial militar, fato ocorrido no dia 20/01/2013. < <https://policialdopovo.wordpress.com/2013/01/21/concursos-publicos-mais-de-23-mil-vagas-em->

	Total	04	100 %

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de latrocínio (04 ou 100%) contra o policial militar, foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: assassinado durante roubo à residência do militar (02 ou 50%); assassinado com disparos de arma de fogo após crime de roubo (01 ou 25%); assassinado com disparos de arma de fogo, após roubo da motocicleta do militar (01 ou 25%).

O perfil geral desses policiais militares, mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais com indícios de prática de latrocínio (04 ou 100%) contra o policial militar, é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (04 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (04 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

8.1.6 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência durante o período de Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) policiais militares foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 65 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso, mortos por Crimes Violentos Letais nos últimos 10 (dez) anos, 05 ou 13,51% foram mortos

em contextos ou circunstâncias com indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência durante o período de folga.

Quadro 66 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais, com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência durante o Período de Folga

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência na Folga	05	13,51%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Conforme mencionado alhures, os Crimes Violentos Letais cometidos contra os policiais militares, com indícios de intervenção do militar em ocorrências, ocorreram em circunstâncias onde o policial militar estava de folga e decidiu por intervir em uma ocorrência em andamento.

Quadro 67 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de Intervenção em Ocorrência durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência na Folga	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	0	0%
	Folga	05	100%
	Total	05	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Em todos os casos de assassinatos de policiais militares, com indícios de intervenção do policial militar em ocorrências em andamento, durante o período de folga, foi constatado que o meio empregado para cometer o homicídio contra o policial militar foi a arma de fogo.

Quadro 68 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante Intervenções do Militar em Ocorrências em andamento durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrência na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	05	100%
	Total	05	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos ou circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares, em virtude de intervenções do policial militar em ocorrências em andamento, durante o período de folga, foi possível constatar que 02 ou 40% dos policiais militares morreram por meio de uma troca de tiros entre policiais militares à paisana, nos quais um policial militar que trabalhava no serviço de inteligência foi

tentar abordar um veículo que supostamente seria roubado. Todavia, o condutor do veículo era outro policial militar à paisana. Naquele contexto, o policial militar do serviço de inteligência foi confundido com um infrator e o policial militar ocupante do veículo realizou disparos de arma de fogo contra o policial militar do serviço de inteligência, que revidou os disparos, também com disparos de arma de fogo, o que resultou na morte de um dos policiais militares.

Igualmente, houve a ocorrência da morte de um policial militar por intervenção em ocorrência em andamento durante o período de folga, no qual o referido policial foi acionado por vizinhos, em virtude de uma ocorrência de estupro. Entretanto, antes de o policial militar chegar ao local, um agente penitenciário armado compareceu no local da tentativa de estupro, rendeu o suspeito e saiu do local. Nesse momento, o policial militar se deparou com o agente penitenciário armado, ambos não se conheciam e se desentenderam no local, realizando disparos de arma de fogo, que resultaram em ferimentos nas pernas do agente penitenciário, e na morte do policial militar.

Outro caso registrado de morte de policial militar, em virtude de intervenção em ocorrência em andamento durante o período de folga, ocorreu durante uma tentativa de realização de abordagem policial durante o período de folga, o que resultou na morte do policial militar por disparos de arma de fogo.

Por derradeiro, houve o registro da morte de policial militar, em virtude de intervenção em ocorrência em andamento durante o período de folga, onde o policial militar, ao tentar evitar a fuga de infratores que haviam acabado de roubar celulares em um comércio na cidade de Diamantino/MT, acabou sendo assassinado por disparos de arma de fogo pelos infratores.

Quadro 69 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Militares com Indícios de Intervenção do Militar em Ocorrências durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Intervenção do Militar	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros entre PMs - PM confundido com Infrator (CVL) ⁴⁹	02	40%
	Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros	01	20%

49 Policial Militar do Estado de Mato Grosso do serviço de inteligência, tenta realizar abordagem policial em policial à paisana desconhecido, e é morto por disparos de arma de fogo, fato ocorrido no dia 17/06/2017. < <https://www.hnt.com.br/policia/soldado-e-morto-em-troca-de-tiros-com-sargento-no-tijucal-pm-investiga/75938> >. Acesso em 10/01/2023.

em Ocorrência na Folga	entre PM e Agente Penitenciário (CVL) ⁵⁰		
	Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentativa de Realização de Abordagem na Folga (CVL)	01	20%
	Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentou evitar a fuga de assaltantes de celulares de comércio em Diamantino/MT (CVLI) ⁵¹	01	20%
	Total	05	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de intervenção do militar em ocorrência na folga (05 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros entre PMs - PM confundido com Infrator (02 ou 40%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros entre PM e Agente Penitenciário (01 ou 20%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentativa de Realização de Abordagem na Folga (01 ou 20%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentou evitar a fuga de assaltantes de celulares de comércio em Diamantino/MT (01 ou 20%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de intervenção do militar em ocorrência na folga (05 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (05 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (05 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

8.1.7 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios do envolvimento do Militar em Vias de Fato durante o período de Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) policiais militares foram mortos por Crimes Violentos Letais.

50 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto durante tentativa de intervenção em ocorrência durante o período de folga, fato ocorrido no dia 30/06/2013. < [Tenente é morto e agente penitenciário fica ferido após mal entendido em ocorrência | Gazeta Digital](#) >. Acesso em 10/01/2023.

51 Policial Militar do Estado de Mato Grosso morre durante tentativa de intervenção em ocorrência de roubo durante o período de folga, fato ocorrido no dia 20/10/2015. < <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/morre-sargento-da-pm-baleado-por-assaltantes-em-diamantino/460107> >. Acesso em 10/01/2023.

Quadro 70 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimização Letal na PMMT	Tipos de Vitimização	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso, mortos por Crimes Violentos Letais nos últimos 10 (dez) anos, 03 ou 8,10% foram mortos em contextos ou circunstâncias com indícios de envolvimento do militar em vias de fato durante o período de folga.

Quadro 71 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios de envolvimento do Militar em Vias de Fato na Folga	03	8,10%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação aos Crimes Violentos Letais cometidos contra os policiais militares com indícios de envolvimento do militar em vias de fato, foi possível constatar que a ocorrência de vias de fato, envolvendo os policiais militares, ocorreram durante o período de folga.

Quadro 72 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga

CVL com Indícios de envolvimento do Militar em Vias de Fato na Folga	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	0	0
	Folga	03	100%
	Total	03	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos meios empregados que ocasionaram a morte de policiais militares envolvidos em vias de fato durante o período de folga, constatou-se que em 02 ou 66,66% dos casos o policial militar foi morto com a sua própria arma de fogo, ou seja, envolveu-se em vias de fato com outra pessoa, teve a sua arma tomada e utilizada contra o próprio policial militar para matá-lo.

Ainda no que se refere aos meios empregados que ocasionaram a morte de policiais militares envolvidos em vias de fato durante o período de folga, constatou-se a ocorrência de 01 ou 33,33% caso de morte de policial militar durante o período de

folga, onde o meio empregado para matar o policial militar foi o uso da força muscular, por meio do espancamento.

Quadro 73 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares durante envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga

CVL com Indícios de envolvimento do Militar em Vias de Fato na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo do Próprio Militar	02	66,66
	Vias de Fato (Força Muscular) (Espancamento)	01	33,33%
	Total	03	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos ou circunstâncias em que ocorreram as mortes de policiais militares, em virtude de envolvimento em vias de fato, durante o período de folga, foi possível constatar que em 02 ou 66,66% dos casos os policiais militares envolveram-se em ocorrência de vias de fato durante o período de folga e tiveram as suas armas de fogo tomadas, sendo as armas de fogo dos próprios policiais militares, utilizadas para matá-los.

Igualmente, houve a constatação de 01 ou 33,33% ocorrência de morte de policial militar, envolvido em ocorrência de vias de fato durante o período de folga, onde o referido policial militar foi espancado até a morte por diversas pessoas, durante uma briga em uma distribuidora de bebidas na cidade de Várzea Grande/MT.

Quadro 74 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de envolvimento em Vias de Fato durante o Período de Folga

CVL com Indícios de envolvimento do Militar em Vias de Fato na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Morto a Tiros com a própria arma de fogo após se envolver em vias de fato com 3 homens em uma distribuidora de bebidas no bairro Pedra 90 (CVLI) ⁵²	01	33,33%
	Espancado até a Morte em uma Vias de Fato em uma Distribuidora de Bebidas em Várzea Grande/MT (CVLI) ⁵³	01	33,33%
	Morto a Tiros com a Própria Arma de Fogo durante uma Briga numa festa na cidade de Juscimeira/MT (CVLI) ⁵⁴	01	33,33%

52 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é assassinado em distribuidora de bebidas com sua própria arma de fogo, fato ocorrido no dia 29/08/2020. < <https://www.agoramt.com.br/2020/08/confusao-em-distribuidora-termina-com-pm-morto/> >. Acesso em 10/01/2023.

53 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é espancado até a morte em distribuidora de bebidas em Várzea Grande/MT, fato ocorrido no dia 26/07/2021.< <https://www.midianews.com.br/policia/policial-militar-e-espancado-ate-a-morte-em-distribuidora-em-vg/403847> >. Acesso em 10/01/2023.

54 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto com sua própria arma de fogo, durante briga no período de folga, fato ocorrido no dia 20/09/2015.< <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/sargento-e-morto-com-a-propria-arma-durante-briga-em-juscimeira/457931> >. Acesso em 10/01/2023.

	Total	03	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com indícios de envolvimento do militar em vias de fato na folga (03 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: morto a Tiros com a própria arma de fogo após se envolver em vias de fato com 3 homens em uma distribuidora de bebidas no bairro Pedra 90 (01 ou 33,33%); espancado até a Morte em uma Vias de Fato em uma Distribuidora de Bebidas em Várzea Grande/MT (01 ou 33,33%); morto a Tiros com a Própria Arma de Fogo durante uma Briga numa festa na cidade de Juscimeira/MT (01 ou 33,33%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais com indícios de envolvimento do militar em vias de fato (03 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (03 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (02 ou 66,66%), assassinados em circunstâncias particulares.

8.1.8 Perfil dos Crimes Violentos Letais com Indícios de Reação do Militar quando vítima do Crime de Roubo na Folga

Na última década, do total de 134 (cento e trinta e quatro) policiais militares do estado de Mato Grosso mortos, 37 (trinta e sete) policiais militares foram mortos por Crimes Violentos Letais.

Quadro 75 - Policiais Militares Mortos por Crimes Violentos Letais

Vitimação Letal na PMMT	Tipos de Vitimação	f(i)	Perc. (%)
	Crimes Violentos Letais (CVL)	37	27,61%
Total		134	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 37 (trinta e sete) policiais militares do estado de Mato Grosso, mortos por Crimes Violentos Letais, nos últimos 10 (dez) anos, 02 ou 5,40% desses policiais militares foram mortos em contextos ou circunstâncias com indícios de reação do militar, quando vítima de roubo durante o período de folga.

Quadro 76 - Contextos ou Circunstâncias da Morte de Policiais Militares por Crimes Violentos Letais com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga

Crimes Violentos Letais (CVL)	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	Perc. (%)
	Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo na Folga	02	5,40%
Total		37	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação aos Crimes Violentos Letais cometidos contra os policiais militares, com indícios de reação do militar quando vítima do crime de roubo, constatou-se que os militares que foram vitimizados de maneira letal se encontravam na situação de folga.

Quadro 77 - Condição do Militar no momento da Morte com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo na Folga	Condição do Militar na Morte	f(i)	%
	Serviço	0	0
	Folga	02	100%
	Total	02	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O meio empregado para provocar a morte de policiais militares, que reagiram a uma situação em que eram vítimas de roubo, foi a utilização da arma de fogo pelo infrator.

Quadro 78 - Meio Empregado para Assassinar Policiais Militares com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Reação do Militar quando Vítima de Roubo na Folga	Meio Empregado	f(i)	%
	Arma de Fogo	02	100%
	Total	02	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere aos contextos e circunstâncias que permearam a morte de policiais militares que reagiram a uma situação na qual eram vítimas de roubo, constatou-se que, em um dos casos, o militar tentou evitar um assalto em uma lanchonete na cidade de Rondonópolis/MT, onde o militar estava realizando um lanche com a sua família, todavia o referido militar foi baleado no pescoço e morreu no hospital.

Outro caso constatado de morte de policial militar durante o período de folga, que reagiu a uma situação em que era vítima de roubo, ocorreu na cidade de Aragarças/GO, onde o policial militar do estado de Mato Grosso da Força Tática foi visitar a namorada e foi abordado por dois infratores armados com armas de fogo, pedindo a chave da motocicleta do militar. Naquela oportunidade, o militar reagiu e foi baleado com quatro disparos, sendo um na testa e os demais no abdômen, vindo a óbito no local.

Quadro 79 - Contextos ou Circunstâncias dos Militares Mortos com Indícios de Reação à situação em que eram Vítimas de Roubo durante o Período de Folga

CVL com Indícios de Reação ⁵⁵ do Militar quando Vítima de Roubo na Folga	Contexto ou Circunstâncias	f(i)	%
	Morto por Disparos de Arma de Fogo - Reagiu a Roubo em andamento (CVLI) ⁵⁶	01	50%
	Assassinado com disparos de arma de fogo na cabeça após reagir a um roubo (CVLI) ⁵⁷	01	50%
	Total	02	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação as circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com indícios de reação do militar ao crime de roubo (02 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: morto por Disparos de Arma de Fogo - Reagiu a Roubo em andamento (01 ou 50%); assassinado com disparos de arma de fogo na cabeça após reagir a um roubo (01 ou 50%).

O perfil geral desses policiais militares, mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais com indícios de reação do militar ao crime de roubo (02 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (02 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (02 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

55 Policial Militar do Estado de Mato Grosso vítima de homicídio em uma conveniência após desentendimento com outra pessoa no bairro Quilombo, em Cuiabá/MT, fato ocorrido em 27 de abril de 2023. < <https://pagina1.com.br/policia-militar-lamenta-falecimento-do-cabo-thiago-de-souza-ruiz/> >. Acesso em 28/04/2023.

56 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto durante tentativa de reação a roubo em andamento, fato ocorrido na cidade de Rondonópolis/MT, no dia 29/11/2016. < <https://www.expressomt.com.br/noticia/pm-de-folga-tenta-evitar-assalto-em-lanchonete-e-baleado-e-morre-em-mt/170110> >. Acesso em 10/01/2023.

57 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto durante tentativa de reação a roubo em andamento, fato ocorrido no dia 14/06/2017. < <https://www.midianews.com.br/cotidiano/soldado-da-forca-tatica-de-mt-morre-apos-reagir-a-assalto-em-go/298880> >. Acesso em 10/01/2023.

Apresentados de maneira descritiva os dados quantitativos e qualitativos referentes ao tipo, o contexto e o perfil da vitimização letal de Policiais Militares do Estado de Mato Grosso durante o período de folga, convém, a partir desse momento, apresentarmos também, de maneira descritiva, os dados quantitativos e qualitativos referentes ao tipo, o contexto e o perfil da vitimização não letal de Policiais Militares do Estado de Mato Grosso durante o período de folga.

8.2 O tipo, o contexto e o perfil da vitimização não letal na PMMT durante o período de folga

Na seção anterior, apresentamos o tipo, o contexto e o perfil da vitimização de policiais militares através da categoria de vitimização letal de policiais militares do Estado de Mato Grosso. Por outro lado, na presente seção, apresentamos a vitimização de policiais militares através da categoria de vitimização não letal, ou seja, apresentamos as categorias de vitimização de policiais militares durante o período de folga que não ensejaram o resultado morte de policiais militares.

Nesse sentido, portanto, de acordo com as respostas fornecidas pelos policiais militares pesquisados, foi possível categorizar as ocorrências de vitimização não letal de policiais militares durante o período de folga, em duas categorias principais, a saber: crimes violentos intencionais (CVI) e crimes de menor potencial ofensivo (CMPO), as quais foram estruturadas descritivamente como forma de conhecer o tipo, o contexto e o perfil da vitimização não letal na PMMT durante o período de folga.

8.2.1 Vitimização Não Letal de Policiais Militares na Folga

De acordo com os dados coletados, constatou-se, na voz do público pesquisado, que na Polícia Militar do estado de Mato Grosso, a vitimização policial violenta durante o período de folga não predomina em números absolutos, conforme 612 ou 65,3% dos policiais militares pesquisados afirmaram que não foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, todavia, existem as exceções em percentuais significativos. Assim, 298 ou 31,8% dos policiais militares afirmaram que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga.

Quadro 80 - Vitimização Policial Militar na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Durante o seu período de folga, você já foi vítima do crime e da violência?	Sim	298	31,8%
	Não	612	65,3%
	Prefiro não responder	27	2,9%
	Total de Respostas	937	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Com relação aos tipos de vitimização policial sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, constatou-se que os policiais militares foram vítimas em diferentes escores quantitativos e percentuais, de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO).

Quadro 81 - Tipos de Crimes sofridos pelos Policiais Militares durante o Período de Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Durante o seu período de folga você foi vítima de violência ou de algum dos crimes abaixo relacionados?	Total de Militares Vítimas de CVI	150	50,3%
	Total de Militares Vítimas de CMPO	131	44%
	Preferiu não responder	17	5,7%
	Total de Militares Vitimados na Folga	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Nas seções a seguir, serão tratados, de maneira separada, os contextos situacionais, assim como os tipos de vitimizações que ocorrem contra os policiais militares durante o período de folga por Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO).

8.2.2 Tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos policiais militares na folga

Com relação aos Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, constatou-se que eles foram vítimas dos seguintes tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI) durante o período de folga: roubo (tentado ou consumado) com emprego de arma de fogo (112 ou 37,6%); roubo (tentado ou consumado) sem o emprego de arma de fogo (15 ou 5%); homicídio (tentado) com emprego de arma de fogo (15 ou 5%); latrocínio (tentado) com emprego de arma de fogo (07 ou 2,3%); homicídio (tentado) sem o emprego de arma de fogo (01 ou 0,3%).

Quadro 82 - Tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos Policiais Militares na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Durante o seu período de folga você foi vítima de violência ou de algum dos crimes abaixo relacionados?	Roubo (Tentado ou Consumado com emprego de arma de fogo)	112	37,6%
	Roubo (Tentado ou Consumado sem o emprego de arma de fogo)	15	5%
	Homicídio (Tentado com emprego de arma de fogo)	15	5%
	Latrocínio (Tentado com emprego de arma de fogo)	7	2,3%
	Homicídio (Tentado sem o emprego de arma de fogo)	1	0,3%
	Latrocínio (Tentado sem o emprego de arma de fogo)	0	0%
	Total de Militares Vítimas CVI	150	100%
	Total de Militares Vitimados na Folga	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Dentre os 298 ou 31,8% dos policiais militares do estado de Mato Grosso, que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, destaca-se entre os Crimes Violentos Intencionais (CVI) sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, o crime de roubo⁵⁸⁵⁹⁶⁰, nas modalidades tentado ou consumado, com emprego de arma de fogo, na voz de 112 ou 37,6% dos policiais militares pesquisados que foram vitimados durante o período de folga.

Ainda na categoria dos Crimes Violentos Intencionais (CVI), sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, merecem destaque os crimes de roubo, nas modalidades tentado ou consumado, sem o emprego da arma de fogo, de acordo com a voz de 15 ou 5% dos policiais militares que foram vitimados durante o período de folga.

O homicídio, na modalidade tentada, com o emprego da arma de fogo, foi o tipo de Crime Violento Intencional (CVI) que acometeu 15 ou 5% dos policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga.

58 Policial Militar do Estado de Mato Grosso reage a tentativa de assalto e mata suspeito, fato ocorrido em 20 de outubro de 2022. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/10/20/pm-de-folga-reage-a-assalto-mata-suspeito-de-roubo-em-cuiaba.ghtml> >. Acesso em 20/10/2022.

59 Policial Militar do Estado de Mato Grosso na cidade de Colíder/MT, reage a tentativa de roubo a residência, e mata um dos infratores, fato ocorrido em 01 de fevereiro de 2022. < <https://www.youtube.com/watch?v=dliVAkn4xOk> >. Acesso em 02/02/2022.

60 Policial Militar do Estado de Mato Grosso tem a arma de fogo roubada, fato ocorrido em 22 de dezembro de 2022. < <https://www.reportermt.com/policia/bandido-rende-policia-rouba-arma-carro-e-poe-militar-para-correr-em-cuiaba/184265> > < <https://www.midianews.com.br/policia/policia-militar-fardada-tem-carro-e-arma-roubados-por-criminoso/436176> >. Acesso em 23/12/2022.

O latrocínio, na modalidade tentada, com o emprego de arma de fogo, foi o tipo de Crime Violento Intencional (CVI) que acometeu 07 ou 2,3% dos policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga.

O homicídio, na modalidade tentada, sem o emprego da arma de fogo⁶¹, foi o tipo de Crime Violento Intencional (CVI) que acometeu 0,3% ou 01 policial militar vítima do crime e da violência durante o período de folga.

Fazemos questão da exposição descritiva de todos os dados quantitativos e percentuais dos Crimes Violentos Intencionais (CVI), sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, pois todos esses crimes são categorias de tipos de vitimização policial militar, passíveis de ocorrer e que, de fato, já ocorreram durante o período de folga, merecendo a atenção devida por parte dos policiais militares no que se refere à vitimização policial militar durante o período de folga.

Os Crimes Violentos Intencionais (CVI), sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, quer sejam eles perpetrados com ou sem o emprego de arma de fogo por parte dos infratores, são situações de risco altíssimo de vitimização policial, uma vez que envolvem situações de altíssimo estresse, onde a “espiral do velho oeste” de fato é o contexto que marca esse ambiente de vitimização policial.

A “espiral do velho oeste” parte da perspectiva fatal, daquele momento da luta pela vida ou pela morte, em outras palavras, daquele momento, em que, talvez, reagir primeiro ou disparar primeiro pode ser ou não a reação de sobrevivência necessária. É difícil dizer de maneira categórica o que deveria ser feito, perante um cenário de vitimização policial ou sobrevivência policial, pois cada caso merece uma análise singular.

Todavia, há que se perceber que essas situações de risco, em que os policiais militares são vítimas de crimes violentos intencionais, em tese, são mais críticas para os policiais militares em comparação com os civis, uma vez que os policiais militares, em virtude das características adquiridas do próprio âmbito profissional, possuem um “Ethos de Reação” ou ímpeto de reagir ao evento crítico, mais aflorado em comparação ao civil, de maneira que o resultado dessa reação ao evento crítico é imprevisível.

61 Policial Militar do Estado de Mato Grosso na cidade de Sinop/MT, leva facada no olho e nas mãos durante o período de folga. < <https://www.portalsorriso.com.br/noticia/xrq-criminoso-tenta-matar-sargento-da-pm-com-facada-no-olho-e-mao-em-sinop> >. Acesso em 31/07/2023.

Como uma primeira aproximação analítica, com base nesses dados de Crimes Violentos Intencionais (CVI), sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, poderíamos reafirmar a necessidade do militar andar armado, ou seja, portando a sua arma de fogo de maneira velada durante o seu período de folga, como um mecanismo de defesa a esses eventuais crimes.

Sobre esse aspecto da promoção da sobrevivência policial a um evento crítico onde o policial militar é a vítima, Oliveira *et al* (2020) realizou pesquisa com policiais de diversas instituições a nível de Brasil, por meio da análise de casos reais de ocorrências nas quais os policiais militares foram vítimas de tentativa de roubo, de maneira que constatou-se que a reação armada do policial militar mostrou-se mais eficaz à sobrevivência policial do que o comportamento de não reagir.

Por outro lado, temos ciência, com base na realidade social como fonte material, que essa mesma arma de fogo, portada pelo policial militar durante o período de folga, quando portada em uma situação de vulnerabilidade (alcoolizado), em locais de risco (bares, botecos, baladas, etc.) ou utilizada de maneira equivocada, pode ocasionar a morte do policial militar durante o período de folga⁶².

Nesse sentido, portanto, deixamos a busca pela resposta ideal sobre o que deveria ser feito, perante um cenário de vitimização policial durante o período de folga, ao próprio militar, ressaltando sobretudo o aspecto de que, em que pese a nível institucional, a Polícia Militar tem a obrigação de fornecer o treinamento de capacitação técnica e continuada a todos os policiais militares no campo da Sobrevivência Policial durante o período de folga. Sobressai, ainda, o fato de que o policial militar deve evitar a todo custo a adoção de comportamentos de risco durante o período de folga, pois, caso contrário, as possibilidades de vitimização dele serão cada vez maiores, mesmo em se tratando de policiais militares tecnicamente capacitados e treinados no campo da Sobrevivência Policial, afinal de contas, não somos “Super-Heróis”, nós somos apenas meros mortais.

62 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é morto com a sua própria arma de fogo com tiros na cabeça durante confusão em distribuidora de bebidas em Cuiabá-MT, fato ocorrido em 20/08/2020 < [Subtenente da PM é morto com tiros na cabeça durante briga em distribuidora de bebidas em Cuiabá | Mato Grosso | G1 \(globo.com\)](#) >, Acesso em 10/01/2024.

8.2.3 Tipos de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) sofridos pelos policiais militares na folga

Com relação aos Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), constatou-se que 131 ou 44% dos policiais militares vitimizados, durante o período de folga, foram vítimas de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), dentre os quais destaca-se o crime de agressão física e verbal, ameaça e perseguição ao policial e seus familiares⁶³, perpetrados geralmente por pessoas já presas pelo policial militar⁶⁴. Em adição a esse contexto, o policial militar (Praça) geralmente acaba residindo em bairros periféricos mais humildes, em virtude das dificuldades financeiras e o convívio com pessoas com quem o militar já efetuou prisões acaba sendo inevitável.

Sobre esse aspecto, as pesquisadoras Minayo e Souza (2005) e Sabbá *et al* (2018) já alertavam sobre o aumento das possibilidades de vitimização de policiais durante o período de folga, em virtude do estabelecimento de moradias em localidades onde o crime e a violência fazem parte do cotidiano da comunidade local, conforme bem esclareceu Minayo, Assis e Souza (2005):

[...] Fora do trabalho, mesmo quando escondem suas insígnias, a identidade profissional fortalece seu sentimento de insegurança. Contribui para essa vulnerabilidade o fato de boa parte deles possuir a mesma condição social e habitar os mesmos bairros que os delinquentes (Minayo; Assis; Souza, 2005, p. 217).

Nesses locais de risco, onde policiais militares estabelecem moradia, existe ainda a possibilidade de agravamento do risco, em virtude da necessidade de atuação profissional nessas localidades, por meio de realização de abordagens e prisões, realizadas não somente pelo próprio policial militar que reside na localidade de risco, mas, igualmente, pelas ações da Polícia Militar, realizadas naquela localidade, onde o crime e a violência fazem parte do cotidiano.

Nesse contexto em que o policial militar estabelece moradia nesses locais de risco, a frequência de contato com infratores da lei e pessoas com atrito ou alguma desavença ou rixa contra as ações policiais militares torna-se maior, de maneira que

63 Policial Militar do Estado de Mato Grosso foi vítima de tentativa de homicídio pelo fato de ser policial militar, fato ocorrido em 15 de junho de 2023. < <https://www.youtube.com/watch?v=yf4c6kuOltU> > < <https://www.kb2noticias.com.br/noticia/22132/homem-e-morto-a-tiros-apos-esfaquear-policial-militar-em-sao-felix-do-araguaia-mt> >, Acesso em 16/06/2023.

64 Policiais Militares do Estado de Mato Grosso são ameaçados de Morte por indivíduo preso pelo cometimento do crime de furto, fato ocorrido em 25 de julho de 2023. < <https://www.estadaomatogrosso.com.br/policia/bandido-pula-muro-para-roubar-havan-e-ameaca-policiais-de-morte-ao-ser-preso/77155> >. Acesso em 25/07/2023.

eventuais conflitos entre policiais militares e pessoas em conflito com a lei, assim como eventuais represálias de pessoas em conflito com a lei contra as ações policiais, certamente são mais facilmente direcionadas aos policiais militares que residem nessas localidades de risco.

Quadro 83 - Tipos de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) sofridos pelos Policiais Militares na Folga

Respostas	f(i)	Perc. (%)	Principais Crimes
Total de Militares Vítimas de CMPO	131	44%	Agressão Física Agressão Verbal Ameaça Perseguição Furto Invasão de Domicílio
Total de Militares Vitimados na Folga	298	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

O crime de furto recebe destaque entre os demais crimes, de menor potencial ofensivo (CMPO), praticados contra policiais militares durante o período de folga, uma vez que, conforme narrado pelos policiais militares pesquisados, eles ocorrem mais frequentemente e nas modalidades de furto a veículo e furto à residência.

O furto a veículo, assim como o furto à residência do militar, nesse contexto, objetiva não somente prejudicar patrimonialmente ou financeiramente de alguma maneira o militar, mas os infratores geralmente objetivam, através da prática do furto, localizar armas de fogo e munições⁶⁵, pertencentes aos policiais militares.

Convém ressaltar e levar em consideração, também, o fato de que a maior parte da amostra de policiais militares respondentes é de policiais militares do interior do estado de Mato Grosso, o que permite a inferência de que esses dados de vitimização policial militar não letal, durante o período de folga, estejam mais próximos da realidade dos policiais militares do interior do estado de Mato Grosso.

Em outras palavras, os policiais militares do interior, pelo fato de trabalharem em cidades menores, em comparação às grandes regiões metropolitanas, acabam sendo mais facilmente reconhecidos pela comunidade local e pelos infratores, o que, nesse contexto, coloca os policiais militares do interior, em um nível de risco até

65 Policial Militar do Estado de Mato Grosso tem residência furtada, e arma de fogo e munições são levadas, fato ocorrido em 15 de fevereiro de 2016. < <https://www.agoramt.com.br/2016/02/casa-de-policia-militar-e-invadida-e-arma-e-furtada/> >. Acesso em 21/04/2022.

8.2.4 Contextos Individuais e Situacionais da Vitimização Não Letal de Policiais Militares por Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO)

A presente seção objetiva descrever tanto a condição individual do militar quanto ao porte ou não da arma de fogo durante o período de folga no momento da vitimização não letal, quanto descrever a condição situacional da vitimização de policiais militares durante o período de folga por crimes violentos intencionais (CVI) e crimes de menor potencial ofensivo (CMPO).

Assim sendo, serão apresentadas, em subseções apartadas, as considerações acerca do porte da arma de fogo pelo militar durante o período de folga no momento da vitimização não letal, assim como o meio empregado pelo agressor para a perpetração da vitimização não letal; e, por derradeiro, considerações acerca do período do dia e do local em que ocorreram as vitimizações de categoria não letal contra os policiais militares durante o período de folga.

8.2.4.1 Contexto ou condição individual do militar durante o período de folga, quanto ao porte ou não da arma de fogo

No que se refere ao contexto da vitimização policial na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, é importante destacarmos, além da condição situacional na qual o militar se encontrava no momento em que foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, qual era a condição individual do militar durante o período de folga, no que se refere ao porte da arma de fogo ou não.

Dentre os policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, 157 ou 52,7% estavam portando a arma de fogo que utilizam para defesa pessoal durante o período de folga. Por outro lado, 104 ou 34,9% dos militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, não estavam, no momento do crime, portando a sua arma de fogo, utilizada para defesa pessoal. Percebe-se, pela análise dos dados coletados, que mais de 87% dos militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga costumam, com certa frequência, portar arma de fogo para a defesa pessoal, durante o período de folga.

Quadro 84 - O Porte de Arma de Fogo pelo Policial Militar na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, você estava:	Portando a arma de fogo que utiliza para defesa pessoal durante o período de folga.	157	52,7%
	Não estava (naquele momento) portando a arma de fogo que utiliza para a defesa pessoal	104	34,9%
	Não faço uso do porte de arma de fogo durante o período de folga	22	7,4%
	Prefiro não responder	15	5%
	Total de Respostas	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

O porte da arma de fogo pelo policial militar durante o período de folga é um elemento de análise importante para a caracterização das causas e do contexto situacional em que ocorreu a vitimização policial, pois o porte da arma de fogo pode ser um fator de proteção ou de precipitação para o cometimento do crime e da violência por parte do agressor⁶⁶, condicionando, dessa maneira, a ocorrência da vitimização do policial.

Como um fator de proteção, o porte da arma de fogo pelo policial militar, de maneira dissimulada durante o período de folga, quando utilizado de maneira necessária e oportuna, pode salvar a vida do policial quando vítima do crime e da violência durante o período de folga, conforme bem assegurou a pesquisa de Oliveira et. al (2020).

Como um fator de precipitação, o porte da arma de fogo pelo policial militar, de maneira dissimulada, durante o período de folga, quando utilizado de maneira desnecessária e inoportuna, pode predispor a vitimização do policial, conforme exemplificado a seguir.

Considere um policial no período de folga, portando a sua arma de fogo, de maneira dissimulada (velada), sendo surpreendido por um agressor armado, apontando a arma para o policial e anunciando um roubo.

Do ponto de vista do policial, é difícil naquele momento crítico ele mensurar, com certo grau de certeza e rapidez necessários, e ele foi identificado como policial ou não. Para os policiais operacionais ou com o tirocínio mais aguçado, é até possível

66 Subtenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é morto em uma distribuidora de bebidas durante o período de folga, com sua própria arma de fogo, em virtude de um desentendimento ocorrido no local, fato ocorrido em 29 de agosto de 2020. <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/29/subtenente-da-pm-e-morto-com-tiros-na-cabeca-durante-briga-em-distribuidora-de-bebidas-em-cuiaba.ghml>. Acesso em 30/10/2021.

identificar, por meio da análise corporal e situacional do agressor, se foi reconhecido ou não como policial, todavia, mesmo que o policial tenha a percepção de que não foi reconhecido, a reação dele naquele momento, de defender-se utilizando a sua arma de fogo, sobretudo considerando a propensão do policial operacional a usar a força, quando colocado em uma situação de conflito, pode até ser considerada como necessária da sua perspectiva, pois ele, naquela situação limite, luta pela sua sobrevivência.

Entretanto, considerando que o agressor está com a arma de fogo apontada para o policial e, mais ainda, com o dedo indicador já em cima do gatilho da arma de fogo, pronto para atirar, qualquer tentativa de reação do policial, de sacar a sua arma de fogo, pode ensejar o disparo da arma de fogo pelo agressor e ocasionar a vitimização do policial. Portanto, reagir nesse contexto, ao mesmo tempo que pode ser considerado “necessário”, pode ser também categorizado como “não oportuno”.

Nessa perspectiva de uma reação armada equivocada, a pesquisa realizada por Lima, Sinhoretto e Pietrocolla (2000), através do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) de São Paulo, analisando reações armadas frustradas a ocorrências de roubo na cidade de São Paulo, constatou que uma pessoa armada, quando vítima de um roubo, possui chances 56% maiores de sofrer um latrocínio, em comparação com uma vítima desarmada (Lima, Sinhoretto; Pietrocolla, 2000).

Nesse contexto, portanto, é difícil colocar-se na posição de examinar uma situação de sobrevivência policial e categorizá-la como uma ação correta ou incorreta, pois no campo da sobrevivência policial esse paradigma do correto ou incorreto não existe. O contexto de uma situação de sobrevivência policial é um cenário de guerra irregular ou assimétrica, ou seja, é um cenário que não obedece a regras comuns, pois estamos lidando com a vida e com a morte, em questão de segundos. Portanto, a única regra que realmente impera num cenário de sobrevivência policial ou de vitimização policial é *sair vivo*.

Nesse sentido, reforça-se o aspecto de que, mesmo o policial militar estando num local que não seja considerado de risco, a condição de militar, mesmo estando durante o período de folga e, sobretudo, o porte da arma de fogo, o coloca em uma situação de risco muito maior, comparando-se com o público civil, que geralmente não possui o porte e não costuma portar arma de fogo.

8.2.4.2 Meio Empregado pelo Agressor para cometimento da Vitimização Policial Militar na folga

Constatou-se, na voz de 138 ou 46,3% dos policiais militares que foram vítimas do crime e da violência, durante o período de folga, que predominou a utilização da arma de fogo pelo agressor, como o instrumento utilizado para o cometimento do crime contra o policial militar durante o período de folga, seguido da agressão verbal, perpetrada pelo agressor em 47 ou 15,8% dos casos de violência contra o policial militar durante o período de folga e da agressão física praticada pelo agressor em 29 ou 9,7% dos casos de violência contra o policial militar durante o período de folga.

Quadro 85 - Meio Empregado para Vitimizar o Policial Militar por Crimes Violentos Intencionais (CVI) na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, qual foi o instrumento empregado (ou utilizado) pelo agressor (infrator)?	Arma de Fogo	138	46,3%
	Agressão Verbal	47	15,8%
	Outras. Especifique ...	38	12,8%
	Agressão Física	29	9,7%
	Arma branca (faca, canivete ou similar)	15	5%
	Prefiro não responder	31	10,4%
	Total de Respostas	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Para aqueles policiais que afirmaram a utilização de outros meios pelos agressores, foram citados principalmente: a prática do furto no interior do veículo⁶⁷ e na residência do militar, geralmente executada durante o período noturno, mediante arrombamento, objetivando a procura de armas de fogo e munições.

Nesse aspecto de vulnerabilidade do furto ao veículo e à residência do militar, é importante salientar que o porte da arma de fogo durante o período de folga, quando utilizado tecnicamente e adequadamente, além de proteger o policial militar de eventual situação de risco, evita a possibilidade de furto da arma de fogo em residências e no interior do veículo, locais esses frequentemente utilizados por

67 Boletim 2023.182447 de 30.06.2023 – Militar deixa arma de fogo institucional dentro do seu veículo, e tem a arma de fogo furtada.

68 Policial Militar do Estado de Mato Grosso tem arma de fogo roubada durante roubo em um estacionamento na cidade de Cuiabá/MT, fato ocorrido em 22 de junho de 2023.< <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/06/22/video-policial-militar-e-assaltado-e-tem-arma-roubada-em-estacionamento-de-mercado-em-cuiaba.ghml> >. Acesso em 23 de junho de 2023.

Nesse sentido, compreendemos o porte da arma de fogo realizado pelo policial militar durante o período de folga, como um mecanismo de proteção e defesa pessoal do militar, desde que o militar faça o uso do porte da arma de fogo dentro dos critérios estabelecidos pela boa técnica da sobrevivência policial durante o período de folga, ou seja, evitando a frequência em locais de risco; evitando ser surpreendido, e utilizando o efeito surpresa ao seu favor; não portando arma de fogo sob o efeito de substâncias psicoativas, dentre outros e, sobretudo, treinando o seu padrão cognitivo de reação ou não reação, quando vítima do crime e da violência durante o período de folga.

8.2.4.3 Não existe local totalmente seguro durante o período de folga

De acordo com os policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, constatou-se em 182 ou 61,1% dos casos de vitimização policial, que o local onde o militar foi vitimado não é considerado um local de risco, ou seja, as características do ambiente facilitam a ocorrência do crime e da violência em virtude da vítima ser policial militar.

Quadro 86 - Nível de Risco do local onde o Militar foi Vitimizado na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O local onde você foi vitimado é considerado um local de risco (que pelas características do ambiente, facilitam a ocorrência do crime e da violência), considerando a sua profissão de policial militar?	Sim	48	16,1%
	Não	182	61,1%
	Talvez	60	20,1%
	Prefiro não responder	8	2,7%
	Total de Respostas	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A questão da definição ou caracterização de um local ou contexto como sendo de risco ou não, com predisposição para a ocorrência da vitimização policial, é bastante complexa, pois, ao mesmo tempo que temos lugares considerados de risco, ou seja, com predisposição para a ocorrência da vitimização policial, tais como bares, conveniências, bairros periféricos onde ocorre o tráfico de drogas, dentre outros, por outro lado temos lugares que não são considerados de risco, mas que talvez, até mesmo em virtude do seu contexto situacional de tranquilidade, tais como, a própria residência do militar, a residência de parentes e amigos, o supermercado do bairro do

dia a dia⁶⁹, a reunião da igreja do bairro, podem, por um efeito surpresa, tornar-se locais considerados de risco e com predisposição à vitimização policial.

O fato de não ser considerado um local de risco o contexto ou local onde ocorreu a vitimização policial, na percepção dos policiais militares pesquisados, reforça a necessidade da perpétua vigilância por parte do policial militar, até mesmo nos lugares considerados tranquilos e sem risco, sobretudo durante o período de folga.

Essa necessidade de perpétua de vigilância por parte dos policiais militares reflete, portanto, a perspectiva descrita por Minayo (2008) sobre as condições singulares de alerta dos policiais militares durante o período de folga, realizadas no sentido de revelar que “seus corpos estão permanentemente expostos, e seus espíritos, nunca descansam”.

Prova de tal “estado de alerta constante” foi constatada por meio de pergunta direcionada aos 298 policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, no sentido de esclarecer quais ações poderiam ter sido adotadas para minimizar a ocorrência na qual foram vítimas do crime e da violência, de maneira que 117 ou 39,3% dos militares responderam que, caso estivessem mais alerta às situações do dia a dia, poderiam ter minimizado ou evitado a vitimização durante o período de folga.

Percebe-se, portanto, através da voz dos policiais militares vítimas do crime e da violência durante o período de folga, que eles próprios não conseguem se permitir um momento de real descanso durante o período de folga, uma vez que a condição de sobreviver e se manter vivo os colocam em estado de constante alerta, sobretudo durante o período de folga, quando os militares mais são vitimados letalmente.

8.2.4.4 Local de ocorrência da Vitimização Policial Militar durante o período de folga

No que se refere ao contexto ou local em que o policial militar estava quando foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, constatou-se que em 128 ou 43% dos casos o militar estava na rua ou em via pública; em 70 ou 23,5% dos

69 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é vítima de tentativa de homicídio em um supermercado em São Félix do Araguaia/MT em 15 de junho de 2023. < <https://radio93fm.com.br/cabo-reage-e-mata-homem-apos-golpeado-com-faca/> >. Acesso em 15/06/2023.

casos, o militar estava na sua residência, revelando, dessa maneira que, não só a rua ou a via pública, mas a própria residência do militar⁷⁰⁷¹ é um local de risco, com possibilidade de vitimização policial durante o período de folga.

Quadro 87 - Local onde ocorreu a Vitimização Policial Militar na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, você estava:	Na rua ou Via Pública	128	43%
	Em casa	70	23,5%
	Em um lazer ou confraternização com a família ou amigos	23	7,7%
	Outras. Especifique ...	23	7,7%
	Interior do veículo	14	4,7%
	Em um bar	10	3,4%
	Em uma festa ou show	8	2,7%
	Trabalhando, fazendo bico de segurança	5	1,7%
	Em uma situação de conflito ou desentendimento com outra (s) pessoa (s)	4	1,3%
	Prefiro não responder	13	4,4%
	Total de Respostas	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao fato de a vitimização do policial militar ocorrer na rua ou em via pública em 128 ou 43% dos casos é importante realizarmos a leitura desses dados em conexão com os períodos do dia em que os policiais militares são mais vitimizados. Nesse sentido, portanto, no que se refere ao período do dia em que os policiais militares foram vitimizados durante o período de folga, o período noturno, em 164 ou 55% dos casos, foi o período no qual os referidos militares foram mais vitimizados durante o período de folga, seguido pelo período vespertino, na cifra de 61 ou 20,5% dos casos.

Quadro 88 - Período do Dia em que ocorreu a Vitimização do Policial Militar na Folga

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
Qual seria o período no qual você foi vítima do crime e da violência?	Período Noturno	164	55%
	Período Vespertino	61	20,5%
	Período Matutino	36	12,1%
	Período da Madrugada	20	6,7%
	Prefiro não responder	17	5,7%
	Total de Respostas	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

70 Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso morto em sua própria residência na cidade de Sinop/MT, no ano de 2017, durante o período de folga. < <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/policial-militar-morre-apos-ser-baleado-dentro-de-casa-em-sinop-mt.html> > Acesso em 30.12.2022.

71 Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso morto em sua própria residência na cidade de Sinop/MT, no ano de 2015, durante o período de folga. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/04/30/suspeito-de-assassinar-coronel-em-2015-durante-assalto-e-presos-em-sitio-em-mt.ghtml> > Acesso em 30.12.2022.

Através da leitura em conexão dos locais de vitimização de maior risco (na rua ou em via pública), com os períodos do dia em que mais os policiais militares foram vitimizados, é possível inferir que o *life style noturno* dos policiais militares contribui para a ocorrência da vitimização do policial militar durante o período de folga, uma vez que 164 ou 55% dos casos de vitimização ocorreram durante o período noturno, sugerindo um estilo de vida noturno ativo, costumeiramente marcado pela presença, comparecimento e fluxo em locais de entretenimento e divertimento noturno, tais como: restaurantes, festas, boates, bares, botecos, dentre outros ambientes similares de confraternização noturna.

Prosseguindo com a leitura dos dados coletados, os locais onde geralmente os policiais militares foram vitimizados durante o período de folga, variaram bastante, dentre os quais citamos os seguintes locais ou contextos situacionais em que os policiais militares estavam durante o período de folga, quando foram vitimizados, a saber: “saidinha de banco”; em um apartamento alugado para temporada de férias; em uma loja de auto peças para veículos; em uma loja de material para construção⁷²; na residência de um amigo; na Igreja; numa loja de credito consignado; na universidade; fazendo uma prova de concurso; saindo de um mercado; no hospital Santa Helena; na academia de natação dos filhos; voltando do serviço ordinário de policial militar; numa reunião da igreja; saindo de casa na entrada do condomínio, um bêbado começou a discutir e sacou uma faca para o policial militar; em uma panificadora; num restaurante, dentre outros.

O local ou contexto situacional de lazer e/ou confraternização entre família⁷³ e amigos (23 ou 7,7%), assim como o bar (10 ou 3,4%) e a festa ou show (08 ou 2,7%), frequentados por policiais militares durante o período de folga, foram locais ou contextos situacionais, onde a vitimização policial militar ocorreu em menor proporção durante o período de folga.

72 Policial Militar do Estado de Mato Grosso acerta disparo de arma de fogo em assaltante, numa loja de materiais de construção em Cuiabá/MT, fato ocorrido em 27 de maio de 2020. < <https://www.leiagora.com.br/noticia/81192/bandido-e-baleado-ao-tentar-assaltar-policial-a-paisana-video> >. Acesso em 20/05/2021.

73 Policial Militar do Estado de Mato Grosso estava em uma lanchonete com a sua família durante o período de folga, no momento em que foi anunciado um roubo no local, o policial militar tentou intervir no roubo em andamento, e acabou sendo baleado e morto, fato ocorrido na cidade de Rondonópolis em 30 de novembro de 2016. <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/11/pm-de-folga-tenta-evitar-assalto-em-lanchonete-e-baleado-e-morre-em-mt.html> >. Acesso em 30/10/2021.

Sustenta-se, com base na literatura especializada sobre a temática (Minayo et. al 2008, p. 199), (Mello; Nummer, 2014, p. 13), (Rosário, 2017), (Sales, 2021, p. 51), (Marty, 2022, p. 1160), dentre outros que, os locais ou contextos situacionais onde ocorre a ingestão de bebida alcoólica em demasia, tais como bares⁷⁴⁷⁵, conveniências, shows, festas, confraternizações, aliado ao porte da arma de fogo ou não pelo militar, geralmente, são locais de altíssimo risco de vitimização policial⁷⁶.

O trabalho realizado pelo policial militar, durante o período de folga, de Bico de segurança, foi elencado em 05 ou 1,7% dos casos de policiais militares que foram vitimizados. Nesse aspecto, sustenta-se, com base na literatura especializada sobre a temática (Minayo; Souza, 2003), (Durante; Oliveira, 2013), (Lima; Martins, 2021), (Araújo, 2017), (França; Duarte, 2017), (Bassalo; Mello, 2018), (Zilli, 2018), (Ferreira; Cabelho; Rondon Filho, 2020), (Barbosa et. al, 2020, p. 14), (Araújo et. al 2021, p. 03), (Silva, 2021, p. 15) dentre outros que a prática do Bico de segurança é um fator de risco altíssimo de predisposição à vitimização policial durante o período de folga.

O conflito ou o desentendimento com outra pessoa durante o período de folga⁷⁷ foi o contexto situacional de vitimização policial durante o período de folga para 04 ou 1,3% dos policiais militares que foram vitimizados. Nesse aspecto, sustenta-se, com base na literatura especializada sobre a temática (Minayo et. al 2008, p. 233-234), (Mello; Nummer, 2014, p. 13), (Marty, 2022, p. 1154), (Sales, 2021, p. 51), (Zilli et. al, 2020, p. 59) dentre outros que o conflito e o desentendimento com outra pessoa, durante o período de folga, é um fator de risco altíssimo de vitimização, sobretudo nos casos em que o policial militar está portando a arma de fogo e tenta utilizá-la como mecanismo de intimidação ou encerramento do conflito (síndrome de Tombstone). Nesses casos, se o opositor não se intimidar com o saque da arma de fogo, o militar

74 Policial Militar do Estado de Mato Grosso aposentado é morto a tiros dentro de um bar durante o período de folga, fato ocorrido no mês de março do ano de 2022. <https://www.reportermt.com/policia/policial-militar-e-morto-a-tiros-dentro-de-bar-veja-video/169887>. Acesso em 21/12/2022.

75 Sargento aposentado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é torturado e morto, tendo o seu coração arrancado, durante o período de folga, fato ocorrido em junho de 2023. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/06/23/suspeitos-mortos-em-confronto-com-a-pm-apos-tortura-contr-sargento-aposentado-em-mt-sao-identificados.ghtml> >. Acesso em 30/06/2023.

76 Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é espancado e morto em uma conveniência durante o período de folga no ano de 2021. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/26/pm-morre-apos-ser-espancado-por-2-homens-durante-briga-em-loja-de-conveniencia-em-mt-veja-o-video.ghtml> >. Acesso em 21/12/2022.

77 Policial Militar do Estado de Mato Grosso entra em desentendimento com policial civil dentro de uma conveniência, durante o período de folga, e é assassinado, no ano de 2023. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/28/em-depoimento-testemunhas-disseram-que-policial-civil-e-pm-morto-em-conveniencia-se-desentenderam.ghtml> >. Acesso em 28/04/2023.

encontra-se no dilema de ter de atirar ou entrar em luta corporal com o opositor. (Wendling, 2018, p. 213)

Em que pese a grande variedade de locais em que os policiais militares foram vitimizados de maneira não letal durante o período de folga, é possível perceber que o estilo de vida adotado pelo policial militar durante o período de folga, sobretudo o estilo de vida noturno, o que compreende locais ou ambientes de entretenimento e lazer noturnos, geralmente frequentados com o consumo excessivo de álcool e outros tipos de substâncias, interfere significativamente, facilitando a ocorrência da vitimização não letal do policial militar durante o período de folga.

8.2.5 O Perfil da Vitimização Não Letal de Policiais Militares na Folga

No que se refere à patente dos policiais militares que foram vitimizados de maneira não letal durante o período de folga, foi possível constatar que os policiais militares da graduação de Praças, na cifra de 240 ou 80,53% foram os mais vitimizados de maneira não letal.

Quadro 89 - Vitimização Não Letal - Patente dos Policiais Militares Vitimizados na Folga

Vitimização Não Letal na PMMT	Patente dos Militares	f(i)	perc. (%)
	Oficiais	54	18,12%
	Praças Especiais	0	0
	Praças	240	80,53%
	Prefiro Não Responder	04	1,34%
Total		298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao sexo dos policiais militares que foram vitimizados de maneira não letal, durante o período de folga, foi possível constatar que os policiais militares do sexo masculino, na cifra de 271 ou 90,93%, foram os mais vitimizados de maneira não letal.

Quadro 90 - Vitimização Não Letal - Sexo dos Policiais Militares Vitimizados na Folga

Vitimização Não Letal na PMMT	Sexo dos Militares	f(i)	perc. (%)
	Feminino	26	8,72%
	Masculino	271	90,93%
	Prefiro Não Responder	01	0,33%
Total		298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao regime de serviço dos policiais militares que foram vitimizados de maneira não letal durante o período de folga, foi possível constatar que os policiais militares que trabalham costumeiramente no serviço operacional, na cifra de 126 ou 42,28%, foram os mais vitimizados de maneira não letal.

Quadro 91 - Vitimização Não Letal - Regime de Serviço dos Policiais Militares Vitimizados na Folga

Vitimização Não Letal na PMMT	Regime de Serviço dos Militares	f(i)	perc. (%)
	Administrativo	56	18,79%
	Operacional	126	42,28%
	Administrativo e Operacional	103	34,56%
	Prefiro Não Responder	13	4,36%
Total		298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao local de domicílio dos policiais militares vitimizados de maneira não letal durante o período de folga, foi possível constatar um certo equilíbrio no quantitativo de ocorrências de vitimização não letal durante o período de folga, comparando-se os domicílios de policiais militares na região metropolitana e no interior do estado de Mato Grosso.

Entretanto, ainda que em pequenos percentuais diferenciais, predomina a vitimização não letal de policiais militares, durante o período de folga, nos domicílios estabelecidos pelos policiais militares, em região metropolitana, na cifra de 152 ou 51%.

Quadro 92 - Vitimização Não Letal - Domicílio dos Policiais Militares Vitimizados na Folga

Vitimização Não Letal na PMMT	Domicílio dos Militares	f(i)	perc. (%)
	Região Metropolitana	152	51%
	Interior	146	49%
Total		298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

No que se refere ao tempo de serviço dos policiais militares, vitimizados de maneira não letal durante o período de folga, foi possível constatar que os que mais foram vitimizados de maneira não letal foram os policiais militares com o tempo de serviço de nível 2, ou seja, com tempo entre 10 anos a 20 anos de serviço na Polícia Militar.

Quadro 93 - Vitimização Não Letal - Tempo de Serviço dos Policiais Militares Vitimizados na Folga

Vitimização Não Letal na PMMT	Tempo de Serviço dos Militares Mortos	f(i)	perc. (%)
	Nível 1 (até 10 anos)	44	1,47%
	Nível 2 (acima de 10 anos até 20 anos)	189	63,42%

	Nível 3 (acima de 20 anos)	65	21,81%
	Total	298	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

Por derradeiro, podemos concluir que o perfil do policial militar de maior risco de ser vitimizado de maneira não letal durante o período de folga, é o do policial militar pertencente à graduação de Praças (240 ou 80,53%), do sexo masculino (271 ou 90,93%), que trabalha no serviço operacional (126 ou 42,28%), estabelecendo local de domicílio na região metropolitana (152 ou 51%), com tempo de serviço de nível 2, ou seja, com tempo entre 10 anos e 20 anos de serviço na Polícia Militar (189 ou 63,42%).

8.3 As causas da vitimização policial durante o período de folga, na percepção do público pesquisado via questionário

8.3.1 Aspectos Introdutórios da Análise Causal da Vitimização

Para explicarmos as causas da vitimização policial, durante o período de folga, é preciso rememorarmos o nosso problema de pesquisa, que consiste no seguinte questionamento: o nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (macro) e o nível individual do policial militar (micro) interferem no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga?

Por nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (macro), no campo da temática da vitimização policial durante o período de folga, compreendemos aquelas variáveis, ou fatores exclusivamente relacionados à competência da instituição Polícia Militar, referindo-se a aspectos que são deveres ou obrigações institucionais da Polícia Militar, ou devem ser por ela de alguma maneira articulados, tais como: reestruturação salarial; reestruturação da carreira e dos mecanismos de ascensão profissional; realização de treinamentos técnicos de capacitação continuada no campo da sobrevivência policial durante o período de folga, dentre outros, de maneira que, por questões de melhor exposição da temática, passaremos a denominar de “vulnerabilidades institucionais”.

Por nível individual do policial militar (micro), no campo da vitimização policial, durante o período de folga, compreendemos as condutas ou comportamentos adotados a nível individual pelos policiais militares durante o período de folga, ou seja, durante o período em que não se encontram efetivamente de serviço à disposição da

Polícia Militar, tais como: frequentar determinados tipos de lugares de risco; fazer o uso de bebida alcoólicas e/ou entorpecentes; adotar comportamentos de risco, dentre outros, de maneira que, a essa primeira dimensão de nível individual (micro), passaremos a denominar de “vulnerabilidades pessoais/comportamentais do militar na folga”.

Inicialmente, convém assegurarmos que, com base na análise dos dados coletados, por meio da utilização do software de análise qualitativa NVIVO, é possível responder o problema de pesquisa no seguinte sentido: existem interferências de nível institucional (macro) e de nível individual do policial militar (micro) envolvidas no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, todavia, sopesa, com maior preponderância, os fatores de risco de nível individual do policial militar (micro).

Quando nos referimos aos fatores de risco de nível individual do policial militar (micro), notadamente, estamos nos referindo às “vulnerabilidades pessoais/comportamentais do militar na folga”, ou seja, os comportamentos de risco, adotados pelos policiais militares durante o período de folga, são os fatores de risco de vitimização policial mais preponderantes que ocasionam a morte ou vitimização de policiais militares durante o período de folga.

Tabela 1 – Codificações no NVIVO das Causas da Vitimização Policial Militar na Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro)	1467
Nível Institucional (Macro)	75
Total de Referências Codificadas	1542

Fonte: NVIVO

As 1542 (mil e quinhentas e quarenta e duas) respostas dos policiais militares foram sendo categorizadas de acordo com as variáveis de análise estabelecidas no problema de pesquisa proposto, ou seja, as respostas foram sendo categorizadas em explicações causais referentes a vulnerabilidades pessoais (nível individual – micro) e vulnerabilidades institucionais (nível institucional – macro).

Tabela 2 - Codificações no NVIVO das Causas da Vitimização Policial Militar na Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Total de Referências Codificadas	1542

Fonte: NVIVO

Percebe-se, portanto, pelo quantitativo total de 1542 referências codificadas para os aspectos de Vulnerabilidades Institucionais (Nível Institucional -Macro) e de Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga (Nível Individual – Micro), que as Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga (Nível Individual – Micro) apresentam-se como as correlações quantitativas que mais sopesam nas causas dos militares serem vitimizados durante o período de folga.

Considerando o quantitativo total de 1542 referências codificadas relacionadas às causas da vitimização policial durante o período de folga, as Vulnerabilidades Institucionais (Nível Institucional -Macro) foram indicadas por 75 vezes como as causas da vitimização policial durante o período de folga o que, percentualmente, corresponde a, aproximadamente, 4,8% das respostas atribuídas pelos policiais militares, como as causas da vitimização policial durante o período de folga.

Por outro lado, considerando o quantitativo total de 1542 referências codificadas relacionadas às causas da vitimização policial durante o período de folga, as Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga (Nível Individual – Micro) foram indicadas por 1467 vezes como as causas da vitimização policial durante o período de folga o que, percentualmente, corresponde a, aproximadamente, 95,2%

das respostas atribuídas pelos policiais militares, como as causas da vitimização policial durante o período de folga.

Isso leva-nos a duas conclusões complementares. A primeira é a de que os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares do estado de Mato Grosso, durante o período de folga, sopesam quantitativamente muito mais nas causas da vitimização policial militar, do que as Vulnerabilidades Institucionais.

A segunda conclusão confirma o paradigma estabelecido pelos especialistas na área de vitimização policial, tais como Pellegrini e Moraes (2017), Araújo (2017), Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), dentre tantos outros, no sentido de que, para os policiais garantirem a preservação de suas vidas, quer seja em serviço ou fora dele, grande parte do resultado final se dá com a adoção de comportamentos de prevenção e, em menor medida, com a reação e, em menor medida ainda, com a sorte.

Em outras palavras, houve a confirmação do paradigma da Sobrevivência Policial na Folga de que os comportamentos de prevenção, adotados pelos policiais militares, durante o período de folga (evitando a adoção de comportamentos de risco), sopesa de maneira mais forte na ocorrência da vitimização policial durante o período de folga, do que outros tipos de fatores de risco correlacionados e multivariados.

O nível de similaridade do resultado alcançado na presente pesquisa de campo, no que se refere à adoção de comportamentos de risco pelos policiais militares como a causa da vitimização policial durante o período de folga, está na cifra de 95,2% e os comportamentos de prevenção estabelecidos pelos especialistas na área de sobrevivência policial na folga, tais como Pellegrini e Moraes (2017), Araújo (2017), Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), dentre tantos outros, reforçam o paradigma de que o fator de proteção mais importante na vitimização policial, durante o período de folga, é a adoção de comportamentos de prevenção (evitando comportamentos de risco).

Considerando a possibilidade de melhor compreensão para o leitor, das interferências de nível institucional (macro) e de nível individual (micro), envolvidas no fenômeno da vitimização policial durante o período de folga, cada uma dessas dimensões de análise serão expostas em seções separadas, conforme explicitado a seguir.

8.3.2 Fatores de Risco de Nível Institucional (Macro) – Vulnerabilidades Institucionais

Em busca das principais causas da vitimização policial, durante o período de folga, com base nas 1542 (mil e quinhentas e quarenta e duas) respostas fornecidas pelos policiais militares pesquisados, foram codificadas como fatores de risco de nível institucional (macro), ou seja, foram codificadas como vulnerabilidades institucionais, 75 referências, códigos ou respostas que buscam explicar as causas da vitimização policial militar durante o período de folga, as quais foram estabelecidas em 12 (doze) categorias de análise iniciais.

Tabela 3 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Falta de Treinamento de Sobrevivência Policial	31
Baixos Salários	21
Falta de Acompanhamento Psicológico	9
Estresse	3
Falta de Reconhecimento e Valorização Profissional	3
Jornada Extraordinária - Bico Legalizado - Convocação	2
Ausência de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	1
Desvalorização do Poder de Compra do Salário	1
Interferências Políticas na Instituição	1
Necessidade de Desenvolvimento Tecnológico	1
Policiais Não Empenhados em Combater o Crime	1
Promoções Não Automáticas	1

Fonte: NVIVO

A análise do portfólio bruto de respostas categorizadas revelou a necessidade de condensação das 12 (doze) categorias de análise estabelecidas inicialmente, as quais foram agrupadas por meio dos critérios de semelhança temática e, sobretudo, em virtude da similaridade de relações de causa e efeito, referentes ao fenômeno da vitimização policial durante o período de folga, perfazendo ao fim, 06 (seis) categorias de análise das causas da vitimização policial militar durante o período de folga.

Tabela 4 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga	31
Questão Salarial e de Reconhecimento Profissional	28
Falta de Acompanhamento Psicológico	9
Estresse da Atividade Policial Militar	3
Interferências Políticas na Instituição	2
Jornada Extraordinária - Bico Legalizado - Convocação	2

Fonte: NVIVO

Nesse sentido, nas subseções a seguir, serão contextualizadas, com base nos referenciais teóricos especializados na temática e, igualmente, com base nas respostas dos policiais militares pesquisados, as vulnerabilidades institucionais ou fatores de risco de nível institucional (macro), indicados pelos policiais militares pesquisados como causas da vitimização policial militar durante o período de folga.

8.3.2.1 Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga

No que se refere às vulnerabilidades institucionais, o treinamento de Sobrevivência Policial, durante o período de folga, foi o primeiro elemento causal mais citado pelos policiais militares pesquisados, constando 31 (trinta e uma) referências ou codificações.

Tabela 5 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Treinamento de Sobrevivência Policial na Folga	31

Fonte: NVIVO

Pesquisas anteriormente realizadas no campo da vitimização policial, tais como Rocha (2018) e Oliveira et. al (2020), reforçam o fato de que muitos policiais já foram mortos, devido a uma tentativa de reação equivocada quando foram vítimas de roubo durante o período de folga.

Essa reação equivocada do policial quando vítima do crime e da violência durante o período de folga, foi amplamente discutida tecnicamente por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), onde, naquela oportunidade, ficou claro que a resposta automática de reação do policial militar nada mais era do que o reflexo de um padrão cognitivo de resposta proveniente do treinamento do policial militar, voltado exclusivamente para o desempenho de atividades ostensivas na Polícia Militar (fardado), os quais, por sua vez, sedimentaram no policial militar a resposta motora automática de que, ao primeiro sinal de perigo, devem realizar o saque da arma de fogo.

Não somente isso, mas também outros fatores, impulsionaram Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020) a propor a implementação do treinamento de Sobrevivência Policial na folga, direcionado aos policiais militares do estado de Mato Grosso.

Diversas outras instituições policiais militares, tais como as Polícias Militares do Pará (Rocha, 2018), São Paulo (Quitshal, 2019), Rio Grande do Norte (Silva; Silva Júnior, 2021; Silva; Almeida, 2021), Paraíba (Oliveira et. al, 2020), Distrito Federal (Sales, 2021), dentre outras, reforçaram a importância do treinamento de Sobrevivência Policial na Folga, direcionado aos policiais militares, com base nas pesquisas de vitimização que apontam a reação equivocada do militar, quando vítima do crime e da violência e, igualmente, a ausência nos currículos militares, de disciplinas voltadas para a defesa do policial militar no período de folga, quando vítima do crime e da violência.

A partir dos estudos de Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020) na Polícia Militar do estado de Mato Grosso, o treinamento de Sobrevivência Policial na folga passou a fazer parte das disciplinas curriculares dos cursos de formação inicial e de capacitação continuada, realizados na Polícia Militar do estado de Mato Grosso.

O Curso de Sobrevivência Policial na folga na Polícia Militar do estado de Mato Grosso já teve **34 edições** e já realizou a capacitação de mais de **881** policiais militares, além de capacitar, também, policiais de outras instituições, tais como Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Judiciária Civil, Polícia Federal e Polícias Militares Coirmãs.

Entretanto, como a equipe de instrução é pequena, ainda há muito trabalho a ser feito na capacitação dos demais policiais militares do estado de Mato Grosso que

ainda não receberam a capacitação técnica no tocante à Sobrevivência Policial durante o período de folga.

Como sugestão aos *policy makers*, com base nos referenciais teóricos que versam sobre vitimização policial e grupos de risco, nesse primeiro momento, o ideal seria trabalhar primeiramente com os policiais militares que figuram nos grupos de risco de vitimização policial. Notadamente, de uma maneira geral, os policiais militares da graduação de Praças e que trabalham no Serviço Operacional são os grupos de risco mais vitimizados durante o período de folga.

A vitimização policial durante o período de folga é um fenômeno multifatorial, ou seja, comporta inúmeras causas concorrentes. Entretanto, de acordo com a voz dos policiais militares pesquisados, no que se refere às interferências de nível institucional (macro), a ausência do treinamento técnico de sobrevivência policial durante o período de folga é uma vulnerabilidade institucional, ou seja, é um fator de risco de vitimização policial que pode ocasionar a morte do policial militar durante sua folga.

Ressalta-se, portanto, que a Polícia Militar do estado de Mato Grosso vem desenvolvendo o trabalho de capacitação técnica na área de sobrevivência policial, como uma das instituições precursoras a adotar essa metodologia de treinamento para o militar se defender durante o período de folga. Todavia, os fantasmas de sempre que acompanham a segurança pública, de uma maneira geral, também acometem a instituição, tais como a ausência de efetivo e de recursos logísticos, o que impede a potencialização da disseminação desse conhecimento técnico tão importante para a sobrevivência dos policiais militares na folga.

É preocupante ainda pensar que, muito mais do que disseminar todo esse conhecimento técnico na área de sobrevivência policial para a toda a tropa da Polícia Militar, é necessário desenvolver mecanismos para manutenção da constância desses treinamentos de capacitação continuada na seara da Sobrevivência Policial. Esse é o grande desafio.

O que nos leva mais uma vez à compreensão de que, em que pese a ausência do treinamento técnico de Sobrevivência Policial para o período de folga seja um fator complicador e pode ser um elemento causal da vitimização policial, talvez, a consciência dos fatores de risco de vitimização policial e, sobretudo, a não adoção de comportamentos de risco por parte dos policiais militares, durante o período de folga, pode ser o grande diferencial entre viver ou morrer durante tal período.

A não adoção de comportamentos de risco, por parte dos policiais militares, durante o período de folga, funciona como prevenção ao fator de risco mais importante na preservação da vida e, portanto, mais perigoso para o policial militar durante o período de folga, encontrando sustentação nos referenciais teóricos sobre a temática da vitimização policial, assim como na própria voz dos policiais militares pesquisados. Afinal de contas, é como diz o velho ditado: “a melhor maneira de vencer uma guerra, é não entrar nela”.

8.3.2.2 Questão Salarial, Reconhecimento Profissional e Interferência Política

Tabela 6 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Questão Salarial e Reconhecimento Profissional

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Questão Salarial e de Reconhecimento Profissional	28

Fonte: NVIVO

A Questão Salarial e de Reconhecimento Profissional dos militares foi elencada como o segundo maior elemento causador de mortes de policiais militares durante o período de folga, no sentido de que as dificuldades percebidas, no tocante às questões salariais e de reconhecimento profissional, forçariam os policiais militares a procurarem as atividades de bico de segurança como forma de complementar a renda financeira. O bico de segurança, por sua vez, é uma das inúmeras causas de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Para se referir às problemáticas da questão salarial, os policiais militares, por diversas vezes, utilizaram as frases “salários baixos” e/ou “salários não condizentes com os riscos da profissão”. Considerando que a grande maioria da nossa amostra de pesquisa são policiais militares pertencentes às graduações de Praças, encontramos nas suas respostas fundamentações suficientes para confirmar o posicionamento do público pesquisado, em que pese considerar a melhor expressão a ser utilizada para refletir a realidade social, como “salários não condizentes com os riscos da profissão”.

Para mensurarmos se um salário é baixo ou não, precisamos ter algo como referencial, assim sendo, vamos adotar como referencial de um salário baixo, a concepção de quem recebe um salário mínimo. De acordo com o artigo 7º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros direitos previstos na Carta Maior, a melhoria da condição social do cidadão e o estabelecimento de salário mínimo, capaz de atender às necessidades vitais básicas do indivíduo e de sua família, nos aspectos referentes à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência, assim como reajustes periódicos do salário mínimo, que visem a preservação do poder aquisitivo financeiro.

O policial militar da graduação mais baixa não recebe um salário mínimo somente. No entanto, percebe-se que, de acordo com os policiais militares pesquisados, o salário recebido pelos policiais militares não é o suficiente para suprir as necessidades básicas, compreendidas como aquelas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), tais como, alimentação, vestuário, higiene, transporte do trabalhador e, sobretudo, a questão do local de habitação e da preservação do poder aquisitivo financeiro.

Ter um salário “baixo” ou comprometido financeiramente reflete uma série de outras consequências na escolha do estilo de vida adotado pelos policiais militares, tal como na escolha do local de residência fixa. Os estudos científicos no campo da vitimização policial durante o período de folga (Minayo; Souza, 2005), (Minayo et. al, 2008, p. 308-309), (Novo, 2020, p. 65), (Bernardino et al, 2018, p. 05) corroboram o fato de que é um fator de risco altíssimo de vitimização policial o militar realizar o estabelecimento de moradia em bairros onde a criminalidade é cotidianamente presente e, inclusive, onde o policial militar é obrigado a atuar em razão da função de polícia.

Nesse sentido, as dificuldades salariais, no sentido de não ter condições financeiras suficientes para escolher uma habitação longe da criminalidade, parece ser uma realidade que aflige os policiais militares da graduação de Praças principalmente e que pode, evidentemente, provocar a vitimização do policial militar durante o período de folga.

Nesse mesmo sentido, os policiais militares pesquisados relataram dificuldades financeiras para (já que não têm condições financeiras para residir em locais de habitação “mais selecionados” ou “mais seguros”) aparelhamento de suas residências

atuais com ofendículos básicos, tais como cerca elétrica, câmeras de segurança, muros altos etc.; o que restou comprovado. De fato, não é possível com a remuneração financeira recebida atualmente constituir e manter equipamentos de segurança para uma residência mediana, tanto que, segundo os pesquisados, muitos policiais militares acabam sendo vítimas contumazes de furtos e outros tipos de crimes de menor potencial ofensivo, durante o período de folga, em virtude do local de habitação em que residem ser um local de risco. Ou seja, acabam tendo que morar no mesmo lugar onde são forçados a combater a criminalidade em virtude da profissão.

Nesse sentido, como um fator de proteção à vitimização policial, nada mais justo do que os policiais militares se empenhem na luta por salários mais dignos, no sentido de que possam estabelecer uma moradia em um local condizente com a profissão de policial militar e que não se vejam na necessidade de ter de realizar a atividade de bico como forma de complementar a renda financeira.

As dificuldades financeiras também limitam bastante as opções de locais de alimentação e lazer escolhidos pelos policiais militares, durante o período de folga, sobretudo nas cidades do interior do estado de Mato Grosso, onde as opções de locais de lazer e alimentação são menores e, na maioria das vezes, são mais custosas financeiramente, em comparação com as cidades da capital e região metropolitana.

Na capital e região metropolitana, para aqueles policiais militares que residem em bairros de periferias, longe dos grandes estabelecimentos comerciais de serviço e de lazer, o custo financeiro com o deslocamento, assim como com as eventuais despesas realizadas nesses estabelecimentos comerciais de grande porte, faz com que a escolha de opções de lazer mais próximas, mais baratas, assim como a frequência em supermercados de bairros (alvo de criminosos contumazes), seja uma realidade.

A questão das dificuldades salariais reflete, também, de acordo com os policiais militares pesquisados, uma percepção da ausência de reconhecimento e valorização profissional do policial militar.

A ausência de reconhecimento e valorização profissional, sentida pelos policiais militares, perpassa por inúmeras dimensões, dentre as quais citaremos apenas aquelas destacadas pelos policiais militares pesquisados, tais como: salários baixos ou incompatíveis com os riscos da profissão; sistema de progressão vertical na carreira que não acompanha o desenvolvimento social familiar natural do policial

militar; ausência de progressão vertical na carreira por meio de promoções automáticas; desvalorização do poder de compra dos policiais militares.

Essa concepção da renda financeira, recebida em forma de salário, pelos policiais militares da graduação de Praças, ser percebida como um “salário baixo”, com toda a certeza sofre a influência de diversos outros fatores intervenientes que não são somente relacionados às cifras quantitativas recebidas mensalmente em forma de salário.

O primeiro fator que poderíamos elencar é a tendência do policial militar ao longo da sua carreira de constituir uma família, ou seja, de ter um companheiro (a) e, através desse relacionamento, gerarem ou adotarem filhos. Prova disso, é o fato de que a amostra de policiais militares pesquisados tem o perfil de policiais militares com família estabelecida, composta em média por um a três dependentes, onde o policial militar acaba sendo o arrimo de família ou responsável pela maior parte da contribuição financeira para a família.

Ter uma família, um companheiro (a), gerar ou adotar filhos é, na verdade, um fator de proteção à vitimização do policial militar na folga, não só com relação à vitimização violenta, ou seja, aquela ocorrida em virtude da adoção de comportamentos de risco por parte do policial militar durante o período de folga, mas, igualmente, pelo fato de a família funcionar como um fator de proteção ao cometimento de suicídios, à depressão, ao burnout, dentre tantas outras formas de vitimização que afligem os nossos policiais militares.

Ocorre que, na perspectiva do plano de carreira dos policiais militares da graduação de Praças, o sistema de promoções e o consequente aumento da renda financeira salarial, não acompanha o desenvolvimento da constituição de uma família e o consequente aumento de despesas financeiras, de maneira que, nesse contexto, o policial militar visualiza-se em um contexto em que a realização da atividade de Bico torna-se uma realidade e uma necessidade na visão do público pesquisado.

O perfil do padrão amostral da família do policial militar é o da família nuclear, composta, em média, por um a três dependentes, onde o policial militar é o arrimo de família ou o responsável pela maior contribuição financeira. Pressupõe-se, portanto, que a influência da família tradicional e do patriarcado, no sentido do homem do sexo masculino ser o provedor da casa, forçam, de alguma maneira, os policiais militares do sexo masculino a procurarem outras fontes de renda financeira, como forma de melhorar de alguma forma a qualidade de vida da família.

O contraponto a essa argumentação, e aqui enumeramos outros fatores intervenientes na percepção do salário percebido como baixo, são os policiais militares que acabam tendo mais de uma família; os que se envolvem com diversos relacionamentos extraconjugais; os que optam por um estilo de vida desequilibrado financeiramente, de maneira que essas ações de desvios ou comportamentos de riscos comprometem a renda financeira percebida mensalmente pelos policiais militares que, muitas vezes, optam pela realização da atividade de Bico como um mecanismo de complementação da renda financeira.

Prova de tais desequilíbrios no campo do planejamento financeiro e, sobretudo, dos desequilíbrios no planejamento familiar do policial militar, são os recorrentes casos de pagamentos de pensões alimentícias pelos policiais militares, os quais foram rastreados na presente pesquisa na cifra de 238 militares ou 25,4% da amostra total de policiais militares que realizam o pagamento de pensões alimentícias.

Contribuem ainda mais para o agravamento do esfacelamento da unidade familiar as particularidades do sistema de hierarquia e disciplina, as quais englobam, além da sobrecarga de trabalho, como um encargo natural do militarismo, as possibilidades de transferência de local de trabalho, para qualquer município do estado de Mato Grosso, haja vista o déficit de efetivo em todas as localidades, assim como consta nas regras estabelecidas no Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças da PMMT (Decreto Nº. 591 de 26 de agosto de 1980).

Não raras vezes, as transferências de local de trabalho dos militares a critério da administração não obedecem os comandos legais da Constituição Federal, previsto em seu artigo 226, vislumbrando a preservação e proteção da unidade familiar, assim como ferem o direito previsto em legislação específica dos militares, estabelecido através do artigo 197 da Lei Complementar Nº 555/2014 (Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso), o qual garante ao cônjuge do militar, se servidor do Estado, a transferência para sede do município onde o policial militar foi transferido ou destacado.

De uma maneira geral, portanto, o esfacelamento da unidade familiar do policial militar sofre interferências tanto em nível individual (através do envolvimento do militar com diversas mulheres, que ensejam o pagamento de pensões alimentícias), quanto em nível macro (através não só da sobrecarga de trabalho e de serviço por sobre o policial militar mas, igualmente, em virtude das singularidades do sistema de hierarquia e disciplina, os quais engendram medidas singulares que contribuem para

o esfacelamento da unidade familiar do militar, tais como os sistemas de transferência de locais de trabalho dos militares).

Por outro lado, outra dimensão de análise interessante sobre a questão da percepção salarial, é o fato de que, muitos policiais militares, mesmo com dificuldades financeiras, conscientes dos riscos da realização do Bico de segurança, optam pela não realização do Bico de segurança e buscam adequar o seu estilo de vida às condições financeiras que o salário mensal permite.

Nesse contexto dos policiais militares que, mesmo percebendo dificuldades financeiras, se recusam a realizar o Bico de segurança durante o período de folga, o surgimento do “Bico Legalizado”, ou seja, do serviço de hora-extra prestado pelo policial militar de maneira remunerada, a serviço da instituição policial militar, surgiu como um mecanismo legal e mais seguro (que o Bico de segurança) para os policiais militares complementarem a renda.

Essas dificuldades relacionadas ao sistema de progressão vertical dos policiais militares da graduação de Praças não acompanham o desenvolvimento familiar do policial militar. Em outras palavras, o tempo para a progressão vertical é considerado, pelos policiais militares da graduação de Praças, demasiado longo e, por isso, não acompanha a evolução natural familiar do policial militar, trazendo a reboque outras dificuldades institucionais nesse campo, tais como, a necessidade de vagas abertas, para que os policiais militares possam ser promovidos. Ou seja, mesmo decorrido o longo espaço de tempo necessário à promoção do policial, o militar pode não ser promovido, em virtude da ausência de vagas abertas para a graduação imediatamente superior.

A percepção do salário como “baixo”, assim como a ausência de reconhecimento profissional sentida pelos policiais militares, perpassa também pela dimensão governamental, que não proporcionou o direito à Revisão Geral Anual (RGA) inflacionária aos policiais militares, não concedida aos servidores públicos do estado de Mato Grosso, por uma série de impeditivos legais.

Em relação à RGA do ano de 2018, prevista para o valor de 4,19%, o acórdão Nº 219/2019, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabeleceu a implementação de apenas 2% de RGA aos servidores do estado de Mato Grosso, uma vez que o TCE/MT entendeu que o acréscimo dos 2,19% restantes previstos para a RGA configuraria aumento real para os servidores do estado de Mato Grosso (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, 2021).

Em relação à RGA do ano de 2019, com inflação prevista pelo IBGE para o ano de 2019 de 4,31%, o Estado de Mato Grosso não concedeu a RGA devido ao fato de que o Governo do Estado de Mato Grosso não cumpriu o limite legal estabelecido em Lei de Responsabilidade Fiscal, ultrapassando o limite de gastos ou despesas com pessoal acima dos 49%, o que ensejou, por força da Lei Complementar Federal Nº 101/200 e da Lei de Responsabilidade Estadual Nº 614/2019, na impossibilidade de concessão da RGA (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, 2021).

Em relação à RGA do ano de 2020, com inflação prevista pelo IBGE para o ano de 2020 de 4,52%, o Estado de Mato Grosso não concedeu a RGA em virtude da Lei Complementar Federal Nº 173/2020 que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, onde o Governo do Estado de Mato Grosso não alcançou os requisitos exigidos pela Lei Nº 8.278/2004 para a concessão da RGA (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, 2021).

Em relação à RGA do ano de 2021, com inflação prevista pelo IBGE para o ano de 2021 de 10,06%, o Estado de Mato Grosso não concedeu a RGA em virtude da Lei Complementar Federal Nº 173/2020 que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que impediu novamente a concessão da RGA (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, 2021).

Nesse cenário, portanto, somando os percentuais de não concessão de RGA aos servidores do estado de Mato Grosso no período de 2018 a 2021, mensura-se uma depreciação salarial de aproximadamente 21,08%, o que contribuiu significativamente para que o poder de compra do salário do policial militar fosse depreciado, reforçando essa percepção de pauperização do salário do policial militar.

Ainda nesse sentido, não só da questão da percepção dos policiais militares de que os salários recebidos são incompatíveis com os riscos para a profissão, mas, igualmente, que existe de fato uma ausência de reconhecimento profissional do serviço policial militar, temos as comparações, naturalmente estabelecidas pelos policiais militares, entre o sistema de progressão de carreira, os salários recebidos, os recebimentos de verbas de natureza indenizatória, de recebimento de adicional noturno dos policiais civis do estado de Mato Grosso.

Para sintetizar a celeuma da comparação ocorre que o policial civil recebe o salário base maior do que o policial militar. Em adição, o sistema de progressão vertical da polícia civil, além de não requerer a ausência de vagas abertas à promoção

profissional, ou seja, a promoção ocorre de maneira automática, basta o policial completar o tempo e os requisitos necessários à promoção, é muito mais rápido do que o tempo requisitado do policial militar.

De uma maneira geral, o descontentamento dos policiais militares ocorre em virtude da comparação por eles estabelecidas de que um policial civil, com o mesmo tempo de serviço que um policial militar, acaba recebendo financeiramente muito mais. Além disso, de acordo com os policiais militares pesquisados, eles suportam uma sobrecarga de trabalho superior à dos policiais civis.

Suportar essa sobrecarga de trabalho com base na concepção de sacerdócio e amor à profissão é uma visão fantasiosa da realidade, que só reforça o mito do herói⁷⁸ e legitima o exercício da mais valia absoluta⁷⁹ por sobre os policiais militares que funcionam literalmente como o torniquete da Segurança Pública.

Nunca foi tão fundamental rememorarmos a frase de Silvia Federici, que foi dita em outro contexto, mas que se aplica perfeitamente à realidade de ausência da valorização do trabalho policial militar, nos seguintes termos: **“isso que você chama de amor, é trabalho não pago”** (Federici, 2004).

Felizmente, ou infelizmente, viver do amor (do sacerdócio) numa sociedade capitalista só serve de fato para discursos retóricos ou para aqueles que acreditam no sacerdócio ligado à atividade policial, como um exercício de legitimação da realidade distópica sofrida pelos policiais militares.

É evidente que, de fato, o segredo para a infelicidade é a comparação, como demonstrado acima, que retrata especificamente o mecanismo de pensamento e de descontentamento dos policiais militares sobre o quanto e a forma como se sentem desvalorizados profissionalmente.

Sobre todos esses aspectos de percepção de que os salários percebidos pelos policiais militares são incompatíveis com os riscos da profissão, assim como a

78 É curioso percebermos que o arquétipo do Herói nunca está ligado a dificuldades financeiras, ou preocupações desse gênero, o objetivo dele é somente realizar o “bem”, sem qualquer tipo de retribuição.

79 A Mais-Valia Absoluta é um conceito trabalhado por Marx (1985), para exemplificar a forma como o trabalho executado pelo “operário” pode ser explorada pelo “empregador” ou “patrão”, com o fito de obtenção de lucro (ou mais-valia absoluta) para o empregador. Nas palavras de Marx (1985) “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (Marx, 1985, p. 177), representado pela seguinte fórmula: $Taxa\ de\ Mais - Valia = \frac{M}{V} = \frac{Mais\ Trabalho}{Trabalho\ Necessário}$. Nesse sentido, portanto, quanto maior o “mais-trabalho” – ou o tempo de trabalho excedente para o empregado –, em relação ao tempo de trabalho necessário, maior o grau de exploração da força de trabalho e maior a mais-valia absoluta (ou lucro) para o empregador.

ausência de reconhecimento profissional se manifesta por meio de diversos fatores intervenientes diversos, os policiais militares acreditam que grande parte dessa celeuma sofre influência das interferências políticas que impedem, em alguma medida, a melhora do cenário para os policiais militares no campo da questão salarial e do reconhecimento profissional.

De uma maneira geral, compreendemos que a questão do desequilíbrio salarial do policial militar, seja ele motivado por ações do próprio agente, ou por ações externas ao agente, ensejam ou influenciam em alguma medida os policiais militares a buscarem uma forma de complementação da renda financeira mensal, o que contribui para a realização da atividade de bico de segurança durante o período de folga que é, conforme dito anteriormente, uma atividade de altíssimo risco de vitimização.

Por outro lado, a questão da ausência de reconhecimento profissional contribui para a desmotivação dos policiais militares e, em alguma medida, estimula-os a buscarem alternativas, além da profissão policial militar. Parte da literatura (Brito et. al, 2011), (Barreto, 2021, p. 236) aponta para o fato de que muitos policiais militares, através da atividade de bico e do exercício de outros tipos de atividades profissionais de renda extra fora da polícia, conseguem o reconhecimento social, profissional e financeiro que não alcançam na instituição Polícia Militar.

8.3.2.3 Falta de Acompanhamento Psicológico

Tabela 7 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Falta de Acompanhamento Psicológico

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Falta de Acompanhamento Psicológico	9

Fonte: NVIVO

A questão do atendimento psicológico relacionado à atividade policial militar ainda é um tabu que deve ser superado institucionalmente e individualmente. No meio policial militar é muito comum o jargão: “o policial militar é superior às intempéries”, o qual reforça a imagem ou percepção social de que o policial militar deve ser superior

a qualquer dificuldade e, portanto, não deve demonstrar qualquer tipo de “fraqueza”, em outras palavras, deve ser uma espécie de “super-herói” (Martins, 2016, p. 27).

É interessante notar que, até mesmo os super-heróis dos quadrinhos que costumamos conhecer, possuem algum tipo de ponto fraco que denota, mesmo que por um curto espaço de tempo, a sua fragilidade. Por outro lado, o policial militar, por força de uma pressão social e até mesmo de uma pressão individual dele sobre ele mesmo, sente-se na obrigação de revestir-se com uma espécie de armadura ou imagem de uma “fortaleza indestrutível”. É óbvio que isso não é possível.

Cano (2013, p. 597) alerta sobre os perigos do arquétipo do “policial herói” como uma armadilha, tanto para o policial, quanto para a sociedade, uma vez que, em casos extremos, tal como no caso do “policial guerreiro”, estimulado a combater a qualquer custo o “inimigo”, ao estilo “os fins justificam os meios”, a conduta “heróica” causa prejuízos não somente de ordem social, mas também de ordem individual, uma vez que os riscos eletivos e jurídicos, aos quais os policiais militares se submetem de maneira voluntária, cobra o seu preço, sob o ponto de vista jurídico e sob o ponto de vista da saúde mental, em forma de agravos à saúde psíquica e emocional do policial.

O arquétipo do “policial herói” traz consigo a construção social de dois tipos ideais (perfis) que se complementam e se reforçam mutuamente, no sentido de contribuir para os agravos físicos e mentais dos policiais: primeiro, a figura do tipo ideal do “policial” e, segundo, a figura do tipo ideal do “herói”.

A figura do tipo ideal do “policial” carrega consigo, como produto da própria formação policial e do ambiente profissional militar no qual os policiais estão inseridos, a percepção social de que demonstrar qualquer tipo de vulnerabilidade é um sinal de fraqueza, pois o ambiente profissional militar é construído e vivenciado com base na premissa de que os policiais “devem” ser pessoas fortes e disciplinadas, capazes de suportar qualquer tipo de sofrimento (Vieira, 2022, p. 27).

A figura do tipo ideal do “herói” carrega consigo a percepção, socialmente construída, de que os policiais são verdadeiros heróis, ou seja, são pessoas invencíveis, dotados de “superpoderes”, capazes de suportar qualquer tipo de sofrimento e que o sacrifício em benefício da sociedade é mais do que uma possibilidade, uma “necessidade” (Vieira, 2022, p. 22).

O arquétipo do “policial herói”, portanto, assim como o próprio ambiente profissional militar, construído em cima dos pilares de hierarquia e disciplina, não propiciam um ambiente favorável, no sentido de que o policial militar possa exteriorizar

seus sentimentos de vulnerabilidade, suas dificuldades, suas inseguranças, os quais, por sua vez, podem ser interpretados pelos colegas de ambiente profissional como um sinal de fraqueza ou como costumeiramente referenciam: sinônimo de “frouxura”.

Todos esses fatores demonstram algumas das dificuldades existentes tanto a nível institucional (macro), quanto a nível individual (micro), no que se refere à implementação de um acompanhamento psicológico direcionado aos policiais militares, revelando as dificuldades em pedir ajuda por parte dos policiais, e os preconceitos existentes em torno do acompanhamento psicológico relacionado à atividade policial.

Na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso o setor de atendimento psicológico e psiquiátrico existe. Todavia, conforme retratado por Vieira (2022, p. 13), é a dificuldade de capilarização de acesso ao serviço psicológico e psiquiátrico, proporcionando livre e fácil acesso a todos os policiais militares da corporação, a grande problemática a ser solucionada, uma vez que o efetivo diminuto de profissionais especializados não consegue atender a demanda da corporação de uma maneira geral e muito menos fornecer um acompanhamento preventivo especializado e diário, direcionado a todos os policiais, tratando de forma preventiva casos iniciais de estresse e sofrimento psíquico e emocional, que podem ser agravados à medida que não são tratados e acompanhados por profissionais especializados.

Em virtude da ausência de acompanhamento psicológico, direcionado aos policiais militares, é muito comum a busca solitária dos policiais, tal como um mecanismo de sobrevivência ou mecanismos de fuga da realidade, a busca por válvulas de escape alternativas, que objetivem de alguma maneira aliviar a penosa realidade policial militar.

Conforme retrata a pesquisa realizada por Barreto (2021, p. 236), com policiais militares do estado do Rio de Janeiro, através da realização de grupos focais, buscando compreender os diversos significados da morte para esses policiais, observa-se que a percepção dos policiais militares pesquisados é de que a instituição não fornece o apoio psicológico necessário após o confronto com ocorrências de letalidade policial e vitimização policial. Muitos policiais militares, por conta própria, procuraram válvulas de escape em outras atividades, tal como no esporte ou em qualquer outra atividade que os fizessem esquecer, ao menos por algum período, que eram policiais militares.

Cavalcanti et. al (2021, p. 112) alerta sobre a dificuldade não só dos policiais, mas igualmente da instituição policial militar, sobre como lidar com as consequências relacionadas à vitimização policial militar. Porém, os autores entendem que essa é uma problemática que deve ser solucionada a nível institucional e não individual.

Ao nível institucional, por exemplo, Minayo, Souza e Constantino (2008) fornecem pistas de fatores de risco institucionais que predispõem a vitimização policial, que devem ser combatidos, tais como: rotatividade excessiva; falta de instâncias coletivas de reflexão e avaliação do trabalho; o imediatismo do desempenho; condições precárias de trabalho; excesso de horas de trabalho e dupla ligação de ocupação ou jornada de trabalho; número insuficiente de agentes e salários incompatíveis com os riscos da profissão.

Esses fatores de risco institucionais que predispõem a vitimização policial poderiam ser aperfeiçoados com o auxílio de profissionais do campo da psicologia, por exemplo, os quais poderiam literalmente “quebrar os grilhões do sistema de hierarquia e disciplina” e conduzir à reflexão, não somente dos policiais da ponta, mas, sobretudo, dos *policy makers*, responsáveis pela gestão do trabalho policial e do capital humano sob sua responsabilidade.

Sobre a problemática da dificuldade ou ausência de acompanhamento psicológico relacionado à atividade policial, Minayo e Deslandes (2007) revelam que após os policiais vivenciarem episódios de vitimização policial ou presenciarem eventos traumáticos em decorrência do serviço policial, retornam às suas atividades profissionais normalmente, como se nada tivesse acontecido, confiando que o tempo e as novas demandas profissionais incipientes e “urgentes” se encarregarão de curar ou cicatrizar qualquer tipo de consequência negativa proveniente dos eventos traumáticos vivenciados ou presenciados.

Back (2021, p. 208), através de uma revisão bibliográfica realizada em periódicos indexados, tais como Scientific Library Eletronic (SciELO); Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Google Scholar, realizou uma análise crítica acerca dos riscos de adoecimento psíquico aos quais os profissionais de segurança pública estão submetidos, concluindo que os profissionais de segurança pública estão suscetíveis a elevados riscos de adoecimentos psíquicos, prejudiciais à saúde mental.

De acordo com a autora, os principais impactos psicológicos reportados pelos profissionais de segurança pública são: o estresse relacionado ao cotidiano do trabalho policial; sofrimentos psíquicos e transtornos mentais, relacionados a diversas

causas, tais como: o risco de morte; os riscos jurídicos, advindos de investigações do trabalho policial; a necessidade de atirar em outra pessoa; o trabalho em regimes de turnos, principalmente durante o período noturno; a necessidade de realizar a atividade de Bico, como forma de complementação da renda financeira mensal, o que ocasiona a ausência de momentos de lazer e descanso; a falta de valorização profissional e dificuldades de ascensão profissional na carreira (Back, 2021, p. 214).

No que se refere ao estresse, Lipp et. al (2017), por meio de pesquisa realizada com 1.837 policiais militares do estado do Mato Grosso, buscando avaliar os níveis de qualidade de vida, estresse e suas fontes, concluiu que 52% ou 955 policiais da amostra pesquisada encontrava-se em quadro diagnóstico de estresse, sugerindo a adoção imediata de ações de enfrentamento e combate ao estresse, direcionado aos policiais militares.

Além do estresse ocupacional, Minayo (2013) revela que o campo da segurança pública é uma das áreas profissionais mais arriscadas para o desenvolvimento de problemas de ordem mental, tais como os transtornos de estresse pós-traumático, os quadros depressivos e de ideações suicidas, dentre outros.

De acordo com Back (2021, p. 215), um dos principais mecanismos para minimizar os riscos de adoecimentos mentais relacionados aos profissionais de segurança pública, é a implementação do atendimento psicológico preventivo destinado aos profissionais, como uma maneira de evitar o agravamento do adoecimento mental.

Nesse sentido, portanto, Mendes (2013) recomenda a contratação de psicólogos, como um mecanismo de acompanhamento especializado preventivo, direcionado aos profissionais do campo da Segurança Pública, de maneira que o atendimento psicológico não contemple somente o policial mas, igualmente, abrace os seus familiares, os quais sofrem, direta e indiretamente, as consequências do trabalho policial.

Necessário seria, portanto, o estabelecimento de uma espécie de “psicologia operacional”, nos termos estabelecidos por Silva (2016, p. 38), como um campo de estudo, pesquisa e aplicação dos conhecimentos e saberes psicológicos, voltados para o campo da Segurança Pública, visando a promoção dos Direitos Humanos e, sobretudo, propiciando uma melhor qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho para os policiais militares.

A “psicologia operacional”, descrita por Silva (2016, p. 36), engloba ações psicoeducativas direcionadas aos policiais militares de toda a tropa e, igualmente, promove o acolhimento do policial militar e de sua família nos momentos de maior necessidade, inclusive por meio de acompanhamento psicológico preventivo, de maneira que o acolhimento do policial e de sua família proporcione uma percepção de cuidado e zelo que reforça o sentimento de pertencimento do policial para com a instituição policial.

De uma maneira geral, de acordo com a revisão bibliográfica realizada por Back (2021, p. 216 e 217), as principais estratégias adotadas, com o objetivo de prevenir os impactos psicológicos decorrentes da atuação policial no campo da segurança pública, seriam: a contratação de psicólogos onde não haja disponibilidade desses profissionais; a realização do atendimento psicológico direcionado ao policial e seus familiares; desenvolver estratégias, com o apoio da equipe de psicólogos, visando o enfrentamento do estresse oriundo da atividade policial, desde o início da carreira profissional, preparando o policial para as dificuldades que irá enfrentar ao longo da carreira; a realização de trabalhos com o apoio dos psicólogos, auxiliando os policiais a lidarem com os riscos de morte advindos da profissão; o desenvolvimento de estratégias com o apoio dos psicólogos, auxiliando numa melhor administração do tempo e no desenvolvimento de habilidades sociais tanto no ambiente profissional, quanto fora do ambiente de trabalho .

8.3.2.4 Estresse da Atividade Policial Militar

Tabela 8 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Estresse da Atividade Policial Militar

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Estresse da Atividade Policial Militar	3

Fonte: NVIVO

De fato, o estresse é inevitável em quase todas as profissões da sociedade moderna (Anderson et. al. 1995; Jaramillo et. al. 2005). Contudo, a profissão policial acaba recebendo destaque dentre as demais profissões, uma vez que a própria natureza dela submete o policial rotineiramente a inúmeros eventos estressores

diversos, tais como: a mediação de conflitos, a pressão por desempenho, a pressão pela tomada de decisão rápida e correta em eventos críticos, o uso da arma de fogo, o confronto com a criminalidade, os turnos de trabalho noturnos, o contato com cidadãos ingratos durante o exercício da atividade policial, dentre outras situações potencialmente estressoras e de conflito, que podem causar o estresse crônico entre os policiais (Cheong et. al. 2011).

Para os policiais militares, a situação torna-se ainda mais agravante, uma vez que, além de serem policiais, são também militares e, como característica das instituições militares, o processo de forjamento do militar é caracterizado por ser um processo de formação inicial marcado por uma ruptura com o mundo civil, seguida de uma imersão no mundo militar, onde o exercício da atividade profissional é comumente associado ao exercício de um “sacerdócio”.

De acordo com dados da organização mundial da saúde (OMS), no ano de 2002, a profissão de policial foi considerada a segunda profissão mais estressante do mundo. Nesse mesmo sentido, dados do International Stress Management Association (ISMA-BR) asseguram que a profissão de policial militar ocupa a primeira colocação no ranking das profissões mais estressantes no Brasil (ISMA-BR, 2011).

A maioria dos estudos sobre o estresse relacionado à atividade policial é realizada considerando o contexto da atividade policial nos países do ocidente, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Porém, os pesquisadores, de uma maneira geral, distinguem o estresse relacionado à atividade policial em duas categorias de estressores potenciais diferentes, a saber: primeira categoria, o *estresse operacional* e segunda categoria, o *estresse organizacional* (Beehr et. al. 1995; Brown, Campbell, 1990; Manzoni, Eisner, 2006).

O estresse operacional é o resultado da aglomeração de inúmeros estressores operacionais, que derivam da própria natureza do trabalho policial, vinculado à execução de tarefas operacionais, tais como: a execução do patrulhamento operacional de rotina; a mediação de conflitos de diversos tipos (ameaças, violência doméstica, furtos, roubos, acidentes de trânsito, rixas, etc.); a exposição ao perigo (por meio do atendimento de ocorrências de baixa, média e alta complexidade; a compressão do tempo para o atendimento de ocorrências de urgência (o deslocamento veicular de viatura em alta velocidade para o atendimento das ocorrências de emergência); a compressão do tempo para decidir de maneira rápida e correta, em cenários de complexidade desconhecidos e a realização de atividades

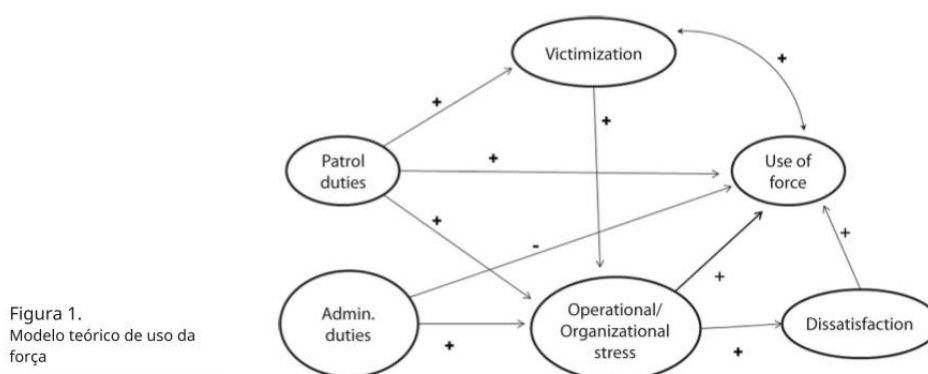
de patrulha em turnos noturnos. Estes são apenas alguns dos estressores operacionais potenciais relacionados à atividade policial (Beehr et. al. 1995; Brown, Campbell, 1990; Manzoni, Eisner, 2006).

O estresse organizacional deriva das características organizacionais da instituição policial. Em outras palavras, poderíamos dizer que os estressores organizacionais relacionam-se intimamente com as atividades administrativas ou “burocráticas” da organização policial, dentre as quais podemos citar como estressores típicos da atividade policial: a gestão autocrática; a comunicação deficiente; a falta de apoio ou recursos logísticos e financeiros para execução das tarefas organizacionais; oportunidades inadequadas de melhoria na carreira; e a sobrecarga de trabalho (Beehr et. al. 1995; Brown, Campbell, 1990; Manzoni, Eisner, 2006).

A resultante do acúmulo do estresse operacional, somado ao estresse organizacional ao qual o policial é submetido durante o exercício da sua carreira policial, pode provocar uma série de consequências negativas para o policial, a nível fisiológico, psicológico e/ou comportamental (Anderson et. al. 1995; Beehr et. al. 1995; Biggame et. al. 1997; Brown, Campbell, 1990; Violanti, Aron, 1994).

Além disso, o somatório do estresse operacional e estresse organizacional pode reverberar em consequências negativas para a própria organização policial, através do absenteísmo em massa de policiais; custos com a saúde do policial; rotatividade excessiva; e baixa produtividade (Brown, Campbell, 1990; Violanti, Aron, 1994).

Estudos sobre preditores de uso da força, relacionado à atividade policial, sugerem a associação positiva entre o estresse policial e os incidentes de uso da força (Cheong et. al. 2011), uma vez que o policial estressado torna-se menos tolerante durante a resolução e mediação de conflitos, de maneira que a frustração e a irritação dele pode ser exteriorizada em forma de nervosismo, agitação, uso da força verbal ou, até mesmo, uso da força física (Baron, 1997).

Figura 4 - Modelo Teórico de Uso da Força pelo Policial

Fonte: Cheong et. al. (2011)

Pesquisadores do campo policial têm se interessado por identificar quais variáveis causais se relacionam com o uso da força realizado pelo policial, nos mais diversos cenários possíveis, compreendendo, nesse contexto, tanto o uso da força policial no exercício da função policial, quanto o uso da força no período de folga, de maneira que três dimensões do trabalho policial são indicadas como causalmente relacionadas com o uso da força realizado pelo policial, a saber: a dimensão individual; a dimensão situacional; e a dimensão organizacional (Alpert, Dunham, 2000; Garnere et, al. 2002; Manzoni, Eisner, 2006).

Existem algumas pesquisas empíricas que sugerem a associação causal positiva entre o estresse e o uso da força policial, tal como o estudo empírico de Gershon et. al. (2002), realizado com 105 policiais com 50 anos ou mais, que demonstrou que o estresse percebido pelos policiais estava correlacionado com a adoção de comportamentos inadequadamente agressivos perpetrados pelos policiais (Gershon et. al. 2002).

De maneira similar, através de uma pesquisa empírica realizada com 358 policiais da Holanda, Kop e Euwema (2001) revelaram que o estresse e o burnout aumentam a probabilidade de uso da força por parte dos policiais, assim como Manzoni e Eisner (2006), através de pesquisa empírica realizada com 474 policiais de Zurique, na Suíça, revelaram que o uso da força realizado pelos policiais estava associado às atividades de rotina realizadas pelos policiais (tais como: tarefas administrativas, supervisão, verificação de identidade, prisão, patrulha, intervenção em conflitos, controle de distúrbios e controle de tráfego), as quais eram categorizadas como atividades de estresse constante (Kop; Euwema, 2001; Manzoni, Eisner, 2006).

Além da associação positiva do estresse, relacionado ao uso da força por parte do policial, o efeito do estresse relacionado à atividade policial está relacionado a uma série de outros fatores correlacionados, tais como: o comprometimento excessivo com o trabalho policial, que gera o esgotamento da saúde física e mental do policial; a percepção de satisfação pela realização do trabalho policial ou a percepção de insatisfação no trabalho policial (Burke, Richardson, 2000; Manzoni, Eisner, 2006).

Acerca da insatisfação no trabalho policial, Cheong et. al. (2011) realizou pesquisa com 574 policiais da Coreia do Sul, do sexo masculino, pertencentes à linha de frente, portanto operacionais, buscando mensurar a relação do estresse advindo do serviço policial e o uso da força realizado pelos policiais. Considerando a impopularidade da polícia coreana, assim como o sentimento de desconfiança social generalizado por parte da sociedade coreana para com a polícia local, os pesquisadores mensuraram que o nível de estresse e de insatisfação no trabalho dos policiais coreanos era alto (Cheong et. al. 2011).

As categorias de estresse operacional mais predominantemente identificadas na polícia coreana foram: intervenção em conflitos públicos; a sobrecarga de trabalho; e as exigências do trabalho (Cheong et. al. 2011).

As categorias de estresse organizacional mais predominantemente identificadas na polícia coreana foram: falta de suporte institucional; falta de confiança; e imagem negativa da polícia perante a sociedade (Cheong et. al. 2011).

As categorias de insatisfação no trabalho mais predominantemente identificadas na polícia coreana foram: ausência de realização profissional; insatisfação com os salários (rendimento financeiro); ausência de capacitação continuada; dificuldades de relacionamento interpessoal entre companheiros e supervisores; ausência de capacidade de tomar decisões; e ausência de segurança do trabalho (Cheong et. al. 2011).

Constatou-se, na Coreia do Sul, que policiais que realizam mais atividades de patrulhamento nas ruas têm maior probabilidade de mediação de eventos conflitantes com suspeitos e cidadãos irados e, por conseguinte, são mais propensos à utilização da força (Cheong et. al. 2011).

Figura 5 - Modelo de Equação Estrutural do Uso da Força pelo Policial com base em Estresse Operacional

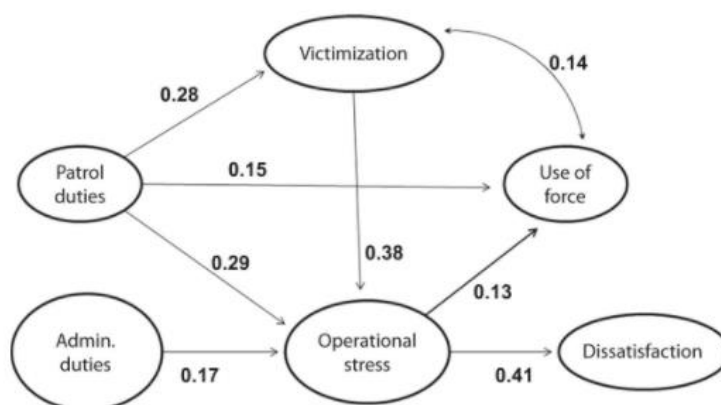


Figura 2.
Modelo de equação estrutural
do uso da força com base em
estresse operacional

Fonte: Cheong et. al. (2011)

Por outro lado, os policiais que trabalham eminentemente com o desempenho de atividades administrativas são menos propensos à utilização da força, até mesmo porque as atividades do seu cotidiano não envolvem a mediação de conflitos violentos, onde seja necessário, em certos casos, o uso da força (Cheong et. al. 2011).

Figura 6 - Modelo de Equação Estrutural do Uso da Força pelo Policial com base em Estresse Organizacional

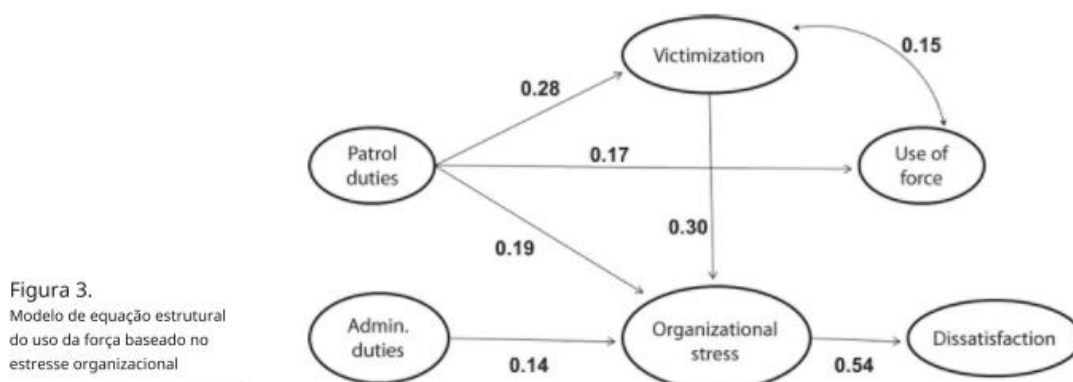


Figura 3.
Modelo de equação estrutural
do uso da força baseado no
estresse organizacional

Fonte: Cheong et. al. (2011)

Percebeu-se, portanto, que o nível de estresse operacional dos policiais coreanos é influenciado pela extensão e quantidade de atividades de patrulhamento realizadas, as quais propiciam o encontro com conflitos de diversos tipos que potencializam o estresse, de maneira que o mais forte preditor de estresse

operacional, relacionado à atividade de patrulhamento realizada pelos policiais coreanos, é o alto grau de vitimização que os policiais sofrem nas mãos dos suspeitos e dos cidadãos, durante a execução das atividades de patrulhamento (Cheong et. al. 2011).

Os recorrentes episódios de vitimização, aos quais os policiais coreanos são submetidos durante a execução das atividades de patrulhamento, tornam os policiais coreanos insatisfeitos com o seu trabalho e, por conseguinte, altamente estressados, devido aos recorrentes episódios de vitimização policial (Cheong et. al. 2011).

Por outro lado, os policiais coreanos que são menos vitimizados, tais como os policiais que trabalham no setor administrativo, são menos estressados e, por conseguinte, conseguem realizar a mediação de conflitos de maneira menos contundente, ou seja, sem recorrer ao uso da força (Cheong et. al. 2011).

No caso da Polícia da Coreia do Sul percebeu-se que a vitimização policial ocasiona não só o desencadeamento do estresse operacional, mas igualmente provoca o estresse organizacional, uma vez que quando os policiais coreanos são agredidos verbalmente ou fisicamente pelos cidadãos, eles percebem que a instituição policial não os apoia e se sentem estressados com a imagem negativa da polícia coreana, perdendo a confiança na própria instituição policial (Cheong et. al. 2011).

Os recorrentes episódios de estresse organizacional comprovaram aumentar significativamente os níveis de insatisfação no trabalho dos policiais coreanos. Assim sendo, reduzir a frequência dos episódios de vitimização policial, como sugerem os pesquisadores, provavelmente proporcionará a redução dos níveis de estresse dos policiais, possibilitando o aumento da satisfação no trabalho (Cheong et. al. 2011).

A insatisfação com o trabalho policial pode tornar os policiais mais propensos a interagir com os cidadãos de maneira agressiva, ríspida, mal-humorada ou indiferente, provocando reações igualmente aversivas por parte dos cidadãos, para com os policiais, que podem desencadear situações de confronto entre o policial e o cidadão, resultando em ameaças verbais ou, até mesmo, no uso da força física (Brunetto, Farr-Wharton, 2003; Manzoni; Eisner, 2006).

Além das consequências negativas a nível individual para o policial e prejuízos organizacionais para a instituição policial, o estresse relacionado à atividade policial pode provocar, ainda, episódios de agressividade protagonizados pelos policiais não só durante o atendimento ao público externo, mas no próprio relacionamento com o público interno, ou seja, entre os próprios policiais (Cheong et. al. 2011).

Para o cenário da polícia coreana, a insatisfação no trabalho demonstrou-se significativamente e positivamente correlacionada com o uso da força, o que significou fazer a leitura de que os policiais mais insatisfeitos com o trabalho são mais propensos à utilização da força do que os policiais satisfeitos com o trabalho (Cheong et. al. 2011).

Para o cenário da polícia coreana, o uso da força está intimamente associado aos recorrentes episódios de vitimização policial, onde os policiais são agredidos verbalmente e fisicamente pelos cidadãos, de maneira que os policiais, em sua grande maioria, não respondem às agressões sofridas na mesma moeda, em virtude do receio dos riscos jurídicos advindos da sua ação de agir de maneira mais contundente (Cheong et. al. 2011).

Cada departamento de polícia da Coreia do Sul tem um site oficial, onde os cidadãos podem fazer reclamações sobre as ações de determinado policial, de maneira que qualquer reclamação realizada é encaminhada à Corregedoria, que submete o policial a um procedimento apuratório, seja a reclamação qual for. Caso a reclamação se relacione ao uso da força, as chances de o policial ser punido tornam-se muito grandes, até mesmo nas situações em que o uso da força foi legítimo, uma vez que a polícia coreana não possui um modelo de uso diferenciado ou proporcional da força sedimentado, tal como em outros países do ocidente, onde, às vezes, a forma de utilização da força é bastante difusa e pode variar muito a depender do policial (Cheong et. al. 2011).

De acordo com a análise realizada junto aos policiais da Coreia do Sul percebeu-se que menos de 20% da amostra pesquisada foi responsável por quase três quartos (70%) dos incidentes de uso da força identificados, ou seja, a realização do rastreamento e monitoramento desses policiais potencialmente de alto risco pode contribuir para a redução dos episódios de uso da força e, por conseguinte, reduzir os episódios de vitimização policial (Cheong et. al. 2011).

Essa sugestão de programa de rastreamento e monitoramento dos policiais potencialmente de alto risco, com base em um pequeno número de policiais que responde por um número desproporcional de incidentes de uso da força e vitimização, é um padrão que tem sido observado em outros estudos ocidentais, tal como o estudo realizado com policiais em Zurique, na Suíça, onde constatou-se igualmente a desproporcionalidade na vitimização policial, de maneira que 10% dos policiais responderam por mais de 50% dos episódios de vitimização policial. Assim sendo,

rastrear e monitorar esses policiais potencialmente de alto risco pode contribuir para reduzir significativamente os episódios de uso da força e de vitimização policial (Manzoni; Eisner, 2006).

Então, questionamos como tudo isso se relaciona à vitimização policial? Primeiro, há relação entre o estresse e o uso da força pelo policial. Percebe-se que o estresse operacional e organizacional, em alguma medida, afeta a propensão do policial em usar a força, durante a resolução de conflitos, quer seja em situações de serviço, quer seja em situações de folga.

Interessa-nos, com base nos objetivos da pesquisa, as situações e comportamentos adotadas pelo policial durante o período de folga, em que foi possível perceber, conforme as pesquisas empíricas citadas, que o policial que executa mais atividades relacionadas ao serviço de patrulha, portanto os operacionais, tem mais propensão à utilização da força, como forma de resolução dos conflitos.

Segundo, o policial que lida, em sua grande parte do tempo, com tarefas administrativas tende a conduzir a resolução de conflitos com menor tendência de utilização da força, em comparação com os policiais operacionais.

Contudo, ambos os policiais, administrativos ou operacionais, acometidos pelo estresse operacional ou organizacional, podem recorrer ao uso da força, como mecanismo de resolução de conflitos durante o período de folga.

Isso não significa dizer que o policial não pode recorrer ao uso da força, como mecanismo de resolução de conflitos, durante o período de folga. Pelo contrário, *quando necessário, ele deve fazer o uso da força*. Entretanto, categorizar quando seria o momento realmente *necessário de fazer o uso da força* parece-nos de fulcral importância na vitimização policial.

O que mais nos preocupa é o que representa um grande fator de risco de vitimização policial durante o período de folga é a escolha ou a conduta comportamental do policial, de recorrer ao uso da força, para a resolução de um conflito durante o período de folga. Evidentemente, para o observador externo da situação-limite, a ação comportamental, adotada pelo policial, pode ser considerada como *não necessária* e que a situação-limite poderia ter sido evitada, fazendo um juízo de valor da situação que ensejou o uso da força pelo policial durante o período de folga. Percebe-se, assim, que, muitas vezes, a motivação da conduta do policial de recorrer ao uso da força pode ter suas raízes ou ter sofrido a influência do acúmulo de estressores operacionais e organizacionais.

Mais uma vez, isso não significa dizer que todo policial estressado irá recorrer ao uso da força. Pelo contrário, estamos indicando apenas uma *tendência*. Em outras palavras, estamos indicando um fator de risco de vitimização policial que pode *influenciar* a conduta do policial de optar pela realização do uso da força para a resolução de conflitos, durante o período de folga, quando, para o observador externo, a conduta adotada pelo policial não seria categorizada como *necessária* para a resolução do conflito. Até mesmo porque a vitimização policial é categorizada como um fenômeno de causas multifatoriais e não se pode, em hipótese alguma, cogitar a influência de apenas um fator de risco como causa única do fenômeno da vitimização policial.

Prosseguindo com o raciocínio, recorrer ao uso da força quando *não seja necessário e oportuno* pode colocar o policial em uma situação de risco alto de ser vitimizado. Necessidade e oportunidade são dois pilares importantíssimos no campo da sobrevivência policial.

Considerando o sentido estrito, o critério de “necessidade” pressupõe uma ação limite, em que, para o policial, não resta outra alternativa, a não ser a utilização da força como forma de defender a sua vida, durante uma situação ou evento de sobrevivência policial.

Por outro lado, a “oportunidade” complementa o sentido da “necessidade” no campo da sobrevivência policial, pois nem sempre uma ação a ser adotada pelo policial, caracterizada como “necessária” para a preservação da sua vida, pode ser caracterizada como “oportuna”. Vamos aos exemplos.

Considere um policial, no período de folga, portando a sua arma de fogo de maneira dissimulada (velada), sendo surpreendido por um agressor, também armado, apontando a arma o policial e anunciando um roubo.

Do ponto de vista do policial, é difícil naquele momento crítico mensurar com certo grau de certeza e rapidez necessários se ele foi identificado como policial ou não. Para os policiais operacionais ou com o tirocínio mais aguçado é até possível identificar, por meio da análise corporal e situacional do agressor, se foi reconhecido ou não como policial. Todavia, mesmo que o policial tenha a percepção de que não foi reconhecido como policial, a reação dele naquele momento, de defender-se utilizando a sua arma de fogo, sobretudo considerando a propensão do policial operacional a usar a força, quando colocado em uma situação de conflito, pode até ser considerada como necessária da perspectiva do policial, pois, naquela situação

limite, ele luta pela sua sobrevivência. Entretanto, considerando que o agressor está com a arma de fogo apontada para o policial e, mais ainda, com o dedo indicador já em cima do gatilho da arma de fogo, pronto para atirar, qualquer tentativa de reação do policial, de sacar a sua arma de fogo, pode ensejar o disparo da arma pelo agressor e ocasionar a vitimização do policial. Portanto, reagir, nesse contexto, ao mesmo tempo em que pode ser considerado “necessário”, pode ser também categorizado como “não oportuno”.

É difícil colocar-se na posição de examinar uma situação de sobrevivência policial e categorizá-la como uma ação correta ou incorreta, pois no campo da sobrevivência policial esse paradigma do correto ou incorreto não existe. O contexto de uma situação de sobrevivência policial é um cenário de guerra irregular ou assimétrica, ou seja, é um cenário que não obedece a regras comuns, pois estamos lidando com a vida e com a morte, em questão de segundos e, portanto, a única regra que realmente impera num cenário de sobrevivência policial ou de vitimização policial é *sair vivo*.

Em segundo plano diametralmente oposto ao anterior, relacionando agora o estresse à insatisfação no trabalho, nota-se que tanto o estresse operacional, quanto o estresse organizacional, podem resultar na insatisfação com o trabalho por parte dos policiais. É natural que, com a insatisfação no trabalho, o policial, como qualquer outro ser humano, busque outras alternativas de satisfação, que não são correspondidas no seu ambiente de trabalho.

Nesse sentido, a Teoria Geral da Tensão Criminológica assegura que a remoção de estímulos valorizados positivamente e a apresentação de estímulos negativos ou a *insatisfação no trabalho*, funcionam como mecanismos ou contextos situacionais que desencadeiam a tensão ou o estresse e podem provocar, por conseguinte, uma série de comportamentos desviantes por parte do ator social (Agnew, 1992; Mazerolle et. al. 2000).

Para os objetivos da pesquisa, um dos comportamentos desviantes que podem ser adotados pelos policiais, motivados, em alguma medida, pelo estresse crônico e pela insatisfação no trabalho policial, é a prática e realização da atividade de Bico durante o período de folga.

A atividade de Bico, realizada pelos policiais, é comumente associada às dificuldades financeiras percebidas pelos policiais. Todavia, a literatura aponta outras possíveis motivações como, por exemplo, o encontro da satisfação e do

reconhecimento profissional do trabalho realizado no Bico (Brito et. al, 2011), em detrimento da ausência de reconhecimento e do sentimento de insatisfação no trabalho policial, dentre outros.

Nesse sentido, a Teoria Geral da Tensão da Criminologia argumenta que a tensão ou o estresse sofrido pelo ser humano podem ser traduzidos ou exteriorizados na forma de comportamentos desviantes dos mais diversos tipos, dentre os quais podemos citar não só o comportamento de agressividade por parte do policial, no trato com o público externo e interno, mas, igualmente, a exteriorização de comportamentos desviantes, através da adoção de comportamentos não permitidos no âmbito da instituição policial (Agnew, 1992; Mazerolle et. al. 2000).

Ainda de acordo com a Teoria Geral da Tensão, a falha em atingir objetivos valorizados positivamente, a remoção de estímulos valorizados positivamente e a apresentação de estímulos negativos funcionam como mecanismos ou contextos situacionais que desencadeiam a tensão ou o estresse e podem provocar, por conseguinte, uma série de comportamentos desviantes por parte do ator social (Agnew, 1992; Mazerolle et. al. 2000).

Uma vez que os estressores operacionais e organizacionais, relacionados à atividade policial, refletem uma série de estímulos negativos, que desencadeiam contextos situacionais de tensão ou estresse para o policial, os quais podem resultar na falha em atingir objetivos valorizados positivamente e na remoção de estímulos valorizados positivamente, inferimos que o estresse operacional e organizacional, relacionado à atividade policial, pode contribuir para a promoção de comportamentos desviantes por parte do policial.

Os comportamentos desviantes a serem adotados pelo policial estressado podem ser exteriorizados de diversas formas possíveis, uma vez que o estresse crônico pode desencadear uma série de consequências negativas para o policial a nível fisiológico, psicológico e comportamental (Anderson et. al. 1995; Beehr et. al. 1995; Biggame et. al. 1997; Brown, Campbell, 1990; Violanti, Aron, 1994).

A nível fisiológico podemos citar os transtornos e distúrbios alimentares, identificados por Minayo et. al (2011), por meio de pesquisa realizada com 1.458 policiais civis e 1.108 policiais militares do estado do Rio de Janeiro, constatando a presença dos seguintes fatores de risco nos policiais civis e militares: sobrepeso e obesidade; pouca ou nenhuma frequência de realização de atividade física; elevados

níveis de colesterol; a presença de lesões físicas permanentes, indicativo da presença de diabetes, hipertensão, dentre outros.

A nível psicológico podemos citar como consequências advindas do estresse emocional, relacionado à atividade policial, problemas relacionados à insônia, ansiedade, autculpabilização, raiva, vergonha, tristeza, depressão, ideação suicida, dentre outros tipos de agravos à saúde mental (Minayo, 2014).

A nível comportamental, podemos citar a adoção de comportamentos desviantes, ou seja, comportamentos não permitidos nos regulamentos policiais, tal como a prática do “Bico” pelo policial, por exemplo.

Isso não significa dizer que o policial realiza a prática do Bico em virtude de estar “estressado”. O estresse, nesse caso, apresenta-se como um fator de risco a ser analisado, dentro da miríade de causas multifatoriais relacionadas, quando buscamos compreender quais as motivações estariam envolvidas na adoção do comportamento desviante do policial que realiza atividade de Bico durante o período de folga.

Nesse diapasão, percebe-se, portanto, que o estresse operacional e organizacional percebido pelos policiais, em decorrência da própria natureza da atividade policial, pode contribuir para a vitimização policial durante o período de folga, comportando-se como um fator de risco de vitimização policial a ser analisado

O estresse como um fator de risco de vitimização policial, durante o período de folga, revela-se, especialmente no que se refere ao uso da força não necessário e inoportuno, adotado pelo policial, durante o período de folga e contribui igualmente de maneira negativa para a insatisfação no trabalho e para o desencadeamento de uma série de diversos comportamentos desviantes, dentre os quais colocamos em destaque a prática do Bico realizada pelos policiais.

8.3.2.5 Jornada Extraordinária – Bico Legalizado na Modalidade Convocação

Tabela 9 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais - Jornada Extraordinária - Bico Legalizado

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Jornada Extraordinária - Bico Legalizado - Convocação	2

Fonte: NVIVO

É recente o fenômeno da jornada de serviço extraordinária que prevê a remuneração de policiais militares, pelo serviço prestado à Polícia Militar, do estado de Mato Grosso, durante o seu período de folga, numa espécie de pagamento de horas-extras aos policiais militares.

Ocorre que a Polícia Militar sempre realizou o serviço de hora-extra não remunerado como uma espécie de encargo natural do “sacerdócio” de ser um policial militar, de maneira que se dedicar para além do seu horário de serviço à disposição da Polícia Militar, era, e ainda é, um sinônimo de que o policial militar é realmente comprometido com a sua missão.

Por outro lado, presenciamos exemplos de outras instituições, como é o caso da Polícia Civil, que não trabalham, de forma alguma, além do seu horário previsto, a não ser que haja o pagamento de horas extras, o que foi implementado por meio da verba de natureza indenizatória conhecida como “chamadas a qualquer hora”⁸⁰.

O policial militar sempre foi chamado a qualquer hora e até os dias atuais jamais recebeu qualquer tipo de retribuição financeira em virtude dos serviços de horas-extras prestados à Polícia Militar. Notamos, nesse contexto, mais uma vez, a sobrecarga de trabalho por sobre o policial militar, sendo concebida como uma consequência natural da escolha de ser policial militar.

Dessa forma, a implementação da jornada de serviço extraordinária surgiu como um mecanismo de auxílio para os policiais militares, uma vez que, aos moldes antigos, de qualquer maneira iríamos trabalhar na folga, caso fossemos convocados em virtude da necessidade do serviço.

Ainda hoje sacrificamos muitas vezes a nossa folga, para a realização de atividades devotadas à Polícia Militar e nada recebemos de compensação pelo sacrifício da nossa folga, do convívio com os nossos familiares. Enquanto isso, outras instituições recebem o sobreaviso remunerado para permanecerem em casa “trabalhando”. É como diz o velho ditado militar: “se você não aguenta, pede baixa”.

A jornada de serviço extraordinária, portanto, surge como uma espécie de mecanismo de compensação financeira para os policiais militares que sacrificam a

80 Instituído pela Lei Complementar Estadual Nº 737 de 04 de abril de 2022, acrescenta o inciso VI ao art. 176 da Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, instituindo a indenização ao policial civil do estado de Mato Grosso por “chamadas a qualquer hora”, regulamentado pelo Decreto Estadual Nº 1.338, de 04 de abril de 2022.

sua folga para a realização das atividades finalísticas da Polícia Militar, ou seja, para a realização do policiamento ostensivo nas ruas.

A grande problemática para o campo da vitimização policial, durante o período de folga, relacionada à realização da atividade de serviço de jornada extraordinária, está relacionada ao sacrifício da folga do militar, em troca da retribuição financeira. A folga é a concessão do período de descanso para que o policial militar possa recompor as suas energias físicas e psicológicas para o próximo turno de serviço. Porém, se a folga acaba sendo sacrificada, o descanso do militar acaba sendo afetado de maneira negativa.

Estudos científicos no campo da vitimização policial durante o período de folga, tal como o realizado por Constantino (2012), através de um modelo logístico de determinantes de situações de risco vivenciadas por policiais, constatou que realizar outra atividade, imediatamente após o turno de serviço policial, demonstrou ser um forte agravante que predispõe a ocorrência de um desfecho não esperado, quando comparado com policiais que nunca emendaram o exercício da atividade policial com a atividade de Bico (Constantino, 2012).

Ainda de acordo com Constantino (2012), os policiais que afirmaram realizar outra atividade imediatamente após o turno de serviço policial apresentaram chances de exposição ao risco de 4,17 vezes maiores do que os policiais que não realizavam outra atividade imediatamente após o turno de serviço policial (Constantino, 2012).

Em sentido similar, Minayo, Souza e Constantino (2007, p. 2774), em pesquisa realizada com policiais civis e militares do estado do Rio de Janeiro, por meio da aplicação de 2.678 questionários anônimos e a realização de grupos focais com 143 policiais e 24 entrevistas individuais semi-estruturadas, constataram que exercer outra atividade de trabalho, além da atividade profissional na Polícia Militar, sem intervalo de descanso, demonstrou estar associado à possibilidade de vivenciar maiores riscos, em virtude da profissão de policial militar.

Ainda de acordo com Minayo, Souza e Constantino (2007, p. 2774), dentre os militares que realizam de maneira permanente outra atividade laboral, além da profissão de policial militar, o risco de sofrer algum tipo de violência é 5 (cinco) vezes maior, comparado com o policial militar que não exerce outra atividade laboral. Para os que exercem outra atividade laboral, além da profissão de policial militar, sem descanso, o risco é 2 (duas) vezes maior, comparado com os militares que exercem somente a profissão de policial.

Esses achados científicos reforçam a tese de que a sobrecarga de trabalho, sofrida pelos policiais, pode afetar em mais de quatro vezes as chances de erro por parte do policial, durante a realização de uma análise situacional de risco ou durante a realização de um processo de tomada de decisão.

Isso tudo sem mencionar especificamente as sobrecargas no campo fisiológico, percebidas por meio de transtornos metabólicos, de sono e de distúrbios alimentares, assim como as sobrecargas a nível psicológico, que contribuem para o aumento do estresse operacional percebido pelo policial militar sobrecarregado com excessivas jornadas de serviço extraordinário.

A médio e longo prazo, caso não haja um controle equilibrado quanto à questão do descanso por parte do militar, as consequências para o nível institucional podem ser danosas, tais como, aumento de erros policiais durante o atendimento de ocorrências, em virtude da ausência de descanso; aumento de ocorrências em que o policial faz o uso da força, em virtude do aumento do estresse operacional percebido pelo policial militar; diminuição da qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar, devido ao cansaço extremo percebido pelo policial militar, dentre outros.

Ao nível pessoal, ou seja, para o policial militar, as consequências podem ser danosas também, tais como: prejuízos à saúde integral de uma maneira geral, em virtude da ausência de sono adequado; desenvolvimento de transtornos metabólicos; desenvolvimento de distúrbios alimentares; aumento de problemas no relacionamento conjugal, devido à ausência de folga e tempo para a família; possibilidade de aumento de ocorrências de Maria da Penha envolvendo policiais militares; dentre outros.

Utilizando como base os estudos de preditores de força de Cheong et. al (2011), poderíamos inclusive cogitar que a sobrecarga de serviço, advinda da jornada de trabalho extraordinária, pode aumentar os incidentes de uso da força por parte do policial militar, tanto em serviço (com o aumento de resolução de ocorrências por meio do uso da força), quanto no período de folga (com prováveis aumentos de comportamentos de risco – bebida, bares, desentendimentos, brigas, etc. – assim como um possível aumento de ocorrências de desentendimento familiar, conflitos conjugais ou até mesmo ocorrências de violência doméstica familiar, tudo isso em virtude da sobrecarga de serviço).

Atualmente impera o sistema de voluntariado para participação do policial militar durante o seu período de folga no serviço de jornada extraordinária. Todavia, existe a possibilidade de a instituição “convocar” o policial militar, durante o seu período

de folga, para a realização de serviços em prol da instituição policial militar, mediante retribuição financeira, com sacrifício do período de folga.

Nesse sentido, a jornada de serviço extra pode se tornar uma vulnerabilidade institucional no campo da vitimização policial durante o período de folga, a partir do momento em que esse policial militar passa a não ter um período de descanso adequado para se recuperar fisiologicamente e psicologicamente, em virtude das recorrentes “convocações” para trabalhar durante o período de folga na Polícia Militar. Assim sendo, a atenção à dosimetria desse sacrifício da folga do policial militar é um aspecto importante a ser levado em consideração pelos *policy makers*, pois, caso esse equilíbrio seja deixado a cargo dos policiais militares que necessitam da retribuição financeira proporcionada pela jornada extraordinária, certamente não haverá equilíbrio, ou seja, o desequilíbrio será a consequência alcançada.

8.3.3 Fatores de Risco de Nível Individual (Micro) – Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga

Em busca das principais causas da vitimização policial, durante o período de folga, com base nas 1542 (mil e quinhentas e quarenta e duas) respostas fornecidas pelos policiais militares pesquisados, foram codificadas, como fatores de risco de nível individual (micro), ou seja, como vulnerabilidades pessoais ou comportamentais do militar na folga, 1467 referências, códigos ou respostas que buscam explicar as causas da vitimização policial militar durante o período de folga, as quais foram estabelecidas em 36 (trinta e seis) categorias de análise inicial.

Tabela 10 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Frequentar locais de risco para o policial	306
A realização do Bico	188
Consumo excessivo de Álcool	143
A construção de amizades não recomendáveis	112
A dependência química de drogas que ocasiona a busca de entorpecentes em Bocas de Fumo	108
Andar desarmado na folga	73
Ser uma Pessoa Pública Muito Conhecida em virtude da Profissão de PM	69
O consumo de bebida alcoólica em locais indevidos	66
Estar totalmente desatento na folga	65
Realização de Atividades Ilícitas	59
Construção de Inimigos em virtude da Profissão	37
Permissividade da Lei	35
Endividamento Financeiro	32
Intervir em ocorrência durante o período de folga	30
Residir em locais de Risco	27
Ascensão do Crime Organizado	22
O consumo de álcool em festas, shows, etc	19
Adoção de comportamentos de Risco	11
Consumo de Bebida Alcoólica portando Arma de Fogo	11
Roubo x Reação x Porte de Arma de Fogo	7
Desestruturação Familiar	6
Síndrome do Super-Herói em virtude do porte da Arma de Fogo	6
Relacionamento Amoroso Extraconjugal	5
Dificuldade para Manutenção do Estado de Alerta durante a Folga	4
EPI de Folga de Baixa Qualidade	4
Exposição que esta Armado	4
Ausência de Espiritualidade	3
Dificuldade em se Despir da Função Policial na Folga	3
Acidentes de Trânsito	2
Desejo do Criminoso pela Arma de Fogo do Militar	2
Estar Sozinho durante a Folga	2
Jornada Extraordinária - Bico Legalizado - Voluntariado	2
A Violência da Própria Sociedade	1
Desentendimentos durante a Folga	1
Desenvolver Rivalidades em Virtude do Serviço	1
Ganância por Dinheiro	1

Fonte: NVIVO

A análise do portfólio bruto de respostas categorizadas revelou a necessidade de condensação das 36 (trinta e seis) categorias de análise estabelecidas inicialmente, as quais foram agrupadas por meio dos critérios de semelhança temática e da similaridade de relações de causa e efeito, referentes ao fenômeno da vitimização policial, durante o período de folga, perfazendo, ao fim, 06 (seis) categorias de análise das causas da vitimização policial militar durante o período de folga.

Tabela 11 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Consequências ou Estigma de ser Policial Militar	107
Fatores de Risco Jurídicos	35
Fatores de Risco Sociais e Financeiros	33
Fatores de Risco Criminais	25
Fatores de Risco Fortuítos	2

Fonte: NVIVO

8.3.4 Fatores de Risco Fortuitos

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga, denominado de “Fatores de Risco Fortuitos”, foi indicado, pelos policiais militares pesquisados, como uma das possíveis causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, os acidentes de trânsito.

Tabela 12 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Fortuitos

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Fatores de Risco Fortuítos	2
Acidentes de Trânsito	2

Fonte: NVIVO

A literatura científica no campo da vitimização policial (Minayo et. al, 2008, p. 1999), (Merino, 2010, p. 12-14), (Durante; Junior, 2013, p. 132), (Fernandes, 2016) dentre outros, aponta os acidentes de trânsito em serviço como uma das principais causas de mortes de policiais militares no exercício da função de policial militar, em virtude da natureza do trabalho policial e dos próprios riscos inerentes à profissão que, muitas vezes, exige do policial militar a necessidade de realização de um acompanhamento veicular mais arriscado, o que pode ensejar num acidente de trânsito resultando na morte do policial militar.

No espectro da folga do policial militar existem dados quantitativos diversos que enumeram a morte dos militares durante o período de folga, em virtude da ocorrência de acidentes de trânsito (Minayo; Souza, 2005), (Minayo et. al, 2008, p. 1999), (Duarte,

2019). É difícil esclarecer as causas de um acidente de trânsito, uma vez que, tal como o próprio conceito do termo referencia, é algo que acontece de uma maneira não esperada ou planejada e os casos são bastante particulares entre si.

Entretanto, vislumbrando a realidade da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, podemos cogitar alguns pontos de vulnerabilidade, que precisam ser levados em consideração pelos policiais militares, como forma de minimizar possíveis ocorrências de acidente de trânsito durante o período de folga.

Muitos policiais militares do estado de Mato Grosso que trabalham em pequenas cidades ou distritos no interior do estado de Mato Grosso, geralmente em quartéis do tipo Núcleo ou Pelotão de Polícia Militar, optam por não ter residência fixa na localidade onde estão trabalhando, de maneira que, geralmente, estabelecem residência fixa em cidades próximas mais atrativas para esse fim.

Ocorre que, estabelecer residência fixa em uma cidade ou distrito diferente do local onde está destacado para trabalhar para a Polícia Militar, acarreta o aumento exponencial dos deslocamentos veiculares dos policiais militares por meio de rodovias e até mesmo por estradas de chão. Isso é um fator de risco que pode aumentar as chances da ocorrência de acidentes de trânsito, envolvendo policiais militares, durante o período de folga.

Em que pese os trajetos de deslocamento de ida para o serviço e de retorno para a residência do militar, seja ela onde for, serem compreendidos, por meio da legislação específica militar, como atos de serviço, isso não inibe o fato de que o aumento exponencial de deslocamentos veiculares, por meio de rodovias e estradas de chão, pode aumentar consideravelmente as chances de que o militar se envolva em acidentes de trânsito.

Nesse contexto, repensar, portanto, a possibilidade de manter residência fixa no local onde está destacado para trabalhar em nome da Polícia Militar parece-nos um fator de proteção ao policial militar durante o período de folga, em virtude da ocorrência de acidentes de trânsito.

Há dois casos reais que o pesquisador vivenciou em sua carreira de policial militar, de morte de policiais militares, por acidente de trânsito, que são bastante ilustrativos. O primeiro caso refere-se a um Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso que estabelecia residência fixa na própria localidade onde trabalhava e, logo após o seu turno de serviço noturno, ou seja, ao amanhecer, resolveu deslocar-se para uma cidade próxima da cidade onde ele trabalhava, distante

aproximadamente 240 KM (duzentos e quarenta quilômetros), para visitar os seus familiares (mãe, irmã, sobrinhos, etc.).

A estrada por onde o militar realizava o deslocamento veicular era asfaltada e o trecho onde o militar acabou batendo de frente com o outro veículo era uma reta de quilômetros de distância. A percepção que se teve do acidente foi que o militar provavelmente dormiu na direção do veículo.

Um estudo experimental, realizado por James e Vila (2015, p. 517), nos Estados Unidos, buscou avaliar o impacto do trabalho em turnos, fadiga e turnos prolongados na condução sonolenta do policial após o turno de serviço. Foram realizados experimentos controlados em laboratório, onde 78 policiais experientes dos EUA dirigiam simuladores de treinamento de direção de alta fidelidade pelo tempo de 30 minutos em duas ocasiões: imediatamente após cinco turnos consecutivos de patrulha de serviço noturno (condição de fadiga) e novamente 72 horas após completar o último turno em um ciclo de trabalho (condição de descanso).

De acordo com os pesquisadores Norte-Americanos, mensurar a fadiga dos policiais, logo após o cumprimento do turno de serviço policial, fornece um importante indicador de como os policiais podem estar suscetíveis a inúmeros riscos durante o seu período de folga, uma vez que, geralmente após os turnos de serviço, os policiais tendem a continuar trabalhando em serviços de horas extras (bicos) ou estão na condução de seus veículos para casa ou para outros destinos. Assim,

em qualquer uma dessas circunstâncias, níveis crescentes de fadiga associados aos efeitos do tempo na tarefa e do tempo acordado podem aumentar os riscos de colisão para os policiais e, consequentemente, para outros na estrada com eles (James; Vila; 2015, p. 518).

As análises dos experimentos simulados, realizados com policiais dos EUA, comprovaram que os policiais que trabalhavam em turnos noturnos tinham desvio de faixa de trânsito significativamente maior durante a condução veicular após o turno de serviço noturno, em comparação com os policiais que trabalhavam em turnos diurnos (James; Vila; 2015, p. 533).

Os testes simulados de reação na condução veicular dos policiais, logo após o turno de serviço noturno, comprovaram a tendência do policial ao desvio por entre ambas as faixas das pistas e a propensão a colisões quando a condução veicular é realizada logo após o turno de serviço noturno (James; Vila; 2015, p. 533).

O segundo caso de policial militar do estado de Mato Grosso que se envolveu em acidente de trânsito, durante o período de folga, e acabou falecendo, ocorreu com um militar da graduação de Soldado que trabalhava em uma cidade pequena no interior do estado de Mato Grosso.

O militar, durante o período de folga, deslocou-se de carro da sua cidade, onde mantinha residência fixa, para outra cidade, distante aproximadamente 240 KM (duzentos e quarenta quilômetros), para realizar compras em um supermercado, em virtude dos preços mais atraentes, ou seja, preços de mercadorias mais baixos.

Ocorre que, durante o trajeto de retorno para a sua residência, localizada a cerca de aproximadamente 240 KM (duzentos e quarenta quilômetros) de distância do supermercado onde realizou as compras, o referido militar se envolveu em um acidente de trânsito, no qual chocou-se frontalmente com uma carreta e acabou falecendo.

O referido acidente de trânsito envolvendo o militar nos leva a refletir sobre as condições materiais de existência dos nossos policiais militares pertencentes à graduação de Praças, os quais se colocam em situações de risco, devido às dificuldades financeiras percebidas.

Esse talvez seja mais um dos aspectos a serem sopesados, no campo da vitimização policial, no sentido de que a luta por uma melhor remuneração financeira dos policiais militares tangencia as condições materiais de existência, influencia o estilo de vida adotado pelo policial militar, assim como influencia a adoção de comportamentos de risco ou não durante o período de folga, que podem levar à vitimização policial militar.

8.3.5 Fatores de Risco Criminais

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial, durante o período de folga, denominado de “Fatores de Risco Criminais”, foram indicados, pelos policiais militares pesquisados, os seguintes fatores de risco: a ascensão do crime organizado; o desejo do criminoso pela arma de fogo do militar; e a violência da própria sociedade.

Tabela 13 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Criminais

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Fatores de Risco Criminais	25
Ascensão do Crime Organizado	22
Desejo do Criminoso pela Arma de Fogo do Militar	2
A Violência da Própria Sociedade	1

Fonte: NVIVO

A violência da própria sociedade reflete o fato de que o Brasil é um país violento. Em que pese a tendência de queda das mortes violentas intencionais nos últimos 04 (quatro) anos, no Brasil, a redução das MVI não está distribuída de maneira homogênea no país. Pelo contrário, existem regiões do país, tal como a região Norte e em pequenos municípios do Brasil, onde o quantitativo de MVI está em ascensão, muito disso em virtude do aumento das ações de expansão do crime organizado (Lima; Bueno; ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 07).

O Brasil possui atualmente 53 (cinquenta e três) organizações criminosas em atividade no país, a saber: Comando Vermelho; Primeiro Comando da Capital; Bonde dos 13; Ifara; Família do Norte; Família Terror do Amapá; Amigos Para Sempre; União do Crime do Amapá; Primeiro Comando do Panda; Terceiro Comando Puro; Crias da Tríplice; Katiara; Comando da Paz; Caveira; Bonde dos 40; Primeiro Comando do Maranhão; Comando Classe A; Bonde dos 30; União do Norte; Equipe Rex; Equipe Real; Okaida; EUA; Máfia Paranaense; Amigos dos Amigos; Sindicato do Crime; Abertos; Bala na Cara; Os Manos; Comando pelo Certo; Farrapos; Unidos pela Paz; Os Tauras; Vândalos; Mata Rindo; Grupo K2; Cebolas; Primeiro Comando do Interior; Primeiro Grupo Catarinense; Força Revolucionária Catarinense; Primeiro Crime Revolucionário Catarinense; Comando Vermelho de Goiás; Comando Vermelho de Santa Catarina (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 10).

No Sistema Penitenciário Brasileiro a situação é ainda pior. De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), através das Agências de Inteligência Penais (AIPENS), junto a todas as penitenciárias no Brasil, estão atuando no sistema penitenciário brasileiro 72 (setenta e duas) organizações criminosas, de acordo com o Mapa de Organizações Criminosas da Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIPEN) (Senappen, 2023, p. 12).

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é a maior organização criminosa em atividade no Brasil. Estima-se, de acordo com dados do Ministério Público Paulista, que o PCC possua pelo menos 35.000 (trinta e cinco mil) integrantes em atividade no país. As suas principais atividades criminosas estão relacionadas ao processo de compra de maconha e cocaína de países produtores e com o processo de exportação de toneladas de drogas para a África e para a Ásia, por meio de navios de carga que saem da costa brasileira (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, 13-14).

O PCC desenvolve atividades em território transnacional, ou seja, dentro e fora do Brasil, por meio da realização da compra e exportação de entorpecentes a nível transnacional, realizando um processo de lavagem de dinheiro sofisticada no país e articula-se com organizações criminosas de outros países, tal como a máfia italiana “Ndrangheta”, reconhecida pelas autoridades europeias como a facção criminosa mais influente do mundo⁸¹ (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, 13-14).

A nível de Mato Grosso, temos o predomínio de atuação da facção criminosa Comando Vermelho (CV) que é considerada a facção criminosa mais antiga do Brasil, e a segunda maior organização criminosa em atuação no país, ficando atrás apenas do Primeiro Comando da Capital (PCC). As principais atividades desenvolvidas tradicionalmente pelo Comando Vermelho, a nível nacional, são o tráfico de drogas e de armas de fogo. Não é costume da referida facção criminosa a exportação de cocaína para fora das fronteiras nacionais, mas existem alguns registros dessa prática sendo também realizada pelo CV, porém não é a tradição dessa facção (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 14).

A nível de Mato Grosso, o PCC vem prosseguindo com o seu processo de cartelização nacional, onde os municípios de Sorriso/MT, Sinop/MT, Cáceres/MT, Peixoto de Azevedo/MT, Tangará da Serra/MT, Barra do Bugres/MT, dentre outros, vem sofrendo com as ações de avanço do Primeiro Comando da Capital, no sentido de tomarem o controle do tráfico de drogas e demais comércios ilegais correlacionados nessas respectivas cidades⁸².

81 A Organização Criminosa PCC, entra na Lista de Ameaças Nacionais aos EUA. < <https://noticias.r7.com/sao-paulo/ataques-do-pcc-ha-15-anos-crime-organizado-parava-sao-paulo-29062022> >. Acesso em 26/07/2021.

82 Dentre as cidades do estado de Mato Grosso citadas, a cidade de Sorriso/MT, figura como a cidade do estado de Mato Grosso com o maior número de homicídios registrados no ano de 2022 (ORACLE BI, 2022).

Nesse contexto de avanço do Primeiro Comando da Capital (PCC), o município de Sorriso/MT vem enfrentando, desde o início do ano de 2022, até os dias atuais, uma guerra entre facções criminosas rivais, perpetrada entre as Organizações Criminosas: Comando Vermelho (CV) versus Primeiro Comando da Capital (PCC).

A referida guerra entre facções criminosas rivais no município de Sorriso resultou, somente no ano de 2022, no município de Sorriso/MT, em mais de 70 (setenta) homicídios, mais precisamente em 74 (setenta e quatro) homicídios registrados, conforme dados extraídos do Observatório da Segurança Pública de Mato Grosso (Oracle B.I., 2022).

Tal indicador quantitativo de homicídios no município de Sorriso/MT, no ano de 2022, na cifra de 74 (setenta e quatro) homicídios, responde por 58,7% do total de 126 homicídios ocorridos na Região Integrada de Segurança Pública de Sinop/MT (RISP 3) que compreende os municípios (Batalhões) de Sinop/MT (11ºBPM e Subunidades) e Sorriso/MT (12º BPM e Subunidades) (Oracle B.I., 2022).

Tal indicador quantitativo de homicídios, no município de Sorriso/MT, no ano de 2022, na cifra de 74 (setenta e quatro) homicídios, perfaz um quantitativo total de homicídios, para ano de 2022, superior ao quantitativo de homicídios das maiores Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP's) do estado de Mato Grosso, quais sejam Cuiabá/MT (RISP 1) e Várzea Grande/MT (RISP 2), perfazendo, dessa maneira, um quantitativo total de homicídios superior ao indicador de homicídios da RISP 1 - CUIABÁ/MT (com 68 - sessenta e oito - homicídios em 2022) e, igualmente, superior ao indicador quantitativo de homicídios da RISP 2 - VÁRZEA GRANDE/MT (com 70 - setenta - homicídios em 2022), tudo conforme dados extraídos do Observatório da Segurança Pública de Mato Grosso (Oracle B.I., 2022).

E em meio a essa guerra entre as facções criminosas do Comando Vermelho (CV) versus Primeiro Comando da Capital (PCC), presente no estado de Mato Grosso, e sentida de maneira mais evidente nas cidades de Sorriso/MT, Sinop/MT, Cáceres/MT, Peixoto de Azevedo/MT, Tangará da Serra/MT, Barra do Bugres/MT, dentre outros, estão os policiais militares do estado de Mato Grosso, tentando conter o avanço do número de homicídios provenientes dessa guerra entre facções criminosas.

Não é incomum que essa tentativa de contenção do número de homicídios, provenientes dessa guerra de facções criminosas, acabem resultando em mais homicídios, em decorrência de mortes por intervenção de agentes do estado, uma vez

que os integrantes de ambas as facções criminosas estão armados e equipados para literalmente matar ou morrer.

Nesse sentido, é importante destacar que os homicídios praticados entre as facções criminosas são perpetrados pelos faccionados com requintes de crueldade, muitas vezes mediante esquartejamento das vítimas⁸³; sequestro⁸⁴, emboscadas⁸⁵, invasão de domicílios e arrombamentos⁸⁶, sem a possibilidade de defesa por parte da vítima⁸⁷; com a utilização de uma alta quantidade de disparos de armas de fogo de calibres diferentes, muitas vezes com pistolas ou submetralhadoras que realizam disparos de arma de fogo em modo de rajada de tiros, ou seja, com alta quantidade de disparos em poucos segundos. Trata-se, então, de pessoas que, perante esse cenário de guerra ou de sobrevivência, estão literalmente dispostas a matar ou morrer.

Os policiais militares, nesse cenário de guerra, encontram-se igualmente em uma situação de luta pela sua sobrevivência, em decorrência do exercício profissional da atividade policial militar de policiamento ostensivo preventivo e de repressão imediata.

Não é incomum, na cidade de Sorriso/MT, equipes de policiais militares de serviço trocarem tiros com integrantes de facções criminosas que haviam acabado de assassinar integrantes de facção criminosa rival⁸⁸, onde, naquele contexto, de maneira tecnicamente correta, os policiais militares neutralizaram a ameaça e defenderam as suas vidas.

Ocorrências do tipo mortes por intervenção de agentes do estado possibilitam o desencadeamento do desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático nos policiais militares, uma vez que, ao contrário do que muitos pensam, tirar a vida de alguém não é algo digerido naturalmente, até mesmo pelos policiais militares, que muitas vezes o fazem, em virtude do cumprimento da missão profissional e não recebem apoio psicológico após o enfrentamento dessas ocorrências.

⁸³ Principalmente, retirando (cortando fora) a cabeça das vítimas.

⁸⁴ Sequestram a vítima na rua ou na sua residência, levam para outro local, geralmente distante da cidade, e assassinam a vítima.

⁸⁵ Um integrante de uma facção rival liga pedindo entorpecentes à vítima. A vítima, ao chegar no local de entrega dos entorpecentes, é emboscada e assassinada.

⁸⁶ Invadem o domicílio da vítima, realizando disparos de arma de fogo a esmo e executam a vítima dentro da residência.

⁸⁷ Muitas vítimas foram assassinadas enquanto estavam dormindo em suas residências, com alta quantidade de disparos de arma de fogo.

⁸⁸ Vide Boletim de Ocorrência de N° 2024.48668 e 2024.48674.

Sobre esse aspecto, Santana (2011) realizou pesquisa na Polícia Militar do estado de São Paulo, com o objetivo de estudar as implicações da resiliência em estudo com ressonância magnética funcional, com ênfase para o papel da psicoterapia, perante os sinais e sintomas que caracterizam o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

O diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático – DSM-IV-TR passa por uma série de critérios de identificação, os quais devem ser preenchidos sequencialmente para a confirmação efetiva do diagnóstico, a saber: I – Critério A1: experiência e/ou testemunho de evento traumático que ameaça a vida; II – Critério A2: Experiência subjetiva de desamparo, medo e horror durante o evento traumático; III – Critério B: Intrusões (revivenciar o evento traumático); IV – Critério C: Evitação (de situações e dicas que lembrem o trauma); V – Critério D: Hipervigilância (estado de alerta, agitação, ansiedade); VI – Critério E: Mínimo de 4 semanas sofrendo as consequências anteriores; VII – Dificuldades severas na vida diária (social, familiar e profissional) (Santana, 2011).

Na pesquisa de Santana (2011), foram avaliados policiais militares que estiveram diretamente envolvidos em confrontos armados, durante os intensos ataques realizados por integrante da facção Criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), no período de 12 de maio a 23 de maio de 2006, no estado de São Paulo⁸⁹.

Os policiais militares, participantes da pesquisa, foram avaliados logo após os confrontos armados com os criminosos faccionados do PCC, os quais foram submetidos aos cuidados do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM) (Santana, 2011).

Todos os policiais militares avaliados eram do sexo masculino, com idade entre 25 e 35 anos, sem histórico de utilização de medicamentos psicotrópicos ou doenças neurológicas (sendo excluídos os policiais militares com implantes no corpo, trauma encefálico ou claustrofóbicos) (Santana, 2011)

De acordo com os testes realizados com os policiais militares do estado de São Paulo, os sintomas mais prevalentes detectados foram: I - memórias traumáticas recorrentes e II – presença de hipervigilância como resposta de alerta (Santana, 2011).

89 As Marcas da Matança em 2006 em São Paulo, provocadas pelo PCC. < <https://www.youtube.com/watch?v=Y-ypn2ru-Vg> > < <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/12-de-maio-de-2006-15-anos-dos-ataques-do-pcc-em-sao-paulo-16348911> >. Acesso em 26/07/2021.

A presença da hipervigilância como resposta de alerta dos policiais militares, após um evento traumático, aplica-se às ocorrências de morte por intervenção de agente do estado, de maneira que, além do próprio trauma de tirar a vida de outro ser humano, em decorrência da função policial militar, podemos citar outras consequências das ocorrências de mortes por intervenção de agentes do estado, tais como as ameaças de morte direcionadas aos policiais militares, em decorrência da ação profissional de combate ao crime; a violência midiática perpetrada contra as ações policiais de combate ao crime organizado, dentre outros.

As ameaças de morte direcionadas aos policiais militares, geralmente por meio de perfil de redes sociais “fake”, por mais que não sejam comentadas de maneira aberta no meio militar⁹⁰, são de fato objeto de preocupação dos policiais militares que passam a ficar cada vez mais hipervigilantes durante o período de folga⁹¹, ou seja, permanecem em constante estado de alerta, agitados, ansiosos, como se algo fosse acontecer a qualquer momento, conforme Critério D do diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático – DSM-IV-TR (Santana, 2011).

As ameaças de morte recebidas pelos policiais militares, em virtude de atuação em ocorrências de mortes por intervenção de agentes do estado, assim como em virtude da atuação em tantos outros tipos de ocorrências atendidas ao longo da carreira, potencializadas pela exploração da violência midiática no sentido de ressaltar a violência policial, vitimizar a ação do criminoso e, sobretudo, explorar a morte de policiais militares ocorridas tanto em serviço, quanto no período de folga, contribuem para que o policial militar desenvolva esse comportamento de hipervigilância na folga, como um mecanismo de sobrevivência, agravando, por mais uma via, o transtorno de estresse pós-traumático.

O diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático sofreu algumas modificações, no sentido de que o Critério A1 do DSM-IV-TR, o qual exigia que o evento traumático fosse vivenciado ou testemunhado pelo próprio indivíduo, foi expandido, considerando o diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático,

90 Admitir a vulnerabilidade não é algo comum no meio militar, pelo contrário, é mais um sintoma da personalidade profissional ou da máscara social do Ethos Guerreiro que o policial militar se reveste para poder sobreviver.

91 Não é incomum policiais militares durante o período de folga “patrulhando” no modo “hipervigilantes”, como se de serviço estivessem. Será que esse comportamento “hipervigilante”, não seria um desdobramento do transtorno de estresse pós-traumático vivenciado pelos policiais militares cotidianamente? A pesquisa de Santana (2011) assegura que sim.

por aquelas pessoas que tomaram ciência do evento traumático com um familiar próximo ou amigo próximo ou por quem é frequentemente exposto a detalhes aversivos de eventos traumáticos, tais como socorristas recolhendo restos de corpos humanos e policiais que repetidamente são expostos a eventos traumáticos (Araújo; Neto, 2014).

A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais (DSM) ressalta que a exposição através de mídia eletrônica, televisão, filmes ou imagens relacionadas ao trabalho, enquadra-se no critério A1 do DSM-IV-TR expandido, ou seja, as formas de exposição à violência podem provocar o desenvolvimento do TEPT quando relacionadas ao trabalho (Araújo; Neto, 2014).

Além do possível desenvolvimento do TEPT, por parte do policial militar, em virtude da exploração da violência midiática, realizada no sentido de ressaltar a violência policial, vitimizar a ação do criminoso e, sobretudo, explorar a morte de policiais militares ocorrida tanto em serviço, quanto no período de folga, existem outras consequências para o policial militar a nível psicofisiológico, conforme comprovou o experimento de Santana (2011).

Os policiais militares avaliados na pesquisa de Santana (2011), logo após os ataques do PCC em São Paulo no mês de maio de 2006, foram separados em 03 (três) grupos, a saber: I – policiais militares com sinais de TEPT e imediatamente submetidos ao PAAPM; II – policiais militares com sinais de TEPT e no aguardo em lista de espera (grupo controle); III – policiais militares resilientes (grupo controle) (Santana, 2011).

Os policiais militares avaliados foram submetidos à estimulação sonora de 03 (três) tipos diferentes, a saber: I – Sons de Ruído neutro (canal de televisão fora do ar); II – Sons de Escuta Agradável (ondas do mar ou natureza); e III – Sons de Escuta Traumática, relacionados à atividade policial (tais como, sons reais de confronto armado) (Santana, 2011).

A estimulação sonora a que os policiais militares foram submetidos evidenciou que os batimentos cardíacos durante a exposição a sons de escuta traumática, tais como sons reais de confrontos armados, provocou uma aceleração dos batimentos cardíacos, assim como um aumento significativo dos níveis de cortisol no organismo dos policiais militares avaliados (Santana, 2011).

O aumento dos níveis de cortisol no organismo, é resultado do estresse crônico e pode acarretar uma série de consequências negativas para a saúde do ser humano,

quando constantemente mantido em níveis elevados. As consequências negativas do nível elevado de cortisol no organismo são variadas, tais como: aumento da pressão arterial; aumento do peso e da circunferência abdominal; elevação dos níveis de açúcar no sangue; diabetes; osteoporose; aumento do estresse; depressão; colesterol alto, dentre outros.

As medidas para o controle dos níveis de cortisol no organismo do ser humano são: evitar situações de estresse; ter uma boa noite de sono; praticar exercícios físicos; tentar manter-se relaxado; alimentar-se bem. O que é curioso, é que a atividade policial militar de fato não contribui para a adoção dessas medidas para a redução dos níveis de cortisol no organismo, uma vez que o policial militar é submetido constantemente a situações estressoras; não consegue manter uma regularidade de sono, em virtude dos turnos de serviço noturnos; não pratica exercícios físicos com regularidade; não se alimenta bem, prova disso são os altos índices de obesidade entre policiais militares; e, por derradeiro, não conseguem manter-se relaxados, devido à necessidade de sobreviver.

Nesse contexto, portanto, de combate à criminalidade e ao crime organizado, a exposição a ocorrências de mortes por intervenção de agentes do estado, o desenvolvimento de TEPT, a violência midiática sobre o policial militar, o desenvolvimento do estresse crônico, o aumento dos níveis de cortisol no organismo e o desenvolvimento de agravos à saúde fisiológica e psicológica do policial militar retratam de maneira fidedigna fragmentos das consequências de ser um policial militar no Brasil.

Tais circunstâncias de exposição, por meio de diversos agravos físicos e emocionais, amoldam-se perfeitamente ao cotidiano policial militar, o qual, além de ser exposto à violência durante o seu exercício profissional, acaba sendo novamente exposto a eventos traumáticos, através das inúmeras informações e notícias disseminadas pelos veículos de mídia eletrônica, envolvendo a morte de policiais e sofrendo ameaças de morte por meio de redes sociais, reforçando sua hipervigilância durante o período de folga, como um dos sintomas do estresse pós-traumático vivenciado em decorrência da sua atuação profissional.

Recebe destaque a forma como esses policiais militares estão digerindo toda essa sobrecarga de agravos físicos e emocionais, suportados em decorrência da profissão de policial militar. A julgar pelos estudos científicos na área, que corroboram a presença marcante do estresse na atividade policial militar, assim como os

transtornos e distúrbios mentais; os transtornos e distúrbios alimentares; a presença marcante de policiais militares obesos e hipertensos e a presença de outras comorbidades e doenças no meio policial militar podem ser sintomas de que o policial militar realmente não está conseguindo digerir essa sobrecarga física e emocional decorrente da atividade policial militar e, portanto, necessita de uma ajuda profissional especializada.

Drucker (2000, p. 03) argumenta que a organização ou instituição governamental deve responsabilizar-se por seus impactos sobre o meio ambiente, sobre seus clientes e sobre tudo com o que a organização (empresa ou instituição governamental) impacte de maneira direta e indireta, mas, sobretudo e primeiramente, deve responsabilizar-se por seu impacto sobre os seus funcionários (subordinados).

Nesse sentido, é de responsabilidade da instituição policial militar a promoção da qualidade de vida no trabalho para os policiais militares, que estão sendo cotidianamente submetidos a intensos agravos físicos e emocionais, em decorrência do exercício da função profissional de policial militar.

A promoção da qualidade de vida no trabalho é uma responsabilidade social das organizações para com seus colaboradores (funcionários ou subordinados), produzindo seus efeitos no campo qualitativo e positivo no trabalho executado pelos seus colaboradores no âmbito interno e reverberando seus efeitos qualitativos positivos ao público externo (Drucker, 2000, p. 03).

A necessidade de um acompanhamento psicológico dos policiais militares a nível institucional é uma realidade que precisa ser alcançada pela Polícia Militar do estado de Mato Grosso, pois, caso contrário, o policial continuará sofrendo calado e desenvolvendo uma série de agravos físicos e emocionais, em decorrências das vicissitudes de ser um policial militar.

No tocante ao acompanhamento psicológico, reforçamos a necessidade desse acompanhamento profissional especializado, sobretudo para os policiais militares que trabalham nas atividades operacionais de patrulhamento nas ruas, assim como para os policiais militares que se envolvem em ocorrências de mortes por intervenção de agentes do estado.

Esse acompanhamento profissional especializado na área da psicologia deveria ser realizado de maneira continuada e direcionada a todos os policiais militares. Nesse sentido, entendemos que o ingresso de profissionais da psicologia no

plano de cargos e carreiras da Polícia Militar seria uma boa medida para minimizar os agravos físicos e emocionais percebidos pelos policiais militares.

O estudo de Santana (2011) é um exemplo de como os conhecimentos específicos da psicologia podem auxiliar no campo da vitimização policial militar. Santana (2011) concluiu sobre a importância da brevidade no atendimento ao militar vitimizado, reforçando que a psicoterapia aplicada é eficaz, no sentido de proporcionar a abertura do militar vitimizado para novas experiências, interesses e objetivos de vida, contribuindo para que ele desenvolva uma maior apreciação e valorização da vida.

A psicoterapia aplicada demonstrou-se eficaz, também, na melhora da relação familiar e interpessoal, promovendo as atitudes de gratidão, bondade e amor; o desenvolvimento ou resgate da religiosidade/espiritualidade no cotidiano e a descoberta de força, coragem e perseverança, para a superação das adversidades da vida (Santana, 2011).

Nesse diapasão, podemos observar que a ascensão do crime organizado é um fator de risco de vitimização policial durante o período de folga, uma vez que, em virtude do exercício profissional da atividade policial de combate ao crime e a organizações criminosas, o militar acaba virando alvo de ameaças e de morte por criminosos faccionados.

Os danos colaterais do exercício da atividade policial militar de combate ao crime e ao crime organizado e das vicissitudes de ser um policial militar, dissemina seus efeitos colaterais de formas diversas, as quais podem ser amalgamadas em uma série de agravos físicos e emocionais percebidos pelos policiais militares.

Por outro lado, o desejo do criminoso pela arma de fogo do policial militar é também um fator de risco de vitimização do policial militar durante o período de folga, sobretudo quando o policial militar se encontra realizando o bico de segurança em supermercados, farmácias, postos de combustíveis, dentre outros locais onde se coloca voluntariamente em uma situação de vulnerabilidade grande.

O desejo do criminoso pela arma de fogo do policial militar ocorre, também, em virtude da facilidade visualizada pelo criminoso, muitas vezes proporcionada pelo policial militar, que costuma demonstrar ostensivamente que está armado na folga ou em festas; que realiza a atividade de bico de segurança habitualmente em locais de risco; que costuma deixar a sua arma de fogo em casa ou no veículo; de maneira que essas condutas facilitam a ocorrência do roubo ou furto da arma do policial militar

durante o período de folga e em virtude da possibilidade do criminoso de auferir lucro financeiro com o aluguel ou venda de armas de fogo roubadas ou furtadas no submundo do crime.⁹²

A questão da fragilidade da lei, no sentido de manter presos infratores da lei contumazes, foi elencada como uma ação que poderia ter sido adotada para minimizar a vitimização policial durante o período de folga, uma vez que, para os militares, os autores do crime e da violência contra eles eram pessoas já conhecidas e presas por eles próprios. Nesse sentido, portanto, a implementação de políticas públicas que evitem ao máximo o desencarceramento em massa funcionariam como fatores de proteção à vitimização policial durante o período de folga.

8.3.6 Fatores de Risco Sociais e Financeiros

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial, durante o período de folga, denominado de “Fatores de Risco Sociais e Financeiros”, foram indicados pelos policiais militares pesquisados, como algumas das possíveis causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, os seguintes fatores de risco: estabelecer residência fixa em locais de risco e a desestruturação familiar.

Tabela 14 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Sociais e Financeiros

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Fatores de Risco Sociais e Financeiros	33
Residir em locais de Risco	27
Desestruturação Familiar	6

Fonte: NVIVO

Uma perspectiva bastante emblemática da relação estabelecida entre os fatores de risco sociais e os fatores de risco financeiros é o local de residência fixa estabelecido pelos policiais militares, em locais de risco, em virtude das dificuldades financeiras.

92 Policial Militar do Estado de Mato Grosso é vítima de latrocínio com a sua própria arma de fogo. Segundo consta, os infratores, comentaram antes do crime em grupos de Whatsapp, que iriam roubar a arma de fogo do policial militar, fato ocorrido em 19 de abril de 2016. < <https://www.nortaoonline.com/noticias/2028/> >. Acesso em 30/02/2021.

Nesse aspecto, é importante ressaltarmos as exceções, no sentido de que entendemos que a questão financeira para quem é assalariado parte de um princípio de priorização daquilo que é mais importante para o estilo de vida do militar e de sua família.

Nesse contexto, temos as exceções no sentido de que muitos policiais militares deixam de priorizar, no seu orçamento financeiro, o estabelecimento de uma residência fixa em um local que não seja de risco elevado (“seguro”) mas, por outro lado, possuem veículos de passeio que custam o valor de uma residência num bairro de menor risco ou mais “seguro”. É evidente que essas são as exceções, mas que são importantes de serem pontuadas, pois o local de habitação é um fator de risco altíssimo de vitimização policial durante o período de folga (Resende; Cavazza, 2002, p. 52), (Minayo; Souza, 2005), (Minayo, Assis; Souza, 2005, p. 217), (Minayo et. al 2008, p. 297), (Durante; Oliveira, 2013), (Sabbá et. al, 2018), (Duarte, 2019), (Araújo et. al, 2020, p. 10), (Barbosa et. al, 2020, p. 10), (Novo, 2020, p. 69) dentre outros.

Estabelecer residência fixa em um local de risco, onde a criminalidade é atuante e onde, por necessidade do serviço, o militar tem que atuar profissionalmente combatendo a criminalidade, deslocando-se para a sua residência, para o descanso, tendo que passar o seu período de folga no mesmo bairro onde realizou prisões, detenções e abordagens de pessoas suspeitas, isso é um fator de risco altíssimo para a ocorrência de vitimização de policiais militares durante o período de folga.

Estabelecer residência fixa em um local de risco, portanto, coloca o militar em uma situação de vulnerabilidade muito grande. Conforme captado através da presente pesquisa de campo realizada na PMMT os policiais militares são vítimas, durante o período de folga, de diversos crimes de menor potencial ofensivo (CMPO), tais como: Agressão Física; Agressão Verbal; Ameaça; Perseguição; Furto; e Invasão de Domicílio, de maneira que todos esses crimes certamente são influenciados pelo local de residência fixa de risco, estabelecido pelo policial militar.

A fundamentação teórica de que manter residência fixa em um local de risco é, para o militar, um fator de risco muito grande de ser vitimizado durante o período de folga, encontra sustentação na teoria dos estilos de vida (*life style models*) e oportunidades (*opportunities models*) de Hindelang, Gottfredson e Garofalo (1978), uma vez que o militar, estabelecendo residência fixa em um local de risco, acaba desenvolvendo um estilo de vida, inevitavelmente, nessa localidade, gerando

oportunidades de risco para que o militar seja vítima do crime e da violência durante o período de folga.

Outro subsídio teórico que fundamenta o fato de que estabelecer residência fixa em um local perigoso, é um fator de risco de vitimização policial, durante o período de folga, é a teoria das atividades rotineiras de Cohen e Felson (1979) que aponta o fato de que quando o militar estabelece residência fixa em um local de risco está se colocando em um ambiente favorável para que ele próprio se torne vítima do crime e da violência durante o período de folga.

Outro ponto destacado pelos policiais militares pesquisados, agora exclusivamente no campo social, refere-se à desestruturação familiar que é frequentemente percebida entre policiais militares vitimizados durante o período de folga.

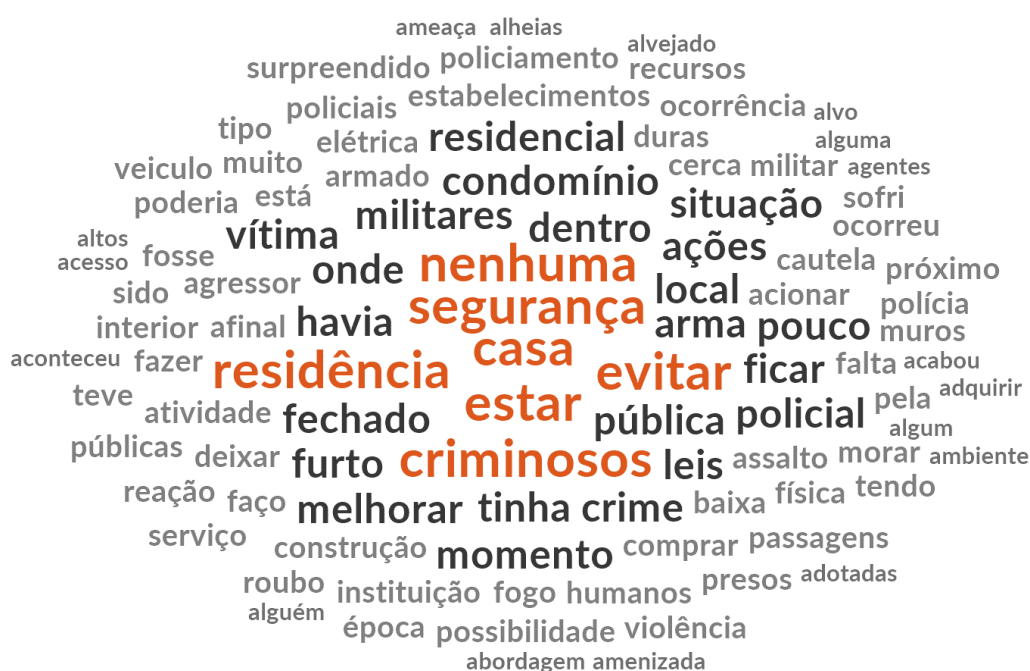
A desestruturação familiar influencia o militar na adoção de comportamentos de risco durante o período de folga, tais como, a ingestão de bebida alcoólica em excesso; a ingestão de bebida alcoólica em locais indevidos; a dependência química de drogas; o endividamento financeiro, em virtude do militar ao longo da sua carreira, formar diversas famílias, ter filhos com diversas genitoras diferentes; manter relacionamentos extraconjugais, dentre outros.

Percebe-se, portanto, a influência de fatores de risco sociais e financeiros envoltos no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, de maneira que minimizar tais fatores de risco, através de programas de conscientização do militar quanto à importância da estruturação familiar e dos riscos do endividamento financeiro, pode contribuir para a redução da vitimização policial durante o período de folga.

A questão de melhores condições financeiras, para que possam estabelecer moradia em locais menos perigosos, tal como em um condomínio fechado, foi indicada como uma ação para evitar ou minimizar a ação em que o policial militar foi vitimizado. Ainda com relação à questão da moradia, os policiais militares alegam a ausência de condições financeiras para poderem investir em aparatos de segurança em suas residências, tais como muros altos, portões, cercas elétricas, câmeras de segurança, dentre outros. Os policiais militares vitimizados sugerem a adoção de uma política institucional para aquisição de residências para militares ou construção de vilas militares, aos moldes das vilas militares das Forças Armadas.

Melhores condições financeiras, para morar em locais de menor risco, onde seja possível o contato menos frequente com criminosos contumazes durante o período de folga, possibilitam ao militar frequentar lugares de consumo e lazer mais selecionados financeiramente, reduzindo a possibilidade de risco ou de encontro com criminosos contumazes.

Figura 7 - Fatores de Risco Sociais e Financeiros



Elaborado pelo Autor no NVIVO

A título sugestivo, com base nesses dados e referenciais teóricos acerca da vitimização policial durante o período de folga, poderia ser cogitado, através de uma política pública, a implementação de um complemento financeiro na modalidade de auxílio moradia para os policiais militares, como forma de evitar com que o policial militar mantenha (por ausência de condições financeiras) o estabelecimento de residência fixa em locais de risco.

8.3.7 Fatores de Risco Jurídicos

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial, durante o período de folga, denominado de “Fatores de Risco Jurídicos”, foi indicado pelos policiais

militares pesquisados, como uma das possíveis causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, a permissividade da lei.

Tabela 15 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Fatores de Risco Jurídicos

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Fatores de Risco Jurídicos	35
Permissividade da Lei	35

Fonte: NVIVO

Leis brandas com criminosos; prende-se hoje e amanhã ou no mesmo dia, até mesmo algumas horas depois, o criminoso já está nas ruas novamente cometendo novos crimes; sensação de impunidade; falta de leis que realmente encarcerem os criminosos; a lei fraca que vitimiza o bandido e criminaliza o policial militar: esses são alguns fragmentos das percepções dos policiais militares quanto à permissividade da lei que, na percepção dos policiais militares pesquisados, influencia o avanço dos criminosos, na tentativa de ameaçarem ou até mesmo matarem os policiais militares durante o período de folga.

Na perspectiva dos policiais militares pesquisados, a aplicação da lei é muito branda com os infratores, uma vez que o policial militar prende o criminoso pelo cometimento de um crime e aí, amanhã ou no mesmo dia, até mesmo algumas horas depois, o criminoso já está solto nas ruas novamente, cometendo novos crimes, em virtude da permissividade da lei.

Passado certo tempo ou até mesmo algumas horas após ser solto pela lei, o infrator recentemente detido pela Polícia Militar reincide na conduta criminosa e novamente é preso pelo policial militar, sendo logo a seguir solto novamente. Esse ciclo de “prende e solta” torna-se praticamente um ciclo incessantemente quase que infinito, popularmente conhecido entre os policiais militares como “enxugar o gelo”.

Ocorre que essa recorrente prisão do infrator reincidente na conduta criminosa acaba desenvolvendo uma espécie de rivalidade entre o policial militar versus o infrator. Então, nesse contexto de duelo entre a atividade criminosa desenvolvida pelo infrator versus a atividade profissional do policial militar de garantir o cumprimento da lei, o infrator, na perspectiva dos policiais militares pesquisados, na maioria das vezes,

acaba levando a melhor, pois a permissividade da lei garante o prosseguimento do ciclo quase que infinito do “prender e, logo a seguir, soltar”.

Entretanto, a permissividade da lei que garante a continuidade do ciclo “prender e, logo a seguir, soltar”, desdobra um movimento consequencialista de descredibilização do trabalho do policial militar e, ao mesmo tempo, de credibilização da conduta criminosa do infrator que, na maioria das vezes, acaba sendo solto, acarretando a percepção nos policiais militares de que o seu trabalho profissional realizado é literalmente em vão.

Outro desdobramento negativo dessa dinâmica do “prender e, logo a seguir, soltar”, ocasionada pela permissividade da lei, é o fato de que o infrator, ao ser preso e solto por diversas vezes, acaba tendo um sentimento de empoderamento perante a lei e perante o policial militar, uma vez que, aparentemente, a lei e o policial militar não conseguem mantê-lo preso.

Esse sentimento de empoderamento do infrator sobre a lei e sobre o policial militar vai se consolidando à medida que o ciclo do prende e solta continua o seu movimento eterno de “samsara e nirvana”, chegando ao ponto em que o infrator sente-se devidamente legitimado ou legitimamente confiante de que ele pode afrontar, xingar, ameaçar (inclusive de morte) ou até mesmo matar os policiais militares, uma vez que, nesse duelo estabelecido entre lei e policial militar versus o infrator, o infrator aparentemente está sempre levando a melhor, pois não fica preso.

É o que demonstram os dados sobre audiências de custódia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde o estado de Mato Grosso já realizou um total de 22.859 audiências de custódia, dentre as quais 10.299 ou 45,05% concederam a liberdade ao acusado; em 12.508 ou 54,71% das audiências de custódia realizadas a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva; em 1.560 ou 6,82% das audiências de custódia realizadas foi estabelecida a medida alternativa de realização de serviço social; em 2.030 ou 8,88% das audiências de custódia realizadas foram relatados incidentes de tortura e maus tratos; em 51 audiências de custódia realizadas foi aplicada a medida de prisão domiciliar ao acusado (Conselho Nacional de Justiça, 2024).

Os dados sobre audiências de custódia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes ao estado de Mato Grosso, demonstram que, em que pese o encarceramento figure em maior quantidade, na cifra de 12.508 ou 54,71% das audiências de custódia realizadas, por outro lado, em percentuais quantitativos

significativos, na cifra de 10.299 ou 45,05% das audiências de custódia realizadas, a liberdade foi concedida às pessoas que foram presas.

Essa rivalidade desenvolvida em detrimento da profissão entre policial militar (que prende) e infrator (que é solto pela lei) é levada para o ambiente de folga do militar, onde o mesmo encontra-se sozinho, sem o apoio dos companheiros de farda e sem os aparatos logísticos (viatura e armamentos) e equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Estado (coletes balísticos).

Ocorre o agravamento da periculosidade dessa rivalidade desenvolvida entre policial militar versus criminoso, em virtude do local de residência fixa estabelecido pelos policiais militares, muitas vezes em locais de risco, onde a criminalidade é atuante ou até mesmo em locais onde o policial militar é forçado a combater o crime em virtude da profissão, de maneira que as dificuldades financeiras, sobretudo da classe de policiais militares da graduação de Praças, impedem a escolha de um local de menor risco para o estabelecimento de residência fixa.

Todos esses fatores de risco de vitimização policial militar, decorrentes da permissividade da lei, contribuem para que o policial militar seja alvo de criminosos durante o seu período de folga, os quais estariam dispostos a vitimizar o policial militar nesses momentos, ou seja, durante o período em que o militar está mais vulnerável.

É verdade que de fato existem outras variáveis relacionadas a essa famigerada “permissividade da lei”. Uma variável, por exemplo, importante de ser levada em consideração, é o crescimento exponencial da população carcerária, desde o advento da Constituição Federal de 1988. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o Brasil possui atualmente a população prisional de 851.493 (oitocentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e três) presos (SENAPPEN, 2023).

Quadro 94 - População Prisional do Brasil

População Prisional		Junho de 2023	Totais
Presos em Celas Físicas	Estadual	644.316	650.305
	Federal	517	
Presos em Prisão Domiciliar	Com Monitoramento Eletrônico	100.755	201.188

	Sem Monitoramento Eletrônico	100.433	
TOTAL			851.493

Fonte: SENAPPEN (2023)

O Sistema de Justiça Criminal enfrenta a problemática, até os dias atuais, sem uma solução, sobre o que fazer com essa população prisional brasileira, que mantêm o seu ritmo de crescimento ano após ano. As medidas impostas pela aplicabilidade da Justiça Restaurativa no direito brasileiro parecem não ser suficientes para a resolução da problemática, que acaba ocasionando efeitos colaterais em outros setores, tal como no âmbito dos policiais militares que se queixam sobre a permissividade da lei, como um elemento de descrédibilização do trabalho policial militar e de agravamento da vitimização policial militar durante o período de folga.

Reforçando essa descrédibilização do trabalho profissional do policial militar, surgem as audiências de custódia, em decorrência do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5240 no Supremo Tribunal Federal (STF), que provocou a regulamentação das audiências de custódia a nível nacional, por meio da resolução Nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em consonância com o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), do qual o Brasil é signatário.

Em 2019, por meio da Lei Nº 13.964, a audiência de custódia passou a ter previsão expressa no artigo 310 do Código de Processo Penal (CPP), o qual passou a ter a seguinte redação legal atualizada:

Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: [...] (Brasil, CPP, 2019).

A audiência de custódia consiste na apresentação da pessoa presa em flagrante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade judicial, para que se possa ser averiguada a necessidade de manutenção da prisão, durante o decurso do processo e a verificação de possíveis ocorrências de torturas, maus tratos ou ilegalidades executadas pelos policiais, no ato da prisão, os quais, quando

confirmados, ensejam o relaxamento da prisão, ou seja, a soltura da pessoa presa (Brasil, CNJ, 2015).

Ocorre que, não raras vezes, as pessoas presas passam a alegar, nas audiências de custódia, que foram vítimas de torturas e de maus tratos no ato da prisão realizada pelos policiais militares, com o objetivo de alcançarem o relaxamento da sua prisão e a liberdade, o que, muitas das vezes, acaba ocorrendo (Staniszewski, 2023, p. 05-06).

Essas táticas, utilizadas pelos infratores, nas audiências de custódia, com o objetivo de garantirem a liberdade nas respectivas audiências são, inclusive, tema do Projeto de Lei n. 4381/2016, na Câmara dos Deputados Federais, o qual, além de retratar de maneira fidedigna a realidade do policial militar no tocante às audiências de custódia, solicita a extinção da audiência de custódia.

A prática reiterada de atos criminosos gera sensação de impunidade que estimula os criminosos, apavora os cidadãos e acarreta aos policiais um sentimento de impotência, frente ao retrabalho diário a que estão submetidos esses profissionais. As audiências de custódia, instituídas pela Resolução nº213, de 15 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão integrante do Poder Judiciário, agravaram tal sensação ao estabelecer uma inversão de valores e papéis, pois os investigados passaram a ser, prioritariamente, os agentes policiais responsáveis pelas prisões, e os criminosos de fato foram travestidos de vítimas em potencial, independente da natureza ou gravidade da infração penal praticada (Brasil, PL4381, 2016).

A audiência de custódia, de fato, provoca, por diversos mecanismos, a descredibilização das ações profissionais dos policiais militares. O primeiro mecanismo de descredibilização da ação profissional dos policiais militares é o fato de que a audiência de custódia se presta a ouvir a versão sobre a prisão de somente um dos lados envolvidos, ou seja, da pessoa presa, anulando ou excluindo a possibilidade de o policial militar ser também ouvido sobre as circunstâncias da prisão (Staniszewski, 2023, p. 05-06).

O segundo mecanismo de descredibilização da ação profissional dos policiais militares, provocada pelo advento das audiências de custódia, é denunciado pela própria interpretação hermenêutica literal da inteligência do artigo 11 da Resolução Nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual assegura que basta a “declaração” da pessoa presa de que foi vítima de tortura e de maus tratos para que a máquina estatal instaure procedimento investigatório apuratório contra o policial

militar. Eis aí a famigerada “inversão de valores” ou “inversão de papéis” entre quem seria a real vítima e quem seria o verdadeiro criminoso:

Art. 11. **Havendo declaração** da pessoa presa em flagrante delito de que foi vítima de tortura e maus tratos **ou entendimento da autoridade judicial** de que há indícios da prática de tortura, será determinado o registro das informações, adotadas as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado (Brasil, CNJ, 2015, Art. 11, grifo nosso).

Essa hipervalorização da declaração do indivíduo preso, no sentido de que basta “declarar” que foi torturado ou vítima de maus tratos no ato da prisão, para que um procedimento investigatório contra os policiais militares seja instaurado e, sobretudo, perante a total ausência de voz dos policiais militares nas audiências de custódia, imposta como uma “mordaza jurídica” aos policiais militares, revela a parcialidade desse mecanismo de descredibilização da atividade profissional policial militar.

E as consequências negativas das audiências de custódia para as atividades policiais militares não param por aí. Inicialmente, conforme previsão da Resolução Nº 213/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a realização da audiência de custódia aplicava-se somente às prisões realizadas em flagrante, independentemente da motivação ou natureza do ato cometido pela pessoa presa.

Recentemente, em março de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma unânime, por meio da Reclamação (RCL) Nº 29303, que as audiências de custódia, anteriormente aplicadas somente às prisões realizadas na modalidade em flagrante, sejam, a partir de agora, aplicadas a todas as modalidades de prisão previstas, ou seja, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas todas as pessoas presas deverão ser submetidas às audiências de custódia, de maneira que todos os Tribunais de Justiça do Brasil deverão cumprir a referida decisão do STF.

Isso de fato somente potencializa a “cartorialização” da atividade policial militar, que já havia se tornado bastante intensa com o advento da audiência de custódia nos idos do ano de 2015 e, a partir de agora, tende a potencializar-se cada vez mais, uma vez que basta o indivíduo preso “declarar” que foi vítima de tortura ou de maus tratos, para que o procedimento investigatório seja instaurado.

Isso, na prática, implica em aumento exponencial da demanda administrativa de procedimentos investigatórios do tipo Sindicância e Inquéritos Policiais Militares

destinados à apuração da conduta de policiais militares, durante o atendimento de ocorrências policiais de rotina, onde o indivíduo preso apenas “declarou” que foi vítima de tortura ou de maus tratos no ato da sua prisão (Staniszewski, 2023, p. 07).

Essa “cartorialização” da atividade policial militar, provocada em virtude do advento da audiência de custódia, é mais uma das consequências negativas da implementação desse mecanismo de descredibilização da atividade profissional policial militar, que revela, de fato, esse sentimento dos policiais militares de permissividade da lei perante o criminoso.

Em sentido crítico contra a implementação da audiência de custódia, o Desembargador Guilherme de Souza Nucci aborda a ausência de necessidade de apresentação do preso ao juiz no prazo de 24 horas, pois o processo penal brasileiro adotou o critério de apresentação do preso primeiramente ao delegado de polícia para que, posteriormente, no prazo de 24 horas, o auto de prisão em flagrante delito seja analisado pelo juiz togado e não o preso (Nucci, 2016).

Disse e insisto que o sistema processual do Brasil, vigente há mais de 70 anos, adotou o critério de apresentar o preso ao delegado, para, na sequência (24 horas), ser avaliado o auto de prisão em flagrante por magistrado togado. Esse sistema nunca se revelou causa ou fundamento de desrespeito aos direitos humanos, tanto assim que os comentadores da Convenção Americana dos Direitos Humanos jamais o destacaram, vale dizer, não mencionaram a tal audiência de custódia [...] (Nucci, 2016).

O Desembargador Guilherme de Souza Nucci (2016) prossegue a sua argumentação, no sentido de que as medidas adotadas pelo delegado de polícia, através da confecção do auto de prisão em flagrante, serão analisadas pelo juiz togado no prazo de 24 horas e que, portanto, mais uma vez, insistir na audiência de custódia, além de desnecessário, seria, inclusive, descreditar as ações dos delegados de polícia, uma vez que se houve casos de tortura ou de maus tratos, tais atos deveriam ser constados no auto de prisão em flagrante, juntamente com os respectivos exames periciais competentes.

Apresentar o preso ao juiz, para países onde não há a autoridade policial filtrando a acusação formulada por quem prendeu o suspeito, pode ser, de fato, fundamental. Afinal, será o magistrado o primeiro a tomar contato com aquela prisão e poderá ditar seus rumos: mantê-la, arbitrar fiança, ouvir do suspeito se é culpado ou inocente etc. No Brasil, o delegado é a autoridade que primeiro toma contato com o preso, mas a sua atividade é devidamente fiscalizada por um juiz em, no máximo, 24 horas. Ilegalidades podem ser sanadas pela simples leitura do auto. Liberdades provisórias podem ser concedidas pelo mesmo caminho. E digo enfaticamente: os juízes responsáveis e cuidadosos concedem fiança ou outras medidas cautelares,

afastando o detido da prisão, pela simples leitura do auto. “Conversar com o preso” ajuda em quê? Tenho concedido várias liminares de habeas corpus, soltando presos provisórios, pela simples leitura da peça inicial do writ (Nucci, 2016).

Nesse sentido, insistir que o preso seja analisado visualmente ou presencialmente pelo magistrado togado, além de desnecessário, seria um ato de descreditar o trabalho dos delegados de polícia e requerer que os magistrados façam o trabalho dos delegados de polícia.

Muitos doutrinadores e juristas entendem a implementação da audiência de custódia como a verdadeira “materialização física do habeas corpus” proposto pelo Estado, representado, nesse caso, pelo Poder Judiciário, com previsão legal, todavia antes não institucionalizado pelo Poder Judiciário.

Deixando um pouco de lado as perspectivas eminentemente jurídicas, a ótica dos policiais militares, sobre a questão do crime e do criminoso, segue uma perspectiva bastante popular ou simplista, “segundo concretos juízos valorativos éticos ou de outro modo práticos” (Weber, 1999, p. 213). Em outras palavras, segue uma perspectiva de razoabilidade ou de senso ético prático, o que para Weber é conceituado como “Justiça de Cádi”.

Assim sendo, na perspectiva dos policiais militares sobre o crime e o criminoso, se o indivíduo foi preso cometendo um crime, a razoabilidade e o senso ético-prático dos policiais militares aponta para o sentido de que o correto seria o infrator permanecer preso ou sofrer algum tipo de sanção pelo cometimento do ato criminoso, o que na maioria das vezes não ocorre da maneira como os policiais militares gostariam de ver acontecer.

Todas essas contradições percebidas pelos policiais militares seriam amenizadas, caso os policiais militares decidissem deixar um pouco de lado a figura do “Ethos Guerreiro” e assumissem a postura estritamente legalista da persona do “Ethos Profissionalizado”, do formalismo jurídico tal como os tribunais superiores e toda a super estrutura do direito tanto se vangloria, que muitas das vezes é maleável, para dizer pouco.

Muitas dessas contradições são consequências da nossa postura de policial militar de “Ethos Guerreiro”, de querer resolver, de querer solucionar os problemas. Porém, o efeito colateral advindo dessa síndrome do super-herói, no final das contas, fica sob o encargo somente do militar, que posteriormente fica sozinho, é investigado,

muitas vezes sem condições financeiras de constituir advogado, quando, na melhor das hipóteses, é punido administrativamente ou condenado por crime de abuso de autoridade.

Toda essa problemática do sistema de justiça criminal como um todo deve ser encarada pelo policial militar como um problema que não é dele, pelo contrário, é um problema de “todo um sistema” que foi engendrado para não dar certo e que não vai ser o policial militar, com suas ações isoladas de atitudes heroicas, que vai mudar essa realidade.

Talvez se o policial militar fosse estritamente legalista, os agravos físicos e emocionais seriam bem menores, o sistema de justiça criminal certamente iria colapsar ou chegaria próximo disso e, talvez, a figura do Ethos Guerreiro novamente voltasse à “moda” e fosse requisitada e valorizada por toda a super estrutura do direito.

Esse é um fragmento da realidade do policial militar, quando falamos dos riscos jurídicos relacionados à atividade policial militar e como a permissividade da lei acirra o sentimento de rivalidade entre policiais militares e criminosos, que, pela permissividade da lei, ganham confiança, agredem, xingam, ameaçam, inclusive de morte, policiais militares, em virtude do efetivo cumprimento da sua atribuição profissional.

8.3.8 Consequências ou Estigma de Ser Policial Militar

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga, denominado de “Consequências ou Estigma de Ser Policial Militar”, foi indicado pelos policiais militares pesquisados, como algumas das possíveis causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, a construção de inimigos ou o desenvolvimento de rivalidades em virtude da profissão de policial militar e o fato de ser uma pessoa pública muito conhecida, em virtude da profissão de policial militar.

Tabela 16 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Consequências ou Estigma de Ser Policial Militar

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Consequências ou Estigma de ser Policial Militar	107
Ser uma Pessoa Pública Muito Conhecida em virtude da Profissão de PM	69
Construção de Inimigos em virtude da Profissão	37
Desenvolver Rivalidades em Virtude do Serviço	1

Fonte: NVIVO

Somente o fato de ser um policial militar já é, em si, uma condição social de risco de vitimização policial militar durante o período de folga. Ao que parece, vestir uma farda da Polícia Militar, é o mesmo que aceitar os riscos de ser um “alvo ambulante” e cravar um estigma na sua alma de que, a qualquer momento, você pode ser morto ou ferido, pelo simples fato de ser policial militar. É aceitar que a todo momento você será observado e cobrado pelos seus comportamentos e, muitas vezes, será injustamente criticado. Todavia, nos momentos de conflitos, será o primeiro a ser acionado.

Existe uma série de fatores ou contextos que contribuem para que a simples condição de ser um policial militar já coloque o policial em uma situação de risco potencial de ser vitimizado durante o período de folga. O primeiro fator está relacionado com a própria natureza do serviço policial militar, de maneira que o serviço profissional da Polícia Militar, quando acionado, ocorre para a resolução de conflitos entre pessoas (e não para confraternizações), ou seja, a Polícia Militar, quando acionada, é acionada para a resolução de conflitos, muitas vezes conflitos violentos, onde ocorre a ingestão de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes, de maneira que a ação policial militar, adotada para a resolução do conflito naquele contexto, com certeza irá agradar uma parte e desagradar a outra parte.

Partindo dessa perspectiva, portanto, podemos afirmar que parcela significativa da sociedade tende a nutrir uma imagem não muito positiva sobre o trabalho dos policiais militares, uma vez que ser fiscalizado, na maioria das vezes, é uma situação desconfortável para quem é averiguado e a imagem da Polícia Militar, assim como as rivalidades entre civis e policiais militares, começam a ser germinadas naturalmente.

Em decorrência do próprio exercício legal da atividade profissional de policial militar, as rivalidades entre civis e policiais militares vão sendo engendradas naturalmente, como fruto do exercício de fiscalizações, abordagens policiais e prisões realizadas pelos policiais militares.

Essas rivalidades desenvolvidas entre civis e policiais militares são engendradas entre pessoas conhecidas e desconhecidas pelo policial militar, uma vez que, ao realizar a fiscalização, a abordagem ou a prisão de determinada pessoa, essa ação policial militar produz o desafeto não somente para com a pessoa fiscalizada, presa ou abordada, mas, igualmente, o desafeto entre familiares e amigos da pessoa que foi alvo da ação policial militar.

É possível perceber, portanto, que até mesmo o exercício legal das ações policiais, paulatinamente vai “naturalizando” e “invisibilizando” os riscos e os inimigos do policial militar na sociedade, de maneira que os desafetos podem ser pessoas conhecidas ou desconhecidas do meio policial militar. Esses fatores, portanto, colocam o policial militar numa situação de risco permanente, pelo simples fato de serem policiais militares.

Outra característica da natureza da profissão policial militar, que facilita a vitimização do policial durante o período de folga, é o caráter público da função de policial militar. O policial militar ao lidar cotidianamente com a resolução de conflitos diversos, sejam eles violentos ou não, se torna uma pessoa pública conhecida no meio da sociedade. Parte dessa “fama social” do policial militar é potencializada pela imprensa, através de entrevistas em jornais; pelas redes sociais do policial militar, que costuma publicar fotos fardadas e divulgar as suas atividades profissionais; e até mesmo por parte da própria sociedade que costuma notar o policial militar, como uma pessoa diferente ou de destaque no meio social.

Prova desse aspecto de destaque do policial militar no meio social, visualizado pela sociedade, é a dinâmica social dos grupos ou comunidades de bairros, onde a própria sociedade costuma referenciar os locais onde os policiais militares estabelecem moradia, como se o estabelecimento de residência fixa do policial militar em determinado bairro fornecesse uma espécie de “elemento de segurança maior” para os residentes daquele bairro.

Esse reconhecimento social em larga escala do policial militar em virtude da profissão facilita a possibilidade do policial militar ser reconhecido durante o período de folga, tanto por pessoas de boa índole, quanto por pessoas de má índole, o que, por conseguinte, nas situações mais críticas, pode facilitar a vitimização do policial militar durante o período de folga.

Esses fatores de risco inerentes ao exercício da função de policial militar podem ser ainda agravados. Primeiro, em virtude do tipo de serviço desempenhado pelo policial militar. Notadamente, os policiais militares que trabalham no serviço de patrulhamento nas ruas têm maior contato com a sociedade para a resolução de conflitos e, naturalmente, desenvolvem uma predisposição maior para serem vistos e conhecidos como policiais militares, tanto por pessoas de boa índole, quanto por pessoas de má índole, estando submetidos a uma maior probabilidade de desenvolvimento de desavenças, rivalidades e desafetos em virtude da profissão.

Em segundo lugar, o policial militar pode ainda ser vitimizado durante o período de folga, em virtude da realização de prisões de criminosos pertencentes a organizações criminosas, faccionados, traficantes de entorpecentes, homicidas, dentre outros criminosos, os quais nutrem o desejo de rivalidade ou vingança contra o policial, em decorrência do ato de prisão.

Em terceiro lugar, o estabelecimento de moradia e de local de trabalho em cidades do interior do estado de Mato Grosso coloca o policial militar em maior risco de ser vitimizado durante o período de folga, em comparação com o policial militar que estabelece moradia e trabalha em regiões metropolitanas.

Esse fator de risco mais elevado do policial militar do interior ser vitimizado durante o período de folga, em comparação com o policial militar de região metropolitana, ocorre em virtude do próprio contexto social de cidades do interior, que impede o policial militar de se “camuflar” ou se “misturar” ou “ocultar” a sua identidade de policial militar.

Nas cidades de interior, a população é menor, os locais para a realização de compras, lazer e diversão não são muitos e variados e praticamente todas as pessoas se conhecem, sabem onde todos moram e, principalmente, sabem onde moram os policiais militares.

Nesse contexto, portanto, as atividades de rotina, exercidas habitualmente pelos policiais militares do interior, durante o período de folga, são mais facilmente detectáveis, em comparação com os policiais militares de região metropolitana, que podem se “camuflar” em meio ao ritmo da “cidade grande”, o que, por conseguinte, torna os policiais militares do interior alvos mais facilmente detectáveis pelos criminosos, em comparação com policiais militares de região metropolitana.

Assim, as consequências ou estigmas de ser um policial militar, traduzidas nos aspectos do policial militar ser uma pessoa pública e amplamente conhecida socialmente; o desenvolvimento de rivalidades e a construção de inimigos em virtude do exercício da atividade policial militar; as represálias do crime organizado, direcionadas aos policiais militares; são todos fatores de risco que contribuem para que o policial militar seja vitimizado de maneira letal durante o período de folga.

8.3.9 Escolha do Militar pela Adoção de Comportamentos de Risco na Folga

No que se refere aos fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga, denominado de “Escolha do Militar pela Adoção de Comportamentos de Risco na Folga”, foram indicados pelos policiais militares pesquisados, como algumas das possíveis causas de mortes de policiais militares durante o período de folga, os seguintes fatores de risco a seguir elencados.

Tabela 17 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Frequentar locais de risco para o policial	306
A realização do Bico	188
Consumo excessivo de Alcool	143
A construção de amizades não recomendáveis	112
A dependência química de drogas que ocasiona a busca de entorpecentes em Bocas de Fumo	108
Andar desarmado na folga	73
O consumo de bebida alcoólica em locais indevidos	66
Estar totalmente desatento na folga	65
Realização de Atividades Ilícitas	59
Endividamento Financeiro	32
Intervir em ocorrência durante o período de folga	30
O consumo de álcool em festas, shows, etc	19
Adoção de comportamentos de Risco	11
Consumo de Bebida Alcoolica portando Arma de Fogo	11
Roubo x Reação x Porte de Arma de Fogo	7
Síndrome do Super-Heroi em virtude do porte da Arma de Fogo	6
Relacionamento Amoroso Extraconjugal	5
Dificuldade para Manutenção do Estado de Alerta durante a Folga	4
EPI de Folga de Baixa Qualidade	4
Exposição que esta Armado	4
Ausência de Espiritualidade	3
Dificuldade em se Despir da Função Policial na Folga	3
Estar Sozinho durante a Folga	2
Jornada Extraordinaria - Bico Legalizado	2
Desentendimentos durante a Folga	1
Ganância por Dinheiro	1

Fonte: NVIVO

A análise do portfólio bruto de respostas categorizadas revelou a necessidade de condensação das 26 (vinte e seis) categorias de causas da vitimização policial militar, durante o período de folga, estabelecidas inicialmente, as quais foram agrupadas por meio dos critérios de semelhança temática e, especialmente, em virtude da similaridade de relações de causa e efeito, referentes ao fenômeno da

vitimização policial durante o período de folga, perfazendo, ao fim, 07 (sete) categorias de análise das causas da vitimização policial militar durante o período de folga.

Tabela 18 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas	347
Frequentar locais de risco para o policial	306
A realização do Bico	188
Adoção de Comportamentos de Sobrevivência Policial de Risco	176
Amizades Não Recomendáveis e Atividades Ilícitas	171
Intervir em ocorrência durante o período de folga	39
Adoção de Comportamentos de Risco na Vida Privada	38

Fonte: NVIVO

Antes mesmo de adentrarmos na perspectiva sociológica, no sentido de compreender as causas da vitimização policial militar durante o período de folga, é importante destacar, até mesmo como forma de reforçar a tese, de que a nível individual, o policial militar realiza uma escolha pela adoção de comportamentos de risco durante o período de folga, os quais predispõem a ocorrência da vitimização. Assim, é importante se atentar para o fato de que existe a *consciência* por parte dos policiais militares sobre os comportamentos de risco que predispõem a ocorrência da vitimização policial militar durante o período de folga.

De acordo com os policiais militares pesquisados, o comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos desarmado, durante o período de folga, foi considerado por eles, como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (314 ou 33,61%); risco altíssimo (265 ou 28,37%); e risco moderado (238 ou 25,48%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 95 - Comportamento de Risco - Comparecimento em Shows e Eventos Abertos Desarmado

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos DESARMADO, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser vitimizado (morto)?	Nenhum Risco	14	1,49%
	Risco Baixo	88	9,42%
	Risco Moderado	238	25,48%
	Risco Alto	314	33,61%
	Risco Altíssimo	265	28,37%
	Prefiro não	15	1,60%

	responder		
	Total de Respostas	934	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre vitimização policial durante o período de folga tal como: Mello e Nummer (2014, p. 18); Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020); Sales (2021, p. 51); Marty (2022, p. 1159) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que o comportamento de risco, adotado pelo policial militar durante o período de folga, no sentido de comparecer em shows e eventos abertos “desarmado”, pode ser uma das inúmeras causas de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Shows e eventos abertos são, por natureza, locais de risco para policiais militares durante o período de folga, uma vez que o ambiente festivo torna propício a ocorrência de ingestão de bebidas alcoólicas em excesso, o uso de drogas ilícitas, a ocorrência de discussões e desentendimentos, conflitos conjugais, dentre outros tipos de intercorrências, envolvendo policiais militares e outras pessoas, os quais podem ser potencializados, pela tentativa de vitimizar o policial militar durante o período de folga, por meio da utilização de arma de fogo (meio costumeiramente empregado para cometer homicídios contra policiais militares).

Nessa hipótese de vitimização do policial militar durante o período de folga, em shows e eventos abertos “desarmado”, um dos fatores de risco que contribuem para a morte do policial militar, é a ausência do porte da arma de fogo, deixando de garantir ao policial militar, no momento do conflito, mais um mecanismo de defesa e sobrevivência. Nesse sentido, é importante destacar que o porte da arma de fogo não é a solução para todos os problemas envolvendo a morte de policiais militares durante o período de folga, todavia, quando oportunamente utilizado, pode, literalmente, fazer toda a diferença entre viver ou morrer.

Por outro lado, o porte da arma de fogo em shows e eventos abertos similares pode também ser um fator de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga, conforme asseguram os estudos científicos empíricos relacionados à temática, tais como: Minayo et. al (2007, p. 2768); Mello e Nummer (2014, p. 18); Fernandes (2016); Zilli (2018, p. 78); Bomfim et. al (2020, p. 102252); Sales (2021, p. 43), dentre outros estudos científicos na área.

De acordo com os policiais militares pesquisados, o comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos, “portando arma de fogo”, durante o período de

folga, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau baixo a alto, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco baixo (353 ou 37,71%); risco moderado (343 ou 36,64%); e risco alto (132 ou 14,10%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência por parte dos policiais militares pesquisados desse respectivo comportamento de risco.

Como um fator de risco de vitimização policial de grau baixo, o porte da arma de fogo, pelo policial militar, em shows e eventos abertos similares, ocorre no contexto em que o policial militar não realiza a ingestão de bebida alcoólica e/ou qualquer outro tipo de droga ilícita, evitando discussões e desentendimentos durante o evento festivo.

Como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a alto, o porte da arma de fogo, pelo policial militar, em shows e eventos abertos similares, ocorre no contexto em que o policial militar decide fazer o uso de álcool e/ou qualquer outro tipo de droga ilícita e, muitas vezes, se envolve em discussões e desentendimentos durante o evento, podendo ser morto com a sua própria arma.

Quadro 96 - Comportamento de Risco - Comparecimento em Shows e Eventos Abertos Portando Arma de Fogo

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos, PORTANDO ARMA DE FOGO, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser vitimizado (morto)?	Nenhum Risco	40	4,27%
	Risco Baixo	353	37,71%
	Risco Moderado	343	36,64%
	Risco Alto	132	14,10%
	Risco Altíssimo	54	5,76%
	Prefiro não responder	14	1,49%
	Total de Respostas	936	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

De acordo com os policiais militares pesquisados, o consumo de bebidas alcoólicas em locais inapropriados, praticado pelo Policial Militar, durante o período de folga, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (370 ou 39,61%); risco altíssimo (337 ou 36,08%); e risco moderado (178 ou 19,05%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 97 - Comportamento de Risco - Consumo de Bebidas Alcoólicas em Locais Inapropriados

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O consumo de bebidas alcoólicas em locais	Nenhum Risco	5	0,53%
	Risco Baixo	35	3,74%

inapropriados praticado pelo Policial Militar, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser vitimizado (morto)?	Risco Moderado	178	19,05%
	Risco Alto	370	39,61%
	Risco Altíssimo	337	36,08%
	Prefiro não responder	9	0,96%
	Total de Respostas	934	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial, durante o período de folga, tal como: Minayo et. al (2008, p. 233-234); Mello e Nummer (2014, p. 13); Rosário (2017); Sales (2021); Marty (2022, p. 1159-1160) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que o comportamento de risco, adotado pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de realizar a ingestão de bebida alcoólica em locais inapropriados, tais como: bares, botecos de periferia, prostíbulos, estabelecimentos de apostas e jogos de azar, dentre outros, é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga.

A dinâmica da morte do policial militar nesses locais indevidos é bastante particular e idiossincrática, no entanto, a presença do policial militar, armado ou não, e/ou fazendo a ingestão de bebida alcoólica e/ou qualquer outro tipo de drogas ilícitas, torna o policial militar mais vulnerável a ser vítima de morte durante o período de folga nesses locais indevidos, considerados de risco.

De acordo com os policiais militares pesquisados, a realização de atividades de segurança do tipo “Bico” pelo Policial Militar, durante o período de folga, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (352 ou 37,60%); risco altíssimo (248 ou 26,49%); e risco moderado (243 ou 25,96%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência, por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 98 - Comportamento de Risco - Realização da Atividade de Bico

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
A realização de atividades de segurança, do tipo “Bico”, durante o período de folga, tais como: Segurança em Supermercados, Farmácias, Comércio, Postos de Combustível, Fazendas, dentre outros similares, praticados por Policial Militar, durante o seu período de folga, os colocam em qual Nível de Risco de ser vitimizado (morto)?	Nenhum Risco	13	1,38%
	Risco Baixo	59	6,30%
	Risco Moderado	243	25,96%
	Risco Alto	352	37,60%
	Risco Altíssimo	248	26,49%
	Prefiro não responder	21	2,24%
	Total de Respostas	936	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial durante o período de folga, tal como: Bonfanti (2009); Araújo (2017); Zilli (2018); Duarte (2019); Kim (2020, p. 40); Novo (2020, p. 84); Sales (2021) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que o comportamento de risco, adotado pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de realizar a atividade de Bico de Segurança é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga.

De acordo com os policiais militares pesquisados, o grupo de convivência ou amizade não recomendável mantido por Policial Militar durante o período de folga, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (384 ou 41,11%); risco altíssimo (247 ou 26,44%); e risco moderado (209 ou 22,37%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 99 - Comportamento de Risco - Grupo de Convivência ou Amizade Não Recomendável mantido por Policial Militar

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O Grupo de Convivência ou Amizade não recomendável, mantido por Policial Militar, durante o seu período de folga, o coloca em qual Nível de Risco de ser vitimizado (morto)?	Nenhum Risco	22	2,35%
	Risco Baixo	58	6,20%
	Risco Moderado	209	22,37%
	Risco Alto	384	41,11%
	Risco Altíssimo	247	26,44%
	Prefiro não responder	14	1,49%
	Total de Respostas	934	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial, durante o período de folga, tal como: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015, p. 21), Fernandes (2016), Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020); Marty (2022, p. 1154), dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que o grupo de convivência ou amizade não recomendável, mantido por policial militar, durante o período de folga, é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares,

De acordo com os policiais militares pesquisados, o endividamento financeiro ou a falta de planejamento financeiro equilibrado, dentro daquilo que o salário de Policial Militar permite, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (337 ou 36,04%); risco moderado (335 ou 35,82%); e risco altíssimo (124 ou

13,26%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 100 - Comportamento de Risco - Endividamento Financeiro

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
O endividamento financeiro ou a falta de planejamento financeiro equilibrado dentro daquilo que o salário de policial militar permite, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?	Nenhum Risco	23	2,45%
	Risco Baixo	95	10,16%
	Risco Moderado	335	35,82%
	Risco Alto	337	36,04%
	Risco Altíssimo	124	13,26%
	Prefiro não responder	21	2,24%
	Total de Respostas	935	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial durante o período de folga, tal como: Minayo e Souza (2003); Minayo et. al (2008, p. 75); Braga e Silva (2012); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015, p. 15); Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020); Back (2021, p. 214) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que o endividamento financeiro do policial militar, é um dos fatores que predispõem os policiais militares a buscarem fontes alternativas de renda extra, dentre as quais, uma das mais procuradas é a atividade de Bico de Segurança, considerada uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga.

De acordo com os policiais militares pesquisados, a dependência química de drogas e a busca de entorpecentes em bocas de fumo, por parte do Policial Militar, durante o seu período de folga, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco altíssimo (513 ou 55,16%); risco alto (261 ou 28,06%); e risco moderado (112 ou 12,04%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência, por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 101 - Comportamento de Risco - Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
A dependência química (drogas) e a busca de entorpecentes em bocas de fumo, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?	Nenhum Risco	9	0,96%
	Risco Baixo	19	2,04%
	Risco Moderado	112	12,04%
	Risco Alto	261	28,06%
	Risco Altíssimo	513	55,16%
	Prefiro não responder	16	1,72%
	Total de Respostas	930	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial durante o período de folga, tal como: Minayo et al (2008); Minayo (2013); Sousa e Costa (2018); Cruz (2020); Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), Back (2021) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que a dependência química de drogas lícitas e ilícitas é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga, sobretudo pelo fato de que a frequência de policiais militares em seu período de folga, nesses respectivos locais de risco, favorece a vitimização do policial, conforme bem assegura a teoria das atividades rotineiras ou teoria do triângulo do crime (triângulo do crime) de Cohen e Felson (1979), no sentido de que, para que o crime ocorra, existe a necessidade de convergência no espaço-tempo entre criminoso motivado, ambiente favorável e vítima em potencial.

De acordo com os policiais militares pesquisados, a adoção de comportamentos de risco, por parte do Policial Militar, através da realização de atividades consideradas ilícitas do ponto de vista Policial Militar, tal como o Bico de segurança durante o período de folga, dentre outras atividades ilícitas, foi considerado como um fator de risco de vitimização policial de grau moderado a altíssimo, nas seguintes proporções quantitativas e percentuais: risco alto (370 ou 39,61%); risco altíssimo (245 ou 26,23%); e risco moderado (219 ou 23,44%), o que demonstra, por derradeiro, a consciência, por parte dos policiais militares pesquisados, desse respectivo comportamento de risco.

Quadro 102 - Comportamento de Risco - Realização de Atividades Ilícitas

Pergunta	Respostas	f(i)	Perc. (%)
A adoção de COMPORTAMENTOS DE RISCO, por parte do Policial Militar, através da realização de ATIVIDADES consideradas ILÍCITAS do ponto de vista policial militar, tal como o Bico de Segurança, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?	Nenhum Risco	8	0,85%
	Risco Baixo	62	6,63%
	Risco Moderado	219	23,44%
	Risco Alto	370	39,61%
	Risco Altíssimo	245	26,23%
	Prefiro não responder	30	3,21%
	Total de Respostas	934	100%

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT.

A literatura especializada sobre a temática da vitimização policial durante o período de folga, tal como: Minayo (2013); Fernandes (2016); Barbosa et. al (2020, p. 14), Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), Marty (2022, p. 1154) dentre outros estudos científicos, aponta para o fato de que a realização de atividades ilícitas, tais

como o Bico de Segurança, dentre outras, é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Considerando o fato de que os policiais militares pesquisados têm consciência dos comportamentos de risco que predispõem a ocorrência da vitimização do policial militar durante o período de folga, torna-se necessário *compreender* por que os policiais militares, mesmo tendo consciência dos comportamentos de risco de vitimização policial militar durante o período de folga, negligenciam os riscos e adotam comportamentos de risco.

9 COMPORTAMENTOS DE RISCO E VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR DURANTE O PERÍODO DE FOLGA, REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DE RISCO

Primordialmente, é importante situar a análise sociológica a seguir no campo da microsociologia, ou seja, no campo de análise de fenômenos sociais concebidos como o agregado de ações individuais de seus agentes. Nesse campo de análise microsociológica é o somatório de ações individuais dos agentes (ou somatório de agências) que conformam ou delineiam o resultado do fenômeno social em nível macro.

Dentro do campo de análise microsociológica, optamos pelo paradigma da “Sociologia da Ação” ao estilo Weberiano, que prioriza não apenas as regularidades comportamentais e sociais de determinado fenômeno social, como partes importantes a serem compreendidas pelo analista social mas, igualmente, as singularidades comportamentais e sociais de determinado fenômeno, que deixam pistas de aspectos ainda pouco explorados e enigmáticos que merecem a atenção do sociólogo interessado em compreender a diversidade do fenômeno social em análise (Boudon, 1995, p. 17-18).

A sociologia da ação fundamenta-se no princípio de que as causas de um determinado fenômeno social, estão situadas nas ações individuais adotadas pelos agentes sociais que compõem esse fenômeno social, de maneira que cabe ao sociólogo diligente compreender as razões individuais que levaram os agentes sociais a adotarem as ações individuais que provocam o fenômeno social em nível macro (Boudon, 1995, p. 17-18).

Através desse paradigma da sociologia da ação, podemos compreender para a presente pesquisa que as causas do fenômeno social da vitimização de policiais militares, durante o período de folga, são o resultado de comportamentos individuais de risco adotados por eles, durante o período de folga, os quais são motivados por razões individuais de agir do ator social.

Essa razão individual ou singular de agir do ator social é conceituada pela sociologia como “individualismo metodológico”. O individualismo metodológico, na perspectiva da sociologia da ação, “implica apenas que, para explicar um fenômeno social, é necessário descobrir suas causas individuais, ou seja, compreender as

razões que levam os atores sociais a fazer o que fazem ou a acreditarem naquilo em que acreditam” (Boudon, 1995, p.33).

Essas razões individuais de agir do ator social são dependentes de um contexto social eminentemente dinâmico, onde o ator social, constantemente, por meio de seus comportamentos, modifica as suas opções de escolha, a forma como realiza as trocas sociais, tudo a depender de um contexto social específico ou singular do ator social (Boudon, 1995, p. 18). Em outras palavras, a sociologia da ação consiste, a grosso modo, na perspectiva de análise de visualizar todo fenômeno social como o resultado de ações individuais que são motivadas por razões de agir compreensíveis, considerando, para tanto, o contexto social e histórico do ator social, no momento em que decide e adota determinado tipo de comportamento social (Boudon, 1995, p. 18).

A sociologia da ação leva em consideração alguns postulados ou princípios fundamentais sobre o comportamento do ator social. O primeiro postulado da sociologia da ação refere-se à perspectiva sociológica de que “todo fenômeno social, qualquer que seja ele, é sempre o resultado de ações, de atitudes, de convicções, e em geral de comportamentos individuais” (Boudon, 1995, p. 28).

Em decorrência do primeiro, surge o segundo postulado ou princípio fundamental da sociologia da ação, o qual refere-se à perspectiva sociológica de que “o sociólogo que pretende explicar um fenômeno social deve procurar o sentido dos comportamentos individuais que estão em sua origem” (Boudon, 1995, p. 28).

A grande lição metodológica de um Tocqueville ou de um Weber consiste, pelo contrário, em ver essas noções como estreitamente solidárias: um valor apenas o é para o ator se para ele tiver sentido ou, dito de outro modo (porque a noção de sentido possui mil sentidos), apenas se ele tiver razões — que podem ser, naturalmente, mais ou menos conscientes conforme os casos — para adotá-lo (Boudon, 1995, p. 21).

Essas operações de análises sociológicas do paradigma da sociologia da ação, à primeira vista, podem parecer fáceis, no entanto, na prática, são de execução muito difíceis, uma vez que as causas individuais dos fenômenos sociais são frequentemente inúmeras e, muitas vezes, as razões individuais de agir dos atores sociais são ocultadas, devido à ausência de seu próprio testemunho (Boudon, 1995, p. 29).

De uma maneira geral, a sociologia da ação se baseia num triplo princípio encontrado na sociologia alemã clássica: primeiro, a tentativa de explicar fenômenos macroscópicos reconduzindo-os às suas causas microscópicas; segundo, as causas

dos fenômenos sociais estão baseadas em razões de agir (implícitas e explícitas) dos agentes sociais que compõem o fenômeno social; e terceiro, o reagrupamento do comportamento individual dos atores sociais por tipos ideais (Boudon, 1995, p. 32).

Nesse sentido, portanto, constatou-se, pela análise das respostas fornecidas pelos policiais militares pesquisados, tanto por meio do questionário virtual estruturado, quanto por meio das entrevistas individuais em profundidade que, no que se refere às causas da vitimização policial militar durante o período de folga, existem interferências de nível institucional (macro) e interferências de nível individual (micro).

Todavia, conforme as codificações realizadas tanto nas respostas fornecidas pelo questionário virtual estruturado, quanto nas respostas fornecidas por meio das entrevistas individuais em profundidade, os fatores de risco de nível individual (micro), ou seja, as ações adotadas individualmente pelo policial militar durante o período de folga, em outras palavras, *as escolhas adotadas individualmente* pelos agentes, sopesaram quantitativamente como os fatores de risco de vitimização policial durante o período de folga mais elencados pelos policiais militares, como causas da vitimização do policial militar durante o período de folga.

Tabela 19 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga de acordo com o Questionário Virtual Estruturado

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	75
Total de Referências Codificadas	1542

Fonte: NVIVO

Tabela 20 - Causas da Vitimização Policial Militar na Folga de acordo com as Entrevistas Individuais em Profundidade

Entrevistas Individuais em Profundidade - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	114
Nível Institucional (Macro) - Vulnerabilidades Institucionais	29
Total de Referências Codificadas	143

Fonte: NVIVO

A preponderância dos fatores de risco de nível individual (micro), ou seja, *as escolhas adotadas individualmente* pelos agentes, justifica a opção pela análise microssociológica, uma vez que, conforme os dados de pesquisa de campo comprovam, *as escolhas* ou ações individuais adotadas pelos policiais militares,

durante o período de folga, sopesam com maior intensidade nas causas da vitimização policial militar durante o período de folga, do que os fatores de risco de nível institucional (macro), ou seja, as vulnerabilidades institucionais ou a estrutura social onde esses agentes encontram-se imersos.

Tomando como paradigma, portanto, a ação individual do agente, convém analisar sociologicamente as causas da vitimização policial militar, durante o período de folga, expostas pelos policiais militares pesquisados. Para esse fim, iniciamos a análise por meio da perspectiva do paradigma Tocquevilliano, com o objetivo de reconstruir as *razões* ou captar o sentido da ação social ou do comportamento social de risco adotado pelos agentes, o qual predispõe a ocorrência da vitimização policial.

O paradigma de análise sociológico de Tocqueville ensina que a explicação de fenômenos sociais macroscópicos (o que para o nosso caso é a vitimização policial militar durante o período de folga) é resultado do efeito de agregação de comportamentos ou atitudes individuais de seus agentes ou atores sociais, de maneira que tais comportamentos (de risco) ou atitudes individuais dos agentes (policiais militares durante o período de folga) podem ser *compreendidos* a partir de *razões válidas* adotadas pelos atores sociais (Boudon, 1995, p. 14).

De acordo com a pesquisa de campo realizada, por meio da aplicação do questionário virtual estruturado, assim como por meio das entrevistas individuais em profundidade, foi possível mapear que as ações individuais ou comportamentos de risco adotados pelos policiais militares, durante o período de folga, que predispõem a ocorrência da vitimização policial militar durante o período de folga foram os seguintes:

Tabela 21 – Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referência
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais / Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Frequentar locais de risco para o policial	306
A realização do Bico	188
Consumo excessivo de Alcool	143
A construção de amizades não recomendáveis	112
A dependência química de drogas que ocasiona a busca de entorpecentes em Bocas de Fumo	108
Andar desarmado na folga	73
O consumo de bebida alcoólica em locais indevidos	66
Estar totalmente desatento na folga	65
Realização de Atividades Ilícitas	59
Endividamento Financeiro	32
Intervir em ocorrência durante o período de folga	30
O consumo de álcool em festas, shows, etc	19
Adoção de comportamentos de Risco	11
Consumo de Bebida Alcoolica portando Arma de Fogo	11
Roubo x Reação x Porte de Arma de Fogo	7
Síndrome do Super-Heroi em virtude do porte da Arma de Fogo	6
Relacionamento Amoroso Extraconjugal	5
Dificuldade para Manutenção do Estado de Alerta durante a Folga	4
EPI de Folga de Baixa Qualidade	4
Exposição que esta Armado	4
Ausência de Espiritualidade	3
Dificuldade em se Despir da Função Policial na Folga	3
Estar Sozinho durante a Folga	2
Jornada Extraordinaria - Bico Legalizado	2
Desentendimentos durante a Folga	1
Ganância por Dinheiro	1

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT (NVIVO)

Através das 937 (novecentas e trinta e sete) respostas abertas, angariadas por meio do questionário virtual estruturado, utilizando a ferramenta tecnológica de nuvem de palavras do NVIVO, foi possível captar as principais impressões sobre o público pesquisado e até mesmo uma visão panorâmica acerca de quais seriam os principais fatores de risco (a integridade física e a vida) que tornariam os policiais militares mais suscetíveis de serem vítimas do crime e da violência durante o período de folga.

“está”, “policial”, esclarecem e constatarem que a prática do Bico pelo policial militar, durante o período de folga, é uma das causas recorrentes da morte do policial militar.

Portanto, partindo das categorias de causas de vitimização policial militar, durante o período de folga, mais frequentemente relatadas pelos policiais militares, pesquisados por meio do questionário virtual, estruturamos a análise e compreensão das causas da vitimização do policial militar durante o período de folga.

Tabela 23 - Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas	347
Frequentar locais de risco para o policial	306
A realização do Bico	188
Amizades Não Recomendáveis e Atividades Ilícitas	171
Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco	170
Adoção de Comportamentos de Risco na Vida Privada	44
Intervir em ocorrência durante o período de folga	39

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT (NVIVO)

De igual modo, é importante citarmos que as respostas das entrevistas individuais em profundidade, codificadas como as causas que motivam os agentes à adoção de comportamentos de risco, predispondo a ocorrência do fenômeno da vitimização policial militar, foram utilizadas como elementos de enriquecimento da compreensão e análise do fenômeno, buscando trazer à tona as nuances da realidade social, de forma mais vívida.

9.1 A dependência química de drogas lícitas e ilícitas

Tabela 24 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas	347

Fonte: NVIVO

A profissão de policial militar exige do agente de segurança pública grande responsabilidade e extrema dedicação. Durante o desenvolvimento da profissão policial militar, o agente de segurança pública vai sendo submetido, cotidianamente, a uma sobrecarga de eventos estressores, provenientes tanto do estresse operacional, relacionado ao patrulhamento nas ruas, quanto aos efeitos do estresse organizacional, proveniente do trabalho em equipe realizado com os demais colegas de serviço, sobrecarregado, ainda, pelas características inerentes ao sistema de hierarquia e disciplina, típico das instituições militares.

Nesse contexto de acúmulo de estressores operacionais e organizacionais, comuns entre os agentes de segurança pública, com pitadas de agravamento para os policiais militares, em virtude do sistema de hierarquia e disciplina, Back (2021) esclarece que a constante exposição aos estressores operacionais e organizacionais podem causar ou potencializar condições patológicas, tais como a ansiedade, os transtornos de humor, bem como, inclusive, estimular o uso abusivo de substâncias entorpecentes, tal como o uso abusivo de álcool, o que torna os policiais militares propensos ao desenvolvimento do vício do alcoolismo (Back, 2021, p. 209).

A constante necessidade de manter-se em estado de prontidão ou alerta para qualquer situação potencialmente ameaçadora; a rígida disciplina do militarismo; a pressão por desempenho e resolução de conflitos; a necessidade de lidar com as imprevisibilidades das ocorrências e a pressão pela tomada de decisão correta em segundos; o risco de sofrer lesões ou de perder a vida em serviço ou fora de serviço; a sobrecarga de trabalho; a ausência de reconhecimento social e profissional, tudo isso torna os policiais militares propensos ao desenvolvimento de vícios diversos, dentre os quais colocamos em destaque o alcoolismo (Back, 2021, p. 220).

Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 232), visando conhecer as condições de saúde e qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho dos policiais militares, do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), durante os anos de 2005 a 2007, pesquisaram 1.108 policiais militares, pertencentes a 17 unidades policiais militares da PMERJ, dentro de um universo total de 21.075 policiais militares, distribuídos em 47 unidades policiais militares, constatando elevado grau de consumo diário de bebidas alcoólicas, atingindo, aproximadamente, metade do efetivo policial militar da PMERJ, onde 48% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 44,3% dos cabos e soldados ingere bebida alcoólica semanalmente (pelo menos uma vez) ou até diariamente.

Gischewski (2007, p. 61-62), realizou pesquisa na Polícia Militar de Minas Gerais, objetivando explicitar as influências recíprocas entre os processos psíquicos e o contexto de vida e de trabalho, visando a um entendimento mais abrangente do problema do alcoolismo entre policiais militares ativos e inativos. A pesquisa contou com análise de prontuários de internações de policiais militares em hospitais psiquiátricos e clínicas da cidade de Barbacena/MG, no período compreendido entre os anos de 1999 a 2003. Os resultados da pesquisa constataram que, de um universo total de 53.638 policiais militares ativos e inativos da PMMG, sofriam com problemas de alcoolismo os policiais militares das seguintes graduações: 13.759 ou 76,2% eram soldados; 722 ou 4,8% eram Cabos; 2.094 ou 16,6% eram Sargentos; e 31 ou 2,4% eram Subtenentes. Observamos, assim, que os problemas e dificuldades vivenciadas pelo policial militar, tanto na vida profissional, quanto na vida privada, funcionam como gatilhos para a propensão ao consumo excessivo do álcool.

A reboque desse consumo excessivo do álcool subsiste a frequência e permanência do policial militar em locais de risco para o consumo de bebidas alcoólicas durante o período de folga. Os locais inapropriados ou indevidos ou incondizentes com a profissão de policial militar, citados pelos policiais militares pesquisados, como os locais onde ocorrem as mortes de policiais militares foram os seguintes: botecos de periferia; casas de prostituição; casas de jogos de apostas; festas, baladas e shows onde há presença de criminosos contumazes; jogos de várzea ou “peladão”, dentre outros locais ou eventos onde ocorra o consumo costumeiro de bebida alcoólica.

A frequência em locais de risco, pelo policial militar durante o período de folga, tais como bares, baladas ou quaisquer outros tipos de locais ou eventos em que se costume fazer uso da bebida alcoólica como meio de socialização, foi alvo de análise de Marty (2022) e considerado pelo pesquisador como um fator de risco de vitimização do policial militar durante o período de folga (Marty, 2022, p. 1159-1160).

Nesses locais de risco para a frequência e permanência do policial militar, durante o período de folga, tais como bares, baladas ou quaisquer outros tipos de locais ou eventos em que se costume fazer uso da bebida alcoólica, Marty (2022) esclarece que ocorrem costumeiramente desavenças, desentendimentos, conflitos conjugais, acertos de contas, jogos de apostas, dentre outros tipos de eventos conflitantes, que podem colocar o policial militar em uma situação de risco, em que possa ser morto durante o período de folga (Marty, 2022, p. 1160).

Ainda como um elemento agravante do risco do policial militar ser morto nesses locais considerados como de risco para o policial, tais como bares, distribuidoras de bebidas, boates ou quaisquer outros tipos de locais ou eventos em que se costume fazer uso da bebida alcoólica, Sales (2021) acrescenta que, nesses locais, o policial ainda em virtude do consumo de bebida alcoólica e do uso recorrente do aparelho celular pode ser surpreendido e morto durante o período de folga, pela situação de vulnerabilidade em que se coloca, ao frequentar e permanecer nesses locais de risco (Sales, 2021, p. 51).

O consumo de álcool nesses locais indevidos potencializa a ocorrência de desentendimentos e rixas, envolvendo policiais militares, durante o período de folga, uma vez que o ambiente, por si só, já é um ambiente de risco para o policial militar. Aliado a esse fator ambiental de risco ocorre não apenas o simples consumo, mas o consumo excessivo de álcool por parte do militar, o que potencializa ainda mais o risco de morte do policial militar, durante o período de folga, em virtude da condição de vulnerabilidade que ele próprio se coloca, ao frequentar um local de risco e, concomitantemente, realizar a ingestão de bebida alcoólica (muitas vezes de maneira desmedida).

Outro fator de risco mencionado pelos policiais militares pesquisados como conectado ao consumo excessivo de álcool pelo militar durante o período de folga é o consumo excessivo de álcool em festas e shows ou eventos onde ocorra o consumo de bebida alcoólica, tais como festas e shows do tipo baile funk, festas em boates, festas em prostíbulos, jogos de várzea ou peladão, dentre outros locais costumeiramente frequentados por criminosos ou pessoas em conflito com a lei.

Nesses locais propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, de acordo com os policiais militares pesquisados, a ingestão de bebida alcóolica realizada pelo policial militar altera o seu comportamento em relação às mulheres e/ou altera a sua reação equilibrada a eventuais provocações, de maneira que essas mudanças comportamentais adquirem os contornos de comportamentos de risco.

No que se refere ao comportamento de risco de mudança de comportamento dos militares com relação às mulheres, em virtude da ingestão (geralmente em excesso) de bebidas alcóolicas, ocorre que o militar passa a adotar comportamentos ofensivos no sentido de flertar com várias mulheres ao mesmo tempo, inclusive mulheres comprometidas, o que potencializa, de fato, a ocorrência de desentendimentos, ameaças, agressões verbais, agressões físicas, dentre outros.

No que se refere ao comportamento de risco por parte do militar durante o período de folga, de adotar uma reação desequilibrada a eventuais provocações ou situações prosaicas, ocorre que a ingestão da bebida alcoólica (geralmente em excesso) provoca alterações no comportamento do militar, de maneira que um esbarrão, um olhar ou até mesmo provocações banais recebidas ou realizadas pelo próprio militar são situações suficientes para que ocorram ameaças, desentendimentos, agressões verbais, agressões físicas ou até mesmo a utilização da arma de fogo pelo militar.

Esse comportamento de risco, adotado pelo policial militar, quando da ingestão em excesso de bebidas alcoólicas, no sentido de sentir-se “o machão”, sobretudo em virtude do porte da arma de fogo, é conhecido na literatura especializada como Síndrome de Tombstone ou Síndrome da Lápide, em referência ao comportamento que acelera ou aproxima a ida do indivíduo “machão” armado para o cemitério, no sentido de que se torne apenas mais uma lápide (Wendling, 2018).

O grande problema desse perfil de militar alcoolizado do tipo “machão” armado é que o seu comportamento em eventos festivos ou similares, onde ocorra a ingestão de bebidas alcoólicas, é o comportamento de sempre procurar uma confusão para se envolver, colocando-se em situação de risco de morte ou de matar alguém, uma vez que a sua principal resposta a qualquer evento crítico é o saque da arma de fogo como mecanismo de intimidação. Nesses casos em específico, se o policial militar atira, ele comete o homicídio, mas caso ele não atire, geralmente, o indivíduo avança para cima do policial, onde, nesse cenário de evento crítico, tudo pode acontecer.

Outro fator de risco mencionado, pelos policiais militares pesquisados, como conectado à questão do consumo da bebida alcoólica pelo policial militar durante o período de folga em locais indevidos, é a realização do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, em locais indevidos, bebendo e socializando em conjunto ou na “companhia amigável” de pessoas indevidas, tais como: criminosos e pessoas em conflito com a lei.

Aliado a esse “combo da morte” existe a possibilidade de agravamento do risco em que o policial militar se coloca durante o período de folga, como, por exemplo, em virtude do comportamento ao realizar o uso excessivo de bebidas alcoólicas em locais indevidos, na companhia de pessoas indevidas, aliado ao consumo de drogas ilícitas.

O comportamento de risco, adotado pelo policial militar durante o período de folga, no sentido de manter frequência em locais indevidos, realizando o consumo

excessivo ou não de bebidas alcoólicas e/ou drogas ilícitas, em bares e botecos de periferia, casas de prostituição, em casas de jogos de apostas, na companhia ou na presença de criminosos e pessoas em conflito com a lei, conformam o contexto em que policiais militares são mortos durante o período de folga.

Agora o que estaria por trás desse consumo de álcool durante o período de folga, praticado por policiais militares? Primeiro, há que se destacar que, conforme relatado pelos policiais militares pesquisados, o consumo de álcool pelos policiais militares durante o período de folga, não é um consumo pequeno ou controlado, pelo contrário, é um consumo excessivo, desmedido e, muitas vezes, descrito como “vício em álcool”, ou seja, “alcoolismo”, sinônimo característico do problema de “dependência química”.

Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 230) esclarecem que a dependência química ou adição (vício) às drogas é muito mais um sintoma de um problema mais profundo, do que um problema que começa e termina em si mesmo. De acordo com as pesquisadoras, os indivíduos viciados em drogas sentem a necessidade de buscar algum nível de satisfação ou alívio das tensões que vivencia, por meio da utilização das drogas (lícitas ou ilícitas), como uma “válvula de escape” ou “fuga da realidade”.

O Manual do Ministério da Saúde esclarece que o uso excessivo de álcool, em decorrência de seus efeitos farmacológicos do tipo calmante, relaxante, indutor de sono, anestésico e antisséptico, pode ser uma forma de alívio do estresse relacionado ao trabalho e um mecanismo de sobrevivência para as tensões de ordem física e emocional que o indivíduo vivencia (Brasil, 2001, p. 175).

Nesse sentido, portanto, as pesquisadoras Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 230) esclarecem que o uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas é o resultado de problemas e sofrimentos de ordem psíquica ou mental, associados a questões de personalidade do indivíduo, assim como influenciado por tendências individuais ao uso de drogas ou somatizações.

O consumo excessivo de álcool afeta também as habilidades motoras e ações individuais do indivíduo alcoolizado, diminuindo o seu reflexo, assim como o seu nível de consciência sobre os seus comportamentos, assim como está associado positivamente à ocorrência de acidentes de trânsito e ao aumento dos índices de violência em ambiente intrafamiliar (Souza; Minayo, 2005).

Crises nervosas incontroláveis; absenteísmo no trabalho; problemas de saúde; não uso de preservativos nas relações sexuais; aumento dos conflitos no seio familiar;

dificuldade para expressar as emoções e controlar a agressividade; dificuldade nas relações sexuais. São apenas alguns dos efeitos colaterais do uso abusivo de drogas lícitas e/ou ilícitas que podem resultar em violências no ambiente familiar (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 235-236).

Conforme mencionado alhures, não existe, na verdade, um único fator, mas um conjunto de fatores ou conjunto de incentivos que motivam os policiais militares a buscarem o uso excessivo de álcool durante o período de folga, como um mecanismo de fuga dos diversos eventos estressores que vivencia, tais como: o alívio do estresse da vida pessoal e familiar; o alívio do estresse da vida profissional; o envolvimento com relacionamentos extraconjugais; e o desejo de socialização em ambientes diversos, através do uso da bebida alcoólica, dentre outros.

É possível perceber, portanto, que esses conjuntos de incentivos relacionados à busca do consumo desmedido do álcool como mecanismo de fuga da realidade refletem uma razão de agir ou racionalidade descrita por Weber (2000) como racionalidade de ações afetivas, ou seja, o sentido da ação social adotada pelo agente é voltado para a satisfação de desejos e prazeres pessoais do sujeito social.

Esses conjuntos de incentivos que motivam os policiais militares a buscarem, no álcool, o mecanismo de fuga para os problemas que vivenciam reflete os problemas de desestruturação familiar e desestruturação emocional que os policiais militares vivenciam e que são materializados em comportamentos de risco adotados durante o período de folga, por meio do consumo desmedido do álcool em locais indevidos.

Como uma das possibilidades que agravam os riscos do consumo excessivo de bebidas alcoólicas em locais indevidos, por policiais militares, durante o período de folga, o porte à arma de fogo é uma dessas possibilidades de agravamento, uma vez que, nessas circunstâncias de vulnerabilidade, o policial militar facilmente demonstra que está armado e, em situações de conflito ou de afrontamentos diversos, o policial tende a sacar a arma como primeira resposta à situação problema.

Sim, com certeza. Eu mesmo já me peguei várias vezes pensando nossa, mas eu vou para tal lugar de lazer e festa. Mas e a arma? Então você meio que se sente pelado. Se você não vai armado. A arma começa a fazer parte do seu corpo, né? É que nem eu. Quando eu estou sem brinco né, com 30 anos usando brinco fardado. Até hoje eu levo a mão na orelha. cadê meu brinco? meu Deus, caramba, meu brinco. Então, essa maluquice toda, a arma de fogo se tornou um acessório que faz falta para gente. E aí você começa a pensar: Tá, mas e aí? E se eu deixar a arma? E se acontecer alguma coisa? Você não vai passar na festa sem a vodka. Já vou ter bebido, ingerido bebida alcoólica. E como que eu vou usar a arma? E se alguém me acionar? Então você acaba se vendo diante de uma escolha. E sempre escolhemos o que?

Beber armado. A gente não deixa a arma nunca. Infelizmente a gente não deixa a arma de fogo. Eu me lembro de uma época de uma morte, uma fatalidade absurda entre dois policiais do BOPE, numa festa, uma confraternização que os dois começaram uma discussão e a gente tem certeza que se não fosse o álcool eles não tinham, eles não tinham atirado um contra o outro. Não me lembro o nome do militar agora, me fugiu da memória. Mas esse foi um caso que eu me lembro, que eu acho que eu era Major, já era Major e que eu fiquei bem impactada, que é nesses momentos que a gente se leva para refletir sobre a situação. Você fala meu Deus, mas e aí: todo mundo bebendo lá, porque o cara tava armado, era só ambiente de policiais. Então, em tese, você acha que não aconteceria, que era um lugar que o risco era menor, zero possibilidade do cara ser vitimizado, e aconteceu. Morreu pelo próprio colega de farda. Então, é que nem álcool e volante? Nem preciso nem falar. Então, e se beber não dirija. Não adianta. Se você for beber, não leva sua arma de fogo. O cara vai levar. Não adianta, meu amigo. (E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_NA_PMMT_).

O uso excessivo de bebida alcoólica, associado positivamente ao aumento de probabilidade de conflito entre policiais militares, foi retratado por Minayo e Souza (2005) como uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga. De acordo com o relato da policial militar entrevistada, é possível perceber o nível de complexidade e de risco de morte, que é o fato de portar uma arma de fogo, sob o efeito de álcool e, mais ainda, mais complexa se torna a situação, a partir do momento em que falamos de um policial militar que realiza o consumo excessivo de álcool ou que é um dependente químico.

Do ponto de vista sociológico, o efeito de agregação de racionalidades por ações afetivas (Weber, 2000) pode ocasionar um efeito de composição complexo ou inverso (Boudon, 1979), ou seja, a busca pelo mecanismo de fuga da realidade, através do uso excessivo do álcool, como uma forma de alívio e satisfação dos prazeres e desejos individuais do policial militar, pode resultar em seu efeito contrário, ou seja, pode ocasionar, além do resultado morte do policial militar, durante o período de folga, agravamentos nos quadros de dependência química, em virtude do não tratamento médico especializado; propensão a ocorrências de violência doméstica envolvendo militares, em virtude da desestruturação familiar e emocional vivenciada cotidianamente; propensão ao suicídio, em virtude da desestruturação familiar e emocional do militar, assim como, em virtude do uso excessivo do álcool e do porte da arma de fogo, dentre outras consequências negativas para o policial militar.

9.1.2 A dependência química de drogas ilícitas

Tabela 26 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
A Dependência Química de Drogas Lícitas e Ilícitas	347
A dependência química de drogas ilícitas	108

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Elaborado pelo Autor no NVIVO

De acordo com Cruz (2020), o uso de drogas ilícitas, por parte dos agentes de segurança pública, ainda é um tema pouco explorado pela produção acadêmica e, muito menos ainda, alvo de formulação de políticas públicas direcionadas a esses profissionais, em virtude, não somente do próprio tabu existente em torno da temática em si, mas, igualmente, do papel desenvolvido por esses profissionais, como elementos importantes de todo o sistema de justiça criminal de combate às drogas, tornando difícil admitir que aqueles profissionais de segurança pública, responsáveis pelo combate às drogas, podem ser, também, suas principais vítimas (Cruz, 2020, p. 173).

Acrescenta-se a tais dificuldades, em torno da temática envolvendo o uso de drogas ilícitas por profissionais da segurança pública, a dificuldade do policial de desconstruir ou retirar a armadura do “policial herói”, mormente conhecido pelo arquétipo da figura do “policial inabalável”. Nesse cenário de resistência natural dos policiais de admitirem suas fraquezas, explorarem suas fragilidades, mostrarem-se como indivíduos vulneráveis e que também precisam de ajuda, a dificuldade em torno da temática se torna mais desafiadora ainda (Cruz, 2020, p. 173).

As vicissitudes inerentes ao exercício da atividade policial militar, tais como: responsabilidades profissionais; estresse constante, como uma característica natural da rotina de trabalho; riscos de sofrer lesões; riscos de morte, tanto dentro do serviço, quanto fora de serviço; condições de trabalho precárias; ambiente de trabalho rígido e tensionado; necessidade de estado de prontidão e hipervigilância; dentre outros, tornam os policiais militares uma categoria de profissionais propensa ao desenvolvimento do estresse crônico e transtornos mentais, tais como, o

desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão, doenças psicossomáticas e, sobretudo, o uso abusivo de drogas lícitas e/ou ilícitas (Back, 2021, p. 209 e 220).

Minayo, Souza e Constantino (2008), visando conhecer as condições de saúde e qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho dos policiais militares, do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), durante os anos de 2005 a 2007, pesquisaram 1.108 policiais militares, dentro de um universo total da PMERJ de 21.075 policiais militares, acerca do uso de drogas ilícitas por policiais militares. Essa pesquisa constatou, apesar do provável alto número de subnotificações, devido ao caráter transgressivo das condutas, o uso de maconha por 2,3% do grupo de policiais militares pesquisados pertencentes às patentes de Oficiais, Subtenentes e Sargentos e o uso de maconha por 1% do grupo de policiais militares pesquisados pertencentes às graduações de Cabos e Soldados (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 234).

Com relação ao consumo de drogas ilícitas do tipo Crack e Cocaína, as pesquisadoras Minayo, Souza e Constantino (2008) identificaram o uso de Crack e Cocaína por 2,3% do grupo de policiais militares pesquisados pertencentes às patentes de Oficiais, Subtenentes e Sargentos e, de maneira similar, o uso de Crack e Cocaína por 1,1% do grupo de policiais militares pesquisados pertencentes às graduações de Cabos e Soldados, considerando igualmente, para esses dados, provável elevado percentual de subnotificações (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 234).

De acordo com um gestor do setor de saúde da Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro, a cocaína é a segunda droga ilícita mais consumida pelos policiais militares, em virtude da própria proximidade no combate ao tráfico de entorpecentes, o que facilita o acesso, assim como a outros tipos de drogas ilícitas, corriqueiramente traficadas (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 259).

O consumo excessivo de drogas ilícitas é reconhecido, pela literatura especializada na temática, muito mais como um sintoma de causas multifatoriais, do que como um problema com fim em si mesmo. Nesse sentido, portanto, a necessidade que o adicto sente de realizar o consumo excessivo de drogas ilícitas funciona como um mecanismo de fuga da realidade que vivencia, onde, por meio do uso das drogas ilícitas, ele busca satisfação dos prazeres e alívio momentâneo das tensões (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 230).

Inclusive, acerca do uso de drogas ilícitas por policiais militares, do estado do Rio de Janeiro, como um mecanismo de fuga da realidade que vivenciam, as

pesquisadoras Minayo, Souza e Constantino (2008) identificaram que os policiais militares, visando minimizar os efeitos da ansiedade e do medo referente às situações de risco que enfrentam no combate à criminalidade no Rio de Janeiro, buscam, no uso de drogas ilícitas, assim como na procura por “experiências místicas”, através do uso da cachaça e/ou religião, aliviar-se e sobreviver ao cenário de medo e de riscos a que estão expostos cotidianamente (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 193).

Nesse cenário de sobrevivência policial, onde os riscos afetam os policiais militares em maior ou menor grau, a depender do contexto social e criminal de cada Polícia Militar, tanto na condição em que se encontram de serviço, quanto nos momentos em que se encontram de folga, é altamente provável o consumo de drogas ilícitas por policiais militares (realizado por razões óbvias, de maneira camuflada), haja vista as condições de qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho, a que, muitas vezes, esses profissionais estão submetidos (Minayo; Souza; Constantino, 2008, p. 230).

O uso de drogas ilícitas acarreta, ainda, problemas de ordem familiar e social para os policiais militares adictos. Os problemas mais recorrentemente identificados por Minayo, Souza e Constantino (2008), relatados pelos policiais militares, do estado do Rio de Janeiro, relacionados ao consumo excessivo de drogas ilícitas foram: não uso de preservativos nas relações sexuais; aumento de conflitos no âmbito familiar; dificuldades para expressar o que está sentindo; dificuldades para controlar a agressividade; crises nervosas incontroláveis; absenteísmo no trabalho, dentre outros problemas de saúde (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 235).

Conforme mencionado na seção anterior, quando nos reportávamos ao consumo excessivo de álcool como uma dependência química, para o consumo de drogas ilícitas ou entorpecentes, realizado pelos policiais militares da PMMT, a situação não é diferente e, portanto, caracteriza-se como uma situação na qual o policial se encontra em um quadro de “consumo excessivo”, “vício” ou “dependência química de drogas ilícitas”.

no vício em entorpecentes, um mecanismo de fuga e alívio da realidade atroz que vivenciam e que os consome.

Esse mecanismo de fuga da realidade, adotado pelo policial militar, no sentido de realizar o consumo de entorpecentes como uma forma de alívio ou prazer momentâneo, é uma razão de agir baseada em uma racionalidade ou ação social afetiva (Weber, 2000), ou seja, o sentido da ação social ou comportamento de risco adotado pelo agente, de realizar o consumo de entorpecentes durante o período de folga em locais de risco, objetiva o alcance do alívio ou satisfação do prazer momentâneo, como formas de fugir da realidade que vivencia.

Do ponto de vista sociológico, o efeito de agregação de racionalidades por ações afetivas (Weber, 2000) pode ocasionar um efeito de composição complexo ou inverso (Boudon, 1979), ou seja, a busca pelo mecanismo de fuga da realidade, através do uso de drogas ilícitas, como uma forma de alívio e satisfação momentânea de prazer para o policial militar, pode resultar em seu efeito contrário, ocasionando, além do resultado morte do policial militar durante o período de folga, agravamentos nos quadros de dependência química, em virtude do não tratamento médico especializado; propensão a ocorrências de violência doméstica envolvendo militares, em virtude da desestruturação familiar e emocional vivenciada cotidianamente; propensão ao suicídio, em virtude não só da desestruturação familiar e emocional que o militar vivencia, mas, igualmente, em virtude do uso excessivo do álcool e/ou o consumo de entorpecentes, aliado ao porte da arma de fogo, dentre outros.

9.2 Frequentar locais de risco para o policial

Tabela 27 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Frequentar Locais de Risco para o Policial

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Frequentar locais de risco para o policial	306

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Elaborado pelo Autor no NVIVO

A questão da frequência em locais de risco como um comportamento de risco que predispõe a ocorrência da vitimização do policial militar, durante o período de folga, está intimamente conectada às Teorias das Oportunidades Criminais

(*opportunity models*) de Cohen, Kluegel e Land (1981), as quais englobam tanto as Teorias dos Estilos de Vida (*life style models*), quanto a Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras, investigando, em linhas gerais, como os estilos de vida das vítimas e as oportunidades por elas geradas facilitam ou influenciam na ocorrência do crime e da violência.

A Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras de Cohen e Felson (1979), por meio de uma espécie de ecologia criminal, coloca em destaque as circunstâncias e as características ambientais em que a vítima do crime e da violência se colocam, como fatores determinantes para que o crime de comportamento predatório aconteça.

Nesse sentido, portanto, para que o crime aconteça, é necessário a convergência no tempo e no espaço de três fatores determinantes: o primeiro fator, a presença do alvo ou da vítima disponível; o segundo fator, a presença do ofensor motivado; e, por último, o terceiro fator refere-se à ausência de guardiões capazes de prevenir ou reprimir eventuais tentativas de cometimento de crimes (Cohen; Felson, 1979).

O elemento “alvo disponível” ou “disponibilidade do alvo” refere-se à exposição frequente ou permanência da vítima em locais de risco, os quais, por suas características, facilitam o comportamento predatório do “ofensor motivado”, até mesmo em virtude da “ausência de guardiões”, haja vista o local de frequência ou de permanência da vítima ser caracterizado ambientalmente como um local considerado de “risco”.

Dessa forma, como a Teoria das Abordagens de Atividades Rotineiras de Cohen e Felson (1979) trata da ocorrência de crimes de comportamento predatório, ou seja, onde se exige a “presença do alvo disponível” para que o crime aconteça, a partir do momento em que a vítima não frequente ou não permaneça em locais de risco, por conseguinte, o crime não irá acontecer, uma vez que um dos três pontos de convergência no tempo e no espaço necessários para que o crime aconteça não será atingido.

A teoria dos Estilos de Vida (*life style models*) e “oportunidades” (*opportunity models*) de Cohen, Kluegel e Land (1981), investigam a forma como as pessoas alocam o seu tempo de trabalho e de lazer em seus respectivos estilos de vida, de maneira que as suas atividades habituais de lazer e de trabalho irão determinar o nível de exposição a riscos de serem vítimas potenciais de crimes e, portanto, irão influenciar nas probabilidades de vitimização.

De acordo com Cohen, Kluegel e Land (1981), os fatores que mais influenciam a probabilidade de indivíduos se tornarem vítimas do crime e da violência são os seguintes: nível de exposição em que a vítima se coloca; proximidade da vítima do agressor; capacidade de proteção da vítima; atrativos da vítima; e a natureza do crime perpetrado pelo agressor.

O nível de exposição em que a vítima se coloca está relacionado aos locais públicos que ela frequenta e com as interações sociais que ela estabelece cotidianamente ou esporadicamente em locais de risco, de maneira que o nível de exposição da vítima será determinado, principalmente, pelos locais que costuma frequentar ou permanecer, considerados, muitas vezes, como locais de risco (Cohen, Kluegel e Land, 1981).

A frequência e a permanência em locais de risco oportuniza a aproximação da vítima do agressor motivado, o que acarreta o aumento das probabilidades do indivíduo ser vitimizado, sobretudo em virtude do próprio comportamento da vítima, de costumeiramente frequentar e permanecer em locais de risco (Cohen, Kluegel e Land, 1981).

De acordo com Cohen, Kluegel e Land (1981), as vítimas em potencial tornam-se ainda mais atrativas, em virtude da menor possibilidade de resistência, o que favorece as possibilidades de êxito do infrator. Nesse sentido, portanto, é possível compreender porque grande parte dos policiais militares que frequentam e permanecem bêbados em bares, botecos, distribuidoras de bebidas, dentre outros locais de ingestão de bebida alcoólica são frequentemente mortos durante o período de folga: justamente em virtude da menor possibilidade de resistência visualizada pelo infrator.

De acordo com os policiais militares pesquisados, as principais categorias de respostas reportadas, quanto à frequência em locais de risco, por parte do policial militar, durante o período de folga, as quais provocariam a vitimização do policial militar durante o período de folga, foram as seguintes: frequentar locais inapropriados para serem frequentados por policiais militares; frequentar locais de baixa reputação; se expor em locais inapropriados que possam ter criminosos; ir a lugares não recomendáveis; estar em locais em que corriqueiramente há criminosos; frequentar bares; frequentar locais de jogos de azar; frequentar shows; frequentar locais vulneráveis, onde há presença de infratores da lei; frequentar locais incompatíveis com a função de policial militar; frequentar locais onde facções criminosas comandam;

profissionais com as quais eu lidei ao longo da minha carreira profissional. [...] eu já vi, mas não tenho os números em que, policiais, no seu momento de folga, no seu momento de lazer em alguns ambientes, muitas vezes associados a ingestão, ingestão de bebida alcoólica, morreram nestas circunstâncias
(E3_OFICIAL_CORONEL_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMMT).

De acordo com os policiais militares pesquisados, a frequência em locais de risco por parte do militar, durante o seu período de folga, é uma das causas recorrentes de vitimização e pode ter causas multifatoriais, tais como ingestão de bebida alcoólica em excesso, com o policial militar sendo surpreendido em momento de vulnerabilidade (quando está bêbado); o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, aliado ao envolvimento em confusão por parte do policial militar; e os casos em que o policial militar se encontra em um local de risco, porém em virtude da realização da atividade de bico.

Então Major, tem vários aspectos aí, né? [relacionados a morte do policial militar na folga]. Tem o policial, aquele que vai pro bar, como eu já tive o colega que morreu dessa forma. Ingerindo, bebida alcoólica no bar e, mesmo estando armado no local, porém sozinho, arruma uma confusão, briga no local e morre. E tem os casos, que o policial militar é pego desprevenido porque está alcoolizado e é morto. E tem os casos que o policial militar, como já teve um colega meu, que é morto no famoso bico
(E5_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_29_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

Dentre os locais de risco frequentados por policiais militares durante o período de folga, destacam-se bares de maneira geral, incluindo botecos de periferia; botecos onde acontecem jogos de apostas envolvendo baralho e sinuca; botecos envolvendo jogos de azar; bares, shows e baladas onde há presença de criminosos; prostíbulos de maneira geral, incluindo os prostíbulos de periferia.

No meu tempo de serviço, nos 30 e poucos anos que eu atuei ativamente na Polícia Militar, no interior do Norte de Mato Grosso, lá no extremo norte mesmo, nos Garimpos de Alta Floresta, Peixoto, Juruena, o que eu percebi naquela época? Lá a maioria das mortes dos policiais militares, não se davam em serviço, né? Se dava no período de folga e ingerindo bebida alcoólica em boates que a gente já chamava boate naquela época, mas que na verdade era um “Cabarézinho” (prostíbulo); ou em alguma casa de algum conhecido que se reunia para ingerir bebida alcoólica e lá já acontecia um desentendimento e por ali já gerava uma situação que resultava em morte do policial militar, por exemplo, em serviço, que eu me lembre, foram duas situações em Alta Floresta em todo esse tempo, e o resto foi tudo em porta de boate [prostíbulo], em boteco, ingerindo bebida alcoólica
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

Ocorre que esses ambientes, por sua própria natureza, são locais de risco, onde ocorrem costumeiramente discussões, casos amorosos, problemas conjugais, acertos de dívidas, casos banais de afrontamentos diversos e exposição em ambiente público, os quais costumeiramente são potencializados pelo uso excessivo de álcool de seus frequentadores (Marty, 2022, p. 1160).

Eu recordo mais do policial que morreu em boates, em boteco. Isso aí eu lembro, por exemplo, não sei se convém falar, mas em Tapurah, morreu um policial dentro da boate lá, em Alta Floresta, em Apiacás um policial morreu por causa de uma mulher lá, mataram ele e cada uma das mulheres da boate, isso aí foi em 90 89, 89. Morreu em Alta Floresta na Saramandaia, uma boate que tinha lá, ele [o policial militar] estava na boate. Em Terranova, morreu na porta da boate também um policial militar. Se quiser eu falo até os nomes de todos eles que eu lembro que morreu, em virtude da bebida em boate [prostíbulo]
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

Ademais, não raras vezes, todos esses locais citados tanto pela literatura, quanto pelos policiais militares pesquisados, costumam ser frequentados por criminosos procurados pela justiça ou até mesmo por pessoas que já foram presas pelo policial militar no exercício da sua atividade profissional, oriundos, portanto, da rede de relacionamentos ou sociabilidade negativa, engendrada em virtude da atividade profissional (Fernandes, 2016, p. 211).

Claro que houveram mortes também em circunstâncias de mortes de policiais em folga e que vieram a óbito por outras circunstâncias. E aí eu falo de armadilhas. Mortes decorrentes, de repente, da ação policial em si, como, evidentemente, de uma ou de outra ação ou do trabalho policial. E esse policial perdeu a vida em momento de folga porque a marginalidade reconheceu ou, de repente, alguém que já tinha sido afeto tenha sido preso, tenha sido incomodado pelo policial e acabou surpreendendo o policial e tirando a vida desse policial. Nós soubemos de circunstâncias como esta, certo. Ou seja, as variáveis que você destacou que compõem esse fenômeno [da vitimização policial militar na folga]
(E3_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_PMMT).

Além do risco de frequência e permanência do policial militar durante o seu período de folga nesses locais de risco, existe a circunstância agravante de que, não raras vezes, o policial militar estará presente nesses locais de risco, ingerindo bebida alcoólica e portando sua arma de fogo (Sales, 2021, p. 51). Nesse aspecto de ingestão de bebidas alcoólicas, portando arma de fogo, um dos policiais militares entrevistados destaca um episódio de troca de tiros entre dois policiais militares bêbados.

O resto é situação de bebida ingerindo bebida alcoólica mesmo. Até que é até bom lembrar que teve a situação que eles [os policiais militares] estavam bebendo e um policial militar contra o outro policial militar, os dois bebendo, apontando a arma um para o outro, e atirando um contra o outro, inclusive nessa troca de tiros se esconderam atrás de um carro de som. Os policiais militares ficaram ali bêbados, e um trocando tiro um contra o outro, até acabar a munição dos revólveres
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMMT).

Além do fato de que o porte da arma de fogo, em situações de vulnerabilidade, tal como quando o policial está sob o efeito de álcool ou de alguma outra substância entorpecente, a arma de fogo tende a ser objeto de cobiça de criminosos mais ousados, como bem assegurou Fernandes (2016) e Bomfim (2020), uma vez que o criminoso tenta se aproveitar do momento de vulnerabilidade do policial militar, para tentar subtrair a arma de fogo.

Nesse cenário, portanto, do policial portando a sua arma de fogo, sob o efeito de alguma substância entorpecente lícita ou ilícita, frequentemente, a própria arma do policial é utilizada contra ele mesmo no cenário de vitimização policial, a partir do momento que o infrator detecta que o policial militar está portando arma e está sob o efeito de alguma substância entorpecente. Assim, utiliza-se desse momento de vulnerabilidade para conseguir uma vantagem e vitimizar o policial militar com a sua própria arma de fogo durante o período de folga (Zilli, 2018, p. 78), (Araújo et. al, 2021, p. 12).

Ademais, é importante destacar que, conforme as respostas dos policiais militares pesquisados, o policial militar pode ainda estar presente nesses locais de risco não somente para se divertir ou descontrair, mas realizando, de maneira *dissimulada* ou *velada*, a sua atividade de bico, estando, portanto, armado e, ao mesmo tempo, ingerindo bebida alcoólica.

As vezes tem um bico num bailão, ali no bailão ele tem a bebida [alcoólica] e ele está se socializando ali e tal, tá, tá bebendo, fazendo uso da bebida [alcoólica] dele, e mesmo fazendo o Bico, ele está fazendo uso da bebida [alcoólica] dele, né?
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASCULINO_30_ANOS_NA_PMMT).

Nesse cenário de miríades de possibilidades de conflitos e riscos, convém *compreender* por que o policial militar, durante o seu período de folga, busca a frequência e permanência nesses locais de risco. Foi possível constatar que as motivações por trás da frequência e permanência de policiais militares nesses locais

de risco, tais como bares, botecos, prostíbulos, dentre outros, funciona como uma espécie de busca do policial militar por uma válvula de escape ou rota de fuga da realidade estressante do serviço policial militar, da realidade de desestruturação familiar que vivencia e dos problemas conjugais e extraconjugais que vive na vida privada.

No que se refere à busca por uma válvula de escape da realidade estressante do serviço policial militar, parte dos policiais militares entrevistados confessa a realidade estressante do serviço policial militar e a busca por uma válvula de escape na ingestão de bebida alcoólica em demasia e na frequência e permanência em bares, botecos e prostíbulos, como uma maneira de extravasar o estresse acumulado, advindo do exercício da atividade de policial militar.

Não raras vezes a gente percebe que o policial também, ele bebe pra ver se extravasa um pouquinho aquele estresse do serviço. Estresse do serviço. Tem policial que bebe a noite toda sabendo que vai trabalhar no outro dia, mas ele não tá nem aí e ele quer extravasar de qualquer jeito, e, muitas das vezes a bebida serve pra pessoa como uma válvula de escape, né? É isso aí. A gente vê isso aí. Muitas vezes o colega chamava eu pra ir junto, só para fazer a segurança deles porque eles iriam beber e ia ser muito e você vai vir comigo para fazer nossa segurança muitas vezes. Então ele bebe. Tem alguns casos que o cara bebe socialmente, mas é mais difícil, ele bebe mesmo com força, né?!

(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

O estresse advindo do exercício da atividade profissional de policial militar cobra o seu preço de duas formas diferentes: tanto por meio da cobrança da sociedade, com relação à resolução de conflitos e de crimes cotidianamente, quanto com relação à cobrança interna, do próprio militarismo, o que contribui para a potencialização desses estressores operacionais e organizacionais, onde o policial militar ou por descarregar os problemas profissionais no âmbito familiar e provocar conflitos e/ou por uma ausência de estrutura familiar, acaba procurando novamente a válvula de escape na frequência e permanência em locais de risco, tais como bares, botecos e prostíbulos, como um mecanismo de fuga da realidade.

Eu acho que é o estresse na polícia. Ele tem por parte da sociedade uma cobrança e tem que falar no caso, no militarismo a cobrança ela é demais, mas o policial quando ele entra, ele sabe dessa cobrança. Quando ele entra na Polícia Militar, sabe da cobrança. Ele estuda tudo isso. Aí na época do curso, ele sente mais do que depois de formado. Então ele tem noção de como vai ser a polícia. Só que aí a cobrança que vem de fora [da sociedade] e a cobrança que tem dentro da instituição, muitas vezes ele leva pra casa, e em casa, ele não tem nenhum respaldo, não tem um alicerce familiar, ele

acaba partindo para a válvula de escape, voltando para a válvula de escape, pra bebida alcoólica e aí sai pra beber se entende
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMMT
).

O estresse ao qual os policiais militares se referem, no sentido de procurarem válvulas de escape por meio da frequência e permanência em locais de risco, durante o período de folga, tais como bares, botecos e prostíbulos, não se limita somente ao estresse advindo do exercício da atividade profissional. Existem outras causas concorrentes, tais como os problemas conjugais em âmbito privado e o envolvimento com relacionamentos extraconjugais (amantes).

Tem algumas situações [de morte de policial militar na folga], que tem envolvimento de mulher também. Esse fato ele acontece também, mas na maioria das vezes, os policiais, quando eles saem para beber, eles saem para beber com força e, acontecia o envolvimento com uma mulher ou outra também, mas o que mais acontecia, era quando ele saia para beber, que eu percebia naquela época, bebia desmedidamente mesmo, sem regra mesmo, com vontade mesmo. Parece que a bebida ia acabar aquele dia. Esse fato acontecia muito na Polícia Militar. Parece que a bebida vai acabar no outro dia.

(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

Geralmente é problema em casa e estresse do dia a dia de serviço, e muitas vezes ele está envolvido com uma amante, né? Aí geralmente já sai de casa na folga, para extravasar, por exemplo, o policial militar e a amante, já bebem e se divertem como se não houvesse o amanhã, aí o policial militar chega em casa e já entra em conflito com a esposa

(E1_PRAÇA_1ºSARGENTO_MASC_29_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMMT)

Do ponto de vista sociológico, é possível perceber que a escolha pela adoção do comportamento de frequentar locais de risco durante o período de folga está baseada em singulares *razões válidas* para agir, por parte do ator social, tais como: a busca por uma válvula de escape do estresse advindo da atividade policial militar; da desestruturação familiar; e dos problemas conjugais e extraconjugais que vive na vida privada.

Acerca da busca por uma válvula de escape por meio da frequência e permanência em locais de risco, durante o período de folga, com o objetivo de fugir da realidade que vivencia, proveniente do estresse advindo da atividade policial militar e dos problemas de desestruturação familiar e relacionamentos conjugais e extraconjugais que mantém, é possível perceber que a ação social adotada pelo policial militar, durante o período de folga, baseia-se numa ação social racional

determinada de modo afetivo (Weber, 2000, p. 15), uma vez que o sentido subjetivo da ação social é a busca da satisfação de uma necessidade de gozo, felicidade ou descarga de afetos, eminentemente emocional. Para a ação social em questão, portanto, é o alívio do estresse profissional e dos problemas conjugais e de desestruturação familiar, com os quais o policial militar convive durante o período de folga, o verdadeiro sentido da ação social dos agentes.

Do ponto de vista sociológico, percebe-se, portanto, que o resultado da agregação dessas condutas adotadas individualmente pelo ator social, no sentido de buscar refúgio durante o período de folga, na frequência e permanência em locais de risco, ocasiona, por meio de um efeito de agregação ou de composição simples (Boudon, 1995, p. 53), a vitimização do policial militar durante o período de folga, em virtude do comportamento de risco de frequência e permanência em locais de risco, geralmente aliado ao consumo de drogas lícitas e ilícitas.

É interessante perceber a presença do paradoxo presente no comportamento adotado pelo policial militar durante o período de folga, uma vez que, ao mesmo tempo em que o policial militar é preparado profissionalmente e lida cotidianamente com o risco em sua profissão, durante o seu período de folga, ao que parece, negligencia a consciência sobre os riscos, abandonando todos os protocolos de segurança, ao adotar comportamentos de risco, no sentido de frequentar e permanecer em locais de risco.

Do ponto de vista sociológico, é importante perceber que esse paradoxo presente no comportamento adotado pelo policial militar, durante o período de folga, revela indícios da Modernidade Reflexiva descrita por Beck (2011), uma vez que, na Sociedade de Risco, as contradições além de tornarem-se evidentes, tornam-se causa e efeito dos estilos de vida de risco adotados pelos atores sociais.

Essa espécie de negligência da consciência sobre os riscos, com pitadas de modernidade reflexiva, revela outros aspectos da Sociedade de Risco de Beck (2011), tal como a “Individualização”, no sentido de que o ator social, mesmo consciente dos riscos embutidos em seus comportamentos, opta pelo comportamento de risco, como um estilo de vida.

Acerca da consciência sobre os riscos na Sociedade de Risco, Beck (2011, p; 41-42) realiza uma análise sociológica, alegando que existem “riscos específicos de classe”, ou seja, a distribuição desses tipos específicos de riscos está atrelada ao esquema de classes, de maneira que as classes sociais mais abastadas

economicamente estão menos suscetíveis aos riscos, em comparação às classes sociais menos abastadas economicamente.

Tipo, padrão e meios da distribuição de riscos diferenciam-se sistematicamente daqueles da distribuição de riqueza. Isto não anula o fato de que muitos riscos sejam distribuídos de um modo *especificado* pela camada ou pela classe social. A história da distribuição de riscos mostra que estes se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos embaixo. Assim, os riscos parecem *reforçar*, e não *revogar*, a sociedade de classes. À insuficiência em termos de abastecimento soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Em face disto, os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem *comprar* segurança e liberdade em relação ao risco. Essa “lei” da distribuição de riscos determinada pela classe social e, em decorrência, do aprofundamento dos contrastes de classe através da concentração de riscos entre os pobres e débeis por muito tempo impôs-se, e ainda hoje se impõe, em relação a algumas dimensões centrais do risco: o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados. Riscos de sobrecarga, irradiação e contaminação, ligados à execução do trabalho nos correspondentes ramos da indústria, são distribuídos de modo desigual conforme a profissão (Beck, 2011, p. 41-42).

É interessante perceber que a análise de Beck (2011) acerca dos “riscos específicos de classe” encontra fundamentação empírica no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, uma vez que a literatura especializada aponta para o fato de que os policiais militares da graduação de Praças (classe menos abastada economicamente) são os mais vitimizados durante o período de folga, em comparação com os policiais militares dos postos de Oficiais (classe mais abastada economicamente) (Souza; Minayo, 2005), (Minayo et. al, 2007), (Durante; Junior, 2013), (Fernandes, 2016), (Pereira, 2018), (Tatagiba et. al, 2020), (Araújo et. al, 2021), (Silva; Silva Júnior, 2021).

É evidente que essa constatação de nível de exposição aos riscos não está fundamentada somente no aspecto econômico destacado. Pelo contrário, existem outros fatores que influenciam essa predominância de policiais militares da graduação de Praças, como os mais vitimizados durante o período de folga, tais como: o fato de quantitativamente o contingente de Praças ser maior que o contingente de Oficiais; a natureza da função desempenhada, de caráter eminentemente operacional, por parte dos Praças, ou seja, de enfrentamento da criminalidade, dentre outros (Minayo et. al, 2007), (Fernandes, 2016), (Pereira, 2018), (Tatagiba et. al, 2020), (Araújo et. al, 2021).

Entretanto, o aspecto econômico merece destaque nesse caso, pois as dificuldades financeiras, sejam elas por quais motivos forem, além de demonstrarem ser um dos grandes motores que propulsionam os policiais militares, durante o período de folga, a adotarem comportamentos de risco, tal como a prática da atividade de Bico, por outro lado, revelam que as dificuldades financeiras tornam esses policiais militares mais suscetíveis de serem vitimizados (Durante; Junior, 2013, p. 137-138), devido a uma série de limitações de escolhas que são parametrizadas sob o paradigma das limitações financeiras, tais como: o estabelecimento de moradias em locais de periferia (em virtude das dificuldades financeiras), onde já realizaram a prisão de criminosos ou em bairros controlados por facções criminosas; as limitações de escolhas de locais de lazer e alimentação (em virtude das dificuldades financeiras); a busca pela superação das dificuldades financeiras, geralmente passando longe da busca do acesso à educação, o que não permite a reflexão sobre os comportamentos de risco adotados, dentre outros.

Nesses casos, não é apenas esse efeito social de filtragem ou amplificação que produz inquietações específicas de classe. Também as possibilidades e capacidades de lidar com situações de risco, de contorná-las ou compensá-las, acabam sendo desigualmente distribuídas entre distintas camadas de renda e educação: quem dispõe do calço financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração da moradia (ou através de uma segunda moradia, férias etc.). O mesmo vale para a alimentação, a educação e para as correspondentes posturas em relação à comida e informação. Um bolso suficientemente cheio é capaz de colocar alguém em posição de refestelar-se com ovos de “galinhas felizes” e folhas de “alfaces felizes”. Educação e uma postura sensível à informação, abrem novas possibilidades de relacionamento e de esquiva [...]. Poder-se-ia deduzir a partir disto que, justamente em razão dessa postura refletida e financeiramente lastreada em relação aos riscos, velhas desigualdades sociais são consolidadas num *novo* patamar. É justamente desse modo, contudo, que *não* se chegará à base da lógica distributiva dos riscos (Beck, 2011, p. 42).

A carência material provoca uma espécie de “potenciação dos riscos” e “impossibilidade de contorna-los”, de maneira que “com a ameaça da redução da renda, uma maior tolerância [aos riscos] pode ser gerada” (Beck, 2011, p. 41-42), ou seja, as dificuldades financeiras produzem uma espécie de “cegueira”, “filtragem seletiva” ou “ofuscamento da percepção dos riscos” (Beck, 2011, p. 54) na Sociedade do Risco, o que, por conseguinte, fomenta a adoção de comportamentos de risco por parte do ator social.

Dessa forma, é interessante perceber que, do ponto de vista sociológico, a ação social adotada pelo policial militar que frequenta locais de risco durante o seu período de folga adquire e ocasiona aquilo que foi descrito por Beck (2011, p. 44) como um “efeito bumerangue”, onde cedo ou tarde os riscos produzidos [inclusive de morte] afetam seus próprios criadores [os policiais militares].

9.3 A realização do bico

De acordo com os policiais militares pesquisados, a realização da atividade de Bico pelo policial militar durante o período de folga foi indicada como uma das principais causas de mortes de policiais militares do Estado de Mato Grosso durante o período de folga.

Figura 13 - Comportamento de Risco - A Realização da Atividade de Bico



Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Nuvem de Palavras elaborada pelo Autor no NVIVO

De acordo com os policiais militares pesquisados, as principais modalidades de Bico realizadas por eles, durante o período de folga, que predispõem a ocorrência da vitimização do policial militar durante esse período, é a realização da atividade de Bico de Segurança Privada, tais como: Segurança de Supermercados; Segurança de Farmácias; Segurança de Comércio; Segurança de Postos de Combustíveis; Segurança de Fazendas; Segurança de Bares; Segurança de Festas e Shows; Segurança Particular de Pessoas e Famílias; Segurança de Residências; Segurança de Boates; Segurança de Prostíbulos; e Segurança e Escolta de malotes contendo dinheiro.

Figura 14 - Comportamento de Risco - O Bico de Segurança

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
 Nuvem de Palavras elaborada pelo Autor no NVIVO

A literatura especializada sobre a temática aponta para o fato de que o exercício da atividade de Bico de Segurança, exercida pelo policial militar, durante o período de folga, é uma das causas mais recorrentes de mortes de policiais militares, devido a uma série de fatores de risco, aos quais os policiais ficam submetidos, em virtude da realização do Bico de Segurança. Mas quais seriam esses fatores de risco?

Primeiro, a ausência de proteção que o aparato estatal oferece ao policial militar, quando está de serviço fardado na Polícia Militar, em detrimento da condição de estar sozinho, sem colete balístico, sem viatura, sem rádio para solicitar eventual apoio de alguém, sem o apoio de outros colegas devidamente preparados para o enfrentamento, são fatores de risco que tornam o exercício da atividade de Bico de Segurança extremamente perigosa (Fernandes, 2016), (Araújo, 2017), (Novo, 2020), (Sales, 2021).

Segundo, o policial militar, ao optar pela realização da atividade de Bico, durante o período de folga, coloca-se em uma situação em que a possibilidade de ser reconhecido no Bico por algum eventual infrator torna-se ainda maior, uma vez que as próprias vestimentas, a postura, o corte de cabelo, o jeito de falar, a complexão física, o comportamento ao estilo “segurança”, exercido habitualmente no Bico, facilitam a identificação ou reconhecimento pelo infrator do policial militar que realiza a atividade de Bico de Segurança (Martins, 2016), (Zilli, 2018, p. 73), (Fernandes, 2016), (Silva; Almeida, 2022, p. 241), (ISP-RJ, 2021, p. 12), (Minayo et. al, 2007).

Terceiro, a possibilidade de o policial militar ser surpreendido no Bico por infratores, durante uma ação de roubo é real, pois naquele cenário, o policial militar

coloca-se em uma situação onde está impelido a agir por dois motivos principais: o primeiro, relacionado à possibilidade do infrator identificá-lo como policial militar e o segundo, relacionado à “necessidade” de agir, haja vista estar sendo pago financeiramente, para promover a segurança no local onde realiza o Bico de Segurança.

Ainda nesse contexto do policial militar estar sendo vítima ou envolvido em um cenário de tentativa de roubo, a literatura especializada sobre a temática aponta para o fato de que as chances de sobrevivência do policial militar são maiores se reagir à tentativa de roubo, em comparação à opção pela não reação (Oliveira et. al, 2020).

Quarto, a possibilidade de o policial militar se envolver em algum conflito banal, durante a realização da atividade de Bico, onde, muitas vezes, o conflito banal nem mesmo está relacionado a algo ligado à atividade policial e, no entanto, esse acontecimento prosaico acabar promovendo a vitimização do policial militar durante o período de folga (Zilli et. al, 2020, p. 59).

Quinto, conforme descrito por parte dos policiais militares pesquisados, a adoção do comportamento de risco por parte do policial militar “biqueiro” de tomar para si as “dores do patrão” e se colocar em situações de risco desnecessárias, tais como o envolvimento em conflitos banais e discussões sem sentido, em obediência “cega” ao “patrão”, provocando situações de risco que podem ensejar a vitimização do policial militar, durante o período de folga, enquanto realiza a atividade de Bico de Segurança.

Sexto, a possibilidade de o policial militar, que realiza o Bico de Segurança, ser confundido por outro policial à paisana, como um infrator, haja vista o porte da arma de fogo e eventual contexto situacional suspeito é uma realidade e até mesmo em virtude dessas possibilidades de erro de análise situacional, que o procedimento operacional padrão da Polícia Militar recomenda que o policial militar, durante o seu período de folga, ao presenciar a ocorrência de um crime, observe os detalhes, colha o máximo de informações possíveis e ligue para o telefone de emergência da Polícia Militar (190), para que a equipe de policiais militares de serviço e fardada possa realizar o atendimento da ocorrência (Mato Grosso, 2023).

Sétimo, a realização de atividades de Bico de Segurança em bares, danceterias, conveniências e prostíbulos é melindrosa, não só pelo fato do próprio ambiente “boêmio” propiciar a ocorrência de discussões, brigas ou desavenças, mas, sobretudo, pelo fato de, não raras vezes, o policial militar, que realiza o Bico de

Segurança nesses locais, ter o costume de fazer a ingestão de bebida alcoólica de maneira dissimulada, através do famigerado “refrigerante batizado”, composto pela mistura de bebida alcoólica com refrigerante, consumido frequentemente para “espantar” o sono e o cansaço. Essa atitude, todavia, coloca o policial militar em uma situação de vulnerabilidade maior ainda, considerando, sobretudo, o porte da arma de fogo, a realização da atividade de bico e a ingestão de bebida alcoólica.

Oitavo, o Bico de Segurança é realizado com o sacrifício da folga do policial militar e a sequência de prolongamentos de jornadas de trabalho consecutivas na Polícia Militar e no Bico de Segurança faz com que o policial esteja cansado fisicamente, psicologicamente e emocionalmente em ambos os serviços desempenhados. Isso, como consequência, coloca o policial militar em mais uma situação de vulnerabilidade, facilitando a ocorrência da vitimização dele durante o período de folga (Bonfanti, 2009, p. 194), (Minayo; Souza, 2003), (Minayo; Souza; Constantino, 2007), (Constantino, 2012).

Nono, com o advento da atividade delegada e jornada extraordinária (ou Bico Legalizado), muitos policiais militares não abandonaram o exercício do “Bico Ilegal”. Portanto, a sobrecarga de desgaste físico, psicológico e emocional do policial militar acaba sendo maior ainda, conforme relatado pelos próprios policiais respondentes do questionário virtual estruturado, aplicado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Há, no entanto, estudos em sentido contrário, tal como a pesquisa de Novo (2020), realizada na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro⁹³, onde se estabelece a relação de diminuição do quantitativo de mortes de policiais militares durante o período de folga, no ano de 2019, em virtude da implementação do serviço de hora – extra (Bico Legalizado) na Polícia Militar do Estado, a qual proporcionou, em tese, a redução da realização da atividade de Bico Ilegal pelo policial militar durante o período de folga (Novo, 2021, p. 74).

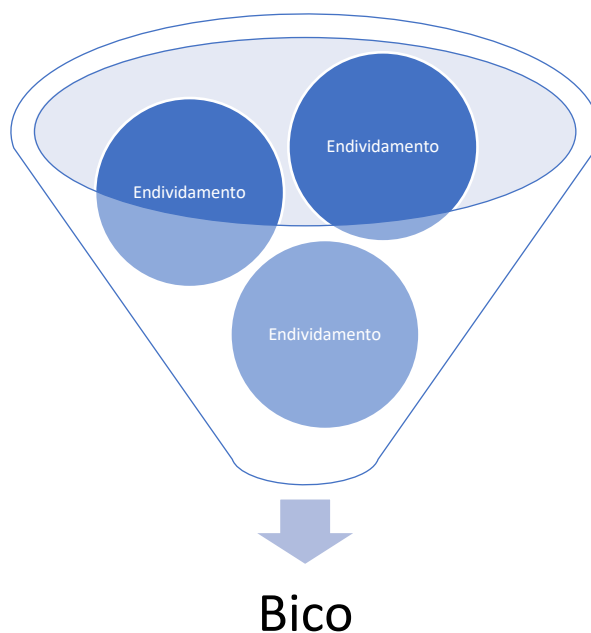
No que se refere às motivações relatadas pelos policiais militares, para a realização da atividade de Bico de Segurança, durante o período de folga, foram

93 No ano de 2019 [na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro], ano de menor vitimização policial, foram realizados setecentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e oito (755.088) serviços extras [Bico Legalizado]. A conclusão pela interpretação dos números é simples e direta: quanto mais serviços extras [Bico Legalizado], mais policiamento na rua, menos policiais fazendo segurança privada [Bico Ilegal] e menor a vitimização policial, comprovando a efetividade desta medida. (Novo, 2021, p. 74).

identificadas 04 (quatro) motivações principais ou 04 (quatro) sentidos sociais da ação adotada pelo ator social.

O primeiro sentido ou motivo da ação social, adotada pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de adotar o comportamento de risco de realização da atividade de Bico, é a “necessidade” do auferimento da renda financeira, em virtude do endividamento financeiro grave.

Figura 15 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

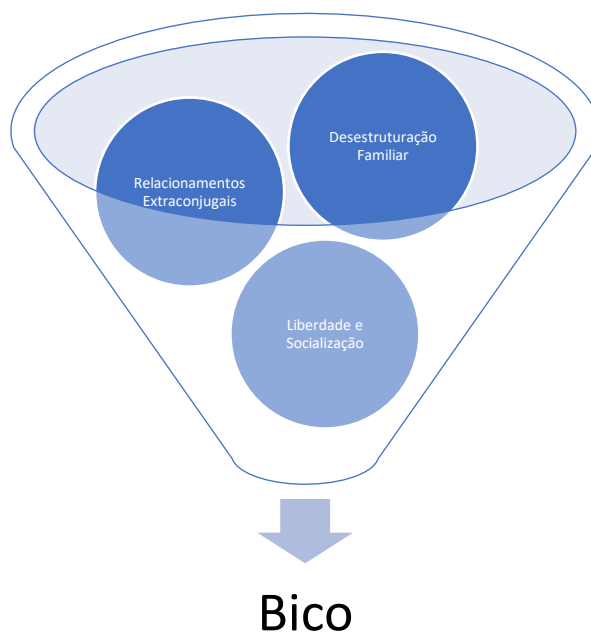
O segundo sentido ou motivo da ação social adotada pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de adotar o comportamento de risco de realização da atividade de Bico, é o “desejo” pelo auferimento de renda financeira extra, como um mecanismo de melhoria da “qualidade de vida”, alcançado por meio da manutenção de um estilo ou padrão de vida acima do que o salário recebido na Polícia Militar permite.

Figura 16 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O terceiro sentido ou motivo da ação social, adotada pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de adotar o comportamento de risco de realização da atividade de Bico, é o efeito de um reflexo da desestruturação familiar em sua vida privada e que, por conseguinte, funciona como uma maneira de socializar e dar uma “escapadinha” da vida conjugal, vivendo, mesmo que momentaneamente, a liberdade e as aventuras da vida de solteiro, as quais englobam, inclusive, a administração de vários relacionamentos afetivos extraconjugais, os famigerados “QTs” ou “QTCs”.

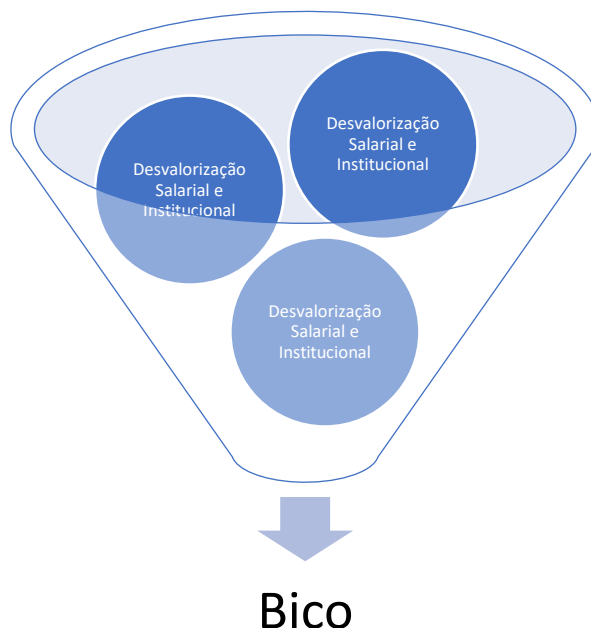
Figura 17 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O quarto sentido ou motivo da ação social adotada pelo policial militar durante o período de folga, no sentido de adotar o comportamento de risco de realização da atividade de Bico, é o sentimento de desvalorização institucional e desvalorização salarial sentido pelos policiais militares da graduação de Praças.

Figura 18 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Apresentados os sentidos ou motivos da ação social, adotada pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de apresentar comportamentos de risco na realização da atividade de Bico, convém aprofundarmos a compreensão dessas *razões válidas* nas ações do ator social.

9.3.1 1º Sentido da Ação Social: O Bico como uma “necessidade”, devido ao endividamento financeiro de natureza grave

Figura 19 – 1º Sentido da Ação Social - O Bico como uma "necessidade" devido ao endividamento financeiro grave



Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Nuvem de Palavras elaborada pelo Autor no NVIVO

Acerca do porquê o policial militar busca realizar o Bico durante o período de folga, predominou a justificativa do endividamento financeiro ou a falta de planejamento financeiro equilibrado, dentro daquilo que o salário policial militar permite, através da voz de 370 ou 39,5% dos policiais militares pesquisados.

A segunda justificativa mais indicada, acerca do porquê o policial militar busca realizar o Bico durante o período de folga, de acordo com 229 ou 24,4% dos policiais militares pesquisados, foi a insegurança no tocante ao salário recebido na PMMT, que é considerado insuficiente para sustentar a sua família que vai crescendo ao longo do tempo e, conseqüentemente, os gastos financeiros também aumentam. Porém, a progressão salarial do militar não acompanha esse processo de desenvolvimento familiar.

Ao analisar a segunda justificativa mais indicada pelos policiais militares para a realização da atividade de Bico na folga, percebe-se que a insegurança quanto a saber ou não se o salário recebido na PMMT será o suficiente para o sustento da família, na verdade revela o fato de que a situação financeira do policial militar é desequilibrada financeiramente, uma vez que, ao profissional assalariado com “saúde financeira”, pressupõe-se que mantenha um estilo de vida ou padrão de vida, dentro daquilo que o seu salário permite atualmente, não sendo baseado em projeções futuras, protegendo-se de imprevistos e vivendo, inclusive, dentro de um estilo de vida ou padrão de vida de custos financeiros, abaixo daquilo que recebe como salário atualmente.

Assim sendo, podemos inferir, por meio do somatório das frequências individuais e percentuais da primeira e segunda justificativas mais elencadas para a prática do Bico no período de folga pelo policial militar que, na verdade, o endividamento financeiro e/ou a falta de planejamento financeiro equilibrado, é o principal motivo da busca do policial militar pela realização da atividade de Bico, durante o período de folga, de acordo com a resposta de 599 ou 63,9% dos policiais militares pesquisados.

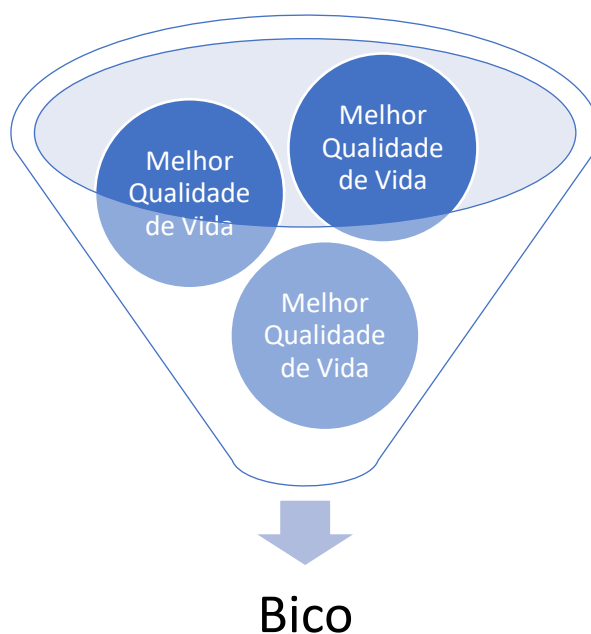
Outros fatores também foram elencados, como as possíveis motivações do policial militar realizar a atividade de Bico, durante o período de folga, tais como: a ausência de planejamento familiar, o que ocasiona a concepção de filhos com diversas genitoras diferentes, as quais ensejam o pagamento de pensão alimentícia, o que inevitavelmente afeta os rendimentos financeiros (34 ou 3,6%); o costume de já contar com a renda financeira extra do Bico como parte do salário ou das despesas

mensais (63 ou 6,7%); o comportamento desequilibrado de ostentação do militar em sua vida pessoal, principalmente em festas, através do consumo excessivo e do gasto financeiro desmedido (05 ou 0,5%); o vício em bebidas alcoólicas (03 ou 0,3%); o vício em jogos de azar, envolvendo apostas em dinheiro (02 ou 0,2%); e outras causas diversas (20 ou 2,1%).

No que se refere as outras causas diversas elencadas por meio de respostas abertas, fornecidas pelos policiais militares pesquisados, na cifra de 20 ou 2,1% das respostas, foram relatadas as seguintes motivações para a busca do bico pelo policial, militar durante o período de folga.

O primeiro motivo, refere-se à ambição no sentido de fornecer melhor qualidade de vida para a família, através de boa alimentação; melhores locais de moradia (para não conviver com criminosos); melhores locais de escola para filhos (as) (para não conviver com filhos de criminosos); plano de saúde para a família (para não frequentar o SUS e encontrar criminosos); melhores locais de lazer e entretenimento, tais como restaurantes, viagens, etc. (para não conviver com criminosos), os quais têm um custo financeiro alto.

Figura 20 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O segundo motivo, de acordo com parcela dos policiais militares pesquisados, indica que a ausência de reajuste do subsídio, em razão da inflação, aqueceu ou intensificou a busca do policial militar pela realização do Bico durante o período de folga, como um mecanismo para manter o padrão de vida estabelecido atualmente. Esse artifício é um meio de complementação da renda financeira, uma vez que o reajuste inflacionário não ocorreu e os “compromissos” ou “dívidas” permaneceram.

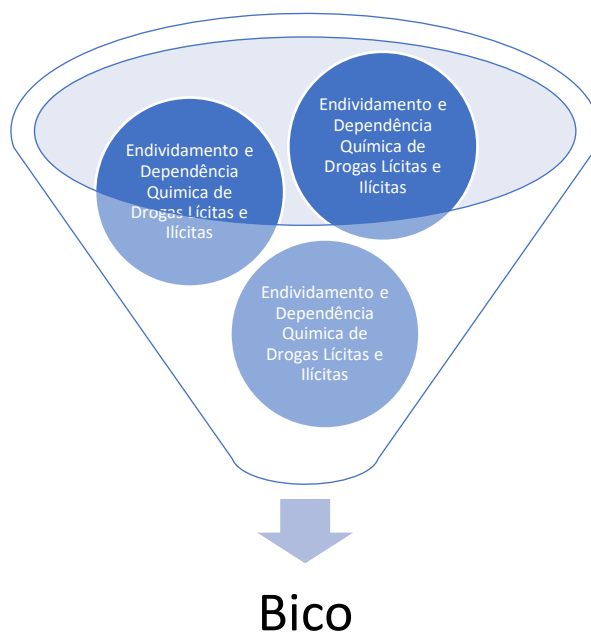
Figura 21 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O terceiro motivo refere-se à falta de educação financeira e à dependência química de álcool e drogas ilícitas por parte do policial militar, os quais provocam a busca pela realização da atividade de Bico, não somente como mecanismo para complementação da renda financeira, mas, também, como uma forma de manutenção do vício em drogas lícitas e ilícitas.

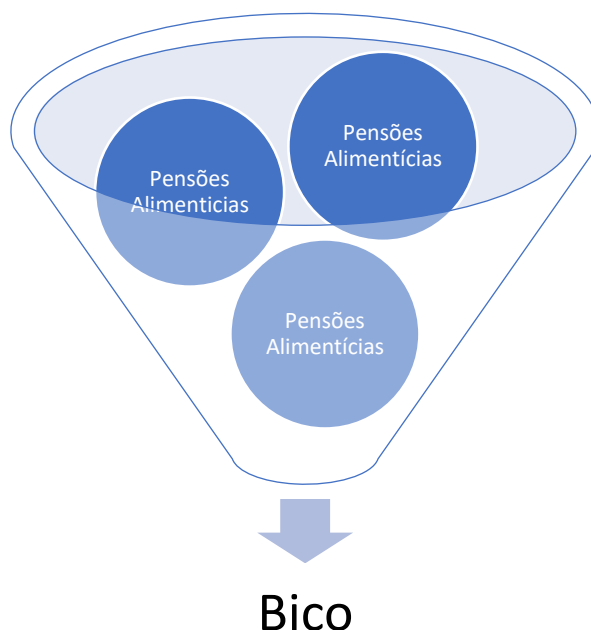
Figura 22 - Motivações para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O quarto motivo indica a falta de planejamento familiar por parte do policial militar, no sentido de ter várias famílias e filhos com diversas genitoras. Isso motiva o policial a buscar fontes de renda financeira extra, uma vez que as despesas financeiras com várias famílias e diversos filhos com genitoras diferentes passam a ser significativamente altas.

Figura 23 - Motivação para a busca da Atividade de Bico na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor.

De uma maneira geral, podemos compreender, portanto, que o endividamento financeiro grave é o principal motor que empurra parte dos policiais militares para a realização da atividade de Bico de Segurança durante o período de folga. Esse endividamento financeiro grave é, sem sombra de dúvidas, consequência de escolhas ou comportamentos adotados pelos próprios policiais militares, todavia, há uma série de razões válidas que explicam esse comportamento nocivo, que resulta no endividamento financeiro que, muitas vezes, acaba sendo um endividamento de natureza grave.

De acordo com os policiais militares pesquisados, uma das causas que provocam esse endividamento financeiro grave por parte do policial militar é a ausência de uma educação financeira eficiente. Em outras palavras, muitas vezes não existe nenhuma gestão ou planejamento financeiro equilibrado, de maneira que o policial militar, sendo um profissional assalariado com recursos financeiros limitados, a ausência de controle financeiro, certamente e rapidamente, ocasiona o endividamento financeiro, frequentemente, grave,

Essa ausência de uma educação financeira engloba, também, escolhas ou comportamentos financeiros desequilibrados e incompatíveis com a condição financeira do policial militar, de maneira que esses comportamentos desequilibrados

e emotivos com relação ao dinheiro e aos bens materiais provocam o endividamento financeiro, por meio da tentativa de levar um padrão de vida incompatível com a sua realidade financeira.

Essa tentativa de ter um padrão de vida incompatível com a sua realidade financeira sofre influência não só do sistema capitalista de mercado e do barril de “necessidades” sem fundo alimentado pela economia de mercado mas, também, do círculo social de amigos que o policial militar constrói em sua vida privada. Dessa forma, numa tentativa de manter um padrão de vida igual ou maior do que o círculo social com o qual convive na sua vida privada, ele realiza a aquisição de empréstimos consignados em bancos, com agiotas, com colegas de serviço policiais militares, com familiares, com desconhecidos, dentre outros.

Aliado a esses fatores, o endividamento financeiro do policial militar pode ser agravado ainda mais, em virtude dos diversos filhos (as) que ele acaba gerando com diversas mulheres ao longo da carreira policial militar, os quais ensejam, por força de lei e de segurança alimentar e de subsistência dos filhos (as), o pagamento de pensão alimentícia que, nos casos mais críticos, pode comprometer até 30% do salário recebido pelo policial militar, com desconto em folha de pagamento, podendo chegar ao limite máximo de 50% de desconto, em caso de pagamento de valores atrasados de pensão alimentícia (Artigo 529, parágrafo 3º, CPC).

A literatura especializada sobre a temática aponta para o fato de que o endividamento financeiro é um problema recorrente não somente entre os policiais militares, mas é um problema de natureza social e multifatorial que acomete grande parte das famílias brasileiras.

De acordo com dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor⁹⁴ (PEIC), referente ao ano de 2023, 77,8% das famílias brasileiras apresenta alguma dívida (adimplente ou inadimplente) em seu nome, ou seja, aproximadamente oito em cada dez brasileiros possuem dívidas em seu nome, de maneira que, desse total de endividados, 28,8% das famílias possuem dívidas em atraso e 12,2% são famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso (Peic, 2023, p. 4)

94 A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é um conjunto de informações apuradas mensalmente, desde de janeiro de 2010, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

A percepção sobre o endividamento das famílias brasileiras para o ano de 2023 é de que 17,7% das famílias relatam estar “muito endividadas”. O percentual médio da renda financeira familiar brasileira comprometida mensalmente com dívidas para o ano de 2023 atingiu o patamar de 30,3% da renda financeira mensal das famílias brasileiras, comprometidas com dívidas, que duram em média 7 (sete) meses por ano (Peic, 2023, p. 6).

Para o ano de 2023, a principal modalidade de contração de dívidas pelas famílias brasileiras foi o cartão de crédito (87,2%), ficando em segundo lugar as dívidas contraídas por meio de carnês ou boletos (16,4%), seguido do crédito pessoal (9,4%) e, posteriormente, por financiamento de carro (8,2%) e casa (8%) (Peic, 2023, p. 8).

Ceribelli, Felipe e Silva (2022) realizaram pesquisa com estudantes universitários, visando identificar os antecedentes do uso compulsivo do cartão de crédito, analisando a influência dos seguintes fatores: poder-prestígio, ansiedade, desconfiança e materialismo. A coleta de dados foi realizada pelo método de levantamento, enquanto a técnica de Modelagem de Equações Estruturais foi utilizada para análise dos dados, adotando a Análise Fatorial Confirmatória e a Análise de Caminho. Os resultados identificaram que o uso do cartão de crédito de maneira descontrolada, ou seja, além da capacidade financeira do indivíduo, motivado por sentimento de ansiedade e a busca para possuir status social e financeiro, provoca prejuízos sociais, financeiros e emocionais às pessoas.

Hatano e Moraes (2019) realizaram pesquisa, visando analisar a estrutura do endividamento financeiro das famílias brasileiras, identificando que os consumidores brasileiros atrasam, com maior frequência, dívidas que implicam na incidência de juros, em casos de inadimplência. Nesse cenário, os pesquisadores identificaram que o tipo de dívida mais recorrente adquirida pelos consumidores, em todas as faixas de renda financeira, é o cartão de crédito. O cartão de crédito, segundo os pesquisadores, fornece maior facilidade para os consumidores para promover gastos e facilita o imediatismo nas decisões de compra, em virtude da hipotética sensação de disponibilidade de dinheiro (Hatano; Moraes, 2019, p. 3-4).

Ainda de acordo com Hatano e Moraes (2019), as famílias brasileiras com menor renda financeira tem maior percentual de endividamento financeiro, proveniente de dívidas realizadas por meio de carnês ou boletos e, por outro lado, as famílias brasileiras mais abastadas financeiramente possuem endividamento

financeiro nas modalidades de financiamentos para aquisição de automóveis e residências (Hatano; Moraes, 2019, p. 3-4).

O cartão de crédito como a principal modalidade de contração de dívidas pelas famílias brasileiras é preocupante, pois as famílias pagam, em média, em suas operações de crédito, 34,5% de juros ao ano, enquanto os juros do cartão de crédito rotativo são de 434,4% ao ano e nas modalidades de parcelamento de dívidas os juros anuais são de 195,2% (Peic, 2023, p. 8).

Para as outras modalidades de crédito e contração de dívidas os juros são menores, no entanto ainda prejudiciais ao consumidor, pois o cheque especial aplica anualmente uma média de 132% de juros; o crédito pessoal aplica uma taxa média anual de juros ao consumidor de 42,3%; e o financiamento de veículos e o crédito consignado aplicam uma taxa de juros de 25% ao ano (Peic, 2023, p. 9).

No que se refere ao nível de endividamento financeiro das famílias brasileiras, com relação à renda financeira familiar mensal, constatou-se que as famílias brasileiras que recebem de um a três salários mínimos (22,2%) são as mais endividadas, seguidas pelas famílias que percebem uma renda financeira mensal maior que três, chegando até a cinco salários mínimos (15,5%) e, posteriormente, pelas famílias que recebem mais que cinco salários mínimos, chegando até dez salários mínimos (13,4%), finalizando com as famílias que recebem um rendimento financeiro maior que dez salários mínimos (Peic, 2023, p. 10).

Na região centro-oeste do Brasil, 74,6% das famílias estão endividadas, de maneira que no estado do Mato Grosso, especificamente, 75,8% das famílias matogrossenses estão endividadas, onde 28,1% estão com contas em atraso e 6,1% não têm condições de pagar as dívidas em atraso, com a inadimplência sendo agravada nas famílias que possuem menor renda financeira mensal, refletindo, dessa maneira, a desigualdade social (Peic, 2023, p. 14).

Para os integrantes das Polícias Militares a situação não é divergente da família brasileira tradicional. Farias (2022) realizou estudo sobre educação financeira e endividamento financeiro de policiais militares do estado do Rio Grande do Norte, buscando verificar a relação entre a falta de educação financeira e o endividamento financeiro, através da aplicação de um questionário fechado, direcionado a 134 policiais militares. Os resultados apontaram para a existência de uma relação de interdependência entre educação financeira e endividamento financeiro, de maneira que, a ausência de conhecimentos básicos sobre educação financeira, tais como

controle financeiro, realização de poupança e investimentos, ocasionou o endividamento financeiro dos policiais militares do Rio Grande do Norte (Farias, 2022).

A pesquisa de Farias (2022) demonstrou ainda que 100 ou 74,63% dos policiais militares pesquisados não utilizavam mecanismos de controle financeiro como planilhas ou anotações de gastos, o que proporcionou o descontrole financeiro e, igualmente, 105 ou 78,4% dos militares possuíam dívidas na modalidade de empréstimos e financiamentos, os quais comprometeram boa parte do salário dos policiais militares do Rio Grande do Norte (Farias, 2022).

Esse endividamento financeiro gera um ciclo vicioso, onde o policial militar vai em busca de maiores possibilidades de crédito para quitar os empréstimos e financiamentos adquiridos, no intuito de liberar a sua margem de crédito para continuar comprando e, por conseguinte, adquire novas dívidas, que o impulsionarão na busca de novas formas de acesso ao crédito, retroalimentando esse ciclo vicioso, no intuito de apenas sobreviver às dívidas.

De Lima (2020) realizou pesquisa com policiais militares da Paraíba, visando identificar os níveis de alfabetização financeira dos militares, através da aplicação da estratégia de pesquisa da observação participante e de um questionário estruturado, direcionado a 62 (sessenta e dois) policiais militares. Os resultados apontaram que os militares buscam informações sobre educação financeira, no entanto, o nível de alfabetização financeira, ou seja, o nível de aplicabilidade ou de adoção de comportamentos ou atitudes saudáveis financeiramente é precário, de maneira que a pesquisa constatou que a relação entre o que se ganha e o que se gasta é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o valor do rendimento mensal, maior é o seu gasto total (De Lima, 2020).

Lopes (2019) realizou pesquisa com 518 policiais militares da Paraíba, através da aplicação de um *survey*, visando verificar a relação entre a falta de planejamento financeiro pessoal e o endividamento dos militares. Os resultados da pesquisa apontaram para o fato de que quanto menor a renda e a graduação do militar, maior o nível de endividamento. Os super endividados da Polícia Militar da Paraíba eram todos policiais militares da graduação de Praças. O principal motivo para a contração de dívidas foi a aquisição de carro ou imóvel residencial. A pesquisa concluiu que a falta de planejamento financeiro é um dos principais fatores determinantes do endividamento do policial militar da Paraíba (Lopes, 2019).

Nunes (2021) realizou pesquisa com Policiais Militares do Distrito Federal,

visando compreender melhor como o comportamento e o conhecimento sobre finanças interfere na vida dos militares. Para tanto, o pesquisador aplicou um questionário no âmbito da corporação para entender melhor esse fenômeno. Observou-se que, apesar de o efetivo, em sua grande maioria, possuir grau de escolaridade de nível superior, o conhecimento sobre finanças é precário, pois muitos são afetados pelo consumo compulsivo ao comprometer uma parcela significativa de suas remunerações, de maneira que não conseguem poupar ou realizar qualquer tipo de planejamento financeiro (Nunes, 2021).

Acerca desses aspectos, Cerbasi e Barbosa (2014), um dos mais conhecidos educadores financeiros e gerenciadores de tempo e produtividade do Brasil, asseguram que o endividamento financeiro não está ligado ao valor da renda que a pessoa possui, pelo contrário, está ligado à forma como a pessoa gerencia seus recursos financeiros (Cerbasi, 2014, p. 11).

Soares, Cavalhero e Trevisan (2017) realizaram a pesquisa de diagnóstico sobre o endividamento financeiro de servidores públicos estaduais ativos e inativos de Santa Catarina, de maneira que, por meio da referida pesquisa, foi possível constatar que, do total de 22.471 militares estaduais de Santa Catarina, 13.852 ou 60,44% possuíam empréstimos consignados.

Existem fatores estruturais de nível macro que produzem incentivos para que o cidadão e a família brasileira estejam, em sua grande maioria, nesse quadro de endividamento financeiro. De acordo com Gonçalves (2021), a política econômica adotada no Brasil, no sentido de fornecer e facilitar o crédito ao consumidor, como forma de estimular o crescimento da economia do país, produz efeitos colaterais como o consumo excessivo que produz o endividamento financeiro do consumidor final do crédito, através de um movimento cíclico de crédito, consumo excessivo, endividamento e busca por novos créditos, para continuar consumindo.

Segundo o relatório PEIC (2023), o nível de endividamento das famílias brasileiras ainda é considerado baixo quando comparado com o nível de endividamento das famílias norte-americanas. Segundo os pesquisadores, as economias mais maduras possuem famílias mais endividadas, uma vez que o crédito fornecido ao consumidor, sob o ponto de vista econômico, funciona como um motor de desenvolvimento econômico do país.

Neto (2019) realizou pesquisa de dissertação de mestrado, visando analisar o endividamento por empréstimo consignado de docentes da educação básica, da Rede

Pública Estadual, em Macapá/AP. Para tanto, realizou, além do levantamento bibliográfico sobre a temática, a aplicação de questionário estruturado, composto de perguntas abertas e fechadas, direcionado a 100 docentes da educação básica, da Rede Pública Estadual, em Macapá/AP.

Os resultados da pesquisa de Neto (2019), apontaram para o fato de que, a partir da regulamentação da Lei 10.820, em 2003, que trata da ampliação dos empréstimos consignados para o funcionalismo público, ocorreu a expansão do acesso ao crédito pessoal para o consumo entre os docentes da rede pública estadual de Macapá/AP, de maneira que houve um crescimento elevado do número de contratos de empréstimos consignados realizados a partir da regulamentação da Lei 10.820/2003 (Neto, 2019, p. 100).

De acordo com a pesquisa realizada por Neto (2019), no período dos anos de 1995 a 2002, dos 100 docentes pesquisados, somente 14 ou 14% fizeram seu primeiro empréstimo consignado, constituindo um número pequeno de sujeitos. Por outro lado, a partir do ano de 2003, ano da regulamentação da Lei 10.820/2003, compreendendo os períodos anuais de 2003 a 2010, 55 ou 55% dos sujeitos pesquisados realizaram a aquisição de empréstimos consignados (Neto, 2019, p. 129).

Existem políticas públicas estaduais, tal como o Programa de Cidadania Financeira, desenvolvido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que atuam na prevenção e no combate aos efeitos colaterais que o endividamento financeiro pode ocasionar. A Pesquisa de Diagnóstico sobre o Endividamento de Servidores Públicos Estaduais faz parte do Programa de Cidadania Financeira, que é uma política pública de educação financeira, promovida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Fundação Escola de Governo – ENA, em parceria com o Banco Central do Brasil, através da promoção de diversos cursos de educação financeira na modalidade EAD, alinhados com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (Soares; Cavalhero; Trevisan, 2017).

O Programa de Cidadania Financeira é uma política pública de educação financeira, destinada aos servidores públicos estaduais de Santa Catarina, que visa dirimir os efeitos colaterais do endividamento financeiro, através da persecução dos seguintes objetivos específicos: reduzir os problemas associados ao endividamento excessivo; reduzir os índices de absenteísmo; reduzir a perda de produtividade dos servidores e os afastamento por transtornos mentais e do comportamento, tais como: depressão, alcoolismo, suicídio, uso de entorpecentes; reduzir a desagregação

familiar, além de atuar na prevenção de transtornos e doenças psicossomáticas que oneram os cofres públicos com absenteísmo e perda de produtividade e os problemas sociais decorrentes do comprometimento da renda familiar com operações de crédito para consumo excessivas (Soares; Cavalhero; Trevisan, 2017).

Do ponto de vista sociológico, nesse primeiro momento da análise, a constatação, por parte do ator social, de que se encontra em uma situação de endividamento financeiro grave, faz com o que o agente, por meio de uma Escolha Racional, adote uma conduta ou comportamento de risco que vise exclusivamente o seu autointeresse particular, mesmo que tal conduta ou comportamento de risco signifique a transgressão de normas e regulamentos disciplinares, tal como no caso do exercício ilegal da atividade de Bico de Segurança.

E essa é a causa principal do seu trabalho, que é a morte do policial militar na folga, né? Que está realizando o bico. E exatamente por quê? Porque ele perdeu o controle da sua situação financeira e orçamentária. Então ele perdeu também o controle emocional a uma exigência dele de sobrevivência. E aí ele parte para o tudo ou nada. Quando ele parte para o tudo ou nada, ele coloca em risco a vida dele e toda a história da instituição (E4_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_NA_PMMT)

Esse comportamento autointeressado do ator racional, no sentido de optar pela adoção de um comportamento de risco, realizando a atividade de Bico, durante o período de folga, mesmo sabendo que a realização dessa atividade configura transgressão disciplinar, reflete o Teorema da Individualização de Beck (2011), uma vez que, na Sociedade do Risco, as classes ou o pensamento de classes foram dissolvidos e o comportamento do ator social reflete muito mais um comportamento individualista ou racional do que um comportamento voltado para o interesse coletivo ou de classe ou institucional.

A busca do policial militar pela realização da atividade de Bico de Segurança, durante o período de folga, portanto, funciona como um mecanismo de sobrevivência ou superação do endividamento financeiro grave que sofre, em virtude de suas próprias escolhas ou comportamentos adotados, os quais podem ser considerados analiticamente como nocivos do ponto de vista financeiro.

Esse comportamento de risco adotado pelo policial militar, durante o período de folga, no sentido de optar pela realização da atividade de Bico de Segurança, como mecanismo de sobrevivência ou superação do endividamento financeiro grave, pode ser compreendido como uma Ação Social Racional relacionada a fins ou

Racionalidade Objetiva (Weber, 2000, p. 15), uma vez que, o sentido subjetivo da ação social do ator racional é a finalidade específica de obtenção do auferimento de renda financeira, seja ela por qual meio for, mesmo carregada dos riscos que forem “necessários” ao alcance da renda financeira.

O efeito de agregação dessas racionalidades objetivas, adotadas no sentido de buscar a realização da atividade de Bico, como uma maneira de superar o endividamento financeiro grave, pode provocar o efeito de composição complexo ou inverso (Boudon, 1995, p. 53) de redução da qualidade do serviço prestado pelo policial militar quando em situação de serviço para a instituição Polícia Militar, uma vez que a sobrecarga de serviços extras nos bicos e a consequente ausência de descanso no período de folga, além de maximizar as chances de equívocos nas ações policiais, reduzem a qualidade do serviço prestado pelo policial militar, conforme bem esclareceu um dos policiais militares entrevistados.

Pergunta: Você acredita E1, que nessa questão do Bico mesmo, porque tem aquela ideia se o policial trabalha no serviço dele normal e as vezes ele emenda uma jornada de serviço no bico, ou seja, dali ele já sai para o bico, né, vamos dizer assim. Esse ciclo ao longo do tempo, de serviço na polícia, saída do serviço na PM, bico, serviço na polícia, saída do serviço, bico na folga dele que era pra ele descansar, ele não consegue descansar, né? Ele acaba trocando a folga dele pela realização do bico, que vai gerar uma renda financeira extra pra ele. A longo prazo. Isso aí, você acha que é prejudicial pra ele, para o policial?

(PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_15_ANOS_NA_PMMT).

Resposta: Com certeza ele não vai ter energia para trabalhar no bico e na PM, ele vai trabalhar nos dois, mas ele não vai se adequar em todos, ele vai sempre estar um policial preguiçoso, vamos dizer assim indisposto, tá cansado, não tem aquela hora de descanso pra ele, pra ele descansar e trabalhar e desenvolver o serviço da Polícia Militar adequado. Aí com isso ele prejudica ele mesmo, ele consegue prejudicar a saúde dele. (E1_PRAÇA_MASCULINO_1ºSARGENTO_29_ANOS_NA_PMMT)

Pergunta: E E1, acontece aquela inversão do policial. Ele tá mais descansado no bico e no serviço na Polícia Militar ele tá cansado? (PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_15_ANOS_NA_PMMT)

Resposta: Também. Como sempre acontece, né? Quer dizer, No Bico ele joga como primeira opção, né? Primeiro assim, o Bico para ele é o principal serviço dele. Ela chega na polícia, fala: ah! vou cagar! Tô nem aí para nada. Tem muitos policiais que fazem isso mesmo. (E1_PRAÇA_MASCULINO_1ºSARGENTO_29_ANOS_NA_PMMT)

Em sentido semelhante, realçando a importância da saúde financeira para a qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho dos policiais militares, Souza *et al* (2014) realizaram pesquisa com policiais militares de Minas Gerais, objetivando

analisar o planejamento financeiro deles, através da aplicação de 160 questionários destinados aos militares do Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, atuantes em 11 (onze) municípios do referido estado. Os resultados da pesquisa apontaram para o fato de que a melhora da qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho dos policiais militares está associada positivamente à saúde financeira dos policiais, ou seja, quando não há problemas financeiros, eles conseguem se relacionar melhor com as pessoas dentro e fora do âmbito profissional e conseguem desenvolver suas atividades profissionais com maior produtividade (Silva *et al*, 2014).

Por outro lado, esse endividamento financeiro pode estar além da simples ausência de uma educação financeira, ou seja, ele pode estar eivado de individualismos metodológicos singulares ou razões singulares de agir, por parte dos atores sociais, tais como o envolvimento com diversas mulheres e relacionamentos extraconjugais; a “necessidade” de manter um “pseudo” status social de padrão de vida elevado, por meio do consumo de serviços e bens materiais de luxo, tais como: veículos de custo financeiro alto; roupas e acessórios de custo financeiro alto; atividades de lazer e entretenimento incompatíveis com a sua renda financeira, dentre outros.

Hetcher e Kanazawa (1999) esclarecem que a Escolha Racional é um empreendimento multinível, onde cada ator social está situado em um determinado nível, estando submetido a determinados contextos sociais específicos. Nesse sentido, o ator social age racionalmente, levando em consideração esse contexto social específico em que se situa, de maneira que as escolhas realizadas pelo agente refletem escolhas autointeressadas, ou seja, refletem escolhas que, na percepção do ator social, são as melhores escolhas para os interesses individuais dele (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 193).

Na percepção de Hetcher e Kanazawa (1999), as teorias da escolha racional genuínas estão mais preocupadas com os resultados sociais, do comportamento racional dos agentes, do que com os resultados individuais das escolhas dos atores sociais. Nesse sentido, portanto, a questão seria mensurar se o resultado agregado das racionalidades individuais de cada agente produz um efeito social racional desejável (e, portanto, intencional) ou produz um efeito social indesejável (e, portanto, não intencional) (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 193).

Acerca da fecundidade e multiplicidade de abordagens metodológicas e teóricas possíveis por meio da Teoria da Escolha Racional, Hetcher e Kanazawa

(1999) esclarecem que: “a escolha racional é mais uma rubrica ou uma família de teorias do que uma teoria única e abrangente” (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 194).

Nesse contexto de multiplicidade de abordagens metodológicas e teóricas da teoria da escolha racional, Hetcher e Kanazawa (1999) indicam que talvez a divisão mais importante sobre a teoria da escolha racional separa os modelos da ação individual em modelos “magros” e modelos “encorpados” (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 194).

Os modelos de ação individual caracterizados como “magros”, da teoria da escolha racional, não se preocupam com os valores individuais ou sentidos subjetivos que os indivíduos perseguem, pelo contrário, partem da premissa de que os agentes racionais são indivíduos autointeressados, ou seja, realizam escolhas comportamentais que sejam benéficas para eles, geralmente direcionadas para a maximização de benefícios individuais, relacionados à obtenção de riqueza, prestígio e poder (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 194).

O comportamento individual do agente racional, direcionado para a maximização de benefícios individuais, geralmente relacionados à obtenção de riqueza, prestígio e poder, delineiam o conceito teórico de racionalidade instrumental de Weber (1996) e/ou o arquétipo do *homo economicus*, ou seja, do agente racional que decide ou adota comportamentos, em linhas gerais, visando exclusivamente a maximização de seus benefícios, com o dispêndio mínimo de custos.

Nesse sentido, portanto, os modelos de ação individual caracterizados como “magros”, da teoria da escolha racional, permitem, em certa medida, “prever” o comportamento do agente racional, uma vez que as suas escolhas são guiadas por um autointeresse, geralmente relacionado à maximização de benefícios individuais, relacionados à obtenção de riqueza, prestígio e poder (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 195).

Os modelos de ação individual caracterizados como “encorpados”, da teoria da escolha racional, fundamentados na sociologia compreensiva de Max Weber, são substancialmente mais ricos, pois incorporam, além da racionalidade instrumental (característica do *homo economicus*), o sentido social subjetivo da ação individual do agente racional, ou seja, revelam as crenças, os valores e, sobretudo, a intencionalidade subjetiva do agente racional (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 195).

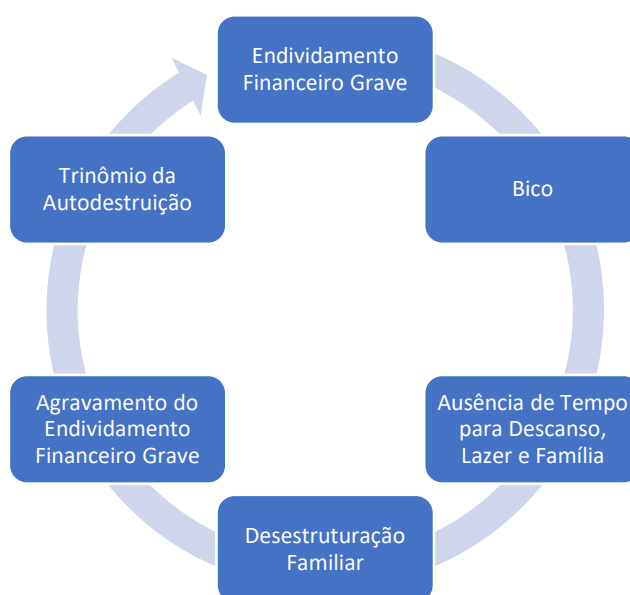
Nesses modelos de ação individual caracterizados como “encorpados”, da teoria da escolha racional, podemos entender que as crenças, valores e intenções de

cada pessoa são diversos e, portanto, idiossincráticos, de maneira que a dificuldade de descobrir a hierarquia de valores de cada agente ou a impossibilidade de abrir a “caixa preta” (Jon Elster, 2000), ou seja, abrir a mente do agente racional, para descobrir como funcionam suas “engrenagens internas” e quais seriam seus valores internos prioritários, torna imprevisível a possibilidade de antecipação do comportamento individual do agente (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 195).

Nesse sentido, portanto, os modelos “encorpados” de ação individual do agente racional consideram tanto o indivíduo egoísta, ou seja, que age por meio de um padrão de valores eminentemente baseado em uma racionalidade instrumental característica do *homo economicus*, quanto considera, também, o agente racional que adota condutas totalmente altruístas, em benefício de terceiros, ou seja, os modelos “encorpados” de ação individual do agente racional englobam uma infinita multiplicidade de razões singulares de agir do agente social (Hetcher; Kanazawa, 1999, p. 195).

Dentro dessa perspectiva, no que se refere a essas razões singulares de agir, referentes ao endividamento financeiro de natureza grave, podemos identificar 03 (três) modelos de ação social, que predizem as consequências dos comportamentos de risco adotados pelo ator social, em virtude do endividamento financeiro de natureza grave.

Figura 24 - 1º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor

É possível perceber, por meio desse primeiro modelo de ação social, que o ciclo de autodestruição da vida do militar tem o seu início por meio de um endividamento financeiro de natureza grave, ao qual o policial militar se submete, em virtude do seu descontrole no campo financeiro, o que, por conseguinte, gera a necessidade de realização da atividade de Bico durante o período de folga que, muitas vezes, não se restringe ao exercício de somente uma atividade de Bico, mas, geralmente, duas ou mais atividades de Bico durante o período de folga.

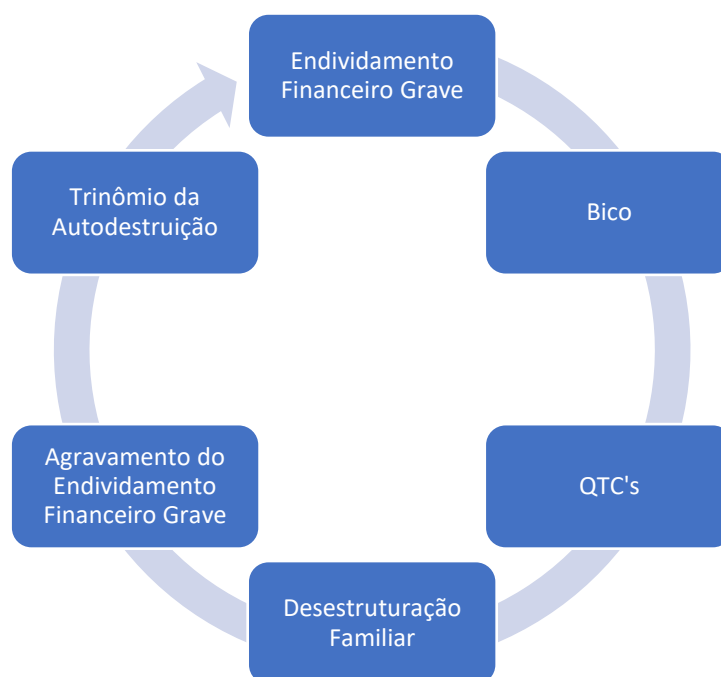
A realização das atividades de Bico durante o período de folga, ocasionam uma ausência de tempo para repouso, descanso, lazer e, principalmente, ausência de tempo para a família do policial militar, o que, na maioria das vezes, ocasiona a desestruturação familiar, através de conflitos e separações conjugais que são propiciadas em virtude da ausência de tempo do militar para a família e ausência de tempo para descanso e lazer, potencializando os conflitos em ambiente privado.

A desestruturação familiar que enseja conflitos e separações conjugais oportuniza o agravamento do endividamento financeiro do policial militar, que já era um endividamento financeiro de natureza grave, de maneira que a realização de atividades de Bico diversas e a busca por fontes de renda financeira alternativas, durante o período de folga, será intensificada.

Em virtude da desestruturação familiar e do agravamento do endividamento financeiro de natureza grave, muitos policiais militares buscam por uma válvula de escape naquilo que denominamos como “trinômio da autodestruição”, caracterizado pelo envolvimento desequilibrado do policial militar com vícios de diversos tipos, dentre os quais colocamos em destaque a busca desenfreada por relacionamentos sexuais e/ou extraconjugais diversos, “dinheiro” e “drogas lícitas e ilícitas”.

A busca pela válvula de escape dos problemas que vivencia no “trinômio da autodestruição” faz com que o policial militar continue repetindo o ciclo de autodestruição no qual se colocou, em virtude dos comportamentos de risco por ele adotados, os quais, nesse modelo de ação social, tiveram a sua origem num comportamento de risco de se colocar em uma situação de endividamento financeiro de natureza grave, tal como no segundo modelo de ação social a seguir exposto.

Figura 25 - 2º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor

O segundo modelo de ação social elaborado não difere em grande medida do primeiro modelo, entretanto, apenas acrescenta o elemento agravante de que o exercício da atividade de Bico, durante o período de folga, oportuniza o envolvimento do policial militar em diversos relacionamentos extraconjugais (QT's ou QTC's) o que, por conseguinte, impulsiona o ciclo da autodestruição da vida do militar por mais uma via de comportamento de risco adotado por ele.

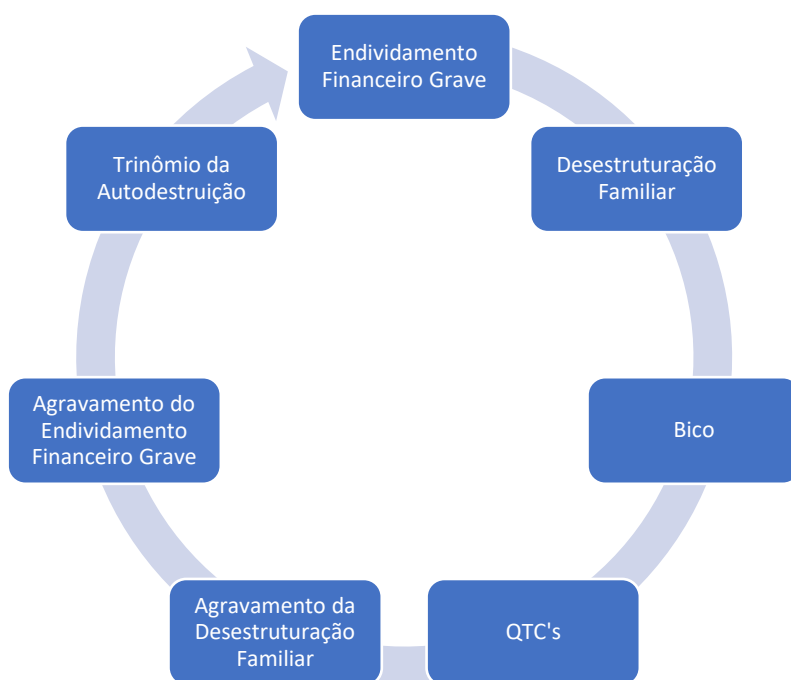
É importante destacar que o comportamento de risco de se colocar em uma situação de endividamento financeiro, por si só, já é um elemento potencializador de conflitos conjugais e familiares, e de consequências de prejuízo individual para o policial militar, conforme esclareceu Nunes (2021):

Pode-se dizer que problemas financeiros como escolhas erradas de consumo e a tomada de crédito acarretam consequências prejudiciais à boa parte da população, como: baixa autoestima, menor produtividade e brigas familiares. Ao ponto que isso também pode ocorrer com os policiais militares, pois são parte dessa sociedade, que além de enfrentarem problemas físicos, emocionais e psicológicos durante a carreira, em razão dessa atividade peculiar, também passam por situações que não são diferentes do cenário nacional (Nunes, 2021, p. 4-5).

Dessa maneira, é possível compreendermos o endividamento financeiro como um comportamento de risco que também predispõe a ocorrência da vitimização do policial militar durante o período de folga, uma vez que promove a desestruturação

familiar, incentiva a prática do bico e a busca por válvulas de escape, através da manutenção de relacionamentos sexuais e/ou extraconjugais diversos, assim como a busca pelos vícios em drogas lícitas e ilícitas, conforme ilustra o terceiro modelo de ação social a seguir exposto.

Figura 26 - 3º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor

9.3.22º Sentido da Ação Social: O Bico como um “desejo” ou possibilidade de construir uma fonte de renda financeira extra

Nessa perspectiva do Bico como uma possibilidade de construir uma fonte de renda financeira extra, percebemos que ele não é motivado por uma “necessidade extrema” de auferimento de renda financeira, em virtude de endividamento financeiro grave, pelo contrário, o Bico de Segurança entra como a opção de fonte de renda financeira extra que pode proporcionar o usufruto de uma qualidade de vida melhor, como uma de fonte de renda financeira extra mais fácil e evidente para o policial militar, haja vista a sua profissão, o seu porte de arma de fogo e os seus conhecimentos na área de segurança e criminalidade.

“[...] a honra estamental costuma encontrar sua expressão na exigência de uma *condução da vida* específica, dirigida a todos que querem fazer parte do círculo social. E em conexão com isto, também na “limitação” ao círculo estamental, até o pleno fechamento endógeno das relações sociais, isto é, que não tem finalidade econômica ou, de outro modo, “objetiva” negócios, incluindo, sobretudo, o conúbio normal” [...] com muita frequência, toda atividade aquisitiva racional, particularmente também a de “empresário”, é considerada estamentalmente degradante, assim como a atividade artística e literária, quando exercida para fins aquisitos (Weber, 1999, p. 181 a 184).

Por outro lado, nessa perspectiva da realização do Bico de Segurança, como uma maneira de criar uma fonte de renda financeira extra, é possível distinguir 02 (duas) razões de agir do ator social bastante distintas e gradativas, no que se refere ao nível de exposição e negligência dos riscos.

A primeira relaciona-se com a razão de agir mais ou menos “equilibrada” ou “menos negligente” (em comparação com a razão de agir posterior), no sentido de que o ator social busca a realização da atividade de Bico de Segurança, geralmente com um objetivo específico pré-determinado e traçado em sua mente, ou seja, é uma espécie de exposição ao risco “mais ou menos calculada”. Em outras palavras, para esse ator social o tempo de exposição ao risco no Bico de Segurança, tem um prazo determinado para começar e terminar, de maneira que o término de exposição ao risco assumido de realizar o Bico de Segurança encerra quando o policial militar consegue atingir o seu objetivo financeiro específico, previamente determinado.

Geralmente, esse objetivo específico financeiro, previamente determinado, está relacionado com o usufruto e a melhoria da qualidade de vida individual ou familiar do policial militar, tais como: quitar despesas de conforto e “pequenos luxos” de caráter individual e familiar; antecipar parcelas de um empréstimo; quitar um empréstimo; pagar um pacote de viagens individual ou familiar; dentre outros tipos de despesas financeiras não essenciais ou de “pequenos luxos”, que objetivam uma melhor qualidade de vida para o policial militar.

gente percebe que nem precisa, que faz porque quer mesmo ter mais dinheiro e mais e mais. Então, acho que é a facilidade para pegar crédito. E acho também que não é só endividamento, é a pessoa gananciosa mesmo. (E5_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_29_ANOS_NA_PMMT).

Por trás desse comportamento ganancioso do policial militar, um dos policiais militares entrevistados revela que, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, o exercício da atividade de Bico tornou-se “Referência de Prosperidade Econômica e de Status Social” para muitos policiais militares, de maneira que o principal motor que movimenta essa locomotiva dos policiais militares que visualizam na atividade de Bico a “Referência de Prosperidade Econômica e de Status Social” (que não alcançam na Polícia Militar) é a *inveja*.

Porque o bico para os nossos policiais militares começou a ser referência de prosperidade. Porque o outro comprou um carro tal, porque o outro está morando em tal casa. É a dinâmica do bico, enquanto um Status. E quanto a inveja mesmo? Vamos usar inveja mesmo, você invejar o que o outro tem a mais do que você. Só tem porque ele faz isso, porque não é porque ele é policial militar, não é porque ele tem uma boa administração financeira, não, é porque o cara tá “naquele bico”, e ele ganha tanto por hora. Aí o cara vai abrir outra empresa porque o fulano acabou de comprar um carro X está de BMW. Ou seja, dá muito dinheiro fazer bico, vamos fazer também. Então essa, essa dinâmica do bico, em razão da ausência de inibições, de que o comando não tem mais como inibir isso, ela se tornou referência de prosperidade para o policial militar. E ela vai só se agravando, porque você verifica então, que a dinâmica está pela evolução do bico, de realmente deixar a atividade policial militar como última de suas prioridades [...] então, meu amigo, a inveja. O querer o que o outro tem. E se o outro tem por causa que ele tá ganhando mais? Porque ele faz determinada coisa? Realmente, hoje é uma mola propulsora para o Bico, definitivamente afetar totalmente nossa polícia (E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

Essa visualização do exercício da atividade de Bico como fonte e “Referência de Prosperidade Econômica e de Status Social” (que não alcançam na Polícia Militar) é preocupante, pois se a racionalidade instrumental individual de senso comum aponta para o fato de que o exercício da atividade de Bico vem se tornando uma melhor fonte e alternativa de ganhos ou dividendos financeiros e de status social para o policial militar, o somatório ou agregação dessas racionalidades instrumentais individuais tende a conformar um efeito de composição complexo ou inverso (Boudon, 1995, p. 53). Assim, a resultante do somatório de racionalidades instrumentais individuais dos agentes sociais tende a conformar o fenômeno macroscópico de resignificação da função policial militar, pela antítese daquilo que idealmente “deveria” ser o exercício do sacerdócio profissional da atividade policial militar, ou seja, a Polícia Militar tornou-se o Bico (atividade acessória) e o Bico tornou-se a atividade

principal (o novo “sacerdócio”).

O Bico torna-se a atividade principal porque é a atividade que, além de gerar um retorno financeiro igual ou superior ao proporcionado através do serviço realizado pela Polícia Militar, muitas vezes, acaba sendo menos estressante e mais prazeroso do que o serviço realizado na Polícia. Assim sendo, como consequência negativa, a qualidade do serviço policial militar acaba sendo depreciada, haja vista a ausência de incentivos (principalmente financeiros) que motivem esse ator racional a agir em benefício da instituição, em detrimento do interesse individual.

E outra coisa, um bico bem bacana também que paga bem é o tal do bico de manobrista. Cara, como é que eu descobri que tinha uma rede de manobristas dentro da Polícia Militar? Gente que fecha com essas festas, e cuida dos estacionamentos como segurança, como manobrista. Então assim, é uma busca sempre pelo financeiro. É isso. E quanto mais ele se dedica ao Bico, mais a atividade profissional, a Polícia Militar começa a se tornar a segunda atividade geradora de renda. E como ela se torna a segunda atividade geradora de renda, ela perde também a excelência, porque você vai se dedicar àquilo que está te dando muito mais renda e, de certa forma, seja muito mais prazeroso, porque a atividade policial militar, ela pode ser tudo, menos prazerosa né. Ela te, ela te consome fisicamente, mentalmente, psicologicamente, emocionalmente. Aí você vai para uma outra atividade que, se daqui a pouco tá empatando no ganho financeiro, sem nenhum tipo de estresse que comparado com o da Polícia Militar [você vai deixando a Polícia Militar em segundo plano]. Então assim, isso vai ganhando uma proporção dessa busca do empreendedorismo, hoje praticamente está ficando tão assim, assustador. O pessoal tá abrindo loja e não tá mais escondendo, ou seja, já está bem explícito mesmo
(E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

De acordo com parte dos policiais militares entrevistados, a implementação da jornada extraordinária (Bico Legalizado), no âmbito da Polícia Militar, legitimou o exercício do “Bico Ilegal” na Polícia Militar, uma vez que o discurso, frequentemente utilizado pelos gestores, no sentido de que o policial militar deveria descansar durante o seu período de folga, caiu por terra, já que a Polícia Militar institucionalizou o serviço de hora-extra (Jornada Extraordinária ou Bico Legalizado), legitimando ou autorizando, implicitamente, a possibilidade de abdicação da folga do militar para que ele possa exercer outras atividades remuneradas, durante o seu período de folga, tal como o “Bico Legal” e o “Bico Ilegal”.

É como se, essas atividades que nós criamos através de lei, de você poder trabalhar na folga legalmente pelo próprio Estado, nas jornadas por município, nas jornadas fora, para os tribunais e etc. O que acontece? Acabou o discurso de que você não pode trabalhar na folga pelo seu cansaço. Ah, quer dizer que se for lá pra jornada voluntária pra ganhar tanto pode, né? Então, desconstruiu muito o discurso do comandante. Então, hoje, se você fizer um paralelo hoje, a atividade bico está legalizada de forma tácita e de

forma legal. Hoje você não tem mais como falar para a pessoa por que não pode. Antigamente você tinha um discurso que sustentava isso. Hoje não tem mais. Então, a tendência do bico hoje é piorar
(E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

De uma maneira geral, de acordo com parte dos policiais militares entrevistados, ainda no que se refere ao espectro da realização da atividade de Bico como uma possibilidade de auferimento de renda financeira extra, retratou-se a percepção social de que a busca pela felicidade do policial militar resume-se, em muitos casos, somente na busca pelo próprio dinheiro.

Dentro da Corregedoria apareceu mais uma novidade para mim de bico, que é o famoso bico de aplicativo. Olha, eu falei que achei que eu ia viver e não ia ver tudo, os militares virando Uber. Cara, na folga, você fica assim, você não tem mais o que fazer. E amigo, não tenho dados, mas eu tenho uma experiência, mas dados eu não tenho, mas eu tenho uma experiência de, de conflitos de bicos [entre Oficiais e Praças]. Eu me lembro, por exemplo, os pilotos [Bico de Oficial], os pilotos, existia o pessoal que falava assim: é, o cara não trabalhava de guarda no mercado [Bico de Praça], não trabalha de vigilante lá na empresa [Bico de Praça] e tal, mas o cara tá pilotando helicóptero privado [Bico de Oficial] não sei o quê, e tal. Então eu cheguei à conclusão de que realmente, a busca pela felicidade do policial militar é a busca pelo dinheiro. Porque não tem outra explicação, a questão é que de Soldado a Coronel, tá todo mundo no Bico. Então eu comecei a pensar, porque quando você vai questionar o Praça, ele vai falar assim, Ah! mas a Sra. acha que só o Praça que faz Bico, né? E a diferença é que ele [o Oficial] ainda ganha muito mais do que nós [Praças]. Aí você pensa, cara geralmente existem esses conflitos de Bicos [entre Oficiais e Praças].
(E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

De fato, quando os policiais militares foram questionados acerca das motivações dos policiais militares buscarem a realização da atividade de Bico, durante o período de folga, muitas das respostas foram ancoradas nas justificativas de que o exemplo “vinha de cima”, ou seja, de superiores hierárquicos que também realizam atividades de bico mais “sofisticadas” que os bicos de segurança, mormente executados pelos policiais militares da graduação de Praças.

militares entrevistados toca no ponto de inflexão ou divisor de águas dessa problemática, que é a ausência de liderança e a necessidade do resgate da figura do “Comandante” (com “C” maiúsculo), símbolo do exemplo de Liderança militar.

É como eu costumo dizer. Os dois ditados são bastante desgastados pelo tempo, mas eu vou relembrar. O primeiro é que “a palavra convence, mas o exemplo arrasta”. O segundo ditado para responder à sua pergunta. “Quando o comandante perde a vergonha, o subordinado perde o respeito”. Então, esse processo é um processo de liderança. O que acontece? O mau exemplo está vindo de cima. Nós hoje estamos com poucas referências, com poucas lideranças. É Oficial não querendo tirar serviço. É o Oficial não indo para a rua. E nós tivemos um erro gravíssimo ao nível de Estado, que foi um erro gravíssimo. Estamos tendo um apagão na instituição, que é o apagão de ficarmos oito anos sem formação de Oficiais. Nós da nossa Academia de Oficiais, ela não está funcionando em razão do Governo não ter aberto concurso público para Oficiais praticamente há oito anos. Então, o que teve foi um apagão. E esse apagão é muito ruim para instituição. Porque você não tem o tenente, o tenente, ele é 100% técnico. Qual é o lugar do tenente? dentro da viatura, na rua! E hoje, como não tem tenente, quem está fazendo isso é o Cabo é o Soldado é o Sargento que ao invés de ter o comando de um Oficial que ele foi forjado a comandar, a liderar, a ser o gestor operacional da instituição. Ele terceirizou essa missão para outras pessoas, que é o Praça. Então, o que acontece hoje? E logicamente, temos muitos colegas nossos que são fracos. São omissos. São irresponsáveis, e querem viver uma vida que não é, não é uma vida própria de um policial militar. A nossa vida é regada pela disciplina, hierarquia, pela pontualidade, pela assiduidade, pelo cumprimento do dever. E nós temos colegas nossos que não fazem isso. Um bom exemplo é quando o Soldado, Cabo ou Sargento ele não visualiza o exemplo do superior, ele vai fazer a mesma coisa e se o superior chegar atrasado, o subordinado vai chegar atrasado. Se o superior a ele não fiscaliza os demais embaixo não irão fiscalizar. Então é uma sequência do comando. Nós chamamos de princípio da profundidade o comando do Coronel ao Soldado, ele tem que ter uma linha. Que ele, o Comandante, o Coronel, tem que sair da onde ele está e ir lá onde o Soldado está. Através de quem? Do Tenente Coronel, do Major, do Capitão, do tenente, do Subtenente, do Primeiro Sargento. Segundo Sargento, do Terceiro Sargento, do Cabo e do Soldado. O Coronel não fica lá. Ele chega lá e ele volta. Mas ele passando por ali, ele deixa um exemplo e deixa uma história desse legado de bom exemplo a ser seguido (E4_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_NA_PMMT).

É possível perceber, portanto, de acordo com o policial militar entrevistado, oficial Coronel de ultimo posto da Polícia Militar, que os maus exemplos “vindos de cima” são estabelecidos por meio de um equilíbrio da troca social entre superiores e subordinados, onde o superior não incomoda para não ser incomodado pelo subordinado, produzindo o efeito de naturalização ou legitimação do exercício da atividade de bico na Polícia Militar.

Outrora. Há algumas variáveis que motivavam a busca pela renda extra ne. As condições de trabalho propriamente ditas, a remuneração de outrora, que talvez fosse aquém das necessidades desses policiais. Isso tudo motivava um trabalho extraordinário, normalmente associado a algum tipo de serviço de segurança que esses policiais buscavam. Como eu disse, pra garantir

essa renda extra, muitos deles usavam seus próprios meios, arma de fogo, para prestar esse serviço. E ali acontecia uma ou outra situação de conflito que esses policiais, até por estar numa atividade extraordinária e muitas vezes logicamente não reconhecida, normal, não reconhecida. Em tese, eles não poderiam inclusive, exercer tais atividades extras. Elas aconteciam. E a Polícia Militar, eu diria que, de uma forma geral, as pessoas sabiam. Os profissionais sabiam que policiais exerciam, parte da tropa exercia ou buscava uma atividade extraordinária, uma atividade extra, exercendo o bico e promovendo, prestando um serviço de segurança e normalmente em ambientes comerciais. Talvez os mais típicos eram postos de gasolina, farmácias, mercados. Claro que a instituição não tinha todos os meios para produzir esta fiscalização. E em alguns aspectos eu também posso dizer que eu não sei até onde e efetivamente a instituição queria fazer ou exercer essa fiscalização. De certa forma, os dirigentes sabiam dessas práticas. Mas não, não, não produziam nenhuma ação efetiva de fiscalização para coibir essa prática. Ela embora não fosse normatizada em alguns aspectos, elas eram aceitas no público interno, pelo público interno. E aí eu falo. Eram, de certa forma, práticas que de certa forma, eram aceitas por aqueles que dirigiam a instituição.

(E3_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_NA_PMMT).

Ademais, a naturalização do exercício da atividade de bico e a ausência do exemplo positivo “vindo de cima”, de acordo com o entrevistado E4, afeta inclusive as bases das instituições militares que, para além do sistema de hierarquia e disciplina, carregam consigo os valores intrínsecos da Vocação, da Tradição e da Necessidade Financeira para sobrevivência do policial militar, os quais atualmente foram invertidos, ou seja, a necessidade financeira passou a ser o valor primordialmente buscado pelos policiais militares.

Infelizmente, nós temos alguns em algumas situações em que os nossos comandantes estão se negando o cumprimento do seu dever. E aí é ruim, pra instituição. E então hoje nós temos comandantes que não conseguem colocar um Tenente de serviço na rua. Hoje nós temos Capitão que não vão comandar uma Companhia. E hoje nós temos Coronéis da Polícia Militar que estão em funções, que deveriam estar em funções de Comando Regionais, certo? E tem Tenente Coronel. Por quê? Porque tem Tenente Coronel em Comando Regional? Se nós temos o quadro de Coronéis fechado. Onde estão os Coronéis? Por que tem Major comandando o Batalhão? Se você tem o quadro de Tenentes Coronéis fechado? Onde estão os Tenente Coronéis? Exatamente. Estão dando maus exemplos. E aí perde essa noção de pertencimento. Perde a noção de comprometimento. Bom não vou incomodar ninguém, porque se eu for incomodar, eu vou ser incomodado. E o cara quer viver nessa vida boa. E aí, meu irmão, quem perde é a instituição, quem perde é a organização. Quem perde é a Polícia Militar. E onde vai estourar isso? no cidadão. Ele que é o detentor da nossa proteção, do nosso servir. E nós não vamos prestar para ele um serviço com qualidade. A instituição tem que passar por três processos: o processo da Vocação. E nós temos que escolher, o policial comprometido e vocacionado, e tem mais, policial não é a profissão para o sujeito fazer gambiarra, para o sujeito fazer bico. Tem que ter comprometimento. O policial no serviço dele, está colocando a vida dele em risco a todo momento em defesa do cidadão. Então precisa ter vocação e precisa ter tradição: respeitar a tradição da nossa instituição, o legado dela, o passado. Nós temos que honrar o nosso passado, a nossa história. Então nós temos que ter tradição. Então vocação e tradição são os primeiros fatores

e depois vem a necessidade financeira, que é o fato de que ninguém também vai sobreviver sem ser bem pago. Ter um bom salário para sobreviver. Então, os pilares são: Vocação. Tradição e Necessidade Financeira. Entretanto atualmente inverteram, tornaram como primeiro pilar mais importante: a necessidade financeira. Depois pensam em tradição, e depois, por último, na vocação. Se o sujeito não é vocacionado para ser policial militar, ele vai ser o que? Ele vai ser a negação. Vai ser um profissional desleixado. Vai ser um policial irresponsável e inconsequente, que não tem comprometimento com a instituição, que não tem compromisso com a instituição. Esses fatores tem que ser examinados atualmente, tem que ser estudados e todo comandante tem que colocar em prática. Tem que ter protocolo e cumprir e cumprir o protocolo. Dar o exemplo. É isso tem que ser feito (E4_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_NA_PMMT).

Essa ausência de liderança pelo exemplo e/ou ausência da “moral” para realizar a cobrança ou fiscalização dos subordinados quanto à adoção de condutas transgressivas, em virtude do desejo daqueles que deveriam fiscalizar de almejar também empreender ou ter seus próprios “bicos” ou fontes alternativas de renda financeira extra, faz ressuscitar a antinomia da ação Weberiana estabelecida pelo dilema da moral da convicção (Ética da Convicção) versus a moral da responsabilidade (Ética da Responsabilidade).

Quanto ao presente dilema ético que consubstancia a antinomia da ação Weberiana, Aron (2008) já nos alertava: “o problema da escolha dos valores nos introduz à ética da convicção (*Gesinnungsethik*), que incita a agir de acordo com nossos sentimentos, sem referência, explícita ou implícita, às consequências (Aron, 2008, p. 768).

A conduta omissiva adotada por aqueles que deveriam fiscalizar, no sentido de não fiscalizar os militares que realizam práticas de bico durante o período de folga, em virtude do desejo de empreender ou terem seus próprios “bicos” ou fontes alternativas de renda financeira extra, é um sintoma que revela o comportamento profissional baseado na ética da convicção.

Está claro, também, que a moral da convicção não pode ser a moral do Estado. Diremos mesmo que a moral da convicção, no sentido extremo, não pode ser a ética do homem que participa, por menos que seja, do jogo político, mesmo que seja pelo uso da palavra oral ou escrita. Ninguém diz ou escreve sem se preocupar com as consequências de suas palavras e de seus atos, unicamente preocupado em obedecer a consciência. A moral unicamente da convicção é um tipo ideal do qual ninguém deve se aproximar demais, a fim de poder ficar dentro dos limites da conduta racional (Aron, 2008, p. 769-770).

O comportamento profissional, baseado na ética da convicção, é prejudicial ao homem de Estado e, por conseguinte, prejudicial para o contexto policial militar, pois

o agir baseado em uma ética da convicção não considera as consequências das suas ações, conforme advertiu Aron (2008):

A segunda, moral [Ética da Convicção], nos leva muitas vezes a falar e a agir sem considerar os outros, e nem o determinismo dos acontecimentos. Às vezes cansamo-nos de fazer cálculos e obedecemos ao impulso irresistível de entregar nas mãos de Deus, ou mandar para o inferno, as consequências de nossos atos (Aron, 2008, p. 770).

Em outras palavras, para o caso em análise, a partir do momento que o superior hierárquico abdica do dever de fiscalizar o subordinado, em virtude do desejo de empreender ou ter seus próprios “bicos” ou fontes alternativas de renda financeira extra ou por qualquer outro motivo, ele atua por meio de uma ética da convicção que, para além de exteriorizar o exemplo não recomendável de não exercer o seu dever de responsabilidade de fiscalização como uma conduta residual de negligência consciente de suas responsabilidades, exterioriza o exemplo não recomendável de colocar os seus interesses individuais acima dos interesses institucionais, ou seja, coloca os interesses acima das suas responsabilidades profissionais, incentivando os subordinados para que adotem a mesma conduta não recomendável por “imitação” (Gabriel Tarde, 1890).

Gabriel Tarde em *Les Lois de l’imitation*, (“As leis da imitação”) de 1890 parte do pressuposto de que o ser social, enquanto social, é imitador por essência e que “a imitação desempenha nas sociedades um papel análogo àquele da hereditariedade nos organismos ou da ondulação nos corpos brutos” (Tarde, 1890, p. 12).

Nesse sentido, portanto, de acordo com Gabriel Tarde (1890; 2003), o desejo da coisa social é propagar-se por imitação ao infinito. Destarte, a partir do momento que um comportamento não recomendável é exteriorizado por uma pessoa em cargo de chefia ou liderança, a tendência é que esse comportamento não recomendável seja proliferado de maneira legitimada aos demais níveis hierárquicos inferiores, uma vez que: “se o superior pode, o subordinado pode também”.

Contribui ainda mais para a proliferação do exemplo não recomendável por imitação a ausência da famigerada “moral da cobrança” do superior hierárquico para cobrar do subordinado, em virtude de o próprio superior hierárquico adotar condutas que espelham o comportamento não recomendável do subordinado.

Acerca dos possíveis efeitos provenientes da imitação e espelhamento de comportamentos não recomendáveis entre superiores e subordinados, a teoria do aprendizado ou da Associação Diferencial de Edwin Sutherland (1963, 1940)

esclarece que o comportamento desviante é o resultado de um processo natural de aprendizado e transferência de ensinamentos, hábitos, experiências e exemplos negativos entre pessoas, onde o indivíduo aprende ou espelha o comportamento desviante através do exemplo negativo de pessoas de seu quadro de convívio social de referência.

Existe uma problemática residual perigosa do comportamento e de uma maneira de pensar baseada essencialmente em uma ética da convicção, que é o Padrão Cognitivo de Pensamento Desviante (Yochelsony; Samenow, 1976; Knight 2006; Walters 1990; 2002; 2017; 2019; 2021), teoria explorada amplamente e aplicada cientificamente em outros países, sendo aplicada de maneira pioneira no Brasil, através de Filho e Pena (2022), buscando pesquisar a influência dos fatores cognitivos nos crimes leves.

A perspectiva do Padrão Cognitivo de Pensamento Desviante esclarece que o comportamento de desvio é marcado por um estilo de vida, cujas escolhas ou maneiras de agir do indivíduo desviante refletem comportamentos de irresponsabilidade global; ausência de sentimento de pertencimento social; postura descarada de vítima (vitimismo); violação habitual das regras; adoção de comportamentos invasivos com outras pessoas, dentre outros (Yochelsony, Samenow, 1976; Knight, 2006; Walters 1990; 2002; 2017; 2019; 2021)

Esse estilo de vida “desviante” é o resultado de escolhas comportamentais adotadas pelo indivíduo desviante as quais tem a sua gênese em um padrão específico de pensamento, ou seja, tem a sua origem no Padrão Cognitivo de Pensamento Desviante que funciona como uma espécie de software ou programação mental, responsável pela forma como o indivíduo desviante interpreta a sua realidade e, sobretudo, justifica a adoção de seus comportamentos desviantes.

Figura 30 - Teoria do Estilo de Vida Desviante (Walters, 1990)



Fonte: Walters (1990)

Na perspectiva da Teoria do Estilo de Vida Desviante de Walters (1990) as “condições” referem-se às características pessoais do indivíduo, assim como as características ambientais ou contexto social em que está inserido. As “escolhas” refletem as opções de comportamento adotadas pelo indivíduo, geralmente associadas ao comportamento de agente racional, ou seja, adotando comportamentos que sejam exclusivamente os melhores para os interesses individuais.

Por derradeiro, os padrões cognitivos de pensamento desviante surgem como a junção das “condições” sociais que o indivíduo vivencia, aliado às escolhas adotadas pelo indivíduo, geralmente voltadas para o atendimento de interesses individuais, os quais, reunidos (“condições”, “escolhas”, “padrões cognitivos de pensamento desviante”), fornecem “justificativas” que na percepção do indivíduo desviante “legitimam” a adoção do comportamento desviante (Walters, 1990).

Knight (2006) propõe 08 (oito) tipos ou modelos de padrão cognitivo de estilo de vida desviante, dentre os quais destacam-se: a percepção do padrão de pensamento desviante relacionado a “direitos”, onde o indivíduo desviante acredita na sua percepção que “o mundo lhes deve algo” e que, em virtude disso, legitimam a adoção de seus comportamentos desviantes, sob a justificativa de que “o mundo lhes deve algo” (Knight, 2006).

O segundo padrão cognitivo de estilo desviante que colocamos em destaque é o padrão de pensamento desviante relacionado a “justificativas” ou “abrandamento”, onde o indivíduo minimiza a gravidade de seu comportamento desviante e busca justificativa para seus comportamentos desviantes em fatores externos, tais como a injustiça social, os quais traduzem uma percepção eminentemente de “vítima” por parte do indivíduo desviante (Knight, 2006).

Independentemente da motivação ou justificativa que provoca a ausência da fiscalização da atividade de bico na PMMT, quer seja por uma omissão motivada, ou quer seja pela ausência de meios logísticos e tecnológicos para exercer esse tipo de fiscalização, a perpetuação do exercício da atividade de bico, seguida da ausência de fiscalização, promove a naturalização do exercício da atividade de bico na PMMT.

A ausência de fiscalização do bico funciona, portanto, como um mecanismo de retroalimentação e perpetuação da prática de bico na PMMT, uma vez que, de acordo com a perspectiva da Teoria Econômica do Crime de Gary Becker (1968), como não existem elementos de dissuasão ou “deterrence” do exercício da prática de bico, aqueles agentes racionais motivados ao exercício da referida prática, por meio de uma

escolha racional, realizam uma análise de eventuais perdas e ganhos possíveis, provenientes da adoção de seu comportamento de risco, de maneira que, como não existe fiscalização e existe, de fato, uma naturalização do exercício da prática de bico na PMMT, em adição ao “desejo” ou a “necessidade” do auferimento de renda financeira, o agente racional adota o comportamento que lhe seja mais vantajoso, ou seja, para o caso em tela, opta pelo comportamento de risco de exercer a prática do bico.

Entendi, E4, excelente. Ainda nesse ponto dessa questão do bico E4, a gente sabe que até hoje, falo aqui nos dias atuais essa questão do bico, ela acabou se tornando meio que naturalizada no meio policial militar. E a gente sabe das dificuldades que a instituição tem, das inúmeras missões que a gente tem para desenvolver e das dificuldades que a gente tem também e talvez até de, vamos dizer assim, e de exercer uma fiscalização nesse sentido. Até mesmo porque a gente compreende a realidade do nosso policial militar. Nessa questão da fiscalização, o que o senhor acha que poderia ser feito? No sentido vamos dizer assim de reduzir essa questão da realização do bico? (PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_MAJOR_15_ANOS_PMMT).

É o bico do policial que está na ativa. Esse nós temos que cortar ele, e tem que ser rigoroso. Então, o que falta, na verdade, é Comando. Falta o Oficial da Polícia Militar, o Tenente, o Capitão, o Major, o Tenente Coronel, o Coronel, fiscalizar e investigar e punir esse policial militar que está cumprindo essa atividade de bico durante o serviço ativo. Por quê? Quando ele faz isso aí, além de ele estar fazendo o bico, ele ainda consegue levar ainda uma guarnição pra dar segurança, a ele no próprio bico. Ou seja, ele convence uma guarnição, ou as vezes ele até paga financeiramente uma guarnição para deslocar uma viatura e colocar a dele, dando suporte àquele bico. Então isso é grave. Isso é sério. Nós não podemos permitir. Nós temos deslocamento de viaturas que estão de serviço, que vão atender posto de gasolina, grupo de farmácia, boates, enfim. Então, isso aí, quando isso acontece, é uma convivência. O Comandante está sendo omissos e está sendo irresponsável. Ele não está dando o devido respeito ao Comando dele e aos seus comandados. Então, a responsabilidade é única e exclusiva do comandante. Ele é omissos, ele é omissos. Ele não pode permitir. Quando ele permite isso, ele está exatamente entregando a instituição, entregando o seu comando a uma força paralela. Aonde nós vamos parar? hoje é bastante colocado na mídia, especialmente a criação das milícias. Então, quando o comandante perde o controle do seu policial militar da ativa e ele consegue deslocar a guarnição que está de serviço para fazer a cobertura do bico que ele está, ele está patrocinando a criação de uma milícia. Então a responsabilidade é toda do Comandante. Então, não podemos transferir essa responsabilidade para o cidadão. Para ninguém. Quem é o comandante do batalhão? Você é o responsável, quem é o comando da companhia? Você é o responsável. Quem é Oficial de Dia? Você é o responsável. É ele. E esses comandantes devem ser responsabilizados pela sua ação ou pela sua omissão, e por outro lado, devem ser parabenizados pela sua ação de coibir esse tipo de coisa
(E4_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_30_ANOS_PMMT)

Soma-se a tais elementos de incentivo à prática do bico, elementos enraizados da cultura brasileira e presentes nos mais diversos referenciais teóricos de

criminologia, onde a sensação de impunidade perpetua-se ao largo, deixando implícito o famigerado ditado popular de que “o crime compensa” desde que os objetivos sejam alcançados, mesmo que por meios ilegais.

Pergunta: Entendi, E5. E nessa questão do bico, você acha que se tivesse uma punição desses militares que acabam causando prejuízo no serviço, em virtude da prática do bico, seria o ideal? Uma vez que os que realizam o bico acabam se tornando um mau exemplo para os demais e acaba influenciando também com que outras pessoas que tem algum vamos dizer assim, um perfil mais flexível, vá lá e tente fazer o bico também para ficar bem que nem as outras pessoas que fazem bico

(PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_MAJOR_15_ANOS_PMMT)

Resposta: Com certeza. Se a pessoa vê que um ou outro tá sendo punido, geralmente ele vai pensar duas vezes antes de fazer isso, mas como não tem a punição né?! Ele tá vendo que a pessoa se dá bem, né?! Ele vai querer fazer o mesmo [ir para o bico]. Se entrou um recruta, vai ver aquilo ali, ele vai achar que é normal da polícia, que não tem punição e a pessoa está ganhando algo a mais [dinheiro], então ele vai querer fazer também. Então acho que tem que ser punido. É a punição mesmo. (E5_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_29_ANOS_PMMT).

Como consequência dessa naturalização da atividade de Bico na PMMT, a próxima etapa de evolução dessa atividade é a resignificação da função policial militar, através da prática de atividades de empreendedorismo autônomo diversas, uma vez que a tendência do agente racional é ser uma “máquina infinitamente faminta por maximização”.

A ganância do ser humano é o principal fator de tudo. Porque eu tenho um policial militar que trabalha no Tribunal de Contas do Estado. Todo mundo sabe que no Tribunal de Contas do Estado é 50% do salário líquido a mais. Sem prestação de contas, sem nada. E o cara ainda abriu uma empresa. Então aí eu fico [gesto de pensativa]. Aí o dia que eu fiquei sabendo que o comandante estava conversando comigo, estressado: “e o cara já ganha tanto, e o cara ainda quer pegar férias porque não tá conseguindo administrar a empresa dele e não sei o quê”. Então, assim, essa é a questão da resignificação. O cara as vezes passa pela cabeça dele sair da PM. Passa ir embora. Mas a hora que ele vê que vai abrir mão daquele salário que ele tem atualmente, e que ele terá que se aposentar, aí ele já começa a pensar na aposentadoria. Ah, não, mas quando eu aposentar, vou precisar desse dinheiro. [É o dinheiro e os benefícios que ele tem na polícia, que o seguram na instituição]. Porque senão o cara ia embora, ele ia embora. Eu não tenho a menor dúvida disso

(E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

De fato, o exercício de atividades de renda financeira extra ou subempregos plurais (Beck, 2011) é uma marca emblemática da Sociedade do Risco que arrasta a massa trabalhadora na modernidade tardia para os serviços de *freelancer's* (que não deixam de ser uma modalidade sofisticada de bicos), uma vez que na Sociedade do Risco a incerteza e a liberdade são grandes axiomas que parametrizam as escolhas

individuais na atualidade.

Para além do ponto de vista sociológico dos Subempregos Plurais da Sociedade de Risco de Beck (2011) o exercício da dedicação exclusiva da atividade policial militar sofreu a sua derrocada não somente na realidade social de fato mas eles, também, encontraram guarida jurídica na Constituição Federal, onde é possível tal leitura, por meio de análise hermenêutica da Emenda Constitucional Nº 101/2019, que permitiu aos militares dos estados a acumulação de cargos públicos.

Ademais, conforme esperado, em virtude das restrições disciplinares e dificuldades dos militares em admitir que realizam outras atividades de renda financeira, além da atividade policial militar, parcela diminuta dos policiais militares pesquisados, das categorias de Oficiais e Praças, elencaram atividades de renda financeira extra que exercem concomitantemente ao exercício da atividade policial militar, comprovando, dessa maneira, que os subempregos plurais são uma realidade na Polícia Militar.

Quadro 103 - Subempregos Plurais de Policiais Militares do Posto de Oficiais

Oficiais	Atividade de Renda Extra	Frequência Individual (fi)
Coronel	Nenhuma	0
Tenente Coronel	Professor	4
	Vendas e Corretagem	
	Construção e Locação de Imóveis	
	Mercado Financeiro e Bolsa de Valores	
Major	Professor	7
	Empreendedorismo Autônomo Diverso	
Capitão	Ramo Imobiliário – Locação de Imóveis	5
	Tiro Esportivo	
	Criptomoedas	
	Empreendedorismo Autônomo Diverso	
1º Tenente	Mercado Financeiro	11
	Comissão de Vendas	
	Estética Automotiva	
	Professor	
	Empreendedorismo Autônomo	
2º Tenente	Pecuarista	5
	Empreendedorismo Autônomo	

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

Quadro 104 - Subempregos Plurais de Policiais Militares da Graduação de Praças

Praças	Atividade de Renda Extra	Frequência Individual (fi)
Subtenente	Segurança Particular de Empresários ou Famílias	
	Professor	
	Comércio Varejista	

Praças	Atividade de Renda Extra	Frequência Individual (fi)
	Plantio de Frutas em Chácara	11
	Empreendedorismo Autônomo Diverso	
1º Sargento	Professor	16
	Segurança Particular de Empresários ou Famílias	
	Empreendedorismo Autônomo Diverso	
2º Sargento	Atividades Ligadas a Internet – Loja Virtual	40
	Vendas	
	Assessorias (Bico) para produtor rural	
	Advocacia	
	Consultoria	
	Piloto Privado	
	Construção Civil	
	Desenvolvedor de Software	
	Manutenção e Vendas de Equipamentos de Pesca	
3º Sargento	Turismo	114
	Segurança de Estabelecimento Comercial – Mercados e Supermercados	
	Segurança Particular de Residência ficando na Rua	
	Segurança Particular de Empresários ou Famílias	
	Professor	
	Segurança de Bares, Boates ou similar	
	Prestador de Serviços para declarar imposto de renda (IRPF)	
	Mecânica de Precisão	
	Transporte	
	Consultoria em Marketing	
	Prestação de Serviços	
	Venda Direta de Cosméticos	
	Investimento Financeiro em Bolsa de Valores	
	Frete de Caminhão	
	Cantor em Bares e Festas	
	Vidraçaria	
	Suporte de Informática	
	Motorista de Caminhão	
	Artes Marciais	
Cabo	Empreendedorismo Autônomo Diverso	21
	Profissional da Área de Saúde	
	Segurança de Estabelecimento Comercial – Mercados e Supermercados	
	Segurança Particular de empresários ou famílias	
	Construção Civil	
	Operações Financeiras na Bolsa de Valores	
	Jardinagem	
	Compra e Venda de Bovinos	
	Estética e Mercado Digital	
Soldado	Empreendedorismo Autônomo Diverso	38
	Pecuária	
	Venda de Roupas	
	Vendedor Autônomo	
	Construção Civil	
	Venda de Conservas de Pimenta	
	Manutenção e Consultor de Equipamentos de Pesca	
	Lixador de estruturas metálicas para Eventos	
	Compra e Venda de Imóveis	
	Serralheiro	
	Estética	
	Mercado Financeiro	

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

Por um prisma diametralmente oposto ao da ética da convicção, a ética da responsabilidade objetiva, a avaliação dos meios mais apropriados para se atingir os objetivos almejados, conforme bem esclareceu Aron (2008) “a primeira [Ética da Responsabilidade], que chamaria de instrumental, busca produzir resultados adequados aos nossos objetivos; obriga-nos, assim, a ver o mundo como é e a analisar as consequências prováveis do que fazemos ou dizemos”.

Nesse sentido da ética da responsabilidade, portanto, as consequências (ou efeitos previsíveis) dos meios utilizados para se atingir os fins são avaliados criteriosamente por um prisma de responsabilidade para com todos os demais envolvidos. Em outras palavras, poderíamos sintetizar a sua ideia central, por meio da frase: “somos responsáveis por aquilo que fazemos ou deixamos de fazer, quando deveríamos fazer”.

Perpetuar o exemplo não recomendável, portanto, caminha em sentido contrário à ação social adotada por meio de uma ética da responsabilidade, uma vez que deixa de considerar que o exemplo não recomendado, perpetuado por superior hierárquico, tem o poder de influenciar todos os demais subordinados a adotarem o mesmo comportamento não recomendável, ignorando, portanto, a sua responsabilidade para com os demais como uma liderança positiva e responsável.

Ademais, a adoção do exemplo não recomendável por superior hierárquico revela-se como o meio não apropriado para se atingir os fins almejados no sentido de construção de uma renda financeira extra, uma vez que não fiscalizar e, mais ainda, adotar o comportamento não recomendável, que deveria por ele ser fiscalizado, ocasiona a perpetuação e a legitimação para que os subordinados adotem comportamentos não recomendáveis.

Todas essas antinomias da ação ao estilo Weberiano reforçam os aspectos éticos e deontológicos intrínsecos ao exercício da atividade policial militar que, não por coincidência, carregam consigo o estigma de ser muito mais do que uma atividade profissional, pelo contrário, é um sacerdócio.

A busca por uma fonte alternativa de renda financeira extra, como forma de melhorar a “qualidade de vida” é um axioma naturalmente humano. Todavia a conceituação precisa de qual seria o patamar de “satisfação” em que o ator social atingiria aquilo para ele seria considerado como “qualidade de vida”, é bastante

complexo e subjetivo.

Minayo, Souza e Constantino (2008) esclarecem que, embora a percepção hegemônica sobre quais padrões seriam considerados “padrões de vida com qualidade de vida”, sejam percepções sociais ditadas pelas camadas sociais dominantes economicamente, as pesquisadoras admitem que a conceituação precisa do que poderia ser considerado como “qualidade de vida” seja uma noção eminentemente subjetiva e polissêmica (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 271-272).

Algumas aproximações sobre o que poderia ser considerado como o sentido do termo “qualidade de vida” podem ser realizadas através da percepção da qualidade de vida, como um nível de “satisfação” encontrado na vida financeira, familiar, amorosa, social e, sobretudo, um certo grau de satisfação quanto ao seu propósito de existência (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 271-272).

Do ponto de vista da sociedade ocidental, os sentidos relacionados ao termo “qualidade de vida”, do ponto de vista hegemônico, refletem um conjunto de aspirações ou “desejos” no sentido de ter acesso a formas de consumo e de prazeres diversos, tais como: acesso à boa alimentação (diversificada); a formas diversificadas de vestuários (moda); ao consumo de utilidades domésticas; à realização de viagens; à aquisição de carros; à aquisição e ao acesso do computador e da internet; ao uso de tecnologias; à informação, às artes e cultura, principalmente por meio da internet (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 272).

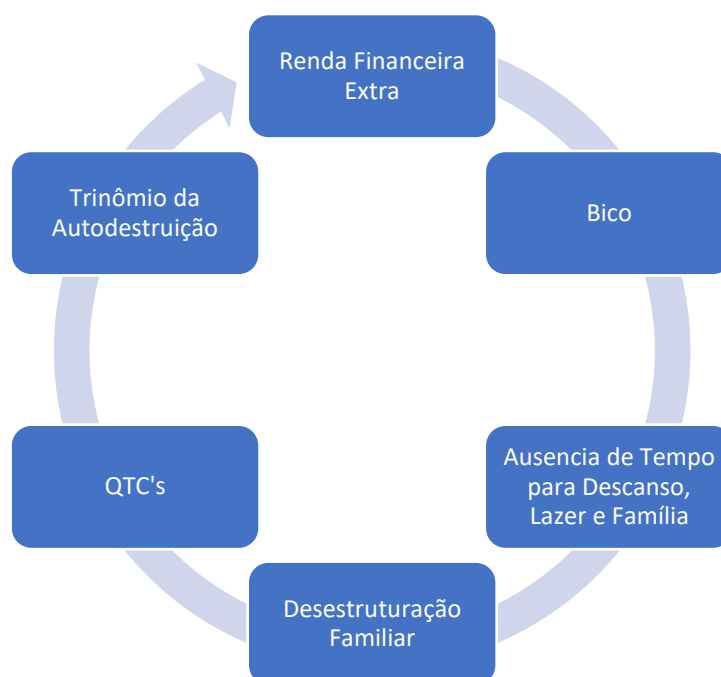
Por outro lado, os códigos dos direitos humanos universais colocam como parâmetros mínimos para a condição de existência dos seres humanos nas sociedades a “satisfação” das necessidades elementares para que qualquer ser humano sobreviva, tais como: acesso à água potável; acesso à alimentação; acesso à habitação; acesso à saúde; e acesso ao lazer (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 272).

Nesse sentido, portanto, perante o caráter contingente do termo “qualidade de vida”, Minayo, Souza, Constantino (2008) esclarecem que o real sentido do termo “qualidade de vida” será um sentido eminentemente subjetivo, ou seja, que reflete as preferências de escolhas individuais e os valores de cada ator social, de maneira que a resposta precisa ficará a cargo do sentir individual de cada pessoa (Minayo, Souza, Constantino, 2008, p. 273).

Nesse sentido, portanto, percebe-se o quanto é delicada não somente a

definição em torno do conceito do que poderia ser definido como “qualidade de vida”, mas, igualmente, o quanto é complexa a busca do policial militar por uma fonte de renda financeira extra alternativa, uma vez que quando adotada de uma maneira “desequilibrada” pelo policial militar pode ocasionar prejuízos diversos à própria vida do militar, em decorrência dos próprios comportamentos de risco adotados por ele, conforme exemplifica o modelo de ação social a seguir.

Figura 31 - 4º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor

De fato, a busca por uma melhor qualidade de vida é um axioma natural do ser humano, todavia, o que nos ensina a Ética da Responsabilidade de Weber é que a forma como buscamos essa “melhoria da qualidade de vida” deve ser adequada, ou seja, deve ocorrer através da adoção de meios parametrizados adequadamente sob a perspectiva dos paradigmas da Ética e da Responsabilidade, em outras palavras, contrariando a máxima de Maquiavel: os fins, não justificam os meios.

9.3.33º Sentido da Ação Social: O Bico como um sintoma da destruturação familiar: oportunidade para socializar, escapar do casamento e encontrar o “QTC”

O Bico como uma possibilidade de escapar do casamento, de buscar uma socialização fora da vida conjugal e manter diversos relacionamentos extraconjugais, os famigerados “QTCs” (amantes), foi identificado como uma das razões de agir que motivam os policiais militares, durante o seu período de folga, a buscarem o exercício da atividade de Bico, como um mecanismo de fuga ou válvula de escape da vida de casado.

Na minha época essa situação de Bico não tinha muito, não tinha tempo para Bico porque o serviço era 24 horas e a folga era bem pouca. Muitas vezes saía de serviço às 10 horas, ou seja, após o horário de saída e já assumia de novo o serviço. Muitas vezes, tinha que trabalhar sete dias na semana para folgar um dia na semana. Tinha vezes de trabalhar dois meses seguidos e folgar três dias naquele período lá no garimpo em Alta Floresta [no passado], então não tinha muito esse negócio de folga e de Bico. O policial não tinha como cair pra esse lado do Bico que ele não aguentava, né? Mas hoje o policial ele tem uma folga que é dada, e que dá de ele fazer o Bico, só que o Bico, na minha opinião ele é prejudicial para a polícia e para o policial. O policial ele faz um Bico, e aí por exemplo, faz um Bico a noite, noutro dia ele está de serviço, ele não está aguentando trabalhar no outro dia, ele chega prejudicado no serviço, o serviço fica prejudicado. E ele muitas vezes, ele faz esse Bico nem é pensando no dinheiro, é pensando em sair um pouco de casa, extravasar um pouco, é a válvula de escape dele (E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASCULINO_30_ANOS_PMMT).

É interessante perceber, com base nas considerações dos militares entrevistados, que a regulamentação da carga horária de jornada de trabalho dos policiais militares, adotada primordialmente visando o descanso e recuperação do policial militar para a próxima jornada de serviço na Polícia Militar, provocou o efeito inverso, ou seja, preparou o terreno e as condições que propiciaram a possibilidade de os policiais militares realizarem durante o seu período de folga a atividade de Bico, e, portanto, muitas das vezes, deixarem de lado o descanso tão almejado em tempos de outrora.

Essa questão de estar de folga, ela requer uma análise muito profunda, porque, em tese, nós nunca estamos de folga né?! É uma coisa maluca, isso né?! E querendo ou não, essa tensão do policial ficar buscando outras fontes de renda [financeira] pra poder subsidiar o seu sustento, também é uma outra característica do nosso universo, que foge muito de outros profissionais, porque você verifica que é um dinheiro que nunca é suficiente. E nós brigamos tanto, tanto pela nossa folga. Só que hoje você vê essa jornada extraordinária, a jornada voluntária, a jornada do não sei o que, você entendeu?! Aí fica assim, gente, o problema não é esse. O problema não é a quantidade de dinheiro. E o problema, não é isso. [...] Então a gente vê que não é a questão da renda, não é a questão do dinheiro, não é o financeiro. E

eu tinha isso muito. E sempre tive isso muito lúcido, muito transparente. Tanto é que eu falava para eles [...] a questão sempre foi gestão [dos recursos financeiros]. (E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

Outro ponto interessante a ser destacado, é o fato de que a regulamentação da carga horária de jornada de trabalho dos policiais militares, medida adotada em benefício individual do policial militar, além de propiciar as condições para a realização da atividade de Bico provocou, em decorrência do exercício da atividade de Bico, a depreciação da qualidade do serviço institucional prestado pelo policial militar, em virtude da ausência de descanso e do desgaste físico, mental e emocional do policial militar e engendrou as bases para desestruturação total da vida privada e familiar do militar.

O quanto de dinheiro é necessário para que você sobreviva? Na época havia uma discussão séria, mas o professor ganha metade do que um soldado e vive super bem. Então a questão, era gestão. Então a questão sempre foi gestão. Quando eu fui comandante da Escola Superior de Formação de Praças, eu fiz questão de colocar a gestão financeira na grade curricular, porque eu entendia que era isso e que o nosso pessoal tem que fazer a gestão da sua vida profissional, gestão da sua vida financeira, gestão da sua vida familiar e quando ele vai para o Bico, ele desequilibra tudo isso. Entendeu? E naturalmente ele vai para as fugas. Fuga no álcool, no pouquinho de folga que ele tem. E ele ainda vai buscar as fugas no cigarro. E ele entra num ciclo vicioso que impacta muito a produtividade no trabalho. Mas é muito mesmo (E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

Quando eu trabalhava nas operações no CR2 que eu comandava as operações [...] era latente, eu via os policiais, eles não têm a mesma desenvoltura, não têm o mesmo reflexo. E isso tudo, sem mencionar quando o policial militar se torna dono de empresa, aí piora muito, muito. E quando você chamava ele para conversar, e eu chamava o policial para conversar, para tentar orientar. E eu falava da importância da folga, que precisava estar atento na folga. Na folga, se ele tivesse com essa descompensação do sono, ele não teria reflexo, numa questão de abordagem, ele perderia isso e então, fatalmente, ele seria vitimizado na folga, que era onde ele estava, em tese, um pouco mais relaxado e naturalmente, é natural que essa descompensação, esse desequilíbrio todo causado pelo bico, impacta em todas as áreas, em todos os campos da vida dele (E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

Dentro dessa perspectiva da busca pela realização da atividade de Bico como um mecanismo de fuga ou válvula de escape da vida de casado, é importante desvelar a forma como ocorre esse entrelaçamento entre o exercício da atividade de Bico e a busca por parte do policial militar pela socialização fora da vida conjugal, geralmente por meio da ingestão de bebida alcoólica (no Bico em bares, festas, shows) e o envolvimento com diversos relacionamentos extraconjugais.

É isso [a prática do Bico] varia de cada pessoa. Tem uns que vai porque quer sair pra tomar uma bebida no bailão. Ele vai trabalhar de segurança num bailão, por exemplo, um bico num bailão lá, lá escondidinho, ele vai tomar um uísque com coca [refrigerante batizado] e sair [socializar], e ninguém vai perceber. E aí [no Bico de Bailão ou de festas] as meninas vem, abraça o policial militar e tal, o policial fica ali pelo meio da mulherada e tal. É um jeito de ele sair de casa, se envolver e interagir. Entendeu? (E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASCULINO_30_ANOS_NA_PMMT).

Muitas vezes [o policial militar] sai para fazer o Bico, eu já vi policial falar que vai fazer o Bico, aí chega lá, ele fica um pouco no Bico, já acha uma conhecida, e já some, e a mulher do policial militar pensa que ele está fazendo o Bico, entendeu? Muitas vezes é pra isso, pra achar aquela namoradinha e tal, um abraço, um beijinho daqui, uma conversinha dali e coisa e tal (E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASCULINO_30_ANOS_NA_PMMT).

É importante destacar, ainda, a questão do assédio das mulheres por sobre os policiais militares, que não é algo recente, pelo contrário, era muito comum também nos tempos passados, conforme descreve uma das policiais militares entrevistadas, que é filha de policial militar aposentado do estado de Mato Grosso.

É interessante essa questão, porque eu sou filha de militar, né? Meu pai era Sargento da polícia, então quando na época do meu pai era muito mais fácil você fazer diagnóstico do cara ter 3 ou 4 famílias, porque assim como eles eram muito transferidos, eu na minha infância, até os meus 14 anos, eu devo ter passado por mais de 20 a 30 cidades. Então o meu pai era nômade, praticamente. Meu pai aposentou, não tinha roupa civil, meu pai vivia fardado, entendeu? Não existia essa história de escala de 24 por 72. Não, isso não. Não era da época do meu pai. Então esse negócio do cara [policial militar] era que nem marinheiro, em cada porto era uma mulher diferente entendeu. Em cada lugar que ele chegava, ele fazia uma família. Então isso era muito comum na época do meu pai. Meu pai aposentou em 93, um ano antes de eu entrar na polícia (E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

Atualmente, essa questão do assédio das mulheres por sobre os policiais militares não mudou, talvez até tenha aumentado, com o avanço das redes sociais. Então, podemos perceber essa questão do assédio das mulheres em relação aos policiais militares como um elemento importante a ser compreendido, pois funciona como um elemento de “incentivo” para os policiais buscarem diversos relacionamentos extraconjugais.

Então, como a gente percebe, é o seguinte, a partir do momento, a partir do momento que o policial põe uma farda, aparece muita mulher em cima do policial. Muitas [mulheres] mesmo. Não sei o que acontece, se é fantasia, se é fetiche, aparece muitas mulheres e o policial tem que ter a cabeça bem no lugar, porque senão ele começa a sair para lá e para cá e acontece essa questão aí do “um terço” né? A questão de um terço do salário de pensão, então porque a mulherada cai em cima mesmo. Bastante. E aí o policial, se

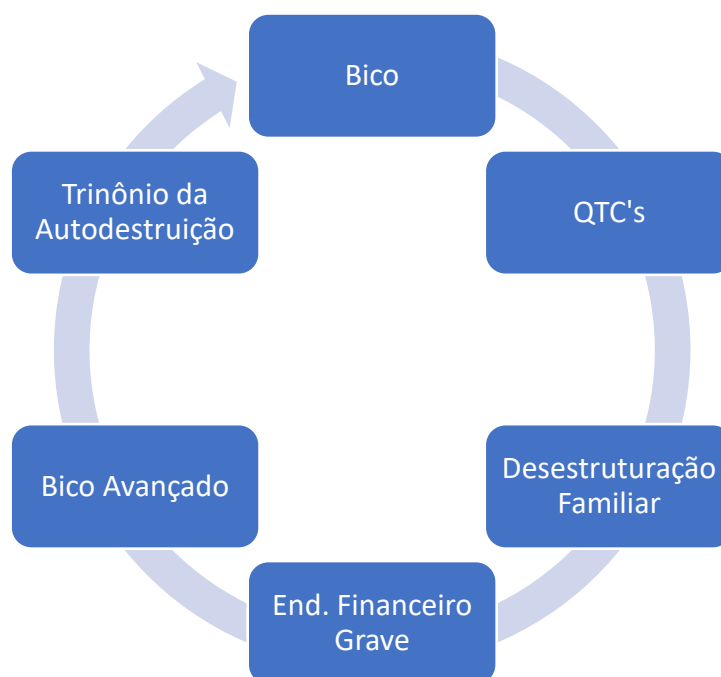
ele não for, não tiver a cabeça no lugar, entender que não é porque ele é bonito ou porque ele é o cara, o negócio é a farda, é uma fantasia, que ele tem que entender isso e muitas vezes ele não entende. Ele acha que ele está abafando e sai daqui, sai dali, é pensão para lá, pensão para cá. E isso aí [várias pensões] é um terço do salário dele, ou seja, pode ser que pode chegar a um terço, pode chegar a um terço, dele 30% do salário. Já pensou? Ah, e se eu tiver duas filhas ou dois filhos com duas mulheres diferentes. Já o salário dele vai ficar bem prejudicado. Aí fica difícil dele viver desse jeito. Então o policial tem que ter a cabeça de ser humano [equilibrado], não de policial, porque o policial ele é diferenciado, porque a mulherada vai pra cima mesmo. Isso é normal, é normal
(E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASCULINO_30_ANOS_NA_PMMT).

Nesse contexto, portanto, onde o assédio das mulheres sobre os policiais militares ocorre com frequência e as opções de relacionamentos com mulheres diferentes são inúmeras, o policial militar com tendência ao “comportamento mulherengo”, age por meio de uma Racionalidade Afetiva ou Ação Social Afetiva (Weber, 2000), ou seja, age visando o seu interesse individual de satisfação de suas emoções, de seus desejos e de seus prazeres carnis e emocionais.

Nesse sentido, portanto, percebe-se que a busca pela realização da atividade de Bico, durante o período de folga, não está ligada exclusivamente à busca pelo dinheiro. Pelo contrário, as ações individuais, adotadas pelos policiais militares, podem ser motivadas também por meio de uma Racionalidade Afetiva ou Ação Social Afetiva (Weber, 2000).

Em que pese as ações individuais, adotadas pelo policial militar, por meio de uma Racionalidade Afetiva ou Ação Social Afetiva (Weber, 2000), não sejam adotadas por *razões* no sentido financeiro, as consequências desses comportamentos de risco provocam o endividamento financeiro.

Figura 32 - 5º Modelo de Ação Social - Ciclo de Autodestruição da Vida do Militar na Folga



Fonte: Elaborado pelo Autor

Ocorre que os relacionamentos afetivos com diversas mulheres diferentes provocam o endividamento financeiro do policial militar por duas vias diferentes: a primeira está relacionada ao aumento dos gastos financeiros, em virtude do comportamento de ostentação adotado pelo policial militar, no sentido de impressionar as mulheres com quem está flertando ou se relacionando, tais como: andar de “carrão”; usar roupas e acessórios caros; frequentar locais de serviço de consumo requintados e caros, tais como: festas; restaurantes; shows; presentear a amante; sustentar financeiramente a amante; dentre outros.

De uma maneira geral, não só se atendo à realidade daqui, né? Mas o policial do Estado como um todo, você acha que a questão da amante, por exemplo, desse policial, que ele é mais mulherengo, o policial, que ele tem um comportamento de ostentação, de querer parecer que tá bem, isso tudo acaba contribuindo para esse desequilíbrio financeiro que vai desencadear no Bico lá na frente?

(PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_15_ANOS_NA_PMMT).

Com certeza, porque ele [Policial Militar] tem mais de uma mulher para cuidar e para sustentar, aí ele tem que andar de carro bom, aí ele tem que se vestir bem, quer fazer isso aqui, quer se aparecer ali, e é assim, aí ele vai ter que fazer alguma coisa diferente para conseguir pagar a sua ostentação, né? [...] Daí ele vai ter que fazer um serviço extra [Bico] sim.

(E1_PRAÇA_1º_SARGENTO_MASCULINO_29_ANOS_NA_PMMT).

A segunda via de endividamento financeiro do policial militar, em virtude do estabelecimento de diversos relacionamentos afetivos, com diversas mulheres diferentes, é a possibilidade de geração de diversos filhos (as) com genitoras diferentes o que, por conseguinte, demanda o pagamento de uma ou várias pensões alimentícias, destinadas à subsistência dos filhos (as) gerados.

E os nossos militares, é uma coisa interessante, é o tal do assédio, é o tal do assédio. E a gente fala pra eles que eles, que eles não são os seres mais perfeitos e maravilhosos do planeta Terra. Olha gente, vocês não podem acreditar em tudo que elas falam pra vocês, cai na real, mas não adianta. E nós temos uma dificuldade, eu acredito que falta muito para nós, enquanto policiais militares, é um fortalecimento dos princípios religiosos cristãos morais. Falta muito isso. Porque as tentações são muitas e para nós que vivemos no limiar dos mundos, ela se torna uma tentação constante. E para essa tentação constante, a maioria de nós não estamos preparados. Nós estamos falando de números expressivos. Não estamos falando de exceções. Então, assim, a maioria dos nossos militares são casados mais que duas, três, quatro vezes. Têm vários filhos, quando não têm um relacionamento, mas tem vários outros filhos fora da relação. Então você vê que ele também tem uma busca constante da sua própria auto estima. Precisa estar o tempo todo provando seu valor, sua masculinidade. Então, também é uma outra questão que tem que ser trabalhada. [...] A tendência da tentação de buscar o novo, de querer viver coisas novas. Essa questão também acaba levando o cara a buscar suas fugas, que eu entendo assim como o álcool, buscar a outra, buscar o outro, buscar os novos relacionamentos também é um vício desse ciclo vicioso.

(E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

A busca pelo novo e pela liberdade, através dos relacionamentos extraconjugais, é também um reflexo da Sociedade de Risco de Beck (2011). Para o referido sociólogo alemão a Sociedade de Risco produziu um modo de vida destradicionalizado e individualizado (Beck, 2011, p. 107-112).

Na perspectiva de Beck (2011), a individualização, em linhas gerais, nada mais é do que o reflexo de um dos principais motores da Sociedade de Risco, que é a busca incessante das pessoas pelo desejo de “liberdade individual”, que se traduz em ações ou comportamentos voltadas para a satisfação desses desejos de “liberdade individual”, tal como no comportamento da procura por diversos relacionamentos extraconjugais (Beck, 2011, p. 163-167).

Em decorrência dessa busca pela satisfação do desejo de “liberdade individual”, característico da Sociedade de Risco de Beck (2011), aliado ao segundo motor da modernidade que é o desejo de “igualdade” em todos os sentidos, as formas de vida tradicionais foram sendo dissolvidas, ganhando espaço no meio social as formas de vida social destradicionalizadas (Beck, 2011, p. 163-167).

As formas de vida social destradicionalizadas são exteriorizadas pelo rompimento das trajetórias tradicionais de vida conservadora, tais como casamento, família, monogamia, profissão única, dentre outros. Assim sendo, a busca por relacionamentos extraconjugais, nada mais é do que um reflexo da sociedade de risco de Beck (2011).

Sob as condições da libertação de homens e mulheres em relação às modernas predestinações estamentais de gênero, sexualidade, casamento, erotismo e paternidade têm muito que ver com desigualdade, atividade profissional, mercado de trabalho, política, família e com as formas de vida aí inseridas, essas mesmas formas de vida que se revelam imprestáveis para o futuro (Beck, 2011, p. 179).

Esse “ciclo vicioso” de buscas por diversos mecanismos de fuga das dificuldades percebidas no mundo profissional e, igualmente, das dificuldades vivenciadas no âmbito privado ou familiar, é costumeiramente conhecido no âmbito informal militar como o “trinômio da perdição ou trinômio da infâmia”, caracterizado pela busca desequilibrada por parte do policial militar por mulheres; dinheiro; e bebidas alcoólicas.

E2 você acha que, por exemplo, você disse que a profissão policial ela é muito estressante. E o policial, ele acaba procurando válvulas de escape. Quais seriam as principais válvulas de escape na sua percepção, que o policial militar procura quando ele não está de serviço, ou seja, no período de folga? (PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_15_ANOS_NA_PMMT)

A prostituição. O uso de entorpecentes e bebidas. Pra mim essas três válvulas de escape são as que mais a gente vê, né? Eles mesmo conversando sobre o assunto falam, né? (E2_PRAÇA_FEMININO_SUBTENENTE_25_ANOS_NA_PMMT)

Essa prostituição você diz no sentido de que? (PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_15_ANOS_NA_PMMT)

Ter várias mulheres. Ter várias mulheres e ser casado. Policiais Militares casados saem com várias mulheres. Os Policiais Militares que são solteiros saem com mais mulheres ainda também (solteiras e casadas). Então assim, é preocupante essa situação, né? Porque elas vão desencadeando outras situações na vida deles (E2_PRAÇA_FEMININO_SUBTENENTE_25_ANOS_NA_PMMT)

Atualmente, infelizmente, o “trinômio da perdição ou trinômio da infâmia” encontra-se pela sua evolução, no sentido de que, não somente a busca desenfreada por diversas mulheres e o consumo excessivo de álcool são utilizados como um mecanismo de fuga da realidade por parte dos policiais militares, mas, também, o uso de drogas ilícitas também figura como um elemento entorpecedor de fuga da realidade

por parte de policiais militares, muitos deles categorizados como “dependentes químicos”.

Eu conversava muito com a doutora Fulana, que a doutora Fulana era psicóloga da PM e trabalhei com ela em duas situações na polícia, enquanto na ESFAP e lá no CR2 [...] Mas ela trabalhava mais dentro da PM do que fora da PM, porque todo dia tinha um caso novo, então ela era quase toda dia na PM atendendo policiais militares. E foi aí que eu comecei a descobrir o alto índice de uso de dependências químicas dentro da instituição. Ela falava que é alarmante, é alarmante e você não tem ideia do quanto é (E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

É possível perceber, portanto, que o exercício da atividade de Bico durante o período de folga, além de funcionar como uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga, funciona também como um elemento “motivador” ou “provocador” da desestruturação familiar, não somente em virtude da ausência do tempo de descanso e lazer com a família, mas, igualmente, pelo fato do Bico funcionar como um subterfúgio para a manutenção de relacionamentos extraconjugais.

O exercício recorrente e excessivo da atividade de Bico durante o período de folga pode, inclusive, fornecer “pistas” ou “sintomas” de uma desestruturação familiar, pela qual o policial militar perpassa, uma vez que querer passar mais tempo trabalhando no Bico do que permanecer em casa com a família é um sintoma demasiado evidente de que algo de bom não está acontecendo no âmbito privado e que, por essas pistas, talvez a desestruturação familiar se aproxima ou talvez seja um destino quase inevitável na perspectiva de Beck (2011).

9.3.44º Sentido da Ação Social: O Bico como um mecanismo de resposta e de sobrevivência à desvalorização salarial e institucional sentidas pelos policiais militares

Os policiais militares questionados acerca das causas da naturalização da atividade de Bico na Polícia Militar relatam diversas respostas, as quais foram separadas em dois eixos temáticos centrais, quais sejam: a desvalorização salarial, em virtude da ausência do pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) pelo Governo do Estado de Mato Grosso e a desvalorização institucional percebida pelos policiais militares, construída pela comparação do Plano de Cargos e Carreiras Salariais (PCCS) da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Figura 33 - 4º Sentido da Ação Social: O Bico como um mecanismo de resposta e de sobrevivência à desvalorização salarial e institucional sentidas pelos policiais militares

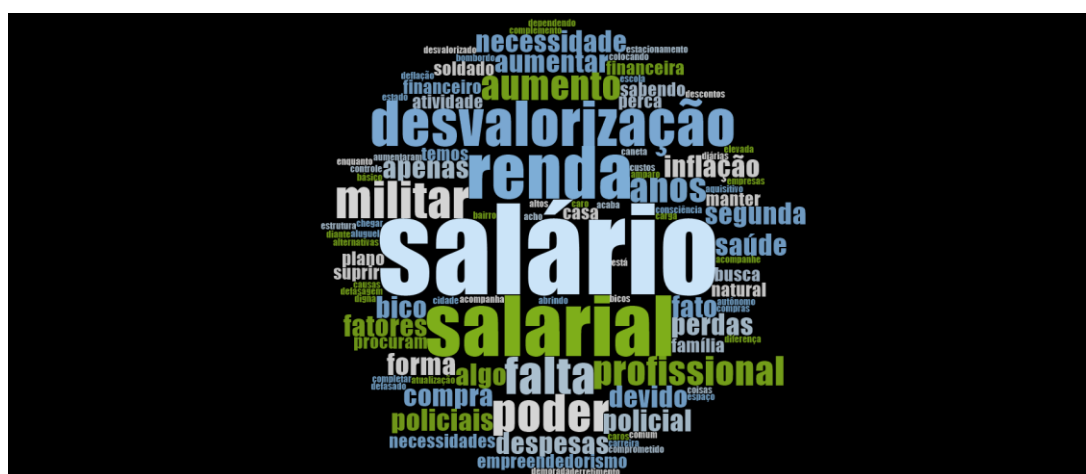


Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Nuvem de Palavras elaborada pelo Autor no NVIVO

Nesse sentido, portanto, por questões de melhor exposição da temática, nas subseções a seguir serão apresentados, separadamente, os aspectos referentes à desvalorização salarial e institucional, de acordo com a percepção dos policiais militares pesquisados.

9.3.4.1 Desvalorização Salarial

Figura 34 - Desvalorização Salarial



Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT
Nuvem de Palavras elaborada pelo Autor no NVIVO

A desvalorização salarial percebida pelos policiais militares ocorre em virtude da não concessão da Revisão Geral Anual (RGA) pelo Governo do Estado de Mato Grosso, referente aos anos de 2019 (4,31%), 2020 (4,52%) e 2021 (3%), os quais provocaram uma depreciação do poder de compra salarial dos militares na cifra de mais de 11%.

No ano de 2019, o Governo do Estado de Mato Grosso não pagou a RGA de forma integral aos servidores do Poder Executivo Estadual, em virtude de uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), exarada de acordo com a nota técnica da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), no sentido de que a despesa com pessoal, realizada pelo Governo do Estado de Mato Grosso, no ano de 2019, permaneceu acima do limite legal de 49%, o que veda a concessão do benefício da RGA conforme a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual nº 614/2019, ensejando, portanto, na impossibilidade do pagamento da RGA aos servidores.

Nos anos de 2020 e 2021 havia o impeditivo legal do Governo do Estado de Mato Grosso de conceder reajustes salariais, assim como conceder a Revisão Geral Anual (RGA), em virtude da Lei Complementar Federal Nº 173/2020 que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, de maneira que, caso o Estado de Mato Grosso descumprisse a lei, seria obrigado a devolver aos cofres do Governo Federal valor superior a R\$ 1,3 bilhão de reais.

Aliado a tais dispositivos legais houve o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5584, de 06 de dezembro de 2021, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual Nº 8.278/2004, que estabelecia a política de Revisão Geral Anual da Remuneração e Subsídio dos servidores públicos estaduais do Estado de Mato Grosso, vinculado ao Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE (Supremo Tribunal Federal, 2021).

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante 42 e demais precedentes, foi firmada no sentido de que é inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária. Nesse sentido, os dispositivos legais, previstos na Lei Estadual Nº 8.278/2004, foram declarados inconstitucionais, por possibilitarem a concessão de reajustes automáticos tão logo ocorresse a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), o que causaria evidente afronta à autonomia dos Estados (Supremo Tribunal Federal, 2021).

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual Nº 8.278/2004 também em virtude de flagrante afronta à regra constitucional contida no Art. 37, XIII da CRFB, estabelecida no sentido de vedar a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal no serviço público, tudo com o objetivo de evitar aumentos remuneratórios em cadeia, uma vez que “não pode a lei estabelecer qualquer equiparação ou vinculação salarial”, sendo somente admitidas hipóteses de equiparação e vinculação salarial expressamente previstas na Constituição Federal (Supremo Tribunal Federal, 2021).

Todos esses dispositivos legais, assim como o contexto social e econômico da pandemia da Covid-19, contribuíram para que a Revisão Geral Anual, referente aos anos de 2019, 2020 e 2021, não fossem devidas aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual.

O Presidente do Legislativo Estadual de Mato Grosso, Deputado Estadual Eduardo Botelho, afirmou em sessão realizada em 30 de agosto de 2023, durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do ano de 2024, que a concessão da Revisão Geral Anual a todos os servidores do Poder Executivo é devida:

[O Governo do Estado de Mato Grosso] tem que reconhecer que deve e tem que pagar. Foi dito naquela época [2019] que iria ser pago, mesmo que de forma parcelada, e agora todo mundo está fazendo cara de paisagem, como se não devesse nada. Não dá. Os servidores do TCE, MP e do Judiciário receberam, menos os do Executivo”, disse (Botelho, 2023)

Conforme mencionado alhures, os servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso receberam a Revisão Geral Anual referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. Todavia, os servidores públicos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, dentre os quais se incluem os policiais militares, não receberam a concessão do referido direito.

A sensação de desvalorização torna-se ainda maior, na perspectiva dos policiais militares pesquisados, em virtude do Governo do Estado de Mato Grosso implementar a política do pagamento de verbas indenizatórias e DGAs (gratificações por desempenho de função) para outras instituições de segurança pública, o

pagamento de jornadas extraordinárias para os policiais militares, assim como a realização de diversos investimentos massivos em equipamentos para a Polícia Militar e, por outro lado, não proporcionar o direito à concessão da Revisão Geral Anual devida aos servidores do Poder Executivo, referente aos anos de 2019, 2020 e 2021.

De acordo com a percepção dos policiais militares pesquisados, a não concessão dos direitos referentes às RGAs dos anos de 2019, 2020 e 2021 refletem incentivos para que os policiais militares busquem fontes de renda financeira alternativas, que possam minimizar essa depreciação salarial, como uma forma de compensação da perda do poder de compra que não foi reajustado, devido a não concessão do direito preterido.

Essas fontes de rendas financeiras alternativas, buscadas pelos policiais militares, como uma forma de compensação da perda do poder de compra que não foi reajustado, devido a não concessão do direito preterido, podem variar desde a realização do bico legalizado (jornada extraordinária), do bico de segurança, até a realização de atividades de empreendedorismo autônomo diversas.

O bico legalizado (jornada extraordinária), recentemente institucionalizado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, é a demonstração do exercício de mais valia absoluta (Marx, 1974) do Governo do Estado de Mato Grosso sobre os policiais militares, uma vez que o Governo Estadual não toma como prioridade a concessão da RGA, mas, por outro lado, direciona recursos públicos para que os policiais militares realizem serviços de hora extra remunerada, ou seja, “coopera com o problema” e depois oferece a “solução”, através da jornada extraordinária para os policiais militares.

O bico de segurança funciona como o mecanismo de auferimento de renda financeira extra mais evidente para o policial militar, dado o porte da arma de fogo dele, assim como a sua experiência no campo da atividade policial, proporcionando a possibilidade de “maximização da utilidade” dos meios e dos conhecimentos do policial para que, através do exercício da atividade de bico de segurança, possa auferir uma renda financeira extra durante o seu período de folga, como uma maneira de compensar a depreciação salarial.

O empreendedorismo autônomo funciona como um mecanismo de auferimento de renda financeira extra, onde o policial militar se utiliza de meios e conhecimentos diversos, assim como de contatos com diversas pessoas (networking), para a

realização de atividades de empreendedorismo autônomo diversas, como forma de obter algum tipo de fonte de renda financeira extra.

A motivação pela busca dessa tríade de possibilidades de fontes de renda financeira extra alternativas, através do bico legalizado (jornada extraordinária), do bico de segurança e do empreendedorismo autônomo, é baseada em uma escolha racional adotada pelo agente, uma vez que a depreciação do seu poder de compra salarial, em virtude da não concessão das RGAs, impele ou incentiva o ator social à procura de fontes de renda financeira extra alternativas que possam recompensar o poder de compra salarial que foi depreciado.

O comportamento de risco adotado pelo policial militar, no sentido de realizar o bico de segurança durante o período de folga, reflete uma escolha racional adotada pelo agente, uma vez que a depreciação salarial do militar produz incentivos para que ele busque outras fontes de renda financeira alternativas, mesmo que essa forma de auferimento de renda financeira extra não seja permitida institucionalmente, ou seja, o agente realiza a atividade de bico de segurança, visando a satisfação de seu interesse individual.

Policiais que realizam bico ou procuram uma segunda renda financeira de forma “lícita” somente estão procurando uma forma de completar a sua renda pois está tudo muito caro como aluguel, despesas de casa, despesas pessoais, filhos, um soldado que ganha R\$ 5,800,00 líquidos dependendo da cidade que mora passa necessidade por isso a procura por uma segunda atividade (Questionário Virtual Estruturado - Resposta Aberta).

A busca pela satisfação do interesse individual, em detrimento dos regramentos institucionais, revela não somente o comportamento de escolha racional adotado pelo ator social mas, igualmente, reflete a Tese da Individualização de Beck (2011), o qual esclarece que, na Sociedade de Risco, “a libertação do indivíduo de vínculos sociais de classe” é uma marca registrada, ou seja, o indivíduo não mais baliza suas decisões ou seus comportamentos levando em consideração a classe ou o grupo social a que pertence. Na Sociedade de Risco, o indivíduo torna-se o centro de tudo, de maneira que os interesses individuais sempre estarão à frente de quaisquer outros tipos de interesses (Beck, 2011, p. 108 e 110).

Tanto a busca pelo bico legalizado (jornadas extraordinárias), quanto a busca pelo bico ilegal ou a busca pelo exercício de atividades de empreendedorismo autônomo diversas, são motivadas por uma Ação Social relativa a Fins ou Racionalidade Objetiva (Weber, 2000), pois o sentido subjetivo da ação social adotada

pelo ator social é o de auferir renda financeira extra como forma de complementação salarial.

O efeito de agregação dessas racionalidades objetivas, adotadas no sentido de buscar a realização da atividade de Bico, como um mecanismo de resposta ao sentimento de desvalorização salarial e institucional, pode provocar o efeito de composição inverso ou complexo (Boudon, 1995, p. 53) de inversão das prioridades profissionais, ou seja, devido à percepção e ao sentimento de desvalorização salarial e institucional, percebido pelos policiais militares, a tendência é a Polícia Militar tornar-se a atividade acessória e o bico (seja ele qual for) tende a tornar-se a atividade principal.

Ademais, a busca por fontes de renda financeira extra alternativas ou os subempregos plurais, na perspectiva de Beck (2011) são traços marcantes da Sociedade de Risco, onde a “despadronização do trabalho assalariado” torna-se a regra e “aquilo que até o momento foi considerado antitético – trabalho formal e informal, emprego e desemprego – será no futuro *amalgamado* num novo sistema de formas flexíveis, plurais e precárias de subemprego” (Beck, 2011, p. 210).

Como elemento de prova de que os subempregos plurais, descritos por Beck (2011), fazem parte da realidade social da PMMT, uma das respostas anônimas abertas, angariadas por meio do questionário virtual estruturado, demonstram o fato de que “ninguém vive mais com apenas uma renda”.

Os policiais vão em busca de uma segunda ou até mesmo uma terceira renda fixa por motivos óbvios, hoje ninguém vive mais com apenas uma renda, sabendo que os descontos em folhas são altos, sabendo que você sendo policial militar não pode morar em qualquer bairro, qualquer casa, não pode ir em qualquer lugar, colocando isso tudo bombordo da caneta apenas o salário da PM não dá para sobreviver falo isso como um soldado da PM são 9 ~ 10 anos para um aumento de salário que realmente faz a diferença e até chegar esse aumento as coisas tudo aumentaram, por isso a maioria dos praças vivem de bicos, pois para manter uma vida segura e digna apenas o salário não dá (Questionário Virtual Estruturado - Resposta Aberta).

Nesse contexto, portanto, é possível perceber que os contornos da Sociedade de Risco de Beck (2011) fazem parte da realidade social da PMMT, de maneira que mesmo que a prática do bico seja vedada institucionalmente, os bicos ou os subempregos plurais fazem parte do cotidiano e das atividades de complementação da renda financeira salarial, realizadas durante o período de folga.

de maneira que os descontentamentos permeiam tanto a questão do tempo demasiadamente longo para galgar as promoções, quanto a necessidade da existência de vagas abertas para que o policial militar possa de fato ser promovido.

Ocorre que o sistema de progressão na carreira da Polícia Militar é um sistema do tipo “piramidal”, ou seja, onde a promoção do militar é realizada de forma seletiva, gradual e sucessiva, obedecendo, além do interstício e demais critérios definidos em lei, os seguintes requisitos necessários para “concorrer” à promoção, a saber: I - ter interstício (tempo de serviço) mínimo previsto no posto ou graduação; II - estar no mínimo no conceito disciplinar “bom”; III - ser considerado possuidor de conceito moral; IV - ser considerado apto em inspeção de saúde; V - ser considerado apto na Avaliação de Desempenho Físico (ADF) ou Teste de Aptidão Física (TAF); VI - ter avaliação de desempenho individual satisfatória; VII - ter conceito profissional satisfatório; VIII - haver vaga; IX - possuir os cursos ou estágios exigidos para promoção; X - ter tempo de serviço arregimentado (Mato Grosso, Lei 10.076, 2014, Art. 21).

Dentre os diversos requisitos necessários para que o militar possa “concorrer” à promoção na graduação seguinte destacam-se como “pontos controversos” na percepção dos policiais militares da graduação de Praças, os seguintes requisitos: o interstício e a necessidade de vagas disponíveis (abertas) na graduação superior almejada (Mato Grosso, Lei 10.076, 2014, Art. 21, I e VIII).

O interstício é o prazo de tempo mínimo de efetivo serviço que o militar deve ter na sua graduação atual para que possa integralizar um dos requisitos necessários para “concorrer” à promoção para próxima graduação, os quais estabelecem os seguintes tempos de interstício ou de efetivo serviço em cada graduação, como requisito para “habilitação” à promoção, uma vez que a realização da promoção do policial militar de fato está condicionada, além do preenchimento dos demais critérios definidos em lei, na condição de existência de vagas abertas na graduação posterior (Mato Grosso, Lei 10.076, 2014, Art. 21, VIII; Art. 22, II).

Art. 22. O Interstício, previsto no inciso I do Art. 21 desta lei, é o período mínimo que o militar estadual deve permanecer no posto ou graduação, contado a partir de sua última promoção, assim estabelecido:

[...]

II - Praças:

- a) de Soldado para Cabo: 09 (nove) anos;
- b) de Cabo para Terceiro-Sargento: 04 (quatro) anos;
- c) de Terceiro-Sargento para Segundo-Sargento: 04 (quatro) anos;
- d) de Segundo-Sargento para Primeiro-Sargento: 03 (três) anos; e

e) de Primeiro-Sargento para Subtenente: 03 (três) anos (Mato Grosso, Lei 10.076, 2014, Art. 22, II).

No que se refere ao tempo para galgar as promoções ao longo da carreira, os policiais militares pesquisados da graduação de Praças alegam, por meio de uma análise comparativa estabelecida por eles com a carreira da Polícia Civil, que o tempo para galgar as promoções de cada graduação é muito longo, sobretudo da promoção da graduação de Soldado para Cabo, que requer o tempo mínimo de 09 (nove) anos de Soldado, para galgar a primeira promoção e, considerando o tempo do curso de formação, esse tempo mínimo para a primeira promoção fica em torno dos 10 (dez) anos de serviço na Polícia Militar (isso se houver vagas disponíveis para promoção).

Ainda no que se refere ao tempo para galgar as promoções ao longo da carreira, os policiais militares pesquisados da graduação de Praças alegam, por meio de uma análise comparativa estabelecida por eles com a carreira da Polícia Civil, que o tempo para se chegar à última promoção na graduação de Praças (Subtenente) é muito longo, perfazendo em média 24 (vinte e quatro) anos de efetivo serviço na Polícia Militar (na melhor das hipóteses e se houver vagas disponíveis), enquanto que na carreira da Polícia Civil, o Escrivão e o Investigador chegam à última promoção, em média, com 12 (doze) anos de serviço, considerando o tempo de curso de formação e sem a necessidade de vagas abertas para a realização da promoção de fato.

Art. 4º Altera o art. 109 da Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109. A Carreira Policial Civil é escalonada em cargos de natureza policial civil, de provimento efetivo e exercício privativo de seus titulares, constituída em série de classes, encimadas pela especial, assim denominadas:

I - para os cargos de Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia:

a) Classe Especial;

b) Classe "C";

c) Classe "B"; e

d) Classe "A" (Mato Grosso, Lei Complementar 407, 2010, Art. 109, Redação acrescida pela Lei Complementar 575, 2016, Art. 4º).

Art. 147. A progressão horizontal obedecerá a titulação exigida no Art. 146 desta lei complementar, com interstício de 03 (três) anos da Classe A para B, 03 (três) anos da Classe B para C e 05 (cinco) anos da Classe C para Especial (Mato Grosso, Lei Complementar 407, 2010, Art. 109 a 147, Redação acrescida pela Lei Complementar 540, 2014, Art. 2º).

Outro ponto controverso relatado pelos policiais militares se refere à necessidade de vagas abertas para que ocorra a promoção de fato do policial militar, ou seja, mesmo que o policial militar tenha preenchido o requisito do interstício e

demais requisitos definidos em lei para a promoção, a promoção de fato somente ocorrerá se houver vagas disponíveis (abertas) para a graduação imediatamente superior almejada, conforme preceitua o Art. 21, inciso VIII, da Lei 10.076/2014.

De acordo com o Lotacionograma do 4º Trimestre do ano de 2023, existem, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, 958 Praças na graduação de Cabo e somente 202 vagas disponíveis para 3º Sargento. De maneira semelhante, existem 444 Praças na graduação de 1º Sargento e não existem vagas disponíveis para Subtenente (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso - SEPLAG, 2023).

De acordo com o Lotacionograma do 1º Trimestre do ano de 2024, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem 957 Praças na graduação de Cabo e somente 217 vagas disponíveis para 3º Sargento. De maneira semelhante, existem 439 Praças na graduação de 1º Sargento e somente 4 vagas disponíveis para Subtenente (Sistema Estadual de Administração de Pessoas - SEAP, 03 de janeiro de 2024).

No que se refere aos militares na graduação de Subtenentes, a situação é semelhante, de acordo com o lotacionograma do 1º trimestre do ano de 2024. Atualmente, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem 356 Praças na graduação de Subtenente e não existe previsão para a realização de concurso do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), destinado à ascensão profissional dos Subtenentes (Sistema Estadual de Administração de Pessoas - SEAP, 03 de janeiro de 2024).

Ocorre que, por outro lado, no mecanismo de ascensão profissional na carreira da Polícia Civil, o critério da existência de vagas disponíveis (abertas) como condição para que ocorra a promoção não existe, ou seja, o policial civil, a partir do momento que completou o seu tempo necessário em determinada classe ("interstício") e preencheu todos os requisitos necessários a sua promoção (titulação do servidor), é promovido imediatamente, sem a necessidade ou condição de existência de vagas disponíveis ou abertas para que ocorra a ascensão profissional de fato (Mato Grosso, 2010, Art. 145, Redação dada pela Lei Complementar 540/2014).

No que se refere a vantagens preteridas para os policiais militares, porém concedidas para os policiais civis, os policiais militares pesquisados se queixam a respeito da vantagem recebida pelos policiais civis de remuneração do trabalho noturno superior ao trabalho diurno e do adicional noturno, que foi vetado para os militares estaduais, conforme artigo 92 da Lei Complementar 555/2014, enquanto ele

é percebido como vantagem para os policiais civis, conforme a redação do artigo 175 da Lei Complementar 407/2010.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

Art. 174. Constituem vantagens ao policial civil:

[...]

II - remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

[...]

Art. 175. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora com 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 1º O adicional noturno não se incorpora ao subsídio ou provento do policial civil.

§ 2º Compete ao Conselho Superior de Polícia Judiciária Civil regulamentar a forma de aferição do adicional noturno (Mato Grosso, Lei Complementar 407, 2010, Art. 174, II, Art. 175, § 1º).

No que se refere ao recebimento de verbas indenizatórias pela Polícia Civil, os policiais militares pesquisados se queixam especialmente acerca da indenização percebida pelos policiais civis denominada de “atendimento de chamadas a qualquer hora” (Mato Grosso, 2010, Lei Complementar 407, Art. 176, redação acrescida pela Lei Complementar 737/2022, regulamentada pelo Decreto 1338/2022).

CAPÍTULO III

DAS INDENIZAÇÕES

Art. 176. Constituem indenizações ao policial civil:

[...]

VI - atendimento de chamadas a qualquer hora (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 737/2022) (Mato Grosso, 2010, Lei Complementar 407, Art. 176, redação acrescida pela Lei Complementar 737/2022, regulamentada pelo Decreto 1338/2022).

CAPÍTULO IV

DA HIERARQUIA E DISCIPLINA

Art. 120. A função policial [civil] fundamenta-se na hierarquia e na disciplina, sendo incompatível com qualquer outra função, exceto nos casos previstos em lei.

Parágrafo único. A função policial [civil] sujeita-se à prestação de serviços em condições adversas de segurança, com risco de vida, plantões noturnos e **chamadas a qualquer hora**, desde que justificada a necessidade, inclusive com a realização de diligências policiais em todo Estado de Mato Grosso ou fora dele (Mato Grosso, 2010, Lei Complementar 407, Art. 120, Parágrafo Único, grifo nosso).

O atendimento de chamadas a qualquer hora estabelecido pela Polícia Civil funciona como uma espécie de “sobrevisto remunerado”, onde o policial civil permanece em sua residência em “estado de expectativa constante” (geralmente através do telefone), podendo ser acionado fora do seu horário regular de expediente

ou de serviço, para a realização de atendimentos imediatos necessários ao exercício das atividades de polícia judiciária civil.

Art. 2º Considera-se regime de disponibilidade para chamadas a qualquer hora quando o Policial Civil permanecer em estado de expectativa constante e à disposição do Estado, fora do horário regular do expediente ou plantão, para atendimentos imediatos de polícia judiciária civil, nos termos do artigo 120, parágrafo único da Lei Complementar nº 407/2010.

Parágrafo único. O Policial Civil escalado para o atendimento de chamadas a qualquer hora deverá permanecer em condições de ser convocado imediatamente via chamada telefônica ou outro meio previamente informado à chefia imediata, inclusive endereço onde poderá ser encontrado, estando apto a exercer suas funções (Mato Grosso, 2022, Decreto 1338, Art. 2º, Parágrafo Único)

O ponto central da contenda na perspectiva dos policiais militares pesquisados, é que esse “estado de expectativa constante” sempre foi vivenciado pelos policiais militares e nunca foi remunerado, pelo contrário, foi percebido como um tipo de ônus ou singularidade da atividade policial militar.

Por outro lado, e percebido como um contrassenso o dispositivo legal de “atendimento de chamadas a qualquer hora”, pois produz o sentimento de desvalorização institucional por parte dos policiais militares pesquisados, uma vez que os policiais civis recebem indenizações por algo que os policiais militares sempre fizeram ao longo da carreira militar.

Agravando ainda mais a percepção de desvalorização institucional por parte dos policiais militares pesquisados, o Estado institui o sistema de jornadas extraordinárias para os policiais militares, onde eles, quando convocados, trabalham em serviços de policiamento ostensivo em regime de jornadas extraordinárias (horas-extras) de até 08 horas seguidas, as quais incluem períodos de jornada de serviço de hora extra em período noturno, enquanto os policiais civis recebem indenizações para permanecerem na condição de “sobreaviso remunerado em casa”.

Todos esses fatores, percebidos pelos policiais militares pesquisados, da graduação de Praças, como formas de desvalorização institucional da carreira do policial militar, fazem com que os atores sociais, por meio de uma escolha racional, optem por aquilo que seja mais vantajoso para eles, ou seja, optam pela rejeição da atividade policial militar, para um segundo ou terceiro plano, ocasionando, portanto, uma queda do sentimento de pertencimento à instituição policial militar.

O sentimento de desvalorização institucional sentido pelos policiais militares da graduação de Praças da Polícia Militar se traduz também no descontentamento com relação aos subsídios em regime inicial e final recebidos pelos policiais militares e os subsídios recebidos em regime inicial e final pelos policiais civis.

Quadro 106 - Comparação de Subsídio Inicial entre Soldado e Investigador e Escrivão Classe A

Cargo/Subsídio	Soldado	Investigador/Escrivão Classe A	Diferença (R\$)
Subsídio Inicial	R\$ 5.727,09	R\$ 6.699,84	R\$ 972,75
Subsídio Final	R\$ 7.847,68	R\$ 8.741,78	R\$ 894,10

Fonte: Tabelas Salariais Atualizadas (SEPLAG, 2024)

Quadro 107 - Comparação de Subsídio Final entre Subtenente e Investigador e Escrivão Classe E

Cargo/Subsídio	Subtenente	Investigador/Escrivão Classe E	Diferença (R\$)
Subsídio Inicial	R\$ 14.171,12	R\$ 15.451,19	R\$ 1.280,07
Subsídio Final	R\$ 14.317,71	R\$ 20.160,29	R\$ 5.842,58

Fonte: Tabelas Salariais Atualizadas (SEPLAG, 2024)

Todos esses fatores de descontentamento percebidos pelos policiais militares pesquisados, que conformam esse sentimento de desvalorização institucional, produzem incentivos para que o ator social, por meio de uma escolha racional, opte por uma ação ou conduta que seja mais vantajosa para os seus interesses pessoais.

Muitos dos interesses pessoais dos policiais militares ligados ao âmbito profissional giram em torno do dinheiro, sobretudo em virtude do endividamento financeiro de natureza grave que acomete grande parte dos policiais militares. Nesse sentido, portanto, a escolha racional adotada pelo agente, em meio ao cenário de desvalorização institucional percebido, é o de procurar fontes de renda financeira extra alternativas.

A fonte de renda extra alternativa mais evidente e costumeiramente realizada pelos policiais militares, é o exercício da atividade de bico de segurança, em virtude não só da posse da arma de fogo e da experiência em lidar com crimes e violência, mas, sobretudo, pelo fato, igualmente relevante, de “ser um policial militar” e, portanto, possuir contatos com toda uma rede de policiais militares (networking), o que facilita, em alguma medida, eventual resposta em casos de crimes de menor potencial ofensivo e crimes contra o patrimônio, realizados em desfavor do “patrão” do bico.

A motivação pela procura da realização da atividade de bico de segurança, orientada por um tipo de racionalidade, denominada por Weber (2000), como Ação

Social relacionada a Fins ou Racionalidade Objetiva, ou seja, a razão ou motivo para a adoção do comportamento de risco de realizar a atividade de bico de segurança durante o período de folga, se deve à necessidade (ou desejo) de auferimento de renda financeira.

Essa busca pela renda financeira extra, através do bico de segurança e/ou bicos diversos, em virtude da desvalorização institucional percebida pelos policiais militares, vai tomando uma proporção que produz nos policiais militares uma queda do sentimento de pertencimento à instituição militar e, por conseguinte, coloca o serviço policial militar em segundo, terceiro ou quarto plano, uma vez que o sentimento de desvalorização institucional produz incentivos para que o agente adote uma escolha racional perante o contexto de desvalorização institucional que vivencia.

Esse efeito de agregação de escolhas racionais adotadas pelos agentes produz um efeito de composição simples (Boudon, 1995, p. 52), onde a desvalorização institucional induz à queda do sentimento de pertencimento à instituição militar e ela, por sua vez, relega a atividade policial militar a um nível de importância de segundo plano, ou seja, em outras palavras, mais uma vez, a Polícia Militar vira o bico e o bico torna-se a atividade principal.

É evidente que essa busca pela realização da atividade de bico de segurança e/ou bicos diversos está fundamentada em causas multifatoriais, baseadas nas singularidades das realidades dos policiais militares, tais como: existe um equilíbrio financeiro do policial? quantas famílias esse policial tem? quantos filhos esse policial tem? quantas pensões esse policial paga? a família desse policial militar é estruturada ou desestruturada? é o primeiro ou segundo ou terceiro ou quarto casamento? esse policial é arrimo de família? qual é o custo de vida que esse policial decide levar? esse policial leva um custo de vida compatível com o seu salário? qual é o custo de vida da cidade onde esse policial reside? o salário desse policial foi corrigido pela inflação? esse policial possui empréstimos financeiros? Veja só a gama de variáveis que atravessam a problemática do exercício do bico de segurança e/ou bicos diversos realizados pelos policiais militares durante o período de folga.

Nesse contexto, portanto, é inevitável a regressão à abordagem microsociológica, no sentido de esclarecer que, para todas essas variáveis que atravessam a problemática do exercício do bico de segurança e/ou bicos diversos pelos policiais militares, durante o período de folga, faltou ao policial militar, como uma decisão individual, ou seja, exclusivamente dele, uma “gestão por completo de sua

vida”, que compreende: uma “Gestão da Vida Familiar”; uma “Gestão da Vida Financeira”; e uma “Gestão da Vida Profissional”.

Essa questão de estar de folga, ela requer uma análise muito profunda, porque, em tese, nós nunca estamos de folga. É uma coisa maluca isso né. E querendo ou não, essa tensão do policial ficar buscando outras fontes de renda pra poder subsidiar o seu sustento também é uma outra característica do nosso universo, que foge muito de outros profissionais, porque você verifica que é um dinheiro que nunca é suficiente. E nós brigamos tanto, tanto pela nossa folga. Só que hoje você vê essa jornada extraordinária, a jornada voluntária, a jornada do não sei o que, você entendeu. Aí fica assim, gente, o problema não é esse. O problema não é a quantidade de dinheiro. E o problema não é isso. Então, o que leva? O que motiva o nosso policial a se colocar sempre nessa situação de querer estar de herói vestido de herói? Ele querer estar sempre no embate, nessa luta? Então a gente vê que não é a questão da renda, não é a questão do dinheiro, não é o financeiro. E eu tinha isso muito, e sempre tive isso muito lúcido, muito transparente. Tanto é que eu falava para eles. Eram dois tipos de policiais que me incomodavam, eram aqueles que faziam faculdade em tempo integral. Que também não tinha o tal do descanso e estava sempre cansado, e pegava essas escalas, sempre escalas noturnas em escalas de final de semana para compatibilizar. Então, assim eu ficava imaginando, rapaz, que dia você sai com a sua esposa? Em qual horário que você tem um atendimento aos seus filhos? E também tem outro ponto do Bico que também é a mesma coisa, em vez de ter um descanso e buscar o convívio familiar e buscar o equilíbrio das emoções, o psicológico junto com a atividade profissional, ele vai para o Bico, e ele nunca vai ter isso aí. O quanto dinheiro é necessário para que você sobreviva? Na época havia uma discussão séria: mas o professor ganha metade do que um soldado e vive super bem. Então, a questão, era Gestão. Então a questão sempre foi Gestão. Quando eu fui comandante da escola, esqueci de falar da escola. Quando eu fui comandante da Escola Superior de Formação de Praças, eu fiz questão de colocar a Gestão Financeira na grade curricular, porque eu entendia que era isso, e que o nosso pessoal tem que fazer a Gestão da sua Vida Profissional, Gestão da sua Vida Financeira, Gestão da sua Vida Familiar e quando ele vai para o Bico, ele desequilibra tudo isso. Entendeu? E naturalmente ele vai para as fugas. Fuga no álcool, no pouquinho de tempo de folga que ele tem. E ele ainda vai buscar as fugas no cigarro, no álcool, nas drogas. E ele entra num ciclo vicioso que impacta muito a produtividade no trabalho. Mas é muito mesmo. Quando eu trabalhava nas operações no CR2 [Comando Regional 2] que eu comandava [...] era latente, eu via os policiais, eles não têm a mesma desenvoltura, não têm o mesmo reflexo. E quando você chamava ele para conversar [...] E eu chamava o policial para conversar, para tentar orientar. E isso tudo, sem mencionar quando o policial militar se torna dono de empresa, aí piora muito, muito mesmo. E eu falava da importância da folga, que precisava estar atento na folga. Se ele tivesse com essa descompensação do sono, ele não teria reflexo numa questão de abordagem, ele perderia agilidade e então, fatalmente, ele seria vitimizado na folga, que era onde ele estava, em tese, um pouco mais relaxado e naturalmente, é natural que essa descompensação, esse desequilíbrio todo causado pelo Bico, impacta em todas as áreas, em todos os campos da vida do policial militar.

(E6_OFICIAL_CORONEL_FEMININO_25_ANOS_NA_PMMT).

Para todas essas modalidades de gestão na área familiar, financeira e profissional, todas situadas em campos distintos, todavia interconectados,

poderíamos dizer que faltou aos policiais militares melhor gerenciamento de suas emoções, ou seja, faltou-lhes “inteligência emocional”.

Uma visão da natureza humana que ignore o poder das emoções é lamentavelmente míope. A própria denominação *Homo Sapiens*, a espécie pensante, é enganosa à luz do que hoje a ciência diz acerca do lugar que as emoções ocupam em nossas vidas. Como sabemos por experiência própria, quando se trata de moldar nossas decisões e ações, a emoção pesa tanto – e às vezes muito mais – quanto a razão. Fomos longe demais quando enfatizamos o valor e a importância do puramente racional – do que mede o QI – na vida humana. Para o bem ou para o mal, quando são as emoções que dominam, o intelecto não pode nos conduzir a lugar nenhum (Goleman, 2012, p. 30).

E quando falamos em “inteligência emocional” estamos falando de uma melhor Gestão ou Modulação das Emoções em âmbito individual do policial militar, uma vez que, tanto o comportamento desequilibrado no âmbito financeiro, quanto o desequilíbrio no âmbito familiar e profissional, refletem, em grande medida, instabilidades emocionais mal gerenciadas.

A dicotomia emocional/racional aproxima-se da distinção que popularmente é feita entre “coração” e “cabeça”; saber que alguma coisa é certa “aqui dentro no coração” é um grau diferente de convicção – tem um sentido mais profundo -, ainda que idêntica àquela adquirida através da mente racional. Há uma acentuada gradação na proporção entre controle racional e emocional da mente; quanto mais intenso o sentimento, mais dominante é a mente emocional – e mais inoperante a racional (Goleman, 2012, p. 35).

Nesse sentido, portanto, tratar de uma Gestão ou Modulação das Emoções em âmbito individual do policial militar compreende, inicialmente, apenas como um farol que indique um norte para pesquisas futuras, estabelecer um programa de “Gestão das Emoções Individuais” dos policiais militares, uma vez que, conforme bem assegurou Goleman (2012), “nossas emoções têm uma mente própria, que pode ter opiniões bastante diversas das que tem a nossa mente racional” (Goleman, 2012, p. 45).

Aliado a um programa de gestão das emoções individuais do policial militar, voltado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da inteligência emocional para os policiais militares, exsurge, também, como necessidade premente, a necessidade de implementação de um programa contínuo de promoção e desenvolvimento de gestão da “Saúde Integral do Policial Militar”, nos termos estabelecidos por Alvarenga et al (2016).

Esse programa contínuo de promoção e desenvolvimento de habilidades de gestão da saúde integral do policial militar toma como princípio as diretrizes estabelecidas por Alvarenga (2016) quando realizou pesquisa bibliográfica, ressaltando a importância das “leis morais da vida” e da “saúde integral do policial militar”, de maneira que o desenvolvimento da saúde integral do policial militar leva em consideração tanto a saúde física, quanto a saúde mental, familiar, profissional, social e espiritual dele (Alvarenga, 2016, p. 217).

A semente desse programa de “Gestão das Emoções Individuais” e “Gestão da Saúde Integral do Policial Militar” já existe na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e é o CASSBEM (Ciclo de Assistência Social, Saúde e Bem-estar Emocional), promovido pela Coordenadoria de Assistência Social (CAS) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

O CASSBEM trabalha aspectos de saúde financeira, saúde física, saúde mental, saúde espiritual com os policiais militares, de maneira conjunta, através do emprego da metodologia CIS (Coaching Integral Sistêmico) que vem comprovando a sua eficácia de aplicabilidade para a realidade dos policiais militares, não somente através dos relatos de policiais militares do estado de Mato Grosso que já participaram do CASSBEM, mas, inclusive, por meio de pesquisas científicas que recomendam a adoção do Coaching Integral Sistêmico como uma ferramenta de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais aplicável aos policiais militares.

A pesquisa realizada por Oliveira, Rosa e Caetano (2017) analisou a validade da metodologia CIS como ferramenta de apoio auxiliar na busca da alta performance do serviço policial militar e na vida privada dos Policiais Militares do Estado do Ceará (PMCE). Para tanto, os pesquisadores empregaram métodos de revisão bibliográfica e pesquisa de campo e entrevistas com policiais militares do Ceará que foram submetidos ao método CIS. Os resultados apontaram para a eficácia da metodologia CIS, constatando os ganhos pessoais na vida privada e profissional para os policiais militares do Ceará que foram submetidos ao método CIS, comprovando, por derradeiro, a validade do método na melhoria das competências pessoais e profissionais dos policiais militares.

A pesquisa de Oliveira, Rosa e Caetano (2017) também buscou, por meio do emprego do questionário Mapa de Autoavaliação Sistemico⁹⁵ (MAAS) da metodologia CIS, diagnosticar quais as principais áreas da vida dos policiais militares do Distrito Federal estão sendo mais afetadas negativamente, uma vez que, do efetivo total de 11.672 policiais militares do DF, no ano de 2017, aproximadamente 10% ou 1.100 policiais militares encontram-se afastados do serviço militar, em virtude de problemas relacionados à depressão, ansiedade, síndrome do pânico, dentre outros. O questionário MAAS foi aplicado em 254 policiais militares do Distrito Federal, das mais diversas unidades da corporação, tais como: Departamento Operacional (DOP); Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM); Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO); Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHOQUE); Batalhão de Policiamento com Cães (BPCÃES); e Capitães do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). Os resultados recomendam a aplicação da Metodologia CIS na PMDF, sobretudo em virtude da constatação de dificuldades percebidas pelos policiais militares nos seguintes pilares de vida, em ordem sequencial: 1) Servir; 2) Financeiro; 3) Intelectual; 4) Saúde; 5) Espiritual; 6) Social; 7) Profissional; 8) Emocional; 9) Conjugal; 10) Parentes; e 11) Filhos (Oliveira et. al, 2017, p. 14 e 17).

Para além do emprego da metodologia CIS, centrada no desenvolvimento da Autorresponsabilidade e da Inteligência Emocional, realizado com os policiais militares do Estado de Mato Grosso, por meio do CASSBEM, poderia ser alvo de reflexão e pesquisa, apenas como forma de aperfeiçoar o que já vem sendo realizado, a promoção do atendimento individualizado, através da pesquisa e análise de possibilidade de eventual emprego de redes terapêuticas alternativas direcionadas aos policiais militares.

As famigeradas terapias da “nova era”, tal como a terapia psicológica criada por Bob Fischer e Hoffman (1970), também conhecida como “Processo Fischer-Hoffman” ou “Processo da Quadrinidade”, é uma das possibilidades possíveis de emprego de terapias alternativas direcionadas aos policiais militares.

A concepção central da terapia psicológica situa-se na "estrutura da quadrinidade", que postula uma compreensão da natureza humana a partir

95 Mapa de Autoavaliação Sistemico (MAAS) é um questionário sobre 11 (onze) pilares da vida do ser humano, estabelecidos pela metodologia CIS, quais sejam: espiritual; parentes; conjugal; filhos; social/lazer; saúde; servir; intelectual; financeiro; profissional; e emocional. (Vieira, 2015, p. 175-178).

da articulação de quatro dimensões interdependentes: o corpo (dimensão física); o intelecto (dimensão racional); a criança (dimensão emocional) e o ser espiritual (a essência do homem). O objetivo do trabalho terapêutico proposto reside numa re-harmonização dessas dimensões, de modo a recompor uma "unidade perdida", despedaçada ao longo do processo de socialização, especialmente da socialização primária (Tavares, 2002, p. 238).

O trabalho realizado pelo CASSBEM ainda é incipiente. Até os dias atuais, tivemos apenas 11 (onze) Ciclos de Assistência Social Saúde e Bem-Estar Emocional realizados em 02 (dois) Comandos Regionais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, o que demonstra a longa caminhada pela frente do referido programa, que tem a missão de realizá-lo em todos os 15 (quinze) Comando Regionais da PMMT.

Ademais, o trabalho realizado pelo CASSBEM deveria ser capilarizado de forma permanente para todas as unidades policiais militares da PMMT, de maneira que esse trabalho contínuo de assistência social e psicológica para os policiais militares poderia ser operacionalizado através da instalação dos Núcleos de Assistência Social (NAS), nos batalhões da Polícia Militar, sob a gerência de Oficiais e Praças Psicólogos de carreira, imbuídos da missão do desenvolvimento da saúde mental e emocional dos policiais militares, como forma de tornar esse trabalho de assistência social e psicológica mais acessível e mais próximo deles no cotidiano.

Em arremate, é inegável que o bico exerce uma forte influência sobre os policiais militares, sobretudo devido às condições financeiras desequilibradas de muitos militares, assim como a institucionalização ou naturalização da atividade de bico no meio policial, que adquiriu, ao longo do tempo, um status de *habitus* (Bordieu, 1983a, 1983b) presente na cultura e subcultura policial militar.

Um dos principais elementos identificados nesta análise, e que merece toda atenção, é que a atividade do "bico" já possui uma institucionalidade e está submersa na cultura policial. Embora os relatos dos policiais busquem uma justificativa nos baixos salários, que os privam de determinados bens de consumo, e que exercer uma atividade paralela, de segurança privada, lhes permitem uma complementação salarial, constata-se, efetivamente, que o mercado do "bico" exerce uma atração muito forte sobre essa mão de obra que é treinada nas instituições militares. Como se pode observar ao longo do trabalho, o recrutamento de agentes de segurança pública, por grupos que se formam dentro da polícia militar e que prestam serviço de segurança privada, mostra que, em muitos casos, a instituição acaba sendo a peça fundamental para que as portas desse mercado se abram para um grande contingente de policiais. Como os dispositivos de controle internos, estatutos e regulamentos e as condições de cidadania dos policiais não são efetivamente observados, a organização e a prestação de segurança privada por agentes de segurança pública seguem se reproduzindo (Brito et. al, 2011, p. 168-169).

Por outro lado, a modernidade tardia aponta no horizonte os caminhos tortuosos da sociedade de risco (Beck, 2011), onde a consolidação de carreiras ou profissões únicas tornou-se comportamento da “sociedade industrial”, ou seja, tornou-se comportamento antiquado ou do passado. Atualmente, na sociedade do risco, são os subempregos plurais ou “bicos” que coordenam as trajetórias profissionais das pessoas na modernidade.

9.4 A construção de amizades não recomendáveis e a realização de atividades ilícitas

Tabela 28 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - A Construção de Amizades Não Recomendáveis e Realização de Atividades Ilícitas

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Amizades Não Recomendáveis e Atividades Ilícitas	171
A construção de amizades não recomendáveis	112
Realização de Atividades Ilícitas	59

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

De acordo com os policiais militares pesquisados, a construção de amizades não recomendáveis, adotada pelo policial militar desviante, no sentido de manter um círculo de amizades e convivência social de risco durante o período de folga, são comportamentos de risco adotados pelos policiais militares desviantes durante o período de folga que predispõem a ocorrência da vitimização policial.

Não só os locais, mas também o círculo, o círculo de convivência [é um fator de risco de vitimização policial na folga]. Então. Se você convive com pessoas que estão constantemente envolvendo-se em situações, em situações conflitantes socialmente, por exemplo em brigas, em rixas e ou pessoas que que têm o hábito ou que já tiveram o hábito de envolver se em vias de fato, ou em algum conflito com a lei. Ou por manter envolvimento com pessoas que no momento de ingerir bebida alcoólica aqui e ali, ela exalta facilmente. Inevitavelmente, se você vai estar junto, uma hora ou outra vai acabar envolvendo você. Então também os círculos de convivência é importante que seja avaliado, avaliado. Nós já tivemos situações que, por questões de rixas, de discussões, discussões que aparentemente banais, vieram ali a ceifar a vida de policiais, e fora de serviço porque ele está lá no local. Não vou dizer não condizente, mas de repente estava no local com as pessoas que se envolveram e ele foi tentar apartar. Envolveu no meio da confusão e acabou sendo ferido e vindo a óbito. Então são aspectos que nós temos que levar em consideração. Primeiro, por ser uma figura pública, escolheu essa profissão, você passa a ser uma figura pública e aí, queira ou não, você passa a ser observado. Você não sabe no ambiente, de repente você está ali, se já tem ali pessoas que você já prendeu, ou que você já teve que intervir em situações conflitantes e essa pessoa pode ter guardado mágoa, então tudo tem que que

ser levado em consideração a partir do momento em que você entra para essa profissão (E8_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_29_ANOS_PMMT)

Essas amizades não recomendáveis, estabelecidas pelo policial militar desviante, em seu círculo de convivência social, nos momentos de folga, são caracterizadas pelo envolvimento do militar em círculos de convivência social ou círculo de amizades com pessoas em conflito com a lei, criminosos contumazes, criminosos faccionados, criminosos ligados ao crime organizado, tais como: agiotas; traficantes; homicidas; estelionatários; dentre outros.

Geralmente, essas pessoas em conflito com a lei, criminosos contumazes, criminosos faccionados ou criminosos ligados ao crime organizado fazem o uso de diversos mecanismos de cooptação social, no sentido de influenciar e criar um vínculo inicial de amizade com o policial militar desviante, através de convites para festas, baladas, shows, “resenhas” e churrascos, todos realizados no sentido de criar um *rapport* entre o militar desviante e o “pretenso amigo”.

Eu não sei, eu não entendo muito assim, comandante, mas eu entendo que muitas das vezes é a própria sociedade que estimula o policial a beber, porque não é não raras as vezes em que o policial recebia convites para tomar uma [bebida alcoólica]. Eu nunca bebi na minha vida. Então eu percebi isso aí. Eu nunca bebi, mas eu percebi e sei que a facilidade de dar bebida alcoólica pro policial e os convites aconteciam. Muita gente quer se aproximar do policial e dessa forma ele consegue se aproximar mais do policial nessas festinhas de bebida e de envolvimento com mulheres também. E nesse fato eles acabam se envolvendo, se aproximando mais do policial militar (E7_PRAÇA_SUBTENENTE_MASC_30_ANOS_DE_SERVIÇO_NA_PMM).

Esses mecanismos de cooptação social, utilizados por pessoas em conflito com a lei, no sentido de criar um vínculo de amizade com o militar, através do convite ou promoção de eventos do tipo festas, baladas, shows, “resenhas” e churrascos ou qualquer outro tipo de evento de socialização, envolvem, não somente o uso abusivo de álcool, mas, igualmente, o uso de drogas ilícitas e a presença de diversas mulheres (geralmente de comportamento promíscuo).

Esses mecanismos de cooptação social, utilizados por pessoas em conflito com a lei, no sentido de criar um vínculo de amizade com o militar desviante, através da promoção de eventos de socialização que envolvam bebidas alcólicas, entorpecentes e muitas mulheres, faz com que o policial militar se envolva de tal maneira que visualiza no criminoso em conflito com a lei uma “verdadeira amizade”.

O nível de inteligência emocional desses tipos de criminosos cooptadores de policiais militares é tão evoluído que esses criminosos contumazes se utilizam de

momentos de vulnerabilidade dos policiais militares, tais como dívidas financeiras ou problemas de desestruturação emocional, familiar ou profissional, para fornecer o “ombro amigo” ou até mesmo, em certos casos, custear todas as dívidas do militar, em troca de sua “amizade”.

Esses mecanismos utilizados para influenciar e estabelecer amizades com policiais militares desviantes funciona como uma espécie de “troca social”, onde tanto o policial militar, quanto o criminoso cooptador se beneficiam da relação social estabelecida.

Essa “troca social” estabelecida entre policial militar e criminoso cooptador visa uma maximização da utilidade de ambas as partes envolvidas na troca social, ou seja, o policial militar se beneficia daquilo que o criminoso cooptador pode lhe proporcionar (bebidas, entorpecentes, mulheres e dinheiro) e o criminoso cooptador se utiliza do poder e influência do militar para seu benefício próprio.

Essa relação de protocooperação ou mutualismo, estabelecida entre policial militar e criminoso cooptador, onde ambas as partes são favorecidas em seus interesses, pode englobar desde “pequenos favores”, até mesmo questões relacionadas ao fornecimento de informações privilegiadas⁹⁶, podendo chegar até mesmo à exigência de condutas em confronto com a lei por parte do militar desviante.

Quando a troca social estabelecida entre policial militar desviante e criminoso cooptador envolve grandes quantidades de dinheiro, muitas vezes o policial acaba sendo facilmente seduzido pela oportunidade de lucro, haja vista as suas dificuldades financeiras e o sentimento de reciprocidade que o militar desviante nutre pelo “amigo não recomendável” (em virtude das benesses e favores já usufruídos pelo militar desviante, graças ao “amigo não recomendável”).

A vitimização do policial militar desviante ocorre justamente em virtude do laço de amizade estabelecido com essas pessoas em conflito com a lei, assim como em virtude do envolvimento do policial militar desviante em atividades ilícitas em conluio com suas amizades criminosas.

Igualmente, a frequência em locais de risco na companhia desses criminosos, tais como bares, botecos, festas, shows, boates, casas de prostituição, dentre outros

96 Policial Militar do Estado de Mato Grosso preso repassando informações privilegiadas à organização criminosa. Fato ocorrido em 12.03.2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/03/12/advogados-e-policial-sao-alvos-de-operacao-por-facilitar-dados-a-presos-de-alta-periculosidade-em-mt.ghml> >. Acesso em 12.03.2024.

locais comumente frequentados por esse perfil de pessoas em conflito com a lei, é um fator de risco de vitimização policial militar durante o período de folga.

O contexto em que ocorrem as mortes de policiais militares, em virtude da construção de círculos de convivência social com pessoas em conflito com a lei é bastante variado e enigmático, haja vista a complexa trama de redes de sociabilidade negativa (Fernandes, 2016) que essas pessoas estão inseridas, em contato com agiotas, traficantes, homicidas, estelionatários e diversos outros tipos de pessoas em conflito com a lei.

A motivação do policial militar para a manutenção de amizades não recomendáveis durante o período de folga ocorre em virtude de uma escolha racional adotada pelo agente, ou seja, o ator social realiza uma escolha de manter uma amizade não recomendável (com criminosos ou pessoas mal-intencionadas) visando a satisfação de seus autointeresses, tais como: favores pessoais; status social; status no âmbito da criminalidade; bebidas alcóolicas; entorpecentes; mulheres; e dinheiro.

Por conseguinte, o relacionamento de amizade não recomendável, adotado de maneira voluntária e consciente pelo policial militar desviante, visa uma troca social, onde ambas as partes maximizam utilidade, ou seja, tanto o policial militar, quanto “o amigo não recomendável” desfrutam de benefícios dessa relação social de “amizade”.

O policial militar maximiza a utilidade da sua função, ou seja, utiliza a sua posição de status e de poder de policial militar, como moeda de troca oferecida ao seu “amigo não recomendável”, em troca de benefícios de ordem particular variados, tais como: favores pessoais; status social; status no âmbito da criminalidade; festas e baladas, regadas a bebida alcóolica, entorpecentes e muitas mulheres; e dinheiro.

O “amigo não recomendável” maximiza a sua utilidade de detentor de poder, status e dinheiro no âmbito social e da criminalidade, para oferecer ao policial militar desviante, além de sua postura ou conduta de “amizade”, principalmente, os atributos descritos no âmbito militar como trinômio da infâmia, o qual reestilizamos como “trinômio da autodestruição”, ou seja, o “amigo não recomendável” oferece ao policial militar larga oferta de mulheres, dinheiro e drogas lícitas e ilícitas para seu consumo e bel-prazer e satisfação de seus desejos próprios.

Nesse contexto, portanto, é possível perceber que o ator social age motivado tanto por uma racionalidade objetiva (Boudon, 1995, 45-46) ou ação social relativa a fins (Weber, 2000), quando age visando os benefícios voltados para obtenção de riqueza e prestígio, quanto por uma racionalidade subjetiva (Boudon, 1995, p. 46-48)

ou ação social afetiva (Weber, 2000), quando age visando a satisfação de seus desejos e prazeres individuais. O comportamento social de risco, adotado pelo militar desviante, no sentido de manter amizade não recomendável em seu círculo de convivência social, é motivado por uma racionalidade objetiva (Boudon, 1995, 45-46) ou ação social relativa a fins (Weber, 2000), uma vez que, consciente dos efeitos da troca social estabelecida, visa por um de seus paradigmas: obtenção de riqueza, prestígio e poder.

Por outro lado, o comportamento social de risco, adotado pelo militar desviante, no sentido de manter amizade não recomendável em seu círculo de convivência social, é motivado por uma racionalidade subjetiva (Boudon, 1995, p.46-48) ou ação social afetiva (Weber, 2000), já que, consciente dos efeitos da troca social estabelecida, tem em vista a satisfação de seus desejos e prazeres individuais, tais como: o consumo de drogas lícitas e ilícitas, assim como o envolvimento com diversas mulheres.

Os efeitos de agregação dessas racionalidades objetivas e subjetivas por parte do ator social ocasionam um efeito de composição complexo (Boudon, 1995, p. 53) com ele buscando as amizades não recomendáveis, como forma de satisfação de seus interesses individuais de obtenção de riqueza, prestígio ou poder e/ou satisfação de desejos e prazeres de ordem individual. Esse comportamento de risco, de manutenção de amizades não recomendáveis, além de propiciar o aumento do risco de vitimização do policial militar, em virtude do estabelecimento de amizades com pessoas em conflito com a lei, pode proporcionar, ainda, o deslocamento de objetivos ou resignificação da função policial militar, possibilitando a formação de pequenos núcleos ou grupos para realização de atividades ilícitas, podendo desdobrar-se em empreendimentos ilícitos diversos.

Ademais, o comportamento de risco de manutenção de amizades não recomendáveis e realização de atividades ilícitas possibilita, por meio de um efeito de composição complexo (Boudon, 1995, p. 53), a produção de efeitos que reforçam a manutenção de estruturas sociais no ambiente de folga que promovem: a desestruturação emocional e a desestruturação familiar do militar desviante, por meio do consumo excessivo de drogas lícitas (alcoolismo) e ilícitas (entorpecentes), os quais predispõem, inclusive, o cometimento de suicídio por parte do militar desviante, haja vista o consumo de drogas, portando arma de fogo.

9.5 Adoção de comportamentos de risco que negligenciam técnicas de sobrevivência policial na folga

Tabela 29 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Individual (Micro)	1467
Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco	170
Andar desarmado na folga	73
Estar totalmente desatento na folga	65
Roubo x Reação x Porte de Arma de Fogo	7
Dificuldade para Manutenção do Estado de Alerta durante a Folga - Deixar-se Acomodar pela Rotina	4
EPI de Folga de Baixa Qualidade	4
Exposição que esta Armado	4
Estar Sozinho durante a Folga	2

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT (NVIVO)

De acordo com os policiais militares pesquisados, a morte de policiais militares durante o período de folga ocorre também, diversas vezes, em virtude da adoção de comportamentos de risco que ferem princípios técnicos de sobrevivência policial durante o período de folga.

Por questões de melhor exposição da temática, adotaremos a separação das respostas fornecidas pelos policiais militares pesquisados, através da tríade de gerenciamento de processos de qualidade do serviço operacional policial, conhecida como “homem-treinamento-equipamento”.

9.5.1 Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Homem”

Tabela 30 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Individual (Micro)	1467
Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco	170
Andar desarmado na folga	73
Estar totalmente desatento na folga	65
Estar Sozinho durante a Folga	2

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

De acordo com os policiais militares pesquisados, alguns comportamentos de risco, adotados pelos policiais militares, durante o período de folga, negligenciam

princípios de sobrevivência policial bastante comuns na perspectiva da técnica policial, tais como: permanecer sozinho em locais de risco durante o período de folga; andar desarmado na folga; e permanecer totalmente desatento na folga, os quais podem predispor a morte do policial militar durante o período de folga.

O ato de permanecer sozinho em locais de risco é um comportamento de risco que pode predispor a vitimização do policial militar durante o período de folga, devido não somente às condições ambientais de perigo eminente do local de risco, geralmente frequentado por pessoas alcoolizadas e/ou drogadas e/ou em conflito com a lei, mas, igualmente, devido à condição de desvantagem ou de inferioridade mínima numérica, na qual o policial militar se coloca, ao permanecer sozinho em locais de risco, considerando uma eventual possibilidade de resposta a um cenário de conflito.

Então, Major tem vários aspectos aí, né? [envolvendo a morte do policial militar de folga]. Tem o policial, aquele que vai pro bar, como eu já tive o colega que morreu dessa forma. Ingerindo, bebida alcoólica no bar, e mesmo estando armado, mas ele sozinho ali, arruma confusão, briga, e aí com isso vem pessoas que vem e pega a pessoa desprevenida porque está alcoolizado e mata. Como já teve um colega meu que fez isso. E tem o famoso bico, no bico também [ocorre a morte do policial militar na folga]. (E5_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_29_ANOS_PMMT).

O ato de permanecer totalmente desatento na folga, é um comportamento de risco que pode predispor a vitimização do policial militar, por dois fatores principais. O primeiro fator de risco relaciona-se à condição de pessoa pública que a profissão de policial militar impõe. Essa condição de pessoa pública garante ao policial militar uma posição de destaque no meio social, proporcionando o reconhecimento social do policial militar (inclusive durante o período de folga), por um número sem igual de pessoas da sociedade, inclusive pessoas que o policial militar nem mesmo conhece. Nesse sentido, portanto, permanecer totalmente desatento na folga é um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar na folga.

Em todos esses aspectos, em todos esses aspectos, seja o policial ele mesmo como vítima, seja ele como uma pessoa que está intervindo na situação. Nós temos que observar que muitas das vezes o nosso profissional, ele não está ainda preparado, para situações, não vou nem falar pra reagir. O policial ele acaba reagindo, e aí, talvez por ele não ter ali uma preparação ou antever aquilo ali, aquela situação em que ele está entrando nela. Ele acaba sendo a vítima e se vitimizando. Então eu falo isso por que? Porque o profissional, ele e nós somos profissionais, policiais militares. É aquela história de que somos 24 horas policial. Isso é verdade! Isso é verdade! Se você vai na sua folga, você vai no banco, se você vai na lotérica, você vai no supermercado. Você não está imune a aquilo que o restante da sociedade sofre no dia a dia. E você, enquanto policial ... Aí entra o agravante. Se você é policial e ainda costuma andar armado no período de folga, a sua atenção

tem que ser redobrada, né?! E você tem ali frações de segundos para você decidir entre, se você vai agir ou você vai adotar uma postura mais passiva e ou você vai observar e aguardar um reforço ou solicitar um reforço, ou você vai intervir imediatamente. Então tem que estar preparado para tudo isso. São situações e como eu falei que acontecem, na maioria das vezes, inesperadamente. Qual é o diferencial que eu vejo? O diferencial que eu vejo é que o policial que ele adota uma postura em que ele está vigilante diante das coisas que estão acontecendo ao redor dele, ele tem uma certa vantagem. E, sobretudo, ele vai estar mais amparado na tomada de sua decisão, quer seja ela qual for [reagir ou não reagir] (E8_OFICIAL_MASCULINO_29_ANOS_PMMT).

O segundo fator de risco decorre da própria especificidade do exercício da função de policial militar, ou seja, a realização de prisões e o confronto com criminosos fazem com que os policiais militares desenvolvam redes de contatos profissionais com pessoas em conflito com a lei, as quais são pessoas perigosas e capazes de atentar contra a vida do policial militar durante o período de folga. Tendo isso em vista, permanecer totalmente desatento na folga é um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar na folga.

Sim, pode sim [o policial militar morrer na folga, em virtude de ações profissionais], porque os vagabundo marca o policial. Muitas vezes ele na ocorrência ali ele tem que usar força moderada necessário para conter a pessoa. Aí ele acha que o policial está abusando da violência contra ele e aí ele fica marcando a gente, né? Então tudo isso a gente tem que tomar cuidado nas ocorrências em todos os prós e contras, principalmente quando ocorre morte ou ocorrência de vulto, tem que se cuidar, e, inclusive através da proteção contra a família da pessoa. Tudo a gente tem que ficar esperto (E1_PRAÇA_MASCULINO_29_ANOS_PMMT)

Andar desarmado na folga, muitas vezes é uma opção adotada pelos policiais militares, no sentido de evitarem o “estresse constante” de estar portando a arma de fogo. Por outro lado, é muito pertinente destacar duas justificativas principais, evidenciadas pelos policiais militares que costumam andar desarmados durante o período de folga.

A primeira justificativa relaciona-se ao fato de que os policiais militares que decidem andar desarmados durante o período de folga afirmam que já adotaram a decisão prévia de que, se forem alvos de tentativa de roubo ou algo similar, já tem a decisão previamente tomada de não reagir, uma vez que muitos desses militares entendem que, mesmo que ocorra a neutralização do infrator, as possibilidades de erro e danos colaterais perante uma reação são muito grandes, assim como a possibilidade de ferimento de familiares do policial ou até mesmo de terceiros, durante a troca de tiros.

Essa decisão prévia de reagir ou não reagir a um cenário de sobrevivência policial é esclarecida por Oliveira et. al (2020), ao estudar casos reais de confrontos policiais durante o período de folga. A conclusão sobre qual seria a melhor resposta a um cenário de sobrevivência policial na folga, descrita pelo pesquisador, remete à decisão antecipada do policial militar de “nunca reagir ou sempre reagir” (Oliveira et. al, 2020).

A segunda justificativa relatada pelos policiais militares que costumam andar desarmados durante o período de folga, como fundamentação para a não utilização do porte da arma de fogo nesses momentos, é o fato de que, caso sejam abordados por algum infrator, em alguma tentativa de roubo ou algo similar, o porte da arma de fogo facilmente os identificaria como policiais o que, como consequência, tenderia a forçar o infrator a agir no sentido de neutralizar o policial militar.

Por outro lado, a pesquisa de Oliveira et. al (2020), realizada na Polícia Militar da Paraíba, através da análise de boletins de ocorrência e reportagens envolvendo circunstâncias nas quais os policiais militares eram vítimas de roubo, constatou que a reação a uma tentativa de roubo, mediante a utilização de arma de fogo pelo policial militar vítima, ainda demonstra-se como uma das principais respostas de sobrevivência nessas circunstâncias.

Esses comportamentos de risco, adotados pelos policiais militares, no sentido de frequentarem locais de risco sozinhos durante o período de folga; andarem desarmados durante o período de folga; e permanecerem totalmente desatentos durante o período de folga, negligenciando, portanto, princípios básicos da sobrevivência policial durante o período de folga, refletem, em certa medida, o dilema entre os “níveis de segurança” versus os “níveis de liberdade”.

Todo esse estudo conduz ao conflito entre a liberdade do ser humano e qualidade na segurança. A liberdade aqui pode ser representada por viver em harmonia, com felicidade na sociedade, ou seja, o agente de segurança pública se sentir livre para suas escolhas e vontades. Por outro lado, a segurança é o agir diferente do status quo, significa mudar a rotina, limitação de autonomia, substituir desejos, caminhos e vontades, visando ao aumento da sensação de proteção. O cérebro, por muitas vezes, tem compreendido isso quase que automaticamente, porém, quando as medidas são mais incisivas, certamente haverá um conflito (Marty, 2022, p. 1163)

A dicotomia ou o pêndulo dos valores da Segurança versus a Liberdade refletem a utopia da segurança com liberdade, descrita pelo sociólogo polônes Zygmunt Bauman (2001), de maneira que, para o cenário de sobrevivência policial

durante o período de folga, o desejo do policial militar de liberdade ou de ser livre nesses momentos faz com que, automaticamente, os níveis de segurança que preconizam as técnicas de sobrevivência policial sejam relativizados ou negligenciados, ou seja, é uma decisão de agir de resultado inversamente proporcional.

9.5.2 Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Treinamento”

Tabela 31 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Individual (Micro)	1467
Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco	170
Roubo x Reação x Porte de Arma de Fogo	7
Dificuldade para Manutenção do Estado de Alerta durante a Folga - Deixar-se Acomodar pela Rotina	4
Exposição que esta Armado	4

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

A reação equivocada a uma tentativa de roubo é uma das causas recorrentes de mortes de policiais durante o período de folga. Grande parte desse comportamento de risco de reagir de maneira equivocada durante uma tentativa de roubo, ou seja, no calor da adrenalina, advém do desejo voraz de sobrevivência do policial militar.

As técnicas de sobrevivência policial indicadas por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020) e demais teóricos da sobrevivência policial durante o período de folga, auxiliam o policial militar, mediante um treinamento de mudança de *mindset combat* (planejamento mental de combate), a controlar, em certa medida, as percepções e distorções características do ambiente de combate, com o objetivo de encontrar a melhor resposta que garanta a sobrevivência do policial militar durante o período de folga.

Entretanto, como diria Giddens (1991), fazendo alusão a uma possível teoria que compreenda os complexos sistemas que caracterizam a modernidade reflexiva, o sociólogo esclarece que por mais que os *defeitos de projeto* de um sistema possam ser corrigidos e solucionados ao longo do tempo, minimizando as possibilidades de erro, de modo a se tornarem praticamente nulos, em virtude de seus constantes aperfeiçoamentos, por outro lado, a *falha do operador*, ou seja, a presença do elemento humano nessa equação, torna o resultado final oposto às certezas

matemáticas, com um resultado final tecnicamente *imprevisível* (Giddens, 1991, p. 166).

Dessa maneira, mesmo que o policial militar seja capacitado tecnicamente nos conhecimentos atinentes à sobrevivência policial, a reação equivocada a uma situação de roubo vivenciada por um policial militar pode naturalmente ocorrer, pois estará ali presente o elemento humano, que poderá adotar uma conduta ou comportamento de risco vinculado a uma razão de agir singular ou individualismo metodológico de “sobrevivência”, ou seja, estando certo ou errado, do ponto de vista jurídico ou até mesmo social, o sentido social do comportamento do agente foi ao menos o de tentar garantir a sua sobrevivência.

O comportamento de demonstrar ostensivamente que está armado na folga, é um comportamento de risco que pode predispor a morte do policial militar, por diversas razões. A primeira razão recorrente de o militar demonstrar que está armado na folga está relacionada a uma postura comportamental de risco, muitas vezes adotada por policiais militares recrutas, de querer demonstrar que estão portando uma arma de fogo durante o período de folga, como meio de “exibição”. Esse tipo de comportamento é bastante arriscado, pois, ao mesmo tempo em que pessoas de boa índole percebem que o militar está armado, por outro lado pessoas de má índole também percebem. Não são incomuns ocorrências onde policiais são vítimas de roubo de sua própria arma de fogo, em virtude da exposição desnecessária de que está portando uma arma na folga.

A segunda razão recorrente de o militar demonstrar que está armado na folga refere-se à própria escolha equivocada das vestimentas utilizadas pelo policial militar, durante o período de folga, negligenciando critérios que privilegiem a sobrevivência do policial militar quando vítima do crime e da violência. Esses critérios, baseados na escolha de vestimentas que façam com que o policial militar passe despercebido no meio social e não seja flagrado que está portando uma arma de fogo, dentre outros aspectos, foram pontuados de maneira indireta por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020) como “quebras de paradigmas”, pois a conduta de sobrevivência policial envolve e exige uma reestruturação de todo o *life style* adotado pelo policial militar durante o período de folga, o que compreende até mesmo uma reestruturação das próprias vestimentas utilizadas por ele, primando pela escolha de vestimentas que proporcionem segurança e furtividade do porte da arma de fogo na folga.

A escolha de vestimentas inadequadas, ou seja, muito apertadas, muito frouxas ou mal acondicionadas dificulta eventuais reações e prejudica o aspecto técnico não somente da furtividade do porte velado da arma de fogo mas, sobretudo, o efeito surpresa, muito desejado e fundamental no âmbito de aplicabilidade das técnicas de sobrevivência policial na folga.

A terceira razão recorrente de o militar demonstrar que está armado na folga ocorre em virtude da ingestão em excesso de bebida alcoólica durante o período de folga em bares, botecos, shows, baladas, dentre outros locais ou eventos públicos onde ocorre a socialização por meio do consumo de bebidas alcoólicas, de maneira que a perda do controle sobre suas ações faz com que o policial militar não se atente para os cuidados mínimos com a sua arma de fogo, tal como tentar mantê-la escondida ou velada junto ao seu corpo.

São vários fatores que a gente tem que levar em consideração [na vitimização policial na folga]. Saber para onde vai. Saber onde você vai andar, os locais, os horários e, principalmente, estar constantemente em alerta e vigilância e vigilância. É fato que a relação ambiente e a pré-existência ali de ambientes que não são propícios para a frequência, também contribuem [para a vitimização policial na folga]. Eu não vou falar só do policial, mas de um cidadão de bem. Mas principalmente o policial. A profissão policial, ela traz consigo, e é um fator que potencializa o risco para o policial, e a gente pode observar isso como um fator facilitador para o aumento dessa vitimização policial. Nós tivemos. Há alguns anos atrás, algumas ocorrências em que aconteceram, por exemplo, em distribuidoras de bebidas e ocorrências em que aconteceram, em locais de prostíbulos, inclusive bares, entre aspas ou prostíbulos. Não vou entrar no mérito. Da conduta de quem faz ou deixa de fazer ou de quem frequenta ou deixa de frequentar. Mas entrando no mérito da avaliação do risco daquele cenário. Então, o profissional ou policial que ele não faz essa avaliação, ou que mesmo fazendo ele a negligencia. Porque quando você frequenta uma distribuidora, um bar, não é ilegal né?! Mas é aquela história que a gente fala de você estar em vigilância. Você diminui ou aumenta o nível de alerta nesses locais? Talvez essas pessoas negligenciaram exatamente nesse aspecto, exatamente nesse aspecto. Então a gente fala que a sobrevivência do policial, ela começa ali com a adoção de hábitos saudáveis, hábitos de vida, de saúde mental, hábitos de saúde física, corporal e hábitos de convivência em grupo e convivência em grupo, em sociedade. Então, assim, se a gente sabe aqueles policiais que cultivam hábitos que não são muito “saudáveis”, num ponto de vista social, principalmente, ele está se colocando em risco e ele coloca em risco a sua integridade física. Veja bem, não estou dizendo que frequentar o local de, vamos dizer assim, o nível social A, B ou C, Não. Não estou dizendo isso porque na periferia tem muitos lugares que não acontece nada, não acontece nada. Assim como, tem outros lugares de alta sociedade que acontece tudo também. Estou dizendo que você [policial militar] tem que saber os locais que frequenta. A partir do momento que ele se torna um policial, ele acaba inevitavelmente sendo uma figura pública, quer seja no âmbito da sua área de atuação, da sua responsabilidade de atuação, quer seja perante a sociedade. Então ele também tem que saber avaliar onde cabe a sua presença, onde que ele [policial militar] pode frequentar, não tendo o risco para sua integridade física também. Então, cultivar hábitos saudáveis, antes de mais nada, é o primeiro passo da sobrevivência policial, para a

manutenção da vida do policial militar
(E8_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_29_ANOS_PMMT).

Nesse sentido, portanto, é possível perceber que a conduta de sobrevivência, adotada pelo policial militar, durante o período de folga, abrange uma reestruturação de todo o seu estilo de vida, de maneira que as escolhas são realizadas, sopesando, principalmente, os aspectos de segurança do policial militar e no sentido de que o policial abandone o ímpeto de se colocar em destaque durante o período de folga e adote a postura baseada naquilo que denominamos como “teoria do homem cinza”, ou seja, adote um comportamento “daquele que tudo percebe, mas que não é percebido”.

A dificuldade de manutenção do estado de alerta durante o período de folga ocorre em virtude de dois fatores principais. O primeiro relacionado ao próprio comportamento de risco do militar, de permanecer e frequentar locais de risco durante o seu período de folga o que, naturalmente, dificulta a manutenção do estado de alerta em um ambiente totalmente hostil e fora do seu controle.

O segundo fator refere-se à ausência do conhecimento e/ou da aplicação da técnica de sobrevivência policial, denominada de Código de Cores de Jeff Cooper (Vasconcelos, 2015). Em linhas gerais, o Código de Cores de Jeff Cooper ensina que o policial militar, visando a sua sobrevivência, deve fazer uma análise de risco prévia do local onde se situa ou onde deseja frequentar, no sentido de determinar se esse ambiente é um local de risco baixo, médio, alto ou altíssimo de vitimização para o policial militar (Vasconcelos, 2015, p. 188 e 189).

Partindo dessa categorização inicial de risco dos lugares onde o policial militar frequenta ou permanece durante o período de folga, é realizada uma modulação do nível de estado de alerta do policial militar, de maneira proporcional ao nível de risco a que está exposto o policial militar durante o período de folga.

Se o policial militar costuma somente frequentar e permanecer em locais de risco, certamente a dificuldade para manter o estado de alerta, visando prever eventuais episódios de vitimização, será muito maior ou até mesmo impossível, haja vista o comportamento de risco adotado por ele próprio de permanecer ou frequentar locais de risco durante o seu período de folga.

Por outro lado, caso o policial militar adote o comportamento de não frequentar ou permanecer em locais de risco, automaticamente, a leitura do ambiente torna-se favorável à sobrevivência dele, ou seja, o nível de risco do local onde se está

frequentando ou permanecendo durante o período de folga é muito menor, de maneira que ele pode aproveitar a sua folga, em um nível de atenção mais tranquilo ou menos alerta, uma vez que os fatores ambientais trabalham ao seu favor e não funcionam como elementos que predispõem a vitimização policial.

É possível perceber, portanto, que, em grande medida, o comportamento de risco do ator social, adotado no sentido de demonstrar que está armado durante o período de folga, assim como a dificuldade em manter o estado de alerta durante esse período e as próprias reações a ocorrências em que o militar é vítima de roubo ou necessita reagir a algum eventual conflito, mediante a utilização ou não da arma de fogo, são bastante influenciadas pelo comportamento de risco de frequência e permanência em locais de risco durante o período de folga.

Essa busca do policial militar pela frequência e permanência em locais de risco, locais esses onde ocorre a socialização por meio da ingestão de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes, obedece uma razão de agir do ator social que está baseada em uma Ação Social Racional Afetiva (Weber, 2000), ou seja, o objetivo do ator social, ao adotar o comportamento de risco de frequência e permanência nesses locais não recomendados, objetiva a satisfação de seus desejos e prazeres individuais.

Do ponto de vista sociológico, o efeito de agregação de racionalidades por ações afetivas (Weber, 2000) produz o efeito de composição complexo (Boudon, 1995, p. 53), no sentido de que, embora a ação social do agente seja adotada para satisfação dos seus desejos e prazeres individuais, por outro lado, o seu comportamento de risco de frequência e permanência em locais não recomendáveis pode provocar o efeito inverso do desejado, ou seja, pode provocar a vitimização do policial militar durante o período de folga nesses locais de risco.

9.5.3 Vulnerabilidades na Folga: aspecto “Equipamento”

Tabela 32 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Individual (Micro)	1467
Adoção de Comportamentos Técnicos de Sobrevivência Policial de Risco	170
EPI de Folga de Baixa Qualidade	4

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

O equipamento de proteção individual (EPI) é muito lembrado e, inclusive, muito cobrado pelos policiais militares na corporação, quando se encontram na condição de serviço na Polícia Militar. Por outro lado, na condição em que o policial militar se encontra de folga, muito pouco é falado e, pior ainda, muitos cuidados são negligenciados pelo próprio policial militar, frequentemente.

Por exemplo, a própria arma de fogo é um equipamento de proteção individual do policial militar durante o seu período de folga. Todavia, não raras vezes, é comum o policial não se cobrar do fato de que a sua arma necessita de manutenção de primeiro escalão (limpeza e lubrificação das peças principais) com certa regularidade, para que ela efetivamente funcione.

Em adição, muitos policiais militares também não se atentam e esquecem que a munição da sua arma de fogo também é um equipamento de proteção individual durante o período de folga e que, portanto, merece cuidados. Para que a munição da arma de fogo seja eficiente são necessários alguns cuidados por parte do policial militar, tais como: atenção às condições de acondicionamento das munições, inspeção dos aspectos físicos externos das munições, principalmente quando da realização das manutenções de primeiro escalão e uma certa regularidade de tempo para troca delas, até mesmo como uma forma de testar o seu armamento com as munições antigas e renovar o seu estoque de munições de uso para defesa pessoal, com munições novas.

O coldre também é um equipamento de proteção individual do policial militar durante o período de folga, muitas vezes negligenciado, chegando ao ponto de policiais militares utilizarem arma de fogo à paisana sem a utilização do coldre. A disponibilidade de coldres no mercado hoje é variada e eles apresentam tecnologias de formato ergonômico que garantem ao policial militar um melhor acondicionamento da arma de fogo ao corpo; melhoram a velocidade do saque da arma de fogo; propiciam maior segurança e furtividade para o operador no porte velado, dentre outras vantagens, que muitas vezes são negligenciadas e podem custar a vida do policial militar durante o período de folga.

Os porta carregadores de arma de fogo são também equipamentos de proteção individual fundamentais para proteção do policial militar durante o período de folga. Atualmente, a tecnologia envolvendo acessórios de arma de fogo está tão avançada, que temos modelos de coldres que acoplam de maneira conjunta os porta

carregadores. São os famigerados coldres modelo “*sidecar*” que facilitam o porte da arma de fogo pelo policial militar durante o período de folga e garantem ao operador, no momento do combate, carregadores com munições sobressalentes, para uma melhor promoção da sua defesa pessoal ou de terceiros.

Em modelos similares aos porta carregadores para armas de fogo, temos os torniquetes, totalmente adaptáveis para que caso o policial militar seja vítima de algum disparo de arma de fogo ou ferimento que ocasione sangramento massivo de extremidades, o torniquete pode ser a diferença entre a vida e a morte do policial militar durante o período de folga.

Por derradeiro, citamos a lanterna, um equipamento de proteção individual do policial militar durante o período de folga, muitas vezes negligenciado pelos policiais militares como instrumento de defesa. A lanterna é um instrumento fundamental à sobrevivência policial, haja vista a sua versatilidade de utilização, tanto como um instrumento ofensivo, quanto como um instrumento defensivo no momento de um combate de sobrevivência durante o período de folga, sobretudo em ambientes com baixa luminosidade.

Nesse contexto, portanto, não utilizar, ou utilizar esses equipamentos de proteção individual (EPI) de maneira inadequada ou com a aquisição de equipamentos de proteção individual de baixa qualidade, pode provocar a vitimização do policial militar durante o período de folga, por uma série de comportamentos de sobrevivência policial negligentes.

O comportamento de risco de negligenciar o cuidado e a qualidade do equipamento de proteção individual utilizado durante o período de folga para a sobrevivência do próprio policial militar obedece uma razão singular de agir ou um individualismo metodológico do agente, que adota o comportamento de risco no sentido de negligenciar as condições operacionais de uso de seus equipamentos de proteção individual, utilizados durante o período de folga, os quais podem contribuir para a vitimização do policial militar.

9.6 Adoção de comportamentos de risco na vida privada

Tabela 33 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Adoção de Comportamentos Risco na Vida Privada

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Adoção de Comportamentos de Risco na Vida Privada	44
Endividamento Financeiro	32
Relacionamento Amoroso Extraconjugal	5
Ausência de Espiritualidade	3
Voluntário Excessivamente para Jornada Extraordinária - Bico Legalizado	2
Desentendimentos durante a Folga	1
Ganância por Dinheiro	1

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

De acordo com os policiais militares pesquisados, foram indicados comportamentos de risco adotados pelos policiais militares que predispõem a ocorrência da vitimização do policial militar, durante o período de folga, tais como: envolver-se em desentendimentos durante o período de folga; manter relacionamentos amorosos extraconjugais; endividamento financeiro; ser voluntário excessivamente para jornadas extraordinárias; ser ganancioso por dinheiro; e ausência de espiritualidade.

O envolvimento em desentendimentos durante o período de folga é um dos comportamentos de risco responsáveis por ocasionar a morte do policial militar durante nestes momentos. As causas desses desentendimentos, durante o período de folga, são diversas e podem variar desde uma discussão prosaica ou fútil cotidiana, podendo chegar até mesmo em desentendimentos em virtude de rixas ou vinganças.

Então, geralmente acontece [a morte do policial militar na folga] quando ele sai para tomar uma cerveja ou uma bebida e ficar alcoolizado, ou muitas vezes estar fazendo um bico em mercado e em bares, e danceterias, geralmente sempre tem ocorrência e envolve o policial e geralmente, nem todas as vezes, mas geralmente ele sai prejudicado. Acontece a ocorrência e aí ele é envolvido, muitas vezes leva um tiro, leva facada. Então, geralmente é assim [que o policial militar morre na folga]
(E1_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_30_ANOS_PMMT).

Para esses desentendimentos, durante o período de folga, existe uma correlação positiva entre a frequência do policial militar em locais de risco, geralmente na companhia de pessoas não recomendáveis, seguida da ingestão de bebida alcoólica e/ou entorpecentes, como apenas alguns dos principais motores responsáveis por esse comportamento de risco adotado pelo policial militar durante a folga.

Outro fator responsável pelo envolvimento do policial militar em desentendimentos durante o período de folga é o envolvimento dele em

relacionamentos extraconjugais, com diversas mulheres solteiras e/ou comprometidas. A manutenção de relacionamentos amorosos extraconjugais é um dos comportamentos de risco responsáveis por ocasionar a morte de policiais militares durante o período de folga.

O envolvimento do policial militar com mulheres solteiras e/ou comprometidas, assim como quando o próprio militar acaba sendo alvo de infidelidade, são circunstâncias que predispõem a morte do policial militar durante o período de folga, devido a reações de caráter passional, adotadas pelas pessoas que foram prejudicadas e/ou alvos da traição conjugal.

O endividamento financeiro é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares durante o período de folga, uma vez que ele produz incentivos para que o policial militar procure por fontes alternativas de renda financeira extra, tal como as atividades de bico de segurança e/ou bicos diversos.

O endividamento financeiro pode provocar, também, o incentivo para que o policial militar tome empréstimos com bancos, agiotas, colegas de profissão, pessoas desconhecidas, dentre outros, de maneira que a situação do policial militar vai ficando cada vez mais grave, em virtude da ausência de gestão financeira.

Esse endividamento financeiro de natureza grave tem a sua gênese em causas multifatoriais, as quais revelam uma ausência de planejamento financeiro, que reflete uma situação financeira descontrolada, agravada pelos seguintes fatores: diversos casamentos ao longo da carreira militar; pagamento de pensões alimentícias; tentativa de levar um padrão de vida acima daquilo que o seu salário permite; manutenção de relacionamentos extraconjugais; ausência de uma gestão financeira equilibrada de maneira geral, dentre outros.

O endividamento financeiro, portanto, funciona como um comportamento de risco que produz incentivos para que o policial militar busque fontes de renda alternativas, tais como o exercício da atividade de bico de segurança e/ou bicos diversos, assim como induz a tomada de empréstimos prejudiciais com bancos, agiotas, companheiros de profissão, dentre outras pessoas, agravando ainda mais o endividamento financeiro.

Eu acredito que é a facilidade e facilidade de festinha né? Vamos dizer assim, as festinhas. Aí a pessoa vai em tudo quanto é festinha, ele tá no meio do showzinho, conveniência, essas lojinhas de conveniência de Posto e aí ele vai se endividando e aí ele gasta mais do que ele ganha. E aí, o que acontece? Ele tem despesas ordinárias, vamos dizer assim, que é algo da

casa dele, da família dele, que ele vai gastando, fazendo esses gastos desnecessário. E aí chega a um ponto que ele vai se endividando, e ele recebe uma remuneração fixa todo mês. Aquela remuneração só vem uma vez por mês, e ele vai fazendo dívidas, fazendo dívidas. Então aquele salário que ele recebe, ele não consegue nem pagar a dívida. Então, o que acontece? Falta uma adequação do policial viver com o salário dele. Ele tem que conseguir viver com aquele salário. Então, ele tem que se adequar a receita e despesas. Ele não pode chegar e gastar mais do que ele ganha. E aí nessa vida aí, muitas vezes pode também empurrar ele para o bico, mas o bico não vai resolver, não resolve, porque ele tem que colocar na cabeça dele, que ele tem que segurar as despesas, cortar supérfluo, ele tem que saber que o salário dele é tanto que ele tem que viver com aquilo ali (E7_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_30_ANOS_PMMT)

Por outro lado, segundo os policiais militares pesquisados, a ganância pelo dinheiro também predispõe a morte do policial militar durante o período de folga, em virtude da ausência de descanso. Esse comportamento de risco, motivado pela ganância pelo dinheiro, faz com que o policial militar emende jornadas de serviço tanto no bico ilegal, quanto no “bico legalizado” (jornadas extraordinárias), levando-o à exaustão.

Outro fator elencado pelos policiais militares pesquisados como um fator de risco de morte de policiais militares, é o fato do policial militar ser voluntário excessivamente para a realização de jornadas de serviço extraordinárias. Assim, exposição excessiva aos riscos advindos do exercício da atividade policial militar aumenta as probabilidades de risco dele ser morto tanto em serviço⁹⁷⁹⁸, quanto durante o período de folga.

A ausência de descanso adequado faz com que o policial militar, ao se submeter a jornadas extenuantes tanto no bico ilegal, quanto no bico legalizado, fique vulnerável a situações de risco, uma vez que seu nível de atenção diminui consideravelmente. Seu reflexo ou reação a uma eventual circunstância crítica de risco torna-se prejudicada e as possibilidades de tomadas de decisões equivocadas. Somando esse fator ao aumento do nível de estresse, temos consequências negativas provenientes desse comportamento de risco.

Entendi. E aliado a isso aí E2, até pra você dizer se ocorre, vamos supor o policial, ele acaba se submetendo a essa sobrecarga de serviço. Vamos dar

97 Policiais Militares de Mato Grosso morrem em naufrágio de embarcação. Fato ocorrido em 01/03/2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/03/03/sargento-e-soldado-da-pm-que-morreram-apos-naufragio-em-rio-de-mt-sao-enterrados.ghtml> >. Acesso em: 01/03/2024.

98 Policial Militar do Estado de Mato Grosso morre atropelado durante a realização de jornada de serviço extra. Fato ocorrido em 17/08/2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/08/18/caminhoneiro-que-matou-militar-atropelado-no-dia-do-aniversario-nao-tinha-habilitacao-diz-policia.ghtml> >. Acesso em 17/08/2024;

o exemplo do bico, por exemplo. Essa sobrecarga ela vai sendo, vamos dizer assim, acumulada. Ela vai acabar desaguando em alguma coisa. Aí vai ser no agravamento do estresse ou às vezes também por um outro ponto de vista, na questão do próprio transtorno ou distúrbios alimentares, obesidade, pressão alta, excesso de consumo de bebida alcoólica, isso é, isso é realidade mesmo na vida do policial militar?

(PESQUISADOR_OFICIAL_MASCULINO_MAJOR_15_ANOS_PMMT).

É realidade, é realidade sim. Porque é naquele momento que ele deveria descansar do serviço, que já é extremamente estressante e extremamente perigoso o nosso serviço, então seria necessário o policial pegar essa folga dele e realmente ter um momento de lazer, uma pescaria, um passeio, um parque com a família, um exercício físico e uma coisa assim mais, mais saudável. Na verdade, seria isso. E a gente vê que a maioria não faz isso. Esse horário de folga ele aproveita pra não descansar, pelo contrário, ele procura pra fazer as outras atividades de bico e correr atrás de mais dinheiro ou ir mesmo pra farra, né?! Os que não estão no bico tá na farra. Então isso aí contribui muito. Na verdade, é uma ilusão, né?! Essas válvulas de escape que eles procuram.

(E2_PRAÇA_FEMININO_SUBTENENTE_25_ANOS_PMMT)

A ausência de espiritualidade ou religião foi mencionada pelos policiais militares pesquisados como um comportamento de risco que pode predispor a morte do policial militar durante o período de folga. A ausência de espiritualidade ou religião ou, em outras palavras, a ausência de comportamentos ou freios morais e a ausência de propósitos que vão além dos bens materiais, produz incentivos para que o policial militar adote comportamentos de risco durante o período de folga (Alvarenga, 2017, p. 232).

Se você não tem uma estrutura que nem eu falei que nós, nós temos que ter uma estrutura familiar muito sólida, onde você tem a cultura dos seus espíritos cristãos muito definida, porque o ser humano sem crença é o cara que se acha como uma lâmpada: liga ao interruptor e desliga, e que acabou, né?! Então, se a pessoa não tiver as suas crenças, temor e temor, que vai prestar contas depois daqui. A pessoa vive a vida como se não houvesse amanhã, entendeu?! Pode tudo. Não tem freios. Não mensura se você vai imputar a maldade, fazer alguém sofrer. Então, o primeiro passo é você ter os seus princípios pessoais cristãos morais muito bem definidos. Porque se você não começa por aí, meu amigo, depois realmente só vai te restar psicólogo mesmo. E nem sempre, você sabe disso, e nem sempre o psicólogo vai conseguir alinhar e ajustar tudo isso

(E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

Essa ausência de um freio moral ou de um propósito maior para as ações ou comportamentos adotados durante a sua trajetória de vida comumente é trabalhada por meio do exercício da espiritualidade por parte do policial militar que funciona como um mecanismo de controle social e tem sua legitimidade reconhecida perante a Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos pilares da saúde do ser humano (Organização Mundial da Saúde, 2003).

Por outro lado, essa exigência de uma conduta minimamente ética do policial militar, durante o período de folga, remete-nos à importância dos aspectos referentes à “deontologia da profissão policial militar”, a qual exige, por parte de seus integrantes, um comportamento ético tanto dentro, quanto fora da instituição policial militar, até mesmo como um mecanismo de sobrevivência policial durante o período de folga.

9.7 Intervenção em ocorrências durante o período de folga

Tabela 34 - Causas da Vitimização na Folga de Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga - Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco - Intervenção em Ocorrências durante o Período de Folga

Questionário Virtual Estruturado - Causas da Vitimização na Folga	Referências
Nível Individual (Micro) - Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga	1467
Nível Individual (Micro)	1467
Escolha pela Adoção de Comportamentos de Risco	1265
Intervir em ocorrência durante o período de folga	39
Síndrome do Super-Herói em virtude do porte da Arma de Fogo	6
Dificuldade em se Despir da Função Policial na Folga	3

Fonte: Pesquisa de Campo na PMMT

A intervenção em ocorrências, durante o período de folga, é uma das causas recorrentes de mortes de policiais militares. A principal causa para adoção desse comportamento de risco de intervir em ocorrências enquanto ele está de folga, está fundamentada na famigerada “síndrome do policial herói”, disposto a salvar a tudo e a todos, a qualquer momento, não somente durante o serviço policial militar, mas, inclusive, durante o período de folga.

O que a gente observa? [sobre mortes de policiais militares na folga]. Que a vitimização policial é, nesse aspecto, vitimização violenta que é originária aí, muita das vezes, ou por questões relacionadas a tentativas de roubo que o policial pode estar sofrendo. E aí essa é uma das hipóteses que levam a morte violenta do policial no período de folga. E outra seria, em virtude de uma possibilidade de intervenção desse próprio policial, estando de folga em tentativas de roubos em ações violentas acontecendo contra terceiros. E aí tem vários, vários e vários aspectos que a gente tem que observar. E ainda existem situações em que o próprio policial ele está no exercício ali de uma de uma atividade secundária [bico] e a gente não pode deixar de falar isso. E muitas vezes pode acontecer [a morte do policial militar na folga]. Em todos esses aspectos, em todos esses aspectos, seja o policial ele mesmo como vítima, seja ele como uma pessoa que está intervindo na situação. Nós temos que observar que muitas das vezes o nosso profissional, ele não está ainda preparado para essas situações. Não vou nem falar pra reagir. O policial ele acaba reagindo e aí, talvez por ele não ter ali uma preparação ou antever aquela situação em que ele está entrando nela, ele acaba sendo a vítima e se vitimizando (E8_OFICIAL_MASCULINO_CORONEL_29_ANOS_PMMT).

Esse comportamento de risco ocorre quando o policial militar decide, por livre e espontânea vontade, atender uma ocorrência durante o seu período de folga, como se de serviço estivesse. É evidente que pode haver circunstâncias nas quais o policial militar é acionado, por ser uma pessoa pública conhecida, para intervir em eventual ocorrência durante o período de folga, tal como uma briga de trânsito ou até mesmo uma briga de vizinhos.

Todavia, para esses casos, o Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar orienta o contrário, ou seja, orienta o policial militar a colher o maior número de detalhes possíveis sobre a ocorrência em andamento e acionar a equipe fardada de serviço para realizar o atendimento da ocorrência.

Entretanto, mesmo cientes das recomendações do procedimento técnico policial, muitas vezes, os policiais negligenciam a técnica policial e realizam o atendimento de ocorrências durante o período de folga, por meio de um instinto de “super-heróis”.

As causas por trás do comportamento de “super-herói” dos policiais militares, durante o período de folga, são variadas. A primeira baseia-se num sentimento de superioridade ou excesso de confiança, muitas vezes nutrido pelos policiais militares que portam arma de fogo, durante o período de folga, de maneira que o porte velado lhe confere uma confiança ou sensação de superioridade ou invencibilidade sobre os demais.

Com certeza major [sobre atendimento de ocorrência na folga ser perigoso], porque quando a gente entra na polícia a gente é novo e acha que é superior a tudo e a todos. A gente não tem medo de nada. Acha que é superior a tudo. E outra situação, é que muitas vezes a pessoa é “obrigada” [a atender ocorrência na folga]. Agora até que não. Mas antes [no passado] no interior a polícia não tinha folga. Então, mesmo estando de folga, ela era obrigada a atender ocorrência porque era o único policial. Tanto é que eu já tive colega meu que morreu lá em Nortelândia, atendendo ocorrência de som alto sozinho na folga. Ele foi duas vezes na ocorrência de som alto. Na segunda vez, por estar sozinho, não tinha como chamar ninguém, ele estava à paisana, sozinho, ele foi recebido com uma espingarda 12, levou um tiro de 12 que matou o policial. Então dessa forma ocorria o atendimento de ocorrência na folga no passado. Hoje em dia é ok isso aí, tem como a gente pedir apoio rapidamente, mas antigamente não tinha, porque o policial era o único na cidade, não tinha jeito, né? Mas aconteceu. Mas atualmente, não aconselho ninguém a atender ocorrência durante a folga. É perigoso (E5_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_29_ANOS_PMMT).

Essa primeira razão de agir revela o fato de que muitos policiais militares não estão preparados para portar uma arma de fogo, durante o período de folga, devido

não só à ausência de controle emocional, mas devido ao sentimento equivocado de que, em virtude do porte da arma de fogo, estariam acima da lei.

Nas cidades do interior do estado de Mato Grosso, onde existem poucos policiais militares, a situação da intervenção em ocorrência durante o período de folga, torna-se mais complexa, uma vez que, com certa frequência, o policial militar pode estar sozinho de serviço e quando surge algum acionamento para atendimento de ocorrências, os policiais da folga são acionados para apoiar o policial militar de serviço, em virtude de ser somente um policial militar de serviço.

Então, no interior, o policial nos pequenos núcleos, aí não, o policial mesmo de folga, ele de saída, ele tem obrigação de apoiar o policial de serviço e algumas vezes não. Todas as vezes é um policial só de serviço que está lá só pra atender telefone. Por exemplo, eu relato um fato de quando eu comandava um Núcleo da Polícia Militar, e aí era somente eu de serviço na cidade. E aí o lugar mais perto era 100 quilômetros pra registrar ocorrência. Se pegava uma ocorrência, levava 100 quilômetros para registrar a ocorrência e só tinha eu na cidade, usava o pessoal do reforço [na folga], ia para o batalhão, e ia para o CR [Comando Regional], vamos dizer assim. E aí, ia com a viatura, com tudo. E quando o reforço demorava para chegar, eu ficava sozinho lá, esperando reforço. E nesse período acontecia várias ocorrências, até situação de desarmar pessoas sozinho. Eu tinha que ir pra desarmar, porque o cara vai lá, ele deu tiro um contra o outro pra matar. Eu tive que ir sozinho para desarmar a situação. Tem situações que passam, e ele tem que ir mesmo pra resolver. E muitas vezes a gente não tem esse apoio da instituição. Por exemplo, no batalhão, nos grandes centros, aí só dá uma ligada ou pedir apoio, vem um helicóptero, vem uma força tática e vem nos apoiar. Nesses núcleos pequenos aí, tem só o policial e a cobrança ela vem e o policial tem que tentar resolver, tem que tentar resolver. E muitas vezes ele não dá conta ou faz coisa errada porque está sozinho e depois ainda falam: por que você não usou uma tonfa? Por que você as vezes é um policial sozinho, e no calor da ocorrência, só quem vai saber é quem tá na ocorrência (E7_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_30_ANOS_PMMT).

Ainda no que se refere aos policiais militares que atuam em cidades pequenas do interior do Estado de Mato Grosso, existe um elemento maior de complexidade, pelo fato da cidade ser pequena e o policial militar ser muito conhecido na comunidade local. Assim, o acionamento para atendimento de ocorrências acontece ligando direto para o telefone particular do policial militar.

Na verdade, no interior, o sistema de solicitação muitas vezes não é nem pelo telefone do quartel. É pelo telefone daquele policial que o município tem uma amizade, né?! Liga direto pra ele muitas vezes antes de ligar para o quartel. Aí o policial liga para o quartel informando por que ninguém ligou. Porque às vezes a pessoa tem mais amizade e acha mais seguro ligar para aquele policial especificamente, porque nos pequenos núcleos, nessas cidades pequenas que tem só um núcleo, o policial que ele trabalha certinho e que ele tem moral, que ele não fica caindo em boteco bêbado, ele ganha uma moral muito grande no município, ao passo que o policial que só vive em boteco pequeno, sempre nesses locais e outros similares, ele acaba, ele

acaba perdendo, vamos dizer assim a verdade, perdendo a moral no município e muitas vezes o próprio infrator, ele se vale disso. E aí ele quer encarar o policial naquela situação e ele vai para cima, porque o policial não tem moral às vezes para cobrar, porque é um policial que vive bebendo no boteco, aprontando com som alto, com seu carro nas pequenas cidades. Então, o cidadão em cidades pequenas, liga para o policial militar que ele confia (E7_PRAÇA_MASCULINO_SUBTENENTE_30_ANOS_PMMT).

A segunda causa para a adoção do comportamento de “super-herói” dos policiais militares, durante o período de folga, está fundamentada na dificuldade do policial de se despir da sua profissão durante os momentos de folga, de maneira que o próprio cotidiano reforça a percepção nos policiais militares de que “são policiais ao estilo 24/7 (24 horas por dia, durante os 7 dias da semana)”

Você me fez lembrar da maternidade. Eu fui mãe quando era capitão e eu completei 31 anos, tive o Fulano e eu me lembro que eu não tive licença gestacional. Naquela época não existia isso. Fui mãe em 2003, e eu me lembro que eu comecei a ficar preocupada com o uso da minha arma de fogo. Falava gente, agora o que vou fazer com essa arma de fogo no colo. Meu Deus, se alguém me abordar aqui na rua, o que que eu vou fazer?! Eu vou reagir?! Eu sou condicionada para reagir. Eu vou reagir. Aí vou pôr o meu filho em perigo?! E então eu comecei a viver os dilemas com a maternidade sobre essa questão de reagir, não reagir e estar na farda e estar fora da farda. Na época eu comandava e fazia o policiamento comandando policiamento de guardas [penitenciário] na Mata Grande. Então, assim, uma das maiores populações carcerárias do Estado de Mato Grosso. Até fui retirada de Rondonópolis por pedido do Ministério Público e do Juiz local, de tanta ameaça de morte que tinha contra mim, porque assim: revista minha, na Mata Grande não ficava nada. Então comandeí quase três anos lá, foi zero fuga [de presos], mas eu paguei um preço alto para essa efetividade. E naquela época o Juiz chamou o coronel. Tira ela daqui. Mandava respirar em outro lugar, e eu vim respirar em Cuiabá. Aí então você não consegue. Eu vou te falar a verdade. É humanamente impossível você conseguir desvincular o guerreiro, a guerreira na hora da folga porque tirou a farda. Não desvincula. Eu me lembro que eu deixava a arma de fogo em casa, eu deixava em casa, eu apreendi isso com o nascimento do meu filho, porque eu tinha certeza que se eu fosse abordada eu ia reagir. Então você acha que eu ia pagar pra ver?! Não ia pagar pra ver não. Vou deixar ela em casa. Comecei a deixar esse acessório em casa, entendeu?! Então quando você fala assim: sai do serviço, deixei de ser policial. Isso não existe. Eu sou da cultura de que você é militar até pelado. Tem que rever ou não essa cultura que é impregnada em nós. E eu trago isso muito forte. E como eu, e como quem fica muito tempo no operacional. Eu acho que quem ainda consegue viver o administrativo mais tempo, da de refrescar, eu acho que ainda consegue. Agora, como profissional operacional e operacional meu amigo, é impossível. Eu dou 100% de certeza, porque eu vivi os dois mundos. Eu fiquei dois anos como gestora de iniciativa financeira na Secretaria de Segurança Pública, que eu oxigenei em dois anos, realmente sem a farda. Aí eu criei novos hábitos, novas rotinas, então comecei a me desvincular do universo operacional. Mas até major, que era só rua, só rua. Humanamente impossível. Eu falo com convicção (E6_OFICIAL_FEMININO_CORONEL_25_ANOS_PMMT).

A terceira causa para a adoção do comportamento de risco de “super-herói” dos policiais militares, durante o período de folga, está fundamentada num

comportamento egocêntrico e vaidoso do policial militar, de tentar ser visualizado pela sociedade como um “herói” por meio da intervenção em ocorrências durante a sua folga.

A razão de agir do policial militar, motivado pelo ímpeto ou pela “síndrome do policial herói”, revela que o sentido da ação social é norteador por uma racionalidade axiológica (Weber, 2000) do ator social, ou seja, o agente age movido pelo valor ou sentimento de tentar salvar o próximo que vivencia uma situação de risco e, muitas vezes, o próprio policial militar, ciente dos riscos, acaba se colocando em risco, com o intuito de salvar o próximo. Como consequência, ele acaba sendo vitimizado, de maneira que essa razão de agir, por meio de uma racionalidade axiológica (Weber, 2000), confirma o juramento realizado pelo policial militar de “servir e proteger a sociedade, mesmo que com o sacrifício da própria vida”.

Até mesmo em virtude do seu próprio juramento e do ímpeto de reagir (Ethos de Reação) é muito difícil para o policial militar observar uma situação de ocorrência em andamento e se segurar para não entrar em ação. A opção pela não ação parece provocar a percepção subjetiva de que o ator social está se acovardando ou está traindo o seu juramento de servir e proteger.

E é exatamente por isso que a intervenção em ocorrências, durante o período de folga, é complexa, pois encontram-se em conflito, não somente o risco em si contido na decisão de agir durante uma ocorrência na folga, mas, igualmente, a consciência de que poderia ter feito algo mais, de que poderia ter salvado aquela pessoa.

Talvez a síndrome do policial herói tenha suas raízes também fincadas nas inúmeras situações pelas quais o policial vivencia na sua carreira, onde não foi possível salvar determinada pessoa, em determinado contexto e na percepção subjetiva do ator social a oportunidade que ele tem de salvar alguém funciona como uma espécie de tentativa de sempre “salvar o próximo”, sempre “salvar mais um”, uma vez que tantos outros não foram possíveis de serem salvos.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado surgiu do desejo de complementação e aprofundamento da pesquisa de vitimização policial militar realizada anteriormente, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no ano de 2019. Naquela oportunidade foi possível constatar que as ocorrências de vitimização policial militar no estado, durante o período de folga, sofrem influência dos *fatores de risco* ou *comportamentos de risco* adotados pelo próprio policial militar.

A experiência profissional de policial militar do pesquisador, assim como a perspectiva de observador participante do lócus de pesquisa, levou-nos à opção de abordagem, com certo grau de intuição, que possibilitasse a análise das interferências de nível institucional (macro) e de nível individual (micro), inerentes ao fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga na PMMT.

Nesse sentido, a investigação acerca da vitimização policial militar durante o período de folga na PMMT partiu da seguinte problemática de pesquisa: ***O nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (Macro) e o nível individual do policial militar (Micro) interferem no fenômeno da vitimização policial no horário de folga?***

A coleta dos dados foi realizada no mês de julho do ano de 2023, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa com policiais militares das mais diversas unidades que compõem a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT).

O universo deste estudo é de 6.672⁹⁹ (seis mil seiscentos e setenta e dois) policiais militares da PMMT, com amostra de 937 (novecentos e trinta e sete) policiais militares da PMMT que responderam à pesquisa, através de um questionário confeccionado por meio da ferramenta *Google Forms*, o que corresponde a 14% do universo.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a interferência do nível institucional da Polícia Militar de Mato Grosso (Macro) e do nível individual do policial militar (Micro) na vitimização policial militar durante o período de folga. O referido objetivo foi alcançado e, ainda, foi possível obter uma visão panorâmica de uma

99 Efetivo conforme Lotacionograma da PMMT do 2º Trimestre do ano de 2023, público no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28541 de 14 de julho de 2023.

miríade de problemáticas institucionais, sociais e individuais, envoltas no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga.

Com relação ao primeiro objetivo específico, que consistiu em descrever a Escolha Racional e a Sociologia do Risco, tem-se que este foi alcançado. Realizou-se apresentação das temáticas sociológicas em linhas gerais, convergindo para os conceitos e postulados sociológicos essenciais à compreensão da temática, o que permitiu o entendimento, do ponto de vista sociológico, de que os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares refletem razões de agir baseadas não somente em escolhas racionais autointeressadas, ou seja, visando a obtenção de riqueza, prestígio ou poder, mas, também, em individualismos metodológicos ou razões singulares de agir do ator social, tais como a satisfação de desejos e prazeres de ordem individual que, em sua conjuntura, refletem comportamentos de risco característicos da Sociedade de Risco de Beck (2011).

Com relação ao segundo objetivo específico estabelecido, no sentido de realizar revisão sistemática de literatura sobre a temática, foi possível constatar que o referido objetivo específico foi alcançado. Realizou-se uma revisão sistemática de literatura, com mapeamento, ao nível de Brasil, das principais interferências de nível institucional (macro) e de nível individual (micro) relacionadas ao fenômeno da vitimização policial durante o período de folga. Ou seja, a revisão sistemática de literatura serviu de base para o levantamento do referencial teórico utilizado e identificação do atual estágio do estado da arte sobre a temática.

Com relação ao terceiro objetivo que era realizar revisão bibliográfica sobre a vitimização policial, durante o período de folga, este, também, foi alcançado, através da apresentação de dados estatísticos, principais causas e consequências sobre o fenômeno, com abordagem, principalmente, de estudos científicos atualizados relacionados à vitimização de policiais militares durante o período de folga.

Quanto ao quarto objetivo específico, consistente em investigar o tipo e o contexto da vitimização policial na PMMT, ocorrida durante o período de folga, constata-se que o referido objetivo foi alcançado. Mapeou-se os tipos de vitimização letal e não letal que acometem os policiais militares do estado de Mato Grosso, assim como as principais circunstâncias ou contextos em que esses episódios de vitimização policial ocorreram.

No que se refere aos tipos de vitimização letal na PMMT, foi possível constatar que nos últimos 10 (dez) anos, entre os períodos de 2013 a 2023, 134 (cento e trinta

e quatro) policiais militares do Estado de Mato Grosso faleceram de causas diversas, de maneira que, para melhor visualização das causas que ensejaram as mortes dos policiais militares do estado de Mato Grosso, foi estabelecida uma categorização por tipos de vitimização letal.

Constata-se, portanto, que os tipos de vitimização letal que ceifaram a vida dos policiais militares nos últimos 10 (dez) anos foram as seguintes: Crimes Violentos Letais (37 ou 27,61%); Doenças e Outras Enfermidades (35 ou 26,11%); Acidentes de Trânsito (21 ou 15,67%); Covid-19 (19 ou 14,17%); Suicídio (11 ou 8,20%); e Causas Diversas (11 ou 8,20%).

O perfil geral desses policiais militares, mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (114 ou 85,07%), do sexo masculino (129 ou 96,26%), pertencente à graduação de Praças (122 ou 91,04%), que trabalha no serviço operacional (105 ou 78,35%), com tempo de serviço na Polícia Militar de nível 3, ou seja, com mais de 20 (vinte) anos de serviço (78 ou 58,20%).

Considerando o recorte estabelecido na presente pesquisa, no sentido de investigar a vitimização policial militar violenta durante o período de folga, apresentou-se as circunstâncias ou contextos situacionais em que ocorreram as mortes de policiais militares por Crimes Violentos Letais.

No que se refere às circunstâncias ou contextos situacionais em que ocorreram as mortes de policiais militares, do estado de Mato Grosso, durante o período de folga, constata-se que 11 (onze) ou 37,93% dos policiais militares falecidos foram mortos em circunstâncias com indícios de execução; 4 (quatro) ou 13,79% dos policiais militares foram mortos em circunstâncias com indícios de prática de bico; 4 (quatro) ou 13,79% morreram em circunstâncias com indícios de crime de latrocínio; 5 (cinco) ou 17,24% dos policiais militares foram mortos em circunstâncias com indícios de intervenção do policial militar em ocorrências durante a folga; 3 (três) ou 10,34% em circunstâncias com indícios do envolvimento do militar em vias de fato; e 2 (dois) ou 6,89% em circunstâncias com indícios de reação ao crime de roubo.

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (29 ou 85,29%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (26 ou 89,65%), sendo as vítimas pessoas do sexo masculino (29 ou 100%), pertencentes à graduação de

Praças (27 ou 93,10%), que trabalhavam no serviço operacional (22 ou 75,86%), com tempo de serviço na Polícia Militar de nível 3, ou seja, com mais de 20 (vinte) anos de serviço (16 ou 55,17%), pertencentes à região metropolitana (16 ou 55,17%).

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com Indícios de Execução, foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram, tais como: assassinados com disparos de arma de fogo (06 ou 54,54%); militar envolvido com facção criminosa (02 ou 18,18%); assassinado com facadas (01 ou 9,09%); assassinado por outro militar com disparos de arma de fogo por motivo passionai (01 ou 9,09%); assassinado pela esposa por disparos de arma de fogo (01 ou 9,09%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com Indícios de Execução (13 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (11 ou 84,61%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (10 ou 90,90%), assassinados em circunstâncias singulares.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de bico (4 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: assassinado com facadas nas costas enquanto realizava bico de Uber (1 ou 25%); assassinado a tiros enquanto fazia bico de vender verduras (1 ou 25%); assassinado enquanto fazia bico de segurança de mercado (1 ou 25%); assassinado enquanto fazia bico de segurança de farmácia (1 ou 25%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de bico (4 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (4 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (3 ou 75%), assassinado em circunstâncias específicas.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de latrocínio (04 ou 100%) contra o policial militar, foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos

em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: assassinado durante roubo à residência do militar (02 ou 50%); assassinado com disparos de arma de fogo, após crime de roubo (01 ou 25%); assassinado com disparos de arma de fogo, após roubo da motocicleta do militar (01 ou 25%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de prática de bico (04 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (04 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (04 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de intervenção do militar em ocorrência na folga (05 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros entre PMs - PM confundido com Infrator (02 ou 40%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Troca de Tiros entre PM e Agente Penitenciário (01 ou 20%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentativa de Realização de Abordagem na Folga (01 ou 20%); Intervenção em Ocorrência na Folga - Tentou evitar a fuga de assaltantes de celulares de comércio em Diamantino/MT (01 ou 20%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais com indícios de intervenção do militar em ocorrência na folga (05 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (05 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (05 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares durante o período de folga nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais, com indícios de envolvimento do militar em vias de fato na folga (03 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: morto a Tiros com a própria arma de fogo, após se envolver em vias de fato com 3 homens em uma distribuidora de bebidas no bairro Pedra 90 (01 ou 33,33%); espancado até a Morte em uma Distribuidora de Bebidas em Várzea Grande/MT (01

ou 33,33%); morto a Tiros com a própria Arma de Fogo durante uma Briga numa festa na cidade de Juscimeira/MT (01 ou 33,33%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais, com indícios de intervenção do militar em ocorrência na folga (03 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (03 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (02 ou 66,66%), assassinados em circunstâncias particulares.

Com relação às circunstâncias ou contextos em que ocorreram as mortes de policiais militares, durante o período de folga, nesses últimos 10 (dez) anos, em virtude de Crimes Violentos Letais com indícios de reação do militar ao crime de roubo (02 ou 100%), foi possível detectar uma variedade de circunstâncias ou contextos em que os policiais militares morreram durante o período de folga, tais como: morto por Disparos de Arma de Fogo - Reagiu a Roubo em andamento (01 ou 50%); assassinado com disparos de arma de fogo na cabeça após reagir a um roubo (01 ou 50%).

O perfil geral desses policiais militares mortos nos últimos 10 (dez) anos, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por Crimes Violentos Letais com indícios de reação do militar ao crime de roubo (02 ou 100%), é o do policial militar vitimizado de maneira letal em seu período de folga (02 ou 100%), mediante a utilização de arma de fogo contra os policiais militares (02 ou 100%), assassinados em circunstâncias particulares.

Por outro lado, no que se refere à vitimização não letal na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, considerando o total de 937 ou 100% de policiais militares respondentes, foi possível constatar que 298 ou 31,8% dos policiais militares pesquisados afirmaram que já foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga.

Os crimes violentos não letais de que os policiais militares do estado de Mato Grosso foram vítimas, durante o período de folga, foram categorizados em Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO).

De acordo com os 298 ou 100% dos policiais militares do estado de Mato Grosso que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, foi possível constatar que 150 ou 50,3% dos policiais militares pesquisados foram vítimas de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e, por outro lado, 131 ou 44% dos policiais militares pesquisados, foram vítimas de Crimes de Menor Potencial Ofensivo. Convêm

destacar que 17 ou 5,7% dos policiais militares pesquisados que foram vítimas do crime e da violência, durante o período de folga, optaram por não responder esse questionamento.

Com relação aos Crimes Violentos Intencionais (CVI), sofridos pelos policiais militares durante o período de folga, constatou-se que os policiais militares foram vítimas dos seguintes tipos de Crimes Violentos Intencionais (CVI), durante o período de folga: roubo (tentado ou consumado) com emprego de arma de fogo (112 ou 37,6%); roubo (tentado ou consumado) sem o emprego de arma de fogo (15 ou 5%); homicídio (tentado) com emprego de arma de fogo (15 ou 5%); latrocínio (tentado) com emprego de arma de fogo (07 ou 2,3%); homicídio (tentado) sem o emprego de arma de fogo (01 ou 0,3%).

Com relação aos Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), constatou-se que 131 ou 44% dos policiais militares vitimizados, durante o período de folga, foram vítimas de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), dentre os quais destaca-se o crime de agressão física e verbal, ameaça e perseguição ao policial e seus familiares¹⁰⁰, perpetrados geralmente por pessoas já presas pelo policial militar¹⁰¹, onde, nesse contexto, o policial militar (Praça) geralmente acaba residindo em bairros periféricos mais humildes, geralmente em virtude das dificuldades financeiras e o convívio com pessoas com quem o militar já efetuou prisões acaba sendo inevitável.

No que se refere às circunstâncias ou contextos situacionais em que ocorreram os Crimes Violentos Intencionais (CVI) e os Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO) contra os policiais militares, durante o período de folga, foi possível constatar que, dentre os policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, 157 ou 52,7% estavam portando a arma de fogo que utilizam para defesa pessoal. Por outro lado, 104 ou 34,9% dos militares que foram vítimas do crime e da violência, durante o período de folga, não estavam, no momento do crime, portando a sua arma de fogo, utilizada para defesa pessoal. Percebe-se, pela análise dos dados coletados, que mais de 87% dos militares que foram vítimas do crime e da

100 Policial Militar do Estado de Mato Grosso foi vítima de tentativa de homicídio pelo fato de ser policial militar, fato ocorrido em 15 de junho de 2023. < <https://www.youtube.com/watch?v=yf4c6kuOltU> > < <https://www.kb2noticias.com.br/noticia/22132/homem-e-morto-a-tiros-apos-esfaquear-policial-militar-em-sao-felix-do-araguaia-mt> >, Acesso em 16/06/2023.

101 Policiais Militares do Estado de Mato Grosso são ameaçados de Morte por indivíduo preso pelo cometimento do crime de furto, fato ocorrido em 25 de julho de 2023. < <https://www.estadaomatogrosso.com.br/policia/bandido-pula-muro-para-roubar-havan-e-ameaca-policiais-de-morte-ao-ser-preso/77155> >. Acesso em 25/07/2023.

violência, durante o período de folga, costumam, com certa frequência, portar arma de fogo para a defesa pessoal, durante o período de folga.

No que se refere ao meio empregado pelo agressor, quando da ocorrência da vitimização do policial militar durante o período de folga, em virtude do cometimento de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), foi possível constatar, através da voz de 138 ou 46,3% dos policiais militares que foram vítimas do crime e da violência, durante o período de folga, que predominou a utilização da arma de fogo pelo agressor, como o instrumento utilizado para o cometimento do crime contra o policial militar, seguido da agressão verbal, perpetrada pelo agressor, em 47 ou 15,8% dos casos de violência contra o policial militar durante o período de folga e da agressão física praticada pelo agressor em 29 ou 9,7% dos casos de violência contra o policial militar, durante o período de folga.

No que se refere ao local em que os policiais militares foram vitimizados durante o período de folga, em virtude do cometimento de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), foi possível constatar, de acordo com os policiais militares que foram vítimas do crime e da violência durante o período de folga, que em 182 ou 61,1% dos casos de vitimização policial o local onde o militar foi vitimado não é considerado um local de risco, ou seja, que as características do ambiente facilitam a ocorrência do crime e da violência, em virtude da vítima ser policial militar.

Igualmente, no que se refere ao contexto ou local, em que o policial militar estava, quando foi vítima do crime e da violência, durante o período de folga, em virtude do cometimento de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), constatou-se que em 128 ou 43% dos casos o militar estava na rua ou em via pública; em 70 ou 23,5% dos casos, o militar estava na sua residência, revelando dessa maneira que não só a rua ou a via pública, mas, sobretudo, a própria residência do militar¹⁰²¹⁰³ é um local de risco, com possibilidade de vitimização policial durante o período de folga.

102 Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso morto em sua própria residência na cidade de Sinop/MT, no ano de 2017, durante o período de folga. < <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/01/policial-militar-morre-apos-ser-baleado-dentro-de-casa-em-sinop-mt.html> > Acesso em 30.12.2022.

103 Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso morto em sua própria residência na cidade de Sinop/MT, no ano de 2015, durante o período de folga. < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/04/30/suspeito-de-assassinar-coronel-em-2015-durante-assalto-e-presos-em-sinop-mt.html> > Acesso em 30.12.2022.

No que se refere ao período do dia em que os policiais militares foram vitimizados durante o período de folga, em virtude do cometimento de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), foi possível constatar que o período noturno, em 164 ou 55% dos casos, foi o período no qual os referidos militares foram mais vitimizados durante o período de folga, seguidos pelo período vespertino, na cifra de 61 ou 20,5% dos casos.

Através da leitura em conexão dos locais de vitimização de maior risco (na rua ou em via pública), com os períodos do dia em que mais os policiais militares foram vitimizados, é possível inferir que o *life style noturno* dos policiais militares contribui para a ocorrência da vitimização do policial militar durante o período de folga, uma vez que 164 ou 55% dos casos de vitimização ocorreram durante o período noturno, o que sugere um estilo de vida noturno ativo, costumeiramente marcado pela presença, comparecimento e fluxo em locais de entretenimento e divertimento noturno, tais como: restaurantes, festas, boates, bares, botecos, dentre outros ambientes similares de confraternização noturnos.

O perfil do policial militar de maior risco de ser vitimizado de maneira não letal, durante o período de folga, em virtude do cometimento de Crimes Violentos Intencionais (CVI) e Crimes de Menor Potencial Ofensivo (CMPO), é o do policial militar pertencente à graduação de Praças (240 ou 80,53%), do sexo masculino (271 ou 90,93%), que trabalha no serviço operacional (126 ou 42,28%), estabelecendo local de domicílio na região metropolitana (152 ou 51%), com tempo de serviço de nível 2, ou seja, com tempo entre 10 anos e 20 anos de serviço na Polícia Militar (189 ou 63,42%).

Com relação ao quinto objetivo específico estabelecido, no sentido de conhecer o perfil da vitimização policial durante o período de folga de policiais militares do estado de Mato Grosso, constatou-se que o referido objetivo específico foi alcançado, conforme ilustrados nos excertos anteriores, de maneira que os perfis de vitimização policial militar foram explorados detalhadamente, como forma de subsidiar análises posteriores e estudos de caso relacionados à temática.

Com relação ao sexto objetivo específico que foi compreender as causas da vitimização policial na PMMT durante o período de folga, tem-se que esse objetivo específico foi alcançado. Dos dados coletados se infere que os comportamentos de risco (1265 ou 100%), adotados individualmente pelos policiais militares, durante o período de folga, os quais predisõem a ocorrência da morte do policial militar durante

o período de folga, são: a dependência química de drogas lícitas e ilícitas (347 ou 27,43%); a frequência em locais de risco para o policial militar (306 ou 24,18%); a realização da atividade de bico (188 ou 14,86%); a construção e manutenção de amizades não recomendáveis e a realização de atividade ilícitas (171 ou 13,51%); a adoção de comportamento de sobrevivência policial de risco (170 ou 13,43%); a adoção de comportamentos de risco na vida privada (44 ou 3,47%); e a intervenção em ocorrências durante o período de folga (39 ou 3,08%);

Cada comportamento de risco, identificado como causa da morte dos policiais militares do estado de Mato Grosso durante o período de folga, foi desdobrado ou ramificado em outros comportamentos de risco complementares, fundamentais para a compreensão das causas multifatoriais da vitimização policial militar durante o período de folga.

O comportamento de risco de dependência química de drogas lícitas e ilícitas (347 ou 100%), realizado por policiais militares durante o período de folga, foi desdobrado ou ramificado nos comportamentos de risco de dependência química de drogas lícitas ou consumo excessivo de álcool (239 ou 68,87%) e dependência química de drogas ilícitas (108 ou 31,12%).

No que se refere à dependência química de drogas lícitas ou consumo excessivo de álcool (239 ou 100%) realizado por policiais militares durante o período de folga, foram categorizados comportamentos de risco associados ao consumo excessivo de álcool, tais como: o consumo excessivo de álcool de forma geral (143 ou 59,83%); o consumo de bebidas alcoólicas em locais indevidos (66 ou 27,61%); o consumo de álcool em festas, shows, etc. (19 ou 7,94%); o consumo de bebida alcoólica portando arma de fogo (11 ou 4,60%).

No que se refere à dependência química de drogas ilícitas (108 ou 100%), os policiais militares pesquisados não especificaram o tipo de entorpecente utilizado pelo policial militar, durante o período de folga, todavia, muitas vezes, fizeram referência ao uso de drogas ilícitas associadas ao consumo excessivo de álcool durante o período de folga.

De acordo com os policiais militares pesquisados, o uso de entorpecentes e drogas ilícitas está associado positivamente ao consumo excessivo de álcool, de maneira que os ambientes propícios para o consumo de drogas lícitas e ilícitas são bares, botecos de periferia, festas, shows, baladas, casas noturnas, ou quaisquer eventos que envolvam o consumo de bebida alcoólica. Tais comportamentos de risco

colocam o policial militar, durante o período de folga, em uma condição de vulnerabilidade extrema.

Entretanto, o consumo de drogas ilícitas não se restringe somente a esses lugares, pelo contrário, de acordo com os policiais militares pesquisados, a situação de muitos militares dependentes químicos é tão grave que o próprio militar não se furta de deslocar-se até a boca de fumo para fazer a aquisição ou até mesmo o uso de entorpecentes na “biqueira”, dado o tamanho da gravidade e do nível de dependência química do militar.

Outro fator, elencado pelos policiais militares pesquisados, como incentivos para que os policiais militares façam o uso tanto de drogas lícitas, quanto o uso de drogas ilícitas, são as amizades e o ambiente de convívio social que o policial militar escolhe manter durante o seu período de folga, de maneira que, o ambiente de socialização, assim como as amizades não recomendáveis, produzem incentivos para que o militar faça o uso de drogas lícitas e ilícitas.

A frequência em locais de risco (306 ou 100%) por policiais militares, durante o período de folga, foi mencionado como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga. Os principais locais de risco, mencionados pelos policiais militares pesquisados, como sendo locais que facilitam a morte do policial militar durante o período de folga, foram os seguintes: bares de maneira geral, incluindo botecos de periferia; botecos onde acontecem jogos de apostas envolvendo baralho e sinuca; botecos envolvendo jogos de azar; bares, shows e baladas onde há presença de criminosos; prostíbulos de maneira geral, incluindo os prostíbulos de periferia.

A realização da atividade de bico (188 ou 100%), praticada por policiais militares, durante o período de folga, foi mencionada como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga. No que se refere às motivações relatadas pelos policiais militares, para a realização da atividade de Bico de Segurança, durante o período de folga, foram identificadas 04 (quatro) motivações principais ou 04 (quatro) sentidos sociais da ação adotada pelo ator social, quais sejam: 1) Endividamento financeiro grave; 2) Estilo de Vida acima do que o Salário permite, o que motiva a busca por fontes alternativas de renda financeira extra; 3) Busca de relacionamentos Extraconjugais; 4) Desvalorização Salarial e Institucional.

A construção e manutenção de amizades não recomendáveis e a realização de atividade ilícitas (171 ou 100%), praticada por policiais militares, durante o período de folga, foi categorizada como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar. A construção de amizades não recomendáveis (112 ou 65,49%) foi mencionada pelos policiais militares como um fator de risco que pode aumentar os riscos de morte dos policiais militares na folga que buscam amizades com pessoas em conflito com a lei. Por conseguinte, a realização de atividades ilícitas (59 ou 34,50%), praticadas por policiais militares, pode aumentar os riscos de morte do militar na folga, em virtude dos riscos inerentes ao exercício de atividades ilegais.

A adoção de comportamento de sobrevivência policial de risco (170 ou 100%) praticado por policiais militares, durante o período de folga, foi mencionado como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar durante o período de folga. Dentre os principais comportamentos de risco de sobrevivência policial na folga praticado pelos policiais militares, foram citados: andar desarmado na folga (73 ou 42,94%); estar totalmente desatento na folga (65 ou 38,23%); comportamentos de sobrevivência policial de risco diversos (11 ou 6,47%); reação equivocada à tentativa de roubo e porte de arma de fogo na folga (07 ou 4,11%); dificuldade para manutenção do estado de alerta na folga (04 ou 2,35%); equipamento de proteção individual na folga de baixa qualidade (04 ou 2,35%); exposição do porte de arma na folga (04 ou 2,35%); estar sozinho durante o período de folga (02 ou 1,17%).

A adoção de comportamentos de risco na vida privada (44 ou 100%), praticados por policiais militares, durante o período de folga, foram mencionados como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial. Dentre os principais comportamentos de risco na vida privada, praticados por policiais militares, durante o período de folga, foram citados: endividamento financeiro (32 ou 72,72%); relacionamento amoroso extraconjugal (05 ou 11,36%); ausência de espiritualidade (03 ou 6,81%); ser voluntário excessivamente para jornadas extraordinárias (02 ou 4,54%); comportamentos de risco na vida privada diversos (02 ou 4,54%); desentendimentos durante o período de folga (01 ou 2,27%); ganância por dinheiro (01 ou 2,27%).

A intervenção em ocorrências durante o período de folga (39 ou 100%), praticada por policiais militares, foi categorizada como um comportamento de risco que predispõe a morte do policial militar na folga. Em decorrência do comportamento de risco de intervenção em ocorrências durante o período de folga, foram mapeados

os seguintes comportamentos de risco complementares: intervenção em ocorrências de folga diversas (30 ou 76,92%); síndrome do policial herói, em virtude do porte da arma de fogo (06 ou 15,38%); e dificuldade em se despir da função de policial na folga (03 ou 7,69%).

A pesquisa partiu da hipótese de que a vitimização policial na PMMT e seus fatores de risco sofrem interferências do nível institucional (macro) e do nível individual (micro) e revelam sintomas de uma miríade de problemáticas institucionais e sociais, tais como ausência do sentimento de pertencimento, deslocamento de objetivos ou ressignificação da função policial militar, desagregação familiar, entre outros.

Verificou-se que a hipótese foi confirmada, uma vez que as interferências de nível institucional (macro) e as interferências de nível individual (micro) influenciam o fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, com preponderância das influências de nível individual (micro), ou seja, com preponderância na ocorrência da morte dos policiais militares durante o período de folga, dos comportamentos de risco, adotados pelos policiais militares durante o período de folga.

Pode se dizer que o problema de pesquisa proposto foi respondido, no sentido de que, com base na análise dos dados coletados, por meio da utilização do software de análise qualitativa NVIVO, é possível responder o problema de pesquisa no seguinte sentido: existem interferências de nível institucional (macro) e de nível individual do policial militar (micro) envolvidas no fenômeno da vitimização policial militar durante o período de folga, todavia, sobressai com maior preponderância, os fatores de risco de nível individual do policial militar (micro).

Quando nos referimos aos fatores de risco de nível individual do policial militar (micro), notadamente, estamos nos referindo às “vulnerabilidades pessoais/comportamentais do militar na folga”, ou seja, os comportamentos de risco, adotados pelos policiais militares durante o período de folga, são os fatores de risco de vitimização policial mais preponderantes que ocasionam a morte ou vitimização de policiais militares durante o período de folga na PMMT.

Considerando o quantitativo total de 1542 referências ou respostas codificadas, relacionadas às causas da vitimização policial durante o período de folga, as Vulnerabilidades Institucionais (Nível Institucional - Macro) foram indicadas por 75 vezes como as causas da vitimização policial durante o período de folga, o que, percentualmente, corresponde a aproximadamente 4,8% das respostas atribuídas

pelos policiais militares, como as causas da vitimização policial durante o período de folga na PMMT.

Por outro lado, considerando o quantitativo total de 1542 referências ou respostas codificadas, relacionadas às causas da vitimização policial durante o período de folga, as Vulnerabilidades Pessoais/Comportamentais do Militar na Folga (Nível Individual – Micro) foram indicadas por 1467 vezes como as causas da vitimização policial durante o período de folga o que corresponde a aproximadamente 95,2% das respostas atribuídas pelos policiais militares, como as causas da vitimização policial durante o período de folga na PMMT.

Nesse sentido, portanto, conclui-se que os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares do estado de Mato Grosso, durante o período de folga, sopesam quantitativamente muito mais nas causas da vitimização policial militar durante o período de folga, do que as Vulnerabilidades Institucionais, ou seja, os comportamentos de risco adotados pelos policiais militares durante o período de folga, são as principais causas de mortes de policiais militares durante o período de folga.

A principal limitação da pesquisa, ao nosso ver, foi a dificuldade de atingir o patamar de 10% de policiais militares respondentes em todas as patentes hierárquicas de Oficiais e Praças da Polícia Militar, como forma de atingir o patamar da amostra probabilística.

Como sugestão de estratégias institucionais voltadas à mitigação da vitimização policial militar e seus fatores de risco, durante o período de folga, sugerimos uma série de programas ou planos de ações, situados em campos multidisciplinares, que possivelmente poderiam ser adotados ao nível institucional como “estratégias institucionais” que auxiliariam os policiais militares na conscientização e mitigação dos fatores de risco ou comportamentos de risco que predispõem a vitimização policial militar durante o período de folga.

Em primeiro lugar, estabelecer a “Saúde Mental e Emocional” dos policiais militares como estratégia e prioridade institucional na PMMT. Em decorrência dessa estratégia de prioridade institucional, sugerimos a adoção do projeto de formação e aprimoramento constante da habilidade de Inteligência Emocional nos policiais militares. A semente desse projeto já existe na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através do Ciclo de Assistência Social e Bem-Estar Emocional (CASSBEM) da PMMT, que adota como fundamento de seu programa de inteligência emocional e saúde integral direcionado aos policiais militares a metodologia CIS – Coaching

Integral Sistêmico, propiciando aos militares o desenvolvimento de habilidades de Gestão Emocional de sua vida pessoal e profissional, as quais podem ser trabalhadas nas modalidades de seminários, cursos ou imersões, realizadas de maneira anual, direcionadas a todos os policiais militares.

Em segundo lugar, sugerimos a adoção como estratégia institucional da PMMT no campo da “Saúde Mental e Emocional” e enfrentamento à vitimização policial militar, durante o período de folga, a implementação do ingresso massivo de profissionais do campo profissional da psicologia e da psiquiatria nos planos de cargos e carreiras da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de trabalhar a questão da saúde mental dos policiais militares de maneira profissionalizada e capilarizada, ou seja, direcionada a todos os policiais militares e enfrentada como um campo de estudo científico em constante aperfeiçoamento na Polícia Militar.

Em terceiro lugar, sugerimos a adoção como estratégia institucional da PMMT, no campo da Saúde Financeira dos policiais militares, a realização de seminários ou cursos anuais voltados para a promoção, desenvolvimento e aprimoramento constante da educação financeira nos policiais militares, como forma de combater o endividamento financeiro, identificado como um dos principais motores da busca do policial militar pela realização de atividades de Bico na folga, as quais são de fato uma das principais causas de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Em quarto lugar, sugerimos o desenvolvimento de mecanismos diversos de valorização salarial dos policiais militares, através da articulação institucional e política de uma equalização dos níveis de progressão salarial entre policiais civis e policiais militares do estado de Mato Grosso, concebidos como um consenso e clamor do público pesquisado.

Em quinto lugar, sugerimos o desenvolvimento de mecanismos diversos de valorização institucional dos policiais militares, através da possibilidade de articulação institucional e política de mecanismos de progressão de carreira que não exijam como requisito a existência de vagas abertas no posto ou graduação imediatamente superior almejada, uma vez que, nessas circunstâncias, o policial militar preenche todos os demais requisitos necessários à promoção na carreira, todavia, por circunstâncias alheias às suas vontades e possibilidades, acaba sendo preterido, por ausência de vagas no posto ou graduação superior almejada.

Em sexto lugar, sugerimos o desenvolvimento e implementação de estratégias diversas e efetivas de promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT). De maneira

especial, sugerimos como possível estratégia institucional a ser adotada pela PMMT, no campo da promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos policiais militares, o projeto de formação e aprimoramento constante da Liderança Militar, direcionado principalmente aos *policy makers* (Oficiais) da instituição, com a emissão de certificados e outros mecanismos de valorização dos princípios e ensinamentos de Liderança Militar, os quais exercem grande influência no campo das atividades militares.

O referido curso ou seminário de Liderança Militar deve ser estruturado com o objetivo de reavivar nos *policy makers* (Oficiais) da instituição a consciência acerca da importância do seu papel de “Lider Nato” no âmbito das atividades militares e, por conseguinte, através do seu exercício de Liderança junto aos seus subordinados, alcançar a promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT) no âmbito das atividades militares.

Em sétimo lugar, sugerimos a adoção como estratégia institucional da PMMT no campo da promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos policiais militares, a promoção de seminários e cursos anuais direcionados à conscientização dos policiais militares, acerca da importância do desenvolvimento da qualidade de vida fora do trabalho (QVFT), como forma de preservação da saúde física e mental dos policiais militares, e mitigação dos fatores de risco diversos relacionados à vitimização policial militar durante o período de folga.

Em oitavo lugar, sugerimos como estratégia institucional da PMMT a realização do controle, produção de dados e mapeamento dos casos de vitimização policial militar ocorridos na PMMT, os quais poderiam ser disseminados através da realização de seminários anuais de vitimização policial e sobrevivência policial na PMMT, com a realização de treinamentos teóricos e práticos, voltados para a conscientização dos policiais militares, acerca dos comportamentos de risco adotados por eles próprios durante o período de folga, sobretudo no tocante ao endividamento financeiro de natureza grave e outros comportamentos de risco correlacionados, como forma de minimizar os casos de mortes de policiais militares durante o período de folga.

Em nono lugar, sugerimos como estratégia institucional da PMMT de prevenção à morte de policiais militares durante o período de folga a realização de seminários direcionados a todos os policiais militares acerca dos comportamentos de risco mapeados na presente pesquisa, os quais servem de norte para monitoramento de

policiais militares mais propensos ao envolvimento em ocorrências de vitimização policial militar durante o período de folga.

A análise realizada junto aos policiais da Coréia do Sul por Cheong et. al (2011), concluiu que menos de 20% da amostra pesquisada foi responsável por quase três quartos (70%) dos incidentes de uso da força identificados, ou seja, a realização do rastreamento e monitoramento desses policiais potencialmente de alto risco de vitimização durante o período de folga, pode contribuir para a redução dos episódios de vitimização policial durante o período de folga.

Essa sugestão de programa de rastreamento e monitoramento dos policiais potencialmente de alto risco, com base em um pequeno número de policiais que responde por um número desproporcional de incidentes de uso da força e vitimização, é um padrão que tem sido observado em outros estudos ocidentais, tal como o estudo realizado com policiais em Zurique, na Suíça, onde se constatou igualmente a desproporcionalidade na vitimização policial, de maneira que 10% dos policiais responderam por mais de 50% dos episódios de vitimização policial (Manzoni; Eisner, 2006).

Nesse sentido, portanto, rastrear e monitorar esses policiais potencialmente de alto risco, através da identificação daqueles que exteriorizam os comportamentos de risco, identificados na presente pesquisa, pode contribuir para reduzir significativamente os episódios de vitimização policial militar durante o período de folga. Também, deve-se desenvolver estratégias de conscientização preventiva desses policiais militares, considerados potencialmente de alto risco de vitimização, em virtude dos comportamentos de risco adotados por eles próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S; PERALVA, A. **Nota de apresentação. Tempo Social: Revista de Sociologia** – USP 9(1): 1-4. 1997.

ADORNO, Sérgio; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Risco e (in)segurança policial.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, 2013, p. 585-593.

AEROSA, João. **O risco no âmbito da teoria social.** VI Congresso Português de Sociologia, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

AGNEW, R. (1992), **Fundação para uma teoria geral do crime e delinquência,** Criminologia, Vol. 30, págs. 47-87.

ALDÉ, L. **Os ossos do ofício: processo de trabalho e percepções de saúde no instituto médico legal do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva; SILVA; J.B. **Sobrevivência policial e o exercício do mandato profissional: a relação entre treinamento e procedimento operacional padrão.** 2019. 20p. Artigo científico. (Especialização). Academia da Polícia Militar do Cabo Branco, João Pessoa: APMPB, 2019.

ARTWOHL, Alexis; CRISTENSEN, Loren W. **Deadly force encounters: what cops need to know to mentally and physically prepare for and win a gunfight.** Colorado: Paladin Press, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, São Paulo: Edições 70, ISBN: 978-85-62938-04-7. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: CBO - 2010 - 3a ed.** Brasília: MTE, SPPE, v. 1, p. 828, 2010.

SILVA, João Batista; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. **Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas.** Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP). No prelo. 2022.

ALMEIDA, James Sean Pereira Macedo. **Morte à espreita: uma análise sobre a vitimização por mortes violentas e intencionais do policial no Piauí.** 2021.

ALPERT, G. e DUNHAM, R. **Análise de dados de uso da força policial, Departamento de Justiça dos EUA,** Instituto Nacional de Justiça, Washington, DC. 2000.

ANDERSON, W., SWENSON, D. e CLAY, D. **Gerenciamento de estresse para aplicação da lei,** Diretores, Prentice Hall, Upper Saddle River, NJ. 1995.

ARAÚJO, Álvaro Cabral e LOTUFO NETO, Francisco. **A nova Classificação Americana para os Transtornos Mentais – o DSM V.** Revista Brasileira de Terapia

Cognitivo-Comportamental. Ano 2014, Vol. XVI, nº 1. p. 67-82. ISSN 1982-3541. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/viewFile/659/406>>. Acesso em: 08 set. 2022.

ARAUJO, Emylle da Silva; COSTA, Bruno Raniere Neves; ARAUJO, Edna Maria de; ALMEIDA, Gilcimar Adson Santos; MOTA, Eva Bulcão; PORTELLA, Daniel Deivison Alves. **Descrição da mortalidade de policiais militares por homicídio no estado da Bahia, Brasil**. Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva, Salvador, v.2, n.e9865, p. 01-15, 2021.

ALVES, Dáfni; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; HENRIQUE, Anderson. **O Poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo**. Revista Política Hoje - 2a Edição - Volume 24 - p. 119-134, 2015.

ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva; SILVA, J.B. **Sobrevivência policial e o exercício do mandato profissional: a relação entre treinamento e procedimento operacional padrão**. 2019. 20p. Artigo científico. (Especialização). Academia da Polícia Militar do Cabo Branco, João Pessoa: APMPB, 2019.

ALMEIDA, James Sean Pereira Macedo. **Morte à espreita: uma análise sobre a vitimização por mortes violentas e intencionais do policial no Piauí**. 2021.

ALVARENGA, Daniel Lipi; OLIVEIRA, Edivaldo Souza. **As “leis morais” da vida e sua contribuição para a saúde integral do policial militar**. Revista Homens do Mato – RHM - Vol 16 nº 03 – Jul/Dez, 2016.

AMADOR, F. S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Dissertação de mestrado. Instituto de psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 8ª ed. 2014. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/8_anuario_2014_20150309.pdf>. Acesso em 19.10.2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 9ª ed. 2015. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em 21.11.2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 10ª ed. 2016. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em 01.12.2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 11ª ed. 2017. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em 01.01.2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 12ª ed. 2018. ISSN 1983-7364. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp->

[content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf](#) >. Acesso em 05.02.2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13ª ed. 2019. ISSN 1983-7364. Disponível em: < https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf >. Acesso em 09.03.2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 14ª ed. 2020. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> >. Acesso em 16.04.2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 15ª ed. 2021. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> >. Acesso em 19.11.2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 16ª ed. 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15> >. Acesso em 11.11.2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Edição Especial – Segurança Pública (2018-2021). Ano 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf> >. Acesso em 22.11.2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17ª ed. 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> >. Acesso em 01.08.2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18ª ed. 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: < <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253> >. Acesso em 17.07.2024.

ARAÚJO, Fernando Beuren. **Sobrevivência Policial na folga e no trabalho:** Uma questão de segurança pública. Florianópolis, 2017.

ARAUJO, Emylle da Silva; COSTA, Bruni Raniere Neves; ARAÚJO, Edna Maria de; ALMEIDA, Gilcimar Adson Santos; MOTA, Eva Bulcão; PORTELLA, Daniel Deivson Alves. **DESCRIÇÃO DA MORTALIDADE DE POLICIAIS MILITARES POR HOMICÍDIO NO ESTADO DA BAHIA, BRASIL.** Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva, Salvador, v.2, n.e9865, p.1-15, 2021.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico.** Tradução Sérgio Bath – 7ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ARROW, Kenneth. J. **Social choice and individual values.** New York: John Wiley & Sons, Inc, 1963.

AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation**. New York, Basic Books Publishers, 1984.

BACK, Caroline Moreira. **Acompanhamento Psicológico Preventivo para Agentes de Segurança Pública**. Rev. Bras. Segur. Pública, São Paulo v. 15, n.1, 208-225, fev/mar. 2021

BARBOSA, Jefferson Fernando; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; ALMEIDA, Silvia dos Santos de. **Vitimização de policiais militares no estado do Pará** (Brasil) em 2019. 2020.

BARBOSA, RO, Silva EF. **Prevalência de Fatores de Risco Cardiovascular em Policiais Militares**. Rev Bras Cardiol 2013; 26(1):45-53.

BARON, R. **Efeitos positivos do conflito: insights da cognição social**, em De Dreu, C. e Van de Vliert, E. (Eds), Escalada de Conflitos e Desempenho Organizacional, Sage, Thousand Oaks, CA, pp. 38-52.1997.

BARRETO, Fabiano Corrêa. **Mesmo com o sacrifício da própria vida! O significado da morte para o policial militar**. Revista Campo Minado, n.1, Niterói, p. 212-248, 1º semestre, 2021.

BASSALO, F. S.; MELLO, C. M. A. **Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará 2017**. In: 2º Congresso Internacional de Segurança e Defesa (SISD), Salvador, Anais, 2018.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. São Paulo: Ed. Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BEATO, C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. **Crime, oportunidade e vitimização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

BECK, Ulrich. **Risikogesellschaft: auf dem weg in eine andere moderne**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1986.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento – São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, H.S. & GEER, B. **Participant Observation and Interviewing: a Comparison**, Human Organisation, 16 (3): 28-50. 1997.

BEEHR, T., JOHNSON, L. e NIEVA, R. **Estresse ocupacional: enfrentamento da polícia e seus cônjuges**, Jornal de Comportamento Organizacional, Vol. 16, pp. 3-25. 1995.

BERNARDINO, Régis Coelho; BERNARDINO, Adriana Vasconcelos da Silva. **Fatores estressores que influenciam na qualidade de vida, gerando danos à saúde do policial militar.** Revista Mosaico, jul/dez, p. 02-09, 2018.

BERTHOUD, Gérald. **Que nous Dit L'Économie.** In: Serge Latouche, dir. L'Économie Dévoilée. Du budget Familial aux Contraintes Planétaires. Paris, Princeton University Press, 1995.

BIGGAM, F., POWER, K., MACDONALD, R., CARCARY, W. e MOODIE, E. **Autopercepção de estresse ocupacional em uma força policial escocesa,** Trabalho e Estresse, Vol. 11, pp. 118-33. 1997.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Núcleo de Estudos da Violência – USP. Coleção Edusp – ISBN 85-314-0759-1. 2003

BONFANTI, A. S. **O “bico” realizado por policiais militares da Capital gaúcha: implicações, fatore intervenientes e consequências.** Direito e Justiça, 35(2), p. 182-197, 2009.

BOMFIM, Joara Raiza Fontes Barros. ALMEIDA, Giselle dos Santos de. MELO, Juliana Lima de. CARDOS, Samara Oliveira. MOTA, Eva Bulcão. ALMEIDA, Gilcimar Adson Santos. ARAÚJO, Edna Maria de. PORTELLA, Daniel Deivson Alves. **Mortes de policiais militares e civis do estado da Bahia no período de 2015-2016.** 2020.

BOUDON, Raymond. **Individualisme er Holisme dan les Sciences Sociales.** In: Pierre Birnbaum et Jean Leca, dir. Sur L'Individualisme. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia** – sob a direção de Raymond Boudon, com a colaboração de J. Baechler [et al]; Tradução de Teresa Curvelo; Revisão técnica de Renato Lessa – Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed; 1995.

BOUDON, RAYMOND. **Les Sens des Valeurs.** Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

BOUDON, R.; CHERKAOUI, M. **Correntes Centrais em Teoria Social** (8 vols.). Londres: Sage. 1999.

BOUDON, Raymond. **Beyond rational choice theory.** Annual Review of Sociology. London, vol. 29, 2003.

BOUDON, RAYMOND. **Raison, Bonnes Raisons.** Paris, Presses Universitaires de France, 2003.

BOUDON, Raymond. **La Sociologia que Realmente Importa.** Article in Papers: Revista de Sociologia, January, DOI: 10.5565, 2004.

BOUDON, Raymond. **A Sociologia como Ciência**. Tradução de Francisco Morás – Petrópolis, RJ; Coleção Sociologia: Pontos de Referência, ISBN 948-85-326-5234-8, Ed. Vozes, 2016.

BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BORDIEU, Pierre. **Sociologia** (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983b.

BOMFIM, Joara Raiza Fontes Barros; et al. **Mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 12, p. 102246-102260, 2020.

BRANDÃO, Nágila de Moura. **Educação, Ambiente e Segurança: entre o educar e o proteger**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, 2019.

BRAGA, J. C. M.; SILVA, J. B. **Atuação dos policiais militares do RN em atividades paralelas – “o bico”: diálogo entre política, perfil sócio educacional, legislação e educação financeira**. Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade”. PMRN: Natal, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Carta Circular Nº 01/2021-CONEP/SECNS/MS**, de 03 de março de 2021.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)**. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5240**. 2015.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução Nº 213/2015**. Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. 2015.

BRASIL. **Lei 13.964/2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 4381/2016**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para tornar obrigatória a conversão da prisão em flagrante em preventiva, nos casos que especifica, extinguindo as audiências de custódia. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação (RCL) Nº 29303/2023**. Determina a todos os Tribunais do país, assim como a todos os juízos a eles vinculados, que realizem, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades de prisões. 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Novo Código de Processo Civil. 2016.

BRASIL. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Relatório do Mapa de Organizações Criminosas**. 2023.

BRETAS, M. L. **Observações sobre a falência dos modelos policiais**. Tempo Social: Revista de Sociologia – USP 9(1): 79-94. 1997a.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**, Rocco, Rio de Janeiro. 1997b.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; LIMA, Roseane Magalhães. **Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, ano 5, edição 8, fev/mar, 2011.

BROWN, J. e CAMPBELL, EA. **Fontes de estresse ocupacional na polícia**, trabalho e estresse, Vol. 4, págs. 305-18. 1990.

BRUNETTO, Y. e FARR-WHARTON, R. **O compromisso e a satisfação dos policiais**, Policiamento: Um Jornal Internacional de Estratégias e Gestão da Polícia, Vol. 26 No. 1, pp. 43-63. 2003.

BONFANTI, Sérgio Augusto. **O “bico” realizado por policiais militares da Capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências**. Direito & Justiça v. 35, n. 2, p. 182-197, jul./dez. 2009.

BUENO, Samira; HANASHYRO, Olaya et. al. **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2015.

BURKE, R. e RICHARDSON, A. **Burnout psicológico nas organizações**, em Golembiewski, RT (Ed.), Manual de Comportamento Organizacional, 2ª ed., Marcel Dekker, Nova York, NY, pp. 327-68. 2000.

CAJUEIRO, Fabio. **Reflexos da Ineficácia da Segurança Pública e a Vitimização Policial**. 2021.

CANO, Ignácio. **Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 596-598, 2013.

CAMPOS, Mauro Macedo; BORSANI, Hugo; AZEVEDO, Nilo Lima de. **Méritos e Limites da Teoria da Escolha Racional como Ferramenta de Interpretação do Comportamento Social e Político**. Ciências Sociais Unisinos, janeiro/abril - doi: 10.4013/csu.2016.52.1.12, 2016.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. **A Escolha Racional como teoria social e política: uma interpretação crítica**. 2008.

CAVALCANTI, Leonardo Bernardes Melo; CAMPOS, Cerise de Castro; FRANCO, Michele Cunha; PRADO, Mauro Machado do. **Guerra Urbana: Vitimização e Violência Policial Militar**. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.5. 2021

CERBASl, Gustavo; BARBOSA, Cristian. **Mais tempo, mais dinheiro: estratégias para uma vida mais equilibrada**. ISBN 978-85-431-0152-1. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CERQUEIRA CMN. **A polícia em uma sociedade democrática**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro (Série Cadernos de Polícia, 20); 1994.

CERQUEIRA CMN. **Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade**. Rio de Janeiro: Editora RelumeDumará; 1996.

CERQUEIRA CMN. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Fundação Ford/Editora Freitas Bastos; 2001.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MELLO, João Manoel Pinho de. **Menos armas, menos crimes**. Texto para Discussão (TD) 1721. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2012.

CHEONG, Jinseong; YUN, Ilhong. **Vitimização, estresse e uso da força entre policiais da Coréia do Sul**. Rev. Policiamento: Um Jornal Internacional de Estratégias e Gestão da Polícia, vol. 34, n. 4, 2011.

CHERKAOUI, Mohamed. **Les Transitions Micro-Macro. Limites de la Théorie du Choix Rationnel dans le Foundations of Social Theory**. Revue Française de Sociologie, n. 44-2, pp. 231-255, 2003.

COHEN, L.; FELSON, M. **Social change and crime rate trends: a routine approach**. American Sociological Review, n. 46, v.5, p.505-524, 1979.

COHEN, Lawrence E.; KLUEGEL, James R. & LAND, Kenneth C. **Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory**. American Sociological Review, 46 (5): 505-524. 1981.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Tradução: Raquel Weiss – Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Convención Internacional de Salud Pública [online]. 2012.

CONSTANTINO, Patrícia; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto and CORREIA, Bruna Soares Chaves. **Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do**

Estado do Rio de Janeiro. Ciênc. saúde coletiva [online]. Vol.18, n.3, pp. 645-655. ISSN 1413-8123. 2013.

CONTI, Thomas V. **Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes.** Disponível em: < <http://thomasvconti.com.br/2017/dossie-armas-violencia-e-crimes-o-que-nos-dizem-61-pesquisas-recentes/#resumo> >. Acesso em 24.03.2023.

CRUZ, Fernanda Novaes. **Uma luz no “fundo do poço”: uma análise das premissas do tratamento oferecido aos policiais militares “dependentes químicos” pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Segurança Pública – Dossiê: Sentidos do fazer judicial e policial: administração de conflitos e sistema de justiça. Rev. bras. segur. Pública, São Paulo v. 14, n.1, p. 172-187, fev/mar, 2020.

DAMBROS, Rafael Mendes; SILVA, Caio Gustavo Lopes da. **Causas da vitimização do policial militar do Estado do Paraná: uma análise antropológica.** Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2016.

DE LIMA, Eduardo Jordão Silva. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO: UM ESTUDO SOBRE OS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA ENTRE POLICIAIS MILITARES DA PARAÍBA.** 2020.

DEMEULENAERE, Pierre. **Les Ambiguités Constitutives du Modèle du Choix Rationnel.** In: B. Saint-Sernin, Emmanuel Picavet, R. Fillieule, Pierre Demeulenaere, dir. Les Modèles de l'Action. Paris, Presses Universitaires, 1998.

DONICCI, VL. **Polícia, guardião da sociedade ou parceira do crime: um estudo de criminologia.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária; 1990.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers.** London: University of California Press, 1982.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy.** New York, Harper & Row, 1957.

DRUCKER, Peter F. **O advento da nova organização.** In: Gestão do Conhecimento, Harvard Business Review. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, p. 9-26. 2000.

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

DUGGAN, Mark. **More guns, more crime.** Journal of Political Economy, vol. 109, no. 5. 2001.

DURANTE, Marcelo Ottoni; JUNIOR, Almir Oliveira. **Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil**, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução: Maria Ferreira – Petrópolis, Rj: Vozes, 2019.

ELSTER, Jon. **Marxism, Functionalism, and Game Theory: The Case for Methodological Individualism**. *Theory and Society*, v. 11, n. 4, pp. 453-482, 1982.

ELSTER, Jon. **Sour grapes: Studies in the subversion of rationality**. New York, Cambridge University Press, 1983.

ELSTER, Jon. **Ulysses and the sirens. Studies in Rationality and Irrationality** (revised edition). Cambridge, Cambridge University Press; Paris, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1984.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

ELSTER, Jon. **Rational Choice History: A Case of Excessive Ambition**. *The American Political Science Review*, v. 94, n. 3, pp. 685-695, 2000.

ELSTER, Jon. **Ulises y las sirenas**. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

_____. **Ulysses Unbound**. Studies in Rationality, Precommitment, and Constraints. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FARIAS, Carlos Manoel de. **Um estudo sobre educação financeira e endividamento financeiro de policiais militares do estado da Paraíba**. 2022.

FARR, R.M. **Interviewing: the Social Psychology of the Interview**. In: F. FRANSELLA (ed.). *Psychology for Occupational Therapists*. London: Macmillan. 1982.

FELIPE, I. J. S; SILVA, M. M; CERIBELI, H. B. **Precedents of the compulsive use of a credit card: an analysis of university students' buying behavior**. 2022, REGE. REVISTA DE GESTÃO USP. doi: <https://doi.org/10.1108/REGE-12-2020-0122>.

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)** Rev. bras. segurança pública, São Paulo v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016.

FERNANDES, Alan. **Morte de policiais: números que retratam caminhos muito mal elaborados de nossa sociedade**. In *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2022.

FERREIRA, Rodrigo Varela. CABELHO, Victor Hugo. RONDON FILHO, Edson Benedito. **Vitimização Policial: Estudo das Violências Sofridas por Integrantes da**

Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública – RIBSP – Volume 3, número 6, p.09-52, jan/jun. 2020.

FILHO, Deusdédite dos Santos Pereira. **Quando a vítima de homicídio é o policial – os fatores de risco na vitimização por homicídio de policiais civis e militares no estado de Minas Gerais nos anos de 2014 a 2017.** 2018.

FILHO, Gonçalves Cid; PENA, Stanley Araújo. **A influência dos fatores cognitivos nos crimes leves.** RIBSP- Vol 5 nº 11 – Jan. /Abr. 2022 ISSN 2595-2153. DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v5i11.174>. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, p. 288, 1987.

FOUREAUX, Rodrigo. **O policial e o bombeiro militar devem atuar em ocorrências ainda que não estejam em serviço?** A obrigatoriedade da atuação limita-se ao estado em que atua? Atividade Policial. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yauv63ke>. Acesso em: 01 jun. 2022

FRANÇA, F. G.; DUARTE, A. **“Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar.** Revista do Laboratório de Estudos e Violência da UNESP. Marília. Edição19, Maio/2017.

FRIEDMAN, Milton. **The Methodology of Positive Economics.** In: Milton Friedman, ed. Essays of Positive Economics. Chicago, The University of Chicago Press, 1953.

FRIEDMAN D, DIEM C. **Comments on Eng- land and Kilbourne.** Ration. Soc. 2:517-21, 1990.

GARNER, J., MAXWELL, C. e HERAUX, C. **Características associadas à prevalência e severidade das forças utilizadas pela polícia,** Trimestral da Justiça, Vol. 19 No. 4, pp. 705-46, 2002.

GAROFALO, R. **Criminologia.** Turin, Bocca, 3v, 1891.

GERSHON, R., LIN, S. e LI, X. **Estresse no trabalho em policiais idosos,** Diário de Medicina do Trabalho e Ambiental, Vol. 44, pp. 160-7. 2002.

GESTOSO, Jose Ignacio Cano. **“A importância do microdesarmamento na prevenção da violência”. Insegurança Pública, Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** Org. Nilson Vieira Oliveira. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** Tradução: Raul Fiker – São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. SUTTON, Philip W. **Conceitos Essenciais da Sociologia.** Tradução: Claudia Freire – 2.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GIRALDI, Nilson. **Manual do Tiro Defensivo na Preservação da Vida: Método Giraldi.** Manual-PMESP. 2013.

GISCHEWSKI, Valéria Rezende. **O abuso do álcool entre policiais militares: um estudo em saúde mental e trabalho**. Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública, Belo Horizonte, 4, 59-64, jan./dez. 2007.

GODELIER, Maurice. **Rationalité et Irrationalité en Économie – I**. Paris, François Maspero, 1974a.

GODELIER, Maurice. **Rationalité et Irrationalité en Économie – II**. Paris, François Maspero, 1974b.

GODINHO, N. B. R. ; HIPOLITO, M. M. ; SILVA, V. R. ; SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da . **Mapeamento da Gestão do Termo Circunstanciado de Ocorrência nas Polícias Militares do Brasil**. Revista do Sistema Único de Segurança Pública, v. 1, p. 116-135, 2022.

GOLDTHORPE J. H. **The quantitative analysis of large-scale data-sets and rational action theory: for a sociological alliance**. Eur: Sociol. Rev. 12:109-26. 1996.

GOMES, R; MINAYO, MCS; SILVA, CFPR. **Riscos da Profissão**, pp. M207-226, in MCS Minayo; ER Souza (orgs). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Garamond, Rio de Janeiro. 2003.

GOMES, Liliane Vicentina; THIESEN, Renato Lehmkuhl. **Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina**. DOI: doi.org/10.5935/2178-4590.20220010. RC-ESPM, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 24-49, jul. 2022.

GRECO, R. **Atividade policial**, 6ª ed. Brasil – Niteroi, Impetus, 2016.

GREEN, Donald; SHAPIRO, Ian. **Pathologies of Rational Choice: A Critique of Applications in Political Science**. New Haven, Yale University Press, 1994.

GUERRIEN, Bernard. **La Théorie Économique à votre Portée**, In: Serge Latouche, dir. L'Économie Dévoilée. Du Budget Familial aux Contraintes Planétaires. Paris, Éditions Autrement, 1995.

HARDIN, Russel. **Morality within the Limits of Reason**. Chicago, The University of Chicago Press, 1988

HARGREAVES, Shaun; VAROUFAKIS, YANIS. **Game Thory: A Critical Introduction**, pp. 23-28, 1995.

HARDIN, Russel. **One for All. The Logic of Group Conflict**. Princeton, Princeton University Press, 1995.

HARSANYI, John C. **Advances in Understanding Rational Behavior**. In: Jon Elster, ed. Rational Choice. New York, New York University Press, 1986.

HATANO, Nicoli Carolini de Lázari; MORAIS, Gilson Ambrosio. **Endividamento das famílias brasileiras**. RGE - Revista de Gestão e Estratégia. Assis, v.1, n.1. Disponível em: ENDIVIDAMENTO-DAS-FAMÍLIAS-BRASILEIRAS.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2024. 2019.

HENTING, H. Von. **The Criminal and his victim**. New Haven, Yale University Press, 1948.

HECHTER, Michael; KANAZAWA, Satoshi. **Sociological Rational Choice Theory**. **Source: Annual Review of Sociology** , 1997, Vol. 23 (1997), pp. 191-214 Published by: Annual Reviews. 1997.

HECHTER, Michael. **Should values be written out of the social scientist's lexicon?** Sociol. Theory 10:214-30, 1992.

HECHTER, Michael. **The role of values in rational choice theory**. Ration. Soc. 6:318-33, 1994.

HERMES, Ivenio. **Quem se Importa com Nossos Agentes de Segurança? a violência que não se quer ver**, 2018.

HINDELANG, M., GOTTFREDSON, M., GAROFALO, J. **Victims of personal crime**. Cambridge: Ballinger, 1978.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTE FOR STRESS MANAGEMENT, United States International University, 10455 Pomerado Road, 92131, San Diego, California

JAMES, Stephen M. VILA, Bryan. **Polícia Dirigindo Sonolento: previsão relacionada à fadiga queda de desempenho**. DOI 10.1108/PIJPSM-03-2015-0033. 2015.

JARAMILLO, F., NIXON, R. e SAMS, D. **O efeito do estresse da aplicação da lei sobre compromisso organizacional**, Policiamento, Vol. 28 No. 2, pp. 321-36. 2005.

JOLY, Bruno Renan. **Risco e vitimização policial militar: da caserna à política. Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2017.

JUNGE, Matthias. **Individualisierung**. Frankfurt / Main; New York:Campus, 2002.

KAHN T. **Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública**. Rev Ilanud; 2:21-8, 1997.

KIM, Jose Paulo Soo. **Fatores determinantes de mortes de policiais militares do estado de São Paulo**. Instituto de Pesquisa e Ensino (INSPER), 2020.

KNIGHT, K.; GARNER, B. R.; SIMPSON, D. D.; MOREY, J. T.; FLYNN, P. M. **An assessment for criminal thinking**. *Crime & Delinquency*, 52(1), 2006, p. 159-177.

KOP, N. e EUWEMA, MC. **O estresse ocupacional e o uso da força pela polícia holandesa oficiais**, *Justiça Criminal e Comportamento*, Vol. 28, págs. 631-52. 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAKATOS, Imre. **Proofs and Refutations**. Cambridge: Cambridge University Press. 1976.

_____. **The Methodology of Scientific Research Programmes**: Philosophical Papers Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. **Mathematics, Science and Epistemology**: Philosophical Papers Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Fundamentos filosóficos, políticos e educativos da polícia: da sensação de segurança à instituição policial**. 2015. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Currículo Cultural: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

LIMA, R. K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Forense, Rio de Janeiro, 1995.

LIMA, Renato Sérgio de Lima; BUENO, Samira. **Nota de Apresentação do ABSP, Edição Especial (2018-2021)**. In: *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* ed. Especial, 2022.

LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; MARTINS, Juliana. **Vitimização Policial no Brasil em tempos de Covid-19**. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2021. p. 52-56. 2021.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; PIETROCOLLA, L. G. **"Também morre quem atira": risco de uma pessoa que possui arma de fogo ser vítima fatal de um roubo**. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 8, n. 29, p. 365-373, jan/mar 2000.

LIPP, Marilda Novaes; COSTA, Keila Regina da Silva Nunes; NUNES, Vanessa Oliveira. **Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes**. *Rev. Psicol. Organ. Trab.*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, mar. 2017.

LOPES, Mayara Alves. **ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**. 2019.

MACHADO, Laudicério Aguiar. **Governança Pública no serviço de saúde ofertado aos agentes de segurança pública de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2016.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **A formação de Oficiais das Polícias Militares: trajetórias, confluências e conflitos numa perspectiva da educação (2003 a 2014)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2017.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso**. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

MATO GROSSO. **Observatório de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (Oracle B.I.)**. 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Militar. **Manual de Procedimento Operacional de Padrão (POP/PMMT)**. 2.ed. revisada e atualizada. 2023.

Manzoni, P. e Eisner, M. **Violência entre a polícia e o público: influências do estresse relacionado ao trabalho, satisfação no trabalho, burnout e fatores situacionais**. Justiça Criminal e Comportamento, Vol. 33 No. 5, pp. 613-45. 2006.

MARTINS, Juliana. **Quando a vítima é o policial?** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, p. 76-81. ISSN 1983-7364, ano 14. 2020.

MARTINS, Wanderley Marques. **Fatores de risco e vitimização fatal de policiais: uma análise sobre a polícia rodoviária federal (prf) no brasil (2007-2016)**. 52 f. TCC. Universidade Federal da Bahia. 2016.

MARTY, Otto Luiz. **Os fatores de influência no risco do policial militar ser vítima de crimes em decorrência da função**. Brazilian Applied Science Review, Curitiba, v.6, n.2, p. 1148-1170, may./jun. DOI: 10.34115/basrv6n3-026. ISSN: 2595-3621, 2022.

MARX, Karl. **O capital**, Volume I – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MAZEROLLE, P., BURTON, V., CULLEN, F. e EVANS, D. **Tensão, raiva, e delinquente adaptações: especificando a Teoria Geral da Tensão**, Revista de Justiça Criminal, Vol. 28, pp. 89-101. 2000.

MEIRELES, Fernando. **Teoria da Escolha Racional: Limites e Alcances Explicativos**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais – Caos – Universidade Federal da Paraíba – número 22, ISSN 1517-6916, 2012.

MELLO, César Maurício de. NUMMER, Fernanda Valli. **Policial Militar: uma profissão de risco**. 2014.

MELLO, César Maurício de Abreu. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**. 2015.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. TCC (Especialização) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MENDELSON, Benjamin. **Um novo Horizonte na ciência biopsicossocial – a Vitimologia**. Rev. Int. Criminol. Pol. Tech., 10 (4): 73-167, 1947.

MERINO, Paulo Sérgio. **Mortalidade em efetivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação. Universidade Federal de São Paulo. 2010.

MILL, John Stuart. **Utilitarianism**. In: Samuel Gorovitz, ed. Utilitarianism with Critical Essays, p. 13-16. 1971.

MINAYO MCS, SOUZA ER, organizadores. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2003.

MINAYO MCS, SOUZA ER, organizadores. **Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2005a.

MINAYO-Gomez C, LACAZ FAC. **Saúde do trabalhador: novas e velhas questões**. Ciênc Saúde Coletiva; 10: 797-808. 2005b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública**. Cad. Saúde Pública [online]. Vol.23, n.11, pp. 2767-2779. ISSN 0102-311X. 2007.

MINAYO, Maria C.S.; SOUZA, Ednilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO MCS, coordenadora. **Avaliação dos Riscos Ambientais e das Condições de Saúde dos Policiais Militares de Minas Gerais**. [Relatório de pesquisa]. Belo Horizonte: Fundação Guimarães Rosa/Secretaria de Defesa Social; 2011.

MINAYO, M.C.S. ASSIS, Simone G. e OLIVEIRA, Raquel V. C. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)**. Ciência & Saúde Coletiva, 16(4):2199-2209, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Risco e (in) segurança na missão policial.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, 18 (3), p. 585-593, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Vitimização Policial. Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** (2014).

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely. **Análise diagnóstica da política nacional de saúde para redução de acidentes e violências.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública.** Rev. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde,** 2001.

MUNIZ J, Musumeci B. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; 1998.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MURPHY, James B. **Rational Choice Theory as Social Physics.** In: Jeffrey Friedman, ed. *The Rational Choice Controversy: Economic Models of Politics Reconsidered.* New Haven, Yale University Press, 1996.

NETO, Francisco Costa Leite. **Endividamento por empréstimos consignados de docentes da educação básica da rede pública estadual em Macapá/AP (2003 a 2016).** 2019.

NOVO, Leonardo. **A Polícia que mais mata, é a Polícia que mais morre? Uma análise da vitimização na PMERJ,** 2021.

NUCCI, Guilherme. **Os mitos da audiência de custódia** [S. l.]: Guilherme Nucci. 2016. Disponível em: <https://guilhermenucci.com.br/os-mitos-da-audiencia-de-custodia-2/> Acesso em: 17 jan.2023.

NUNES, Jean Carlos Gomes. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: COMPORTAMENTO E CONHECIMENTO DOS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL.** 2021.

OLIVEIRA, Humberto Wendling Simões de. **Sobrevivência Policial: Morrer não faz parte do plano.** Edição do autor. Uberlândia: Clube de Autores, 2018.

_____. **Autodefesa contra o crime e a violência: Um guia para civis e policiais.** Edição do autor. Uberlândia: Clube de Autores, 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. Ed. rev. E ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua**. Sociologias, Porto Alegre: UFRGS. Vol.12, n.25, pp. 224-250. 2010.

OLIVEIRA, Onivan Elias de; C. FILHO, Álvaro; SOUZA NETO, Valdomiro Bandeira de. **É um assalto e se eu reagir? Um guia de sobrevivência**. João Pessoa: Ideia, 2020.

OLIVEIRA, Onivan Elias de. **A Vitimização Policial no Brasil fora de serviço em cenários de roubo**. 2021.

OLIVEIRA, Onivan Elias de. **Observatório da Mortalidade e Vitimização da Polícia Militar da Paraíba (2021-2022)**. 2022.

OLIVEIRA, Onivan Elias de. **A Vitimização Policial no Brasil fora de serviço em cenários de roubo**. 2021.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.who.int/chp/knowledge/publications/icccportuguese.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PARETO, Vilfredo. **Les systèmes socialistes**, tomo II, 1903.

PARETO, Vilfredo. **Manuel d'Économie Politique**. Genève, Librairie Droz, 1966.

PARETO, Vilfredo. **Traité de Sociologie Générale**. Genève, Librairie Droz, 1968.

PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. **Tiro de combate: Pistola, fundamentos e habilidades**. São Paulo: Schoba, 2017.

PERES, M. F. T. ; VICENTIN, D. ; NERY, M. ; LIMA, R. S. ; SOUZA, E. R. ; CERDA, M. ; CARDIA, Nancy ; ADORNO, S. . **Queda dos homicídios em São Paulo: uma análise descritiva**. Revista Panamericana de Salud Pública (Impresa) / Pan American Journal of Public Health (Impresa) , v. 29, p. 17-26, 2011.

PEREIRA, Deusdédite dos Santos Filho. **QUANDO A VÍTIMA DE HOMICÍDIO É O POLICIAL - Os fatores de risco na vitimização por homicídio de policiais civis e militares no estado de Minas Gerais nos anos de 2014 a 2017**. 2018.

POLANYI, Karl. **The Economy as Instituted Process**. In: Karl Polanyi, Conrad M. Arenserg, Harry W. Pearson, ed. Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory. New York, The Free Press; London, Collier-Macmillan Limited, 1957.

POPPER, Karl. **A lógica das ciências sociais**. In. Em busca de um mundo melhor. Trad. de Milton Camargo Mota. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro - RJ: Tempo Brasileiro. 1978.

PINC, T. **Desempenho policial: treinamento importa?** Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3 Edição 4 Fev/Mar 2009.

QSRINTERNATIONAL. **Manual NVivo 11 Pro for Windows**. 2015.

QUITSHAL, Marcus Vinicius. **A necessidade de treinamento de tiro defensivo na preservação da vida Método Giraldi® (Pista Policial Especial PPE) ante a análise da vitimologia policial militar em horário de folga**. 2019. 72 f. Monografia (Mestrado Profissional) - Centro de Altos Estudos de Segurança - CAES, [S. l.], 2019.

RAMOS, Valéria Silva; LIMA LOPES, Frederico Corrêa; RONDON FILHO, Edson Benedito. **INGRESSO DE MILITARES TEMPORÁRIOS NAS INSTITUIÇÕES MILITARES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), v. 4, p. 143-191, 2021.

RESENDE, Marcelo Augusto; CAVAZZA, Belinda Inês Sabino. **O policial militar e a violência: de agente a vítima**. Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública, Belo Horizonte, 2, p. 51-56, jan/dez, 2002.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. **Vitimização Policial no estado do Rio de Janeiro: panorama dos últimos cinco anos (2016-2020)**. 2021.

ROCHA, Helton Pinheiro da. **Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA**. 28 f. Artigo. CAO – Instituto de Ensino de Segurança - IESP. Marituba: 2018.

RONDON FILHO, E. B.; DE CASTRO, Clarindo Alves (Org.). **Inteligência de Segurança Pública: Um Xequemate na Criminalidade**. 1. ed. Curitiba: juruá. v. 1. 275p, 2009.

RONDON FILHO, E. B. **Fenomenologia da Educação Jurídica na Formação policial-militar**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, v. 1. 198p, 2011.

RONDON FILHO, E. B. **Polícias Brasileiras: Completar ou Mitigar o Ciclo?**. Unidade (Porto Alegre), v. 1, p. 58-76, 2012.

RONDON FILHO, Edson Benedito. **A Socialização dos Agentes de Segurança Pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito**. Tese de Doutorado. 2013a.

RONDON FILHO, E. B. **Polícia e Minorias: Estigmatização, desvios e discriminação**. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 6, p. 269-293, 2013b.

RONDON FILHO, E. B. **Revista 'Homens do Mato': do físico à virtualidade**. Homens do Mato Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 1, p. 9-20, 2014.

RONDON FILHO, E. B.; BERTOLINE, V. L. (Org.); BALIEIRO, A. (Org.); QUEIROZ, I. D. (Org.). **Segurança Pública e Direitos Humanos: da norma à prática**. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, v. 1. 133p, 2017a.

RONDON FILHO, E. B.; SILVA, S. C. R. **A socialização organizacional desenvolvida na Polícia Militar de Mato Grosso: o processo inicial e final da formação tecnológica policial da geração 'Y'**. Homens do Mato Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 17, p. 52-77, 2017b.

RONDON FILHO, E. B. **Socialização Policial: vivências e conflitualidades de policiais militares**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, v. 1. 224p, 2017c.

RONDON FILHO, E. B. **REFORMA PREVIDENCIÁRIA**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), v. 1, p. 67-81, 2018.

RONDON FILHO, E. B.; RICCI, D. S. . **O PAPEL DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES NA ÁREA DE FRONTEIRA MATO GROSSO / BRASIL - BOLÍVIA**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), v. 2, p. 113-132, 2019.

RONDON FILHO, E. A.; SILVA, J. B.; GOMES, P. J. V. ; SANDES, W. F. ; FERNANDES, R. N. A. ; MACHADO, P. ; SILVA JÚNIOR, A. L. . **CIÊNCIAS POLICIAIS: CONCEITO, OBJETO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**. 1. ed. LISBOA: ISCPSI, v. 1. 380p, 2022.

ROSÁRIO, A. P. **Análise das mortes violentas intencionais de policiais militares em Minas Gerais no período de 2012 a 2016**. Tese de Especialização em Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2017.

SABBÁ, A. A. B. et. al. **Mortes de policiais militares no Pará: quem morreu? In: 2º Congresso Internacional de Segurança e Defesa**, Salvador, Anais, 2018.

SALES, Eric Rodrigues de. **Vitimização e sobrevivência policial: uma análise sobre mortes violentas de policiais militares do Distrito Federal**. Revista Ciência & Polícia, v. 7, n. 1, p. 35-55, 2021.

SANTANA, Leandro Gomes. **Policiais sob ataque: implicações da resiliência em estudo com ressonância magnética funcional**. 2011.

SANDES, Wilkerson Felizardo. **DIMENSÕES DA AÇÃO POLICIAL EM UMA TROCA DE TIROS: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL SOBRE A DECISÃO PELO USO DA FORÇA LETAL**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013a.

SANDES, Wilquerson Felizardo; BERGAS, Orivaldo Peres. **Uso do biofeedback no treinamento policial**. Revista Brasileira de Segurança Pública. 7. 10.31060/rbsp. 2013. v7.n1.210. 2013b.

SANDES, Wilkerson Felizardo. **O Uso Legal da Força na Formação de Jovens Tenentes: Um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SANTANA, Leandro Gomes. **Policiais sob ataque: implicações da resiliência em estudo com ressonância magnética funcional**. 2011.

SANTOS JVT. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. Tempo Social; 9:155-67. 1997.

SKOLNICK, J.; BAYLEY. D.H. **Policciamento Comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Paulo Moreira da. **A geografia do crime: crimes violentos letais intencionais (CVLI) em João Pessoa-PB, entre 2015-2018**. 2019.

SILVA, João Batista; SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. **Vitimização Policial no RN: causas, consequências e perspectivas**. 2021.

SILVA JUNIOR, Azor Lopes da. **O modelo brasileiro de segurança pública e a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. 2014. 274 f. + CD. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

SILVA JUNIOR, A. L. **O INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA SUAS ORIGENS, PERSPECTIVAS, MISSÃO E ASPIRAÇÕES**. REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, v. 1, p. 9-18, 2018.

SILVA JÚNIOR, AZOR LOPES DA. **MANUAL DE LAVRATURA DO TERMO CIRCUNSTANCIADO**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), v. 3, p. 213-346, 2020a.

SILVA JÚNIOR, A. L. **Advogados e policiais: novos direitos, prerrogativas e mercado trazidos pela lei 13.964**. Informativo Migalhas, v. 1, p. 1-2, 2020b.

SILVA JÚNIOR, A. L. **Ensaio sobre a luta das ciências policiais no campo científico: um estudo comparado**. REVISTA SUSP, v. 1, p. 173-184, 2021.

SILVA JÚNIOR, A. L. da. **Sondando a visão de chefes de polícia sobre questões na gestão da segurança pública**. <https://doi.org/10.36776/ribsp.v5i11>, v. 5, p. 122-132, 2022.

SILVA, Alexandra Valeria Vicente da. **O Serviço de Psicologia do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro**. Revista Naval: Psicologia em Destaque. 2016.

SILVA, João Batista; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. **Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas**. Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP), 2021.

SIMON, Herbert A. **Models of Man**. New York, John Wiley & Sons, 1967.

SIMON, Herbert A; MARCK, J. G. **Teoria das Organizações**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

SMITH, John Maynard. **Evolution and the Theory of Games**. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

SOARES, J. R.; CAVALHERO, A.; TREVISAN, R. L. **Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 10., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2017. Painel 07/03. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf. Acesso em: 12 janeiro 2024.

SOARES, L.E. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Relume-Dumará/ISER, Rio de Janeiro, 1996.

SOARES, L.E. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro**. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

SOUSA, Mayk da Silva Moura; COSTA, Leon Denis da. **Vitimização policial: causas e consequências**. Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás/GO. 2018.

SOUZA ER, MINAYO MCS. **Policial, risco como profissão: morbi-mortalidade vinculada ao trabalho**. Ciênc Saúde Coletiva; 10:917-28. 2005.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; SCHENKER, Miriam; CONSTANTINO, PATRICIA, Correia. **Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro**. Ciênc. Saúde Coletiva 18 (3), mar, 2013.

SOUZA, Elisandro Lotin de; OLIVEIRA, Micheline Ramos de. **Policiais: torniquetes da nação, até quando?** In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar**. Psicol. Reflex. Crit. [online], vol.19, n.3, pp. 362-370. 2006.

STANISZEWSKI, Eduardo Pelegrini. **Audiência de Custódia sob a ótica policial militar**. In Revista Científica Multidisciplinar, v.04, n.07. ISSN 2675-6218. 2023.

SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. Chicago: J. B. Lippincott, 1939.

SUTHERLAND, E. H. **White-Collar Criminality**. American Sociological Review, 5(1), 1940, p. 1–12.

TARDE, Gabriel. **Les Lois de l'imitation**. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1890.

TAVARES, Fátima Regina Gomes. **A Diversidade da Rede Terapêutica Alternativa no Rio de Janeiro**. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 12(2):325-344, 2002.

TATAGIBA, Magda, et. al. **A vitimização dos policiais militares da ativa do estado de Rondônia: uma análise dos crimes violentos entre 2010 a 2019**. 2021

ULLMANN MARGALIT, Edna. **The Emergence of Norms**. Oxford, Oxford University Press, 1977.

VASCONCELOS, Cleidson. **Armas de Fogo e Autoproteção -Técnicas Táticas e Procedimentos**. Porto Alegre, Ed. Alcance. 2015.

VIEIRA, Maria Eduarda Calil Jorge. **O Botão que Nunca Desliga: perspectivas e questões relacionadas ao sofrimento psíquico dos policiais no Rio de Janeiro**. 2022.

VIEIRA, Paulo. **O poder verdadeiro**. Fortaleza: Premius, 2015.

VIOLANTI, J. e ARON, F. **Ranking police stressors**, psychological reports, Vol. 75, págs. 824-6. 1994.

VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton, Princeton University Press, 2004.

WALTERS, G. D. **Criminal lifestyle**. SAGE Publications, Incorporated, 1990.

WALTERS, G. D. **Criminal Belief Systems: An Integrated-Interactive Theory of Lifestyles**. ABC-CLIO, 2002.

WALTERS, G. D. **Modelling the criminal lifestyle: Theorizing at the edge of chaos**. Springer, 2017.

WALTERS, G. D. **Criminal thinking: Theory and practice**. The Wiley international handbook of correctional psychology, 2019, p. 637-653.

WALTERS, G. D. **Explaining the drug-crime connection with peers, proactive criminal thinking, and victimization: Systemic, cognitive social learning, and person proximity mechanisms**. *Psychology of Addictive Behaviors*, 35(3), 2021, 366.https://doi.org/10.1007/978-1-46145690-2_509

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Volume 2: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 1999.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1982.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1998.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** São Paulo: Pioneira, 1996.

WOHLIN, Claes. **Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering**. In: Proceedings of the 18th international conference on evaluation and assessment in software engineering. 1-10. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). Internacional Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems, 11th revision. Geneva: World Health Organization; 2018.

WESTPHAL, Vera Herweg. **A Individualização em Ulrick Beck: Análise da Sociedade Contemporânea**. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>, Ponta Grossa, 2010. Acesso em: 25/10/2020.

YOCHELSON, Samuel; SAMENOW, Stanton. **The criminal personality: A profile for change**. Vol. 1. Jason Aronson, 1976.

ZILLI, Luis Felipe. **Letalidade e Vitimização Policial: Características Gerais do Fenômeno em três estados brasileiros**. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 17, dez. 2018.

ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis; FIGUEIREDO, Amanda Matar de; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; MARINHO, Karina Rabelo Leite; DA CRUZ, Marcos Vinicius Gonçalves. **Letalidade e vitimização policial em Minas Gerais: características gerais do fenômeno em anos recentes**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo v.14, n. 2, p. 46-63, ago/set, 2020.

APÊNDICE I

Protocolo	Nome do banco de dados	Data de Acesso	Resultados Iniciais da Busca	1º Refinamento da Busca	Resultado Parcial da Busca	2º Refinamento da Busca	Resultado Final da Busca	Aplicação de Critérios de Inclusão e Exclusão	Documentos Seleccionados para Leitura de Título, Resumo e Palavras Chave	Exclusão de Documentos Iguais	Portfólio Bruto da Revisão Sistemática
police victimization_com_aspas_BDTD	BDTD	17/06/2022	2 arquivos	Não houve	2 arquivos	Não aplicável	2 arquivos	Ok	2 arquivos	Ok	6 arquivos BDTD
police victimization_sem_aspas_BDTD	BDTD	17/06/2022	77 arquivos	Não houve	77 arquivos	Não aplicável	77 arquivos	Ok	45 arquivos	Ok	
vitimização policial_com_aspas_BDTD	BDTD	17/06/2022	5 arquivos	Não aplicável	5 arquivos	Não aplicável	5 arquivos	Ok	4 arquivos	Ok	
vitimização policial_sem_aspas_BDTD	BDTD	17/06/2022	12 arquivos	Não aplicável	12 arquivos	Não aplicável	12 arquivos	Ok	4 arquivos	Ok	
police_victimization_com_aspas_Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES	CTD_CAPES	17/06/2022	7 arquivos	Não aplicável	7 arquivos	Não aplicável	7 arquivos	Ok	7 arquivos	Ok	15 arquivos CTD_CAPES
police_victimization_sem_aspas_Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES	CTD_CAPES	17/06/2022	1482 arquivos	Área de Sociologia	91 arquivos	Não aplicável	91 arquivos	Ok	29 arquivos	Ok	
vitimização policial_com_aspas_CTD_CAPES	CTD_CAPES	21/07/2022	7 arquivos	Não houve	7 arquivos	Não aplicável	7 arquivos	Ok	7 arquivos	Ok	
vitimização policial_sem_aspas_filtro_sociologia_Catálogo de	CTD_CAPES	17/06/2022	3339 arquivos	Área de Sociologia	70 arquivos	Não aplicável	70 arquivos	Ok	21 arquivos	Ok	

Teses & Dissertações - CAPES											
vitmização_policial_sem_aspas_resultado_inicial_Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES	CTD_CAPES	17/06/2022	3339 arquivos	Área de Sociologia	70 arquivos	Não aplicável	70 arquivos	Ok	21 arquivos	Ok	
police_victimization_com_aspas_google_scholar	Google_Scholar	25/07/2022	726 arquivos	2012-2022	487 arquivos	Não aplicável	487 arquivos	Ok	22 arquivos	Ok	
police_victimization_sem_aspas_google_scholar	Google_Scholar	25/07/2022	257.000 arquivos	2012-2022	46.400 arquivos	Páginas em Portuguêsês	895 arquivos	Ok	35 arquivos	Ok	80 arquivos GOOGLE_SCHOLAR
vitimização_policial_com_aspas_google_scholar	Google_Scholar	25/07/2022	370 arquivos	2012-2022	344 arquivos	Não aplicável	344 arquivos	Ok	32 arquivos	Ok	
vitimização_policial_sem_aspas_google_scholar	Google_Scholar	22/07/2022	18500 arquivos	2012-2022	13500 arquivos	Páginas em Portuguêsês	12.500 arquivos	Ok	77 arquivos	Ok	
police_victimization_com_aspas_pubmed	PubMed	25/07/2022	12 arquivos	2012-2022	12 arquivos	Não aplicável	12 arquivos	Ok	3 arquivos	Ok	
police_victimization_sem_aspas_pubmed	PubMed	25/07/2022	1.508 arquivos	2012-2022	1.508 arquivos	Não aplicável	1.508 arquivos	Ok	56 arquivos	Ok	42 arquivos PUBMED
vitimização_policial_com_aspas_pubmed	PubMed	25/07/2022	0 arquivos	2012-2022	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	
vitimização_policial_sem_aspas_pubmed	PubMed	25/07/2022	0 arquivos	2012-2022	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	

police_victimiza- tion_com_as- pas_rev_bras_se g_publica	Rev_Bras _Seg_Pu- blica	25/07/2022	3 arqui- vos	2012- 2022	3 arquivos	Manual - Triagem por Edi- ções	3 arquivos	Ok	2 arquivos	Ok	
police_victimiza- tion_sem_as- pas_rev_bras_se g_publica	Rev_Bras _Seg_Pu- blica	25/07/2022	3 arqui- vos	2012- 2022	3 arquivos	Manual - Triagem por Edi- ções	3 arquivos	Ok	1 arquivo	Ok	12 arquivos Rev_Bras_Seg _Publica
vitimização_poli- cial_com_as- pas_rev_bras_se g_publica	Rev_Bras _Seg_Pu- blica	25/07/2022	8 arqui- vos	2012- 2022	8 arquivos	Manual - Triagem por Edi- ções	8 arquivos	Ok	2 arquivos	Ok	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_rev_bras_se g_publica	Rev_Bras _Seg_Pu- blica	25/07/2022	17 arqui- vos	2012- 2022	17 arqui- vos	Manual - Triagem por Edi- ções	17 arqui- vos	Ok	3 arquivos	Ok	
police_victimiza- tion_com_as- pas_rev_psi_PM MG	Rev_Psi_ PMMG	26/07/2022	0 arqui- vos	Manual - Triagem por Edi- ções da Revista	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
police_victimiza- tion_sem_as- pas_rev_psi_PM MG	Rev_Psi_ PMMG	26/07/2022	0 arqui- vos	Manual - Triagem por Edi- ções da Revista	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	33 arquivos Rev_Psi_PMM G
vitimização_poli- cial_com_as- pas_rev_psi_PM MG	Rev_Psi_ PMMG	26/07/2022	0 arqui- vos	Manual- Triagem por Edi- ções da Revista	5 arquivos	Não aplicável	5 arquivos	Não aplicável	5 arquivos	Ok	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_rev_psi_PM MG	Rev_Psi_ PMMG	26/07/2022	0 arqui- vos	Manual - Triagem por Edi- ções da Revista	8 arquivos	Não aplicável	8 arquivos	Não aplicável	8 arquivos	Ok	
police_victimiza- tion_com_as- pas_ribsp	RIBSP	26/07/2022	1 ar- quivo	2018- 2022 e	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	16 arquivos RIBSP

police_victimiza- tion_sem_as- pas_ribsp	RIBSP	26/07/2022	2 arqui- vos	Triagem Manual 2018- 2022 e Triagem Manual 2018- 2022 e Triagem Manual 2018- 2022 e Triagem Manual	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
vitimização_poli- cial_com_as- pas_rev_ibsp	RIBSP	26/07/2022	1 ar- quivo	Triagem Manual 2018- 2022 e Triagem Manual	3 arquivos	Não aplicável	3 arquivos	Ok	3 arquivos	Ok	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_rev_ibsp	RIBSP	26/07/2022	2 arqui- vos	Triagem Manual 2018- 2022 e Triagem Manual	4 arquivos	Não aplicável	4 arquivos	Ok	4 arquivos	Ok	
police_victimiza- tion_com_as- pas_sci- elo_web_of_sci- ence	Scielo - Web Of Science	26/07/2022	1 ar- quivo	2012- 2022	1 arquivo	Não aplicável	1 arquivo	Ok	1 arquivo	Ok	
police_victimiza- tion_sem_as- pas_sci- elo_web_of_sci- ence	Scielo - Web Of Science	26/07/2022	43 arqui- vos	2012- 2022	43 arqui- vos	Não aplicável	43 arqui- vos	Ok	11 arquivos	Ok	19 arquivos Sci- elo_Web_Of_S- cience
vitimização_poli- cial_com_as- pas_sci- elo_web_of_sci- ence	Scielo - Web Of Science	26/07/2022	2 arqui- vos	2012- 2022	2 arquivos	Não aplicável	2 arquivos	Ok	1 arquivo	Ok	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_sci- elo_web_of_sci- ence	Scielo - Web Of Science	26/07/2022	12 arqui- vos	2012- 2022	12 arqui- vos	Não aplicável	12 arqui- vos	Ok	12 arquivos	Ok	
police_victimiza- tion_com_as- pas_scopus	Scopus	17/06/2022	27 arqui- vos	2012- 2022	27 arqui- vos	Não aplicável	27 arqui- vos	Ok	12 arquivos	Ok	33 arquivos Scopus

police_victimiza- tion_sem_as- pas_scopus	Scopus	17/06/2022	1525 ar- quivos	2012- 2022	959 arqui- vos	Não aplicável	959 arqui- vos	Ok	48 arquivos	Ok	
vitimização_poli- cial_com_as- pas_scopus	Scopus	17/06/2022	0 arqui- vos	2012- 2022	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_scopus	Scopus	17/06/2022	2 arqui- vos	2012- 2022	2 arquivos	Não aplicável	2 arquivos	Ok	1 arquivo	Ok	
police_victimiza- tion_com_as- pas_Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	18/06/2022	0 arqui- vos	Não apli- cável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
police_victimiza- tion_sem_as- pas_Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	18/06/2022	0 arqui- vos	Não apli- cável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	0 arquivos UFMT
vitimização_poli- cial_com_as- pas_Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	18/06/2022	0 arqui- vos	Não apli- cável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
vitimização_poli- cial_sem_as- pas_Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	18/06/2022	0 arqui- vos	Não apli- cável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não aplicável	0 arquivos	Não apli- cável	
Total de Protoco- los aplicados: 41 (quarenta e um) protocolos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Total: 256 do- cumentos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

APÊNDICE II

**Questionário Virtual Estruturado
Vitimização Policial na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT)**

Seção 1 de 46 – Convite

Caro Policial Militar do Estado de Mato Grosso, é com extremo entusiasmo, e com a certeza de que podemos com a sua ajuda, não só melhorar a realidade profissional, mas sobretudo, salvar as vidas de integrantes da PMMT, que infelizmente padecem (morrem) vitimados durante o seu período de folga, que faço o presente convite a Você: Policial Militar do Estado de Mato Grosso, para que venha conosco contribuir com a presente pesquisa intitulada: “Vitimização Policial: Estudo Sociológico das Violências Sofridas por Integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o Período de Folga”.

A presente pesquisa abordará centralmente as mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso durante o período de folga nas seguintes modalidades: Morte Violenta Intencional (ou não); Suicídio de Policiais Militares; e Morte de Policiais Militares pela Covid-19.

O objetivo da pesquisa é: analisar a vitimização policial na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) durante o período de folga e suas consequências sociológicas em nível institucional (micro) e social (macro).

Para tanto, caso tenha interesse em contribuir com a pesquisa, a sua participação ocorrerá por meio de respostas a um questionário virtual proposto sobre a temática.

O Questionário Virtual Estruturado, nada mais é do que uma série de perguntas estabelecidas pelo pesquisador, realizadas na modalidade virtual, através da plataforma Google Forms, onde serão propostas através das perguntas, algumas temáticas de interesse da pesquisa, referentes a Vitimização de Policiais Militares.

Você poderá responder livremente (sem qualquer tipo de censura) o que pensa sobre as temáticas propostas. O Questionário Virtual Estruturado não solicita a coleta de qualquer tipo de informação pessoal, e-mail, ou qualquer tipo de informação que possa identificar o respondente, sendo, portanto, a identidade do respondente permanecida no anonimato.

Em acréscimo, como forma de garantir a tranquilidade ao respondente, para que possa responder livremente (sem qualquer tipo de censura) o que pensa sobre as temáticas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

propostas, a Equipe de Pesquisadores garante o sigilo e a privacidade de todos os dados coletados por meio do Questionário Virtual Estruturado proposto.

Igualmente, a Equipe de Pesquisadores se responsabiliza total e gratuitamente, por qualquer tipo de vazamento de informações que possam ocorrer das respostas realizadas ao Questionário Virtual proposto, garantindo dessa maneira a assistência total e gratuita ao participante, e inclusive, garantimos o direito de indenização, caso haja qualquer tipo de prejuízo ao participante da pesquisa.

Para participação na presente pesquisa através do Questionário Virtual Estruturado proposto, você necessitará apenas de um local tranquilo, confortável e silencioso (pode ser na sua casa mesmo!), sinal de internet, e um aparelho celular ou computador para responder os questionamentos formulados.

Caso tenha alguma dificuldade com a conexão de internet ou com a disponibilidade de um local silencioso, podemos providenciar junto as suas respectivas unidades policiais militares, uma sala separada, com sinal de internet e computador, para a resposta do Questionário Virtual proposto.

O tempo médio para responder as perguntas do questionário proposto é de 10 (dez) minutos. Sabemos que tal quantidade de tempo para responder as perguntas do questionário é um pouco extensa (certamente!), mas veja só, estamos lidando com uma temática bastante complexa e sobretudo mortal, e que, portanto, a sua ajuda pode salvar muitas vidas, assim sendo, pedimos com muito carinho: a sua paciência, a sua colaboração, e, sobretudo, a sua atenção.

É assegurado a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do seu consentimento de participação e de utilização dos seus dados na presente pesquisa. Nessas situações, o pesquisador se compromete a enviar ao participante, a resposta de ciência do interesse do participante em retirar o seu consentimento de participação na pesquisa e de utilização de seus dados. Caso não seja possível a identificação do questionário do participante, o pesquisador se compromete a prestar o esclarecimento da impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro /consentimento.

Caso você tenha interesse em participar e contribuir com a pesquisa, clique em “Próxima”, e você será redirecionado (a) para o registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento esse que contém detalhadamente, todas as informações referentes a presente pesquisa científica.

Se após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você decidir por participar (contribuir) com a presente pesquisa científica, você deve responder a seguinte



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

pergunta: Você concorda em participar da pesquisa? Caso responda “Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa”, você será imediatamente redirecionado para o questionário. Agradecemos o seu tempo e atenção. Respeitosamente: Equipe de Pesquisadores.

Estimado Policial Militar, caso tenha interesse em contribuir com a presente pesquisa, por favor, leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir exposto:

- () Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- () Não tenho interesse em participar da presente pesquisa.

Seção 2 de 46 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Estimado (a) Policial Militar do Estado de Mato Grosso, você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Vitimização Policial: Estudo Sociológico das Violências Sofridas por Integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o Período de Folga”. A equipe de organização da pesquisa é composta por: Victor Hugo Cabelho (Mestrando) e Edson Benedito Rondon Filho (Orientador).

A justificativa para a realização da presente pesquisa permeia não só a escassez de estudos de vitimização policial militar no estado de Mato Grosso, mas sobretudo, justifica-se pelo recorrente protagonismo estatístico com que os policiais militares, figuram como a classe profissional policial que mais é vítima de morte durante o período de folga, veja só: segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020, dos 110 (cento e dez) policiais mortos durante o período de folga, 09 (nove) deles eram policiais civis, e 101 (cento e um) eram policiais militares. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.72-73).

Nesse contexto da vitimização policial militar, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a vitimização policial na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) durante o período de folga e suas consequências sociológicas a nível institucional (micro) e social (macro).

A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, através do Método Tocqueville-WeberDurkheim - TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999). Os dados serão coletados por pesquisa bibliográfica, documental, questionário online e entrevistas virtuais individuais em profundidade. A pesquisa de campo será realizada com policiais militares das mais diversas unidades que compõem a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT). Os procedimentos de coleta de dados da pesquisa de campo, serão: o questionário virtual estruturado a ser aplicado através da plataforma Google Forms, e as Entrevistas Qualitativas Individuais em Profundidade, que serão realizadas na modalidade não presencial, ou seja, virtual, utilizando-se para tanto, a plataforma Google Meet.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

O convite para participação na pesquisa não será feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros, e será enviado no formato de lista oculta.

É assegurado ao candidato a participante da pesquisa que, antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual, através do questionário virtual estruturado proposto, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuência.

Existem perguntas obrigatórias no Questionário Virtual Estruturado proposto, todavia é assegurado ao participante o direito de não responder as perguntas obrigatórias.

As temáticas a serem abordadas no referido Questionário Virtual Estruturado permeiam as seguintes temáticas centrais: tipos de vitimização policial na PMMT (vitimização natural; vitimização violenta; vitimização por Covid-19; vitimização por Suicídio e outras comorbidades); contextos em que ocorrem a vitimização policial na PMMT; as causas da vitimização policial na PMMT durante o período de folga; e os principais efeitos colaterais que essa vitimização policial durante o período de folga ocasiona a nível institucional (micro - no âmbito da PMMT) e social (macro - no âmbito da sociedade).

Caso haja o consentimento em participar da presente pesquisa, alguns dados pessoais sensíveis serão solicitados, tais como: origem racial ou étnica; religião; opinião política, dentre outros. Acerca desses dados pessoais sensíveis solicitados, a equipe de pesquisadores garante o sigilo e a privacidade dos participantes e, igualmente, se responsabiliza por qualquer eventual tipo de vazamento desses dados pessoais. (Risco Mínimo de Vazamento).

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e colaborativa, ou seja, a sua participação não será remunerada financeiramente e não implicará em qualquer tipo de despesas ou gastos provenientes de sua participação.

Para sua participação na presente pesquisa através do Questionário Virtual Estruturado, você necessitará apenas de sinal de internet, e um aparelho celular ou computador para responder os questionamentos formulados.

É assegurado a você participante, a possibilidade de desistir de colaborar com a presente pesquisa em qualquer uma de suas fases, ou seja, a qualquer momento. Caso tenha o interesse em desistir da participação na pesquisa, todos os seus dados produzidos através de suas respostas serão retirados da pesquisa. Caso não seja possível a retirada dos dados produzidos pelo participante, a equipe de pesquisadores se compromete a esclarecer ao pesquisado os motivos da impossibilidade e, em todos os casos, informar ao participante que está ciente da sua desistência em colaborar com a pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Tenha a absoluta certeza de que garantimos a confidencialidade total e sigilo absoluto de todas as suas respostas. Ainda no tocante as suas respostas, gostaríamos de ressaltar que não existem respostas “certas” ou “erradas”, pelo contrário, o que gostaríamos de captar é a sua verdadeira opinião, aquela mais sincera possível sobre a temática.

No tocante aos riscos envolvidos na presente pesquisa, gostaríamos de ressaltar que toda pesquisa científica contém algum tipo de risco, de maneira que na presente pesquisa, os principais riscos seriam: a possibilidade do compartilhamento (vazamento) de informações coletadas através das ferramentas digitais Google Forms e Google Meet, executadas por meio de robôs, algoritmos ou dentro das condições permitidas na política de privacidade do Google (Risco Baixo); o desconforto ao tratar de assuntos que muitas vezes nos negamos a falar sobre (Risco Mínimo); o receio de exposições e julgamentos por parte de superiores, pares e subordinados (Risco Mínimo), dentre outros.

A política de privacidade do Google é clara no sentido de afirmar que, ao realizar a utilização de qualquer uma das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Google, tais como: Google Forms, Google Meet, dentre outras, a coleta de dados é realizada pelo Google, quer seja do conteúdo criado, do conteúdo armazenado em nuvem (upload), do conteúdo recebido de outras pessoas, incluindo dessa maneira: e-mails enviados e recebidos, fotos e vídeos salvos, documentos e planilhas criados, dentre outros. (Google, 2022).

A justificativa do Google para a coleta dessas informações é não só uma maneira alternativa de garantir que os serviços prestados pela empresa funcionem como o esperado, mas igualmente, é uma maneira de coleta de informações que fornece a empresa o feedback necessário para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela própria empresa, compreendendo dessa maneira como os serviços disponibilizados pelo Google são utilizados, e como podem ser otimizados, garantindo a segurança e a confiabilidade necessários, para detectar, prevenir e responder a fraudes, abusos, riscos de segurança e problemas técnicos, que possam afetar os usuários, a empresa Google e seus parceiros comerciais. (Google, 2022).

Para a realização dessa coleta de dados e análise dos conteúdos capturados ou criados por meio das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Google, diferentes tecnologias são utilizadas para processar todas essas informações, assim sendo, sistemas automatizados analisam todo o conteúdo que perpassa pelas ferramentas digitais do Google, alguns desses sistemas automatizados são: o Google Analytics e os algoritmos criados pela própria empresa para reconhecer padrões nos dados coletados. (Google, 2022).

A empresa Google sempre solicita autorização do usuário para utilização dos dados coletados para fins estabelecidos fora da sua política de privacidade, assim sendo, o presente pesquisador reitera que não irá autorizar o compartilhamento dos dados coletados na presente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

pesquisa, caso seja questionado pela empresa. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Baixo).

Os serviços do Google permitem o compartilhamento de informações com outras pessoas, tais compartilhamentos podem ser gerenciados pelo usuário, nesse sentido, a equipe de pesquisadores reitera que não irá realizar o compartilhamento das informações de pesquisa com pessoas externas ou que não estejam diretamente envolvidas com a pesquisa. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Mínimo).

A empresa Google não compartilha informações pessoais com empresas, organizações ou indivíduos externos ao Google, exceto nos seguintes casos: com a autorização do usuário; com administradores de domínios; para processamento externo; ou por motivos legais. Nesse aspecto, a equipe de pesquisadores reitera que não irá autorizar o compartilhamento dos dados coletados por meio da pesquisa, caso seja questionado. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Mínimo).

A empresa Google pode realizar o compartilhamento de informações de identificação não pessoal publicamente com parceiros comerciais da empresa, permitindo inclusive que parceiros específicos colem informações do navegador ou dos dispositivos conectados as ferramentas digitais do Google para fins de publicidade (anúncios). Nesse aspecto, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Baixo).

No que se refere a retenção das informações que perpassam pelas ferramentas digitais do Google, a empresa afirma que realiza a retenção dos dados coletados por meio de suas ferramentas digitais por diferentes períodos de tempo, a depender do conteúdo dos dados coletados. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Baixo).

Alguns dados coletados são excluídos ou anonimizados automaticamente após certo período de tempo; outros tipos de dados coletados são armazenados até que se exclua a conta Google; outros tipos de dados são armazenados por maiores períodos para fins comerciais ou legais legítimos, como segurança, prevenção de fraude e abusos ou manutenção de registros financeiros de interesse da empresa Google. (Google, 2022).

Para esses riscos de compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, em virtude dos diferentes períodos de tempo de armazenamento dos dados pela empresa Google, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Baixo).

Ocorre que mesmo após a exclusão dos dados por parte da equipe de pesquisadores, a empresa Google segue uma política de exclusão, visando garantir que os dados coletados sejam removidos de forma segura, ou apenas retidos de forma anônima. Devido a essa política de exclusão adotada pela empresa Google, pode ocorrer um espaço de tempo de atraso (delayed), entre o momento em que o usuário executa a exclusão dos dados coletados, e o momento em que efetivamente as cópias dos dados são excluídas dos sistemas ativos e de backups da empresa Google. (Google, 2022).

Para esses riscos de compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, em virtude do espaço de tempo de atraso para a exclusão definitiva dos sistemas ativos e de backups da empresa Google, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento de nível Baixo).

Objetivando oferecer um nível de segurança a mais, visando evitar o compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, após a finalização da coleta de dados, a conta Google utilizada na presente pesquisa para utilização das ferramentas digitais disponíveis pela empresa, será excluída permanentemente.

Com relação aos riscos referente ao desconforto ao tratar de assuntos que muitas vezes nos negamos a falar sobre e, o receio de exposições e julgamentos por parte de superiores, pares e subordinados, a equipe de pesquisadores garante o sigilo e privacidade das informações coletadas por meio da pesquisa, visando justamente minimizar ao máximo os riscos decorrentes de pesquisas realizadas em ambiente virtual. (Risco de nível Mínimo).

Nesse sentido, no tocante a todos os riscos envolvidos na presente pesquisa científica, a Equipe de Pesquisadores reforça a garantia da confidencialidade total e sigilo absoluto de todas as respostas dos participantes da pesquisa, de maneira que a Equipe de Pesquisadores se responsabiliza totalmente, no sentido de prestar a assistência imediata, integral e gratuita ao participante durante, após e/ou em caso de interrupção da pesquisa (conforme o caso), em decorrência de eventuais danos materiais e imateriais, que possam eventualmente causar qualquer tipo de prejuízo aos participantes decorrentes das respostas por eles produzidas na presente pesquisa científica, conforme o caso e a necessidade.

É certo que a Equipe de Pesquisadores está adotando todas as medidas possíveis para minimizar os riscos que envolvem a presente pesquisa científica, primando sempre, pela minimização desses e maximização dos benefícios.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Assim sendo, reiteramos que é assegurado aos participantes, a possibilidade de desistir de colaborar com a presente pesquisa em qualquer uma de suas fases, ou seja, a qualquer momento.

Com relação aos benefícios diretos e indiretos para os participantes da pesquisa, elencamos como benefício direto para os participantes da pesquisa, que contribuem com a pesquisa através do Questionário Virtual Estruturado, a possibilidade de proporcionar ao público pesquisado, espaços de livre reflexão e escuta humanitária, pouco comuns no lócus de pesquisa, em virtude do sistema de hierarquia e disciplina, característico do militarismo.

Como benefícios indiretos para os participantes da pesquisa, temos a possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre a vitimização policial na Polícia Militar do estado de Mato Grosso, os quais podem subsidiar a proposição de políticas públicas e novas alternativas e olhares acerca da vitimização policial durante o período de folga na PMMT, buscando dessa maneira subsidiar a Instituição Policial Militar do estado de Mato Grosso, com conhecimento técnico e científico sobre a temática, visando sobretudo uma melhora não só na qualidade de vida no trabalho do policial militar do estado de Mato Grosso, mas igualmente, objetivando uma melhora da qualidade de vida do policial militar durante o seu período de folga.

Acerca da forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, a Equipe de Pesquisadores se responsabiliza totalmente, no sentido de prestar a assistência imediata, integral e gratuita ao participante durante, após e/ou em caso de interrupção da pesquisa (conforme o caso), em decorrência de eventuais danos materiais e imateriais, que possam eventualmente causar qualquer tipo de prejuízo aos participantes decorrentes das respostas por eles produzidas na presente pesquisa científica, conforme o caso e a necessidade, colocando-se totalmente a disposição dos participantes através dos contatos de telefone e e-mail da Equipe de Pesquisadores.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, durante todas as fases da pesquisa.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia do ressarcimento ou a busca de indenização nos termos da lei (conforme artigos 9º e 19º da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), em virtude de eventuais despesas decorrentes da participação na presente pesquisa, podendo ser requeridas junto a Equipe de Pesquisadores, ou ao Poder Judiciário local.

A presente pesquisa cumpre todas as exigências contidas no item IV.3 da Resolução 466/2012.

Os resultados da presente pesquisa científica serão analisados e publicados em meados de agosto do ano de 2023, por meio de revistas científicas e no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através dos canais de comunicação institucionais: e-mails funcionais e sítio eletrônico da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (<http://www.pm.mt.gov.br/>), de maneira que a sua identidade como pesquisado será mantida em absoluto sigilo.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a Equipe de Pesquisadores, para tirar dúvidas ou solicitar maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, através dos seguintes contatos: 1- Major PMMT Víctor Hugo Cabelho, telefone (66) 9 99205411, e-mail: victorcabelho@pm.mt.gov.br; e 2 – Coronel PMMT RR Edson Benedito Rondon Filho, telefone: (65) 9 81317643, e-mail: edsonrondon@hotmail.com;

A presente pesquisa foi submetida a apreciação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (CEP HUMANIDADES/UFMT), conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE nº 63612122.1.0000.5690).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é um colegiado interdisciplinar que contribui para a qualidade dos trabalhos científicos produzidos pelos pesquisadores, garantindo rigorosamente os aspectos éticos da pesquisa científica e, por conseguinte, salvaguardando a conduta ética da pesquisa científica.

Assim sendo, você também poderá solicitar maiores esclarecimentos, sobretudo referente aos aspectos éticos da presente pesquisa científica ou até mesmo apresentar denúncia sobre a conduta ética da pesquisa em tela, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (CEP HUMANIDADES/UFMT): Coordenadora: Profa. Dra. Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro, endereço: Andar Térreo – sala 102 – Instituto de Educação – Universidade Federal de Mato Grosso, telefone: (65) 98122-1192, e-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br Horário de funcionamento: das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Ao concordar em participar da presente pesquisa, você estará declarando que leu e compreendeu todos os termos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, portanto, deverá assinalar na opção abaixo descrita como: “Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa”.

Ao consentir (aceitar) os termos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você será automaticamente redirecionado para o Questionário Virtual Estruturado proposto.

Concomitantemente, ao aceitar os termos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, portanto, assinalando na opção abaixo descrita: “Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa”, automaticamente o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será impresso pela Equipe de Pesquisadores e assinado pelo pesquisador em todas as folhas.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a Equipe de Pesquisadores, e solicitar o acesso ao seu registro de consentimento livre e esclarecido assinado. Caso entre em contato, garantimos o sigilo e a privacidade dos seus dados pessoais.

Obs.1: Em caso de solicitação do participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o referido documento deverá ser assinado em todas as folhas (pelo pesquisador e pelo participante), e será emitido em 02 (duas) vias, sendo uma delas endereçada ao pesquisador, e a outra, endereçada ao participante.

Obs. 2: A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a Equipe de Pesquisadores, e solicitar o acesso ao seu registro de consentimento livre e esclarecido assinado. Caso entre em contato, garantimos o sigilo e a privacidade dos seus dados pessoais.

Obs. 3: Cabe ressaltar que as Resoluções CNS 466/12 e 510/16 não limitam o consentimento à assinatura impressa do CLE, e abre a possibilidade, por exemplo, para o registro do consentimento de forma verbal em audiovisual.

Se você chegou até aqui, agradecemos o seu valioso tempo e a sua atenção, e disposição para contribuir com a presente pesquisa. Respeitosamente, Equipe de Pesquisadores.

Você concorda em participar da presente pesquisa científica?

() Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

() Não concordo em participar da presente pesquisa.

Seção 3 de 46 – Instruções para preenchimento do Questionário Virtual Estruturado

Por favor, leia atentamente e responda todas as questões;

Todas as informações obtidas com este questionário serão mantidas em TOTAL SIGILO;

A ÚNICA FINALIDADE DESTE QUESTIONÁRIO É CIENTÍFICA: os dados coletados servirão para traçar um perfil dos entrevistados e participantes da pesquisa;

EM HIPÓTESE ALGUMA os responsáveis pela pesquisa repassarão esses dados para terceiros;

VOCÊ NÃO DEVERÁ SE IDENTIFICAR em nenhum lugar do questionário.

SUGERIMOS A UTILIZAÇÃO DO APARELHO CELULAR NO MODO PAISAGEM para uma experiência virtual mais agradável.

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

Seção 4 de 46 – Perfil do Pesquisado

Posto/Graduação:

- () Coronel
- () Tenente Coronel
- () Major
- () Capitão
- () 1º Tenente
- () 2º Tenente
- () Aspirante a Oficial
- () Aluno (a) Oficial
- () Subtenente



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ 1º Sargento
- ☐ 2º Sargento
- ☐ 3º Sargento
- ☐ Cabo
- ☐ Soldado
- ☐ Aluno (a) Soldado
- ☐ Prefiro não responder

Regime de Escala de Serviço:

- ☐ Somente Administrativo (Trabalha no Setor Administrativo da PM, geralmente em escala de serviço de 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais).
- ☐ Somente Operacional (Trabalha no Serviço de Rua, ou seja, trabalha no serviço de atendimento de Ocorrências e em contato direto com a população; geralmente a escala de serviço funciona em regime de plantões de 12 (doze) horas ou 24 (vinte e quatro) horas).
- ☐ Administrativo e Operacional (O regime de escala de serviço varia entre os serviços administrativos e operacionais).
- ☐ Prefiro não responder.

Sexo:

- ☐ Masculino.
- ☐ Masculino.
- ☐ Prefiro não responder.

Orientação Sexual:

- ☐ Heterossexual (atração pelo sexo oposto).
- ☐ Homossexual (atração pelo mesmo sexo).
- ☐ Bissexual (atração por ambos os sexos).
- ☐ Assexual (atração por nenhum dos sexos).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

☐ Pansexual (atração por pessoas, independente de sexo).

☐ Prefiro não responder.

Faixa Etária:

☐ Entre 18 e 23 anos.

☐ Entre 24 e 29 anos.

☐ Entre 30 e 35 anos.

☐ Entre 36 e 41 anos.

☐ Entre 42 e 47 anos.

☐ Entre 48 e 53 anos.

☐ Entre 54 e 58 anos.

☐ Acima de 58 anos.

☐ Prefiro não responder.

Cor Autodeclarada:

☐ Branca.

☐ Preta.

☐ Parda.

☐ Amarela.

☐ Indígena.

☐ Prefiro não responder.

Estado Civil:

☐ Solteiro (a).

☐ Casado (a).

☐ Separado (a).

☐ Divorciado (a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

☐ União Estável feita em Juízo/Cartório.

☐ Convivente.

☐ Viúvo (a).

☐ Prefiro não responder.

Status de Relacionamento Atual:

☐ Relacionamento Monogâmico (Relacionamento afetivo e sexual apenas entre o casal).

☐ Relacionamento Aberto (Acordo entre o casal de que ambos os parceiros podem manter conversas íntimas e relações sexuais com outras pessoas fora do relacionamento).

☐ Relacionamento Poliamor (Permitir que ambas as pessoas do casal tenham mais de uma relação afetiva e sexual).

☐ Relacionamento Casual (O famoso “Rolo” ou início de um possível relacionamento afetivo ou sexual).

☐ Relacionamento Amigos com Benefícios (Além da amizade mantêm-se relações sexuais).

☐ Relacionamento Tóxico (A convivência do casal faz mal para ambos).

☐ Relacionamento Apenas Sexual (O relacionamento sexual fica em primeiro lugar).

☐ Relacionamento a Distância.

☐ Relacionamento Assexual (O casal não tem interesse em manter uma rotina sexual).

☐ Relacionamento Troféu (Relacionamento mantido apenas por Interesse ou Conveniência).

☐ Prefiro não responder.

Número de Dependentes:

☐ Nenhum

☐ 01 (um).

☐ 02 (dois).

☐ 03 (três).

☐ 04 (quatro).

☐ 05 (cinco) ou mais.

☐ Prefiro não responder.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Você paga pensão alimentícia?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Prefiro não responder

Seção 5 de 46 - Pensão Alimentícia

Se “Sim” para Pensão Alimentícia, quantas pensões você paga atualmente?

- ☐ 01 (uma).
- ☐ 02 (duas).
- ☐ 03 (três) ou mais.
- ☐ Prefiro não responder.

Seção 6 de 46 - Status Familiar

Status Familiar Atual:

- ☐ Família Nuclear (Pai, Mãe e Filhos moram na mesma residência).
- ☐ Família Diversa ou Não Nuclear (Pai, Mãe e Filhos moram em residências separadas).
- ☐ Prefiro não responder.

Renda Financeira Familiar:

- ☐ Somente você auferir renda financeira na sua família (arrimo de família).
- ☐ Você é responsável pela maior quantidade de contribuição financeira para a família.
- ☐ Você é responsável pela menor quantidade de contribuição financeira para a família.
- ☐ Você e seu companheiro (a) auferem renda financeira para a família de maneira igualitária.
- ☐ Prefiro não responder.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Ocupação Profissional ou Familiar dos Conviventes:

- ☐ () O seu Companheiro (a) tem uma ocupação profissional.
- ☐ () O seu Companheiro (a) não tem uma ocupação profissional.
- ☐ () O seu Companheiro (a) não tem uma ocupação profissional, mas é responsável pelos cuidados da sua casa e da sua família.
- ☐ () Prefiro não responder.

Domicílio:

- ☐ () Capital.
- ☐ () Região Metropolitana.
- ☐ () Interior.
- ☐ () Prefiro não responder.

Escolaridade:

- ☐ () Ensino Médio Completo.
- ☐ () Ensino Superior Incompleto.
- ☐ () Ensino Superior Completo.
- ☐ () Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) completo ou em andamento.
- ☐ () Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) completo ou em andamento.
- ☐ () Pós-Graduação Stricto Sensu (Doutorado) completo ou em andamento.
- ☐ () Prefiro não responder.

Orientação Religiosa:

- ☐ () Evangélica Pentecostal.
- ☐ () Evangélica Não-Petencostal.
- ☐ () Umbanda ou Candomblé.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ Espírita.
- ☐ Católica.
- ☐ Judaica.
- ☐ Não tenho Religião (Ateu).
- ☐ Outras.
- ☐ Prefiro não responder.

Local de Trabalho:

- ☐ Capital.
- ☐ Região Metropolitana.
- ☐ Interior.
- ☐ A disposição fora do Estado de Mato Grosso.
- ☐ Prefiro não responder.

Qual o seu ano de ingresso na PMMT?

Resposta aberta: _____

Seção 7 de 46 - Covid-19

Você foi infectado pela Covid-19?

- ☐ Sim, testei Positivo.
- ☐ Acredito que Sim, não fiz o teste, mas tive os sintomas.
- ☐ Acredito que Sim, fiz o teste, porém o resultado deu negativo (falso negativo).
- ☐ Acredito que Não, não fiz o teste, e não tive sintomas.
- ☐ Acredito que Não, testei negativo.
- ☐ Prefiro não responder

Seção 8 de 46 – Covid-19



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Quantas vezes você foi infectado pela Covid-19?

- ☐ 01 (uma) vez.
- ☐ 02 (duas) vezes.
- ☐ 03 (três) vezes.
- ☐ 04 (quatro) vezes ou mais.
- ☐ Prefiro não responder.

Seção 9 de 46 – Covid19

Alguma pessoa próxima do seu círculo de convivência familiar foi diagnosticada com Covid-19?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro Não Responder

Seção 10 de 46 – Vetor de Transmissão da Covid-19

Em caso positivo para algum familiar infectado pela Covid-19, você acredita que pode ter sido o vetor de transmissão, em virtude da sua profissão de policial militar?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro Não Responder



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Seção 11 de 46 – Covid-19

Durante a Pandemia de Covid-19, você diria que teve muito medo, um pouco de medo ou não teve medo de ser infectado pelo coronavírus durante a execução do seu trabalho de Policial Militar?

- ☐ () Muito Medo
- ☐ () Apenas medo.
- ☐ () Um pouco de Medo
- ☐ () Não teve Medo
- ☐ () Indiferente
- ☐ () Prefiro Não Responder

Você recebeu algum desses equipamentos de prevenção a Covid-19 no exercício da sua função de Policial Militar durante a Pandemia do Coronavírus?

- ☐ () Máscara Facial Descartável ou de Pano
- ☐ () Máscara Facial N95 ou PFF2
- ☐ () Álcool em Gel para Uso Individual
- ☐ () Álcool em Gel para Uso Coletivo (Limpeza de Viaturas e Equipamentos de Uso Coletivo).
- ☐ () Face Shield (Viseira que protege toda a parte frontal do rosto).
- ☐ () Kit Covid de Medicamentos Preventivos (Cloroquina; Ivermectina; Azitromicina etc.).
- ☐ () Não recebi equipamentos de prevenção a Covid-19
- ☐ () Outros
- ☐ () Prefiro Não Responder

Você recebeu algum tipo de treinamento da Corporação para lidar com a Covid-19?

- ☐ () Sim
- ☐ () Não
- ☐ () Prefiro Não Responder



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Você considera que suas atividades rotineiras de trabalho na PMMT te colocaram em situação de risco de contrair a Covid-19?

- ☐ () Concordo Totalmente
- ☐ () Concordo
- ☐ () Não estou decidido
- ☐ () Discordo
- ☐ () Discordo Totalmente
- ☐ () Prefiro não responder

Seção 12 de 46 – Covid-19

Em caso positivo para a exposição a situação de risco em virtude da profissão de Policial Militar, como você avalia o grau de risco ao qual foi exposto (submetido) em virtude do cumprimento das funções de Policial Militar?

- ☐ () Risco Muito Alto de Contaminação
- ☐ () Risco Alto de Contaminação
- ☐ () Risco Moderado de Contaminação
- ☐ () Risco Baixo de Contaminação
- ☐ () Risco Insignificante de Contaminação
- ☐ () Prefiro Não Responder

Seção 13 de 46 – Covid-19

O quanto você se sentiu desconfortável ou confortável para realizar a sua atividade profissional durante a Pandemia (fiscalizações de bares, restaurantes, locais de aglomeração em via pública, festas clandestinas etc.)?

- ☐ () Muito Confortável
- ☐ () Confortável
- ☐ () Desconfortável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ Muito Desconfortável
- ☐ Indiferente
- ☐ Prefiro Não Responder

Durante o período da Pandemia de Covid-19 em que esteve trabalhando em contato direto com a população, qual era a sua sensação ou sentimento em relação a sua saúde?

- ☐ Sentimento ou Sensação de Medo de contrair o vírus da Covid-19
- ☐ Sentimento ou Sensação de Incerteza se voltaria seguro e saudável para seus familiares.
- ☐ Sentimento ou Sensação de Raiva por não poder também estar em Isolamento Social
- ☐ Sentimento ou Sensação de Angústia por não poder esquivar-se das suas atribuições profissionais.
- ☐ Sentimento ou Sensação de Frustração por não poder esquivar-se das suas atribuições profissionais.
- ☐ Sentimento ou Sensação de Indignação por não poder estar em Isolamento Social.
- ☐ Todas as alternativas anteriores
- ☐ Sentimento ou Sensação de Indiferença a Pandemia de Covid-19.
- ☐ Não desejo responder
- ☐ Outras.

Especifique: _____

Seção 14 de 46 – Covid-19

Descreva qual era a sua sensação ou sentimento em relação a sua saúde, durante o período da Pandemia de Covid-19 em que esteve trabalhando em contato direto com a população?

Resposta aberta: _____

Seção 15 de 46 – Covid-19

Você perdeu algum companheiro de serviço (Militar) em decorrência de morte por Covid-19?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () Sim.
() Não.
() Prefiro não responder

Seção 16 de 46 – Covid-19

Caso você tenha perdido algum companheiro de serviço (Militar) em decorrência de morte por Covid-19, quais foram os seus sentimentos perante essa perda?

Resposta aberta: _____

Seção 17 de 46 – Suicídio

Durante toda a sua carreira policial e, em virtude da sua profissão e das consequências de ser um policial militar, você já pensou (cogitou) tirar a própria vida?

- () Muito Frequentemente.
() Frequentemente
() Ocasionalmente
() Raramente
() Nunca
() Prefiro não responder

Seção 18 de 46 – Pensamentos Suicidas

Você poderia elencar quais seriam os motivos que o levaram a ter pensamentos de tirar a sua própria vida?

Resposta aberta: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Seção 19 de 46 – Vitimização Violenta

Durante o seu período de folga, você já foi vítima do crime e da violência?

- ☐ Sim
- ☐ Não – Pula para a seção 28 do questionário (Fatores de Risco de Vitimização Policial)
- ☐ Prefiro não responder – Pula para a seção 28 do questionário (Fatores de Risco de Vitimização Policial)

Seção 20 de 46 – Vitimização Violenta

Durante o seu período de folga você foi vítima de violência ou de algum dos crimes abaixo relacionados?

- ☐ Roubo (Tentado ou Consumado COM Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Roubo (Tentado ou Consumado SEM o Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Homicídio (Tentado COM Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Homicídio (Tentado SEM o Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Latrocínio (Tentado COM Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Latrocínio (Tentado SEM Emprego de Arma de Fogo).
- ☐ Outros Crimes de Menor Potencial Ofensivo.
- ☐ Prefiro não responder.
- ☐ Outras. Especifique: ...

Seção 21 de 46 – Vitimização Violenta

Durante o seu período de folga você foi vítima de violência ou de algum crime? Especifique.

Resposta aberta: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Seção 22 de 46 – Vitimização Violenta

Quando você foi vítima do crime e da violência durante o seu período de folga, qual foi o instrumento empregado (ou utilizado) pelo Agressor (Infrator)?

- ☐ Agressão Verbal
- ☐ Agressão Física
- ☐ Arma de Fogo
- ☐ Arma Branca (Faca, Canivete ou Similar)
- ☐ Outras. Especifique: ...
- ☐ Prefiro não responder

Seção 23 de 46 – Vitimização Violenta

Quando você foi vítima do crime e da violência durante o seu período de folga, qual foi o instrumento empregado (ou utilizado) pelo agressor (infrator)?

Resposta aberta: _____

Seção 24 de 46 – Vitimização Violenta

Qual seria o período no qual você foi vítima do crime e da violência?

- ☐ Período matutino
- ☐ Período vespertino
- ☐ Período noturno
- ☐ Período da madrugada
- ☐ Prefiro não responder

Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, você estava:

- ☐ Em casa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () Na rua.
- () Em um lazer ou confraternização com a família ou amigos.
- () Em um bar.
- () Em uma festa ou show.
- () Trabalhando fazendo bico de segurança.
- () Em uma situação de conflito ou desentendimento com outra(s) pessoa(s).
- () Interior do veículo.
- () Via pública.
- () Outras. Especifique: ...
- () Prefiro não responder.

Seção 25 de 46 – Vitimização Violenta

Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, onde você estava?

Resposta aberta: _____

Seção 26 de 46 – Vitimização Violenta

Quando você foi vítima do crime e da violência durante o período de folga, você estava:

- () Portando a arma de fogo que utiliza para defesa pessoal durante o período de folga.
- () Não estava (naquele momento) portando a arma de fogo que utiliza para defesa pessoal.
- () Não faço uso do porte de arma de fogo durante o período de folga.
- () Prefiro não responder.

O local onde você foi vitimado é considerado um local de risco (que pelas características do ambiente, facilitam a ocorrência do crime e da violência), considerando a sua profissão de policial militar?

- () Sim.
- () Não.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () Talvez.
- () Prefiro não responder.

Na sua opinião, quais ações poderiam ter sido adotadas para evitar ou minimizar a ocorrência na qual você foi alvo do crime e da violência?

- () Não estar no local fazendo Bicos de Segurança.
- () Evitar frequentar determinados locais e horários de maior risco.
- () Ser mais criterioso com minhas escolhas de amigos.
- () Estar mais Alerta as situações do dia-dia.
- () Todas as alternativas anteriores.
- () Outras. Especifique: ...
- () Prefiro não responder.

Seção 27 de 46 – Vitimização Violenta

Na sua opinião, quais ações poderiam ter sido adotadas para evitar ou minimizar a ocorrência na qual você foi alvo do crime e da violência?

Resposta aberta: _____

Seção 28 – Fatores de Risco de Vitimização Policial

Conforme a sua opinião, escalone a seguir os fatores de risco (a integridade física e a vida) que tornariam os policiais militares mais suscetíveis de serem vítimas do crime e da violência durante o seu período de folga.

O comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos DESARMADO, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser Vitimizado (morto)?

- () Nenhum Risco
- () Risco Baixo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

O comparecimento do Policial Militar em shows e eventos abertos PORTANDO ARMA DE FOGO, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser Vitimizado (morto)?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

O consumo de bebidas alcoólicas em locais inapropriados praticado pelo Policial Militar, durante o seu período de folga, o coloca em que Nível de Risco de ser Vitimizado (morto)?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

A realização de atividades de segurança do tipo “Bico” durante o período de folga, tais como: Segurança em Supermercados, Farmácias, Comércio, Postos de Combustível, Fazendas, dentre outros similares, praticados por Policial Militar, durante o seu período de folga, os colocam em qual Nível de Risco de ser Vitimizado (morto)?

- ☐ () Nenhum Risco



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

O Grupo de Convivência ou Amizade não recomendável, mantido por Policial Militar, durante o seu período de folga, o coloca em qual Nível de Risco de ser Vitimizado (morto)?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

A falta de recursos financeiros, que ocasiona a procura por parte do Policial Militar de uma segunda fonte de renda financeira, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

O endividamento financeiro ou a falta de planejamento financeiro equilibrado dentro daquilo que o salário de policial militar permite, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?

- ☐ () Nenhum Risco



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

A dependência química (drogas) e a busca de entorpecentes em bocas de fumo, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

A adoção de COMPORTAMENTOS DE RISCO por parte do Policial Militar, através da realização de ATIVIDADES consideradas ILÍCITAS do ponto de vista policial militar, tal como o Bico de Segurança, comporta-se como um fator de risco de Vitimização Policial de qual intensidade?

- ☐ () Nenhum Risco
- ☐ () Risco Baixo
- ☐ () Risco Moderado
- ☐ () Risco Alto
- ☐ () Risco Altíssimo
- ☐ () Prefiro não responder

Seção 29 de 46 - Principais Fatores de Risco de Vitimização Policial

Na sua opinião, QUAIS OS PRINCIPAIS fatores de risco (a integridade física e a vida) que tornariam os policiais militares mais suscetíveis de serem vítimas do crime e da violência durante o seu período de folga?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Resposta aberta: _____

Seção 30 de 46 – Fatores de Risco de Vitimização Policial

Na sua percepção, por que o policial militar busca realizar o Bico no período de folga?

- ☐ () O endividamento financeiro ou a falta de planejamento financeiro equilibrado dentro daquilo que o salário de policial militar permite.
- ☐ () A insegurança no tocante a saber se o seu salário recebido na PMMT será o suficiente para sustentar a sua família que vai crescendo ao longo do tempo, e consequentemente os gastos financeiros, todavia a progressão salarial não acompanha esse desenvolvimento.
- ☐ () A ausência de planejamento familiar, o que ocasiona a concepção de filhos com diversas genitoras diferentes, as quais ensejam o pagamento de pensão alimentícia, o que inevitavelmente afeta os rendimentos financeiros;
- ☐ () O costume de já contar com a renda extra do Bico como parte do Salário ou das despesas mensais
- ☐ () O comportamento desequilibrado de Ostentação do militar em sua vida pessoal, principalmente em festas, através do consumo excessivo e gasto financeiro desmedido.
- ☐ () O comportamento desequilibrado de Ostentação do militar em sua vida pessoal, visando impressionar mulheres.
- ☐ () O vício em bebidas alcoólicas.
- ☐ () O vício em jogos de azar, envolvendo apostas em dinheiro.
- ☐ () Todas as alternativas anteriores.
- ☐ () Todas as alternativas anteriores e outras mais. Especifique: ...
- ☐ () Prefiro não responder.

Seção 31 de 46 - Motivações para a realização do Bico na PMMT

Na sua percepção, por que o policial militar busca realizar o Bico no período de folga?

Resposta aberta: _____

Seção 32 de 46 – Empreendedorismo Autônomo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

A atividade de EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO é conceituada na presente pesquisa, como QUALQUER ATIVIDADE DE RENDA FINANCEIRA EXTRA executada durante o período de folga, tais como: venda direta de produtos; utilização de alguma habilidade ou formação profissional extra para o fornecimento de serviços (sem vínculo trabalhista), dentre outros.

Seção 33 de 46 – Empreendedorismo Autônomo

Durante o seu período de folga, você exerce outra atividade remunerada financeiramente?

- ☐ () Muito Frequentemente.
- ☐ () Frequentemente.
- ☐ () Ocasionalmente.
- ☐ () Raramente.
- ☐ () Nunca.
- ☐ () Prefiro não responder.

Seção 34 de 46 – Empreendedorismo Autônomo

Você exerce alguma dessas ATIVIDADES como fonte de RENDA FINANCEIRA EXTRA durante o seu período de folga?

- ☐ () Segurança de estabelecimento comercial nos ramos de mercados e supermercados.
- ☐ () Segurança de atividades de lazer, exemplo: corridas, ciclismo e etc.
- ☐ () Segurança de bares, boates ou similar.
- ☐ () Segurança de hotéis.
- ☐ () Segurança de parques.
- ☐ () Segurança particular de empresários ou famílias.
- ☐ () Segurança de residências ou prédio ficando na rua.
- ☐ () Não exerço nenhuma atividade de segurança fora da PMMT.
- ☐ () Professor (a) (Emenda Constitucional Nº 101/2019)
- ☐ () Profissional da Área de Saúde (Emenda Constitucional Nº 101/2019)
- ☐ () Empreendedorismo Autônomo ou Atividade de Renda Extra Diversa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

() Prefiro não responder.

Seção 35 de 46 – Atividades de Renda Financeira Extra

Em caso positivo para EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO, quais dessas ATIVIDADES você exerce durante o seu período de folga como fonte de RENDA FINANCEIRA EXTRA?

- () Atividade Comercial do Ramo de cosméticos, roupas, produtos de beleza, diversão, sex-shop ou similares.
- () Atividade Comercial do Ramo de Venda ou Troca veículos novos e semi-novos.
- () Atividade Comercial do Ramo de Barbearia ou Cabeleireiro.
- () Atividade Comercial do Ramo de Lazer ou Diversão (Bar, Boate ou Similares).
- () Atividade Comercial do Ramo Alimentício (Restaurante, Marmitaria, Padaria, Casa de Doces e Bolos ou Similares).
- () Não exerço nenhuma atividade de Empreendedorismo Autônomo.
- () Atividade Comercial de Ramo Específico (Construção Civil, Coach, Informática, Instruções de Armamento e Tiro, Piloto Privado de Avião, Digital Influencer, Consultorias, Bolsa de Valores, Fundos de Investimentos. etc).
- () Outros. Especifique:

Seção 36 de 46 – Atividades de Renda Financeira Extra

Em caso positivo para EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO, quais tipos de ATIVIDADES você exerce durante o seu período de folga como fonte de RENDA FINANCEIRA EXTRA?

Resposta aberta: _____

Seção 37 de 46 – Atividades de Renda Financeira Extra

O que motivou a busca por uma Atividade de Renda Extra durante o seu período de folga?

- () O Cenário Político de Desvalorização do Funcionalismo Público (do Servidor Público).
- () As constantes crises econômicas que permeiam o cenário mundial.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () As constantes percas de direitos por parte dos militares (RGA, PREVIDENCIA, TEMPO DE APOSENTADORIA) que acarretam não só diminuição substancial do poder real de compra, mas implicam numa ausência de reconhecimento e valorização do serviço policial militar.
- () A desigualdade de Valorização Salarial e Progressão Vertical na Carreira, comparando-se Polícia Militar e Polícia Civil.
- () O Reconhecimento de Direitos que eram privativos de Militares (Tempo para Aposentadoria de 30 – trinta – anos), serem alcançados por Instituições Policiais de carreiras/funções semelhantes a PMMT, como é o caso da Polícia Civil.
- () Todas as alternativas anteriores.
- () Todas as alternativas anteriores e outras mais. Especifique: ...
- () Tenho outras motivações. Especifique: ...
- () Prefiro não responder.

Seção 38 de 46 – Atividades de Renda Financeira Extra

O que motivou a busca por uma Atividade de Renda Financeira Extra durante o seu período de folga?

Resposta aberta: _____

Seção 39 de 46 – Atividades de Renda Financeira Extra

Na sua percepção, é possível o militar CONCILIAR EQUILIBRADAMENTE a ATIVIDADE de RENDA FINANCEIRA EXTRA com o exercício da função policial militar?

- () Quase sempre é verdade.
- () Geralmente é verdade.
- () Às vezes é verdadeiro.
- () Geralmente é falso.
- () Quase sempre é falso.
- () Prefiro não responder.

Seção 40 de 46 – Sentimento de Pertencimento



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

"O sentimento de pertencimento é definido como um sentimento que cria raízes e identificação do indivíduo com um determinado grupo ou ambiente. Quando o indivíduo se sente pertencente, ele passa a ter um compromisso com o seu próprio desenvolvimento, com o desenvolvimento do grupo de pertença e com o lugar". (BREA, 2004 apud PAIVA, 2018, p. 33). O sentimento de pertencimento, promove inevitavelmente o "engajamento" dos integrantes de determinado grupo ou comunidade: "O engajamento é um processo que gera ações contínuas por parte dos envolvidos em relação à comunidade e o território. Os esforços e a mobilização de potências subjetivas e intersubjetivas tendem a assumir o formato de pequenos grupos, em que cada participante trabalha de maneira colaborativa buscando o bem comum e não somente buscando seus interesses individuais". (PAIVA, 2014, p. 39). De acordo com Chér (2017, p. 1), o engajamento "pressupõe um estado emocional com alto nível de comprometimento com alguém, ou com uma coisa, em uma visão de longo prazo", de maneira que não podemos confundir "engajamento" com "retenção de talentos", pois segundo Chér (2017): "Em minha experiência, podemos reter talentos, mas isso não significa que estejam necessariamente engajados. Alguém 'retido' lembra 'detido', e 'retenção' remete à 'detenção'. Estar engajado enseja desejo e vontade de fazer parte, muito mais que alguém que mantém uma relação, porque sair dela parece mais complicado do que mantê-la" (CHÉR, 2017, p. 1). Nesse sentido, para a presente pesquisa, o SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO, refere-se especificamente ao REAL e PROFUNDO SENTIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO e ALTO NÍVEL DE COMPROMETIMENTO (ENGAJAMENTO) do indivíduo (POLICIAL MILITAR) PARA COM SUAS FUNÇÕES PROFISSIONAIS DE POLICIAL MILITAR.

Seção 41 de 46 – Sentimento de Pertencimento

Assim sendo, na sua percepção, você observa que os militares que exercem algum tipo de ATIVIDADE de RENDA FINANCEIRA EXTRA durante o seu período de folga, apresentam por meio de suas ações durante o exercício da atividade policial, uma QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO (IDENTIDADE POLICIAL MILITAR)?

- () Concordo totalmente.
- () Concordo.
- () Não concordo e nem discordo.
- () Discordo.
- () Discordo totalmente.
- () Prefiro não responder.

Na sua percepção, você observa que os militares que exercem algum tipo de ATIVIDADE de RENDA FINANCEIRA EXTRA durante o seu período de folga, apresentam



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

por meio de suas ações durante o exercício da atividade policial, uma QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO (IDENTIDADE POLICIAL MILITAR), adequando ou buscando sempre que possível a adequação dos interesses pessoais aos objetivos institucionais?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Na sua percepção, a prática do EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO por parte dos policiais militares, contribui para a diminuição do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO e IDENTIDADE POLICIAL MILITAR?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Na sua percepção, o Cenário Político de Desvalorização do Serviço Público e de Perda de Direitos por parte dos militares, caracterizado por esse ambiente de INCERTEZAS e constantes Crises Cíclicas, contribui para a DIMINUIÇÃO do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO e IDENTIDADE POLICIAL MILITAR?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

☐ Prefiro não responder.

Na sua percepção, você observa que os militares que exercem algum tipo de ATIVIDADE de RENDA FINANCEIRA EXTRA durante o seu período de folga, apresentam uma QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO a INSTITUIÇÃO PMMT, de maneira que a Prioridade se torna a Renda Financeira Extra, e a PMMT torna-se o "Bico", ou seja, a atividade acessória?

☐ Concordo totalmente.

☐ Concordo.

☐ Não concordo e nem discordo.

☐ Discordo.

☐ Discordo totalmente.

☐ Prefiro não responder.

Seção 42 de 46 - De acordo com a sua percepção, escalone o nível de intensidade com que os fatores, a seguir elencados, contribuem para a QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO e IDENTIDADE POLICIAL MILITAR.

A comparação da profissão policial militar com certos campos do setor privado, onde a possibilidade de retorno ou lucros financeiros é muito maior no setor privado do que na profissão policial militar, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

☐ 0 – Não contribui.

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5

☐ 6

☐ 7

☐ 8

☐ 9



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

() 10 – Contribui muito.

A visualização da profissão policial militar apenas como um emprego ou meio exclusivo para ganhar dinheiro (receber o salário), sem qualquer tipo (ou apenas pequenos momentos) de vislumbre de senso de propósito ou autorrealização profissional, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

() 0 – Não contribui.

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5

() 6

() 7

() 8

() 9

() 10 – Contribui muito.

As constantes percas de direitos por parte dos militares (RGA, PREVIDÊNCIA, TEMPO PARA A APOSENTADORIA) que acarretam não só a diminuição substancial do poder real de compra, mas implicam numa ausência de reconhecimento e valorização do serviço policial militar, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

() 0 – Não contribui.

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5

() 6



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () 7
- () 8
- () 9
- () 10 – Contribui muito.

A desigualdade de Valorização Salarial e Progressão Vertical na Carreira, comparando-se Polícia Militar e Polícia Civil, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

- () 0 – Não contribui.
- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5
- () 6
- () 7
- () 8
- () 9
- () 10 – Contribui muito.

O Reconhecimento de Direitos que eram privativos de Militares (Tempo para Aposentadoria de 30 – trinta – anos), serem alcançados por Instituições Policiais de carreiras/funções semelhantes a PMMT, como é o caso da Polícia Civil, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

- () 0 – Não contribui.
- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- ☐ 6
- ☐ 7
- ☐ 8
- ☐ 9
- ☐ 10 – Contribui muito.

O Rigor excessivo do Regulamento Disciplinar da PMMT, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

- ☐ 0 – Não contribui.
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ 6
- ☐ 7
- ☐ 8
- ☐ 9
- ☐ 10 – Contribui muito.

O Abuso hierárquico por parte de superiores, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

- ☐ 0 – Não contribui.
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ 6



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

☐ 7

☐ 8

☐ 9

☐ 10 – Contribui muito.

A Não concessão de direitos básicos, tais como: férias, licença prêmio, dentre outros, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

☐ 0 – Não contribui.

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5

☐ 6

☐ 7

☐ 8

☐ 9

☐ 10 – Contribui muito.

A Ausência de política meritória de reconhecimento profissional na PMMT, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

☐ 0 – Não contribui.

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5

☐ 6



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () 7
() 8
() 9
() 10 – Contribui muito.

A ausência de PUNIÇÃO EFETIVA de Militares nitidamente transgressores, que se envolvem em ATIVIDADES ILÍCITAS, sabidamente reconhecidas e comprovadas pelo devido processo legal, contribui para a queda do Sentimento de Pertencimento e Identidade Policial Militar?

- () 0 – Não contribui.
() 1
() 2
() 3
() 4
() 5
() 6
() 7
() 8
() 9
() 10 – Contribui muito.

Seção 43 de 46 – Sentimento de Pertencimento x Identidade Policial Militar

Na sua percepção, quais seriam os PRINCIPAIS FATORES que contribuem para a QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO e IDENTIDADE POLICIAL MILITAR?

Resposta aberta: _____

Seção 44 de 46 – Empreendedorismo Autônomo x Ressignificação da Função Policial Militar

Na sua percepção, a prática do EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO por parte dos policiais militares, PODE contribuir para RESSIGNIFICAÇÃO da FUNÇÃO POLICIAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MILITAR, como um EMPREENDIMENTO AUTÔNOMO, LIBERAL, voltado para a o AUMENTO ou MAXIMIZAÇÃO de ganhos financeiros?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Conforme o seu ponto de vista, é perceptível atualmente nos policiais militares essa RESSIGNIFICAÇÃO da FUNÇÃO POLICIAL MILITAR, como um EMPREENDIMENTO AUTÔNOMO, LIBERAL, voltado para o AUMENTO ou MAXIMIZAÇÃO de ganhos financeiros?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Na sua percepção, os FATORES DE RISCO DE VITIMIZAÇÃO POLICIAL (realização de atividades de segurança (Bico), dificuldades financeiras, dependência química de drogas, grupo de convivência ou amizade não recomendável) CONTRIBUEM para a incidência do envolvimento de militares em ATIVIDADES ILÍCITAS de diversos tipos?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Na sua percepção, a ausência de punição disciplinar SEVERA de militares NITIDAMENTE transgressores, envolvidos em ATIVIDADES ILÍCITAS, contribui para a QUEDA do SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO e IDENTIDADE POLICIAL MILITAR?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Na sua percepção, é perceptível em parte dos policiais militares na atualidade, a figura do “POLICIAL EMPREENDEDOR/EMPRESÁRIO”, que visualiza a profissão policial militar como um “Empreendimento Autônomo”, ou seja, como uma oportunidade de construir relações pessoais e profissionais que possam potencializar os ganhos financeiros?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.
- ☐ () Discordo totalmente.
- ☐ () Prefiro não responder.

Seção 45 de 46 – Naturalização do Bico na PMMT

Na sua percepção, tornou-se COMUM, ou seja, houve uma “NATURALIZAÇÃO” da realização da atividade de BICO na PMMT?

- ☐ () Concordo totalmente.
- ☐ () Concordo.
- ☐ () Não concordo e nem discordo.
- ☐ () Discordo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- () Discordo totalmente.
- () Prefiro não responder.

Na sua percepção, tornou-se COMUM, ou seja, houve uma “NATURALIZAÇÃO” da realização da atividade de EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO na PMMT?

- () Concordo totalmente.
- () Concordo.
- () Não concordo e nem discordo.
- () Discordo.
- () Discordo totalmente.
- () Prefiro não responder.

Na sua percepção, quais fatores seriam as CAUSAS para a NATURALIZAÇÃO do BICO e do EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO na PMMT?

- () A ausência de fiscalização do Bico e do Empreendedorismo Autônomo.
- () O corporativismo ou a Postura de não querer criar “INDISPOSIÇÕES” ao realizar a fiscalização; () A crença de que “O Sistema Não Vai Mudar”, e que nesse contexto “Lavar as Mãos” parece ser a alternativa mais razoável;
- () A política de “lavar as mãos”, em virtude da ausência de meios de investigação adequados que proporcionem meios de colher indícios de autoria e materialidade que possam reunir elementos ou provas que possam ser utilizadas na esfera do judiciário;
- () A ausência de PUNIÇÃO EFETIVA de militares transgressores, que contribui para que os demais militares concluam que TRANSGREDIR compensa, haja vista a ausência de punição efetiva de militares nitidamente transgressores;
- () A falta de planejamento familiar dos militares, que em uma considerável parcela, possuem filhos (as) com diversas genitoras e, por conseguinte, necessitam de recursos financeiros além dos oriundos do salário como militar;
- () A ausência de planejamento financeiro equilibrado por parte dos militares, que ocasiona a procura por uma segunda ou até terceira fonte de renda, além do salário recebido pela profissão como policial militar;
- () A desagregação familiar por parte dos militares, que ocasiona a dependência química do álcool, de entorpecentes ou outras substâncias prejudiciais à saúde; () Todas as alternativas anteriores.
- () Todas as alternativas anteriores e outras mais. Especifique: ...
- () Outras: Especifique: ...
- () Prefiro não responder.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Seção 46 de 46 – Naturalização do Bico na PMMT

Na sua percepção, quais fatores seriam as CAUSAS para a NATURALIZAÇÃO do BICO e do EMPREENDEDORISMO AUTÔNOMO na PMMT?

Resposta aberta: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

APÊNDICE III

Entrevistas Individuais em Profundidade

Seção 1 de 2 – Convite

Caro Policial Militar do Estado de Mato Grosso, é com extremo entusiasmo, e com a certeza de que podemos com a sua ajuda, não só para melhorar a realidade profissional, mas sobretudo, salvar as vidas de integrantes da PMMT, que infelizmente padecem (morrem) vitimados durante o seu período de folga, que faço o presente convite a Você: Policial Militar do Estado de Mato Grosso, para que venha conosco contribuir com a presente pesquisa intitulada: “Vitimização Policial: Estudo Sociológico das Violências Sofridas por Integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o Período de Folga”.

A presente pesquisa abordará centralmente as mortes de policiais militares do estado de Mato Grosso durante o período de folga nas seguintes modalidades: Morte Violenta Intencional (ou não); Suicídio de Policiais Militares; e Morte de Policiais Militares pela Covid-19. O objetivo da pesquisa é analisar a vitimização policial na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) durante o período de folga e suas consequências sociológicas em nível institucional (micro) e social (macro).

Para tanto, caso tenha interesse em contribuir com a pesquisa, a sua participação ocorrerá por meio da Entrevista Individual em Profundidade, na modalidade Virtual.

A Entrevista Individual em Profundidade, nada mais é do que uma conversa estabelecida entre você e o pesquisador, realizada na modalidade virtual, através da plataforma Google Meet, onde serão propostas pelo pesquisador, algumas temáticas de interesse da pesquisa, referentes a Vitimização de Policiais Militares, onde você poderá falar livremente (sem qualquer tipo de censura) o que pensa sobre as temáticas propostas.

A Entrevista Individual em Profundidade, na modalidade Virtual, realizada através da plataforma Google Meet será gravada, e, portanto, garantimos o sigilo e a privacidade de tudo o que for falado na referida entrevista, assim como, garantimos a confidencialidade de todos os dados gravados.

A Equipe de Pesquisadores se responsabiliza total e gratuitamente, por qualquer tipo de vazamento de informações que possam ocorrer das Entrevistas realizadas, garantindo dessa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

maneira a assistência total e gratuita ao participante, e inclusive, garantimos o direito de indenização, caso haja qualquer tipo de prejuízo ao participante da pesquisa.

Para participação na presente pesquisa através da Entrevista Qualitativa Individual em Profundidade, na modalidade virtual, você necessitará apenas de um local tranquilo, confortável e silencioso (pode ser na sua casa mesmo!), sinal de internet, e um aparelho celular ou computador para responder os questionamentos formulados.

Caso tenha alguma dificuldade com a conexão de internet ou com a disponibilidade de um local silencioso, podemos providenciar junto as suas respectivas unidades policiais militares, uma sala separada, com sinal de internet e computador, para a realização das entrevistas virtuais.

A estimativa de tempo médio de duração das entrevistas é de aproximadamente 01 (uma) hora. Sabemos que tal quantidade de tempo para a realização da entrevista é um pouco extenso (certamente!), mas veja só, estamos lidando com uma temática bastante complexa e sobretudo mortal, e que, portanto, a sua ajuda pode salvar muitas vidas, assim sendo, pedimos com muito carinho: a sua paciência, a sua colaboração, e, sobretudo, a sua atenção.

É assegurado a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do seu consentimento de participação e de utilização dos seus dados na presente pesquisa. Nessas situações, o pesquisador se compromete a enviar ao participante, a resposta de ciência do interesse do participante em retirar o seu consentimento de participação na pesquisa e de utilização de seus dados. Caso não seja possível a identificação da entrevista do participante, o pesquisador se compromete a prestar o esclarecimento da impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro /consentimento.

Caso você tenha interesse em participar e contribuir com a pesquisa, clique em “Próxima”, e você será redirecionado (a) para o registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento esse que contém detalhadamente, todas as informações referentes a presente pesquisa científica em andamento.

Se após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você decidir por participar (contribuir) com a presente pesquisa científica, você deve responder a seguinte pergunta: Você concorda em participar da pesquisa? Caso responda “Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa”, você será imediatamente redirecionado para o questionário. Agradecemos o seu tempo e atenção. Respeitosamente: Equipe de Pesquisadores.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Seção 2 de 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Estimado (a) Policial Militar do Estado de Mato Grosso, você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Vitimização Policial: Estudo Sociológico das Violências Sofridas por Integrantes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o Período de Folga”. A equipe de organização da pesquisa é composta por: Victor Hugo Cabelho (Mestrando) e Edson Benedito Rondon Filho (Orientador).

A justificativa para a realização da presente permeia não só a escassez de estudos de vitimização policial militar no estado de Mato Grosso, mas sobretudo, justifica-se pelo recorrente protagonismo estatístico com que os policiais militares, figuram como a classe profissional policial que mais é vítima de morte durante o período de folga, veja só: segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020, dos 110 (cento e dez) policiais mortos durante o período de folga, 09 (nove) deles eram policiais civis, e 101 (cento e um) eram policiais militares. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p.72-73).

Nesse contexto da vitimização policial militar, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a vitimização policial na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT) durante o período de folga e suas consequências sociológicas a nível institucional (micro) e social (macro).

A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, através do Método Tocqueville-WeberDurkheim - TWD (Boudon e Cherkaoui, 1999). Os dados serão coletados por pesquisa bibliográfica, documental, questionário online e entrevistas virtuais individuais em profundidade. A pesquisa de campo será realizada com policiais militares das mais diversas unidades que compõem a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT). Os procedimentos de coleta de dados da pesquisa de campo, serão: o questionário virtual estruturado a ser aplicado através da plataforma Google Forms, e as Entrevistas Qualitativas Individuais em Profundidade, que serão realizadas na modalidade não presencial, ou seja, virtual, utilizando-se para tanto, a plataforma Google Meet.

Nesse sentido, contamos com a sua colaboração para que responda com calma e atenciosamente, os questionamentos formulados para a Entrevista Qualitativa Individual em Profundidade a ser realizada virtualmente, de maneira que as temáticas a serem abordadas na Entrevista, seguirão o roteiro estabelecido no tópico guia elaborado pelo pesquisador, o qual apresenta as seguintes temáticas centrais: tipos de vitimização policial na PMMT (vitimização natural; vitimização violenta; vitimização por Covid-19; vitimização por Suicídio e outras comorbidades); contextos em que ocorrem a vitimização policial na PMMT; as causas da vitimização policial na PMMT durante o período de folga; e os principais efeitos colaterais que essa vitimização policial durante o período de folga ocasiona a nível institucional (micro - no âmbito da PMMT) e social (macro - no âmbito da sociedade).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Caso haja o consentimento em participar da presente pesquisa, alguns dados pessoais sensíveis serão solicitados, tais como: nome completo, endereço de e-mail e telefone, necessários para o agendamento das entrevistas qualitativas individuais em profundidade a serem realizadas virtualmente. Acerca desses dados pessoais sensíveis solicitados, a equipe de pesquisadores garante o sigilo e a privacidade dos participantes e, igualmente, se responsabiliza por qualquer eventual tipo de vazamento desses dados pessoais. (Risco Mínimo de Vazamento).

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e colaborativa, ou seja, a sua participação não será remunerada financeiramente e não implicará em qualquer tipo de despesas ou gastos provenientes de sua participação.

Para sua participação na presente pesquisa através da Entrevista Qualitativa Individual em Profundidade na modalidade Virtual, você necessitará apenas de sinal de internet, e um aparelho celular ou computador para responder os questionamentos formulados.

É assegurado a você participante, a possibilidade de desistir de colaborar com a presente pesquisa em qualquer uma de suas fases, ou seja, a qualquer momento. Tenha a absoluta certeza de que garantimos a confidencialidade total e sigilo absoluto de todas as suas respostas. Ainda no tocante as suas respostas, gostaríamos de ressaltar que não existem respostas “certas” ou “erradas”, pelo contrário, o que gostaríamos de captar é a sua verdadeira opinião, aquela mais sincera possível sobre a temática.

No tocante aos riscos envolvidos na presente pesquisa, gostaríamos de ressaltar que toda pesquisa científica contém algum tipo de risco, de maneira que na presente pesquisa, os principais riscos seriam: a possibilidade do compartilhamento (vazamento) de informações coletadas através das ferramentas digitais Google Forms e Google Meet, executadas por meio de robôs, algoritmos ou dentro das condições permitidas na política de privacidade do Google (Risco Baixo); o desconforto ao tratar de assuntos que muitas vezes nos negamos a falar sobre (Risco Mínimo); o receio de exposições e julgamentos por parte de superiores, pares e subordinados (Risco Mínimo), dentre outros.

A política de privacidade do Google é clara no sentido de afirmar que, ao realizar a utilização de qualquer uma das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Google, tais como: Google Forms, Google Meet, dentre outras, a coleta de dados é realizada pelo Google, quer seja do conteúdo criado, do conteúdo armazenado em nuvem (upload), do conteúdo recebido de outras pessoas, incluindo dessa maneira: e-mails enviados e recebidos, fotos e vídeos salvos, documentos e planilhas criados, dentre outros. (Google, 2022).

A justificativa do Google para a coleta dessas informações é não só uma maneira alternativa de garantir que os serviços prestados pela empresa funcionem como o esperado, mas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

igualmente, é uma maneira de coleta de informações que fornece a empresa o feedback necessário para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela própria empresa, compreendendo dessa maneira como os serviços disponibilizados pelo Google são utilizados, e como podem ser otimizados, garantindo a segurança e a confiabilidade necessários, para detectar, prevenir e responder a fraudes, abusos, riscos de segurança e problemas técnicos, que possam afetar os usuários, a empresa Google e seus parceiros comerciais. (Google, 2022).

Para a realização dessa coleta de dados e análise dos conteúdos capturados ou criados por meio das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Google, diferentes tecnologias são utilizadas para processar todas essas informações, assim sendo, sistemas automatizados analisam todo o conteúdo que perpassa pelas ferramentas digitais do Google, alguns desses sistemas automatizados são: o Google Analytics e os algoritmos criados pela própria empresa para reconhecer padrões nos dados coletados. (Google, 2022).

A empresa Google sempre solicita autorização do usuário para utilização dos dados coletados para fins estabelecidos fora da sua política de privacidade, assim sendo, o presente pesquisador reitera que não irá autorizar o compartilhamento dos dados coletados na presente pesquisa, caso seja questionado pela empresa. (Google, 2022).

Os serviços do Google permitem o compartilhamento de informações com outras pessoas, tais compartilhamentos podem ser gerenciados pelo usuário, nesse sentido, a equipe de pesquisadores reitera que não irá realizar o compartilhamento das informações de pesquisa com pessoas externas ou que não estejam diretamente envolvidas com a pesquisa. (Google, 2022).

A empresa Google não compartilha informações pessoais com empresas, organizações ou indivíduos externos ao Google, exceto nos seguintes casos: com a autorização do usuário; com administradores de domínios; para processamento externo; ou por motivos legais. Nesse aspecto, a equipe de pesquisadores reitera que não irá autorizar o compartilhamento dos dados coletados por meio da pesquisa, caso seja questionado. (Google, 2022).

A empresa Google pode realizar o compartilhamento de informações de identificação não pessoal publicamente com parceiros comerciais da empresa, permitindo inclusive que parceiros específicos coletem informações do navegador ou dos dispositivos conectados as ferramentas digitais do Google para fins de publicidade (anúncios). Nesse aspecto, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento nível baixo).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

No que se refere a retenção das informações que perpassam pelas ferramentas digitais do Google, a empresa afirma que realiza a retenção dos dados coletados por meio de suas ferramentas digitais por diferentes períodos de tempo, a depender do conteúdo dos dados coletados. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento nível baixo).

Alguns dados coletados são excluídos ou anonimizados automaticamente após certo período de tempo; outros tipos de dados coletados são armazenados até que se exclua a conta Google; outros tipos de dados são armazenados por maiores períodos para fins comerciais ou legais legítimos, como segurança, prevenção de fraude e abusos ou manutenção de registros financeiros de interesse da empresa Google. (Google, 2022).

Para esses riscos de compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, em virtude dos diferentes períodos de tempo de armazenamento dos dados pela empresa Google, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento nível baixo).

Ocorre que mesmo após a exclusão dos dados por parte da equipe de pesquisadores, a empresa Google segue uma política de exclusão, visando garantir que os dados coletados sejam removidos de forma segura, ou apenas retidos de forma anônima. Devido a essa política de exclusão adotada pela empresa Google, pode ocorrer um espaço de tempo de atraso (delayed), entre o momento em que o usuário executa a exclusão dos dados coletados, e o momento em que efetivamente as cópias dos dados são excluídas dos sistemas ativos e de backups da empresa Google. (Google, 2022).

Para esses riscos de compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, em virtude do espaço de tempo de atraso para a exclusão definitiva dos sistemas ativos e de backups da empresa Google, a equipe de pesquisadores reitera que logo que realizar a coleta dos dados da pesquisa, realizará imediatamente o backup local em HDs externos, pen-drives e notebook de propriedade da equipe de pesquisadores, prosseguindo com a exclusão dos dados na nuvem do Google. (Google, 2022). (Risco de compartilhamento nível baixo).

Objetivando oferecer um nível de segurança a mais, visando evitar o compartilhamento (vazamento) de informações da pesquisa, após a finalização da coleta de dados, a conta Google utilizada na presente pesquisa para utilização das ferramentas digitais disponíveis pela empresa, será excluída permanentemente.

Com relação aos riscos referente ao desconforto ao tratar de assuntos que muitas vezes nos negamos a falar sobre e, o receio de exposições e julgamentos por parte de superiores, pares e subordinados, a equipe de pesquisadores garante o sigilo e privacidade das informações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

coletadas por meio da pesquisa, visando justamente minimizar ao máximo os riscos decorrentes de pesquisas realizadas em ambiente virtual. (Risco de nível mínimo).

Nesse sentido, no tocante a todos os riscos envolvidos na presente pesquisa científica, a Equipe de Pesquisadores reforça a garantia da confidencialidade total e sigilo absoluto de todas as respostas dos participantes da pesquisa, de maneira que a Equipe de Pesquisadores se responsabiliza totalmente, no sentido de prestar a assistência imediata, integral e gratuita ao participante durante, após e/ou em caso de interrupção da pesquisa (conforme o caso), em decorrência de eventuais danos materiais e imateriais, que possam eventualmente causar qualquer tipo de prejuízo aos participantes decorrentes das respostas por eles produzidas na presente pesquisa científica, conforme o caso e a necessidade.

É certo que a Equipe de Pesquisadores está adotando todas as medidas possíveis para minimizar os riscos que envolvem a presente pesquisa científica, primando sempre, pela minimização desses e maximização dos benefícios.

Assim sendo, reiteramos que é assegurado aos participantes, a possibilidade de desistir de colaborar com a presente pesquisa em qualquer uma de suas fases, ou seja, a qualquer momento.

Com relação aos benefícios diretos e indiretos para os participantes da pesquisa, elencamos como benefício direto para os participantes da pesquisa, que contribuem com a pesquisa através das entrevistas qualitativas individuais em profundidade, a possibilidade de proporcionar ao público pesquisado, espaços de livre reflexão e escuta humanitária, pouco comuns no locus de pesquisa, em virtude do sistema de hierarquia e disciplina, característico do militarismo.

Como benefícios indiretos para os participantes da pesquisa, temos a possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre a vitimização policial na Polícia Militar do estado de Mato Grosso, os quais podem subsidiar a proposição de políticas públicas e novas alternativas e olhares acerca da vitimização policial durante o período de folga na PMMT, buscando dessa maneira subsidiar a Instituição Policial Militar do estado de Mato Grosso, com conhecimento técnico e científico sobre a temática, visando sobretudo uma melhora não só na qualidade de vida no trabalho do policial militar do estado de Mato Grosso, mas igualmente, objetivando uma melhora da qualidade de vida do policial militar durante o seu período de folga.

Acerca da forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, a Equipe de Pesquisadores se responsabiliza totalmente, no sentido de prestar a assistência imediata, integral e gratuita ao participante durante, após e/ou em caso de interrupção da pesquisa (conforme o caso), em decorrência de eventuais danos materiais e



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

imateriais, que possam eventualmente causar qualquer tipo de prejuízo aos participantes decorrentes das respostas por eles produzidas na presente pesquisa científica, conforme o caso e a necessidade, colocando-se totalmente a disposição dos participantes através dos contatos de telefone e e-mail da Equipe de Pesquisadores.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de penalização.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, durante todas as fases da pesquisa.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

É assegurado aos participantes da pesquisa, a garantia do ressarcimento ou a busca de indenização nos termos da lei (conforme artigos 9º e 19º da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), em virtude de eventuais despesas decorrentes da participação na presente pesquisa, podendo ser requeridas junto a Equipe de Pesquisadores, ou ao Poder Judiciário local.

A presente pesquisa cumpre todas as exigências contidas no item IV.3 da Resolução 466/2012.

Os resultados da presente pesquisa científica serão analisados e publicados em meados de agosto do ano de 2023, por meio de revistas científicas e no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, através dos canais de comunicação institucionais: e-mails funcionais e sítio eletrônico da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (<http://www.pm.mt.gov.br/>), de maneira que a sua identidade como pesquisado será mantida em absoluto sigilo.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a Equipe de Pesquisadores, para tirar dúvidas ou solicitar maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, através dos seguintes contatos: 1- Major PMMT Victor Hugo Cabelho, telefone (66) 9 99205411, e-mail: victorcabelho@pm.mt.gov.br; e 2 – Coronel PMMT RR Edson Benedito Rondon Filho, telefone: (65) 9 81317643, e-mail: edsonrondon@hotmail.com;

A presente pesquisa foi submetida a apreciação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (CEP HUMANIDADES/UFMT), conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE nº 63612122.1.0000.5690).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é um colegiado interdisciplinar que contribui para a qualidade dos trabalhos científicos produzidos pelos pesquisadores, garantindo rigorosamente os aspectos éticos da pesquisa científica e, por conseguinte, salvaguardando a conduta ética da pesquisa científica.

Assim sendo, você também poderá solicitar maiores esclarecimentos, sobretudo referente aos aspectos éticos da presente pesquisa científica ou até mesmo apresentar denúncia sobre a conduta ética da pesquisa em tela, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Áreas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (CEP HUMANIDADES/UFMT): Coordenadora: Profa. Dra. Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro, endereço: Andar Térreo – sala 102 – Instituto de Educação – Universidade Federal de Mato Grosso, telefone: (65) 98122-1192, e-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br Horário de funcionamento: das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.

Ao concordar em participar da presente pesquisa, você estará declarando que leu e compreendeu todos os termos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, portanto, deverá assinalar na opção abaixo descrita como: “Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa”.

Obs. 1: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado em todas as folhas (pelo pesquisador e pelo participante), e será emitido em 02 (duas) vias, sendo uma delas endereçada ao pesquisador, e a outra, endereçada ao participante.

Obs. 2: Tais coletas de assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido serão realizadas via e-mail trocados entre o pesquisador, e os participantes que aceitarem participar das Entrevistas Individuais em Profundidade na modalidade Virtual, nesse sentido, garantimos o sigilo e a privacidade dos dados pessoais dos participantes.

Obs. 3: Cabe ressaltar que as Resoluções CNS 466/12 e 510/16 não limitam o consentimento à assinatura impressa do CLE, e abre a possibilidade, por exemplo, para o registro do consentimento de forma verbal em audiovisual.

Obs. 4: A qualquer momento, você poderá entrar em contato com a Equipe de Pesquisadores, e solicitar o acesso ao seu registro de consentimento livre e esclarecido.

Se você chegou até aqui, agradecemos o seu valioso tempo e a sua atenção, e disposição para contribuir com a presente pesquisa. Respeitosamente, Equipe de Pesquisadores.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Você concorda em participar da presente pesquisa científica?

() Sim, aceito todos os termos da presente pesquisa.

() Não concordo em participar da presente pesquisa.

Qual o seu nome completo?

Resposta aberta: _____

Qual o seu telefone para contato?

Resposta aberta: _____

Qual seu endereço de e-mail?

Resposta aberta: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

APÊNDICE IV

**ROTEIRO
TÓPICO GUIA DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS INDIVIDUAIS EM PROFUNDIDADE**

1) TIPOS DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL NA PMMT

- a. Vitimado Naturalmente (Indiretamente):
 - i. Por Morte Natural;
- b. Vitimado Violentamente:
 - i. Em decorrência dos riscos inerentes a função de policial militar;
- c. Vítimas de Covid-19;
- d. Vítimas de Suicídio;
- e. Vítimas de Outras Comorbidades;

2) CONTEXTOS DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL NA PMMT

- a. Policial Desarmado no Lazer:
 - i. É descoberto como PM e é vitimizado;
 - ii. É descoberto como PM, REAGE, e é vitimizado;
- b. Policial Armado no Lazer (Festas, Confraternizações ...):
 - i. Ingere bebida alcoólica ou entorpecentes, envolve-se em brigas ou discussões e é vitimizado (nesses casos, pode ser vitimizado pela própria arma do PM ...);
- c. Policial Armado na Folga (Situações do Cotidiano):
 - i. É abordado na folga por infratores, descobre-se que o abordado é PM (pela arma de fogo, pela identidade funcional, pelas características físicas), e por conseguinte o PM é vitimizado;
 - ii. PM na folga, visualiza a ocorrência de um crime, intervêm, e é vitimizado;
- d. Policial realizando “Bico” (Atividades de Segurança na Folga e outras):
 - i. Bico de Costume: PM realizando atividades de segurança em supermercados, farmácias e comércios ... Existe na modalidade “Bico Disfarçado” ... ii. Bico “Moralmente” Aceito: PM realizando outras atividades na folga, que não sejam referentes a segurança, tais como: pedreiro, eletricista, “comerciante”, autônomo ...



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

- iii. Bico “Moralmente” Incorreto: PM na folga integrando redes de sociabilidade que culminam na formação de organizações criminosas ... tais como: segurança de defensivos agrícolas em fazendas; escolta de defensivos agrícolas para fazendas; roubo/furto de defensivos agrícolas em fazendas; tráfico de drogas; venda de armas de fogo; desvios de cargas de cigarro contrabandeadas etc. Existe na modalidade “Bico Disfarçado”;
- iv. Bico “Sofisticado”: Oficiais ou Praças “Empreendedores”, tais como: casas de poker, casas de festas, vendas de veículos etc.

3) CAUSAS DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL NA PMMT

Fatores de Risco de Vitimização Policial na PMMT mais preponderantes:

1. A ingestão de bebida alcoólica em locais indevidos;
2. A realização das atividades de Bico de Segurança;
3. A ausência de recursos financeiros;
4. O uso de entorpecentes que ocasiona a frequência presencial em bocas de fumo;

Dimensão Institucional (PMMT)

Micro

Percepção dos Oficiais

1. Ausência de fiscalização do Fator de Risco “Bico” (o “lavar as mãos” ou “fingir que não estou vendo”);
2. Ausência de meios de investigação adequados;

Dimensão Institucional (PMMT)

Micro

Percepção dos Praças

1. Ausência de punição dos militares transgressores, contribui para que os demais concluam que “transgredir compensa, ou vale a pena”;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Dimensão Social
Macro
Percepção dos Oficiais

1. Estabilidade e boa remuneração;
2. Postura de não criar “indisposições”;
3. Crença de que o “sistema não vai mudar”;
4. Escolha Racional – Mercantilização Profissional;

Dimensão Social
Macro
Percepção dos Praças

1. Falta de planejamento familiar (filhos com diversas genitoras);
2. Desagregação familiar que ocasiona: alcoolismo; uso de entorpecentes; suicídio; etc.
3. Falta de planejamento financeiro;
4. Escolha Racional – Mercantilização Profissional;

4) OS QUAIS OS EFEITOS COLATERAIS QUE OS FATORES DE RISCO DE VITIMIZAÇÃO POLICIAL OCASIONAM A NÍVEL MICRO E MACRO NA PMMT E NA SOCIEDADE.

1. Ausência do sentimento de pertencimento institucional a PMMT:
 - a. Perda da Identidade Militar (reforçada por esse processo de mercantilização profissional);
2. Deslocamento de Objetivos:
 - a. A Polícia Militar vira o “Bico”, ou seja, a PMMT vira a atividade extra ou assessoria, e o “Bico” torna-se prioridade;
3. Ressignificação da função Policial Militar:
 - a. Facilitação de formação de organizações criminosas por associação diferencial;
4. Desagregação Familiar:
 - a. Tendência do Militar ao alcoolismo;
 - b. Tendência do Militar ao uso de entorpecentes;
 - c. Tendência do Militar ao suicídio;